

# COVID-19



IMPACTOS DA PANDEMIA  
NO BRASIL E NO MUNDO

3

Roger Goulart Mello  
Organizador



2021



# COVID-19



IMPACTOS DA PANDEMIA  
NO BRASIL E NO MUNDO

3

Roger Goulart Mello  
Organizador



2021

---

2021 by Editora e-Publicar  
Copyright © Editora e-Publicar  
Copyright do Texto © 2021 Os autores  
Copyright da Edição © 2021 Editora e-Publicar  
Direitos para esta edição cedidos  
à Editora e-Publicar pelos autores

**Editora Chefe**  
Patrícia Gonçalves de Freitas  
**Editor**  
Roger Goulart Mello  
**Diagramação**  
Roger Goulart Mello  
**Projeto gráfico e Edição de Arte**  
Patrícia Gonçalves de Freitas  
**Revisão**  
Os autores

### **COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NO BRASIL E NO MUNDO, VOL. 3**

Todo o conteúdo dos capítulos, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

#### **Conselho Editorial**

Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense  
Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia  
Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Cristiana Barcelos da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina  
Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes  
Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco  
Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará  
Glauco Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense  
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz  
Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA  
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas



2021

---

Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas  
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará  
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes  
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo  
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes  
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará  
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista  
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

I34 Covid 19: Impactos da pandemia no Brasil e no mundo [livro eletrônico]: volume 3 / Organizadores Roger Goulart Mello. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2021.

Formato: PDF.

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-89950-56-1

1. COVID-19 – Brasil. 2. Pandemia. 3. Saúde pública. I. Mello, Roger Goulart, 1992-.

CDD 614.51

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422**

**Editora e-Publicar**

Rio de Janeiro – RJ – Brasil  
contato@editorapublicar.com.br  
www.editorapublicar.com.br



2021





## Apresentação

Não podemos tirar o mérito da pandemia sobre todas as mudanças ocorridas em nossas vidas. É sabido que tudo se transformou em um piscar de olhos, de repente surge um novo normal e como não sendo surpresa orientações governamentais sobre os cuidados.

Neste período podemos refletir sobre os valores sobre a vida, morte e o valor da família.

Quando falamos sobre educação, o Ministério da Educação mudou a rotina dos estudantes alterando de um ensino presencial para um ensino remoto, os alunos da zona rural desprovidos de alternativas foram os que mais sofreram durante este processo. As escolas públicas e privadas, bem como as universidades, sentiram a necessidade da implantação do ensino remoto para dar continuidade ao cronograma e proteger seus alunos de uma possível contaminação, além da problemática de como seria avaliado o aprendizado deste aluno. Ainda lembramos que o analfabetismo permanece, reforçando a importância do EJA.

O ensino remoto forçou os professores a se adequarem ao novo normal em ministrar aula, aproximou uma arma chamada de tecnologia para ser utilizada como fator estratégico em sua prática de ensino. Não foi somente na educação, percebemos que até mesmo as igrejas utilizaram as redes sociais para se aproximarem de seus fiéis. As lojas utilizaram suas redes sociais, a TV e o rádio como meios de aproximação com o consumidor.

Muitas vidas ceifadas pelo COVID-19, populações negas, rurais, urbanas e quilombolas, deixando tristeza e lembranças para muitos. Aos que sobreviveram esta guerra, saíram com sequelas, sendo direcionados aos centros de reabilitação, sendo estes pacientes o grande desafio, necessitando de mais profissionais habilitados. Lembramos um fator mais agravante em nossas vidas, sendo a saúde mental de todos foi abalada.

O isolamento social trouxe mudanças e impactos econômicos significativos ao turismo no Brasil, fechando parques, praias, deixando sem trabalho as domésticas e diaristas etc... Durante este enfrentamento que cada um descobre a importância de ser um líder em seu trabalho. A permanência das pessoas em seus domicílios refletiu ainda no fator alimentar, facilitando o ganho de peso e consequentemente o surgimento da obesidade e seus fatores para o adoecimento. Houve também alteração na rotina dos animais de estimação, onde foi necessário ter um olhar mais crítico em relação ao cuidado e interação.

Por serem considerados grupos de risco os idosos passaram ter suas atividades externas reduzidas devido ao isolamento. A pandemia impactou até mesmo nas pesquisas, sendo necessário alternativas para sua continuidade em meia tantas incertezas vividas.

De repente o novo normal, um novo cenário, nova estratégia, uso de máscara, menos abraço, distanciamento social, planos de contenção para o COVID-19, auxílio emergencial, um sistema de saúde em crise colocando o SUS mais evidente como magnitude em competência para organizar e assistir a população.

Os capítulos desta obra falam sobre os impactos decorrentes do COVID-19, espero que sua leitura possa ser direcionada para um novo horizonte muito além do novo normal que vivemos hoje.

Boa leitura.

**Inaldo klêy do nascimento Moraes**

---

## Sumário

CAPÍTULO 1 .....	13
O ENSINO REMOTO NA ALFABETIZAÇÃO NAS ESCOLA DO CAMPO .....	13
	Carmen Regina Gonçalves Ferreira
CAPÍTULO 2 .....	21
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA FACE A RESPOSTA DAS UNIVERSIDADES À PANDEMIA DE CORONAVÍRUS .....	21
	Izaque Benedito Miranda Batista Simoni Townes de Castro Daniel Adner Ferrari Cleison Paloschi Marcos Vinicius Marques de Lima Matheus Henrique da Silva Ono
CAPÍTULO 3 .....	35
HEIDEGGER E BYUNG-CHUL HAN: A QUESTÃO DA MORTE .....	35
	Elnora Gondim Tiago Tendai Chingore
CAPÍTULO 4 .....	43
DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS CENTROS DE REABILITAÇÃO INTENSIVA PERANTE A COVID-19 .....	43
	Ilana dos Santos Sousa Brenda Lhorrana do Nascimento de Oliveira Joyce Lopes Machado Liejy Agnes do Santos Raposo Landim
CAPÍTULO 5 .....	54
EFEITOS PANDÊMICOS DA COVID-19 E O CONTEXTO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA MEDIADAS POR TECNOLOGIA NO ENSINO FUNDAMENTAL .....	54
	João Victor Bueno Zipolato Robinalva Ferreira
CAPÍTULO 6 .....	74
A IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO DA LIDERANÇA NA LOGÍSTICA DURANTE E PÓS-PANDEMIA .....	74
	Isabela Maria da Rocha Costa Paulo Thobias Reis da Silva Célia Aparecida de Matos Garcia Kamila Amato de Campos Farinazzo

---



---

CAPÍTULO 7.....	86
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL ENTRE TUTOR E ANIMAL DURANTE O PERÍODO DE QUARENTENA PELO COVID-19 .....	86
DOI: 10.47402/ed.ep.c20219057651	Marcos Vinícius Ramos Afonso Mary Ana Petersen Rodriguez Ana Luíza Teixeira Amado Jorge Josiane Lais Donis Marcella Caixeta Rosa Paula Isadora Silva De Àvila Mariana Martins da Costa Ferreira
CAPÍTULO 8.....	93
IMPACTOS ECONÔMICOS CAUSADOS PELA PANDEMIA DA COVID-19 NOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS DE ARACAJU / SERGIPE.....	93
	Mônica Maria Liberato Francisco Sandro Rodrigues Holanda Denio Santos Azevedo
CAPÍTULO 9.....	112
FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A REALIDADE EDUCATIVA NO PERÍODO PANDÊMICO DO COVID-19 NO BRASIL .....	112
	Isac Vinícius Maciel Pedro de Souza Mattioli Priscilla Chantal Duarte Silva Wagner Cipriano da Silva
CAPÍTULO 10.....	131
GANHO DE PESO EM ADULTOS ATENDIDOS EM UMA CLÍNICA ESCOLA DE UM CENTRO UNIVERSITARIO EM TERESINA-PI DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19:UM RELATO DE EXPERIÊNCIA .....	131
	Ilana dos Santos Sousa Izabelle Christinna Goiabeira Silva Brenda Lhorrana do Nascimento de Oliveira Maria Tereza Rocha Duarte Rayana Rodrigues da Silva Ana Caroline de Castro Ferreira Fernandes Macedo Liejy Agnes do Santos Raposo Landim
CAPÍTULO 11.....	138
BARREIRAS E RECOMENDAÇÕES NO TREINAMENTO DE FORÇA COM IDOSOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UMA MINI REVISÃO .....	138
DOI: 10.47402/ed.ep.c202156111561	Suene Franciele Nunes Chaves Ronei Vicente de Souza Fonseca Márcio José Rodrigues da Silva

---

---

<b>CAPÍTULO 12</b> .....	159
AS MUDANÇAS NA GESTÃO DAS IGREJAS EVANGÉLICAS EM FUNÇÃO DO CORONAVÍRUS: UMA REFLEXÃO.....	159
	Sérgio Ricardo Siani Carmino Hayashi
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	169
FAZER PESQUISA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CONSTRUÇÕES E (DES) CONSTRUÇÕES .....	169
	Tuany Inoue Pontalti Ramos Juliana Campos Francelino Henrique Resende Untem
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	180
MEDIDAS DE CONTENÇÃO E POSSÍVEIS CENÁRIOS PÓS PANDEMIA DE COVID 19 .....	180
<b>DOI: 10.47402/ed.ep.c202173624585</b>	Alex Macedo de Araujo Carlos Vital Giordano Daniely Nascimento Marreira Dantas Leonardo Fernandes Rangel Júnior
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	191
UM SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUBFINANCIADO FRENTE À EMERGÊNCIA SANITÁRIA DA COVID-19: UMA REVISÃO NARRATIVA <sup>1</sup> .....	191
<b>DOI: 10.47402/ed.ep.c202173714561</b>	Francisco Railson Bispo de Barros Maria Emilia Barrios Rodrigues Jaqueline Tavares Viana de Souza Vitória Mariana de Paula Magalhães
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	203
A SAGA DO ANALFABETISMO E A PANDEMIA COVID-19: HISTÓRIA TRISTE EM MOMENTO ATUAL TRISTE .....	203
<b>DOI: 10.47402/ed.ep.c202173815561</b>	Hercules Guimarães Honorato Marcela Duarte-Herrera
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	218
DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE, VULNERABILIDADE SOCIAL E ACESSO ÀS TECNOLOGIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA (COVID-19) <sup>1</sup> .....	218
<b>DOI: 10.47402/ed.ep.c202173916561</b>	Luciano Aparecido Pereira Junior João Pedro Pereira Martins Talisson Roberto Bergamim Regina Célia de Souza Beretta
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	234
A (RE)INVENÇÃO DA DOCÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO INTERSECCIONAL DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA EDUCAÇÃO .....	234
<b>DOI: 10.47402/ed.ep.c202174017561</b>	Ana Maria Anunciação da Silva Sandra Santos de Araújo Zuleide Paiva da Silva

---



---

CAPÍTULO 19.....	255
A PANDEMIA DA <i>COVID-19</i> SOB A PERSPECTIVA DA FILOSOFIA AFRICANA E A FENOMENOLOGIA COMO POSSIBILIDADES DE NOVOS ENFRENTAMENTOS	
Peterson Gonçalves Teixeira Amaro Sebastião de Souza Quintino Jackeline Barcelos Corrêa Crisóstomo Lima do Nascimento Shirley Campos de Souza	
CAPÍTULO 20.....	272
A BANALIZAÇÃO DA MORTE FACE À PANDEMIA DO COVID-19 NO BRASIL: QUANDO A (IN) TOLERÂNCIA RELIGIOSA E O NEGACIONISMO CIENTÍFICO SE ENCONTRAM.....	
272 Celso Gabatz	
CAPÍTULO 21.....	285
A PANDEMIA DE COVID-19 E O AUXÍLIO EMERGENCIAL A PARTIR DAS DIMENSÕES POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL: UMA ANÁLISE CONJUNTURAL DO AUXÍLIO DA TRAMITAÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO.....	
285 Diego de Paula Elton José Scremin Jordana Lemke Gonzalez Lucas Voigt Noernberg Mariana Todorovski Rafael de Freitas Ribas	
CAPÍTULO 22.....	303
COVID-19 E A FACE DO GENOCÍDIO DAS COMUNIDADES NEGRAS.....	
303 Elinton Fabio Romão	
CAPÍTULO 23.....	317
PSICODERMATOSES EM ESTUDANTES DE MEDICINA DO ESTADO DO PARÁ DURANTE O PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL DA COVID-19.....	
317 Isabela Rodrigues Pires Ferreira Giovanna Vieira Costa Larissa Dacier Lobato Comesanha Larissa Patricia Lima da Conceição Nicole Morais Dilon Wadilla Fiuza da Silva Wanda Maria de França Pires Carla Andréa Avelar Pires	
<b>DOI: 10.47402/ed.ep.c202174118561</b>	
CAPÍTULO 24.....	328
O VÍNCULO FAMILIAR E SEUS DESDOBRAMENTOS PSICOLÓGICOS NA HOSPITALIZAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19 ..	
328 João Pedro da Silva Rodriguez Navarro Edson Luiz de Sales Maia Antônio Ferreira Maués	

---

---

CAPÍTULO 25.....	342
ANÁLISE DAS ORIENTAÇÕES GOVERNAMENTAIS VISANDO À PREVENÇÃO, CONTROLE E MITIGAÇÃO DOS RISCOS DE TRANSMISSÃO DA COVID-19 NOS AMBIENTES DE TRABALHO .....	342
	José Everton Soares de Souza Kênia Kelly Freitas Sarmento Karyna Steffane da Silva Vanessa Rosales Bezerra Carlos Antônio Pereira de Lima Keila Machado de Medeiros
CAPÍTULO 26.....	355
A SAÚDE MENTAL DO IDOSO NA PANDEMIA .....	355
	Ana Catarina Guimarães Gomes Dayverson Luan de Araújo Guimarães Maria do Socorro Ramos de Queiroz
CAPÍTULO 27.....	364
A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO REMOTO NO ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DA PANDEMIA .....	364
	Sandra Regina dos Reis Keila da Silva Chuengue Bruna Espinosa Ramires
CAPÍTULO 28.....	374
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS DOMÉSTICAS E DIARISTAS NA PANDEMIA DE CORONA VÍRUS.....	374
DOI: 10.47402/ed.ep.c202174223561	Adriana Lessa Cardoso Letícia Mossate Jobim Jamile Wayne Márcia Alves da Silva
CAPÍTULO 29.....	394
PANDEMIA: OS DESAFIOS DAS MUDANÇAS INSTITUÍDAS E DA MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA.....	394
DOI: 10.47402/ed.ep.c202174328561	Angela Carolina Soncin Jéssica Galloro Lourenço Juvêncio Borges Silva
CAPÍTULO 30.....	411
EM TEMPOS DE PANDEMIA – COVID 19: DESAFIOS DA INCLUSÃO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NAS AULAS DE ENSINO RELIGIOSO DE ESCOLA PÚBLICA.....	411
DOI: 10.47402/ed.ep.c202174429561	Clera de Faria Barbosa Cunha Cláudia de Faria Barbosa

---



---

<b>CAPÍTULO 31</b> .....	420
COMUNICAÇÃO E VULNERABILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE De ESTRaTÉGIAS DE 6 CIDADES DO RIO GRANDE DO SUL .....	420
<b>DOI: 10.47402/ed.ep.c202174530561</b>	Gabriela Tombini Ponzi Diuliana Leandro Denise dos Santos Vieira
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	437
O OLHAR INFANTIL: UMA REFLEXÃO ATRAVÉS DE EXPRESSÕES ARTÍSTICAS SOBRE A PANDEMIA .....	437
<b>DOI: 10.47402/ed.ep.c202174631561</b>	Marly Soares da Costa Adilton Marreiros Lima Gabriella Salazar Bonfim de Sousa Leonardo dos Santos Kaylla Leal Gomes Lima Nicolas Oliveira Melo Thayná dos Anjos Sousa Dutra
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	456
ANÁLISE SOBRE ALTOS ÍNDICES DE DEPRESSÃO COMO CONSEQUÊNCIA DO CONFINAMENTO SOCIAL PELA PANDEMIA DO SARS-COV-2 .....	456
<b>DOI: 10.47402/ed.ep.c202174732561</b>	Millena da Silva Gonçalves Ana Luiza Atoui Faria Eloisa Carvalho Duzzi Michelle Naves de Deus Stephanie Guardabassio de Oliveira Rosylene Machado Pelegrini

---







# CAPÍTULO 1

## O ENSINO REMOTO NA ALFABETIZAÇÃO NAS ESCOLA DO CAMPO

**Carmen Regina Gonçalves Ferreira**, Doutora em Educação, UFPel

### RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em discutir sobre a educação em tempos de pandemia da COVID-19, analisando as possíveis consequências do ensino remoto na alfabetização para crianças de zona rural, a partir das narrativas de duas professoras iniciantes na alfabetização que trabalham em uma escola do campo. Conforme a análise dos dados percebeu-se que são diversos os desafios enfrentados para que se possa realizar o ensino remoto na zona rural. Frente às limitações do ensino remoto, que não parte de políticas públicas que garantam o acesso à educação no campo, essa modalidade de ensino da forma como foi implementada, homogeneizando os contextos, poderá agravar os danos no processo formativo dos alunos do campo em fase de alfabetização, e deixar outros tantos à margem do direito à educação durante a pandemia.

**PALAVRAS-CHAVES:** Ensino Remoto; Educação no Campo; Alfabetizadoras Inicantes.

### 1. INTRODUÇÃO

Considerando o período mundial de incerteza causado pelo novo coronavírus<sup>1</sup>, que provocou a necessidade de isolamento físico e social, foi preciso reinventar os espaços e processos educacionais. As aulas presenciais foram substituídas, em caráter emergencial, pelo ensino remoto como alternativa para evitar a disseminação do vírus e dar andamento, de alguma maneira, ao cumprimento dos dias letivos previsto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96.

Embora o ensino remoto tenha sido uma proposta adotada com o intuito de minimizar os impactos na aprendizagem, sua implementação por depender do acesso à internet, acabou por acentuar as desigualdades sociais (SENHORAS, 2020). Essa complexa questão do atendimento aos alunos de forma remota, com uso de tecnologias, perpassa pelas crianças que

---

<sup>1</sup> Segundo o Ministério da Saúde (2020) o novo coronavírus é um vírus que causa infecções respiratórias, provoca a doença chamada COVID - 19. O novo agente do coronavírus foi descoberto em 31 de dezembro de 2019 após casos registrado na cidade de *Wuhan*, na China.



moram no campo podendo gerar grande evasão ou defasagem na aprendizagem, em especial, nas crianças em fase de alfabetização, pois muitas moram em locais onde a internet é lenta ou inexistente.

Os docentes que trabalham nessas escolas não escondem a angústia de não conseguir assegurar a educação a todas essas crianças, pois além da falta de internet, o material impresso que poderia ser retirado na escola, também não é uma solução, pois muitos dependem do transporte escolar que está temporariamente suspenso. Isso significa que a implementação do ensino remoto emergencial nas escolas do campo, pode acabar infringindo um dos princípios básicos assegurado no artigo nº 206 da Constituição Federal, que trata da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Embora atualmente não se tenha o acesso à instituição física, mas ao ensino não presencial.

Considerando-se esses desafios do ensino remoto para a ressignificação do trabalho docente na educação no campo, tem-se como objetivo, neste trabalho, discutir sobre a educação em tempos de pandemia da COVID-19, analisando as possíveis consequências do ensino remoto na alfabetização para crianças de zona rural, a partir das narrativas de duas professoras iniciantes na alfabetização que trabalham numa escola do campo.

Tem-se como finalidade contribuir com as discussões sobre o ensino remoto desenvolvido nas escolas do campo, com o propósito de ampliar as investigações sobre os impactos dessa modalidade de ensino no meio rural, para que se consiga compreender os seus desdobramentos ainda pouco explorados nas produções acadêmicas que investigam o ensino remoto no país.

## 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

De acordo com dados do Censo Escolar de 2019, no Brasil, das mais de 180 mil escolas existentes, 55 mil estão localizadas na zona rural. E estas há tempos vêm sendo esquecidas pelas políticas públicas. Com bem menciona, Freitas (2007):

A educação no meio rural brasileiro é marcada por um quadro extremamente precário, refletindo os graves problemas da situação geral da educação brasileira. Embora a sua trajetória comece no início do século XX, nenhuma das iniciativas alterou positivamente esta situação, ao contrário, muitas delas ajudaram a reforçar as sérias desigualdades que marcam o campo no Brasil. Se o quadro geral da educação no país ainda apresenta graves problemas, no campo esses problemas são ainda maiores (FREITAS, 2007, p. 18).

Para Souza (2020, p.105), “a luta das populações do campo por uma educação de



qualidade e contextualizada às realidades locais é marcada pelo descaso e desinteresse dos governos”. E com o contexto da pandemia essa situação só se agravou. Com a implementação do Ensino Remoto Emergencial que é uma modalidade de ensino, na qual as práticas pedagógicas são “mediadas por plataformas digitais, como aplicativos com os conteúdos, tarefas, notificações e/ou plataformas síncronas e assíncronas” (ALVES, 2020, p. 352), ele depende basicamente do acesso à internet. A sua implementação acabou trazendo transtornos, arraigando as desigualdades sociais existentes no Brasil, impondo inúmeros desafios à educação pública brasileira, dentre eles, a exclusão digital.

Dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) a respeito de pesquisa de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC Educação (CGI.BR, 2019) com base no último censo de 2019, assegura que 58% dos domicílios no Brasil não possuem acesso a computadores e 33% não dispõem de internet e apenas 33% dos professores já haviam realizado formações com uso de tecnologias. Esses percentuais sinalizam o quanto pode ser ineficaz pensar em uma modalidade de ensino que dependa da utilização de equipamentos digitais conectados à internet, sem um plano de ação por parte dos governos e estados, que vise reverter esse quadro.

A implementação do ensino remoto no Brasil partiu do pressuposto da homogeneização. Desconsiderou a enorme diversidade de contextos das escolas brasileiras. Desconsiderou o hiato entre escola pública/privada, urbana/rural, bem como, a diversidade que compõe os diferentes cenários das escolas do campo. Os indicadores educacionais ratificam a histórica de negação do direito à educação da população do campo, que segundo Silva (2008):

[...] resultam de um processo econômico, social, cultural e de políticas educacionais traçados em nosso país, que deixou de herança um quadro de precariedade no funcionamento da escola rural em relação aos elementos humanos disponíveis para o trabalho pedagógico, a infraestrutura e os espaços físicos inadequados, a má distribuição geográfica das escolas, a falta de condições de trabalho e de formação específica para uma atuação no meio rural, entre outros fatores (SILVA, 2008, p.106).

E para intensificar esse quadro de precariedade no funcionamento da escola do campo, tem-se a implementação de uma modalidade de ensino que intensifica as diferenças de condições de acesso a equipamentos e à internet colocando mais uma vez em cheque a educação do campo tão historicamente negada.

### **3. PRESSUPOSTO METODOLÓGICOS**

Os dados apresentados estão interligados a uma pesquisa mais ampla intitulada





Alfabetização em Rede que tem como um dos objetivos compreender de forma aprofundada a situação da alfabetização de crianças no Brasil durante a pandemia da Covid-19<sup>2</sup>. E como desdobramentos desta pesquisa, cada instituição ou grupo de pesquisa tem aprofundado a investigação, buscando entender o ensino remoto no contexto regional ou local.

Assim, em consonância com as ações desse coletivo, realizou-se uma pesquisa qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994), a partir de um grupo de pesquisa-formação (JOSSO, 2004), criado no âmbito de pós-doutorado no Programa de Pós- Graduação em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) vinculado ao Grupo de Estudos em Alfabetização e Letramento (GEALI-FURG), com o objetivo de investigar quais são os desafios, dilemas e perspectivas de um grupo de docentes em início de carreira no âmbito da alfabetização num contexto de ensino remoto emergencial vivenciado no ano de 2020.

Os encontros de formação aconteceram quinzenalmente de forma online, via plataforma *Meet*, entre os meses de abril a dezembro de 2020. O grupo é constituído por cinco professoras alfabetizadoras que ingressaram na carreira do magistério por concurso público no município de Rio Grande - RS.

Para este artigo foram selecionados os dados de duas alfabetizadoras pertencentes a uma escola do campo, Simone que iniciou na alfabetização em 2020 com uma turma de 2º ano e Graciela<sup>3</sup> que estava no seu segundo ano de experiência na alfabetização, com uma turma de 1º ano.

A seguir apresenta-se e discute-se os dados oriundos desses encontros de formação a partir das transcrições das falas dessas alfabetizadoras, analisados conforme a análise de conteúdo (MORAES,1994).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nas narrativas das alfabetizadoras foi possível observar o quanto as falas estão associadas principalmente à dificuldade de acesso à internet, bem como de equipamentos

---

<sup>2</sup> A pesquisa intitulada ALFABETIZAÇÃO EM REDE é conduzida pelo coletivo ALFABETIZAÇÃO EM REDE, formado no primeiro semestre de 2020, constituído por 117 pesquisadoras(es) de 28 universidades, localizadas em diversos estados e regiões do país sob a coordenação da professora Dra. Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo, da Universidade Federal de São João del-Rei.

<sup>3</sup> Os nomes serão fictícios para assegurar o anonimato das docentes participantes da pesquisa.



tecnológicos apropriados para o acompanhamento das atividades síncronas/assíncronas, como pode ser observado em alguns comentários a seguir:

Por morarem na zona rural, muitas vezes os alunos não possuem internet, e nem aparelho adequado para receber as atividades. Até mesmo o acesso à escola torna-se difícil para que os alunos recebam as atividades impressas [...] tenho o exemplo de um aluno que não tem internet mesmo, de jeito algum, entendeu? Quando o pai vai para o serviço aí baixa e leva pra casa (Prof.<sup>a</sup> Alfabetizadora Graciela, 2020).  
Eu tenho dez alunos no 2º ano e destes metade consegue, com a ajuda das famílias realizar as atividades, mas tem aqueles que necessitam se deslocar para baixar o material [...] os que não tem internet em casa, quando vão na casa de algum parente ou no centro comercial ele conseguem o sinal e aí eles baixam tudo (Prof.<sup>a</sup> Alfabetizadora Simone, 2020).

Como se pode perceber a dificuldade de acesso à internet é um dos aspectos mais complexos que acabam dificultando a realização do ensino remoto. De acordo com os dados resultantes do Censo Agropecuário de 2017, dos 7.534.385 endereços rurais visitados, apenas 1.430.156 declararam que possuem acesso à internet (BRASIL, 2017). Essa desigualdade é reflexo da ausência de políticas públicas que viabilizem a democratização ao acesso à internet em regiões rurais. Sabe-se que nem mesmo o setor privado demonstra interesse em investir em localidades que tenham baixa densidade populacional.

Outro dado relevante desse censo é que da população residente no campo que declarou possuir acesso à internet, 909.000, o acesso é realizado via internet móvel (BRASIL, 2017). E o sinal dessa internet nem sempre está nos lares dessas famílias, elas precisam muitas vezes se deslocar para efetivamente acessar esses dados, como se pode observar no relato da professora Graciela:

Teve uma mãe que começou a me mandar mensagens no sábado à noite e fui ver e ela me contou que naquele dia ela tinha conseguido ir até o centro comercial e colocar uma recarga, que ela passou a semana inteira sem, e se ainda dava tempo de mandar as fotos das atividades (Prof.<sup>a</sup> Alfabetizadora Graciela, 2020).

Esses alunos que estão no início da escolarização, em processo inicial da alfabetização, acabam não tendo o mesmo acompanhamento que os demais que possuem uma internet em casa e podem acessar os materiais a qualquer momento. Isso significa que os momentos síncronos programados pela docente não acontecem com esses alunos pela ausência de sinal de internet, como se observa no relato que segue:

Meus encontros são a cada 15 dias, planejo um encontro com os estudantes de forma individual e em grupo, se possível, pois depende de um acesso aceitável de internet e alguns não tem esse acesso, sendo feito por áudio ou mensagem de texto (Prof.<sup>a</sup> Alfabetizadora Simone, 2020).

Muitas vezes a dificuldade de acesso à internet e equipamentos digitais adequados para o ensino remoto não são dificuldades apenas dos alunos, essas são dificuldades que também



perpassam os docentes que moram na zona rural. Segundo os relatos da professora Simone que mora na mesma localidade de seus alunos, a instabilidade da internet dificulta tanto o envio quanto o recebimento dos materiais.

Além da instabilidade da internet os docentes contam ainda com a dificuldade de acompanhamento dos pais que, em parte, tem baixa escolaridade e pouca destreza digital para utilizar com tranquilidade pelos recursos utilizados nas propostas enviadas, são analfabetos digitais (BARBOSA; PACO, 2020). As dificuldades vão desde saber acessar um aplicativo de comunicação, saber baixar documentos em Word ou PDF; como anexar e enviar fotos das atividades das crianças, como enviar um vídeo ou áudio pelo aplicativo *WhatsApp*, dentre tantas outras tarefas vivenciadas no ensino remoto. Têm-se como exemplo o relato da professora Graciela, em que a mãe de um aluno explicou que não entendia as instruções que a professora enviava por escrito. A mãe justificou timidamente que estudou apenas até a antiga 2ª série e solicitou que a professora falasse diretamente com a criança e não enviasse mais instruções para ela que tinha baixa escolarização.

Observa-se o quanto pode causar constrangimento para alguns pais ter que expor a falta de conhecimento atrelada a baixa escolaridade. Segundo Pereira e Castro (2019), as taxas de analfabetismo nas zonas rurais continuam altas, intensificando a disparidade entre o rural e o urbano. Esse é o resultado da escassez de políticas públicas que historicamente não asseguraram o direito a educação no campo, que vai além de garantir escola, perpassa pela participação de todos e precisa estar vinculada às demandas e à cultura do povo que constitui a comunidade (CALDART, 2004).

Para os alunos que não possuem nenhuma forma de internet porque seus responsáveis não dispõem de *smartfone*, os materiais postados pelas docentes podem ser impressos e retirados na escola. Mas alguns moram longe e dependem de transporte para ir até a escola, o que faz com que demorem para pegar as atividades e que nem sempre são devolvidas às docentes. Ainda que a dinâmica de retirar os materiais impressos funcionasse, essa prática sozinha não constitui ensino remoto, visto que ele “prioriza a mediação pedagógica por meio de tecnologias e plataformas digitais para apoiar os processos de ensino e aprendizagem em resposta à suspensão de aulas e atividades presenciais em escolas e universidades” (OLIVEIRA, *et al.*, 2020, p.12).

A ausência das crianças nos momentos síncronos com o professor e a turma são prejudiciais durante o processo de alfabetização. Os alunos necessitam desse contato direto com





as alfabetizadoras para que as intervenções pedagógicas se estabeleçam (BEHAR, 2020). Receber as atividades corrigidas pela docente não tem o mesmo efeito. É preciso, nesse momento pandêmico, a presença docente por meio da tecnologia, para auxiliar as crianças em suas aprendizagens e da interação com os colegas, ainda mais nesses contextos em que a família não consegue ajudá-las.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia trouxe à tona velhos problemas que ainda são ignorados no Brasil como a ausência de políticas públicas que assegurem condições efetivas de acesso à educação no campo. O ensino remoto expõe as desigualdades sociais, inclusive em um mesmo contexto, neste caso o rural, em que as crianças podem ter diferentes condições de acesso ao ensino. Poucos conseguem acompanhar as atividades síncronas e assíncronas, e grande parte faz “malabarismo” para conseguir minimamente baixar os materiais e na melhor das hipóteses conseguir reenviá-los. Mas ainda tem os alunos que nem mesmo esse acesso estão conseguindo realizar. Esses ficarão ignorados até quando?


Pensar o ensino remoto para as escolas do campo da forma como está posto, não só dificulta o acompanhamento efetivo dos discentes, como pode comprometer a aprendizagem desses alunos deixando muitas lacunas em sua formação.

O ensino remoto emergencial foi uma estratégia encontrada num contexto em que se precisava realizar algo de imediato para diminuir os prejuízos resultantes do fechamento das escolas, mas também está comprometendo ainda mais o direito à educação à TODOS os alunos do campo. Sem políticas públicas efetivas que garantam o artigo nº 206 da Constituição Federal, o ensino remoto, em 2021, continuará promovendo o processo de exclusão dos alunos do campo.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. C.; PLACCO V. M. N. de Souza. O processo de tutoria em ambientes virtuais de aprendizagem dimensões da formação do tutor. In: **Educação em tempos de pandemia: brincando com um mundo possível** / Organizadores: Liberali, F. C. (org.); et al.– 1. ed.– Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

BEHAR, P. A. **O ensino remoto emergencial e a educação a distância**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a->



distancia/ Acessado em: 20 mar. 2021.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Censo Agropecuário 2017**. Brasília, 2017a. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_resultados\\_definitivos.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf) Acessado em: 21 mar. de 2021.

CALDART, R.; S. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br) **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2019** [livro eletrônico] [editor] Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- 1. ed. -- São Paulo, 2020. Disponível em: [www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/20201123121817/tic\\_dom\\_2019\\_livro\\_eletronico.pdf](http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/20201123121817/tic_dom_2019_livro_eletronico.pdf) . Acesso em: 21 mar. 2021.

FREITAS, H. C. A. **A Construção da Rede Sócio-Técnica de Educação de Assentados da Reforma Agrária: o Pronera**. 2007. 235f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MORAES, R. **Análise de Conteúdo**. Revista Educação. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32. 1999.

OLIVEIRA, M. S. L. *et al.* **Diálogos com docentes sobre o ensino remoto e planejamento didático**. Recife: EDUFRRPE, 2020.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. Educação: contraste entre o meio urbano e o meio rural no Brasil. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, v.21, p.63-74, jul./dez. 2019.

SENHORAS, E. M. Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos. **BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)** ano II, vol. 2, n. 5, Boa Vista, 2020, p. 128-136.

SILVA, L. H. Educação do Campo e Pedagogia da Alternância: A experiência brasileira. **Revista de Ciências da Educação**, n.5, p.105-112, jan./abr., 2008.

SOUZA, E. Formação inicial de educadores do campo: contribuições do PIBID Diversidade. In: DAVID, C.; BATISTA, N.L.; Ana Carla LENZ, A. C. (Org.). **Formação inicial e continuada de educadores do campo: vivências, práticas e desafios**. 1ed. Rio de Janeiro: Dicio Brasil, 2020, p. 97-114.



# CAPÍTULO 2

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA FACE A RESPOSTA DAS UNIVERSIDADES À PANDEMIA DE CORONAVÍRUS

**Izaque Benedito Miranda Batista**, Graduado em Medicina pela Universidade de Vassouras (2005), Especialização em Medicina do Tráfego e Medicina do Trabalho

**Simoni Townes de Castro**, Graduada em Medicina pela Universidade Federal de Rondônia (2008). Especialista em Medicina de Tráfego. Pós-graduação em Psiquiatria - Universidade Estácio de Sá - Rio Janeiro

**Daniel Adner Ferrari**, Graduado em Engenharia de Controle e Automação, Mecatrônica, PUC/PR, Pós-graduado em Metodologia e Docência do Ensino Superior pela Faculdade Eficaz, Maringá/PR, Porto Velho, Rondônia

**Cleison Paloschi**, Bacharel em Ciências Contábeis, UNOPAR (2017). Graduando em Medicina pela Universidade Federal de Rondônia

**Marcos Vinicius Marques de Lima**, Graduação em Enfermagem pela Faculdade São Lucas (2012). Especialização em Enfermagem do Trabalho pela Faculdade de Pimenta Bueno, Brasil (2013). Enfermeiro do Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia, Brasil

**Matheus Henrique da Silva Ono**, Graduando em Medicina pela Universidade Federal de Rondônia. Graduando em Gestão Financeira. Centro Universitário Leonardo da Vinci, UNIASSELVI, Brasil

### RESUMO

No dia 11 de Março de 2020, a Organização Mundial da Saúde classificou o estado de contaminação do novo coronavírus como pandemia. Em decorrência disso, o Ministério da Educação publicou a portaria nº 343 de 17 de março de 2020, autorizando em caráter excepcional a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durarem as restrições sanitárias. Dessa forma, o trabalho em questão visa analisar as condutas adotadas pelas universidades federais da região Norte que possuem o curso de medicina para a continuação das atividades diante da conjuntura atual. Este artigo fundamenta-se por meio de revisão bibliográfica de publicações oficiais do governo, sendo os principais norteadores da pesquisa as leis, normativas, publicados no Diário Oficial da União. Além disso, valeu-se das portarias e resoluções referentes à suspensão das atividades presenciais e à regulamentação do Ensino Remoto Emergencial das universidades federais possuintes de cursos de medicina na região Norte. Todas as Universidades analisadas suspenderam suas atividades presenciais a partir do mês de Março de 2020. Contudo, a regulamentação e o retorno das atividades de maneira remota ocorreram em momentos diferentes. A Universidade Federal do Amazonas foi a primeira a suspender as atividades remotas no dia 13 de Março de 2020 e a Universidade Federal do Amapá foi a última a suspender as atividades, no dia 30 de Março de 2020. Quanto ao retorno das atividades por meios digitais, a Universidades Federais do Amazonas e do Amapá foram as primeiras, retomando as aulas de maneira remota a partir do dia 08 de Setembro de 2020 e a última a retornar foi a Universidade Federal do Pará no dia 01 de Março de 2021. Diante desses dados, infere-se que, em consonância com a autonomia que as Universidades Federais gozam, as instituições de ensino adotaram medidas para contornar o impasse decorrente da pandemia de acordo com a realidade de cada Estado. Ademais, até o momento da realização deste estudo, não é possível avaliar qual universidade agiu de maneira





mais eficiente quanto à retomada das atividades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Remoto, Coronavírus, Universidades, Autonomia.

## **INTRODUÇÃO**

Em 11 de março de 2020 a Agência Brasil, Empresa Brasil de Comunicação (EBC), notícia ao Brasil que a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou o estado da contaminação pelo novo coronavírus, iniciado na China e mundialmente difundido, de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional para pandemia. Segundo Tedros Adhanom, diretor geral da OMS, o que torna tão preocupante é a rápida capacidade de contaminação do vírus, além da falta de ação dos governos. Simultaneamente, no Brasil já havia 52 casos confirmados em 07 estados e o Distrito Federal e 907 casos suspeitos. (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Em 12 de março de 2020 o Ministério da Saúde publicou a portaria nº 356, de 11 de março de 2020, que regulamentou a lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, dando início às medidas de enfrentamento ao coronavírus, dentre outras medidas instituídas a quarentena está estabelecida no artigo 04, deixando claro que a declaração/edição da mesma é de responsabilidade dos secretários de saúde de cada Estado, Município, Distrito Federal ou Ministro de Estado da Saúde ou superiores, com a finalidade de garantir a manutenção dos serviços de saúde em todo o território nacional. (BRASIL, 2020).

A respeito do ensino superior o Diário Oficial da União publicado em 01 de Abril de 2020 a medida provisória de nº 934, dispensando as instituições de educação superior do cumprimento do número mínimo de dias letivos, excepcionalmente para o ano letivo afetado pelas medidas instituídas no enfrentamento ao novo coronavírus, deixando a observância às normas posteriormente editadas por cada sistema de ensino. (BRASIL, 2020).

Diante do estado pandêmico, as instituições de ensino assim como a população mundial iniciaram a adequar-se às novas regras de biossegurança. Também as atividades acadêmicas de todo o país, precisaram adequar-se à nova realidade, inicialmente com a perspectiva do breve controle dessa situação, todas as atividades foram suspensas, porém com o protelar da pandemia surgiu a necessidade de adaptação e retorno do máximo de atividades possíveis de forma segura e efetiva na expectativa de amenizar prejuízos a todos os envolvidos. Dessa forma, o Ministério da Educação publicou a portaria nº343 de 17 de março de 2020, autorizando em caráter excepcional a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durarem



as restrições sanitárias, entretanto o curso de medicina não poderia fazer uso do meio remoto segundo o inciso 3 do artigo primeiro desta portaria. Posteriormente alcançaria a liberação na portaria nº345 do dia 19 de março de 2020, e derradeiramente a portaria 544 de 16 de junho de 2020, que revoga as anteriores (BRASIL, 2020).

Face a narrativa exposta, vale analisar como as universidades reagiram mediante a crise sanitária de escala mundial, tanto no tempo de resposta protegendo seus alunos impedindo aglomerações e com isso a contaminação pelo novo coronavírus, quanto a sua capacidade de adequação à nova realidade imposta pelas limitações de circulação de pessoas ou impossibilidade de reuni-las em um mesmo ambiente físico, e ainda assim manter o andamento dos cursos de graduação. Para este estudo optou-se por levantar os dados contidos em documentos oficiais das universidades da região norte do Brasil e portarias dos órgãos governamentais, sobre paralisações e/ou restrições, normatizações e liberações de atividades educacionais.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Dada com as justificativas propostas para debate desta temática, fundamenta-se a revisão bibliográfica majoritariamente em publicações oficiais do governo. Dessa forma, os principais norteadores desta pesquisa são as leis, resoluções e normativas, publicados em Diário Oficial da União, acerca das diretrizes para o ensino a partir da pandemia de coronavírus instalada no país no início de 2020.

Ademais, ciente da decisão do supremo tribunal federal que garantiu a autonomia de prefeitos e governadores sobre as decisões em relação às medidas não farmacológicas tomadas para prevenção do coronavírus, este estudo optou por avaliar também, documentos emitidos por cada secretaria estadual acerca do tema. Assim, o segundo nível de análise envolveu publicações oficiais estaduais, dos estados da região norte do Brasil.

Por fim, inclui-se nesta revisão, as publicações oficiais de cada universidade federal, possuinte de curso de medicina, dentre elas os documentos que traçam as diretrizes elaborados em geral por grupos internos formados para enfrentamento a pandemia e os calendários acadêmicos de onde foram retiradas, principalmente as datas de reinício de semestre após as paradas declaradas para evitar a transmissibilidade do coronavírus.



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### UFAC

A Universidade Federal do Acre (UFAC), concomitantemente com a equipe gestora do Colégio de Aplicação (CAP), do dia 18 de março de 2020 deliberou em assembleia a suspensão das atividades até o dia 30 de março, com orientação aos seus alunos de permanecer em casa e evitar aglomerações, além de salientar o fato de não se tratar de um período de férias, existindo então a possibilidade de os professores encaminharem atividades a serem realizadas em casa (UFAC, 2020).

Como resultado dos decretos nº 5.496/2020, de 20 de março de 2020, do Governo do Estado do Acre e o decreto nº 237, de 27 de março de 2020, da Prefeitura Municipal de Rio Branco, a presidente do Conselho Universitário da Universidade Federal do Acre, publicou a Resolução nº 4, de 30 de março de 2020 em que resolveu:

Art. 1º Suspender as aulas de educação básica no Colégio de Aplicação, graduação e pós-graduação presenciais, bem como a realização de eventos no âmbito da UFAC, por tempo indeterminado. (CUNHA, 2020).

Art. 4º Eventualmente, atividades acadêmicas ou administrativas presenciais poderão ser autorizadas para serem realizadas pela autoridade administrativa competente, de acordo com a área, desde que observadas as recomendações de higienização, não aglomeração e de necessidade de quarentena dos servidores. (CUNHA, 2020)

Considerando, dentre outras, o quarto artigo desta resolução a Pró-Reitora de graduação da Universidade Federal do Acre publica a primeira instrução normativa de 13 de abril de 2020 sobre as condutas a serem seguidas no período de suspensão das atividades, concernente aos cursos presenciais. Para esta, além de suspensas as atividades, deixa claro a não permissão do uso de tecnologias e nem atividades com a finalidade de reposição de aulas ou conteúdos, assegurando a reposição integral e reprogramação do calendário acadêmico (DAMASCENO, 2020).

A suspensão das atividades perdurou até a publicação da Resolução nº 11, de 28 de agosto de 2020, do conselho universitário, que dentre outros levou em consideração a Portaria MEC Nº 544, de 16 de junho de 2020, que abriu a possibilidade de aulas por meios digitais durante a pandemia. Esta resolução aprovou em caráter excepcional e temporário o ensino por meios remotos e de forma emergencial, tendo em anexo um novo calendário especial, com início em 02 de setembro de 2020 com a definição das disciplinas a serem ofertadas, passando por um período de capacitação dos docentes e matrículas dos alunos, com aulas iniciando no dia 26 de outubro com término do período letivo especial em 28 de janeiro de 2021. (CUNHA, 2020).





Em 5 de janeiro de 2021, o conselho universitário aprova as resoluções nº 19 e 20 sobre a retomada do ano letivo de 2020, início de 2021 e período letivo complementar para os Cursos de Graduação presenciais com a publicação do calendário acadêmico, além de regulamentar a oferta das atividades de forma remota, híbrido e presencial, 2020/1, 2020/2 e 2021/1 (CUNHA, 2021).

## **UNIFAP**

No Amapá, como em todos os estados brasileiros, também se fez necessárias restrições a todas as atividades que causariam aglomerações cessando-se todas as atividades educacionais do estado (BRASIL, 2020).

Continuadamente, no dia 30 de março de 2020, através da resolução nº 07, a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) declarou suspenso o calendário acadêmico por tempo indeterminado e de forma subsequente a implantação do ensino de forma remota a partir do dia 31 de março de 2020, tendo para isso, a portaria N°343 de 17 de março de 2020 Brasil (2020).

Art. 1º Suspende, *ad referendum*, o Calendário Acadêmico 2020 por tempo indeterminado, a partir do dia 31 de março do ano corrente. (OLIVEIRA, 2020, p. 1)

Dessa forma, decidiu-se também que todas as atividades iniciadas antes da paralisação continuariam válidas após o posterior retorno do calendário acadêmico. Sendo assim, o ensino remoto já aprovado anteriormente foi iniciado no dia 03 de novembro de 2020, regulamentado pela resolução N 14. de 07 de outubro de 2020 (REIS, 2020).

## **UFAM**

No dia 16 de Março de 2020, o poder executivo do Amazonas, por meio do Decreto N° 42.061/2020, declarou emergência na saúde pública no Estado, iniciando as primeiras medidas de restrições nesta região por 120 dias, sendo estas medidas retificadas pelo Plano de Contingência Estadual para Infecção Humana pelo SARS-Cov-2 (COVID-19).

De modo antecipado em relação ao decreto do Estado do Amazonas, a Universidade Federal do Amazonas suspendeu, por meio da Portaria N° 626/2020, as atividades presenciais acadêmicas e administrativas a partir do dia 13 de Março de 2020. No dia 12 de Agosto de 2020, a reitoria da Universidade aprovou, por meio da resolução N° 003/2020, o Regulamento do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e o Calendário Acadêmico Especial, no âmbito do



ensino de graduação da UFAM

Foi estabelecido que o ERE será executado principalmente por meio da plataforma *G-Suite for Education*, utilizando as ferramentas do *Google Classroom*, *Google Meet*, *Lives*, *Jamboard*, *Google Drive* e *Youtube*.

Os componentes curriculares deverão ser deliberados pelo Colegiado do Curso. Além disso, a adesão ao ERE será voluntária e facultativa, tanto para o docente, quanto para o discente.

Alicerçado nestas regras, as aulas retornaram no dia 08 de Setembro de 2020 por meio de atividades remotas e finalizou o período letivo 2020-especial no dia 14 de Dezembro de 2020. Para o ano de 2021, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Amazonas, por meio da Resolução N° 006, de 18 de Março de 2021, autorizou o retorno das atividades acadêmicas da graduação e orientou a respeito das demais atividades da UFAM durante o período de pandemia da COVID-19.

## UFPA

O governo do estado do Pará, lançou em 16 de março de 2020, o decreto de número 609 que trata sobre as medidas preventivas para a evolução da pandemia de coronavírus. Este decreto trata pontos como a suspensão das aulas em escolas da rede pública do estado, a capacidade de cada órgão governamental de gerir as atividades que serão realizadas remotas ou não, além da autonomia à regulamentação das aulas para os cursos da área da saúde na Universidade Estadual do Pará.

No dia 13 de março de 2020, a Universidade Federal do Pará instalou um grupo de trabalho específico para as ações sobre a COVID-19. Cabendo a este grupo desde então, acompanhar a evolução epidemiológica do coronavírus no estado e estabelecer medidas preventivas. Como, segundo o boletim informativo da universidade, o estado ainda não apresentaria casos positivos do vírus, para a data avaliada, optou-se pela permanência das atividades acadêmicas de forma regular (GRUPO DE TRABALHO DA UFPA, 2020).

O GT é composto por pesquisadores da área de saúde, administração, comunicação, gestores de ensino, pesquisa e extensão, representantes de dirigentes de unidades e *campi*, além de representação estudantil, sob a presidência da professora Rita Medeiros, infectologista do Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUIBB). Com atuação permanente, o grupo avaliará o andamento do cenário da epidemia no país e no Pará e divulgará, quando necessário, novas recomendações. (GRUPO DE TRABALHO DA UFPA, 2020)



Já no dia 19 de março de 2020, através de nota oficial, a UFPA suspende, pela primeira vez, as atividades acadêmicas em todos os campi, para esta data, foi optado por não oferecer aulas remotas. No entanto, permanece critério de cada unidade, a avaliação sobre disponibilidade de ensino através dos meios tecnológicos no futuro. (GRUPO DE TRABALHO DA UFPA, 2020)

Ademais, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Pará aprovou no dia 22 de dezembro de 2020 o calendário acadêmico de 2021 com 270 dias letivos, separados em três semestres de 90 dias. Este calendário prevê o retorno às aulas para o dia 1 de março de 2021, seguindo pelos três semestres e encerrando em 8 de fevereiro de 2022. Desse modo, ficou a critério das condições avaliadas de saúde pública ao decorrer do período letivo de 2021 o meio pelo qual as atividades serão administradas, remoto, híbrido ou presencial, de acordo com cada “bandeira” adotada (SOUZA - ASCOM, 2021).

## UNIR

No dia 16 de março de 2020, através do decreto 24871/2020, o governador do estado de Rondônia em exercício, declarou suspensas todas as atividades educacionais da rede privada e pública, assim como todas as atividades que possam provocar aglomerações.

Nesse sentido, Santos (2020), destaca que:

Art. 5º Ficam suspensas pelo prazo de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogadas por iguais períodos, as atividades educacionais em todas as instituições das redes de ensino pública e privada. (SANTOS, 2020, p. 2)

Assim, mesmo sendo a nível estadual, a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), se baseando nas medidas restritivas contidas neste decreto optou por suspender todas as atividades dos diversos campus do estado. A reitoria da Universidade Federal De Rondônia (UNIR) diante do cenário mundial da pandemia de COVID-19 e a iminente onda de contágio, no dia 16 de março de 2020, por meio de comunicado postado na página online da instituição declarou suspensas todas as atividades acadêmicas, primeiramente por 30 dias (OTT, 2021).

Finalizado esse primeiro prazo, devido a expansão da pandemia, foi decidido pelo Conselho Superior Acadêmico (CONSEA) a suspensão do calendário acadêmico 2020 até o encerramento das medidas sanitárias relacionadas ao coronavírus aplicadas em todo território nacional e decreto estadual 24.871/2020 (OTT, 2020).

Nesse contexto, visando o retorno das instituições educacionais, no dia 09 setembro de



2020, foi lançada a resolução Nº 254 do CONSEA autorizando a retomada do calendário acadêmico, com início em 13 de outubro de 2020, de forma remota. Logo, parte dos departamentos iniciaram a aplicação do conteúdo que já tinha sido iniciado no primeiro semestre do mesmo ano. Dessa forma o curso de medicina, organizou suas atividades em ambiente hospitalar, liberadas apenas para as turmas em período de internato médico e mediante disponibilização de EPIs e a aplicação do ensino remoto para as demais turmas em 08 de fevereiro de 2021.

## **UFRR**

No dia 19 de Março de 2020, a Secretaria de Estado de Saúde de Roraima publicou o Plano de Contingência do Estado de Roraima para o Enfrentamento da Doença pelo Coronavírus 2019 (COVID-19) (2020), com o objetivo de orientar as redes de serviços de atenção à saúde e a vigilância em saúde dos municípios de Roraima na identificação, notificação e manejo clínico adequado de casos suspeitos para a doença pelo COVID-19.

Posteriormente, no dia 25 de Março de 2020, o Governo do Estado de Roraima, por meio do Decreto Nº 28.657-E, instaurou o Comitê de Crise para Enfrentamento da emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e Nacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no Estado de Roraima, visando articular os órgãos estaduais e entidades quanto às medidas a serem adotadas para minimizar os impactos decorrentes da pandemia.

No dia 16 de Março de 2020, a Universidade Federal de Roraima (UFRR) suspendeu as aulas presenciais (DAMA,2020). Neste mesmo dia, a Reitoria da Universidade publicou a Portaria Normativa Nº 001/2020-GR/UFRR que instituiu o Regime Acadêmico Especial a partir do dia 17 de Março de 2020. Contudo, a portaria normativa Nº 004/2020-GR/UFRR publicada no dia 23 de Março de 2020 tornou sem efeito a primeira portaria, suspendendo as aulas remotas. Somente no dia 18 de Agosto de 2020, através da Resolução CEPE/UFRR Nº 012, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estabeleceu e regulamentou o Ensino Remoto Emergencial da UFRR, retomando o período letivo suplementar 2020.1 no dia 08 de Setembro de 2020 e com previsão do período letivo suplementar 2020.2 a ser executado a partir do dia 08 de Fevereiro de 2021. Esta modalidade de ensino foi prorrogada para o ano de 2021 por meio da Resolução CEPE/UFRR Nº 035, de 03 de maio de 2021, instituindo o Calendário Suplementar 2021.





## UFT

No dia 12 de março de 2020, o governo estadual do Tocantins, através de publicação do decreto Nº 6.064, instalou o Comitê de Crise para a Prevenção, Monitoramento e Controle do Vírus COVID-19. Este documento visa a criação de estratégias e soluções gerenciais para manutenção da ordem pública e qualidade de vida dos habitantes do estado.

Na mesma medida, o decreto Nº 6.066, de 16 de março de 2020 acrescenta sobre as atividades referentes ao que cada órgão governamental deverá empenhar na intenção de amenizar não farmacologicamente a propagação do COVID-19.

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), seguindo orientações do Comitê de Governança, criado para ações relacionadas ao coronavírus, declarou através da instrução normativa 02/2020 a suspensão das atividades presenciais de ensino no dia 16 de março de 2020 sob as considerações da portaria 343 do Ministério da Educação. Através desta, recomenda-se a substituição das atividades presenciais por atividades domiciliares e remotas planejadas e orientadas pelos docentes, bem como a interação entre professor e aluno por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (PRÓ-GRAD UFT, 2021).

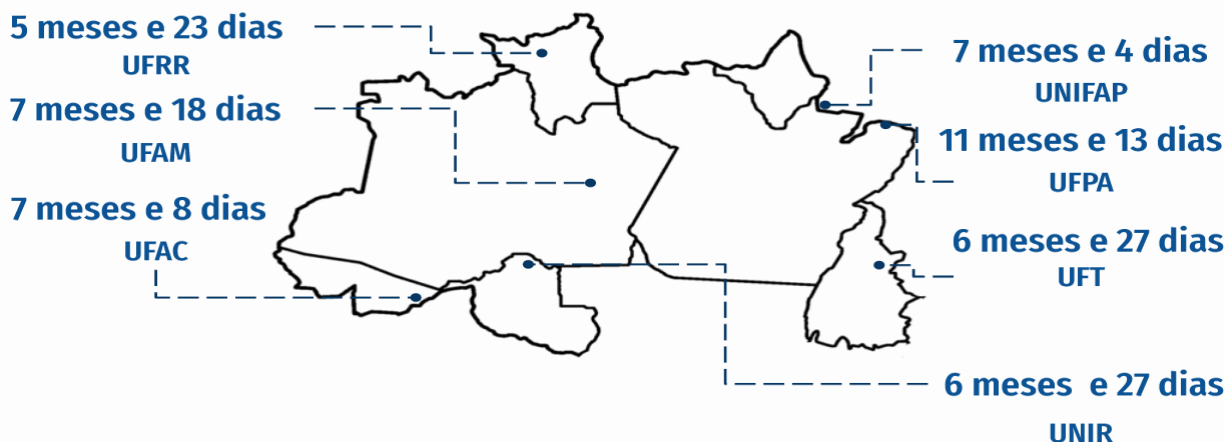
Além desta, a UFT declarou através da RESOLUÇÃO Nº 23, de 30 de março de 2020 o Plano de Contingência para desenvolver as atividades administrativas e acadêmicas da UFT, dispondo acerca das medidas de prevenção ao coronavírus de forma que sejam menos prejudicadas as essencialidades para o funcionamento da faculdade. De acordo com o calendário emergencial publicado no dia 8 de outubro de 2020 através da Resolução Nº28, que traça das diretrizes gerais para desenvolvimento das atividades acadêmicas, as aulas retornaram no dia 13 de outubro de 2020 em semestres com duração mais curta do que o normal e em ensino de forma preferencialmente remota.

## COMPARAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADES

Para favorecer a visualização das reações das universidades, elaborou-se um mapa ilustrativo com o tempo que cada uma delas levou para responder à pandemia. Ressalta-se que algumas entidades autorizaram o retorno de alguns cursos em específicos, mas esta pesquisa buscou considerar “retorno às atividades” quando a maioria dos cursos de cada entidade foi retomado.

**Figura 1:** Tempo sem Atividade Acadêmica nas Universidades do Norte

### **Intervalo de Tempo entre a suspensão e a retomada das aulas**



Fonte: Mapa organizado pelos próprios autores-2021

Assim, nota-se que a Universidade Federal de Roraima foi quem permaneceu menos tempo sem atividades, seguida por UFT e UNIR com o mesmo período. Ainda, UNIFAP com 7 meses e 4 dias, UFAC com 7 meses e 8 dias e UFAM com 7 meses e 18 dias dão sequência. Por fim, a universidade que manteve-se por mais tempo parada foi a UFPA com 11 meses e 13 dias.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a confirmação do primeiro caso de Coronavírus no Brasil no dia 26 de fevereiro de 2020, acendem-se os alertas para a expansão do vírus no país. Nesse contexto, as medidas já praticadas na prevenção do aumento dos níveis epidemiológicos precisaram ser reanalisadas. Dessa forma, coube às universidades federais, dentro da sua autonomia, avaliar a necessidade da suspensão das atividades acadêmicas, bem como de quais ações deveriam ser tomadas nesse intuito.

À medida que o Coronavírus avançava em território nacional, o Supremo Tribunal Federal optou, ainda no início da pandemia, por delegar as decisões sobre quarentena para cada estado e município, eximindo o Governo Federal não das tomadas de decisões sobre a pandemia, mas de decidir sobre qual estado ou cidade deveria por exemplo: fechar o comércio, pausar as atividades acadêmicas, coibir aglomerações etc. Essa deliberação do Supremo, baseou-se no fato de que seria mais preciso se este tipo de competência se desse forma mais regional.

Esta temática, portanto, suscitou uma revisão bibliográfica sobre o paralelo entre o



avanço da pandemia, o comportamento profilático dos estados e das universidades federais da região norte do estado, considerando que estas não são de gerência estadual. Ainda, vale ressaltar que as UF's são uma autarquia de administração própria, ou seja, mesmo o governo federal, tem poderes limitados dentro dos Campi, sendo as áreas de gestão das UF's, uma entidade de condução própria.

Nessa circunstância, nota-se um ponto de intersecção no período entre o dia 13 de março e o dia 20 de março quando, na maioria das faculdades nortistas, houve a interrupção das atividades acadêmicas. Consoante, para as datas das devidas pausas, não transcorreram recomendações para a adoção do ensino remoto, posto que, de acordo com a análise proposta, algumas universidades apresentaram certa relutância em adotar os meios eletrônicos de ensino a distância. Dessa forma, a maioria das entidades analisadas cessou as atividades por um tempo determinado, sequentemente cessou de forma temporária novamente, e em algumas, por mais de duas vezes até o cessamento completo decretado de sem data de volta.

Por esses meios, fica em aberto a possibilidade de um estudo sobre os impactos que este tempo “parado” causou na educação. Cabe também, ressaltar que estas instituições não retomaram o ensino presencial tradicional até a data desta pesquisa e que fica a título de reflexão futura, quais diferenças estas novas metodologias trouxeram no aproveitamento das disciplinas ofertadas. Por fim, assim como muitas outras indagações sobre a pandemia, este levantamento deixou muitas opções em aberto: se foi melhor esperar para optar pelos métodos remotos, se esses métodos quando adotados mostraram-se eficientes, e qual universidade traçou o melhor caminho.


## REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Gabinete do Governador do Estado do Amazonas. **DECRETO Nº 42.061, DE 16 DE MARÇO DE 2020**. Manaus, 2020.

BRASIL. GOVERNO FEDERAL. **LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020**: Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020**: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PORTARIA Nº 345, DE 19 DE MARÇO DE 2020**. 2020. Disponível em:



<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/03/2020&jornal=603&pagina=1>. Acesso em: 21 maio 2021.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **RESOLUÇÃO Nº 003, DE 12 DE AGOSTO DE 2020**. Manaus, 2020.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Conselho Universitário. **RESOLUÇÃO Nº 006, DE 12 DE AGOSTO DE 2020**. Manaus, 2020.

GRUPO DE TRABALHO DA UFPA SOBRE O CORONAVÍRUS. Universidade Federal do Para. **BOLETIM – 06/01/2021**. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.ufpa.br/not%C3%ADcias/gt-da-ufpa-sobre-o-novo-coronav%C3%ADrus-informa-atualiza%C3%A7%C3%A3o-das-bandeiras>. Acesso em: 21 maio 2021.

PASSOS, Vânia Maria de Araújo *et al.* **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2020**. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/1K19yAKJS6e7MIX5Q-ntdA>. Acesso em: 20 maio 2021.

COLÉGIO DE APLICAÇÃO - Consumi, Universidade Federal do Acre. **Suspensão das atividades de 18 a 31 de março de 2020**. Disponível em: <http://www.ufac.br/site/comunicados-informes/2020/comunicado-colegio-de-aplicacao-1>. Acesso em: 20 maio 2021

SANTOS, Marcos Jose Rocha dos. **DECRETO Nº 24.871, DE 16 DE MARÇO DE 2020**. 2020. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/publicacao/decreto-n-24-871-de-16-de-marco-de-2020-estado-de-calamidade-publica-atualizacao/>. Acesso em: 20 maio 2021.

OTT, Ari Miguel Teixeira. **Comunicado da Reitoria sobre suspensão das aulas em razão do novo Coronavírus**. Disponível em: <https://www.unir.br/index.php?pag=noticias&id=28019>. Acesso em: 20 maio 2021.

OTT, Ari Miguel Teixeira. **CONSEA suspende calendário acadêmico UNIR 2020**. Disponível em: <https://www.unir.br/index.php?pag=noticias&id=28032>. Acesso em: 20 maio 2021.


PARÁ. GOVERNO DO ESTADO. **DECRETO Nº 609, DE 16 DE MARÇO DE 2020**. Disponível em: [https://transparenciacovid19.pa.gov.br/sites/default/files/docs\\_oficiais/2020.04.06.extra\\_.pdf](https://transparenciacovid19.pa.gov.br/sites/default/files/docs_oficiais/2020.04.06.extra_.pdf). Acesso em: 20 maio 2021.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO, CONSUNI. **RESOLUÇÃO Nº 23, DE 30 DE MARÇO DE 2020**. UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/L9JzxjU0SUm6hnhqfg21p0Q>. Acesso em: 20 maio 2021.

CUNHA. Margarida de Aquino. **Resolução nº 4, de 30 de março de 2020**. Disponível em: <http://www2.ufac.br/site/ocs/conselho-universitario/resolucoes/resolucoes-2020/resolucao-no-4-de-30-de-marco-de-2020>. Acesso em: 20 maio 2021.

DAMASCENO, Ednacelí Abreu. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 13 DE ABRIL DE**





**2020 (REEDITADA). 2020. PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE.** Disponível em: <http://www.ufac.br/site/comunicados-informes/2020/instrucao-normativa-prograd-no-01-de-06-de-abril-de-2020/InstruoNormativaProgradn1verso13.04.2020.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021

CUNHA, Margarida de Aquino. **Resolução nº 11, de 28 de agosto de 2020.** 2020. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Disponível em: <http://www2.ufac.br/site/ocs/conselho-universitario/resolucoes/resolucoes-2020/resolucao-consu-no-11-de-28-de-agosto-de-2020.pdf/view>. Acesso em: 20 maio 2021.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS. **DECRETO NO 6.064, DE 12 DE MARÇO DE 2020.** 2020. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/498485/>. Acesso em: 20 maio 2021.

CUNHA, Margarida de Aquino. **RESOLUÇÃO Nº 19, DE 5 DE JANEIRO DE 2021.** 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Disponível em: [http://www2.ufac.br/site/ocs/conselho-universitario/resolucoes/resolucoes-2020/resolucao-consu-no-19-2020-retomada-do-ano-letivo-2020-sei\\_23107-017686\\_2020\\_37.pdf/view](http://www2.ufac.br/site/ocs/conselho-universitario/resolucoes/resolucoes-2020/resolucao-consu-no-19-2020-retomada-do-ano-letivo-2020-sei_23107-017686_2020_37.pdf/view). Acesso em: 20 maio 2021.

CUNHA, Margarida de Aquino. **RESOLUÇÃO Nº 20, DE 5 DE JANEIRO DE 2021.** 2021. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Disponível em: [http://www2.ufac.br/site/ocs/conselho-universitario/resolucoes/resolucoes-2020/resolucao-consu-no-20-2020-calendario-academico-2020-2021sei\\_23107-016946\\_2020\\_57.pdf/view](http://www2.ufac.br/site/ocs/conselho-universitario/resolucoes/resolucoes-2020/resolucao-consu-no-20-2020-calendario-academico-2020-2021sei_23107-016946_2020_57.pdf/view). Acesso em: 20 maio 2021.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO -CONSUNI, UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **RESOLUÇÃO Nº 28, DE 08 DE OUTUBRO DE 2020.** 2020. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/m356DUWVSWGkBG2LOm363Q>. Acesso em: 20 maio 2021.


OLIVEIRA, Júlio Cesar Sá de. **RESOLUÇÃO N.7 DE 30 DE MARÇO DE 2020.** 2020. Disponível em: <http://www.unifap.br/wp-content/uploads/2020/03/7-suspende-atividades-tempo-indeterminado>. Acesso em: 21 maio 2021.

BRASIL. Waldez Góes. Decreto Nº 1497 de 03 de Abril de 2020. **DECRETO Nº 1497 DE 03 DE ABRIL DE 2020.** 2020. Disponível em: [http://transparencia.ap.gov.br/relatorios/covid/legislacoes/decretos/DECRETO\\_N\\_1497\\_DE\\_03\\_DE\\_ABRIL\\_DE\\_2020](http://transparencia.ap.gov.br/relatorios/covid/legislacoes/decretos/DECRETO_N_1497_DE_03_DE_ABRIL_DE_2020). Acesso em: 21 maio 2021.

DAMA, Juliana. **UFRR suspende aulas presenciais e limita acesso a biblioteca por novo coronavírus.** 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/03/16/ufrr-suspende-aulas-presenciais-e-limita-acesso-a-biblioteca-por-novo-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 21 maio 2021.

SOUZA, Jéssica. **UFPA Divulga Calendário Acadêmico para 2021.** 2020. Universidade Federal do Pará - Assessoria de Comunicação Institucional. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias/12180-proposta-de-calendario-academico-2021-e-apresentada-no-consepe>. Acesso em: 21 maio 2021.

REIS, Seloniel Barroso dos. **RESOLUÇÃO N.14 DE 07 DE OUTUBRO DE 2020.** 2020.



Disponível em: <http://www.unifap.br/wp-content/uploads/2020/10/Res>. Acesso em: 21 maio 2021.

RORAIMA. Secretaria de Estado da Saúde. **PLANO DE CONTINGÊNCIA DO ESTADO DE RORAIMA PARA ENFRENTAMENTO DA DOENÇA PELO CORONAVÍRUS 2019 (COVID-19)**. Boa Vista, 2019.

RORAIMA. Palácio Senador Hélio Campos/RR. **DECRETO Nº 28.657-E DE 25 DE MARÇO DE 2020**. Boa Vista, 2020.

RORAIMA. Universidade Federal de Roraima. Gabinete da Reitoria. **PORTARIA NORMATIVA Nº 001/2020-GR/UFRR**. Boa Vista, 2020.

RORAIMA. Universidade Federal de Roraima. Gabinete da Reitoria. **PORTARIA NORMATIVA Nº 004/2020-GR/UFRR**. Boa Vista, 2020.

RORAIMA. Universidade Federal de Roraima. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **RESOLUÇÃO CEPE/UFRR Nº 035, de 03 de maio de 2021**. Boa Vista, 2021.

RORAIMA. Universidade Federal de Roraima. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **RESOLUÇÃO CEPE/UFRR Nº 012, de 18 de agosto de 2020**. Boa Vista, 2020.

AGÊNCIA BRASIL. Empresa Brasil de Comunicação. **Organização Mundial da Saúde declara pandemia de coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/organizacao-mundial-da-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 21 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Governo Federal. **PORTARIA Nº 356, DE 11 DE MARÇO DE 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>. Acesso em: 21 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **PORTARIA Nº 544, DE 16 DE JUNHO DE 2020**. 2020. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/06/2020&jornal=515&pagina=62>. Acesso em: 21 maio 2021.

BRASIL. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 934, DE 1º DE ABRIL DE 2020**, Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em: mai. 2021.



# CAPÍTULO 3

## HEIDEGGER E BYUNG-CHUL HAN: A QUESTÃO DA MORTE

**Elnora Gondim**, Professora UFPI, Doutora em Filosofia  
**Tiago Tendai Chingore**, Universidade Licungo/Moçambique, Doutor em Filosofia

### RESUMO

A filosofia desde os seus primórdios se preocupou com os fundamentos da vida humana e de toda a realidade. Desde os pré-socráticos, a primeira pergunta era sobre a *arché* de todas as coisas, isto é, um primeiro fundamento para o mundo como um todo. Desse modo, as questões filosóficas sempre, desde o seu início, se preocupavam com a unidade e a multiplicidade, ou seja, tematizar a unidade na qual cada singular encontra seu sentido. Nesse contexto, no presente trabalho, objetivamos discutir se a filosofia pode ou não colocar algo a trabalhar questões singulares. Se, a partir do seu conteúdo, nós podemos responder ao questionamento que diz: qual é nosso sentido no mundo da vida? Nessa perspectiva, em plena crise pandêmica, acreditamos que a teoria de Heidegger e de Byung-Chul Han.

**PALAVRAS-CHAVE:** Heidegger, Byung-Chul Han, morte, pandemia, sentido.

### INTRODUÇÃO

Nessa época de pandemia é de se pressupor que as pessoas tendam mais às reflexões sobre a vida, **sobre a humanidade e sobre o** tratamento em relação ao outro. É nesse contexto que, além de tudo, pode-se, plausivelmente, notar a importância da Filosofia como um saber que favorece ao desocultamento daquilo que é mais humano no homem: o seu próprio sentido.

É nessa perspectiva que se faz como condição *sine qua non* uma valorização do saber filosófico enfatizando a sua aplicabilidade para questões fundamentais relativas aos seres humanos. Lembrando Heidegger, em *Ser e Tempo*, por exemplo, podemos refletir em relação à postura da única possibilidade que impossibilita todas as outras: a morte. Em outras palavras, no contexto pandêmico uma atitude reflexionante sobre o tema é questão fundamental para que possamos melhorar a nossa existência no mundo da vida.

Para tanto, urge fazer-se uma análise sobre alguns desdobramentos de tal tema, porquanto esta pandemia do coronavírus, claramente, não pode ser resumida apenas a um



fenômeno biológico que se abateu sobre os seres humanos; afinal, para compreender a sua disseminação, é preciso levar em conta a cultura humana (hábitos alimentares), a economia e o comércio globais, a espessa rede de relações internacionais, os mecanismos ideológicos de medo e pânico.

Entretanto, à medida que a Covid-19 – doença causada pelo novo coronavírus, se espalha pelo mundo, nota-se que tal doença não discrimina os povos. Assim sendo, desde os países mais desenvolvidos até os em via de desenvolvimento, eles vem sofrendo a ameaça de uma recessão econômica global e de um pânico generalizado. Mas qual é o ponto focal de tal postura da humanidade? Como a humanidade pode aproveitar o momento da situação pandêmica para repensar algumas posturas? Será se a tematização da questão da morte é uma possibilidade de melhora de postura?

### **I BYUNG-CHUL HAN, O REI E HEIDEGGER**

Aqui constatamos, claramente, embora a presença de muitos outros pensadores como Hegel, Adorno, Kant e Levinas, é grande a influência de Heidegger em relação ao pensador coreano. Temas como a morte, a autonomia, a liberdade, o Ser e a alteridade nos mostram isso. No entanto, ele não para, somente, aí, pois o autor de *Alteridade e Morte* amplia a noção heideggeriana de: “ser para a morte” orientada pela sabedoria budista, onde a consciência da própria finitude conduz à serenidade e à amabilidade. Assim sendo, ele faz críticas à centralidade do eu e uma ênfase na alteridade. É nessa perspectiva que o autor faz uma análise sobre a questão da morte.

Nesse sentido, Byung-Chul Han aponta muito bem quando ele trata da atitude que a maioria das pessoas tem em relação à morte. Para tanto, o autor do livro *Morte e Alteridade* começa seu texto citando *O rei está a morrer.*, uma peça do escritor romeno Eugene Ionesco (1909-1994) que trata da essência da existência humana. Ela é uma profunda experiência teatral frente ao estudo daquilo que é mais certo na existência humana: a morte. Nela o rei moribundo apega-se compulsivamente a si mesmo. Segundo Byung-Chul Han, dada à iminência da morte, ocorre uma *hipertrofia patológica do self*. Isso significa que, mediante a estratégia de sobrevivência, tudo o que existe deve ser feito para o eu. Sendo assim, o rei reage com alucinações narcisistas à morte iminente. Parece-lhe que a morte é algo, completamente, diferente de si mesmo e que o eu cobre tudo ao seu redor. Então o rei diz: «Eu me vejo. Por trás de tudo que sou Eu. Em todo lugar só eu Eu sou a terra, eu sou o céu, Eu sou o vento, eu sou o





fogo ».(HAN, 2020, P. 15) Isso chama-se o sentimento perante a morte. Sendo essa a experimentação do fim do *self*. Com tal experimentação, o rei torna-se “um cego de raiva” contra tudo o que não é eu. Assim, o rei ordena a sua governanta que mate as duas aranhas que estão em seu quarto, porquanto ele não quer que nada sobreviva. No entanto, as aranhas passaram tanto tempo em seu quarto que talvez elas tenham adquirido algo dele. Daí o rei desiste de mandar matar as aranhas. Contudo, nada nem ninguém pode sobreviver ao rei. Todavia, por causa de seu “ego patologicamente hipertrofiado”, o rei não percebe o outro como outro. O outro é a imagem refletida de si mesmo ou do não-eu, isso deve ser negado. A revolta contra a morte, a hipertrofia do ego e a negação cega da condição diferente e se reforçam mutuamente.

O que desespera o rei é que com a proximidade de sua morte, o poder real torna-se impotente. Em outras palavras, tudo a sua volta torna-se autônomo. Com isso, tudo está fora de seu alcance. Nada nem ninguém quer obedecer aos seus comandos.

Assim sendo, a morte é contraposta ao poder. Nesse sentido, resistir a morrer e ansiar ao poder tem uma relação recíproca. Se há um distanciamento da morte, aumenta a vontade de poder.

Além do poder, outro aspecto é explorado na peça *O rei está a morrer*: a questão do amor. Tal assunto é falado por uma personagem chamada de rainha Maria, a mesma sugere ao rei moribundo que ame, ame loucamente, pois para ela o amor é tão forte quanto a morte. A morte não resiste ao amor. Ele é a expressão suprema da alteridade.

Outros temas trabalhados no livro *Morte e Alteridade* são a liberdade e a autonomia relacionadas à morte e a filosofia de Heidegger. Nesse sentido, a influência do autor de *Ser e Tempo* aparece veementemente e pode ser relacionada com a capacidade de encarar a morte como ser capaz de ser em si mesmo. Nessa perspectiva, a autonomia no sentido heideggeriano é ter consistência de que somos seres para a morte. Assim sendo, a morte como uma possibilidade extrema do *Dasen* impossibilita todas as outras possibilidades, mas que com ela tenho diante de mim meu ser mais adequado, meu poder-ser de qualquer momento.

Contrário ao ser em si, tanto Byung-Chul Han, com a narrativa do rei, quanto Heidegger, eles falam de um impessoal que não tematiza a questão da morte por medo dela. Sendo assim, tal aspecto é algo considerado inautêntico.

Outro pensador visto no livro do autor coreano é Adorno interpretando qual o tratamento dado por Kant à questão da morte. Pode-se aqui também constatar uma análise da filosofia de



Lévinas sobre o tema em questão.

## II- O ZENBUDISMO E A QUESTÃO DA MORTE

No livro *Filosofia do Zenbudismo* (2002), Byung-Chul Han compara a teoria do Zenbudismo com as filosofias de Platão, Leibniz, Schopenhauer, Nietzsche e Heidegger dentre outros. Ele utiliza tal artifício como um método que tem como objetivo desvelar o sentido. Nessa perspectiva, Byung-Chul Han menciona críticas de Heidegger a Hegel. Ele diz que o pensador de *Ser e Tempo* afirma que, para Hegel, a morte não constitui uma catástrofe. Sendo assim, na filosofia hegeliana, tudo é incondicionalmente seguro. Dessa forma, na filosofia hegeliana o individual cede ao universal e o finito dar espaço ao infinito. O autor de *Morte e Alteridade reflexiona*: houve uma filosofia para a qual a morte é a "catástrofe" por excelência? Como devemos olhar para o perecimento e a decadência? Como vai se fazer falar o silêncio?

Para analisar tais reflexões e continuar com o método da comparação, Byung-Chul Han menciona:

1) Platão e seu diálogo *Fedro*. Nele o tema da morte é tratado como algo que conduz a um objetivo superior. Portanto, ela não é um fim nem uma catástrofe. Nessa perspectiva a morte eleva. Ela aprofunda a interioridade da alma. Sendo assim, filosofar significa morrer. Em outras palavras, significa matar o corpo sensível e desenvolver o racional. Assim sendo: "...El modelo platónico de la muerte determina también la comprensión de esta en Hegel." (HAN, 2002, p. 131);

2) Fichte afirmando que a morte é um princípio, porquanto ela é, apenas, algo que conduz meu espírito para uma nova vida. "Así, en definitiva, «mi muerte» no es posible. Tampoco el otro puede tenerse por «aniquilado para mi espíritu." (HAN, 2002, p. 133);

3) Heidegger, em *Ser e Tempo*, diz:

Por lo que se refiere a la propia concepción de la muerte en Heidegger, ¿en qué medida puede hablarse de una «catástrofe»? En todo caso la muerte constituye una «imposibilidad sin medida de la existencia». ¿En qué consiste esta falta de medida? ¿Alude quizá al carácter catastrófico de la muerte el hecho de que esta arroja el ser en lo absolutamente contrario, a saber, en la nada? En otro pasaje Heidegger caracteriza la muerte como «posibilidad suprema» de «entregarse a si mismo». Llama la atención que él entiende aquí la muerte de manera activa. Por tanto, la muerte no es algo que el Dasein deba sufrir alguna vez contra su voluntad. Entregarse a sí mismo sería quizá menos catastrófico que aquella pasividad en la que yo padeciera el final de mi vida, a saber, viendo cómo la muerte pone fin a mi mismidad, a mi existencia. (HAN, 2002, p. 134)

Assim, Heidegger afirma que o Dasein vive perdido em sua vida comum. Ele, em sua



existência inautêntica, segue os modelos fornecidos pela percepção. Nesse sentido, a morte é uma catástrofe, porque ela retira o Dasein da vida cotidiana e faz com que ele desmorone em si mesmo. Essa catástrofe leva ao Dasein a uma nudez inquietante.

Então Byung-Chul Han diz:

A la vista de la muerte el Dasein despierta para aquella existencia propia que está llevada por una mismidad enfática, en contraposición a la existencia impropia del «uno». La muerte llama al Dasein a la «resolución para si mismo». Llama y despierta sacudiendo al Dasein, «le abre su más propio ser». (HAN, 2002, p. 136)

Nessa perspectiva, a pergunta fundamental da filosofia de Heidegger é aquela sobre o sentido do ser. Assim, a questão maior não é o homem, mas o ser em ser conjunto. Ele é que torna possível a abertura para a compreensão da existência humana e habita a linguagem poética e criadora. Ele não é um ente e é responsável pela linguagem; embora identificando-se com o nada, ele é e não pode ser compreendido a partir de nenhum ente ele; é transcendente em relação ao ente.

E é nesse sentido que compreender a filosofia de Heidegger é mudar o sentido da orientação do olhar e da escuta, é fazer uma ligação primeira entre o pensar, o ser, o homem e a linguagem.

Na poesia, nesse contexto, encontra-se as mensagens do ser. Nela ecoa a voz do ser, por isto, o homem antes de falar, ele deve escutar o apelo do ser. Dessa forma, a palavra resgatara a sua essência. A poesia, então, esta relacionado com a questão do sentido do ser e da verdade e o poeta é aquele que escuta a todos vibrações do vazio.

No entanto, para Heidegger, a ciência moderna aniquilou a coisa. A coisidade da coisa, dessa forma, vem sendo aniquilada, permanecendo esquecida. Assim, ficou oculto o sentido e a verdade do ser dos entes. Então, a coisidade da coisa não chega a ser mostrada nem a ser falada.

Porém, esse fato aconteceu na ciência moderna em virtude da herança deixada pela metafísica grega, onde o ente foi tratado como presentidade. Desde Platão ate Kant os entes são tratados como aquilo sobre o que se julga e não como coisas.

Na filosofia kantiana, por exemplo, será a lógica transcendental, colocando um conceito de ser que pode ser definido através dos juízos sintéticos a priori. Assim isso é dito como objetividade, ou seja, o homem é quem impõe as suas categorias e intuições aos objetos.

Dessa maneira, Kant preencheu as colunas que a filosofia grega deixou, isto é, ela não elaborou com precisão de que forma as coisas seriam determinadas, apenas definia a



constituição ontológica dos entes pela constituição dos juízos.

Kant, através de sua revolução copernicana, supriu tal lacuna deixada pelos gregos e, com isto, o modo de acessar os entes recebeu a formulação que paradigmou a época moderna. Assim, o ser humano ocupa o centro de tudo e é ele quem imprime as condições de possibilidade para toda experiência possível através das suas formas de maneira a priori e transcendental.

Contrário a isso, Heidegger tenta separar a estrutura ontológica da estrutura lógica dos juízos e tem como solução buscar uma articulação do sentido no mundo da vida. Assim a verdade transcendental heideggeriana é o mundo enquanto clareira para o Dasein, onde este é condição de possibilidade existencial ontológica da manifestação dos entes.

Dessa forma, Heidegger abandona o logocentrismo kantiano, embora continue com a característica da transcendentalidade. O que ele nega é a centralização da verdade no juízo, ou seja, nos princípios do entendimento. O que permanece na filosofia de Heidegger é o a priori no sentido de que o homem é o fundamento existencial – ontológico das descobertas do ente enquanto ente e de todas as suas determinações ônticas. Neste sentido, o lugar do juízo passa a ser ocupado pelo mundo vivido e concreto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Heidegger parece nos chamar atenção para o fato de que o que está em perigo é a essência do humano. A essência do homem está ameaçada. No entanto, ainda há esperança. Heidegger apresenta a ideia de defesa do homem contra a objetificação. Daí a sua tese: o seu projeto sobre o Ser.

Heidegger afirma que se tem que mudar a relação do homem com a linguagem e que a palavra precisa ser escutada onde o dizer poético funda o Ser. Nele a natureza é instaurada e ocorre o poder essencial da totalidade.

Dessa forma, os poetas são mensageiros, sentinelas e observadores de tudo o que ocorre no mundo. Eles captam os sinais, escutam a voz silenciosa do Ser e é por isto que eles estão entre os homens e os deuses. Assim, a poesia é dádiva e os poetas são os fundadores do Ser. Então:

Só nos resta esperar- esperar até que “o a se-pensar’ se nos anuncie. Mas esperar aqui não significa, de modo algum, adiar o pensamento. Esperar quer dizer aqui: manter-se alerta e, na verdade, no interior do já pensado em direção ao impensado, que ainda se guarda e se encontra no já pensado... (HEIDEGGER, 2006, p.120)

Portanto, como vimos acima, o problema de Heidegger é com o Ser, isto é, com o sentido





dos entes que pode ser velado ou desvelado por meio da linguagem e que a tematização da característica de ser-para-a-morte tem um papel fundamental no desvelamento dos sentidos.

Quanto a **Byung-Chul Han**, autor de *Alteridade e Morte*, ele amplia a noção heideggeriana de: “ser para a morte” orientada pela sabedoria budista, onde a consciência da própria finitude conduz à serenidade e à amabilidade. Assim sendo, ele faz críticas à centralidade do eu e uma ênfase na alteridade. É nessa perspectiva que o autor faz uma análise sobre a questão da morte.

Aqui é conveniente ressaltar que *Alteridade e Morte*, Byung-Chul Han, dentre outras influências, tem em Heidegger como uma influência veemente, ampliando a ideia heideggeriana de ser-para-a-morte quando indaga sobre como seria a reação à morte e relacionando tal aspecto às questões pertinentes ao poder, a alteridade, a ênfase no eu ou no amor.

Assim, tematiza uma experiência sobre a finitude realçando a afabilidade fazendo com que a reflexão sobre a morte amplie novas perspectivas., fazendo com que o ser humano perceba que ele é um ser-para-a-morte e isso não seja algo paralisante, mas motor para se saber qual é o nosso sentido no mundo da vida.

Tal aspecto é fundamental para que se contraponha ao momento pandêmico atual, pois, segundo o filósofo coreano, o coronavírus nos isola e individualiza, onde cada um se preocupa somente por sua própria sobrevivência. No entanto, conforme Byung-Chul Han, nós precisamos acreditar que após o vírus virá uma revolução humana, porque nós somos dotados de razão e necessitamos repensar as coisas para nos salvar, para salvar o clima e o planeta Terra. Para tanto, nada melhor do que uma reflexão sobre as nossas vidas e fica aí a dica: vamos pôr em práticas as teorias de Heidegger e Byung-Chul Han.

## REFERÊNCIAS

GIODANI, Mário Curtis. Iniciação ao existencialismo. Petrópolis: Vozes, 1997.

HAN, Byung-Chul. Filosofia del budismo Zen. Tradução para o Espanhol de Raúl Gabás. Barcelona, Espanha: Herder Editorial S.L. 2015.

HAN, Byung-Chul. Morte e Alteridade. Petrópolis: Vozes, 2020.

HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. Petrópolis: Vozes, 1997.

HEIDEGGER. Identidade e Diferença. Portugal: Livraria duas cidades, 1997.



HEIDEGGER. Ensaios e Conferencias. Petrópolis: Vozes, 2006.

JASPERS, Karl. Iniciação filosófica; tradução. Lisboa: Guimaráes, 1987.

LOPARIC, Zeliko. Da representação das coisas as coisas mesmas. Representaciones. Vol 1. 11º-1. 2005

RESWEBER, Jean-Paul. O pensamento de Martin Heidegger. Coimbra: Almedina, 1971.

WERLE, Marco Aurélio. Poesia e pensamento em Hölderlin e Heidegger. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.



# CAPÍTULO 4

## DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS CENTROS DE REABILITAÇÃO INTENSIVA PERANTE A COVID-19

**Ilana dos Santos Sousa**, Graduanda em Nutrição, Centro Universitário Santo Agostinho, Teresina, Piauí

**Brenda Lhorrana do Nascimento de Oliveira**, Graduanda em Nutrição, Centro Universitário Santo Agostinho, Teresina, Piauí

**Joyce Lopes Machado**, Graduanda em Nutrição, Centro Universitário Santo Agostinho, Teresina, Piauí

**Liejy Agnes do Santos Raposo Landim**, Mestre em Alimentos e Nutrição, UFPI. Docente do Curso de Bacharelado em Nutrição do Centro, UNIFSA, Teresina, PI

### RESUMO

A Doença do Coronavírus é uma síndrome respiratória aguda grave infecciosa, causada pelo coronavírus, sendo representada pelo agente etiológico SARS-CoV-2. O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelos profissionais de nutrição nos centros de reabilitação intensiva perante à pandemia da COVID-19, no contexto nacional. Portanto, o estudo trata-se de uma revisão narrativa, onde a busca pelos artigos foi realizada nas seguintes bases de dados eletrônicas: PubMed, Scielo e Google Acadêmico. Para o levantamento dos estudos foram utilizados os seguintes descritores, no idioma português: “Reabilitação Profissional” e “Nutrição” todos cadastrados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Diante disso, os resultados encontrados mostrou que decorrente do cenário atual de COVID-19 uma alimentação equilibrada e saudável, principalmente alimentos ricos em vitamina A, C e D e minerais como zinco e ferro contribui para um menor impacto no diagnóstico de pacientes com COVID-19 e evita uma possível complicação no quadro clínico dos mesmos, mostrou também que uma das consequências mais dramáticas para os profissionais de nutrição diante do aumento dos casos de COVID-19 é a lotação das internações em UTIs, que resulta na falta de recursos financeiros e a falta de estratégias para atender a demanda da sociedade. Com isso, o desafio nesse momento é assegurar diferentes mecanismos que contribuam para garantir assistência nutricional aos pacientes. Recomenda-se implementações de novos profissionais visto a importância do acompanhamento nutricional nesse cenário atual para garantir a promoção de saúde aos pacientes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reabilitação. Profissional. Nutrição.

### INTRODUÇÃO

A doença causada pelo Coronavírus foi definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como Corona Virus Disease (Doença do Coronavírus), ou seja, COVID, enquanto “19” se refere a 2019, quando os primeiros casos em Wuhan, na China, foram divulgados



publicamente pelo governo chinês no final de dezembro. A Doença do Coronavírus é uma síndrome respiratória aguda grave infecciosa, causada pelo coronavírus, sendo representada pelo agente etiológico Síndrome respiratória aguda grave do coronavírus 2 (SARS-CoV-2). Em outras epidemias já foram relatadas por agentes etiológicos similares, como a Síndrome respiratória aguda grave do coronavírus 1 o SARS-CoV- e o MERS, no entanto, nenhuma delas com imensa intensidade. O SARS-CoV-2 apresentou-se numa rapidez e disseminação de novos casos no mundo inteiro (CAMPOS et al., 2020).

Pacientes acometidos pela COVID-19 podem apresentar uma ampla gama de sintomas, de leves a graves. Entre eles está febre, tosse e falta de ar que são os sintomas mais comuns relatados na maioria dos pacientes. Aqueles pacientes que desenvolvem pneumonia, manchas múltiplas e opacidade em vidro fosco são relatadas na radiografia de tórax. Já os pacientes que desenvolvem síndrome do desconforto respiratório agudo podem piorar rapidamente e morrer de falência de múltiplos órgãos (CIOTTI et al., 2019).

Cerca de 6% a 10% dos doentes infectados pelo vírus SARS-CoV-2 apresentaram um quadro infeccioso severo, com necessidade de internação em unidades de Cuidados Intensivos (UCI). A internação prolongada provoca várias incapacidades em contexto de sequelas respiratórias, cardiovasculares, cognitivo-comportamentais, cutâneas, neuromotoras, músculo-esqueléticas, deglutição/disfagia, genito-urinárias e dor, cujo programa de intervenção multidisciplinar centrado na capacitação funcional global do doente, com vista a potenciação da autonomia, participação e reintegração socio-familiar poderá decorrer em contexto de centro de reabilitação (LEANDRO et al., 2020).

As intervenções de reabilitação de doença grave, abrangendo a respiratória e neuromuscular, relaciona-se a uma maior probabilidade de uma entubação precoce, na diminuição da ocorrência de fraqueza muscular adquirida nos cuidados intensivos (FMACI) e melhoria do estilo de vida e prognóstico vital de doentes admitidos nas unidades de cuidados intensivos (UCI) (BRANCO et al., 2020). Contudo, a evidência deste tipo de intervenções na COVID-19 ainda é escassa, devendo a intervenção ser individualizada e dinâmica, adaptando-se às mudanças rápidas que caracterizam a progressão da doença, em especial nos primeiros 7 dias de evolução da doença (CHINESE ASSOCIATION OF REHABILITATION, 2020).

Considerando os desafios atuais no manejo dos pacientes hospitalizados acometidos com COVID-19 neste contexto de pandemia, o cuidado integral na atenção a esses pacientes foi recomendado por diretrizes nacionais e internacionais destacando a relevância da nutrição





na prevenção de complicações em pacientes com comorbidades associadas e do risco de desnutrição (CAMPOS et al., 2020).

Apesar das limitações do distanciamento entre o nutricionista e o paciente, é importante ressaltar que o tratamento nutricional faz parte do cuidado à saúde e tem papel fundamental, visto que a dietoterapia adequada auxilia no funcionamento adequado do sistema imunológico, auxiliando no combate e prevenção de infecções (CAMPOS et al., 2020; MULHERIN et al., 2020).

Diante do exposto, o presente estudo objetiva analisar os desafios enfrentados pelos profissionais de nutrição nos centros de reabilitação intensiva perante à pandemia da COVID-19, no contexto nacional.

## **REFERÊNCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A IMPORTÂNCIA DOS PROFISSIONAIS NA REABILITAÇÃO**

Apesar das limitações encontradas, para realização da assistência nutricional não presencial aos pacientes com COVID-19, destaca-se a necessidade do acompanhamento nutricional no âmbito hospitalar para contribuir com a estabilização, recuperação da condição clínica do indivíduo, consequentemente reduzindo o tempo de internamento e taxa de mortalidade (SILVA; OLIVEIRA, 2016).

Por isso, o profissional nutricionista precisou se readaptar as mudanças necessárias devido ao estado de pandemia, e assim criar estratégias com as ferramentas disponíveis para garantir ao paciente acometido pelo coronavírus, uma assistência de qualidade para ampla recuperação (COSTA et al., 2020).

A atual situação de crise sanitária corrobora o papel crucial dos trabalhadores para a garantia da vida das populações afetadas pela COVID-19. Notoriamente, pandemias exigem que serviços de saúde respondam prontamente às demandas, entretanto, nem sempre o Estado está preparado. Assim, durante uma epidemia, a organização laboral de várias equipes ocupacionais sofrem profundas alterações quanto à jornada de trabalho, realização de horas extras e ritmo de trabalho (SCHWARTZ et al, 2020).

A reabilitação é um componente chave no processo de recuperação pósdoença e procedimentos de grande porte. Está bem estabelecida como intervenção clínica para manejo de diversas doenças e melhora os desfechos de forma geral (CERAVOLO et al., 2020).



A Síndrome respiratória aguda grave do coronavírus 2 segue avançando no contágio, o distanciamento social até o momento tem sido vigorosamente recomendado. Isso de fato impossibilita a realização de reabilitação ambulatorial comum em equipes e aponta a necessidade de que programas de reabilitação estejam adaptados ao lar. Essa categoria de reabilitação é baseada pela ciência no que diz respeito à sua eficiência, inclusive na realidade brasileira (PRADELLA et al., 2015).

Os pacientes que se encontram mais debilitados também podem ser beneficiados pela reabilitação em suas moradias ao poupar seu deslocamento para o ambulatório, o que poderia impossibilitar a adesão ao programa e aumentar o risco de reinfecção. Os pacientes com efeitos graves pós COVID-19 constatemente precisam de auxílio de familiares, que podem ser habilitados por trabalhadores da saúde em sua própria residência (SANTANA; FONTANA; PITTA., 2021).

A reabilitação de forma individual desses pacientes e a capacitação da família realizado em domicílio possibilita o uso dos recursos disponíveis em casa com as adaptações necessárias no espaço familiar ao paciente. Na oportunidade de minimizar a dificuldade no método de reabilitação dos pacientes pós COVID-19 e reduzir os riscos, maior atenção tem sido dada à telerreabilitação. A telerreabilitação se aplica de meios de telecomunicação para conceder reabilitação de forma remota, em tempo real ou não, oferecendo vantagens similares à reabilitação com orientação presencial reduzir barreiras de distância, tempo, custos e riscos (LUNDELL et al., 2015).

### **2.1.1 IMPLICAÇÕES NUTRICIONAIS DA COVID-19**

A Nutrição é uma determinante chave da saúde. Mais importante, a nutrição faz parte do tratamento de doenças agudas e crônicas e aplica-se particularmente a doenças para as quais um tratamento etiológico ainda não foi descoberto e validado. Esta situação aplica-se à atual pandemia de SARS-CoV-2 ou COVID-19 que está a devastar o mundo lançando novos desafios e ameaças sem precedentes. (MENDES et al., 2020).

A FAO é a organização que lidera esforços para a erradicação da fome e combate à pobreza e possui o Programa Mundial de Alimentos, sendo essa a maior agência humanitária do mundo e que fornece em média, a cada ano, alimentos a 90 milhões de pessoas em 80 países (BRASIL, 2013). A preocupação com a população inserida nesse contexto é ainda maior uma vez que já é entendido que o novo coronavírus ataca principalmente o sistema



respiratório e que há a associação com a queda na imunidade por conta da desnutrição, potencializando o quadro para a doença (SINHA et al., 2020).

As condições de instabilidade podem ser mais nocivas nas comunidades constituídas por famílias que moram em um único cômodo doméstico e com divisões de materiais de higiene pessoal. Constitui-se, portanto, a importância de superar os desafios em torno das medidas efetivas para a redução da ocorrência de COVID-19 (SILVA et al., 2020).

Com a pandemia, famílias e populações, em contextos de instabilidades social, podem apresentar maior vulnerabilidade à Covid-19 por conta da desigualdade social presente, sobretudo, entre pessoas de baixa renda – os desempregados e aqueles na informalidade, que necessitam complementar renda, ainda que estejam em programa temporário de transferência de renda (BEZERRA et al., 2020).

Particularmente em questões relacionadas à nutrição, é o momento de compartilhar preocupações, alertar e, quem sabe, ampliar o campo de ideias e de práticas para reorientar as pessoas no rumo da boa nutrição. O isolamento social impõe importantes mudanças socioculturais, redução da atividade física e alterações nos hábitos alimentares, determinantes consideráveis do estado nutricional. Evidências convincentes mostraram que os hábitos alimentares são afetados também por condições de angústia e distúrbios emocionais, em que níveis elevados são associados à má qualidade da dieta (SILVA et al., 2020).

## **METODOLOGIA**

O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa, que trás como resultados informações referente os desafios enfrentados pelos profissionais de nutrição nos centros de reabilitação intensiva perante a pandemia da COVID-19, contribuindo para a identificação dos fatores que estão relacionados a esse desafio além de incentivar aos leitores novas possibilidades interpretativas com afinidade de apontar e tentar as lacunas do conhecimento.

A busca dos artigos foi realizada nas seguintes bases de dados eletrônicas: PubMed, Scielo e Google Acadêmico. Para o levantamento dos estudos foram utilizados os seguintes descritores, no idioma português: “Reabilitação” Profissional” e “Nutrição” todos cadastrados nos Descritores em Ciências da Saúde (Decs).



As pesquisas foram realizadas no mês de março de 2021, onde foram encontrados 17 referências que abordavam os descritores, e após a análise do objetivo do estudo, e os critérios de inclusão e exclusão, restaram 12 artigos para o aperfeiçoamento do trabalho.

Para a seleção dos estudos, foram usada os seguintes critérios de inclusão: artigos científicos originais, os idiomas português e inglês, referencias publicadas no período compreendido de anos de 2018 a 2021 disponibilizadas na íntegra. Por sua vez, os critérios de exclusão foram: artigos de revisão, publicações de teses, dissertações, artigos originais publicados fora da temporalidade indicada, e artigos que não tinham aderência à temática.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 OBSTÁCULOS ENCONTRADOS NOS INSTITUTOS DE REABILITAÇÃO INTENSIVA**

Os profissionais de saúde estão incluídos diretamente no combate à pandemia estão expostos diariamente ao risco de se infectar pelo coronavírus, sendo que a heterogeneidade que descreve esse eventual da força de trabalho estabelece formas distintas de exposição, tanto ao risco de contaminação quanto aos fatores associados às condições de trabalho. Os problemas como cansaço físico e estresse psicológico, insuficiência ou negligência em relação às medidas de proteção e cuidado à saúde dos profissionais não afetam da mesma maneira as diversas categorias, sendo preciso ficar atento para as particularidades de cada um, de forma a evitar a diminuição da capacidade de trabalho e da qualidade da atenção exercida aos pacientes (MEDEIROS, 2020).

A pandemia da COVID-19 tem trazido vários desafios para a organização dos serviços de saúde. O aumento do número de pacientes que foram internados por causa do vírus sobrecarregou os hospitais principalmente as Unidades de Terapia Intensiva (UTI), tendo em vista a necessidade de suporte aos casos mais graves. A atenção com estes pacientes deve ser redobrado, precisando de muitas intervenções dos profissionais de saúde (BRANCO et al., 2020).

As consequências da pandemia da COVID-19 resultam em vários obstáculos, para o cumprimento de ações que envolve promoção, prevenção e recuperação da população ao refletir sobre os princípios de direito à saúde universal. O Brasil instituiu desde 2012 uma Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD), no qual as ações de reabilitação em saúde devem ser transversais a diferentes pontos de cuidado, com a intenção de garantir o acesso aos





serviços desde a Atenção Primária de Saúde (APS) até a atenção hospitalar (DUBOW et al., 2018).

Diante do rápido aumento do número de pacientes graves com COVID-19 necessitando de internação em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e o uso de ventilação mecânica, além de outros pacientes que precisam desse tipo de cuidado, há uma grande preocupação quanto à disponibilidade de ventiladores mecânicos. Existe um grande esforço das autoridades regulatórias em reduzir os requisitos necessários e dar celeridade ao processo de avaliação, porém não é possível abrir mão de requisitos necessários para a segurança, do ponto de vista sanitário da população (SUZUMURA et al., 2020).

Então os profissionais de saúde que atuam na linha de frente e, sobretudo a população estão confiantes que algum dos projetos em andamento atenderá as particularidades técnicas requeridas e poderá logo preencher essa lacuna e contribuir para evitar que mais vidas sejam perdidas nessa pandemia (BRANCO et al., 2020). Dessa forma, o suporte e tratamento nutricional devem ser prestados e garantidos ao paciente, seguindo as recomendações do CFN e promovendo a manutenção do cuidado à saúde no âmbito hospitalar, utilizando da possibilidade da assistência nutricional exclusivamente não presencial e contribuindo para promoção da saúde do paciente (COSTA et al., 2020).

## **4.2 PREVENÇÃO E FUNÇÃO DA NUTRIÇÃO NOS DOENTES INFETADOS COM COVID-19**

A preservação do perfil nutricional é essencial na diminuição de complicações e aperfeiçoamento do prognóstico da doença. As pessoas que se encontram com uma má nutrição precisam buscar melhorar a sua condição nutricional, dando prioridade para iniciar com o acompanhamento nutricional junto a um profissional capacitado, esquivando-se das dicas de alimentos e nutrientes anti-COVID-19 que não tem evidência científica (ACUÑA; CRUZ, 2004).

Por meio de uma alimentação adequada com a proporção correta em relação a quantidade de macronutrientes (proteínas, carboidratos, lípidios) e micronutrientes (vitaminas e minerais) que auxilia para um melhor funcionamento das funções fisiológicas do corpo humano, principalmente do sistema imunológico, preservando então a manutenção de um bom estado de saúde (Guia alimentar da população brasileira, 2018). No estudo de Gombart et al., (2020), observou-se que o consumo adequado e equilibrado de algumas vitaminas e minerais



como vitamina A, C, D, o Zinco e o Ferro melhoram a resposta do sistema imunológico, podendo ter impacto no prognóstico de doenças.

A vitamina A tem papel importante na estabilidade celular e nos tecidos do sistema imune. A deficiência desse nutriente afeta negativamente a função imunológica, favorecendo uma situação de diminuição de resistência a infecções. Daí se inferir ser uma opção promissora para a prevenção da infecção do novo coronavírus (CARDOSO et al., 2020).

A vitamina C é uma vitamina hidrossolúvel importantíssima para o nosso organismo, com potencial antioxidante o que impacta positivamente no sistema imune, na qual essa vitamina é indicada há décadas para prevenção de gripes e resfriados (HEMILÃ, 2017).


A vitamina D é uma vitamina lipossolúvel, diversas pesquisas mostram que a hipovitaminose de vitamina D pode comprometer o metabolismo ósseo, causar o desenvolvimento de doenças metabólicas como diabetes mellitus, obesidade e hipertensão, além de complicações gestacionais. Podendo também está associada ao aumento do risco de infecção respiratória viral aguda e pneumonia adquirida na comunidade (OLIVEIRA et al., 2020).

Os principais alimentos que são fontes de zinco é as ostras, carne bovina, principalmente as vísceras, como fígado e rins, os frutos do mar, as oleaginosas, os cereais integrais, as leguminosas e o leite. As frutas e verduras não apresentam quantidades significativas deste nutriente. Os alimentos de origem animal comumente são as melhores fontes de zinco, comparado ao conteúdo protéico e biodisponibilidade, enquanto as fontes de origem vegetal são compostas por fitatos, fibras e oxalatos, interferindo de forma negativa no aproveitamento deste mineral pelo organismo humano (MARTINS; OLIVEIRA, 2020).

O Ferro é componente de várias proteínas, incluindo enzimas, citocromos, mioglobina e hemoglobina. As melhores fontes deste mineral, por possuírem maior proporção de ferro heme, são as carnes, principalmente as vermelhas e vísceras (fígado, rim e coração). Em relação à função imunológica, vários estudos têm associado a deficiência de ferro a defeitos tanto na resposta adaptativa quanto na resposta inata do indivíduo (SARNI et al., 2010).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desse estudo mostraram que diante do cenário atual de COVID-19, uma alimentação equilibrada e saudável, principalmente alimentos ricos em vitamina A, C e D e



minerais como zinco e ferro, contribui para um menor impacto no diagnóstico de pacientes com COVID-19 e evita uma possível complicação no quadro clínico dos mesmos. Além disso, mostrou que uma das consequências mais dramáticas para os profissionais de nutrição diante do aumento dos casos de COVID-19 é a lotação das internações em UTIs, que resulta na falta de recursos financeiros e a falta de estratégias para atender a demanda da sociedade. Assim, o desafio nesse momento é assegurar diferentes mecanismos que contribuam para garantir assistência nutricional aos pacientes. Recomenda-se implementações de novos profissionais visto a importância do acompanhamento nutricional nesse cenário atual para garantir a promoção de saúde aos pacientes.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, A. C. V, SILVA, C. E. M, SOARES, F. R. G, SILVA, J. A. M. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. **Ciencia & Saude Coletiva**. n.25, v.1, p.2411-2420, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10792020>

Brasil PF. O Brasil e a insegurança alimentar global: forças sociais e política externa. Brasília: **Universidade de Brasília**; 2013. 143p. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13878/1/2013\\_PilarFigueiredoBrasil.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13878/1/2013_PilarFigueiredoBrasil.pdf)

BRANCO, C, A., et al. PLANO DE ATUAÇÃO NA REABILITAÇÃO DE DOENTES ADMITIDOS NA UNIDADE DE CUIDADOS INTENSIVOS POR COVID-19. 2020. Disponível: [COVID-19\\_Recomendacoes\\_SPMFR\\_para\\_doentes\\_UCL.pdf](#)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde - SCTIE. Diretrizes para diagnóstico e tratamento da COVID-19. Brasília (DF), ed. 4, 7 maio 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/especial/covid19/pdf/118>.

CAMPOS, M, R., et al. Carga de doença da COVID-19 e de suas complicações agudas e crônicas: reflexões sobre a mensuração (DALY) e perspectivas no Sistema Único de Saúde. **Caderno de Saúde Pública**. n.36, v.11, p. 148-920, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00148920>

CAMPOS, L. F.; et al. Parecer BRASPEN/AMIB Para o Enfrentamento do COVID-19 em pacientes hospitalizados. **Braspen Journal**, São Paulo, v. 35, n. 3-5, ed. 1, Maio 2020. Disponível em: [braspen.org/post/parecer-braspen-amib](https://braspen.org/post/parecer-braspen-amib).

CARDOSO, A. L. et al. Nutrição adequada e proteção do sistema imunológico na época da COVID-19. **Associação de pediatria de São Paulo**, 2020.

CERAVOLO, M. G. et al. Rehabilitation and Covid-19: the Cochrane Rehabilitation 2020 rapid living systematic review. **Eur J PhysRehabil Med**. n.56, v.5, p.642-651, 2020. DOI: <https://doi.org/10.23736/S1973-9087.20.06501-6>

CIOTTI, M., et al. COVID-19 Outbreak: An Overview. **Chemotherapy**. v.64, p.215–223,



2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1159/000507423>

Chinese Association of Rehabilitation M, Respiratory rehabilitation committee of Chinese Association of Rehabilitation M, Cardiopulmonary rehabilitation Group of Chinese Society of Physical M, Rehabilitation, 2020.

COSTA, L. S., et al. Assistência nutricional em tempos de Pandemia: relato de experiência de nutricionistas residentes multiprofissionais. *Brazilian Journal of Development*. Curitiba, v. 6, n.12, p.94078-94086. 2020. DOI: <https://dx.doi.org/10.34117/bjdv6n12-028>

DUBOW, C.; GARCIA, E. L.; KRUG, S. B. F. Percepções sobre a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência em uma Região de Saúde. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 117, p. 455-467, abr./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811709>

HEMILA, H. Vitamina C and infections. *Nutrients*, v.9, n.4, p.1-28, 2017.

GOMBART, A. F.; PIERRE, A.; MAGGINI, S. A Review of Micronutrients and the Immune System Working in Harmony to Reduce the Risk of Infection. *Nutrients*. v. 12, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/nu12010236>

KOPRUSZYNSKI, P,C apud SILVA, G, L. Assistência nutricional e dietoterápica em pacientes hospitalizados com COVID-19: uma revisão integrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*. n11, v.12, p.48-52, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e4852.2020>

LEANDRO, G, H, et al. A Abordagem da Medicina Física e de Reabilitação nos Doentes com Síndrome Pós Internamento em Cuidados Intensivos por COVID-19 em Portugal. *Acta Med Port*. n.33, v.11, p.775-785, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20344/amp.14375>

LÓSS, J. C. S., et al. A saúde mental dos profissionais de saúde na linha de frente contra a Covid-19. *Revista Transformar*. 14, Edição Especial “Covid-19: pesquisa, diálogos transdisciplinares e perspectivas”, mai./ago. 2020.

LUNDELL, S., et al. Telehealthcare in COPD: a systematic review and meta-analysis on physical outcomes and dyspnea. *Respir Med*. N.109, v.1, p.11-26, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rmed.2014.10.008>

MARTINS , M. C. C.; OLIVEIRA, A. S. S. Zinco, vitamina D e sistema imune|: papel na infecção pelo novo coronavírus. *Revista da FAESF*, v. 4, p.16-17, 2020.

MENDES, L., et al. Intervenção nutricional no doente com COVID-19. *SAÚDE & TECNOLOGIA*. V.23, p.11-18, 2020.

MEDEIROS, Eduardo Alexandrino Servolo. Desafios para o enfrentamento da pandemia covid-19 em hospitais universitários. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 38, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2020/38/2020086>

MULHERIN, D. W.; WALKER, R.; HOLCOMBE, B.; GUENTER, P. ASPEN Report on Nutrition Support Practice Processes with COVID-19: The First Response. ASPEN, [s. l.], Maio, 2020. Disponível em: <https://www.nutritioncare.org/COVID19/>.

OLIVEIRA, E. S. et al. As duas faces da vitamina D como terapia adjuvante na COVID-19. *Inter Am J med health*, 2020.





PRADELLA, C.O., et al. Home-Based Pulmonary Rehabilitation for Subjects With COPD: A Randomized Study. **Respir Care.** n.60, v.4, p.526-532, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4187/respcare.02994>

SANTANA, A. V.; FONTANA, A. D.; PITTA, F. Reabilitação pulmonar pós-COVID-19. **J Bras Pneumol.** n.47, v.1, p.2021-0034, 2021. DOI: <https://dx.doi.org/10.36416/1806-3756>

SARNI, R. O. S. et al. Micronutrientes e Sistema imunológico. **Revista brasileira de alergologia imunopatológica**, v.33, n.1, p.8-13, 2010.

SEQUEIRA, Rita et al. Terapia Nutricional nos doentes com COVID-19 hospitalizados. **Escola Nacional de Saúde Pública**, 2020.

SILVA, R. C. R et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva.** n.25, v.9, p.28, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.22152020>

SILVA, M. T. G. da; OLIVEIRA, M. M. The importance of nutritional therapy at the Intensive Care Unity. **Braspen Journal**, v. 31, n.4, p:347–56. Disponível em: <http://www.braspen.com.br/home/wpcontent/uploads/2017/02/12-Oaimportância da terapia nutri.pdf>

SINHA, I. P; LEE, A; Bennett D, Mc. Geehan, Abrams, E. M, Mayell, S. J. et al. The Child poverty, food insecurity, and respiratory health during the COVID-19 pandemic. **Lancet Respiratory Medicine.**2020, 8(8), 762 –763. DOI: [https://doi.org/10.1016/S2213-2600\(20\)30280-0](https://doi.org/10.1016/S2213-2600(20)30280-0)

SUZUMURA, E. A. et al. Desafios para o desenvolvimento de ventiladores alternativos de baixo custo durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, v. 32, n. 3, p. 444-457, 2020.DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/0103-507x.20200075>

SCHWARTZ, J., et. al. Protecting Healthcare Workers During the Coronavirus Disease 2019 (COVID19) Outbreak: Lessons from Taiwan’s Severe Acute Respiratory Syndrome Response. **Clinical Infectious Diseases.**Ciaa 255, p. 1-3, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1093/cid/ciaa255>.



# CAPÍTULO 5

## EFEITOS PANDÊMICOS DA COVID-19 E O CONTEXTO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA MEDIADAS POR TECNOLOGIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

**João Victor Bueno Zipolato**, Acadêmico da 8º fase do curso de Educação Física, Licenciatura da UNESC

**Robinalva Ferreira**, Doutora em Educação no PPGEdU da PUCRS, professora do curso de Educação Física, Licenciatura da UNESC

### RESUMO

Este estudo busca analisar as implicações no processo de ensino-aprendizagem nas aulas de Educação Física mediadas por tecnologia no ensino fundamental, especificamente no 9º ano, tendo como objetivos específicos: Identificar as possíveis dificuldades e facilidades em relação ao acesso a aprendizagem e os desafios frente as tecnologias, além de investigar como foram avaliados os alunos nesse contexto. A pesquisa foi realizada em uma escola estadual localizada na área central de Criciúma/SC. Para tal utilizamos da pesquisa de campo de abordagem qualitativa e análise descritiva dos dados. Como instrumento de coleta de dados utilizamos o questionário aplicado por meio do *Google Forms* que foi enviado para 4 turmas do 9º ano e para 4 professores de Educação Física, sendo respondido por 17 alunos e 2 professoras. A base teórica deste trabalho traz a discussão sobre os principais conceitos: Pandemia, Educação Física, Tecnologia, Aulas Remotas, Escola, Ensino Fundamental e Educação, por meio dos principais autores: Coletivo de Autores (1992); Seki (2017); Malanchen (2020); Nascimento (2014); Souza (2005); Colemarx (2020); Bianchetti (2009); Godoi (2020); Cruz (2019). Os resultados sinalizam que tanto professores como alunos precisaram se adaptar ao contexto atual e as novas formas de se relacionar. Percebemos certa limitação em relação ao ensino e aprendizagem nas aulas de Educação Física em relação a prática no âmbito da materialidade corpórea. Analisou-se que o processo de ensino-aprendizagem foi prejudicado, no entanto, as tecnologias através das aulas remotas possibilitaram a oportunidade de ensino mesmo neste contexto. Ainda sobre o processo de ensino-aprendizagem os alunos citaram facilidades em relação a aprendizagem teórica e ao uso das tecnologias para pesquisa, entretanto ficou evidente a falta da aprendizagem na prática, falta de interação, e câmeras fechadas nas aulas. Em relação as facilidades e dificuldades os professores citaram dificuldades na elaboração do planejamento e na avaliação devido à falta de retorno das atividades propostas, já os alunos citaram dificuldades da aprendizagem na prática e falta de concentração. Em relação as tecnologias, os sujeitos da pesquisa relataram dificuldades de adaptação as ferramentas, ao mesmo tempo citaram facilidades em relação as diversas possibilidades de aprender por meio do auxílio da internet. Em relação a avaliação fica evidente que os alunos foram avaliados mediante o retorno das atividades que foram propostas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Covid-19. Educação Física. Ensino Fundamental. Aulas remotas. TICs.



## 1 INTRODUÇÃO

Diante da realidade em que o mundo se depara, neste contexto caótico e sem precedentes da COVID-19, se fez necessário repensar uma diversidade enorme de condições e estruturas que nos abarcam, bem como todas as relações sociais, históricas, culturais, políticas e principalmente sanitárias, que nos detém neste momento. Com a emergência da saúde pública deflagrada em função da disseminação do novo coronavírus no Brasil, em março de 2020, uma das primeiras medidas foi a suspensão das atividades presenciais nas escolas e universidades, como forma de manter o distanciamento social e evitar a propagação do vírus.

Com a crise da COVID-19 o Brasil escancarou ainda mais as lacunas sociais, o trabalho tem como objetivo geral: analisar os avanços e desafios no processo de ensino-aprendizagem e como vem sendo feita a avaliação nas aulas de Educação Física mediadas por tecnologia no Ensino Fundamental. Como objetivos específicos: Identificar as possíveis dificuldades e facilidades em relação ao acesso a aprendizagem e as tecnologias, além de investigar como foram avaliados os alunos nesse contexto.

Diante disso, sentimos a necessidade enquanto professor, de conhecer mais sobre as implicações causadas por essa pandemia no âmbito educacional, especialmente nas aulas de Educação Física do ensino fundamental com o 9º ano.


Portanto, tendo em vista a emergente utilização de novas ferramentas tecnológicas e a proeminente mudança nas relações, nos espaços, nas necessidades e nos indivíduos, neste trabalho pretendemos conhecer, investigar, e aprofundar as análises em relação à Educação Física no ensino neste cenário das aulas remotas, mediadas pela tecnologia.

Neste sentido, como cita o Coletivo de Autores (1992, p. 28):

A expectativa da Educação Física escolar, que tem como objeto a reflexão sobre a cultura corporal, contribui para a afirmação dos interesses de classe das camadas populares, na medida em que desenvolve uma reflexão pedagógica sobre valores como solidariedade substituindo individualismo, cooperação confrontando a disputa, distribuição em confronto com apropriação, sobretudo enfatizando a liberdade de expressão dos movimentos - a emancipação -, negando a dominação e submissão do homem pelo homem (COLETIVO DE AUTORES, (1992, p.28).

Deste modo, a Educação Física, por se tratar de um componente curricular obrigatório da educação básica, também faz parte destas preocupações, portanto não podemos deixar de oportunizar aos alunos o conhecimento sobre a cultura corporal, independente das limitações postas pelo atual cenário.

Desta maneira:



É fundamental para essa perspectiva da prática pedagógica da Educação Física o desenvolvimento da noção de historicidade da cultura corporal. É preciso que o aluno entenda que o homem não nasceu pulando, saltando, arremessando, balançando, jogando etc. Todas essas atividades corporais foram construídas em determinadas épocas históricas, como respostas a determinados estímulos, desafios ou necessidades humanas (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 27).

Apresentaremos então, os avanços e dificuldades, conjecturando possibilidades nas aulas de Educação Física do ensino fundamental, o que apresenta relevância social e acadêmica, pois contribuirá com a formação profissional e humana dos licenciados e licenciandos em Educação Física.

## **2 AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E A MEDIAÇÃO POR MEIO DA TECNOLOGIA**

A Educação Física enquanto conteúdo da cultura corporal tem como objeto de estudo central as produções humanas construídas e transformadas historicamente, dessa forma, ensinar Educação Física, é também ensinar cultura, “arte”, movimento e história. A Educação Física como matéria escolar, trata pedagogicamente, temas da cultura corporal, ou seja, os jogos, a ginástica, as lutas, as acrobacias, a mímica, o esporte e outros. Este é o conhecimento que constitui o conteúdo da Educação Física (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

A educação física não se dissocia daquilo que somos, humanos, nesse sentido:

Busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 26).

Historicamente sabemos que a Educação Física enquanto área de conhecimento em sua materialidade corpórea, é resultado de conhecimentos socialmente produzidos e historicamente acumulados pela humanidade, que necessitam ser retrçados e transmitidos para os alunos na escola (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Portanto, vemos na Educação Física potencial enorme de transformação e conhecimento. Por meio dessa área do conhecimento, podemos apresentar mesmo que de forma simbólica, a vida e as totalidades das produções humanas, pelas diversas linguagens, pela história e pelas formas de produção e poder constituídas ao longo dos anos na sociedade. Transmitir o conhecimento de forma crítica é uma característica das perspectivas críticas da Educação Física, denominadas Crítico-Emancipatória (KUNZ, 1994) que aponta como sua especificidade a cultura de movimento, e Crítico-Superadora (SOARES et al., 1992) que





estabelece como conhecimento da Educação Física a cultura corporal. Ressalvamos que cada termo carrega consigo diferentes marcos teóricos, filosóficos, políticos, ideológicos, concepções de homem, leituras da realidade e projetos de sociedade.

Por meio do conhecimento buscamos descortinar os alunos de condicionantes sociais do sistema capitalista e do senso comum, que aniquilam o conhecimento e se abstém da responsabilidade social da área. A Educação Física deseja romper com visões abstratas e irreais que homogeneizam e igualam os alunos. Muitos professores que ainda atuam na área acabam equivocando os sentidos e significados da Educação Física, reduzindo e limitando-a apenas a práticas tradicionais que reforçam uma identidade ultrapassada de Educação Física e de suas possibilidades.

Dessa forma a reflexão sobre a cultura corporal contribui para o desenvolvimento identitário dos alunos, quando situa esses valores na prática social capitalista da qual são sujeitos. Essa identidade é condição objetiva para construção de sua consciência de classe e para o seu engajamento na luta pela transformação estrutural da sociedade e pela conquista da hegemonia popular (COLETIVO DE AUTORES, 1992).


A Educação Física e toda sua bagagem histórico cultural busca desenvolver no aluno as funções mentais superiores que o tornam mais humano, tendo como foco o pensamento teórico, pela via da apropriação dos conceitos científicos e das ações mentais.

Deste modo, cabe ao professor empreender esforços na organização do trato com o conhecimento para que o aluno possa cada vez mais se apropriar dos aspectos históricos, políticos e sociológicos que se associam intencionalmente à práxis pedagógica (NASCIMENTO, 2014).

Segundo Longarezzi e Puentes (2013, p. 16-17), quando optamos por esse ensino:

[...] que promove o desenvolvimento no sentido pleno da palavra, ou seja, no ensino desenvolvimental, vamos ao encontro de uma psicologia que entende que não há desenvolvimento sem ensino, sem formação humana – sem o intencionalmente organizado trânsito do patrimônio cultural da humanidade de geração a geração. Se trata de uma educação voltada ao desenvolvimento pleno do homem e à formação de um “novo homem”, não em termos genéticomoleculares, mas sociais, econômicos, históricos e culturais.

Sendo assim, foi preciso investigar e aprofundar os desafios e as potencialidades da integração das tecnologias educacionais na prática pedagógica do componente curricular de Educação Física, que diante das condições auto impostas por este momento pandêmico, teve que se adaptar e ressignificar seus conteúdos e metodologias, de maneira que pudesse adequá-los as possibilidades ofertadas e as condições que não permitem a presencialidade.



Portanto “A apropriação ativa e consciente do conhecimento é uma das formas de emancipação humana. Por isso mesmo, o domínio de conhecimentos permite ao professor tomar consciência de que não é um livro que o ajudará a enfrentar os problemas da sala de aula, mas sua própria re-elaboração dos conhecimentos e de suas experiências cotidianas”. (COLETIVO DE AUTORES, 1992 p. 10).

Sendo assim, apresentaremos por meio de pesquisa de campo alguns efeitos acarretados pela pandemia, bem como a emergente utilização de novas ferramentas tecnológicas diante das aulas remotas e suas implicações no ensino da Educação Física no 9º ano de uma escola da região central de Criciúma-SC.

## 2.1 PANDEMIA, AULAS REMOTAS E TECNOLOGIA

A pandemia enquanto marco histórico social, se torna indissociável da práxis pedagógica de todas as áreas do conhecimento neste momento, bem como da política, da economia, e de toda forma de organização da sociedade, passamos por um momento incerto e indefinido, em meio a muitas mudanças, adaptações e transformações.

A pandemia da COVID-19 pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) tem se apresentado como um dos maiores desafios sanitários em escala global deste século. A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, Pandemia é um termo usado para uma determinada doença que rapidamente se espalhou por diversas partes de diversas regiões (continental ou mundial) através de uma contaminação sustentada. Neste quesito, a gravidade da doença não é determinante e sim o seu poder de contágio e sua proliferação geográfica.

A frase “vivendo e aprendendo” nunca se fez tão real, pois mesmo que busquemos referências históricas de outras pandemias, esta é a primeira vez que estamos passando pela pandemia da COVID-19 com essa organização de sociedade, é necessário aprender muito e nos responsabilizarmos pela educação que lutamos, visto que com a pandemia foi possível observar ainda mais as posições políticas, econômicas e sociais de nossos governantes e de toda estrutura



em que estamos inseridos.

Segundo Libâneo (1994, p. 29):

O processo de ensino é uma atividade conjunta de professores e alunos". É uma via de mão dupla, cujo fluxo é determinado pelo impacto da ação docente na vida dos alunos. É um processo que se encontra em patamares mais elevados do que a mera transmissão de conhecimentos e de oportunidades para a aquisição de habilidade e desenvolvimento de competências. Assim, temos a responsabilidade de melhor nos prepararmos para a nossa profissão, pois acreditamos que, por intermédio da prática escolar e do nível de influência que empreendemos sobre os alunos, podemos proporcionar a eles possibilidades de exercer direito à educação.

Diante do confronto de interesses que se constituem no ambiente escolar e de toda sua importância política, econômica e principalmente social, a instituição escolar deve ser um espaço permanente de construção social, cidadania e aprendizagem. Diante da atual realidade, ergue-se a seguinte pergunta: O que acontece com o processo de ensino/aprendizagem e de avaliação, quando as escolas se encontram fechadas?


Contudo, se faz necessário analisar fundamentalmente a conjuntura atual a ponto de erradicar tudo aquilo que torna nossa sociedade menos humana neste processo.

Isto significa que o professor deverá promover o “agir comunicativo” entre seus alunos, possibilitado pelo uso da linguagem, para expressar entendimentos do mundo social, subjetivo e objetivo, da interação para que todos possam participar em todas as instâncias de decisão, na formulação de interesses e preferências e agir de acordo com as situações e condições do grupo em que está inserido e do trabalho no esforço de conhecer, desenvolver e a apropriar-se de cultura (KUNZ, 1994, p. 116).

A dimensão desse desafio no contexto da COVID-19 pode ser verificada nos números apresentados no Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2019. Entre redes públicas e privadas há 181.939 estabelecimentos de ensino, com 48.455.867 estudantes matriculados, e 2.226.423 professores. Nesse universo, a efetivação do ensino remoto encontra diferentes realidades, exigindo reflexões em relação ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e de toda questão socioeconômica, principalmente em relação aos acessos e as possibilidades (CRUZ; MONTEIRO, 2019).

No contexto da pandemia da COVID-19, a questão do EaD e das aulas remotas, têm sido foco de debates, polêmicas e muitas discussões. As polêmicas estão em torno principalmente de quatro distintas posições como cita Malanchen (2020, p. 18):

a) os que defendem a EaD e o uso das TDIC, como uma exceção nesse momento, com a preocupação e o compromisso social de ofertar a continuidade da escolarização em tempos de isolamento, / b) os que sempre defenderam a EaD como uma modalidade que amplia as possibilidades de democratização ao ensino superior para os que vivem em regiões com difícil acesso a aulas presenciais, c) os que entendem que para implementar EaD, em tempos de pandemia, é necessário um planejamento adequado e a oferta e acesso às Tecnologias digitais e de informação e comunicação de qualidade para todos, caso contrário estaremos



aprofundando as desigualdades existentes no campo da educação pública em nosso país e d) os empresários da educação, representando claramente os interesses do capital, e usando oportunamente esse momento para ampliar a sua área de atuação e exploração do sistema público de ensino, como um nicho rentável para o mercado educacional (MALANCHEN, 2020, p. 18)

Como descrito no art. 205 da nossa Constituição Federal (BRASIL, 1988), “A educação como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Com o desejo de investigar e analisar a adaptação dos alunos e professores diante das ferramentas tecnológicas e as implicações na Educação Física nesse contexto, este trabalho busca encontrar em documentos, artigos, teses e dissertações, pesquisas e dados para fundamentar resultados e apresentar alguma concretude perante a situação atual. Objetiva-se investigar, analisar e refletir em relação ao processo educativo no contexto da COVID-19, tendo como premissa a Educação Física no 9º ano do Ensino Fundamental. É legítimo que muitas pesquisas buscam verificar mudanças nos processos de ensino e diferenças de aprendizagem dos conteúdos.

Os resultados apresentados se aproximam em vários aspectos, alguns mais otimistas, outros mais pessimistas em relação ao tema. Sem perder a profundidade, tanto os autores que abordaram o tema de maneira mais pessimista, quanto os mais otimistas, trazem um conhecimento que contribui muito para repensarmos a Educação de modo geral.

A análise de conjuntura é uma tarefa complexa, difícil e que exige não somente um conhecimento detalhado de todos os elementos julgados importantes e disponíveis de uma situação determinada, como exige também um tipo de capacidade de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações, tendências, a partir dos dados e das informações (SOUZA, 2005, p.8).

Não foram concretizados muitos resultados advindos das pesquisas, ainda há muitas dúvidas, diferentes interpretações, experiências e divagações, mas que as tecnologias não são inimigas da educação e podem sim oferecer muitas contribuições para o processo ensino-aprendizagem é fato. No entanto, foi possível observar que esse movimento sofre interferência de alguns fatores que dificultam o melhor aproveitamos dos recursos, como: baixa fluência tecnológica, recursos limitados, tecnologias que não funcionam adequadamente, desigualdades sociais em relação ao acesso à internet e aos recursos tecnológicos e interação limitada.

Segundo Saviani (2005, p. 22):

A especificidade dos estudos pedagógicos [...] preocupa-se com a identificação dos elementos naturais e culturais necessários à constituição da humanidade em cada ser humano e à descoberta das formas adequadas para atingir esse objetivo” (SAVIANI, 2005, p.22).





De modo geral, o conteúdo das pesquisas é bem rico em relação a temática para refletirmos e repensarmos a educação em toda sua estrutura, não esquecendo de analisar e investigar modelos de educação ofertados por interesses políticos e econômicos, que não possui afinidade nenhuma com a educação íntegra, humana, ética e transformadora pela qual lutamos.

## 2.2 ENSINO FUNDAMENTAL

Segundo a LDB – Lei de diretrizes e bases cita no Art. 32. “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006).”

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O Coletivo de Autores (1992, p. 36) sistematizou o trato com o conhecimento em ciclos espirais de escolarização, buscando superar, desta forma, o ensino dos conteúdos em etapas, de maneira que o aluno consiga avançar desde o momento em que adquire os dados de determinada realidade até interpretá-la, compreendê-la e explicá-la.

Segundo o Coletivo de Autores (1992, p.36), o segundo ciclo vai da 4ª à 6ª séries. É o ciclo de iniciação à sistematização do conhecimento. “Nele o aluno vai adquirindo a consciência de sua atividade mental, suas possibilidades de abstração, confronta os dados da realidade com as representações do seu pensamento sobre eles. Começa a estabelecer nexos, dependências e relações complexas, representadas no conceito e no real aparente, ou seja, no parecer social. Ele dá um salto qualitativo quando começa a estabelecer generalizações”.

Segundo o Coletivo de Autores (1992, p.36), o terceiro ciclo vai da 7ª à 8ª séries. “É o ciclo de ampliação da sistematização do conhecimento. O aluno amplia as referências conceituais do seu pensamento; ele toma consciência da atividade teórica, ou seja, de que uma operação mental exige a reconstituição dessa mesma operação na sua imaginação para atingir a expressão discursiva, leitura teórica da realidade. O aluno dá um salto qualitativo quando reorganiza a identificação dos dados da realidade através do pensamento teórico, propriedade da teoria.”



Nesse conceito de dinâmica escolar, o trato com o conhecimento seria a necessidade de criação de condições para que a assimilação e a transmissão do saber escolar aconteçam. O trato com o conhecimento está diretamente vinculado à organização escolar, ou seja, à organização do tempo e do espaço pedagógico necessário para aprender (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

### 3 METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa de campo descritiva, que buscou analisar qualitativamente as implicações da pandemia no processo de ensino-aprendizagem nas aulas de Educação Física mediadas por tecnologia no ensino fundamental, tendo como sujeitos da pesquisa professores de Educação Física e estudantes do 9º ano.

A pesquisa foi realizada em uma escola da área central de Criciúma, fundada em 15 de agosto de 1932, pertencente a rede estadual de ensino de Santa Catarina, que oferece aulas de Ensino Fundamental para 650 estudantes, em maio de 2021.

O questionário foi enviado via *Google Forms* devido a pandemia, para quatro professores, sendo respondido por apenas duas professoras de Educação Física, solicitamos que os professores enviassem o *link* do questionário para os estudantes do 9º ano.

Das quatro turmas do 9º ano da escola obtivemos o retorno de apenas 17 estudantes. O questionário foi dividido em dois blocos, sendo o primeiro bloco de perguntas para caracterização dos sujeitos e o segundo bloco referente aos processos de ensino/aprendizagem e avaliação. Os dados foram analisados qualitativamente e apresentados por meio das categorias de análise.

### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Apresentando inicialmente a caracterização dos sujeitos da pesquisa, ao todo 19, sendo dezessete alunos e duas professoras de Educação Física.

Em relação as professoras, uma delas é efetiva na escola e diz ter mais de 40 anos, a outra professora diz ser contratada em caráter temporário – ACT, e respondeu ter entre 20 e 29 anos. A professora de maior idade possui mais de 10 anos de atuação na área, enquanto a de idade menor diz ter menos de 4 anos de atuação.



Analisando o caráter temporário de contrato de trabalho de umas das professoras, cabe ressaltar a importância de um processo de ensino-aprendizagem que tenha certa continuidade e consistência, cabe a nós refletirmos sobre os ACT's e o impacto que esse tipo de contrato pode acabar tendo na experiência de professores e alunos no ambiente escolar. Sendo assim, privados da possibilidade de planejar em longo prazo suas relações didático-pedagógicas, alheados da escolha de recursos e materiais ou, mesmo, de planejamento, esses professores acabam ficando a deriva de um contrato que não lhe oportunizam um trabalho contínuo e que por vezes os responsabilizam pela precariedade da educação no Brasil.

Além disso, podemos citar aqui alguns malefícios desse tipo de contrato como bem observa Seki et al.(2017): rompimento de vínculos com a equipe da escola; dificuldades de contrair vínculos com os alunos; dificuldades de elaborar planejamentos ou mesmo de escolher os materiais didáticos com os quais irá trabalhar; dificuldades de inserção nas relações familiares e comunitárias inerentes à escola; descontinuidade do processo formativo enquanto professor; entre outras.

Ainda em relação as professoras, ambas disseram não possuir mestrado ou doutorado, entretanto, as duas disseram ter realizado atividades de formação continuada ao longo de suas constituições enquanto professoras até os dias de hoje.

Em relação aos alunos, também responderam o questionário 17 estudantes, sendo que 15 possuem entre 14 e 15 anos, um diz ter menos que 14 anos e outro diz ter mais que 15, em relação ao gênero, são 11 meninas sendo a maioria, e 6 meninos.

O ciclo de escolarização que correspondente ao ensino fundamental, especificamente o 9º ano como exposto pelo Coletivo de Autores (1992, p.36), o terceiro ciclo vai da 7ª à 8ª séries, na nomenclatura atual podemos dizer do 8º ao 9º ano. “É o ciclo de ampliação da sistematização do conhecimento. O aluno amplia as referências conceituais do seu pensamento; ele toma consciência da atividade teórica, ou seja, de que uma operação mental exige a reconstituição dessa mesma operação na sua imaginação para atingir a expressão discursiva, leitura teórica da realidade. O aluno dá um salto qualitativo quando reorganiza a identificação dos dados da realidade através do pensamento teórico, propriedade da teoria.”

A respeito do local adequado para ministrar ou assistir as aulas onde o ambiente fosse limpo, organizado, silencioso, uma das professoras relata não ter um local adequado e a outra diz ter um local adequado. Referente aos alunos, 11 disseram ter um local adequado para assistir as aulas, 3 disseram não ter e 3 disseram ter as vezes um local adequado.



Portanto, é de suma importância que se estabeleça um ambiente adequado para o bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Apresentamos os dados organizados em quatro categorias de análise: Quanto as tecnologias e aulas remotas, quanto ao processo de ensino-aprendizagem, quanto as facilidades e dificuldades e quanto a avaliação.

Em relação as tecnologias, quanto ao acesso à internet para a participação efetiva nas aulas, tanto as duas professoras quanto os dezessete alunos disseram possuir acesso à internet em casa. Em relação aos dispositivos eletrônicos, todos informaram ter acesso à pelo menos um dispositivo eletrônico, seja ele celular, computador ou tablet. Frente aos recursos tecnológicos que utilizam para assistir as aulas, nove dos dezessete alunos disseram acompanhar as aulas pelo celular e oito disseram acompanhar pelo *notebook* ou computador de mesa, outros citaram também as vezes utilizar o celular e as vezes o *notebook* ou computador. Sabemos que o celular pode ser foco de muitas distrações, dificultando a concentração no processo de ensino/aprendizagem, e pelo visto o celular era uma alternativa para este novo cenário, podendo ter influenciado negativamente o processo de aprendizagem.

Quanto as plataformas em que eram ministradas as aulas, uma das professoras disse enviar vídeo aulas em todas as aulas de Educação Física via *Whatsapp*, além de entregar materiais impressos na casa dos alunos. A outra professora diz utilizar o *Classroom* para ministrar suas aulas e não entrou em detalhes sobre as atividades. Em relação as ferramentas utilizadas para aprendizagem foram possíveis observar que os alunos utilizaram para aprendizagem nas aulas: *google* sala de aula e *google forms*, além disso citaram vídeos, youtube e sites

Quanto a falta de recursos tecnológicos (computador, celular, tablet) foram questionados se em algum momento as aulas foram prejudicadas, uma das professoras respondeu que sim, a aula foi prejudicada pela falta de recursos tecnológicos e a outra professora respondeu não. Já em relação aos alunos, 3 alunos disseram ter sido prejudicados ou pela falta de computador/notbook/celular ou pela falta de internet, 8 deles disseram ter sido prejudicado poucas vezes e 6 disseram não terem sido prejudicados.

Em relação a contribuição das tecnologias nas aulas treze alunos disseram que as mesmas estão contribuindo para o processo de ensino aprendizagem, entretanto disseram aprender mais presencialmente.

Em relação ao “domínio” frente as tecnologias e seus utilitários (computador, celular,





tablete) as duas professoras disseram dominar os recursos que utilizam para as aulas. Já em relação aos alunos, 16 deles disseram ter domínio frente as tecnologias e 1 disse não ter. Além disso, 15 alunos disseram nunca ter participado de aulas no formato remoto e 2 alunos disseram já ter participado de cursos/aulas nesse formato. Em relação ao domínio frente as tecnologias, analisando o fato de que 15 dos dezessete alunos nunca haviam participada de aulas no formato remoto, cabe ressaltar sobre quais recursos e ferramentas os estudantes responderam ter domínio. Frente a este fato percebemos que a falta de recursos é muito significativa em relação a aprendizagem, pois é praticamente inviabiliza a efetividade das aulas. As tecnologias então, não podem ser consideradas em primeiro plano como responsáveis pelo aprendizado dos alunos e sim como um instrumento que diante da mediação e intervenção do professor podem ter suas potencialidades alcançadas para o aprendizado nesse contexto das aulas remotas, entretanto não substituirá o professor ou o ambiente escolar de aprendizagem.

Em um primeiro momento, aparentemente nem os alunos e nem as professoras possuem maiores dificuldades frente as ferramentas tecnológicas. Sabemos que a maioria dos alunos nunca havia participado de aulas mediadas por tecnologia anteriormente, dessa forma foram necessárias novas tecnologias para a realização do processo de ensino/aprendizagem na escola, portanto, a adaptação frente as ferramentas é um desafio para todos. Considera-se de grande importância que se tenham políticas públicas que assegurem que a gestão escolar proponha a formação continuada acerca de tecnologias para professores e alunos, no sentido de qualificar o processo educativo do presente e do futuro.

Contradizendo um pouco das respostas, buscando refletir perante os resultados, cabe destacar esta questão de maneira mais global sobre o atual cenário que acaba sendo um marco social em relação ao acesso à educação frente as tecnologias diante da COVID-19. Sabemos que 20% dos domicílios brasileiros não possuem acesso à internet, nos quais vivem 7 milhões de estudantes, 95% matriculados em escolas públicas. 40% das residências não possuem computador e o acesso à internet é feito por meio de celulares (85% das camadas D/E e 61% da classe C) que usam pacotes pré-pagos e com pouca capacidade de tráfego de dados. Além disso, apenas 29,1% dos alunos do ensino fundamental e 61,9%, do ensino médio têm acesso a internet nas escolas (COLEMARX, 2020).

Quanto ao ensino e aprendizagem consideramos relevante analisar como foi a participação dos alunos frente as aulas remotas, 7 alunos responderam participar das aulas com a câmera desligada, boa parte também diz fazer as atividades na hora da aula, ainda apareceram respostas de alunos dizendo participar efetivamente das aulas sem dificuldades



de interação perguntando e dialogando com os professores e com os colegas. Outro destaque foi em relação as faltas, um dos estudantes diz ter faltado a maioria das aulas de Educação Física. No estudo de Godoi *et al.* (2020) os professores afirmaram que alguns alunos não compreendem que esse espaço, a aula mediada por tecnologia, também é de aprendizado como em sala de aula presencial, percebendo essa “falta de interesse” por parte dos estudantes.

Segundo Almeida e Franco (2013), quatro são aspectos fundamentais para a democratização das tecnologias por professores:

[...] a disponibilização de infraestrutura adequada; a oferta de programas de formação de professores; a inclusão nas diretrizes curriculares e na base curricular comum de referenciais que permitam a inserção de educadores e educandos na cultura digital; e a disponibilização de conteúdos educativos alinhados aos mesmos referenciais (ALMEIDA; FRANCO, 2013, p.49).


Quanto aos conteúdos que foram ensinados nas aulas de Educação Física, as professoras citaram como conteúdos: Esportes hegemônicos, esportes diversos, dança, jogos e brincadeiras, lutas, ginástica e atividade rítmica. Em relação a resposta dos alunos, a maioria deles respondeu que o conteúdo que mais foi ensinado foi em relação aos esportes hegemônicos (futebol, vôlei basquete e handebol), ainda apareceram conteúdos como dança, jogos e brincadeiras, lutas e ginástica.

Para uma das professoras a Educação Física pode ter sido prejudicada tendo em vista que não houve aulas práticas necessárias para o desenvolvimento motor desejado no aluno, mas acredita que não compete dizer se foi a mais prejudicada. A outra professora disse também acreditar que houve prejuízos, mas diz não ter sido a mais prejudicada.

As respostas dos alunos foram bastante similares, pois a maioria diz que não teve dificuldades na teoria, mas que sentiram falta da aprendizagem na prática.

Cabe aqui ressaltar o contexto dos esportes hegemônicos como sendo o principal conteúdo de Educação Física nas aulas, em uma das falas da professora também aparece o esporte no contexto do desenvolvimento motor, o papel do esporte na escola para além das funções motoras, deve servir para descortinar a visão utópica do esporte apresentado pela mídia e possibilitar maior subjetividade ao vivenciar e refletir sobre o mesmo, pois segundo Coletivo de Autores (1992. p.37):

Essa influência do esporte no sistema escolar é de tal magnitude que temos, então, (não o esporte da escola mas sim o esporte na escola. Isso indica a subordinação da educação física aos códigos/sentido da instituição esportiva, caracterizando-se o esporte na escola como um prolongamento da instituição esportiva: esporte olímpico, sistema desportivo nacional e internacional. Esses códigos podem ser resumidos em: princípios de rendimento atlético/desportivo, competição, comparação de rendimento e recordes, regulamentação rígida, sucesso no esporte como sinônimo de vitória,



racionalização de meios e técnicas etc.

É com a intenção pedagógica de reflexão sobre a prática esportiva na escola que deve-se apresentar o esporte para além de um conteúdo esportivizado, para que o mesmo não exerça influência que o esporte da mídia exerce na sociedade.

Diante da diferença da aprendizagem frente aos conteúdos presenciais e não presenciais, as duas professoras responderam ter muita diferença no processo de ensinar e aprender via aulas remotas e via aulas presenciais, tendo em vista que no presencial a maioria das aulas são práticas e no ambiente *online* mais teóricas, falaram também sobre a necessidade de adaptar os conteúdos de acordo com a nova realidade e também as práticas para que os alunos pudessem fazer em suas residências com espaço e materiais reduzidos, além disso foi citado falta de retorno por parte dos alunos das atividades encaminhadas. A maioria dos estudantes disseram que não aprenderam tanto como nas aulas presenciais, somente 2 alunos disseram ter aprendido igual nas aulas presenciais. As justificativas que mais apareceram foram relacionadas a falta da aprendizagem na prática, além de citar falta de dinamicidade nas aulas.

Percebemos um certo consenso por parte dos alunos em relação as respostas que suscitavam falta das aulas práticas, o que por vezes caracteriza a Educação Física e se efetiva no âmbito corpóreo. Essa materialidade corpórea foi ressignificada a partir do contexto das aulas remotas. Portanto, precisaríamos coletar mais informações sobre as metodologias utilizadas no trato com o conhecimento, onde os conteúdos tiveram que ser adaptados diante dessa limitação da práxis em função do distanciamento social.

De acordo com o Ministério da Educação (2020), educação a distância é:

[...] a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, física ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Essa modalidade é regulada por uma legislação específica e pode ser implantada na educação básica (educação de jovens e adultos, educação profissional técnica de nível médio) e na educação superior.

Geralmente o ensino remoto é confundido com o ensino a distância, segundo artigo publicado no jornal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2020), a educação remota significa que as aulas são mediadas em espaços diferentes, ou seja, se refere ao distanciamento geográfico, onde as aulas são expositivas e diárias, como no ensino presencial, porém mediadas por meio da tecnologia, em que podem ser acompanhadas de lugares diferentes.

Em relação a aprendizagem dos conteúdos da Educação Física no formato das aulas mediados por tecnologia: 3 dos dezessete alunos disseram ter tido uma aprendizagem muito



boa (notas 9 e 10) 8 alunos responderam que foi boa (notas 7 e 8) 2 alunos responderam na média (nota 6), 2 responderam abaixo da média (notas menores que 6) e 1 respondeu ruim (reprovado). Analisando a resposta das professoras em relação ao ensino aprendizagem, ambas disseram que foi na média (6).

Quanto as estratégias utilizadas para que se tivesse uma boa aprendizagem e desenvolvimento dos alunos frente a esse contexto pandêmico, uma das professoras diz ter buscado apresentar vídeos explicativos com animações para facilitar a compreensão e chamar atenção dos alunos. A outra professora disse que buscou trabalhar conteúdos de fácil compreensão e atividades que todos pudessem realizar em casa. Com a expansão dessa nova condição posta, torna-se igualmente relevante, a capacitação para professores, especialmente da rede pública, nas diversas metodologias vinculadas ao aprendizado não presencial (BRASIL, 2020, p. 17).

Quanto as facilidades e dificuldades no ensino remoto, destacamos: Referente ao uso das tecnologias 2 alunos disseram que as aulas por meio dos recursos tecnológicos têm dificultado o processo de ensino e aprendizagem e 15 alunos disseram estar facilitando o processo. As justificativas foram de que com a utilização do celular ou computador é possível fazer pesquisas na internet, também citaram a internet como uma possibilidade a mais para aprender e também a possibilidade de assistir vídeo-aulas, aulas gravadas, curiosidades sobre o conteúdo, maior facilidade para responder questionários, além de facilidades de ver vídeos na internet e reproduzir. Um dos pontos negativos levantados foi em relação a limitação da aprendizagem na prática e falta do auxílio do professor nas práticas como nas aulas presenciais. Dois citaram não enxergar avanços.

Relacionando o tema da questão também aos princípios pedagógicos da perspectiva Crítico Superadora, podemos ressaltar a contemporaneidade do mesmo, considerando o aprimoramento e maior utilização de recursos midiáticos nesta situação pandêmica que vivemos. Os recursos tecnológicos foram aperfeiçoados, e sua utilização precisou ser aprimorada para que pudessemos manter as relações em decorrência da condição.

Quanto as dificuldades e desafios no processo de ensino e aprendizagem, no formato das aulas de Educação Física mediadas por tecnologia, para as professoras foram: a falta de recursos tecnológicos que funcionem adequadamente e dificuldades de adaptação com as ferramentas tecnológicas (baixa fluência tecnológica). Foi mencionado também as mudanças em relação as metodologias de ensino e dos conteúdos adaptados para as aulas remotas,





também mencionaram falta de interesse por parte dos alunos, falta de interação e dificuldades em elaborar o planejamento das atividades. As respostas que mais apareceram por parte dos alunos foram: Falta de concentração pela maioria dos alunos, seguido de dificuldades de interação, e falta de recursos tecnológicos.

Quanto aos resultados da aprendizagem via aulas remotas, para as professoras, ambas responderam que poucas vezes resultou em aprendizagem, e quanto a qualidade do ensino nesse formato, uma das professoras respondeu que a qualidade foi boa e a outra respondeu que foi regular. As respostas dos alunos referentes a qualidade do ensino remoto oportunizado pelos professores se dividiram, um dos alunos disse ter sido muito bom/ excelente, seis alunos disseram ter sido boa a qualidade do ensino, oito responderam regular, um respondeu que foi ruim e 1 ainda respondeu ter sido de péssima qualidade. Entretanto a maioria disse que foi regular.

Podemos dizer, que é aceitável de certo modo, os estudantes não considerarem o ensino remoto de qualidade, pois foi uma adaptação muito aligeirada, de um sistema de educação presencial substituído por um sistema remoto. Bem como em relação aos professores, analisar quais os outros motivos além da falta de recursos, baixa fluência tecnológica, dificuldades de adaptações com as ferramentas, possam ter comprometido essa aprendizagem.

Sobre tecnologias Bianchetti (1997, p. 07) classifica como posicionamentos antípodas, ou seja, há os apologetas que, “só veem aspectos positivos nas novas tecnologias”, e os apocalípticos que, “só veem aspectos demoníacos nas criações tecnológicas.”

Para além dos dados, o que pretendemos a partir destas reflexões é que os professores possam:

[...] se posicionar frente às novas tecnologias e apreender exatamente como elas são: criações humanas, carregadas de ideologias, capazes de contribuir para que os homens entrem no reino da liberdade ou de jogar os homens no despótico mundo descrito por George Orwell, no livro 1984, no qual o big brother, graças aos aparatos tecnológicos, torna-se onipresente, submetendo tudo e todos à sua ditadura (BIANCHETTI, 1997, p. 08).

Ainda em relação as facilidade e avanços diante das aulas remotas apareceram na maioria das questões as facilidades em pesquisar determinado conteúdo na internet, auxiliando nas possíveis dificuldades que surgiam. Outras questões que apareceram foi a falta da aprendizagem na prática, muito alunos citaram que não conseguiram aprender somente na teoria, além de citarem falta de concentração e dificuldades de interação e execução da prática.



Quanto as facilidades e dificuldades no ensino, no aprendizado e na avaliação com aulas remotas na Educação Física no ano de 2020, para as professoras, foi um grande aprendizado referente a utilização da tecnologia nas aulas e também no planejamento diário em administrar aulas diferentes e interessantes aos alunos. A dificuldade foi no quesito avaliação, por ter sido complicado devido à falta de retorno por parte dos alunos, dificultando avaliar a aprendizagem.

Em relação a avaliação, as duas professoras responderam que sim, o contexto das aulas remotas influenciou na avaliação dos alunos, e disseram que a avaliação foi feita por meio de questionários aplicados no ambiente virtual de aprendizagem, além de seminários/relatórios e postagem de materiais. Os alunos disseram que foram avaliados por meio de: postagem de materiais no ambiente virtual de aprendizagem, apresentações de trabalho *online*, responder à questionários.

As respostas convergem, entre professores e estudantes quanto a avaliação. Precisamos considerar que “o patrimônio cultural que se expressa nas possibilidades corporais, no acervo de conhecimentos sobre a cultura corporal, se diferencia de acordo com a condição de classe dos alunos. O uso de medidas e avaliação não deve neutralizar, mas, sim, possibilitar uma leitura crítica dessas condições para a partir daí, ampliar e aprofundar a compreensão dessa realidade” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.75).

“A avaliação do processo ensino-aprendizagem é muito mais do que simplesmente aplicar testes, levantar medidas, selecionar e classificar alunos” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 68).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de apresentar resultados que provocassem reflexões sobre o desenvolvimento das práticas pedagógicas na disciplina de Educação Física no 9º ano por meio de aulas remotas, analisando o processo de adaptação frente as tecnologias, o ensino-aprendizagem, as facilidades e dificuldades e a avaliação, evidenciamos que o objetivo dessa pesquisa foi atingido.

Em relação as tecnologias e as aulas remotas, cabe ressaltar que nesta escola tanto os professores quanto os alunos disseram ter acesso à internet e aos recursos tecnológicos para a efetivação das aulas. Entretanto, foi possível analisar que faltam políticas públicas que assegurem práticas pedagógicas de formação continuada para professores e alunos diante das



ferramentas disponíveis. Ainda em relação as tecnologias os sujeitos da pesquisa relataram dificuldades de adaptação as ferramentas, ao mesmo tempo citaram facilidades em relação as diversas possibilidades de aprender por meio do auxílio da internet.

Em relação ao processo de ensino aprendizagem e as diferenças de aprender a distância, ficou evidente para os alunos a falta das aulas práticas para a efetivação do aprendizado integral dos conteúdos. Entretanto, foram citadas facilidades em relação ao estudo dos conteúdos e ao acesso a dados de pesquisa no âmbito teórico da aprendizagem. Parece que o processo de ensino-aprendizagem foi prejudicado, no entanto, as tecnologias através das aulas remotas possibilitaram a oportunidade de ensino mesmo neste contexto.

Em relação as facilidades e dificuldades os professores citaram dificuldades na elaboração do planejamento e na avaliação devido à falta de retorno das atividades propostas, já os alunos citaram dificuldades da aprendizagem na prática e falta de concentração.

Referente a qualidade de ensino, pode se dizer que foi regular, portanto cabe analisar os motivos para além da possível falta de recursos, da baixa fluência tecnológica e das referências didático-metodológicas para que esse aprendizado pudesse ser melhor aproveitado, além da limitação perante as práticas da cultura corporal.

Referente as estratégias de ensino não foram possíveis identificar muitas estratégias para além da utilização de ferramentas básicas de comunicação *online*, porém ambas as professoras disseram ministrar atividades que fossem diferentes e interessantes.

Em relação a avaliação, as professoras disseram ter dificuldades de avaliar os alunos nesse contexto pela falta de retorno das atividades propostas.

Consideramos que a adaptação e acesso as novas tecnologias de informação e comunicação deve ser objeto de luta dos educadores, assim como a cultura, a ciência e a arte, que são produtos da criação humana e não devem ser patrimônio privado de poucos e, portanto, precisam ser incorporadas ao trabalho pedagógico de forma adequada, pois poderá colocar o ensino público em pé de igualdade com o ensino particular quanto ao acesso ao conhecimento e as tecnologias.

Portanto, se faz necessário que novos estudos acerca do tema sejam desenvolvidos para melhor entender a relação existente entre os alunos, os professores e o acesso as TICs, bem como as particularidades relacionadas ao ensino remoto. Seja ele em situações emergenciais, como a que estamos vivendo, ou de maneira estratégias de ensino no futuro.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, FRANCO. **A construção da didática no GT didática – análise de seus referenciais.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/RFYZ7MKBRypV7WhmcFP34NP/?format=pdf&lang=pt>

BIANCHETTI, Lucídio. **Busca do fio de Ariadne: Dilemas do Professor Frente ao Avanço da Informática na Escola.** 1997. Disponível em: Acesso em: 09 de setembro de 2009.

BRASIL. [Constituição, (1988)]. Constituição da Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 1, 5 out. 1988. Publicação original.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso: 14 de Abril 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho nacional de educação (cne).** Parecer cne/cp no. 5. Reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da covid-19. Brasília, DF, 28/04/2020. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/90771-covid-19#:~:text=Parecer%20CNE%20FCP%20n%C2%BA%205,da%20Pandemia%20da%20COVID%2D19>.

COLEMARX. **Em defesa da educação pública comprometida como igualdade social:** por que os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.colemarx.com.br/wpcontent/uploads/2020/04/Colemarx-texto-cr%C3%ADtico-EaD-2.pdf>. Acesso em: 22/05/2020.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** Editora Cortez. 1992. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/73/o/Texto\\_49\\_-\\_Coletivo\\_de\\_Autores\\_-\\_Metodologia\\_de\\_Ensino\\_da\\_Ed.\\_Fsica.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/73/o/Texto_49_-_Coletivo_de_Autores_-_Metodologia_de_Ensino_da_Ed._Fsica.pdf)

CRUZ, P.; MONTEIRO, L. (Orgs). **Anuário Brasileiro da Educação Básica.** São Paulo: Moderna, 2019. Disponível em:

[https://www.todospelaeducacao.org.br/\\_uploads/\\_posts/302.pdf](https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf) Acesso em: 23 nov. 2020.

Professor temporário: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira

<https://www.redalyc.org/jatsRepo/894/89462648014/html/index.html>

GODOI, Marcos; *et al.* **O ensino remoto durante a pandemia de covid-19: desafios, aprendizagens e expectativas dos professores universitários de Educação Física.** Disponível em: Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/344485419\\_O\\_ensino\\_remoto\\_durante\\_a\\_pandemia\\_de\\_covid-19\\_desafios\\_aprendizagens\\_e\\_expectativas\\_dos\\_professores\\_universitarios\\_de\\_Educacao\\_Fisica](https://www.researchgate.net/publication/344485419_O_ensino_remoto_durante_a_pandemia_de_covid-19_desafios_aprendizagens_e_expectativas_dos_professores_universitarios_de_Educacao_Fisica). Acesso em: 03 jun 2021.





KUNZ, Elenor. **Transformação didático Pedagógica do esporte**. Ijuí: UNIJUI, 1994. [http://www.educacaofisica.seed.pr.gov.br/arquivos/File/relatos/transformacao\\_elenor\\_kunz.pdf](http://www.educacaofisica.seed.pr.gov.br/arquivos/File/relatos/transformacao_elenor_kunz.pdf)

LIBÂNEO, José. Didática. Disponível em: [https://www.professorrenato.com/attachments/article/161/Didatica%20Jose-carlos-libaneo\\_obra.pdf](https://www.professorrenato.com/attachments/article/161/Didatica%20Jose-carlos-libaneo_obra.pdf)

MALANCHEN, Julia. **Oportunismo do capital e a precarização da escola pública via Ead: Análise a partir da pedagogia histórico-crítica**. 2020. Disponível em: [https://rpcr.com.br/index.php/revista\\_rpcr/article/view/1/1](https://rpcr.com.br/index.php/revista_rpcr/article/view/1/1)

NASCIMENTO, C. P. **A atividade pedagógica da Educação Física: a proposição dos objetos de ensino e o desenvolvimento das atividades da cultura corporal**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação Física, Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01102014-105809/publico/CAROLINA\\_PICCHETTI\\_NASCIMENTO\\_rev.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01102014-105809/publico/CAROLINA_PICCHETTI_NASCIMENTO_rev.pdf).

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. –Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SOUZA, A.P.R.d. **A educação e as novas tecnologias de comunicação e comunicação do contexto da pandemia do novo coronavírus: O professor “r” e o esvaziamento do ato de ensinar**. p.53 – 72. Disponível em: [https://rpcr.com.br/index.php/revista\\_rpcr/article/view/3/3](https://rpcr.com.br/index.php/revista_rpcr/article/view/3/3)

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de Conjuntura**. 26 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.



# CAPÍTULO 6

## A IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO DA LIDERANÇA NA LOGÍSTICA DURANTE E PÓS-PANDEMIA

**Isabela Maria da Rocha Costa**, Graduanda em Logística FATEC  
**Paulo Thobias Reis da Silva**, Graduando em Logística, FATEC  
**Célia Aparecida de Matos Garcia**, Mestre em Educação, FATEC  
**Kamila Amato de Campos Farinazzo**, Doutora em Engenharia, FATEC

### RESUMO

O presente artigo tem como finalidade demonstrar a importância de uma liderança bem aplicada em tempos de crise, principalmente na pandemia do novo coronavírus (Covid-19) que se faz presente no mundo todo, destacando possíveis adaptações pós-pandemia, relacionando-a com a área logística. Para a realização deste artigo foram pesquisados conceitos a respeito de liderança, como ela atua, principalmente nas vidas das pessoas no setor logístico, em tempos de crise, e informações a respeito de uma boa liderança. Além da utilização de referências bibliográfica acerca de grandes nomes de líderes na história. A análise terminou por compreender a importância de uma liderança bem aplicada, de como alcançar um patamar superior a uma função, tornando-se um recurso valioso para lidar com os colaboradores de forma mais humana, destacando a sua importância em tempos de pandemia e suas mudanças ao longo dos anos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Liderança, Pandemia do Corona Vírus, Adaptações pós-pandemia, Logística.

### INTRODUÇÃO

Em toda história, o papel das lideranças destaca-se com enorme relevância e grande influência na vida das pessoas, positivamente ou negativamente.

“Ao longo da história surgiram pessoas que marcaram gerações como referencial de liderança. Esses líderes tiveram grande importância para muitas mudanças na política, religião ou em outras áreas que lhe permitiram a oportunidade de se destacarem”. (O GRANDE LÍDER, 2017).

Para que alguém seja considerado líder é preciso engajar pessoas à uma causa, como exemplos conhecidos ao longo dos séculos e destacados aqui, que “seus ideais atraíam seguidores e os motivavam a segui-los: Mahatma Gandhi, Nelson Mandela, Adolf Hitler e Jesus Cristo” (O GRANDE LÍDER, 2017).

No mundo corporativo não é diferente e como em qualquer lugar é imprescindível a figura de um líder e na logística segue a mesma continuidade.



A figura do líder nessa área deve ser preenchida por profissionais que dominem todo conhecimento técnico e prático da logística, isso é fato. Porém, nas últimas décadas, as grandes organizações começaram a enxergar e exigir uma competência importante e estratégica e que vai muito além de ter todo conhecimento referente a área de logística. Desenvolver essa habilidade socioemocional faz com que seus colaboradores trabalhem entusiasticamente motivados e sempre prontos para alcançar os objetivos. John Maxwell (2007, p. 53), autor norte-americano diz: “em liderança o resultado final não é a que ponto nós chegamos, mas a que ponto nós levamos os outros”.

Para que o líder saiba influenciar seus liderados num ambiente profissional é necessária uma árdua entrega pessoal, pois estes são responsáveis por se dedicar, enxergar e antecipar situações, ser apaixonado por aquilo que faz e prezar sempre pelo melhor resultado possível, especialmente em se tratando de um meio tão inconstante como a logística. Dentre os principais fatores que levam o líder logístico a ter grande influência sobre seus subordinados estão o bom relacionamento, uma visão macro de tudo ao redor, forma íntegra de se portar em qualquer situação, o compartilhamento do conhecimento, um bom planejamento, a confiança e, também, a maneira correta de dar e receber *feedbacks* de seus colaboradores.

Dentre as principais características de um líder, estão “passar segurança aos subordinados, tomar decisões, ser claro quanto às expectativas, desafiar a equipe, dar bom exemplo, reconhecer e recompensar o bom desempenho, dar *feedback* e saber usar o talento de seus colaboradores” (FURTADO, M, 2020).

A influência tem grandes poderes, se usada da maneira correta. Grandes vitórias ao longo da história foram marcadas pela influência de lideranças entre homens e mulheres que foram capazes de se doar por seus liderados, e não sendo diferente, seus liderados se doando por seus líderes. No livro *A Arte da Guerra*, Sun Tzu (544 – 496 a.C) diz: “comandar muitos é o mesmo que comandar poucos. Tudo é uma questão de organização” (TZU, 2006, p.28). Esse pensamento nos traz o entendimento de que a influência é capaz de nos dar o poder de liderar em qualquer situação, desde que todos tenham o mesmo objetivo em mente.

## **A IMPORTÂNCIA E APLICAÇÃO DE UMA BOA LIDERANÇA**

A área de logística tem crescido no Brasil e são cada vez maiores os desafios impostos pelo mercado para que se possa entregar um produto ou serviço de qualidade, com o melhor preço e no menor tempo possível. De acordo com dados da Associação Brasileira de Logística



(Abralog), no primeiro quadrimestre de 2021, o setor de logística movimentou R\$ 2,9 trilhões em cargas no país. Esse número poderia ser ainda maior se não fossem os gargalos enfrentados pelo setor. Por isso, a figura de um bom líder é cada vez mais imprescindível no campo logístico.

A personalidade das pessoas determina como elas agem com as outras, assim funciona com a liderança, as distinções de líderes começam a partir do jeito que ele se dirige as demais pessoas, como conversa e até mesmo quando os olham.

Muitos dizem que espírito de liderança já nasce com a pessoa, outros defendem que ela pode ser uma habilidade desenvolvida com o passar do tempo e treinamento.

Quando estudada no decorrer da história é possível encontrar grandes líderes que representam o movimento de liderança em tempos de crises e guerras. Falar de liderança é entrar em uma parcela da personalidade de cada ser e de quão importante ela foi para a história e é para as organizações. Para os subordinados é importante que o líder demonstre confiança e acima de tudo conheça os objetivos que eles têm almejado.

“Grandes executivos com frequência falam em liderar por intuição. De fato, ter bons instintos, é amplamente reconhecido como vantagem para um líder em qualquer contexto, quer ao captar o estado de espírito de sua organização ou conduzir uma negociação delicada com a concorrência.” (GOLEMAN, 2015 p.100).

Com o passar dos anos, as definições de liderança foram se alterando, o líder das guerras passou a ser o gestor nas empresas, em grandes indústrias e organizações e o papel do líder que engaja seus liderados tornou-se fundamental para o crescimento econômico e social, sendo que em tempos de crises ele é essencial e imprescindível.

As crises fazem parte do processo evolutivo da humanidade tanto na vida pessoal, quanto no mundo corporativo, o que diferencia é o papel do líder durante as crises, um bom líder mostra suas capacidades com vigor, que mesmo diante dos problemas consegue ser resiliente, ser corajoso e enfrentar os erros como aprendizagem, incentivando os subordinados a fazerem o mesmo, ensinando que nem sempre vão ser assertivos, mas que estarão em constante evolução pessoal e profissional, aperfeiçoando todos os processos para que ocorra uma melhoria contínua.

“São nesses momentos críticos que os líderes se deixam envenenar ou, corajosamente, transformam o “veneno em remédio”. Ou, para glosar um provérbio inglês, “um mar calmo nunca faz um bom marinheiro”. Nestes momentos críticos, o comportamento e as atitudes dos líderes são bússolas importantes para a criação dessa hiper resiliência”. (REGO; CUNHA, 2020 p.4).

Ainda no livro “Liderar em Tempos de Crises” de Armênio Rego e Miguel Cunha





destaca-se:

“Bill George sintetizou as orientações essenciais para a “liderança em tempos de crise”, propondo sete lições: (1) encare a realidade; (2) construa laços de cooperação e ajuda, em vez de carregar sozinho o mundo às costas; (3) atue sobre a causa profunda dos problemas, em vez de buscar soluções rápidas e pontuais; (4) prepare-se para uma longa caminhada; (5) nunca perca a oportunidade de aprender com uma boa crise; (6) no meio da tempestade, mantenha-se norteado por valores essenciais de confiança, transparência e integridade; (7) seja proativo, em vez de simplesmente supor que, depois da tempestade, a bonança surgirá naturalmente”. (REGO; CUNHA, 2020 p.3)

Em determinadas situações o que falta em um líder é ser mais perseverante perante os problemas, mesmo que estressantes, saber ser resiliente, tentar passar tranquilidade e espírito de equipe para todos, isso ajuda muito no decorrer de uma crise, pois mostrando o lado humano e amigável, e ao mesmo tempo dando coragem aos parceiros, isso forma laços mais fortes entre as pessoas. “O líder de uma equipe precisa ser capaz de sentir e entender os pontos de vista de todos ao redor da mesa” (GOLEMAN, 2015, p. 21)

Falar das questões financeiras, problemas de saúde pública, inseguranças, tem sido algo desafiador no último ano (2020) por conta da pandemia do novo coronavírus, assim como no decorrer da história, muitos morreram por doenças contagiosas, guerras e catástrofes, que transformaram por um tempo o mundo em um caos, havendo a necessidade de que o papel das lideranças nesses períodos fosse crucial para a superação dos problemas e retomada do crescimento econômico das nações, dos povos e das empresas.

## A LIDERANÇA E OS LÍDERES LOGÍSTICOS

Para se tornar um líder logístico de excelência é necessário traçar um caminho longo e árduo, tendo em vista que é preciso desenvolver e aperfeiçoar qualidades e competências técnicas, comportamentais, socioemocionais, gerenciais e acadêmicas ao longo da carreira.

A escritora Kelly Oliveira diz que:

“É preciso enxergar mais, ter visão multidimensional “mais abrangente”, estar à frente das demais pessoas, em tudo na vida agir com a fé, definição, ousadia, estratégia, determinação, coragem, perseverança, comprometimento, ação e através da imaginação ver seu projeto pessoal, profissional, entre outros, realizado. Sem um plano, você não tem um alvo para onde canalizar suas energias e força. Você apenas reagirá face às circunstâncias. Um plano faz com que você assuma o controle sobre a situação levando-o a êxitos, realizações e sucesso”. (OLIVEIRA, 2011)

São diversas ações que os profissionais logísticos que almejam cargos de liderança, ou os próprios profissionais que já exercem esta função no mercado de trabalho e querem galgar posições dentro das empresas devem tomar, além de desenvolver competências como: dedicação, perseverança, atitude, humildade, autorresponsabilidade e resiliência.



Investir em conhecimento é outra ação primordial para qualquer pessoa que sonha com uma carreira de sucesso em qualquer área. A formação acadêmica traz mais credibilidade às tomadas de decisões que o profissional aplica no dia a dia. Com o avanço das tecnologias e a 4º Revolução Industrial em curso, o aprendizado de técnicas e ferramentas inovadoras no mercado de trabalho faz com que os profissionais logísticos procurem cada vez mais se atualizarem e aprenderem coisas novas.

O desenvolvimento de todas essas competências faz com que o profissional seja capaz de se adaptar aos mais diversos cenários, além de conseguir antecipar ou postergar tomadas de decisões em caso de necessidade e com isso trazer os resultados positivos para a empresa.

## **O DESAFIO ENFRENTADO PELA LIDERANÇA NA PANDEMIA**

Com um mundo cada vez mais globalizado, a instabilidade do cenário político, social e econômico aumenta e gera mudanças drásticas no comportamento humano e com isso a gestão das empresas necessita adotar cuidados com a saúde emocional de seus colaboradores, oferecendo todos os recursos essenciais para que continuem produtivos e entregando resultados. A partir disso, a figura do líder é fundamental, de modo que todo recurso oferecido pela empresa possa ser utilizado pela gestão, assim elevando cada vez mais o desempenho das equipes.

Segundo uma pesquisa do PageGroup que foi feita em parceria com o Centro de Liderança da Fundação Dom Cabral (2021), dois a cada três líderes estão agilizando os processos de tomada de decisões, buscando resultados com foco aos negócios e operações, assim como à gestão de pessoas.

De acordo com um artigo publicado pela autora Beatriz Mirelle, na Forbes (2021):

“O estudo, publicado no início de janeiro, ouviu 230 executivos de diversos cargos C-Level. O objetivo era entender como esse grupo, que possui alto nível de responsabilidade nas organizações, está lidando com as novas demandas que surgiram em 2020. “Investigamos como as ações estão funcionando, sem julgá-las como certas ou erradas. Analisar o gerenciamento e expor essas informações é criar um panorama sobre a atuação dos líderes no Brasil”, diz Paul Ferreira, diretor do Centro de Liderança da Fundação Dom Cabral [...] Ricardo Basaglia, diretor geral da Page Executive, explica que, para ser um líder bem-sucedido neste momento, o autoconhecimento, adaptabilidade, ambiguidade e atitude são elementos fundamentais” (MIRELLE, 2021)

No momento atual de pandemia, os resultados estão intimamente ligados com uma habilidade que deveria ter sido mais explorada antes da crise em questão e vendo as suas vantagens, deverá ser algo mais aproveitado em um cenário pós-pandemia. O relacionamento interpessoal e a gestão são competências que estão ligadas ao meio corporativo e precisam estar



em equilíbrio para que se desperte outras habilidades em uma equipe, como o autoconhecimento e autorresponsabilidade, por meio de ações de *feedbacks*, diálogos transparentes e construtivos.

Entre outros comportamentos, está também o hábito de saber ouvir e demonstrar interesse, a empatia. Essa atitude causa um grande impacto no clima organizacional, quando parte da liderança, lembrando que o bom líder é exemplo para seus liderados e pode ser desenvolvida também de maneira coletiva na equipe. O profissional tem o sentimento de pertencimento e disposição para colaborar, se comprometer e dedicar-se quando é integrado e participa das tomadas de decisão de um ambiente.

Em um momento de crise, as atitudes de um líder ficam mais evidenciadas e conseqüentemente, geram mais julgamentos de seus liderados.

É importante deixar clara a diferença entre um líder e um gerente, isso fica evidente por intermédio da prática na rotina diária e é essencial para tornar o ambiente de trabalho saudável, com pessoas motivadas e que se sentem confortáveis ao depositar absoluta confiança em uma figura que exerce o real papel de liderança, propondo soluções para sua equipe e gerando resultados nos processos pelos quais é responsável.

Bennis (1989) em seu livro “On Becoming a Leader” esclarece as diferenças entre os tipos de ações gerenciais e de liderança e que tem sido citada por diversos autores na administração:

- "o gerente administra; o líder inova;
- o gerente é uma cópia; o líder é original;
- o gerente focaliza-se em sistemas e estruturas; o líder focaliza-se nas pessoas;
- o gerente tem uma visão a curto prazo; o líder tem a perspectiva do longo prazo;
- o gerente pergunta como e quando; o líder pergunta o que e por quê;
- o gerente tem seus olhos sempre nos limites; o líder tem seus olhos sempre nos horizontes;
- o gerente limita; o líder dá origem;
- o gerente aceita o status quo; o líder o desafia;
- o gerente é o clássico bom soldado; o líder é a própria pessoa;
- o gerente faz certo as coisas; o líder faz as coisas certas". (BENNIS, 1989 p.42).

Uma liderança humanizada, pautada no respeito, empatia, confiança e transparência tende a ser a melhor ferramenta utilizada para alcançar resultados positivos de uma equipe de



trabalho, especialmente em um cenário de crise em que todos estão vivendo em função da pandemia. Uma gestão empenhada nessas competências é capaz de transformar um grupo de colaboradores em uma equipe de alto desempenho.

## A LOGÍSTICA NA PANDEMIA

Durante a pandemia muitos setores da economia foram impactados, em parte devido às medidas sanitárias que foram aplicadas para contenção do vírus e diminuição do número de mortos. Dentre essas medidas está o isolamento social que foi adotado na maioria das cidades, sendo que em algumas foi necessário ser decretado o *lockdown*, com fechamento total de atividades classificadas como não essenciais. A Secretaria Especial de Produtividade e Emprego do Ministério da Economia (Sepec/ME) divulgou em setembro/2020 uma lista com os principais setores econômicos afetados e dentre eles estão o comércio, serviços de alimentação, serviços de alojamento, transporte aéreo, entre outros (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Quanto ao setor logístico, o impacto foi muito menor já que insumos básicos, como alimentos, medicamentos e itens de higiene e limpeza precisam ser entregues, além do aumento do *e-commerce* causado pelo isolamento e fechamento do comércio. Segundo relatório “E-commerce no Brasil”, realizado pela agência da Conversion, houve um aumento de 40% nas vendas *on-line*, comparando fevereiro de 2020 com o mesmo período de 2021 (RODRIGUES, 2021).

Porém, no meio de todo esse cenário, alguns impactos foram sentidos nas operações logísticas, como: fechamento de fronteiras; falta de serviços de apoio aos motoristas nas estradas, como restaurantes; redução de mão de obra, em função de afastamentos de colaboradores que integram os grupos de risco; dificuldades em áreas portuárias, causadas pelo fato de algumas embarcações terem ficado retidas nos portos; além de que o gerenciamento do tempo foi algo tomado como prioridade para as empresas deste setor (BSOFT, 2020).

Levando em conta toda a importância dos setores logísticos, seja no transporte ou na armazenagem, assim como os impactos que foram sentidos nas operações, é de suma importância o papel da liderança neste contexto, minimizando os impactos negativos e potencializando a importância da atividade e de quem a pratica. Este é o momento para planejar novas estratégias de trabalho. Cheng (2020) menciona que nesses momentos de crise, como a que a pandemia do novo coronavírus causou, existem alguns cenários que se repetem. Primeiro





ocorre o pânico e a incerteza, condições que levam as pessoas a quererem estocar produtos e os impactos econômicos são mais fortes; e após isso, conforme a análise, é o momento de recuperação. E, finalmente, vem a estabilização.

“As empresas que souberem aproveitar esse momento para reverem suas estratégias, adotando ações para reestruturarem os negócios e garantirem a segurança, com certeza estarão à frente das demais quando chegar o cenário de estabilização pós-coronavírus” (BSOFT, 2020).

## A LIDERANÇA NO CENÁRIO DE RETOMADA

O seguinte provérbio oriental ensina que “homens fortes criam tempos fáceis, e tempos fáceis geram homens fracos; mas homens fracos criam tempos difíceis, e tempos difíceis geram homens fortes”. A partir dessa linha de pensamento é possível imaginar que o cenário pós-pandemia tende a ser de tempos com uma gestão mais capacitada em lidar com as crises e voltada para um modelo mais humanizado.

O novo coronavírus trouxe enormes dificuldades e foi capaz de forçar mudanças bruscas e que serão sentidas por muito tempo, aumentando a taxa de desemprego e transtornos emocionais na população. Além da tecnologia que foi de extrema importância para solucionar problemas e transformar esse novo cenário mundial diante da pandemia.

O setor da tecnologia, no cenário da pandemia da Covid-19, ganhou destaque com o avanço acelerado da transformação digital, segundo uma pesquisa realizada pela KPMG, empresa de consultoria empresarial. A pesquisa constatou que para 40% dos executivos brasileiros, e 50% dos globais, o progresso na digitalização das operações que levariam alguns anos para se realizar, foi acelerado em meses. E para cerca de 30% dos executivos nacionais, os avanços drásticos os colocaram nos negócios anos à frente do esperado (TERRA, 2021).

As empresas que conseguiram se adaptar ao novo quadro econômico, investiram em avanços tecnológicos, em entregas *delivery* e no mercado *e-commerce*.

“Nesse período de pandemia, os grandes varejistas estão com um enorme apetite para crescimento de vendas pelos canais digitais. O *online* acabou se transformando na tábua de salvação das empresas, além de representarem um investimento no futuro” (GRICHENO, 2021).

As empresas que se mantiveram ativas no mercado, diminuíram seu quadro de funcionários, trabalhando com um número reduzido de colaboradores, sendo que parte deles foram direcionados para o trabalho remoto ou demitidos.

Um relatório da Organização Internacional do Trabalho, divulgado em janeiro de 2021,



mostra que o mundo perdeu 255 milhões de empregos na pandemia, sendo, aproximadamente, quatro vezes maior do que o número perdido durante a crise financeira global de 2009. A OIT estima que as mulheres foram mais afetadas que os homens e que os jovens também sofreram um forte impacto por terem saído do mercado de trabalho ou adiado a entrada nele, por conta da redução dos postos de trabalho (OIT, 2021).

Das milhares de pessoas que mantiveram seus empregos, apesar da pandemia, muitos ainda tiveram suas atividades impactadas ou porque sofreram com ajustes tendo que trabalhar de forma remota, em *home-office*.

Ademais a todos os acontecimentos e impactos presenciados durante a pandemia, a população como um todo passa a viver de maneira completamente diferente, o que afeta diretamente as emoções e comportamentos de cada um. Pensando nas pessoas que ficaram desempregadas, que tiveram que se adaptar a novos meios de trabalho, houve um aumento significativo em problemas psiquiátricos como um todo.

Em pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Psiquiatria mostra que 89,2% dos especialistas entrevistados destacaram o agravamento de quadros psiquiátricos em seus pacientes devido à pandemia do novo coronavírus. (CALDAS, 2020).

A crise evidenciou quais as habilidades que estão fazendo toda a diferença nas organizações e que serão colocadas em prática até mesmo depois da pandemia, sendo elas uma estratégia-chave que gera resultados satisfatórios e que não eram aplicadas de maneira precisa.

Um termo muito utilizado no meio corporativo quando se fala em competências é o “*Soft-Skills*”. Definindo de maneira simples, o termo representa a inteligência emocional que reúne as habilidades comportamentais, emocionais, sociais, mentais, sendo elas, próprias da personalidade ou aperfeiçoadas ao longo do tempo.

Esses métodos têm o potencial de determinar uma visão estratégica e macro em situações de pressão e criar um leque de opções para que seja tomada a melhor decisão possível, causando um grande impacto positivo nos processos e nos relacionamentos interpessoais no ambiente organizacional.

De acordo com o psicólogo Daniel Goleman, autor do livro “Inteligência Emocional” e de vários estudos relacionados as habilidades essenciais para um líder.

“de todas as dimensões da inteligência emocional, a empatia é a mais facilmente reconhecida [...] para o líder, não significa adotar as emoções das outras pessoas como suas próprias e tentar agradar a todos [...] significa levar em conta ponderadamente os sentimentos dos funcionários – junto com outros fatores - no processo de tomar



decisões inteligentes.” (GOLEMAN, 2015, p. 20).

Além da empatia, Goleman (2015) destaca como fundamental, que os líderes desenvolvam e apliquem a autoconsciência, que nada mais é que buscar o autoconhecimento, a autogestão que pode também ser chamada de autocontrole, competências especialmente importantes em tempos de crise e momentos de instabilidades econômicas, sociais e emocionais que este momento histórico está proporcionando.

São essas habilidades que podem trazer maior eficiência e entusiasmo para as pessoas que fazem parte do processo produtivo nos mais diversos setores da economia e no setor logístico não é diferente e que necessitam estar em constante desenvolvimento, por serem extremamente importantes para que a liderança consiga extrair o máximo de dedicação e engajamento de sua equipe.


## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidenciada a importância de uma liderança bem aplicada e estabelecida, especialmente na área de logística, onde um líder precisa desempenhar um papel muito maior do que apenas ser um chefe, e sim um exemplo, uma pessoa acessível, autorresponsável e empática, que se dedique e mostre realmente o verdadeiro sentido de uma equipe, que influencie de maneira positiva os colaboradores, além de se adaptar as mudanças tecnológicas e legais, independente das crises.

Ademais a crise mundial atual, provocada pela pandemia, na qual milhões de pessoas estão se sentindo inseguras e com o estado emocional abalado, os valores exercidos pelos líderes tem peso maior nas vidas dos seus subordinados, incentivando, tornando a esperança viva de que a situação é reversível e de que tudo isso vai passar.

A triste experiência em face dessa doença, que fez com que todos se afastassem, em atendimento aos protocolos sanitários, muitos perdessem o emprego, familiares, amigos e colegas de trabalho, impõe a necessidade da atuação de um bom líder que é aquele que ajuda os colaboradores a se reerguerem e seguirem adiante com determinação, mesmo diante de tempestades.

Acredita-se que o pior da pandemia se afaste em breve e todos precisam estar preparados para o que vem por aí, o líder tem papel crucial para implementações mudanças, que certamente serão exigidas, uma vez que tantas adaptações já estão em curso em meio a essa crise epidemiológica, pois é provável que as consequências ainda vão estar presentes no dia a dia de



trabalho por algum tempo e o melhor a se fazer é seguir em frente se adaptando em meio as avarias e danos provocados pela COVID-19.

## REFERÊNCIAS

- BENNIS, W. On becoming a Leader. New York: reading ass adilson wesley, 1989, p. 45.
- BSOFT. Coronavírus: quais os impactos na logística de transporte? BSoft, 05 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://bsoft.com.br/blog/coronavirus/>>. Acesso em: 24 jul. 2021.
- CALDAS, A. L. Psiquiatras relatam aumento de 90% dos casos agravados pela pandemia. Agência Brasil, 07 de set. de 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2020-09/psiquiatras-relatam-aumento-de-90-dos-casos-agravados-pela-pandemia>>. Acesso em: 24 jul. 2021.
- CHENG, J. China's Retailers and the Coronavirus Outbreak: Lessons from the Past. Bain & Company, 2020.
- FURTADO, M. Características de um líder, quais são? Convenia, 24 de jan. de 2020. Disponível em:<<https://blog.convenia.com.br/caracteristicas-de-um-lider/>>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- GOLEMAN, D. Liderança: a inteligência emocional na formação de um líder de sucesso. Rio de Janeiro: Objetiva. 2015.
- GRICHENO, Y. A pandemia e os desafios enfrentados pelo e-commerce. E-commerce Brasil, 31 de mar. de 2021. Disponível em:<<https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/a-pandemia-e-os-desafios-enfrentados-pelo-e-commerce/>>. Acesso em: 14 mai. 2021.
- MAXWELL, J. C. Vencendo com as pessoas: vinte e cinco princípios para alcançar o sucesso por meio dos relacionamentos. Rio de Janeiro: Vida Melhor. 2016.
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Ministério da Economia divulga lista dos setores mais afetados pela pandemia da Covid-19 no Brasil. Ministério da Economia, 15 de set. de 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/setembro/ministerio-da-economia-divulga-lista-dos-setores-mais-afetados-pela-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>>. Acesso em: 24 jul. 2021.
- MIRELLE, B. Pesquisa revela 4 perfis de liderança que se destacaram durante a pandemia. Forbes, 18 de jan. de 2021. Disponível em:<<https://forbes.com.br/carreira/2021/01/exclusivo-pesquisa-revela-quatro-perfis-de-lideranca-que-se-destacaram-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- O GRANDE LÍDER. A importância dos líderes na história. 20 de abr. de 2017. Disponível em:<<https://ograndelider.wordpress.com/2017/04/20/a-importancia-dos-lideres-na-historia/>>. Acesso em 14 jul. 2021.
- OLIVEIRA, K. Visão, planejamento, atitude e perseverança. O progresso digital, 27 de dez. de





2011. Disponível em:<<https://www.progresso.com.br/variedades/visao-planejamento-atitude-e-perseveranca/54231/>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

OIT. Recuperação incerta e desigual é esperada após crise sem precedentes no mercado de trabalho. Organização Internacional do Trabalho, 24 de jan. de 2021. Disponível em: <[https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_767317/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_767317/lang--pt/index.htm)>. Acesso em: 24 jan. 2021.

REGO, A; CUNHA, M. Liderar em tempos de crise. Católica Porto Business School, Porto, 2020.

RODRIGUES, B. 1 ano de pandemia: e-commerce no Brasil cresce 40% e registra 1,66 bilhão de acessos. Conversion, 12 de abr. de 2021. Disponível em: <<https://www.conversion.com.br/blog/ecommerce-marco-2021/>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

TERRA. Profissional de TI afirma que a pandemia acelerou a transformação digital e as tendências do setor tecnológico no Brasil. Terra, 22 de mar. de 2021. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/dino/profissional-de-ti-afirma-que-a-pandemia-acelerou-a-transformacao-digital-e-as-tendencias-do-setor-tecnologico-no-brasil,b6290a52bc1ea3e5e3c7fcb379098175em16nagw.html>>. Acesso em: 14 mai. 2021.

TZU S. A Arte da Guerra. Editora L&PM, cap. V, p. 28. Porto Alegre, 2006.



# CAPÍTULO 7

DOI: 10.47402/ed.ep.c20219057651

## AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL ENTRE TUTOR E ANIMAL DURANTE O PERÍODO DE QUARENTENA PELO COVID-19<sup>4</sup>

**Marcos Vinícius Ramos Afonso**, Doutorando em Ciências Veterinárias, UFLA, Professor de Medicina Veterinária, UNICERP

**Mary Ana Petersen Rodriguez**, Doutora em Ciências, ESALQ, Professora da Universidade do estado de Minas Gerais, UEMG

**Ana Luíza Teixeira Amado Jorge**, Pós-graduada em Clínica e Cirurgia de Pequenos Animais, Qualittas, Professora de Medicina Veterinária, UNA

**Josiane Lais Donis**, Graduanda em Medicina Veterinária, UNICERP

**Marcella Caixeta Rosa**, Graduanda em Medicina Veterinária, UNICERP

**Paula Isadora Silva De Àvila**, Graduanda em Medicina Veterinária, UNICERP

**Mariana Martins da Costa Ferreira**, Graduanda em Medicina Veterinária, UNICERP

### RESUMO

A pandemia mundial ocasionada pelo COVID-19, mudou de forma repentina a rotina da população e dos animais, visto que muitos ficaram reclusos nos domicílios. Dentre as diversas consequências desse período de confinamento, destacam-se as alterações no relacionamento e comportamento entre tutores e animais de companhia, as quais se não reconhecidas com a devida atenção, podem impactar diretamente na qualidade de vida de ambas as partes. Desta forma, objetivou-se avaliar o comportamento de tutores e animais de companhia durante o período de quarentena pelo COVID-19. O trabalho consistiu na aplicação de questionário online, enviado para população residente no território brasileiro, por intermédio de plataformas digitais. O questionário contemplou questões objetivas sobre a relação do tutor com o animal durante o período de quarentena, comportamento, forma de fornecimento de alimento, uso de petisco e prática de exercícios físicos. Os resultados obtidos foram tabulados e obtidos as frequências absolutas e relativas, posteriormente, os valores percentuais foram comparados pelo teste de qui-quadrado a 5% de significância. Para todas as questões realizadas, observou-se significância estatística. A maioria dos entrevistados estão passando mais tempo com os animais, não sendo observado alterações comportamentais e na ingestão de alimento, sendo fornecida em horários específicos, duas vezes ao dia. Não foi alterado o fornecimento de petiscos e ganho de peso. As práticas e exercícios físicos foram mantidas e foi introduzido objetos interativos. Desta forma, concluiu-se que não houveram alterações comportamentais nos animais de companhia devido a forma e o tipo de alimentação se manter inalterada mesmo durante o período de pandemia, e os tutores mantiveram a prática regular de atividades físicas e utilização de objetos interativos diminuindo o tempo de ócio.

**PALAVRAS-CHAVE:** cães, comportamento, coronavírus, gatos, pandemia.

---

<sup>4</sup> Programa de Iniciação Científica do UNICERP



## INTRODUÇÃO

O Corona vírus – COVID 19, foi uma fatalidade mundial, pois apresenta alta taxa de morbidade e rápida transmissão, visto que o contágio pode ocorrer pelo contato direto e/ou por secreções do indivíduo contaminado. Quando acometido por tal patologia, a sintomatologia inicial se assemelha ao de uma gripe; entretanto, com o passar dos dias, ocorre o agravamento dos sintomas, como hipertermia e dispneia, podendo ocasionar até a morte. Dentre a classe mais susceptível estão idosos e portadores de doenças crônicas (diabetes, hipertensão, asma), justamente por apresentarem o sistema imunológico menos resistente para combater tal patologia, apresentando maior risco de óbito (VILELAS, 2020).

Devido à gravidade do acontecimento, os governantes decidiram por implantar medidas para minimizar os impactos da doença, determinando período de quarentena contra o COVID-19, para que as pessoas se resguardem em seus domicílios, evitando o contato com indivíduos contaminados e, conseqüentemente, diminuindo a propagação do vírus. Tais medidas também foram tomadas para diminuir a sobrecarga do sistema único de saúde – SUS, que não comportaria tal pandemia (OLIVEITA et al., 2020).

Desde o início desta pandemia, pôde-se observar diversos impactos e efeitos diretos e indiretos no cotidiano das pessoas. E neste contexto, o relacionamento e comportamento entre tutores e animais de companhia também foram influenciados pelo período vivenciado de confinamento devido ao novo coronavírus. Uma das mudanças observadas foi a diminuição dos passeios realizados nas ruas pelos tutores com seus pets. Os animais que tinham maior acesso à rua acompanhados de seus tutores ficaram reclusos, aumentando o tempo de ócio. Essas alterações na rotina dos animais, podem resultar no aparecimento de comportamentos diferentes do habitual como, por exemplo, estresse, aumento do consumo de alimentos, desordens metabólicas, possível desenvolvimento de ansiedade de separação e até mesmo se tornarem agressivos (RISTOW, DE CARVALHO; GEBARA, 2020).

Salienta-se que os animais de estimação, como cães e gatos, estão sujeitos a arcar com as conseqüências psicológicas que podem surgir durante a quarentena. Diante de um acontecimento novo e tão grave acometendo a população mundial e, indiretamente, interferindo na rotina dos pets, torna-se importante avaliar quais as principais alterações comportamentais apresentadas por eles durante o período de quarentena pelo COVID-19, a fim de auxiliar no melhor convívio diminuindo possíveis danos à saúde dos mesmos. Desta forma, objetivou-se com este estudo avaliar o comportamento dos animais de companhia e tutores durante o período



de quarentena pelo COVID-19 e as consequências que a mudança de rotina pode ocasionar.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho foi realizado na região centro-oeste do Brasil, sendo considerados na pesquisa tutores que possuíam cães e/ou. Pessoas que não possuíam esses animais foram retiradas da análise.

O trabalho consistiu na aplicação de questionário online (plataforma *Google Forms*), para a população residente na região analisada, sendo que o mesmo contemplava questões sobre dados pessoais, alimentos fornecidos ao animal, forma de alimentação, comportamento ingestivo, se o animal praticava algum exercício, alterações comportamentais, conhecimento do tutor sobre contágio do COVID-19 pelos animais, formas de higienização dos pets, comportamento dos tutores com seus animais durante o período de quarentena, dentre outras.

Antes do início da pesquisa foi realizado um pré-teste com o questionário, a fim de identificar possíveis dúvidas, e divergências nas respostas apresentadas, sendo que vinte pessoas participaram do mesmo. Posteriormente, foi analisado as principais dúvidas e problemas relacionados a compreensão do questionário, para que todas as dificuldades fossem solucionadas antes da liberação para população participante.

O questionário foi divulgado para população através de link, por intermédio de redes sociais (*E-mail, Facebook, WhatsApp, Instagram, etc*). As questões foram respondidas pela população de forma remota, sem haver necessidade de contato físico com o entrevistado, minimizando as chances de propagação e contágio pelo COVID-19.

O presente estudo tem caráter descritivo, observacional, corte transversal, prospectivo e análise quantitativa e qualitativa. As respostas coletadas foram tabuladas no Microsoft Office Excel 2013 e em seguida obtidas as frequências absolutas e relativas para as respostas dadas pelos entrevistados. Posteriormente realizou-se o teste de Qui-quadrado a 5% de significância para cada questão a fim de averiguar se houve diferença significativa entre as respostas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Participaram do experimento 128 pessoas residentes na região centro-oeste do Brasil, dentre essas, foram retiradas duas pessoas por não possuírem cães ou gatos em seus domicílios. Os resultados obtidos a partir da aplicação do questionário encontram-se apresentados na



Tabela 1.

**Tabela 1.** Avaliação comportamental da relação entre tutor e animal durante o período de quarentena pelo COVID-19.

Questões	Frequências		
	FA (n°)	FR (%)	$\chi^2$
<b>Você está ficando mais tempo com seu animal durante a quarentena?</b>			
Sim	118	92,2	p<0,001
Não	10	7,8	
<b>Quais mudanças você tem observado no comportamento do seu animal neste período de quarentena?</b>			
Está mais agitado e inquieto.	18	14,1	
Está mais tranquilo e preguiçoso.	43	33,6	p<0,001
Seu comportamento continua o mesmo	67	52,3	
<b>Quais mudanças no comportamento alimentar do seu animal você tem observado?</b>			
Está ingerindo mais alimento	21	16,4	
Diminuiu o consumo de alimento	13	10,2	p<0,001
Não mudou o consumo de alimento	94	73,4	
<b>Qual a forma de fornecimento da alimentação do seu animal durante a quarentena?</b>			
Deixo há vontade	39	30,5	
Forneço em horário específicos do dia	60	46,9	0,003
Forneço em horário específico do dia e recolho se não ingerir tudo	29	22,6	
<b>Qual a frequência de alimentação do seu animal durante a quarentena?</b>			
Uma vez ao dia	8	6,3	
Duas vezes ao dia	74	57,8	p<0,001
Três ou mais vezes ao dia	46	35,9	
<b>Durante a quarentena você tem fornecido petisco para seu animal com maior intensidade?</b>			
Sim	38	29,7	p<0,001
Não	90	70,3	
<b>Durante a quarentena pelo coronavírus (COVID-19) seu animal está aumentando o peso?</b>			
Sim	17	13,3	
Não	83	64,8	p<0,001
Não observei	28	21,9	
<b>Seu animal tem praticado exercícios físicos durante a quarentena?</b>			
Sim	78	60,9	0,013
Não	50	39,1	
<b>Você introduziu algum objeto para distrair ou brincar com o seu animal durante a quarentena?</b>			
Sim	79	61,7	0,008
Não	49	38,3	

FA: frequência absoluta; N°: número; FR: frequência relativa; %: porcentagem;  $\chi^2$ : teste de qui-quadrado a 5% de significância

Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Avaliando a relação dos tutores com seus animais durante o período de quarentena pelo COVID-19, 92,2% informaram que estão ficando mais tempo com os mesmos. Por consequência do isolamento social, um grande número de pessoas estão permanecendo mais tempo dentro de suas residências o que, de certa forma, reflete também na mudança de rotina dos animais por estes ficarem mais próximos de seus tutores. E isso pode ocasionar alterações de comportamento dos animais de companhia (SAVALLI et al., 2019). Ao contrário do que a maioria das pessoas imaginam, a presença mais constante dos tutores com seus pets pode resultar no aparecimento de comportamentos anormais dos animais e, em alguns casos,



trazerem alguns malefícios para ambas as partes. Essa presença constante dos tutores pode gerar certo desconforto mais intensamente nos felinos. Os gatos são animais muito apegados à rotina, desta forma, qualquer mudança pode ocasionar estresse e insegurança mesmo sendo muito apegados as pessoas de seu convívio. Com relação aos cães, essa interação social mais frequente com seus tutores trouxe mais segurança e aconchego. Para os cães, o fim da pandemia pode ser algo preocupante, uma vez que se sentirão mais sozinhos, sem a presença constante das pessoas.

Essa alteração de comportamento, se acompanhada pela falta de conhecimento por parte dos tutores a respeito de como lidar com essa situação nova e reconhecer as necessidades específicas da espécie do seu animal, poderá comprometer a qualidade de vida do mesmo influenciando de forma negativa a relação humano-animal. O tutor deve notar se seu pet passou a ter comportamentos diferentes dos praticados anteriormente à pandemia. Assim, poderá elaborar táticas que visem fornecer ao animal um certo grau de bem-estar adequado evitando, por exemplo, o estresses e ansiedade dos pets (FUKIMOTO et al., 2020).

Neste contexto das possíveis mudanças comportamentais decorrentes da pandemia, a maior parte dos tutores (52,3%) que participaram desta pesquisa informaram que os animais não mudaram o comportamento; entretanto 33,6% afirmaram que seus animais estão mais preguiçosos. O fato da maioria dos animais de companhia não ter apresentado alterações no comportamento habitual durante este período de isolamento pode ser explicado devido aos tutores participantes deste estudo terem incentivado seus animais a praticarem atividade física (60,9%) e introduzirem algum objeto para distrair ou brincar com seus pets (61,7%). Isto contribuiu para que não houvesse surgimento de comportamentos anormais dos animais.

Com relação ao comportamento alimentar, 73,4% relataram que o consumo de alimento não foi alterado. A maioria dos tutores entrevistados relataram que durante a pandemia o alimento era fornecido em horários específicos (46,9%), com frequência de duas vezes ao dia (57,8%). É importante destacar que o conhecimento por parte dos tutores no que diz respeito ao comportamento alimentar típico de cada espécie é de suma importância afim de garantir que os animais ingiram a quantidade adequada de alimento, preservando e mantendo a saúde. Dentro deste contexto, os resultados do presente estudo evidenciam que grande parte dos tutores procederam de forma correta ao fornecerem a alimentação dos cães em horários específicos, uma vez que essa espécie prefere horários estabelecidos para as refeições a horários fora de rotina (SAAD; SAAD, 2004). A alimentação fora de horários de rotina pode provocar um sub ou superconsumo de alimentos.



Vale destacar que a forma de fornecimento de alimento para animais varia de acordo com a espécie trabalhada, categoria (filhote, jovem, adulto ou senil) e necessidade do animal. Gatos tem comportamento alimentar divergente de cães, pois eles preferem alimentar-se várias vezes ao dia, fazendo ingestão de pequenas porções. Quando usamos ração para alimentação animal e a mesma fica exposta ao meio ambiente, após uma hora de exposição, começa a ocasionar perda de valores nutricionais, em decorrência a volatilização de vitaminas, exposição do alimento a possíveis fontes de contaminação, insetos e roedores. Portanto, a indicação é fornecer o alimento e caso o animal não faça a ingestão da totalidade, deve-se realizar a retirada do mesmo do ambiente (DE SOUZA et al., 2020).

Durante a quarentena, mesmo com maior contato com os animais, os tutores relataram que não estão fornecendo petiscos com maior intensidade para os animais (70,3%), sendo que 64,8% dos pets estão mantendo-se com o peso estável. Este resultado pode ser explicado, como já mencionado anteriormente, ao fato da maior parte dos tutores desta pesquisa terem introduzido novos objetos para distrair o animal e estarem incentivando seus animais de estimação a praticarem atividades físicas. Desta forma, explica-se também os resultados obtidos com relação ao favorecimento da manutenção do peso dos animais que fizeram parte deste estudo, uma vez que a atividade física associada a momentos de distração com objetos, ocupa o tempo do animal, favorece a perda de energia, fazendo com que os mesmos fiquem ativos, saudáveis e com boa sensação de bem-estar (SILVA, 2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se com o presente trabalho que não houve alteração comportamental dos animais da região centro-oeste durante o período de quarentena pelo COVID-19, em detrimento as formas de fornecimento de alimentos e o uso de atividades físicas.

## REFERÊNCIAS

DE SOUZA, V. T.; SANDRA, L. O.; GOMES, F. A.; ALMEIDA FILHO, J. A.; GUAMÁN, C. A. G. Nutritional composition and evaluation of label of dry rations for dogs and adult cats marketed in Rio Branco –AC. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p.40792-40803, 2020.

FUKIMOTO, N.; MELO, D.; PALME, R.; ZANELLA, A. J.; MENDONÇA-FURTADO, O. Are cats less stressed in homes than in shelters? A study of personality and faecal cortisol metabolites. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 2240, p. 1-8, 2020.



OLIVEIRA, W. K.; DUARTE, E.; DE FRANÇA, G. V. A.; GARCIA, L. P. Como o Brasil pode deter a COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 2, p. 1 – 8, 2020.

RISTOW, L. E.; DE CARVALHO, O. V.; GEBARA, R. R. COVID-19 in felines, their role in human health and possible implications for their guardians and health surveillance. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 3, p. 1 – 4. 2020.

SAAD, F. M. O. B.; SAAD, C. E. P. História evolutiva na alimentação dos cães e gatos. In: **Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” (especialização) a distância – 44p.** Lavras: UFLA/FAEPE, 2004.

SAVALLI, C.; ALBUQUERQUE, N.; VASCONCELLOS, A. S.; RAMOS, D.; MELLO, F. T; MILLS, D. S. Assessment of emotional predisposition in dogs using PANAS (Positive and Negative Activation Scale) and associated relationships in a sample of dogs from Brazil. **Scientific Reports**, v. 9, 2019.

SILVA, L. P. S.; NORA JÚNIOR, R. C. H. PEREIRA, C. M. C.; BERNARDINO, V. M. P. Manejo nutricional para cães e gatos obesos. **PUBVET** v.13, n.5, p.1-12, 2019.

VILELAS, J. M. D. The new coronavirus and the risk to children's health. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, v. 28, p. 1 -2, 2020.





# CAPÍTULO 8

## IMPACTOS ECONÔMICOS CAUSADOS PELA PANDEMIA DA COVID-19 NOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS DE ARACAJU / SERGIPE

**Mônica Maria Liberato**, Universidade Federal de Sergipe  
**Francisco Sandro Rodrigues Holanda**, Universidade Federal de Sergipe  
**Denio Santos Azevedo**, Universidade Federal de Sergipe

### RESUMO

Este estudo tem como objetivo apresentar o impacto da pandemia da Covid-19 nos empreendimentos do setor do turismo em Aracaju/SE. Setenta e seis empreendimentos do setor de turismo e hospitalidade participaram da pesquisa respondendo a um questionário com foco em três principais construtos: Impacto econômico, medidas governamentais para a crise e políticas públicas para a retomada do turismo. Os dados foram coletados usando um questionário on-line autoadministrado, no período de 01 a 15 de julho de 2020, além da pesquisa de campo com os empreendimentos turísticos de Aracaju/SE. Os resultados principais demonstram que houve 405 demissões do início da pandemia até junho/20 e que 58% dos empreendimentos tiveram uma queda acima de 76% no faturamento, sendo que a recuperação desse faturamento, para 49% dos entrevistados só se dará em 2021, mas para 32% só após 2021. Em relação às medidas governamentais, para 53% os governos deveriam reduzir os impostos e 36% acreditam que a concessão de empréstimos com juros baixos seria a melhor opção. Dentre as políticas públicas para a retomada do turismo, 65% dos entrevistados afirmaram que a melhor medida governamental na pós-pandemia é melhorar divulgação do destino e 10% acreditam que a melhoria da infraestrutura turística é mais necessária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo; Hotelaria; Pandemia; Covid-19; Aracaju, SE

### INTRODUÇÃO

O turismo no Brasil é um dos contribuintes importantes para a economia do país. Segundo o IBGE (2020), o setor representa 3,71% do PIB, mas com a disseminação da Covid-19, o turismo foi drasticamente prejudicado (Fgv, 2020).

Essa pandemia, com os aeroportos e hotéis fechados, causou um impacto muito grande do universo do turismo, tanto do ponto de vista doméstico, como internacional (Choudhury, Jha & Pathak, 2020; Mckibbin & Fernando, 2020). Em Sergipe, não é diferente, a pandemia da Covid-19 impactou severamente a cadeia produtiva do turismo, afetando de forma expressiva os empreendimentos do setor, apesar de ainda não existirem dados oficiais com os impactos no setor até a elaboração desta pesquisa, estima-se que uma boa parte dos empreendimentos não conseguirão retornar as suas atividades. O objetivo desse artigo é apresentar o impacto da pandemia da Covid-19 nos empreendimentos do setor do turismo em Aracaju/SE.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 PANDEMIA DA COVID-19

Em 2019, o governo Chinês detectou um novo surto respiratório de coronavírus, chamada inicialmente de coronavírus-2019, depois renomeado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de Covid-19 (Yuen, Ye, Fung, Chan, & Jin 2020). A Covid-19 é uma doença que causa síndrome respiratória aguda grave, podendo levar ao óbito e com o nível de contágio altíssimo (Yuen et al 2020).

No Painel “COVID-19 do Centro de Ciência e Engenharia de Sistemas (CSSE) da *Johns Hopkins University*” até o dia 31 de dezembro de 2020, já contabilizava 83.521.001 infectados pela Covid-19 em todo mundo (Tabela 1). Desses, 7.675.973 são o número dos infectados no Brasil, nesse mesmo período, isso significa que o Brasil representa 9,2% dos infectados em todo o mundo, estando atrás apenas da Índia com 10.266.674.

Tabela 1: Os 10 países com maiores números de infectados em 2020

Países	Infectados	Óbitos
Estados Unidos	20.061.049	347.082
Índia	10.266.674	148.738
Brasil	7.675.973	194.949
Rússia	3.127.347	56.271
França	2.677.666	64.759
Reino Unido	2.496.231	73.622
Turquia	2.208.652	20.881
Itália	2.107.166	74.159
Peru	639.435	28.607
Espanha	1.928.265	50.837

Fonte: Centro de Ciência e Engenharia de Sistemas (CSSE) da *Johns Hopkins University*, 2021

Atualmente, 192 países/regiões no mundo foram afetados pelo novo vírus em vários graus. Dos países infectados, 11 deles não tiveram, até o dia 31 de dezembro/20, nenhum óbito causado pelo vírus, e os países com maiores índices de óbitos são: Estados Unidos, Brasil e Índia. A China que foi o epicentro da Covid-19 teve 95.963 infectados chegou a 4.782 óbitos (CSSE, 2021).

O primeiro caso notificado no Brasil, segundo o Coronavírus/Brasil (2020), foi no dia 04 de março/20, fechando 2020 com 7.675.973 infectados e 194.949 óbitos, com uma taxa de incidência de 3,6 casos por mil habitantes e uma taxa de mortalidade de 93,1% por 100 mil habitantes (Coronavírus/Brasil, 2021). A região do Sudeste e Nordeste são as regiões que concentram os maiores números de infectados (Tabela 2).

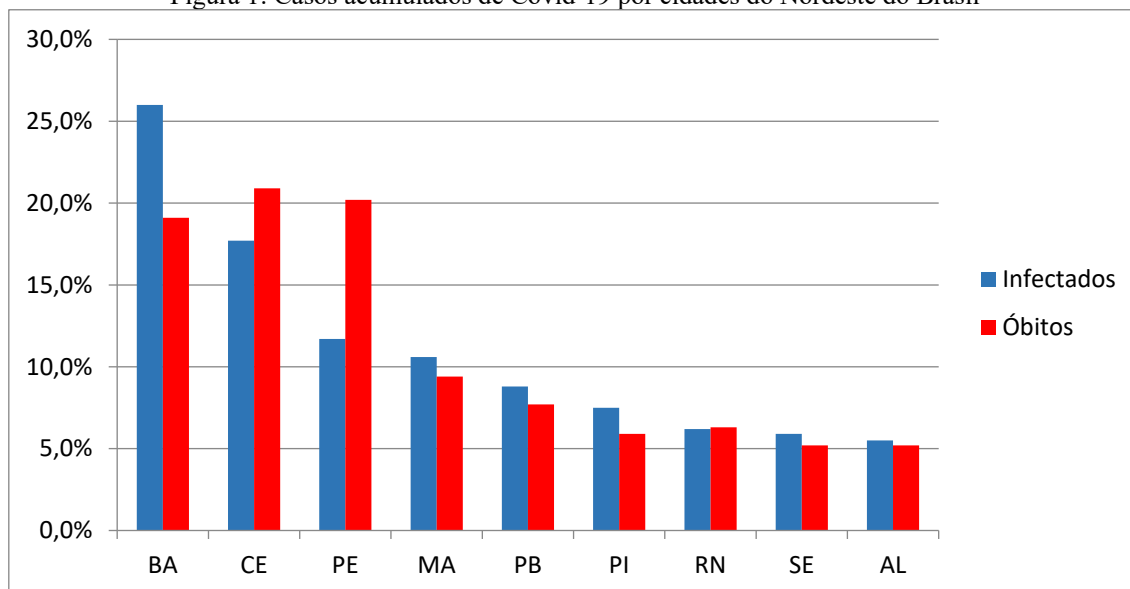
Tabela 2: Casos acumulados de Covid-19 por região no Brasil

Região	Casos	Óbitos
Centro-Oeste	873.757	17.848
Sul	1.358.823	22.099
Norte	859.150	36.050
Nordeste	1.896.157	47.748
Sudeste	2.688.086	110.953

Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde – Coronavírus/Brasil, 2021.

O Nordeste (Tabela 2), até dia 31 de dezembro/20, é a segunda região mais contaminada por Covid-19 no Brasil, representando 25% dos casos acumulados e 23% dos óbitos nacional. Dos Estados do Nordeste, a Bahia (Figura 1) aparece em primeiro com 493.400 infectados, seguida do Ceará com 335.091 infectados e Pernambuco com 222.166 infectados (Coronavírus/Brasil,2021).

Figura 1: Casos acumulados de Covid-19 por cidades do Nordeste do Brasil




Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde – Coronavírus/Brasil, 2021.

Apesar de todas as medidas tomadas no início da pandemia no primeiro semestre de 2020, os números de infectados e os óbitos ocasionado pelo vírus da Covid-19 só cresceram no segundo semestre (Tabela 3).

Tabela 3: Casos de Covid-19 por mês no Brasil em 2021

Mês	Casos de Infecção		Óbitos	
	Acumulados	Novos casos	Acumulados	Novos óbitos
Fevereiro	5	5	-	-
Março	5.717	5.712	201	201
Abril	85.380	79.663	5.901	5.700
Mai	514.200	428.820	29.314	23.413
Junho	1.402.041	887.841	59.594	30.280
Julho	2.662.485	1.260.444	92.475	32.881
Agosto	3.908.272	1.245.787	121.381	28.906



Setembro	4.810.935	902.663	143.952	22.571
Outubro	5.535.605	724.670	159.884	15.932
Novembro	6.335.878	800.273	173.120	13.236
Dezembro	7.675.973	1.340.095	194.949	21.829

Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde – Coronavírus/Brasil, 2021.

Ao compararmos o estágio da pandemia da Covid-19 no período inicial (Fev - jun/20), com 1.402,041 casos, 18% do total de casos de 2020, podemos observar que, mesmo com todas as medidas de segurança o contágio no segundo semestre (Jul-dez/20) subiu para 6.273.932 casos, 78% a mais. Os meses com maiores índices de infecção foi dezembro com 17% do acumulado Brasil, julho e agosto com 16%. Em relação ao número de óbitos julho foi o mês onde o maior índice de mortes por covid-19 seguido por junho (16%) e agosto (15%).

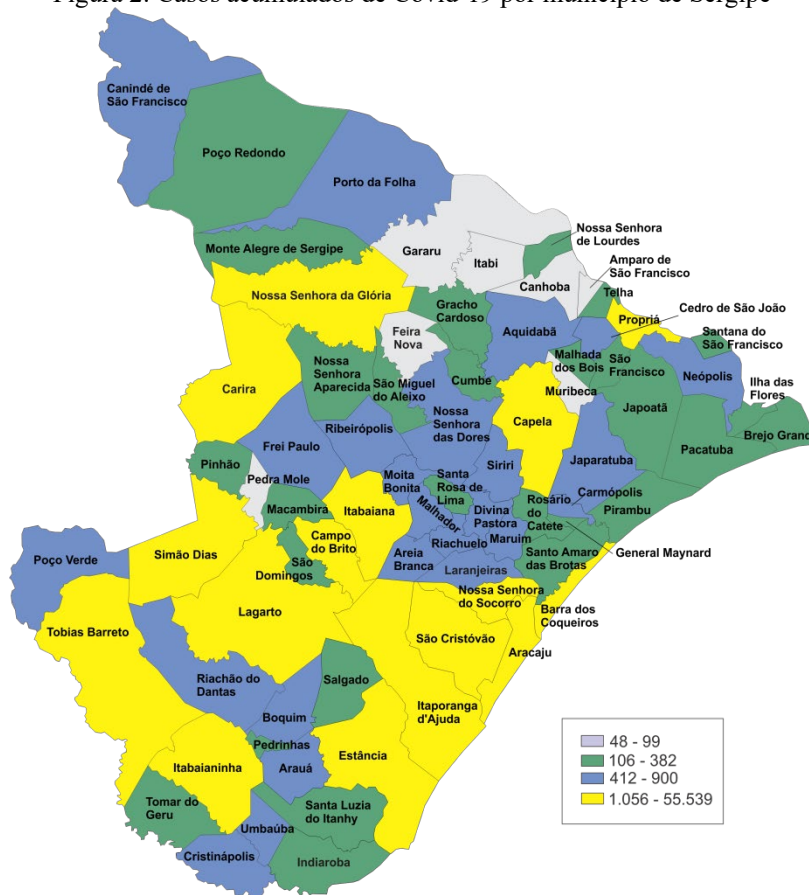
Em Sergipe, as informações oficiais são apresentadas pelo boletim diário na plataforma “Todos contra o corona” do governo estadual. Segundo a Secretaria Estadual de Saúde, em 14 de março/20, o primeiro caso de Covid-19 registrado em Sergipe foi m Aracaju, capital do Estado, uma mulher de 36 anos, vinda da Espanha.

Até 31 de dezembro/20, Sergipe aparece em 8º lugar entre os estados do Nordeste com 112.505 infectados. E a capital, Aracaju (55.539), é o município com mais casos confirmados (Figura 2), seguido por Itabaiana (5.489), Nossa Senhora do Socorro (5.486) e São Cristóvão (3.433). Já Cumbe, Conhaba, Feira Nova e Itabi foram as cidades com menor número de óbitos causados pela Covid-19 até o dia 31 de dezembro/20.





Figura 2: Casos acumulados de Covid-19 por município de Sergipe



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Secretaria Estadual de Saúde – Sergipe, 2021.

Os bairros Farolândia (7,7% dos casos), Jabotiana (6,5% dos casos) e Luzia (4,9% dos casos), são os espaços com os maiores índices de infecção em Aracaju. Porém, os bairros Santos do Dumont (4,1% dos óbitos), Siqueira Campos (3,1% dos óbitos) e Farolândia (3% dos óbitos) são os que tiveram, até o dia 31 de dezembro/20, mais óbitos por Covid-19. Vale ressaltar que os bairros com maior infecção estão em áreas com boa infraestrutura e são representados por uma maior concentração socioeconômica de camadas com bom poder aquisitivo comparados com os bairros com maior número de mortes que tem infraestrutura deficiente.

O Decreto nº 40.560 de 16 de março de 2020, que estabelece situação de emergência na saúde pública devido a disseminação do vírus da Covid-19, além de regulamentar as medidas para enfrentamento a pandemia. Até junho, foram publicados 13 decretos (Quadro 1) referentes ao enfrentamento da Covid-19 no Estado.

Quadro 1a: Decretos Estaduais de enfrentamento ao Covid-19 em Sergipe, 2020

Decreto	Objetivo
Decreto nº 40.560 de 16 de março de 2020	Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Sergipe, em razão da disseminação do vírus COVID-19 e regulamenta as medidas para enfrentamento da crise de saúde pública de importância internacional.
Decreto nº 40.563 de 20 de março de 2020	Atualiza as medidas de enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo COVID-19 no Estado de Sergipe, altera o §2º do art. 3º e art 8º do Decreto Nº



	40.560, de 16 de março de 2020.
Decreto nº 40.567 de 24 de março de 2020	Atualiza, consolida e estabelece novas medidas de enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo COVID-19 no Estado de Sergipe.
Decreto nº 40.570 de 03 de abril de 2020	Estabelece novas medidas de enfrentamento e prevenção à epidemia causada pela COVID-19 no Estado de Sergipe.
Decreto nº 40.576, de 16 de abril de 2020	Dispõe sobre estratégias de enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo COVID-19 no Estado de Sergipe, com soluções de transição às medidas previstas no Decreto n.º 40.567, de 24 de março de 2020.
Decreto nº 40.588 de 27 de abril de 2020	Estabelece novas estratégias de enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo COVID19, com aplicação do Distanciamento Social Seletivo (DSS), altera o art. 2º e 4º do Decreto nº 40.576, de 16 de abril de 2020, dispõe sobre o uso obrigatório de máscaras respiratórias.
Decreto nº 40.592 de 07 de maio de 2020	Altera o caput do art. 1º do Decreto nº 40.588, de 27 de abril de 2020, que dispõe sobre novas estratégias de enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo COVID19.
Decreto nº 40.597 de 11 de maio de 2020	Acrescenta o inciso XXVIII ao § 5º do art. 2º e altera o inciso III do art. 6º do Decreto nº 40.567, de 24 de março de 2020, que atualiza, consolida e estabelece novas medidas de enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo COVID-19 no Estado de Sergipe.
Decreto nº 40.598 de 18 de maio de 2020	Estabelece as medidas de enfrentamento e prevenção à epidemia causada pela COVID19, atualizando as ações restritivas e de distanciamento social, previstas nos Decretos nºs 40.567, de 24 de março de 2020, 40.576, de 16 de abril de 2020 e 40.588, de 27 de abril de 2020, e alterações posteriores.
Decreto nº 40.600 de 25 de maio de 2020	Altera o caput do art. 2º do Decreto n.º 40.598, de 18 de maio de 2020, bem como o art. 4º do Decreto n.º 40.567, de 24 de março de 2020, para prorrogar as ações restritivas e de distanciamento social necessárias ao enfrentamento da epidemia causada pela COVID-19.
Decreto nº 40.605 de 01 de junho de 2020	Altera o caput do art. 3º do Decreto n.º 40.598, de 18 de maio de 2020, os incisos III e IV do art. 6º do Decreto nº 40.567, de 24 de março de 2020, cria o Comitê Gestor de Retomada Econômica – COGERE.
Decreto nº 40.613 de 08 de junho de 2020	Altera o caput do art. 3º do Decreto n.º 40.598, de 18 de maio de 2020.
Decreto nº 40.615 de 15 de junho de 2020	Reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual, institui o Sistema de Distanciamento Social Responsável - SDSR, para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID19, no âmbito do Estado de Sergipe.
Resolução N.º 03/2020, de 30 de julho de 2020.	Aprova o enquadramento das Regiões de Território de Planejamento nas fases de retomada econômica previstas no art. 7º do Decreto n.º 40.615, de 15 de junho de 2020, revoga as Resoluções ns.º 01/2020, de 23 de junho de 2020 e 02/2020, de 30 de junho de 2020.
Decreto nº 40.652 de 27 de agosto de 2020	Homologa a Resolução n.º 06/2020, de 27 de agosto de 2020, do Comitê Gestor de Retomada Econômica COGERE, altera o Anexo V do Decreto n.º 40.615, de 15 de junho de 2020 e dá outras providências.
Resolução n.º 05/2020, de 13 de agosto de 2020	Aprova o enquadramento das Regiões de Território de Planejamento na Segunda Fase – Bandeira Amarela de retomada econômica prevista no art. 7º do Decreto n.º 40.615, de 15 de junho de 2020, e dá outras providências.
Decreto nº 40.664 de 10 de setembro de 2020	Homologa a Resolução nº 01, de 10 de setembro de 2020, do Comitê Técnico-Científico e de Atividades Especiais – CTCAE, que dispõe sobre a evolução da Terceira Fase – Bandeira Verde de retomada econômica e aprova Atividades Especiais previstas no Decreto n.º 40.615, de 15 de junho de 2020, com redação dada pelo Decreto n.º 40.652, de 27 de agosto de 2020.
Decreto nº 40.677 de 24 de setembro de 2020	Homologa a Resolução nº 02, de 24 de setembro de 2020, do Comitê Técnico Científico e de Atividades Especiais - CTCAE, que dispõe sobre a evolução da Terceira Fase - Bandeira Verde de retomada econômica e aprova Atividades Especiais previstas no Decreto n.º 40.615, de 15 de junho de 2020, com redação dada pelo Decreto n.º 40.652, de 27 de agosto de 2020.
Decreto nº 40.684 de 30 de setembro de 2020	Revogam-se o § 2º do art. 7º e o art. 8º do Decreto n.º 40.567, de 24 de março de 2020, que atualiza, consolida e estabelece novas medidas de enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus) no Estado



	de Sergipe, e dá outras providências.
Decreto nº 40.688 de 05 de outubro de 2020	Declara situação anormal, caracterizada como “ Estado de Calamidade Publica nos Municípios do Estado de Sergipe , decorrente de desastre natural classificado como grupo biológico/epidemias e tipo doenças infecciosas virais ( C OVID 19) COBRADE 1.5.1.1.0 e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, conforme previsto na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.
Decreto nº 40.699 de 19 de outubro de 2020	Homologa a Resolução nº 03, de 15 de outubro de 2020, do Comitê Técnico-Científico e de Atividades Especiais – CTCAE, que dispõe sobre as atividades especiais educacionais em Universidades, Faculdades, Escolas e Creches, públicas e privadas, previstas no Decreto n.º 40.615, de 15 de junho de 2020, com redação dada pelo Decreto n.º 40.652, de 27 de agosto de 2020, e dá outras providências.
Decreto nº 40.709 de 06 de novembro de 2020	Homologa a Resolução nº 04, de 05 de novembro de 2020, do Comitê Técnico-Científico e de Atividades Especiais – CTCAE, que dispõe sobre as atividades especiais de retomada econômica previstas no Decreto n.º 40.615, de 15 de junho de 2020, com redação dada pelo Decreto n.º 40.652, de 27 de agosto de 2020, e dá outras providências.

Fonte: Compilado pelos autores, 2020.

No dia 15 de junho/20, o governador de Sergipe anunciou o plano de retomada da economia que contempla três fases denominadas: Cor laranja, amarela e a cor verde, além dos segmentos que poderão ser reabertos em cada fase. O documento apresenta os protocolos de segurança necessário (Sergipe, 2020), e o critério para cada fase será a taxa de ocupação de UTI do Estado.

A primeira fase do plano de retomada econômica foi iniciada no dia 29/06/20 e incluía serviços vinculados diretamente ao setor de turismo, como as operadoras e agências. Porém, no dia 07/07/2020, a juíza titular da 1ª Vara Federal de Sergipe, atendeu aos pedidos do Ministério Público Federal, do Trabalho e Estadual, e determinou, a suspensão da portaria 86/20, alegando que o documento contraria o próprio Decreto Estadual, já que não cumpria as metas estabelecidas e solicita a construção de novos leitos de UTI equipados para o tratamento dos casos graves da COVID-19. Em 23/07/20, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) negou a liminar do governo de Sergipe que pedia a revogação da decisão da juíza federal.

No dia 31 de julho/20 foi publicado a Resolução n.º 03/2020, de 30 de julho de 2020, enquadramento das Regiões de Território de Planejamento nas fases de retomada econômica previstas no art. 7º do Decreto n.º 40.615, de 15 de junho de 2020. A resolução apresenta o novo enquadramento das fases do Plano de Retomada Econômica, iniciando a Primeira Fase - Bandeira Laranja, dia 31 de julho/20, as seguintes atividades:

I – comércio de cosmético, artigos de perfumaria e higiene pessoal; II - livraria, comércio de artigos de escritório e papelaria; III - comércio de calçados; IV - comércio de artigos de cama, mesa e banho; V - armarinhos; VI - comércio de embalagens; VII – comércio de tecidos; VIII - comércio de artigos de joalheria; IX – comércio de artigos esportivos; X – comércio de brinquedos e artigos recreativos (Sergipe, 2020, p.2).





A Resolução n.o 05/2020, de 13 de agosto de 2020, deu início a bandeira amarela com o funcionamento dos Shoppings centers, galerias e centros empresariais, lanchonetes, sorveterias, bares e afins com capacidade de 50% e horários reduzidos. Mesmo com retrições de horários e capacidade, distanciamento social, praticar a higiene adequada, usar máscaras, a abertura da fase amarela possibilitou aos empresários um folego e aos turistas opções de entretenimento.

## 2.2 IMPACTO DA COVID-19 NO TURISMO

O turismo é uma das importantes fontes de renda em muitos países e foi um dos setores mais afetados pela pandemia da Covid-19 (Nicola et al., 2020.), com impactos tanto nas ofertas, como nas demandas de viagens, afetando assim, toda a cadeia do setor. Segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), as perdas de empregos em viagens e turismo para 2020 podem chegar a 197,5 milhões, e as perdas de PIB em viagens e turismo a 5.543 bilhões de dólares (WTTC,2020).

No Brasil o comportamento não é diferente, pois segundo a Agência Brasil (2020), o setor caiu 16,7% só no primeiro mês da pandemia (março a abril), isso representa uma perda de R\$ 2,2 bilhões. Já um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre as perdas econômicas no setor de turismo devido a pandemia da Covid-19, aponta que o impacto econômico no PIB, em comparação a 2019, será de R\$ 116,7 bilhões no biênio 2020-2021, cerca de 21,5% na produção total do período. Nesse caminho, o impacto não recai somente aos empreendimentos turísticos, mas para os profissionais do setor, com a redução de até 115,6 mil empregos formais (CNC, 2020). O WTTC (2020) sugere cinco medidas para evitar mais perdas econômicas no setor:

1. Remoção e substituição imediata de quaisquer medidas de quarentena, com 'corredores aéreos' para países com circunstâncias semelhantes, bem como remoção de avisos de viagem e proibições de viagens internacionais não essenciais, que impedem a cobertura de proteção de seguro para viajantes.
2. Adoção de protocolos globais de saúde e segurança para garantir aos viajantes que é seguro viajar novamente.
3. Implementação de um teste e rastreamento rápidos estratégia para ajudar a conter a propagação do vírus.
4. Maior colaboração entre o público e setores privados para garantir uma padronização global abordagem à crise.
5. Apoio contínuo do governo ao setor em termos de incentivos fiscais e de liquidez bem como medidas para proteger os trabalhadores.

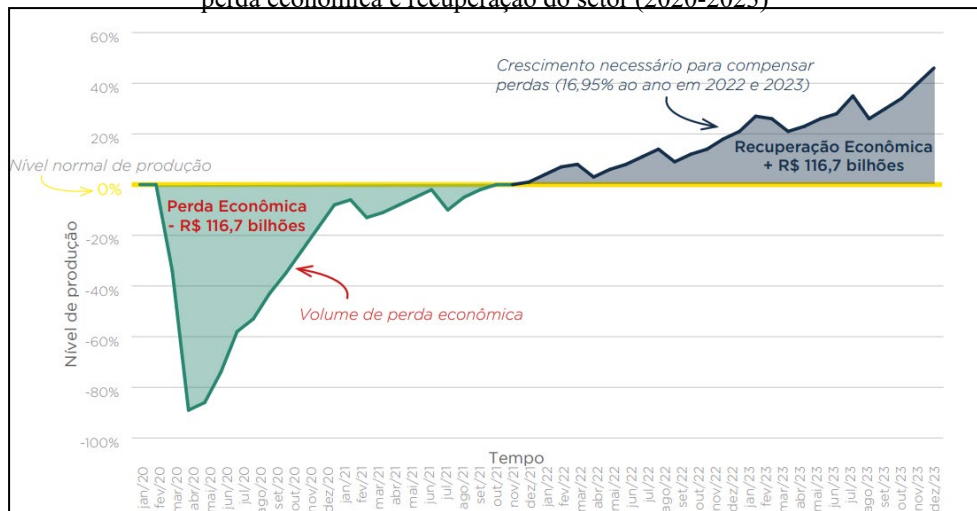
Algumas das sugestões apresentadas já estão sendo operacionalizadas em todo o mundo, a exemplo dos protocolos de segurança nos empreendimentos turísticos. Para a Fundação





Getúlio Vargas, a recuperação do faturamento perdido no período da pandemia só poderá ser possível com um esforço e crescimento global (Figura 2), com média de 16,95% ao ano em 2022 e 2023 (Fgv,2020).

Figura 2: Cenário de Impacto Econômico da Covid-19 nas Atividades Características do Turismo Volumes de perda econômica e recuperação do setor (2020-2023)



Fonte: FGV, 2020.

Visando a retomada do turismo, o Ministério do Turismo apresentou dia 04 de junho/20 o protocolo de segurança sanitária, levando em consideração a diretriz internacional. Os empreendimentos que seguirem o protocolo poderão receber, de forma gratuita, o selo (Figura 3) “Turismo Responsável – Limpo e Seguro” (Brasil, 2020).

Figura 3: Selo Turismo Responsável



Fonte: Brasil, Ministério do Turismo, 2020.

Para adquirir o selo Turismo Responsável – Limpo e Seguro do Ministério do Turismo, basta os empreendimentos preencherem uma autodeclaração de protocolo de segurança e imprimir o seu selo. Porém, esta autodeclaração não garante que o protocolo de segurança esteja sendo seguido pelo estabelecimento, sendo necessária uma fiscalização que não está prevista no plano de retomada do turismo do governo.



Os efeitos da pandemia sobre o turismo e a hospitalidade no Brasil continuam graves, com o setor adotando taxas de desemprego mais altas, taxas de ocupações baixíssimas, e empreendimentos fechando (Škare, Soriano & Porada-Rochoń, 2021).

Em Sergipe, o primeiro decreto apresentando medidas de isolamento, que afetou diretamente os empreendimentos turísticos, foi o Decreto nº 40.567 de 24 de março de 2020, com vigência até dia 17 de abril. Neste, além dos meios de hospedagens, os museus, restaurantes, mercados e boa parte do setor de serviços tiveram suas atividades suspensas. Para o setor hoteleiro só os hóspedes de serviços essenciais puderam confirmar as reservas e praticar a sua hospedagem.

c) de entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, ainda que decorrente de reservas realizadas através de aplicativo, serviços online de anúncios de acomodações e meios de hospedagem, ressalvadas as situações que envolvam hóspedes que integram tripulação de aeronaves de transporte de passageiros e cargas, bem como aqueles cuja estada no Estado de Sergipe decorra de prestação de serviço de transporte rodoviário de cargas e produtos de abastecimento ou que digam respeito à produção de serviços essenciais (Brasil, 2020).

A partir do dia 17 de abril, data que encerrou a vigência do Decreto nº 40.567, alguns hotéis voltaram a abrir com atendimento reduzido, mas, com os devidos protocolos de segurança sanitária, além de um formulário de saúde que os hóspedes precisam preencher na sua entrada. Porém, os restaurantes, até a elaboração desse estudo, só podem funcionar com o atendimento de *delivery*, *take-away* ou *drive thru*.

### 3. METODOLOGIA

Nesta pesquisa quantitativa, os dados foram coletados usando um questionário on-line autoadministrado, no período de 01 a 15/07/20. As questões foram distribuídas usando a plataforma *whastApp* em grupos compostos por representantes do setor de turismo e hospitalidade. Foi realizada ainda, uma pesquisa de campo com a aplicação do questionário nos empreendimentos turísticos localizados na Orla de Aracaju/SE. Foi coletado um conjunto de dados inicial de 78 respostas, dessa, 02 foram descartadas por não atenderem o perfil da pesquisa. Os dados restantes, 76 respostas, foram mantidos para a análise através de estatística descritiva. O estudo teve como foco principal três construtos: impacto econômico, medidas governamentais para a crise e políticas públicas para a retomada do turismo.

## 4. RESULTADOS

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Como pode ser visto na Tabela 4, os meios de hospedagens representam 42% da amostra, 30% são empresas de pequeno porte (EPP) e 34% têm de 10 a 20 anos de atividade.

Tabela 4: Caracterização da amostra

Variável	Categoria	fi	Amostra (%)
Empreendimentos	Hospedagem	32	42,1
	Bar/restaurante	12	15,8
	Artesanato	12	15,8
	Serviços de guia de turismo	6	7,9
	Quiosque de praia	6	7,9
	Comunicação	3	3,9
	Transporte	3	3,9
	Agência/Operadora	2	2,6
Porte	Empresa de grande porte (EGP)	9	11,8
	Empresa de médio porte (EMP)	11	14,5
	Empresa de pequeno porte (EPP)	23	30,3
	Micro empresa (MEI)	16	21,1
	Microempreendedor individual (MEI)	12	15,8
	Informal	5	6,6
Tempo de atividade	Menos de 1 ano	3	3,9
	Entre 1 e 3 anos	10	13,2
	Entre 10 e 20 anos	26	34,2
	Entre 4 e 6 anos	7	9,2
	Entre 7 e 10 anos	12	15,8
	Mais de 20 anos	18	23,7

Nota: n=76; fi= frequência / Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Todos os empreendimentos participantes do estudo tiveram suas atividades encerradas no período de 24 de março até dia 17 de abril de 2020, devido ao Decreto nº 40.567. A partir dessa data, 47% dos empreendimentos continuam fechados, 46% retornaram suas atividades com ponto físico aberto e equipe reduzida e 6,6% aderiram ao trabalho *home office* com o ponto físico fechado.

### 4.2 IMPACTO NO FATURAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

Os empreendimentos participantes demitiram no total 405 funcionários. O impacto maior nas demissões foi no setor de hotelaria de Aracaju com 77% das demissões. Em relação às reservas, 47% dos hotéis apresentaram 100% de suas reservas canceladas. Quanto às das duas agências/operadoras respondente, apenas uma respondeu que registrou apenas dois cancelamentos.

Os decretos de fechamento dos setores econômicos, suspensão de voos, o isolamento

obrigatório e o medo em contrair o vírus afetaram significativamente os empreendimentos turísticos de Aracaju. Como mostra a Tabela 5, para 58% dos empreendimentos participantes a pandemia da Covid-19 afetou, até junho, acima de 76% do faturamento.

Tabela 5: Impacto econômico nos empreendimentos participantes

Variável	Categoria	fi	Amostra (%)
Impacto no faturamento	Afetou entre 26% e 50%	2	2,6
	Afetou entre 51% e 75%	14	18,4
	Afetou entre 76% a 99%	44	57,8
	As atividades estão temporariamente suspensas	15	19,7
	Encerrou em definitivo as atividades.	1	1,3

Nota: n=76; fi= frequência / Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Para 49% dos participantes a recuperação do faturamento perdido só será possível em 2021, 32% acreditam que só recuperam após o ano de 2021, apenas 3% acreditam que podem recuperar ainda em 2020, 3% não acreditam na recuperação de seu negócio e 14% não conseguem avaliar ainda.

#### 4.3 MEDIDAS DO GOVERNO RELEVANTES NO MOMENTO DE CRISE

Ao analisar os resultados do estudo quanto a contribuição do governo para os efeitos da crise no setor do turismo, 36% dos entrevistados (Tabela 6) afirmaram que a concessão de empréstimos com juros baixos seria a melhor medida no momento, visto que os empréstimos que estão sendo ofertados estão com juros altos. Algumas medidas nesse sentido estão sendo implantada pelo governo federal, uma delas é a liberação do Fundo Geral de Turismo (Fungetur), com uma promessa de 381 milhões para financiamento das pequenas e médias empresas do setor, com juros de 5% a.a e regras flexíveis (Brasil,2020). O grande problema é que essa promessa ainda não chegou na ponta da cadeia, entre os verdadeiros interessados. Muitos reclamam do desconhecimento por parte dos colaboradores dos bancos cadastrados, da enorme burocracia e das garantias exigidas para ter acesso ao crédito. Algumas instituições financeiras privadas também estão com linhas de crédito, a exemplo Banco do Nordeste com o FNE Emergencial com juros de 2,5% a.a. (Banco do Nordeste, 2020).

Tabela 6: Impacto econômico nos empreendimentos participantes

Variável	Categoria	fi	Amostra (%)
Medidas governamentais	Concessão de Empréstimos com juros baixos	38	35,8
	Redução nos tributos federais	9	8,0
	Redução nos tributos estaduais	26	24,5
	Redução nos tributos municipais	21	19,8
	Redução nos tributos sobre serviços	8	7,5
	Não avaliei ainda	4	3,7

Nota: n=106; fi= frequência / Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Além de empréstimos com juros baixos, 61% dos entrevistados acreditam que a redução





de tributos seria uma medida importante nesse momento de crise econômica que o setor está passando, desses, 25% dos entrevistados acreditam que seria importante a redução nos tributos estaduais e 20% dos tributos municipais.

A ABIH/SE, já havia realizado algumas solicitações ao governo do Estado de Sergipe, dentre elas: de abertura de crédito no Banco do Estado de Sergipe (Banese), redução de tributos e taxa mínima cobrada pelo consumo de água. A demanda por redução da taxa de consumo de água já foi atendida, ou seja em um prazo de 90 dias, os hotéis e pousadas pagarão o valor real do consumo (Sergipe, 2020).

#### 4.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A RETOMADA DO TURISMO

Das políticas públicas para a retomada do turismo (Tabela 7), 64% dos entrevistados sugeriram que os governos estadual e municipal deveriam divulgar o destino e 10% acreditam que os investimentos deveriam ser em melhorias na infraestrutura turística. Nesse sentido, o governo federal apresentou a Medida Provisória (MP) 963/20 que destina crédito no valor de 5 bilhões para a recuperação da infraestrutura turística nacional (Brasil, 2020), cabendo o estado submeter projetos para esse fim. Aqui cabem alguns questionamentos, a gestão pública estadual terá esses projetos? As instâncias de governança serão consultadas ou concidadãs a construir conjuntamente estes? Tendo os projetos, serão aprovados e executados? Os valores serão destinados pelo governo federal?

Tabela 7: Expectativa dos entrevistados sobre as medidas governamentais

Variável	Categoria	fi	Amostra (%)
Políticas públicas	Divulgar o destino	67	63,8
	Melhorar a infraestrutura turística	10	9,5
	Fazer promoção integrada com todo trade turístico (passagens, hospedagens e lazer)	6	5,7
	Fiscalizar a utilização do protocolo de segurança	3	2,8
	Abrir o comércio	2	1,9

Nota: n=105; fi= frequência / Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Outra medida importante para os entrevistados não está diretamente relacionada as políticas públicas, mas um esforço conjunto com o *trade* municipal. Nas respostas ficam evidentes as preocupações com as ações promocionais integradas com vendas de pacotes de passagens, hospedagens e lazer para os turistas, com a fiscalização da utilização dos protocolos de segurança nos estabelecimentos do setor de turismo e com a execução do plano de retomada econômica proposto pelo governo estadual. Para os entrevistados, além da grande preocupação com as medidas de segurança, seria preciso um *trade* turístico verdadeiramente unido e atuante, um planejamento turístico a curto, médio e longo prazo, investimento em rodovias, respeito as



instâncias de governança, novos roteiros mais criativos e um conjunto de eventos culturais e artísticos que abarcassem boa parte da cadeia produtiva do turismo.

Vale ressaltar o impacto causado no setor de eventos e de artesanato. O setor de artesanato é um dos grandes prejudicados de toda a cadeia produtiva. Os artesãos e artesãs não conseguem vender o resultado dos seus saberes e fazeres. Com as feiras canceladas, os pontos fechados e sem o turista para adquirir suas peças, alguns artesãos e artesãs tiveram que mudar de segmento ou se reinventar. De acordo com um artesão entrevistado, para retomar as suas atividades, será preciso criar programas de “incentivos fiscais e financeiros para a cadeia produtiva ligada ao turismo em especial ao artesanato sergipano, bem como, fomentar programas direcionados aos agentes de viagens e do transporte aéreo que possam alavancar a chegada de turistas no Estado de Sergipe”.

## 5. CONCLUSÃO

O impacto socioeconômico causado pelo isolamento devido à pandemia da Covid-19 afetou muito os empreendimentos turísticos de Aracaju/SE tendo que reduzir os salários de seus funcionários ou mesmo demiti-los. Desde o primeiro Decreto nº 40.567, de 24 de março de 2020, os empreendimentos do setor de turismo de Aracaju vêm acumulando prejuízos significativos. Mesmo com a reabertura dos hotéis e os bares e restaurantes poderem atender com sistemas de entrega ou retirada, agências e operadores com home office, o impacto econômico foi exorbitante, já que não existe o deslocamento turístico de pessoas. Falta o consumidor, o elo fundamental da cadeia produtiva, aquele que alimenta a rede. Com isto, tem-se a redução dos impostos, dos investimentos em infraestrutura das cidades, redução dos salários, desemprego, aumento da informalidade e problemas sociais de diferentes níveis. Famílias são impactadas.

O atual momento é de pesquisa, planejamento e gestão de crise em todos os setores afetados com a pandemia da COVID-19. É preciso ações enérgicas e investimentos pontuais, com bom uso dos recursos públicos, para reduzir o número de casos da COVID-19, ampliar e aperfeiçoar a condição de atendimento nos hospitais e postos de saúde e seguir os novos protocolos de biossegurança. O mundo continua preocupado em salvar vidas. Por outro lado, é fundamental repensar a retomada econômica das cidades, e o setor de Turismo possui uma grande parcela de contribuição nesse aspecto. Os planejadores turísticos precisam repensar as suas ações, adaptar-se ao contexto, ser criativo, fazer planejamentos colaborativos, inserir os



residentes no processo de planejamento, definir perfis de turistas almejados, elaborar novos roteiros e aperfeiçoar os existentes, despertar imaginários sobre o destino Aracaju/SE, promover vivências e experiências em seus roteiros e estabelecer o diálogo com outras realidades.

Como observação final, as evidências do estudo oferecem motivos para refletirmos sobre a falta de ações de melhoria e promoção do turismo pelos governos estadual e municipal, seja antes e durante a pandemia da Covid-19. Está evidente para os entrevistados a importância da utilização dos protocolos de segurança e distanciamento social no combate a pandemia, mas medidas governamentais serão necessárias para minimizar a crise econômica causada pela pandemia da Covid-19 no setor do turismo de Aracaju/SE. Dentre estas a concessão de empréstimos a juros baixos e redução dos impostos federais, estaduais e municipais são as principais. A criação de políticas públicas para a retomada do turismo, que vá além do protocolo de segurança sanitária é uma exigência do setor. Parcerias Público/Privadas, investimentos em infraestrutura turística, eventos e divulgação do destino para o crescimento do turismo doméstico contribuirão com a recuperação da economia no setor.

## REFERÊNCIAS


Brasil (2020). Turismo gera quase 25 mil empregos formais em 12 meses. **Agência Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-12/turismo-gera-quase-25-mil-empregos-formais-em-12-meses>. Acesso: 10/07/20.

Brasil (2020). Ministério do Turismo apresenta protocolos sanitários para a retomada do setor. **Ministério do Turismo**. 2020. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/13543-minist%C3%A9rio-do-turismo-apresenta-protocolos-sanit%C3%A1rios-para-a-retomada-do-setor.html>. Acesso: 16/07/20.

Brasil (2020). Turismo libera R\$ 381 mi em financiamentos para pequenos e médios empresários. **Ministério do Turismo**. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/13405-turismo-libera-r\\$-381-mi-em-financiamentos-para-pequenos-e-m%C3%A9dios-empres%C3%A1rios.html](http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/13405-turismo-libera-r$-381-mi-em-financiamentos-para-pequenos-e-m%C3%A9dios-empres%C3%A1rios.html). Acesso em: 19/07/20.

Brasil (2020). Painel Coronavius. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 11/02/21.

Banco do Nordeste (2020). FNE Emergencial. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/e-possivel?gclid=Cj0KCQjw3s\\_4BRDPARIsAJsyoL MmbcBccTi5WdCBDmZZxa4CFjBj3C8gx\\_adOBVO5VCv4d1zhkBtkskaAvOuEALw\\_wcB](https://www.bnb.gov.br/e-possivel?gclid=Cj0KCQjw3s_4BRDPARIsAJsyoL MmbcBccTi5WdCBDmZZxa4CFjBj3C8gx_adOBVO5VCv4d1zhkBtkskaAvOuEALw_wcB). Acesso: 19/07/20.



Choudhury, S., Jha, M. K. & Pathak, K. R. (2020). An Empirical Study of The Financial Impact of Covid -19 on The Tourism Industry in India. **UGC Care Journal**, v. 31, n. 26.

Fundação Getúlio Vargas (2020). Impacto Econômico do Covid-19 Propostas para o Turismo Brasileiro. FGV. Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/artigos/1a-edicao-impacto-economico-do-Covid-19-propostas-para-o-turismo-brasileiro-abril-2020>. Acesso: 16/07/20.. Acesso: 23/06/2020.

Johns Hopkins University (2020). Covid-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University. Disponível em: <https://gisanddata.maps.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>. Acesso: 11/02/2021.

McKibbin, W. J., & Fernando, R. (2020). The global macroeconomic impacts of COVID-19: Seven scenarios.

Nicola, M., Alsafi, Z., Sohrabi, C., Kerwan, A., Al-Jabir, A., Iosifidis, C., ... & Agha, R. (2020). The socio-economic implications of the coronavirus pandemic (COVID-19): A review. *International journal of surgery (London, England)*, 78, 185.

Novaes I. (2020). Governo fará novo plano de retomada comercial e desiste do anterior

.Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/economia/governo-fara-novo-plano-de-retomada-comercial-e-desiste-do-anterior/>. Acesso: 28/07/20.

SERGIPE. Plano de Contingência Estadual para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus 2019-nCoV. Sergipe, 2020 – versão preliminar. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso: 16/07/2020.

Sergipe (2020). Decreto nº 40.560 de 16 de março de 2020 . Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Sergipe, em razão da disseminação do vírus COVID-19 Sergipe contra o coronavírus. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 10 julho 2020.

Sergipe (2020). Decreto nº 40.563 de 20 de março de 2020 . Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Sergipe, em razão da disseminação do vírus COVID-19 Sergipe contra o coronavírus. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 10 julho 2020.

Sergipe (2020). Decreto nº 40.567 de 24 de março de 2020 . Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Sergipe, em razão da disseminação do vírus COVID-19 Sergipe contra o coronavírus. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 10 julho 2020.

Sergipe (2020). Decreto nº 40.570 de 03 de abril de 2020. Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Sergipe, em razão da disseminação do vírus COVID-19 Sergipe contra o coronavírus. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 10 julho 2020.

Sergipe (2020). Decreto nº 40.576, de 16 de abril de 2020. Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Sergipe, em razão da disseminação do vírus COVID-19 Sergipe contra o coronavírus. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em:





<https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 10 julho 2020.

Sergipe (2020). Decreto nº 40.588 de 27 de abril de 2020. Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Sergipe, em razão da disseminação do vírus COVID-19 Sergipe contra o coronavírus. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 10 julho 2020.

Sergipe (2020). Decreto nº 40.592 de 07 de maio de 2020. Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Sergipe, em razão da disseminação do vírus COVID-19 Sergipe contra o coronavírus. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 10 julho 2020.

Sergipe (2020). Decreto nº 40.597 de 11 de maio de 2020. Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Sergipe, em razão da disseminação do vírus COVID-19 Sergipe contra o coronavírus. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 10 julho 2020.

Sergipe (2020). Decreto nº 40.598 de 18 de maio de 2020. Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Sergipe, em razão da disseminação do vírus COVID-19 Sergipe contra o coronavírus. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 10 julho 2020.

Sergipe (2020).. Decreto nº 40.600 de 25 de maio de 2020. Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Sergipe, em razão da disseminação do vírus COVID-19 Sergipe contra o coronavírus. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 10 julho 2020.


Sergipe (2020). Decreto nº 40.605 de 01 de junho de 2020. Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Sergipe, em razão da disseminação do vírus COVID-19 Sergipe contra o coronavírus. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 10 julho 2020.

Sergipe (2020). Decreto nº 40.613 de 08 de junho de 2020. Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Sergipe, em razão da disseminação do vírus COVID-19 Sergipe contra o coronavírus. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 10 julho 2020.

Sergipe (2020). Decreto nº 40.615 de 15 de junho de 2020. Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Sergipe, em razão da disseminação do vírus COVID-19 Sergipe contra o coronavírus. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 10 julho 2020.

Sergipe (2020). Resolução N.º 03/2020, de 30 de julho de 2020. Aprova o enquadramento das Regiões de Território de Planejamento nas fases de retomada econômica previstas no art. 7º do Decreto n.º 40.615, de 15 de junho de 2020, revoga as Resoluções ns.º 01/2020, de 23 de junho de 2020 e 02/2020, de 30 de junho de 2020. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 31 julho 2020.

Sergipe (2020). Decreto nº 40.652 de 27 de agosto de 2020. Homologa a Resolução n.º 06/2020, de 27 de agosto de 2020, do Comitê Gestor de Retomada Econômica COGERE, altera o Anexo V do Decreto n.º 40.615, de 15 de junho de 2020 e dá outras providências. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 15 de



janeiro 2020.

Sergipe (2020). Resolução n.º 05/2020, de 13 de agosto de 2020. Aprova o enquadramento das Regiões de Território de Planejamento na Segunda Fase – Bandeira Amarela de retomada econômica prevista no art. 7º do Decreto n.º 40.615, de 15 de junho de 2020, e dá outras providências. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 15 de janeiro 2020.

Sergipe (2020). Decreto n.º 40.664 de 10 de setembro de 2020. Homologa a Resolução n.º 01, de 10 de setembro de 2020, do Comitê Técnico-Científico e de Atividades Especiais – CTCAE, que dispõe sobre a evolução da Terceira Fase – Bandeira Verde de retomada econômica e aprova Atividades Especiais previstas no Decreto n.º 40.615, de 15 de junho de 2020, com redação dada pelo Decreto n.º 40.652, de 27 de agosto de 2020. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 15 de janeiro 2020.

Sergipe (2020). Decreto n.º 40.677 de 24 de setembro de 2020. Homologa a Resolução n.º 02, de 24 de setembro de 2020, do Comitê Técnico Científico e de Atividades Especiais - CTCAE, que dispõe sobre a evolução da Terceira Fase - Bandeira Verde de retomada econômica e aprova Atividades Especiais previstas no Decreto n.º 40.615, de 15 de junho de 2020, com redação dada pelo Decreto n.º 40.652, de 27 de agosto de 2020. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 15 de janeiro 2020.

Sergipe (2020). Decreto n.º 40.684 de 30 de setembro de 2020. Revogam-se o § 2º do art. 7º e o art. 8º do Decreto n.º 40.567, de 24 de março de 2020, que atualiza, consolida e estabelece novas medidas de enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus) no Estado de Sergipe, e dá outras providências. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 15 de janeiro 2020.

Sergipe (2020). Decreto n.º 40.688 de 05 de outubro de 2020. Declara situação anormal, caracterizada como “ Estado de Calamidade Pública nos Municípios do Estado de Sergipe , decorrente de desastre natural classificado como grupo biológico/epidemias e tipo doenças infecciosas virais ( COVID 19) COBRADE 1.5.1.1.0 e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, conforme previsto na Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 15 de janeiro 2020.

Sergipe (2020). Decreto n.º 40.699 de 19 de outubro de 2020. Homologa a Resolução n.º 03, de 15 de outubro de 2020, do Comitê Técnico-Científico e de Atividades Especiais – CTCAE, que dispõe sobre as atividades especiais educacionais em Universidades, Faculdades, Escolas e Creches, públicas e privadas, previstas no Decreto n.º 40.615, de 15 de junho de 2020, com redação dada pelo Decreto n.º 40.652, de 27 de agosto de 2020, e dá outras providências. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 15 de janeiro 2020.

Sergipe (2020). Decreto n.º 40.709 de 06 de novembro de 2020. Homologa a Resolução n.º 04, de 05 de novembro de 2020, do Comitê Técnico-Científico e de Atividades Especiais – CTCAE, que dispõe sobre as atividades especiais de retomada econômica previstas no Decreto n.º 40.615, de 15 de junho de 2020, com redação dada pelo Decreto n.º 40.652, de 27 de agosto de 2020, e dá outras providências. **Secretaria Estadual de Saúde**. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br/decretos/>. Acesso em 15 de janeiro 2020.



Sergipe (2020). Boletim diário coronavírus. Disponível em: <https://todoscontraocorona.net.br> . Acesso: 31/07/2020.

Sergipe (2020). Secretários de Turismo do Nordeste discutem a retomada das viagens no cenário pós-pandemia. Secretaria de Estado do Turismo. Disponível e: <https://www.se.gov.br/setur/noticias>. Acesso: 18/07/20.

Sergipe (2020). Secretário estadual destaca construção de plano de retomada do Turismo no pós-pandemia. Secretaria de Estado do Turismo. Disponível e: <https://www.se.gov.br/setur/noticias>. Acesso: 18/07/20.

Škare, M., Soriano, D. R., & Porada-Rochoń, M. (2021). Impact of COVID-19 on the travel and tourism industry. *Technological Forecasting and Social Change*, 163, 120469.

Yuen, K. S., Ye, Z. W., Fung, S. Y., Chan, C. P., & Jin, D. Y. (2020). SARS-CoV-2 and COVID-19: The most important research questions. *Cell & bioscience*, 10(1), 1-5.

*World Travel & Tourism Council's* (2020). Travel & tourism recovery scenarios 2020 and economic impact from Covid-19, 2020. WTTC. Disponível em: <https://wttc.org/Research/Economic-Impact/Recovery-Scenarios-2020-Economic-Impact-from-COVID-19>. Acesso: 31/07/20.



# CAPÍTULO 9

## FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A REALIDADE EDUCATIVA NO PERÍODO PANDÊMICO DO COVID-19 NO BRASIL

**Isac Vinícius Maciel**, Graduando em Engenharia, Universidade Federal de Itajubá  
**Pedro de Souza Mattioli**, Graduando em Engenharia, Universidade Federal de Itajubá  
**Priscilla Chantal Duarte Silva**, Doutora em Linguística, Professora da Universidade Federal de Itajubá  
**Wagner Cipriano da Silva**, Mestre em Modelagem Matemática Computacional, CEFET-MG, Professor da Faculdade Única de Ipatinga, Funip

### RESUMO

O ensino a distância é uma modalidade de ensino que, durante muito tempo, tem sido uma alternativa para os estudantes, principalmente, para àqueles que não têm condições de frequentar a graduação no formato presencial por diversos fatores como: condições financeiras insuficientes; morar em regiões afastadas da cidade; ter filhos; motivos de trabalho, entre outros. Além disso, com a chegada do período pandêmico da COVID-19 no país, ela se tornou a principal alternativa não só para atender as urgências, mas também para o prosseguimento das atividades e conteúdo do ensino presencial, tornando necessária a adaptação e reformulação das práticas educativas neste contexto. Diante disso, para favorecer o aprendizado desses estudantes, as instituições de ensino utilizam vários recursos computacionais que auxiliam o acesso e permanência nos cursos ofertados, bem como um melhor aproveitamento dos conteúdos propostos. Este estudo tem como objetivo analisar os recursos computacionais utilizados para o ensino a distância, citando as plataformas digitais e destacando suas vantagens e desvantagens, além de avaliar a efetividade e relevância de cada recurso empregado. Utiliza-se o método tipo *survey*, a partir da aplicação da técnica de um questionário estruturado, direcionado aos estudantes, com o intuito de avaliar a qualidade do ensino a distância do ponto de vista deles. Os resultados apontam que ensino a distância é muito procurado por alunos, principalmente no contexto da pandemia, porém esta modalidade possui diversas falhas, especialmente no que se refere aos recursos computacionais e no mau uso desses. Portanto, conclui-se que o EaD tem uma capacidade enorme de crescimento, porém ainda não correspondeu a todas as expectativas que se espera, dificultando o processo de evolução desta modalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino a distância; recursos computacionais; plataformas digitais; COVID-19.

### INTRODUÇÃO

As diversas transformações que aconteceram no século passado possibilitaram a constante inovação da Tecnologia da Informação e Comunicação. Com o advento da Internet em 1969, criada inicialmente para fins militares durante a Guerra Fria, ocorreram diversos





avanços tecnológicos, tais como: o surgimento do microcomputador e a grande difusão que se deu com a criação do computador pessoal, sendo hoje uma ferramenta de primeira necessidade no nosso cotidiano. Estes avanços trouxeram relevantes contribuições para a vida em sociedade, principalmente para a área educacional, uma vez que as pessoas tinham dificuldades em comparecer presencialmente nas escolas ou universidades devido a diversos fatores, tais como: distância da residência para a instituição de ensino, mobilidade urbana, dificuldade do estudante em conciliar trabalho e estudos, alto custo dos cursos presenciais e sobrecarga de trabalho.

No entanto, com a criação do EaD (ensino a distância), criado no intuito de solucionar estes problemas, tornou-se viável a realização de atividades e aulas presenciais com flexibilidade de horário, possibilitando o direito e acesso à uma educação para todos. Os primeiros cursos a distâncias eram de cunho profissionalizante e funcionavam por meio do uso dos Correios que entregavam e recebiam as postagens de material impresso. Com a popularização da internet, esse serviço foi adaptado para a modalidade digital, que ganhou mais espaço e oportunidades com os recursos computacionais. Nasceu, nesse sentido, o que se conhece atualmente como EaD. Nessa perspectiva, Cruz *et al* (2016, p. 112) afirmam que “a Educação a Distância (EaD) é uma modalidade de ensino cada vez mais empregada no intuito de ampliar e democratizar as possibilidades de acesso ao conhecimento”.

Embora ainda cercada de preconceitos por muitos que a consideram uma espécie de subeducação comparada ao ensino presencial, a EaD tem rompido paradigmas e ganhado espaço no âmbito educacional. Por outro lado, diante da falta de oportunidades de acesso ao ensino presencial, os estudantes driblam esses preconceitos e se empenham para suprir quaisquer barreiras dessa modalidade, tornando-a mais competitiva e eficaz. Em decorrência do estado de emergência da COVID-19, proveniente da declaração de pandemia do novo Coronavírus, em março de 2020, as medidas de contenção da propagação do vírus centraram-se no isolamento e distanciamento social além do uso de máscara e higienização das mãos e ambientes. Com efeito, o isolamento foi a medida que mais afetou a dinâmica da Educação no Brasil e no mundo.

Desde o início da pandemia, as escolas de todos os níveis educacionais fecharam as portas por determinações governamentais na tentativa de evitar aglomerações. Não há dúvidas de que uma sala de aula, por menor que seja, envolve a reunião de pessoas e que uma escola também lida com outros profissionais num mesmo espaço físico, o que contribuiu obviamente para as exigências de contenção do vírus. Nesse cenário, o ensino a distância tornou-se não só uma alternativa para atender as urgências, mas em muitas realidades educacionais, a única



maneira de prosseguir com as atividades e conteúdos propostos pelo ensino presencial. Cada nível educacional, portanto, teve de se adaptar e reinventar práticas educativas capazes de continuar o desenvolvimento do ensino apesar de todo o infortúnio gerado pelo período pandêmico.

A criatividade dos professores brasileiros em se adaptar à nova realidade é indescritível no que se trata da criação de recursos midiáticos: criação de vídeo aulas para que os alunos possam acessar de forma assíncrona além das aulas através de videoconferência para a execução de atividades síncronas como em sala de aula. Uma revolução educacional sobre o quanto a tecnologia tem se mostrado eficiente e o quanto as pessoas precisam estar aptas a esse avanço tecnológico (CORDEIRO, 2020, p.6).

Jaimés (2020) destaca que, na atualidade, a educação a distância tem sido uma ferramenta indispensável para promover a aprendizagem. E isso só foi possível pelo emprego das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Diante da realidade exposta, evidencia-se a importância e o interesse dos pesquisadores pelo objeto de estudo. Neste artigo são abordados os recursos computacionais que permitem aos seus usuários criar, compartilhar e interagir na busca do conhecimento, sendo um destes recursos as plataformas digitais de Educação a Distância. Segundo Rosenberg (2006), a nova geração de estratégias de estudo é representada pela web 2.0, ambiente em que os estudantes se tornam agentes ativos do processo de ensino/aprendizagem e os professores se tornam facilitadores. Dessa forma, todos se tornam não só bons contribuidores, como também consumidores do conhecimento. Portanto, plataformas digitais devem conter recursos suficientes e satisfatórios para suprir essas expectativas (e haver troca de experiências, conhecimento e informações).

A fim de analisar se as plataformas digitais de Educação a Distância estão atendendo às necessidades do ensino e aprendizagem na atualidade, o presente estudo propõe a análise de algumas plataformas, com o intuito de comparar a efetividade e levantar as respectivas características, para propor modificações e conseqüentemente melhorias. Sendo assim, o objetivo deste artigo é analisar os recursos computacionais utilizados para o ensino à distância, citando as plataformas digitais e destacando suas vantagens e desvantagens, além de avaliar a efetividade e relevância de cada recurso empregado.

## **ENSINO A DISTÂNCIA**

A distância da residência para a instituição de ensino, a dificuldade do estudante em conciliar trabalho e os estudos, como também o alto custo dos cursos presenciais e estrutura precária de acesso à educação em cidades do interior, entre outros fatores, compreendem



algumas das razões que impedem ou limitam estudantes a frequentar os cursos de forma presencial, dificultando o processo de democratização e ampliação do acesso à educação. Para atender a essas demandas, surgiu a Educação a Distância.

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade de ensino em que não é necessário que professores e alunos vivenciem o processo de ensino e aprendizagem de forma presencial, isto é, não é necessário um espaço físico comum para que a aprendizagem aconteça. Os horários normalmente atendem às necessidades do estudante para que seja possível a educação com maior flexibilização de horário e local. A interação entre eles ocorre através de recursos tecnológicos digitais, ou seja, há a utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) para promover esta interação.

A utilização de TIC como instrumento facilitador da aquisição e compartilhamento de conhecimentos condiz com o principal objetivo da educação, presente no significado da palavra no dicionário Aurélio, que afirma que a educação é relativa “ao processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social” (FERREIRA, 1986, p. 499).

Há dois modelos de aprendizagem para a Educação à Distância: síncrono e assíncrono. No modelo síncrono, professor e aluno devem estar conectados ao mesmo tempo em um mesmo ambiente virtual. Assim, eles colaboram um com o outro para que o objetivo da aula seja concluído, tornando a relação mais produtiva e interativa. Um exemplo de ferramenta síncrona são as aulas ao vivo, conhecidas como *webconferências*, em que o aluno assiste à aula ao vivo, ministrada pelo professor através de uma plataforma digital, havendo uma interação entre eles.

Já no modelo assíncrono, não é necessário que essa interação aconteça. Portanto, tanto aluno, quanto professor não precisam estar *online* simultaneamente para que haja aula. Ambos possuem mais liberdade e autonomia para realizar suas respectivas tarefas, proporcionando uma flexibilidade maior e conseqüentemente exigindo mais comprometimento. Um exemplo de ferramenta assíncrona são os fóruns, em que há um debate/discussão sobre diversos temas e é possível acessá-lo a qualquer momento. As vídeoaulas e as aulas online gravadas disponibilizadas *a posteriori* também são exemplos de ferramentas assíncronas. Nesse modelo, o estudante tem a flexibilidade de acompanhar os estudos em horário oportuno e realiza as tarefas conforme a orientação do professor.

Mattar *et al.* (2020) orientam que, na educação a distância (EaD) no Brasil, o papel do tutor configura uma tarefa importante nessa modalidade. Eles atuam como tutores presenciais



como aqueles que trabalham nos polos de apoio e como tutores a distância nos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA). Esse é um dos motivos pelos quais o EaD não é o mesmo que ensino remoto emergencial ou trabalho remoto, pois no remoto não há a presença do tutor para auxiliar o professor. Além disso, os autores afirmam que o tutor desempenha um papel pedagógico, intelectual e social, uma vez que realiza atividades, avalia respostas, relaciona comentários, mantém contato com a turma, oferece *feedback* e mantém tom amigável com os alunos, entre outras tarefas.

Nesse sentido, de acordo com Beltrán (1981) apud Trigueiro (2001), a utilização desses dois modelos atinge o objetivo principal da comunicação: ser um meio de interação social através de um intercâmbio de conhecimentos, ou seja, um compartilhamento de experiências por meio do diálogo e da participação entre os seres humanos, realizado de forma livre e igualitária, enfatizando o conhecimento como fruto das interações sociais, conforme teoria do socioconstrutivismo de Vygotsky, descrita da seguinte maneira:

O sócio-construtivismo é uma teoria que vem se desenvolvendo, com base nos estudos de Vygotsky e seus seguidores, sobre o efeito da interação social, da linguagem e da cultura na origem e na evolução do psiquismo humano. Segundo este referencial, o conhecimento não é uma representação da realidade, mas um mapeamento das ações e operações conceituais que provaram ser viáveis na experiência do indivíduo. Portanto, a aprendizagem é um resultado adaptativo que tem natureza social, histórica e cultural. (BOIKO E ZAMBERLAN, 2001, p.51)

O surgimento do EaD se deu em meio a uma evolução tecnológica global, que influenciou na mudança de paradigma educacional. Diante disso, surgiram modalidades de ensino com a utilização de TDIC - Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, ressignificando a relação professor-aluno. No início, o EaD era voltado para cursos por correspondência, isto é, cursos que serviam de complemento para a formação profissional e universitária, utilizando materiais impressos como base de estudo. Com o tempo, a modalidade passou a ser oferecida não só para cursos de graduação, mas também para cursos técnicos, livres, preparatórios, entre outros, utilizando como recursos os *slides*, o rádio e por fim os dispositivos eletrônicos com acesso à Internet.

Portanto, a tecnologia que se faz presente no cotidiano educacional tem contribuído significativamente para a ampliação do acesso à modalidade de Ensino à Distância, oferecendo com o passar do tempo, diversos recursos computacionais para serem utilizados no EaD e consequentemente proporcionando o surgimento de novas plataformas digitais, importantes para promover troca de experiências, conhecimento e informações.



## PLATAFORMAS DIGITAIS

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) ou plataformas de EAD são responsáveis por fornecer as ferramentas necessárias para comunicação entre todos os envolvidos no processo de educação a distância. Segundo Atanásio, Pereira e Pereira (2006), os ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), podem ser considerados como uma nova mídia na evolução, proporcionando a todos os envolvidos uma forma para expor seus pensamentos, uma maneira de organização da informação e o modo de aprendizagem. Desse modo, essas plataformas virtuais devem proporcionar ao usuário: interatividade, usabilidade, integridade e desempenho, tendo em vista que a interação vai além do espaço interno virtual, sendo capaz de facilitar a inclusão social e a colaboração em grupo, com o intuito de atender as necessidades dos envolvidos. Neste capítulo, abordaremos sobre algumas das principais plataformas digitais utilizadas no Brasil e no mundo. Será apresentado um breve estudo comparativo entre elas, avaliando as principais características de cada uma. Sendo assim, segue a apresentação de algumas plataformas digitais: Moodle, TelEduc, Eureka, LearningSpace.

Figura 1: Apresentação da plataforma do site Moodle



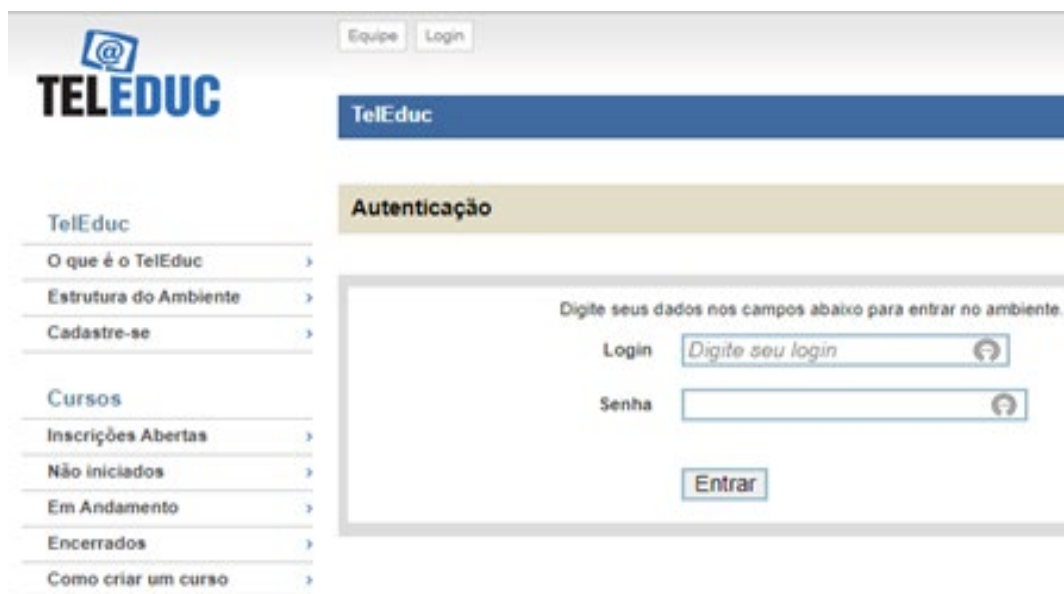
Fonte: <https://moodle.org/login/index.php>

A palavra *Moodle* é originalmente um acrônimo para *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (Ambiente de Aprendizagem Dinâmico Modular Orientado a Objeto), útil principalmente para programadores e profissionais da educação. É também um verbo que descreve o processo de se passar por algo tranquilamente, fazendo as coisas quando surgir oportunidade, uma divertida atividade manual que pode nos levar a ter *insights* criativos.



Como tal, aplica-se tanto ao modo como o *Moodle* foi desenvolvido, quanto ao modo como um estudante ou professor pode abordar o estudo ou o ensino em um curso *online*.

Figura 2 - Apresentação do site TelEduc



Fonte: [http://teleduc4.multimeios.ufc.br/pagina\\_inicial/autenticacao\\_cadastro.php](http://teleduc4.multimeios.ufc.br/pagina_inicial/autenticacao_cadastro.php)

O TelEduc é um ambiente para realização de cursos à distância através da Internet. Está sendo desenvolvido no NIED (Núcleo de Informática Aplicada à Educação) sob a orientação da Profa. Dra. *Heloisa Vieira da Rocha* do Instituto de Computação da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), a partir de uma metodologia de formação de professores construída com base na análise das várias experiências presenciais realizadas pelos profissionais do núcleo. O ambiente é parte integrante da dissertação de mestrado "Formação a Distância de Recursos Humanos para Informática Educativa" de autoria de *Alessandra de Dutra e Cerceau*.

Figura 3 - Apresentação do site Eureka



Fonte: <https://eureka.pucpr.br/entrada/index.php?acao=carregando>

O Eureka é o Ambiente Virtual de Aprendizagem da PUCPR. Esta ferramenta é apresentada à comunidade científica por meio do artigo presente no link <<https://www.redalyc.org/pdf/1891/189118140002.pdf>>, onde são apresentados os resultados da institucionalização do ambiente na PUC-PR. Nesse ambiente, o estudante tem a oportunidade de interagir com os demais participantes de sua sala de forma criativa, dinâmica e desafiadora, tendo como essência o diálogo, a pesquisa e a descoberta.

Uma das vantagens do Eureka está na capacidade de ampliar a sala de aula no espaço e no tempo. A possibilidade de organizar-se, de aproximar pessoas sem que seja preciso deslocamentos, para compartilhar ideias, propostas, dúvidas e questionamentos, é o que torna esse ambiente um importante recurso na busca da construção coletiva do conhecimento.

**Figura 4:** Apresentação do site LearningSpace

The screenshot shows the LearningSpace website interface. At the top, there is a search bar for videos, navigation links for 'Browse Videos', 'Playlists', and 'Quiz Time', and buttons for 'Login' and 'Sign Up'. The main content area features a green banner with the text '25 OF OUR SUBSCRIBERS CRACKED UPSC CSE - 2019'. Below the banner is a table listing the names and AIR (All India Rank) of the subscribers.

AIR	NAME	AIR	NAME
27	HIMANSHU GUPTA	475	GAURAV KUMAR
30	PARI BISHNOI	490	ASHISH SINGH
69	NAVNEET MITTAL	523	PRIYANSHU SINGH
141	AMMU JAYARAJ	530	PIYUSH GATHALA
263	CH SIVA GOPAL REDDY	532	PRAFUL DESAI
335	ANANYA AWASTHI	568	MITHUN RAJA YADAV BERI
368	ABHISHEK KUMAR TIWARI	603	C SAMEER RAJA
386	PRATIBHA SINGH	633	KIRANMAYI KOPPISETTI
403	MD SHABBIR ALAM	648	PRADIP DUBAL
431	LOGESH KUMAR P	666	PANKAJ KUMAR MEENA
440	JAGADEESH ADAHALLI	745	RAHUL RATHOD
467	AKANCHA SIKSHA KHALKHO	782	AKUNURI NARESH
		818	ASHUTOSH NANDAN

**Fonte:** <https://www.learningspacedigital.com/>

O desenvolvimento do site, que começou em maio de 2006, oferece uma ampla gama de áreas para Educação a Distância. Em abril de 2008, o *OpenLearn* atingiu a meta de ter 5.400 horas de conteúdo de aprendizagem no *LearningSpace* e 8.100 horas no *LabSpace*. O ambiente inclui ferramentas de autoavaliação, fóruns e uma experiência personalizada de colaboração ao aluno, com criação e utilização de materiais de aprendizagem. Para comunicação, o *LearningSpace* utiliza ferramentas de rede social para replicar os diferentes modos informais de comunicação e aprendizagem que acontecem em um campus tradicional. Agora que conhecemos um pouco de algumas das principais plataformas digitais, uma vez que são as mais procuradas e mais utilizadas por instituições presenciais e a distância, segue abaixo uma tabela que permite a comparação de todas que foram citadas acima:

**Tabela 1:** Estudo comparativo de plataformas

Plataforma	Sistema de distribuição	Princípios pedagógicos	Aprendizado colaborativo	Interatividade	Multimídia	Usabilidade	Acessibilidade
<b>Eureka</b>	Desenvolvido para a comunidade acadêmica da PUCPR	Não informa	Não informa	Correio eletrônico	Fornecer áudio com texto	Facilidade de uso Explicação de uso	Não acessível para deficientes auditivos Parcialmente acessível para deficientes visuais (apenas áudio, sem leitor de tela)
<b>Moodle</b>	Ele pode ser redistribuído ou modificado sob os termos da GNU (General Public License)	Proposta colaborativa	Discussão do fórum Gerenciamento de conteúdo Blogs Wikis	Videoconferência Certificados digitais	Não informa	Permite acesso de visitante Oferece uma ferramenta para deficientes visuais.	Parcialmente acessível para deficientes visuais (com leitor de tela)
<b>LearnigSpace</b>	Ele pode ser redistribuído ou modificado sob os termos da GNU (General Public License)	Proposta colaborativa	Discussão do fórum Bate-papo Avisos Incentive o uso de redes sociais.	Use as redes sociais como ferramenta de interação	Use as redes sociais como ferramenta de interação	Explicação de seu uso Possui fóruns de recursos	Afirma que atende às diretrizes de acessibilidade w3c

Fonte: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/download/1518-2924.2010v15nesp2p65/15763>

De acordo com a Tabela 1, pode-se observar que existe uma grande desigualdade entre as plataformas, tendo em vista que algumas apresentam mais recursos do que as outras. Além disso, a maioria possui uma grande falha no que se refere à acessibilidade, principalmente das pessoas deficientes visuais. Todas apresentam recursos de interação que se centram mais na comunicação escrita e visual, sobretudo. A ferramenta comunicacional é muito importante na EaD, na tentativa de suprir a possível carência da interação face a face. Logo, na modalidade a distância tudo é registrado por escrito. Nesse contexto, muitos estudantes observam essa diferença no ensino presencial, considerando muitas vezes que há um maior volume de conteúdo de informações para serem lidas. Os fóruns e debates consistem em ferramentas de interação de participação entre os colegas da turma, o que favorece as relações interpessoais no ambiente virtual. Sob esse aspecto, observa-se que, enquanto na modalidade presencial a participação, muitas vezes, se fecha em pequenos grupos de estudantes que participam das discussões nas salas de aula, no EaD torna-se, na maioria das vezes, uma atividade obrigatória





fundamental para promover o diálogo entre os participantes.

## **METODOLOGIA**

Para o levantamento de informações e conhecimentos acerca do tema, utilizaram-se livros, artigos e obras como base para o desenvolvimento do projeto de estudo, portanto esta pesquisa é caracterizada como bibliográfica. A pesquisa bibliográfica segundo Fachin (2010) constitui-se na base para as demais, o que permite orientar os outros estudos. A escolha deste tipo de metodologia auxiliou no desenvolvimento de cada capítulo e contribuiu para o cumprimento do objetivo desse artigo que é uma melhor compreensão dos mecanismos de aprendizagem do EaD, tornando possível a identificação das características de cada um deles, ou seja, a identificação das vantagens e desvantagens, além da efetividade mecanismos destes

Ademais, optou-se por utilizar o método tipo *survey* para a aplicação de um questionário direcionado aos estudantes. Neste método, utilizamos a plataforma *Survey Monkeys*, no qual as perguntas de múltiplas escolhas foram elaboradas, direcionando para a obtenção de respostas relacionadas à qualidade, dificuldade e adaptação dos alunos ao EaD. A escolha desse método de pesquisa foi devido à sua eficiência em verificar, através de amostras, a opinião da população. Portanto, este estudo é de natureza quantitativa. Segundo Gil (2010), o método quantitativo baseia-se na quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento.

A importância da aplicação de questionários como metodologia pode ser confirmada por Mielzynska (1998), que afirma que a partir da teoria da amostragem de tratamento dos dados nos questionários permite o uso de generalizações ainda que em amostras relativamente pequenas.

Com isso, apesar de essa ser uma amostra relativamente pequena de respostas ao questionário, quando se compara à quantidade de alunos inseridos nesse método de ensino, espera-se a mobilização das unidades de ensino, no que se refere às demandas que esses alunos necessitam em relação às instituições EaD e aos recursos que computacionais que elas utilizam. Como coleta de dados, realizou-se a aplicação de um questionário utilizando o método do tipo *survey*. Este questionário foi aplicado através da plataforma *Survey Monkeys* com o objetivo de avaliar a qualidade e efetividade do Ensino a Distância, ou seja, avaliar o nível didático-pedagógica dessa modalidade de ensino, tais como os desafios enfrentados pelos alunos, no



período pandêmico.

O questionário foi aplicado para 40 alunos de universidades brasileiras públicas e privadas, dentre elas: Mackenzie-SP, PUC-MG (Pontifícia Universidade Católica), UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), UFLA (Universidade Federal de Lavras), UFPEL (Universidade Federal de Pelotas), UNA Itabira, UNESP (Universidade Estadual de São Paulo), UNICAMP (Universidade de Campinas), UNIFEI (Universidade Federal de Itajubá) e USP (Universidade de São Paulo). A faixa etária dos estudantes centra-se concentra em 18 a 30 anos.

O questionário é composto por 10 questões de múltipla escolha e ficou disponível *online*, aproximadamente no prazo de uma semana, especificamente do dia 27/11/2020 até 04/12/2020. As questões foram produzidas, respeitando-se o anonimato e a individualidade. A seguir, apresentam-se as perguntas com as respostas deste questionário.

**Tabela 2:** Questões Survey

<b>Aspecto</b>	<b>Questão</b>	<b>Pergunta</b>
Percepção dos estudantes quanto ao EaD	Q1	Qual é a sua percepção sobre o ensino a distância?
Visão dos estudantes quanto ao uso das plataformas no Ead	Q2	Qual é a sua opinião sobre as plataformas digitais do EaD?
Exploração / Utilização das plataformas pelos professores	Q3	As plataformas são bem exploradas /utilizadas pelos professores?
Maior dificuldade enfrentada no EaD	Q4	Qual é a maior dificuldade enfrentada por você no EaD?
Visão dos estudantes sobre a atuação do professor nas disciplinas em EaD	Q5	Como você avalia a atuação do professor nas disciplinas no EaD ou ensino remoto?
Importância dos recursos computacionais no EaD	Q6	Na sua opinião, qual é a importância dos recursos computacionais no Ead?
Preferência e capacidade de substituição de uma modalidade em relação à outra	Q7	Na sua opinião, uma modalidade pode substituir a outra?
Faria novamente um curso EaD ou indicaria a alguém	Q8	Você faria novamente um curso ou disciplina a distância?
Acesso aos conteúdos das disciplinas na modalidade a distância	Q9	Como você avalia o acesso aos conteúdos das disciplinas na modalidade a distância?

Fonte: Dados dos autores

Embora os termos “ensino remoto” e “ensino a distância” sejam considerados como sinônimos no contexto pandêmico, por muitos estudantes, sabe-se que não representam os mesmos contextos. Na literatura o “ensino remoto” surgiu a partir da necessidade de se desenvolver atividades assíncronas e síncronas como aulas ao vivo via web conferência. em função do contexto pandêmico. Trata-se, portanto, de experiência nova com as devidas adaptações para o trabalho que anteriormente era desenvolvido presencialmente. Vale lembrar que muitas instituições de ensino não estavam preparadas para essa nova realidade e nem possuíam recursos computacionais para o AVA. Da mesma forma, as atividades podem ser distintas, uma vez que a EaD envolve várias formas de participação como: fóruns, questionários, quiz, vídeo aulas, apresentações, entre outras atividades. Embora seja algo mais



comum no EaD, em função do ensino remoto emergencial, essas formas de participação também foram utilizadas por alguns docentes. Pode-se dizer que a principal diferença é a característica síncrona do ensino remoto (muitas instituições/professores adotaram as aulas a vivo) e o seu caráter emergencial pois, devido a necessidade do isolamento social, a aula presencial deixou de ser uma questão de escolha.

No ensino remoto, como não há, muitas vezes, esses recursos, culminou-se em atividades realizadas de forma síncrona e assíncrona. Sabe-se que o conceito de EAD, foi desenvolvido no artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) e diz respeito à realização de atividades puramente assíncronas, pelo fato de não haver a possibilidade dos encontros presenciais, exceto em condições especiais como provas e avaliações.

Já a modalidade remota refere-se a uma condição temporária que pode envolver atividades síncronas ao vivo, bem como atividades assíncronas para a realização de tarefas. Dessa forma, considera-se a diferença básica neste estudo a presença ou não de plataformas específicas para o ensino não presencial. Sob esse aspecto, desconsiderou-se neste estudo a diferença semântica entre ensino remoto e ensino a distância, pois o objetivo era apenas avaliar a recepção da modalidade a distância, ou seja, qual era a percepção dos estudantes sobre estudar em casa, bem como o uso dos recursos computacionais na Educação, apesar de toda a adaptação da mediação didática e pedagógica que grande parte dos docentes fizeram nesse período. Ademais, partiu-se da hipótese de que os estudantes não considerariam a distinção semântica dos termos.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O acesso às perguntas foi disponibilizado aos estudantes por meio de grupos de redes sociais para divulgação. As perguntas foram: 1. Qual é a sua percepção sobre o ensino a distância? Nesta questão, objetivou-se avaliar a opinião dos estudantes quanto às vantagens do EaD sobre a modalidade presencial, no que concerne ao dinamismo, liberdade e autonomia, interação e inovação. Os resultados mostram que a maioria dos informantes acreditam que a modalidade EaD ou ensino remoto proporcionam mais liberdade e autonomia para realizar suas tarefas. Isso se deve ao fato de haver maior flexibilidade de horário de estudos, sobretudo quando há aulas assíncronas. Na realização das tarefas, os estudantes sentem também maior liberdade por realizarem dentro do espaço de tempo disponível.

**Tabela 3:** Percepção dos estudantes quanto ao EaD

<b>Opções de múltipla escolha</b>	<b>Respostas</b>	<b>Quantidade de respondentes</b>
É uma modalidade de ensino em que o aluno tem mais liberdade autonomia para realizar suas tarefas	56,41%	22
É uma modalidade em que há maior interação entre professor e aluno	0,00%	0
É uma modalidade mais dinâmica e inovadora	10,26%	4
Nenhuma das alternativas	33,33%	13

Fonte: Dados dos autores

Por não precisarem deixar a residência para ir à universidade, os estudantes vivenciaram uma realidade similar à aqueles que antes da pandemia já realizavam cursos ou atividades na modalidade EaD: a de não precisar se deslocar para estudar. Nesse aspecto, observou-se que esses estudantes conseguiram ver como positivo essa nova dinâmica de se estudar. Na segunda questão, perguntou-se quanto à avaliação dos estudantes sobre as plataformas digitais utilizadas: 2) Qual é a sua opinião sobre as plataformas digitais do EaD?

**Tabela 4 :**Visão dos estudantes quanto ao uso das plataformas no Ead

<b>Opções de múltipla escolha</b>	<b>Respostas</b>	<b>Quantidade de respondentes</b>
As plataformas digitais do EaD são boas, pois elas atendem às minhas expectativas	56,41%	22
As plataformas digitais EaD são ruins, pois elas não atendem às minhas expectativas	42,59%	17

Fonte: Dados dos autores

Os resultados apontam que houve pequena diferença entre aqueles que consideram as plataformas como boas por atenderem às expectativas, comparativamente àqueles que não as consideram como satisfatórias. Muitas vezes, as expectativas relacionam-se às motivações internas e às impressões sobre o sistema.

Normalmente, aqueles que nunca tiveram uma experiência com o EaD tendem a ter a expectativa de que apenas o suporte é diferente e acreditam que apenas ocorrerá uma “adaptação” ou transferência do que é ensinado na modalidade presencial no EaD. O mesmo ocorre com os docentes. Alguns docentes tentam reportar as aulas do presencial para o EaD. Contudo, observa-se que as plataformas criadas para o EaD formulam recursos de interação para propiciar uma participação mais ativa dos estudantes, bem como exploram recursos computacionais para tentarem suprir a falta da interação face a face, haja vista que a interatividade encurta distâncias, e representa um fator preponderante para o sucesso do processo de construção do conhecimento no ensino remoto ou na EaD.

Na questão 3, pergunta-se: as plataformas são bem exploradas/ utilizadas pelos





professores? Nessa questão, a expectativa era verificar se os estudantes observam o desempenho e habilidade do professor em lidar com os recursos computacionais das plataformas na orientação e desenvolvimento das suas aulas na modalidade a distância. Os resultados indicam que a maior parte dos informantes alega que nem sempre esses recursos são explorados ou utilizados pelos docentes, o que pode levar a crer que tendem a seguir a mesma linha do presencial.

**Tabela 5** :Exploração / Utilização das plataformas pelos professores

Opções de múltipla escolha	Respostas	Quantidade de respondentes
Sim	25%	10
Não	15%	6
Às Vezes	60%	24

Fonte: Dados dos autores

Na questão 4: “Qual é a maior dificuldade enfrentada por você no EaD”? O objetivo era identificar as possíveis barreiras encontradas pelos estudantes no EaD. No quadro a seguir, pode-se observar que a maior dificuldade reconhecida pelos estudantes foi a comunicação e a interação com colegas e professores. Embora os recursos tecnológicos e computacionais como os serviços de videoconferência, tais como: Google Meet, Cisco Webex e Zoom, ofereçam a oportunidade de se trabalhar a interação com recursos de câmera de vídeo, na opinião dos estudantes a interação tanto com os colegas, quanto com os professores não se dá na mesma forma.

Em geral, entre os estudantes, observa-se que o comprometimento da interação com os colegas se dá, principalmente, nas tarefas em grupo, pela falta do contato físico. Sob esse aspecto, vale lembrar que alguns docentes utilizam recursos como o Google Docs, *Google Teams* para que os alunos possam interagir nas atividades em equipe, porém na visão dos estudantes não é da mesma forma que na modalidade presencial. Dessa forma, os resultados revelam que essa carência da comunicação e interação da modalidade presencial seja também proveniente da cultura. Nesse sentido, faz-se necessária uma mudança de paradigmas por parte das instituições de ensino para que os estudantes e professores utilizem mais esses recursos como forma de desenvolver uma cibercultura também no âmbito educacional.

Em outros termos, para que os estudantes possam se beneficiar das possibilidades que os recursos computacionais trazem para que a aprendizagem não seja comprometida em momentos como esse de pandemia, em que há a obrigatoriedade de se estudar pela modalidade não presencial. Em segundo lugar, o ambiente de estudo foi apontado pelos estudantes como algo que compromete o ensino a distância. Isso se dá, em grande parte, ao fato de não terem um espaço físico reservado para os estudos. Como o período pandêmico foi inesperado, a maioria



das famílias não se prepararam para terem aulas nas residências. Nesse sentido, a falta de um espaço adequado foi descrita pelos estudantes como um fator importante.

Ademais, com o home office, muitas empresas adotaram a alternativa de deixarem seus funcionários trabalharem de casa. Com efeito, os estudantes tiveram que conciliar os mesmos espaços e ainda, em alguns casos, o mesmo equipamento, para todos realizarem as atividades remotas. Sob esse aspecto, não se pode comparar o aluno de EaD que optou por essa modalidade por razões pessoais com os estudantes de ensino remoto, que foram obrigados a seguir a modalidade a distância, com o ensino remoto, por falta de opção, em decorrência do estado de calamidade pública que a pandemia do Covid-19 proporcionou ao mundo.

**Tabela 6:** Maior dificuldade enfrentada no EaD

Opções de múltipla escolha	Respostas	Quantidade de respondentes
Ambiente de estudo limitado	27,50%	11
Organização de tarefas	17,50%	7
Comunicação e interação com colegas e professores	50,00%	20
Qualidade da internet	5,00%	2

Fonte: Dados dos autores

Na questão 5, perguntou-se aos estudantes sobre o papel do professor nas disciplinas em EaD. Os resultados indicam que grande parte dos informantes consideram razoável a atuação do professor na modalidade a distância. Os estudantes argumentam que, grosso modo, as expectativas não estão sendo cumpridas. Sob esse aspecto, de um lado, deve-se trazer à baila que muitos docentes que atuam no ensino remoto, no cenário pandêmico atual, nunca tiveram experiência com ferramentas ou plataformas de EaD. De outro, tem-se estudantes que esperam aulas mais interativas e que, de alguma forma, assemelham-se às presenciais. Nesse contexto, acredita-se que a razoabilidade apresentada pela opinião dos estudantes pode estar relacionada a essas questões.

**Tabela 7:** Visão dos estudantes sobre a atuação do professor nas disciplinas em EaD

Opções de múltipla escolha	Respostas	Quantidade de respondentes
Bom, pois as minhas expectativas estão sendo supridas	22,50%	9
Razoável, pois algumas das minhas expectativas estão sendo supridas, porém outras não.	75,00%	30
Fraco, pois as minhas expectativas não estão sendo supridas	2,50%	1

Fonte: Dados dos autores

Na questão 6, verificou-se a opinião dos estudantes quanto à importância dos recursos computacionais no EaD. No quadro a seguir, pode-se observar que os estudantes consideram que os recursos computacionais auxiliam na obtenção de informações, facilitando a aprendizagem.

**Tabela 8:** Importância dos recursos computacionais no EaD

Opções de múltipla escolha	Respostas	Quantidade de respondentes
Facilita a interação entre professor e aluno	10,26%	4
Maior obtenção de informações das matérias abordadas pelas disciplinas, mantendo os alunos atualizados	48,72%	19
Fácil acesso aos conteúdos das disciplinas	25,64%	10
Todas as alternativas	15,38%	6

Fonte: Dados dos autores

Na questão 7, perguntou-se se o EaD supre a ausência do ensino presencial. Nessa questão, objetivou-se analisar a opinião dos estudantes sobre preferência e capacidade de substituição de uma modalidade sobre a outra. Os resultados mostram que alguns consideram que é possível, isto é, supre o que se tem na modalidade presencial. Porém, a maioria acredita que não supre. Por serem modalidades diferentes, cada uma tem as suas particularidades.

**Tabela 9:** Preferência e capacidade de substituição de uma modalidade pela outra

Opções de múltipla escolha	Respostas	Quantidade de respondentes
Sim. É possível substituir o ensino presencial pelo EaD	5,00%	2
Não. Não é possível substituir o ensino presencial pelo EaD	65,00%	26
As vezes é possível substituir o ensino presencial pelo EaD	30,00%	12

Fonte: Dados dos autores

Na questão 8, fica clara a posição dos estudantes quanto à satisfação e a opção de escolha desses quanto ao tipo de modalidade. 80% dos informantes afirmaram que não fariam novamente um curso EaD nem indicariam a outras pessoas. Isso revela que embora se tenha algumas vantagens com o ensino a distância e se compreenda a necessidade do isolamento social como o principal motivo para o emprego do ensino remoto no período pandêmico, a maioria dos informantes ainda preferem a modalidade presencial.

**Tabela 10:** Faria novamente um curso EaD ou indicaria a alguém

Opções de múltipla escolha	Respostas	Quantidade de respondentes
Sim	20,00%	8
Não	80,00%	32

Fonte: Dados dos autores

Na questão 9, objetivou-se investigar se os estudantes consideravam fácil ou difícil o acesso ao conteúdo das disciplinas. Essa questão revela que grande parte dos estudantes têm domínio das ferramentas tecnológicas e não veem dificuldades no uso delas, o que facilita os estudos na modalidade a distância. Acredita-se que isso se deve ao fato de os professores no ensino remoto buscarem usar ferramentas simples ou mesmo ao fato de os estudantes já terem certo domínio de informática.

**Tabela 11** - Acesso ao conteúdo das disciplinas na modalidade a distância

<b>Opções de múltipla escolha</b>	<b>Respostas</b>	<b>Quantidade de respondentes</b>
Sim	20,00%	8
Não	80,00%	32

Fonte: Dados dos autores

Diante do exposto das respostas do questionário, observa-se que os alunos passam por dificuldades no EaD. Tendem a enxergar o EaD como uma solução para pessoas com realidades diferentes. Além disso, os alunos possuem opiniões divididas, ou seja, opiniões tanto positivas quanto negativas sobre o EaD, bem como a utilização dos recursos computacionais por parte deles mesmos e dos professores.


## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo deste objeto de pesquisa, conclui-se que o Ensino a Distância e os recursos computacionais são grandes aliados para promover a construção de uma modalidade de ensino dinâmica e inovadora. Portanto, esta modalidade tem um grande potencial de evolução, tornando-se não só uma alternativa para suprir a ausência do Ensino Presencial, mas também uma solução para pessoas com realidades diferentes e um meio de facilitar o processo de democratização e ampliação do acesso à educação.

Como o público alvo da pesquisa foram alunos que estavam participando de uma realidade de ensino remoto emergencial, que não fora planejado para tal modalidade e que enfrentou uma série de desafios sem precedentes na história, é natural que a percepção dos estudantes com relação ao método de ensino seja deteriorada, mais ainda quando consideramos que, inevitavelmente, estes discentes estavam comparando a nova realidade com a modalidade presencial, que já não era mais possível se ter continuidade. Entretanto, um legado importante que no período de pandemia está sendo consolidado é a rápida adoção de ferramentas digitais em todo o contexto do processo de ensino e aprendizagem, não apenas para o ensino remoto, mas também metodologias que podem ser aplicadas em acréscimo aos já tradicionais métodos do modelo presencial ou em conjunto a exemplo do Ensino Híbrido, defendido por muitos autores como o futuro da educação.

Como a maioria dos discentes não conseguem fazer a devida separação entre o EaD e o ensino remoto emergencial, foi estabelecida uma visão negativa sobre a educação a distância, a caracterizando como ineficaz. Com o estudo deste artigo, espera-se propor modificações e melhorias para a Educação à Distância, para que a importância desta modalidade não fique apenas no papel, mas também em todo o contexto da educação. Nesse sentido, a aplicação da teoria à prática tornará efetivo e relevante os recursos das plataformas virtuais, facilitando a





adoção de uma metodologia por parte dos professores e instituições, fundamentais para a evolução do processo de ensino-aprendizagem. Com isso, é de extrema importância que se tenha uma política educacional consistente que destine investimentos para esta modalidade, confirmando a diminuição das diferenças sociais e a elevação do ser humano a um patamar antes impossível de se conquistar.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C.M.; CRUZ, Rafael Eduardo; LODI, I. G. Instrumentos de avaliação no Ensino Superior a Distância. **Revista Evidência**. v. 12, n. 12, 2016.

ATANÁSIO, V..; PEREIRA, F. O. R.; PEREIRA, A. T. C. Laboratório experimental para ensino de iluminação em arquitetura através de um AVA. In: Encontro Nacional De Tecnologia Do Ambiente Construído, 2006, Florianópolis. **Anais [...]**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/62749668-Laboratorio-experimental-para-ensino-de-iluminacao-em-arquitetura-atraves-de-um-ava.html>.

BELTRÁN, L. R. **Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal**. Comunicação & Sociedade, São Bernardo do Campo, IMS, ano III, nº 6, set. 1981.

CORDEIRO, K. M. A. **O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino**. 2020. Disponível em: <http://idaam.siteworks.com.br>. Acesso em: 30 maio 2021.

EUREKA. Site da Eureka. (2020). Página inicial. Disponível em: <https://eureka.pucpr.br/entrada/index.php?acao=carregando>. Acesso em: 24 Abril 2021.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.


GABARDO, P.; QUEVEDO, S. R.P de; UBRICHT, V. R. (2010). **Estudo Comparativo das Plataformas de Ensino-Aprendizagem**. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. esp., 2º sem. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/download/1518-2924.2010v15nesp2p65/15763>. Acesso em: 05 maio 2021.

FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JAIMES, E. I. G. Guía de enseñanza para el aprendizaje exitoso en educación a distancia universitaria. RIDE. **Rev. Iberoam. Investig. Desarrollo Educativo**. vol.11 no.21 Guadalajara jul./dic.2020. Epub 09-Mar-2021.

LEARNING SPACE (2020). **Site do LearningSpace**. Disponível em: <https://www.learningspacedigital.com/>. Acesso em: 24 nov. 2020.



MATTAR, J.; RODRIGUES, L. M. M.; CZESZAK, W.; GRACIANI, J. Habilidades y funciones de tutores em línea em educación a distancia. *EDUR - Educação em Revista*. 2020; 36:e217439. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698217439>.

MIELZYNSKA, J. **A construção e a aplicação de questionários na pesquisa eEduc. rev.** vol.36, Belo Horizonte, Epub July 06, 2020.

CIÊNCIAS SOCIAIS. **Revista do Programa de estudos pós-graduados.** PUCSP, São Paulo, v. 6, p.1-21, 1º sem.1998.

MOODLE. *Site do Moodle*, 2020. Página inicial. Disponível em: <https://moodle.org/login/index.php>. Acesso em: 23 nov. 2020.

ROSENBERG, Marc J. **Beyond e-learning: approaches and technologies to enhance organizational knowledge, learning and performance.** San Francisco: Pfeiffer, Salvador, 2006. ANPAD. [CD\_ROM].

TELEDUC (2020). **Site do Teleduc.** Disponível em: [http://teleduc4.multimeios.ufc.br/pagina\\_inicial/autenticacao\\_cadastro.php](http://teleduc4.multimeios.ufc.br/pagina_inicial/autenticacao_cadastro.php). Acesso em: 03 maio 2021.

TRIGUEIRO, O. M. O estudo científico da comunicação: avanços teóricos e metodológicos ensejados pela escola latino-americana. *PCLA*, v. 2, n. 2, jan./mar. 2001.



# CAPÍTULO 10

## GANHO DE PESO EM ADULTOS ATENDIDOS EM UMA CLÍNICA ESCOLA DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO EM TERESINA-PI DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

**Ilana dos Santos Sousa**, Graduanda em Nutrição, Centro Universitário Santo Agostinho, Teresina, PI

**Izabelle Christinna Goiabeira Silva**, Graduanda em Nutrição, Centro Universitário Santo Agostinho, Teresina, PI

**Brenda Lhorrana do Nascimento de Oliveira**, Graduanda em Nutrição, Centro Universitário Santo Agostinho, Teresina, PI

**Maria Tereza Rocha Duarte**, Graduanda em Nutrição pelo Centro Universitário Santo Agostinho, Teresina, PI

**Rayana Rodrigues da Silva**, Graduanda em Nutrição, Centro Universitário Santo Agostinho, Teresina, PI

**Ana Caroline de Castro Ferreira Fernandes Macedo**, Mestre em Saúde da Família pela Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí, UNINOVAFAPI. Supervisora de Estágio em Nutrição na Clínica Escola, UNIFSA, Teresina, PI

**Liejy Agnes do Santos Raposo Landim**, Mestre em Alimentos e Nutrição, UFPI. Docente do Curso de Bacharelado em Nutrição, UNIFSA, Teresina, PI

### RESUMO

O Ganho de peso é um fator de risco para várias doenças crônicas, incluindo a Obesidade. Além disso, o ganho de peso associa-se ao risco de certas limitações nas atividades do cotidiano. O presente estudo tem como objetivo relatar a experiência de um estágio realizado de forma presencial em uma clínica escola de uma Centro universitário em Teresina-PI, vivenciado pelas alunas do 8º período do curso de Nutrição de um Centro Universitário, que buscou enfatizar a relevância das consequências do ganho de peso em adultos durante a pandemia. A pesquisa foi relatada de acordo com a vivência das estagiárias, mediante o atendimento nutricional com os pacientes. Onde foi observado o aumento de peso nos pacientes atendidos na clínica escola, onde as mesmas tomaram como base o relato de 33 pacientes, onde 25 eram mulheres e 8 eram homens. Foi averiguado entre os pacientes atendidos o ganho de peso independente da classificação do estado nutricional durante a pandemia, em decorrência da sobrecarga a grande demanda do trabalho e de tarefas domésticas, ocasionando a falta de tempo para preparar sua própria alimentação, optando por alimentos de fast food. Conclui-se que a maioria dos pacientes apresentavam uma preferência por alimentos ricos em carboidratos refinados e gordura, contribuindo para o ganho de peso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ganho de peso; Coronavírus; Pandemia.

### INTRODUÇÃO

O Ganho de peso é um fator de risco para várias doenças crônicas, incluindo a Obesidade. Além disso, o ganho de peso associa-se ao risco de certas limitações nas atividades



do cotidiano (SARNO, CANELLA, BANDONI, 2014). Ressalta-se a importância do conhecimento do ganho de peso corporal e da adiposidade central no risco para a saúde. Faz-se o uso do índice de massa corporal no qual ele é utilizado como um indicador de excesso de peso global, enquanto a circunferência abdominal tem sido utilizada como indicador de obesidade central e pode ter relação com o desenvolvimento das doenças cardiovasculares, diabetes e também da morte prematura (SCHOMMER *et al.*, 2013).

A pandemia da COVID-19 está causando não só um colapso no sistema único de saúde, mas afetando sobretudo a economia nacional, global e social. O crescente número de casos e óbitos acarretam uma enorme onda de sofrimento na população, os serviços de saúde vem sendo cada vez mais sobrecarregados causando um impacto negativo na qualidade de vida e alimentar da população (PREISS *Pet al.*, 2020).

A obesidade, também considerada por si só uma pandemia tem prevalências crescentes no Brasil e exige um maior esforço da população para diminuir os índices em um cenário prévio à pandemia de COVID-19, seus prejuízos à saúde, dada a associação com doenças que levam à morte precoce, são notáveis. No atual contexto, a sobreposição das duas pandemias gera novas e alarmantes preocupações na área da saúde pública (COSTA *et al.*, 2021).

Nessa perspectiva, já há evidências científicas que comprovem a necessidade de cuidados em Unidades de Terapias Intensivas quando relacionado a pessoas portadoras de doenças crônicas não transmissíveis como a Obesidade, o que leva a constatar que a adoção de uma prática alimentar saudável e natural é de suma importância não apenas por fornecer as vitaminas, macro e micronutrientes essenciais e compostos bioativos necessários para a integridade da barreira imunológica como também por garantir a manutenção do peso adequado (MISUMI *et al.*, 2019).

A boa nutrição é um fator significativo na determinação do estado de saúde e longevidade, e isso envolve a compreensão da importância de uma alimentação adequada e equilibrada, que evolui com o tempo, sendo influenciada por diversos fatores sociais e econômicos, que interagem de maneira complexa para moldar os padrões alimentares individuais. (OPAS, 2019). Diante do exposto, o objetivo do presente estudo é relatar a experiência de um estágio realizado de forma presencial em uma clínica escola de uma Centro universitário em Teresina-PI, vivenciado pelas alunas do 8º período do curso de Nutrição de um Centro Universitário, que buscou enfatizar a relevância do ganho de peso em adultos durante a pandemia.





## METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, que traz como resultados informações referentes ao ganho de peso dos pacientes durante a pandemia da Covid-19, contribuindo para a identificação dos fatores que estão relacionados com o distúrbio, além de incentivar aos leitores a importância de possuir hábitos alimentares saudáveis.

O objetivo classificou-se como exploratório, enquanto uma tentativa de se obter uma maior correlação com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Para pesquisa dos artigos utilizados foram utilizadas as bases de dados National Library of Medicine (PubMed) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Utilizando os seguintes descritores “ganho de peso”, “coronavirus”, “Pandemia” cadastrados nos Descritores em Ciências da Saúde(Decs).

Em suma, a partir da análise de um relato de experiência e dos dados oriundos de uma experiência vivenciada pela estagiarias do 8º período de nutrição, onde as mesmas relataram o aumento de peso observados nos pacientes atendidos em uma clínica escola de um Centro Universitário em Teresina-PI, onde as mesma tomaram como base o relato de todos os pacientes atendidos desde o início do estágio até o final, onde grande maioria eram mulheres. Nessa perspectiva, concomitante a esse relato foi discutido com a literatura.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as consultas na clínica escola um dos métodos para avaliar o estado nutricional, foi utilizado o Índice de Massa Corporal (IMC) e a circunferência da cintura (CC) como um método para detectar fatores de riscos para Doenças Cardiovasculares (DCV). Dos Santos Porto *et al.* (2019) afirma que nas práticas clínicas o método mais utilizado durante o cotidiano e para avaliação em nível populacional é indicado o IMC, onde é considerado para o cálculo do peso e altura, por ser um método considerado fácil e menos invasivo e de baixo custo, sendo utilizado como o indicador de excesso de peso global. Já a CC é considerada um indicador de obesidade abdominal, além de ser uma medida que apresenta melhor correlação com o tecido adiposo visceral e tendo associação com o surgimento de doenças cardiovasculares e do diabetes melito tipo 1.

Dos pacientes que foram atendidos na clínica escola, foi averiguado durante a consulta nutricional que grande maioria tiveram um ganho de peso e encontravam-se com sobrepeso e obesidade, até mesmo os pacientes que estavam eutróficos relataram o ganho de peso, mas se



mantiveram dentro dos parâmetros da eutrofia . Quando se considerou a circunferência da cintura (CC) dos pacientes atendidos, foi analisado que a maioria das mulheres estavam com a CC com risco muito elevado para Doenças Cardiovascular (DCV), já em relação aos homens grande minoria apresentavam CC com risco elevado para DCV. Onde os valores de referência para a classificação, de acordo com Peixoto *et al.* (2006), para o IMC são considerados a classificados em:  $< 18,5 \text{ kg/m}^2$  (baixo peso);  $18,5 \text{ a } 24,9 \text{ kg/m}^2$  (normal);  $25 \text{ a } 29,9 \text{ kg/m}^2$  (sobrepeso); e  $> 30 \text{ kg/m}^2$  (obesidade, considerando a obesidade total). E já para classificação da CC segundo Lima *et al.* (2011) considerado risco elevado valores entre  $>80 \text{ cm}$  para mulheres e entre  $>94 \text{ cm}$  para homens e risco muito elevado valores maiores que  $88 \text{ cm}$  para mulheres e maiores que  $102 \text{ cm}$  para homens.

Segundo IBGE (2019), a prevalência de pessoas com excesso de peso na população brasileira era de 61,7%, sendo que há menos de dez anos esse percentual era de 43,3%. Cerca de um terço das pessoas entre 18 e 24 anos estavam com excesso de peso e entre as pessoas com 40 a 59 anos, a proporção chegava a 70,3%.O sobrepeso e a obesidade são fatores de risco para problemas como diabetes mellitus, doenças cardiovasculares, apneia do sono, refluxo gastroesofágico, colelitíase, esteatose, transtornos psicossociais, dificuldades respiratórias, osteoartrite e alguns tipos de câncer como, renal, esofágico, colorretal, de mama, próstata e ovário (WANNMACHER, 2016).

Mediante as consultas presenciais na clínica escola foi observado e analisado entre os pacientes atendidos o ganho de peso independente da classificação do estado nutricional (eutrofia, sobrepeso e obesidade) durante a pandemia, em decorrência da sobrecarga a grande demanda do trabalho e de tarefas domésticas, ocasionando a falta de tempo para preparar sua própria alimentação, optando por alimentos de fast food. Os pacientes retrataram durante a consulta nutricional que tiveram um ganho de peso durante a pandemia, devido a mudança do hábito alimentar.

No decorrer do isolamento social mudanças alimentares estão atreladas ao estado de estresse instaurado, onde ocorre a liberação do cortisol durante um período prolongado em conjunto a ansiedade, aumentando a sensação de fome. Dessa forma, os indivíduos tendem a comer mais, além de exprimirem uma busca por “alimentos de conforto” açucarados. A ingestão de carboidratos estimula a produção de serotonina que, por sua vez, apresenta um efeito positivo no humor. Nessa perspectiva, a busca por esses alimentos que além de carboidratos refinados e açucarados, também são compostos por grandes quantidades de gorduras saturadas e baixo teor de fibras, gorduras insaturadas e antioxidantes, podendo estar



relacionado ao ganho de peso (DUMÃES *et al.*, 2020).

A maior disponibilidade de acesso a alimentos industrializados auxilia o aumento do consumo de gorduras, carboidratos e proteínas, em compensação ao menor consumo de micronutrientes presentes em frutas, verduras e vegetais. Essa alimentação desbalanceada vai proporcionar um ganho de peso, além de possui fatores de risco à saúde, especialmente em um período em que o sistema imunológico pode precisar reagir. Diante dessa perspectiva, ser forçado a permanecer dentro de casa por um longo período e readaptar sua rotina habitual pode eventualmente levar a condições que refletem na dieta, ocasionando um ganho de peso (MENGIN *et al.*, 2020).

A falta da prática de atividade física entre os pacientes atendidos foi outro fator observado, a grande maioria relatou que não praticavam, outros pacientes referiram que deixaram de praticar por causa da falta de tempo, pela demanda do trabalho e por estarem ao final do dia cansados, optavam por ficar deitados, assistindo, mexendo em aparelhos domésticos e até mesmo dormir, deixando de lado exercício físico.

Situação essa confirmado na pesquisa realizada pelos autores Costa *et al.* (2021), onde a grande maioria dos brasileiros passaram a ficar mais tempo em casa e tiveram seus hábitos de vida modificados, com um destaque para mudança na alimentação e o sedentarismo, pois, a maioria das pessoas estão passando mais tempo em frente ao computador, televisão e celulares, o que acabam deixando de lado a atividade física e a alimentação saudável, o que pode levar alterações no peso corporal.

Corroborando também com observado em prática e com o estudo de Costa *et al.* (2021) a pesquisa de MALTA *et al.*(2020) referem também que durante a pandemia da COVID-19 a população brasileira diminuiu o consumo de alimentos saudáveis, diminuíram o pratica de atividade física e aumentaram o consumo de ultraprocessados, associando o consumo de cigarros e álcool, devido às restrições de distanciamento social exigida pela pandemia. Devido esse aumento de alimentos ultraprocessados e de alta densidade energética ricos em lipídios, açúcares, calorias, sal e conservantes, causando agravos para a saúde, aumentando o risco para obesidade, diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares. Sendo assim, é recomendado a orientação para a população sobre a manutenção dos hábitos alimentares associado com a pratica de atividade física durante esse período de distanciamento, principalmente aos grupos mais afetados.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário atual onde a pandemia COVID-19 assola o mundo, o isolamento trás consigo uma series de consequências que favorece para o risco de doenças cardiovasculares e aumento de peso dos pacientes observados nesse estudo, visto que o atual momento, por ser mais sensível na vida das pessoas acaba deixando a população mais suscetível de se consumir alimentos menos saudáveis, levando em consideração também o fato de ser uma alimentação mais pratica.

Por meio da consulta nutricional, observou-se uma prevalência considerável de ganho de peso em grande maioria dos pacientes, apresentando um estado nutricional de sobrepeso e obesidade, até mesmo os pacientes que estavam eutróficos relataram o ganho de peso, mas se mantiveram dentro dos parâmetros da eutrofia. Destaca-se também, a análise da circunferência da cintura (CC), onde grande maioria eram mulheres e que apresentavam risco muito elevado para Doenças Cardiovasculares (DCV). Conclui-se também, que foi analisado que a maioria dos pacientes apresentavam uma preferência por alimentos ricos em carboidratos refinados e gordura, contribuindo para o ganho de peso.

Contudo, como sugestão de melhoria da qualidade de alimentação recomenda-se uma alimentação com alimentos in natura, integrais e riscos em fibras. Além disso, o incentivo a prática da atividade física tem papel preponderante na prevenção do ganho de peso excessivo e pode constituir-se uma importante ferramenta para o estabelecimento de mudança no estilo de vida e garantia para a saúde física e qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

DOS SANTOS PORTO, T. N. R. *et al.* Prevalência do excesso de peso e fatores de risco para obesidade em adultos. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 22, p. e308-e308, 2019.

DURÃES, S. A. *et al.* Implicações da pandemia da covid-19 nos hábitos alimentares. **Revista Unimontes Científica**, v. 22, n. 2, p. 1-20, 2020.

COSTA, C. dos. S. *et al.* Mudanças no peso corporal na coorte NutriNet Brasil durante a pandemia de covid-19. **Revista de Saúde Pública**, v.55, p.01, 2021.

LIMA, C. G. de *et al.* Circunferência da cintura ou abdominal? Uma revisão crítica dos referenciais metodológicos. **Simbio-Logias**, p. 108-131, 2011.

MALTA, D. C. *et al.* A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, 2020.





MENGIN, A. *et al.* Conséquences psychopathologiques du confinement. **Encephale**, v.46, n.3, p.43-52, 2020.

MISUMI, I. *et al.* Obesity expands a distinct population of T cells in adipose tissue and increases vulnerability to infection. **Cell Rep.** v. 27, n. 2, p. 514-24, 2019.

PEIXOTO, M. do R. G. Circunferência da cintura e índice de massa corporal como preditores da hipertensão arterial. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, v. 87, n. 4, 2006.

PREISS, P. *et al.* Challenges facing the Covid-19 pandemic in Brazil: lessons from short food supply systems. **Agric Hum Values, Agriculture, Food & Covid-19**, May 2020.

SARNO, F; CANELLA, DS; BANDONI, DH. Mobile health e excesso de peso: uma revisão sistemática. **Rev Panam Salud Publica**, v.35, n.5/6, p.424–31, 2014.

SHOMMER, A. V. *et al.* Excesso de Peso, Variáveis Antropométricas e Pressão Arterial em Escolares de 10 a 18 Anos, Porto Alegre (RS), **Arq Bras Cardiol**, Rio Grande do Sul, set. 2013.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Folha Informativa Alimentação Saudável. Jun. 2019.

WANNMACHER, Lenita. Obesidade como fator de risco para morbidade e mortalidade: evidências sobre o manejo com medidas não medicamentosas. Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) no Brasil, v. 1, n. 7, 2016.

Um em cada quatro adultos do país estava obeso em 2019; atenção primária foi bem avaliada. **Agência de notícias IBGE. 2020.** Acessado em 28/05/2021: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29204-um-em-cada-quatro-adultos-do-pais-estava-obeso-em-2019>



# CAPÍTULO 11

DOI: 10.47402/ed.ep.c202156111561

## BARREIRAS E RECOMENDAÇÕES NO TREINAMENTO DE FORÇA COM IDOSOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UMA MINI REVISÃO

**Suene Franciele Nunes Chaves**, Licenciada em Educação Física, IF Sudeste MG, Campus Rio Pomba

**Ronei Vicente de Souza Fonseca**, Licenciado em Educação Física, Pitágoras Unopar

**Luciana Márcia de Lima Araújo**, Licenciada em Educação Física, FUMEC

**Renato Henrique Ferreira**, Licenciado em Educação Física, UNIPAC

**Márcio José Rodrigues da Silva**, Licenciado em Educação Física, IF Sudeste MG, Campus Rio Pomba

### RESUMO

O treinamento de força é utilizado como uma intervenção não medicamentosa para atenuar os efeitos deletérios do envelhecimento. Todavia, com as medidas restritivas da pandemia do novo coronavírus 19 (COVID-19) houve uma redução do estilo de vida ativo, principalmente entre idosos. Sabendo que o processo de senescência pode apresentar risco ao bem-estar físico e mental de idosos, bem como desencadear doenças crônicas não transmissíveis, é imprescindível entender como a síndrome respiratória aguda relaciona-se com o corpo humano, bem como quais as dificuldades e recomendações dos principais órgãos de saúde para o treinamento de força com idosos durante a pandemia de COVID-19. Portanto, o objetivo deste estudo foi investigar as barreiras e recomendações no treinamento de força com idosos durante a pandemia de COVID-19. Três bases de dados foram acessadas (MEDLINE, Scielo e Scholar). Foram incluídos artigos publicados nos idiomas português, inglês e espanhol, de janeiro a abril de 2021. Os termos “strength training”, “resistance training”, “elderly” e “covid-19” foram utilizados conectados pelo operador booleano “AND” (em português na Scielo). Todos os estudos elegíveis foram avaliados. As pesquisas nas bases de dados renderam 849 artigos potenciais, e após as análises dos critérios de elegibilidade 49 artigos foram incluídos. Foi proposto que o exercício físico realizado por 150 min, cinco vezes por semana, com intensidade moderada, combinando exercícios de força, aeróbicos e de flexibilidade pode ser o suficiente para desenvolver o sistema imunológico e melhorar a plasticidade do tecido muscular. Ademais, considerando a complexidade dos mecanismos fisiopatológicos da COVID-19 e sua relação com o processo de senescência, o acompanhamento profissional individualizado é extremamente necessário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Força muscular; Exercício físico; Senescência; SARS-COV-19.

### INTRODUÇÃO

Em 2020, a pandemia da doença coronavírus 19 (COVID-19) interrompeu as atividades diárias da população mundial (BATSIS *et al.*, 2021; BRITO *et al.*, 2021). A diminuição das rotinas diárias de atividade, o aumento de formas de ocupação menos ativas e o impacto do envelhecimento sobre os sistemas fisiológicos, tende a alterar a qualidade de vida dos idosos (BRITO *et al.*, 2021; POLERO *et*



*al.*, 2021). Neste cenário, há redução de desempenho, habilidade motora, capacidade de concentração, reação e coordenação, gerando processos de auto desvalorização, apatia, insegurança, perda da motivação, isolamento social e solidão (PATRÃO *et al.*, 2020; SOUTO BARRETO, DE; VELLAS; ROLLAND, 2021). Esses efeitos ainda podem ser exacerbados pelas medidas restritivas para conter o avanço da pandemia, uma vez que dificultam um estilo de vida ativo.

Além dos efeitos deletérios citados anteriormente, em geral, os idosos sofrem de múltiplas doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e estão em maior risco de morbidade e mortalidade pela COVID-19 (BATSIS *et al.*, 2021; BRITO *et al.*, 2021; PIPPI; FANELLI, 2021). Portanto, estratégias de treinamento domiciliar, consultorias e o desenvolvimento de programas foram amplamente discutidas no último ano (PIPPI; FANELLI, 2021; POLERO *et al.*, 2021; VANCINI *et al.*, 2021). Entre as principais atividades abordadas estão o treinamento de força, o treinamento aeróbico ou ainda o treinamento combinado (CHOI *et al.*, 2021; GENTIL *et al.*, 2021; PÉREZ *et al.*, 2021; POLERO *et al.*, 2021; VANCINI *et al.*, 2021). A justificativa dá-se pela relevância destes para saúde do idoso e aplicabilidade nos contextos de isolamento social (MEHTA, 2021; POLERO *et al.*, 2021; VANCINI *et al.*, 2021).

O treinamento de força é a principal intervenção não medicamentosa para prevenção da redução de força e massa muscular, atenuação dos efeitos de perda da densidade mineral óssea, manutenção do equilíbrio, preservação da capacidade de marcha e por consequência a redução dos casos de osteoporose, quedas e fraturas em idosos (CHOI *et al.*, 2021; GENTIL *et al.*, 2021; POLERO *et al.*, 2021). Por isso, essa modalidade de treinamento possui atenção e valorização, como uma ferramenta importante na manutenção da saúde durante processo de envelhecimento (CHOI *et al.*, 2021; POLERO *et al.*, 2021). Além dos benefícios relacionados a aptidão física, o treinamento de força pode promover melhora da condição psicológica ao aumentar o contato social, melhorar a percepção de imagem corporal e melhorar a qualidade do sono (PATRÃO *et al.*, 2020; VANCINI *et al.*, 2021). Todavia, com as medidas para conter o avanço da COVID-19 e a dificuldade de adaptação ao atendimento de forma remota para idosos, essas funções podem ser prejudicadas.

Diante deste cenário, é importante entender como a síndrome respiratória aguda grave (SARS-COV-2) relaciona-se com o corpo humano, bem como quais os impactos e ações recomendadas pelos principais órgãos de saúde para o treinamento de força com idosos durante a pandemia de COVID-19. Portanto, o objetivo deste estudo foi investigar as barreiras e recomendações no treinamento de força com idosos durante a pandemia de COVID-19.

## **METODOLOGIA**

Foi realizada busca nas bases de dados MEDLINE (Pubmed), Scielo e Scholar (Google acadêmico) utilizando os seguintes termos: “strength training”, “resistance training”, “elderly”



e “covid-19”. A busca foi realizada inicialmente com a combinação dos termos “strength training”, “elderly” e “covid-19”, e posteriormente alternando os termos “strength training” por “resistance training” em buscas distintas. Todos os termos estavam relacionados pelo operador booleano AND. Na base de dados Scielo foram utilizados os mesmos termos para busca em português: “treinamento de força”, “treinamento de resistência”, “idosos”, “covid-19”.

Por ser um assunto atual e emergente, foram incluídos artigos publicados nos idiomas português, inglês e espanhol publicados no ano de 2021. A partir da leitura dos títulos, resumos e dos artigos na íntegra, foram selecionados os artigos que continham informações sobre os impactos do treinamento de força para idosos, bem como as implicações do período de destreino. Além disso, também foram incluídos aqueles que abordassem recomendações para realização do treinamento de força durante a pandemia e/ou as relações fisiológicas estabelecidas pelo vírus da COVID-19 sobre a saúde e aptidão física de idosos. Todos os tipos de estudos foram avaliados, incluindo estudos de caso, diretrizes clínicas, mini revisões, revisões narrativas, sistemáticas e metanálises.

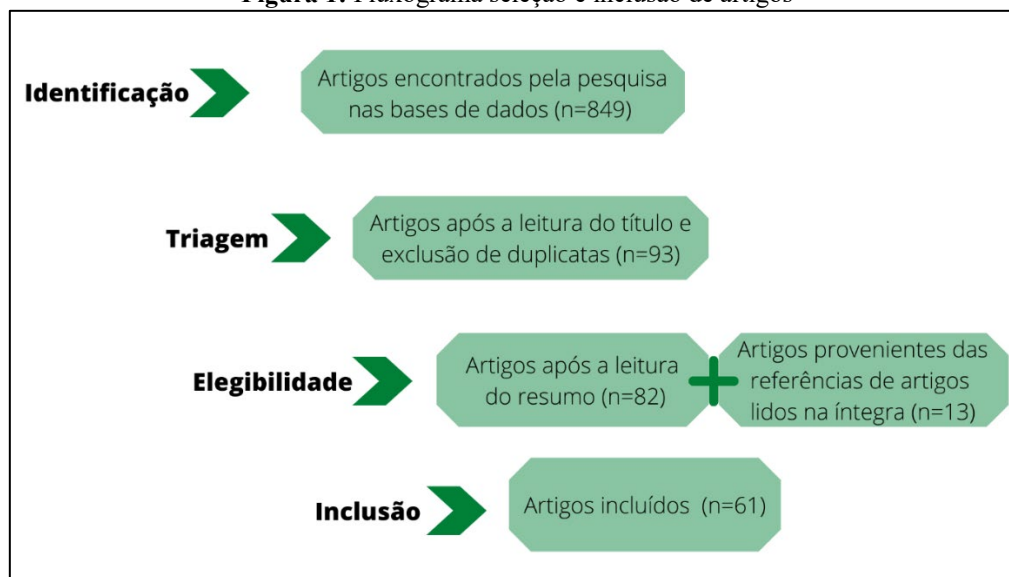
Considerando que o presente estudo trabalhou com pesquisas bibliográficas utilizando meios disponíveis a acesso público e irrestrito, conforme Resolução 466/12, que aprova as “diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos”, a pesquisa não foi submetida à apreciação do Sistema CEP/CONEP.

## RESULTADOS

As pesquisas realizadas com base nos parâmetros citados anteriormente nas bases de dados renderam 849 artigos potenciais (Figura 1). Após a leitura do título e exclusão de arquivos duplicados, 93 artigos ainda estavam elegíveis. Avançando para leitura dos resumos, mais 11 arquivos foram excluídos, totalizando 82 arquivos. Após a leitura na íntegra dos estudos, 13 artigos adicionais foram identificados a partir de listas de referência. Com base nos critérios de elegibilidade e a disposição dos textos na íntegra pelas bases de dados, 95 artigos foram acessados nesta mini revisão. Por fim, 49 artigos foram incluídos.



Figura 1: Fluxograma seleção e inclusão de artigos



Fonte: Elaborado pelos autores

## DISCUSSÃO

Atualmente discute-se amplamente sobre os impactos da doença do novo coronavírus e do sedentarismo no estilo de vida da população mundial (FURTADO *et al.*, 2021; SONZA *et al.*, 2021). Aspectos como: a relação entre os tipos de exercícios físicos e a SARS-COV-2; a importância da prática de atividades físicas durante o período de isolamento social; os impactos da inatividade física e a importância da prática orientada, são objetos de estudo ao redor do mundo. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi investigar as barreiras e recomendações no treinamento de força com idosos durante a pandemia de COVID-19. Para isso, os resultados são discutidos em 4 sessões a seguir: 1. Mecanismos fisiológicos relacionados ao treinamento de força e COVID-19; 2. Impacto da COVID-19 sobre os hábitos de vida saudáveis; 3. Importância da prática orientada; e, 4. Recomendações para o treinamento de força durante a pandemia de COVID-19.

### 1. MECANISMOS FISIOLÓGICOS RELACIONADOS AO TREINAMENTO DE FORÇA E COVID-19

O cenário da saúde a nível mundial alterou-se com o início da pandemia de COVID-19 em março de 2020, quando um vírus ainda desconhecido, começou a ser transmitido por partículas liberadas no ar através da tosse, espirro, suor ou fala (SILVEIRA, DA *et al.*, 2021). O “novo normal” durante a pandemia envolve algumas restrições como distanciamento social,



utilização de máscara e álcool em gel como forma de prevenção (BATSIS *et al.*, 2021; VANCINI *et al.*, 2021). Apesar de ser um patógeno novo, já é possível saber que o desenvolvimento da SARS – COV-2 dá-se pela interação do sistema imune com o vírus da COVID-19 (LI, X. *et al.*, 2020; SILVEIRA, DA *et al.*, 2021). Além disso, essa interação pode ser dependente de alguns fatores como genética, sexo, idade, estado nutricional e físico (LI, X. *et al.*, 2020; SILVEIRA, DA *et al.*, 2021).

Essas informações podem ser de extrema importância, ao considerar as interações que podem ser estabelecidas entre o exercício físico, idade e COVID-19. É conhecido que o exercício físico pode promover alterações a níveis físicos, psicológicos e sociais em idosos (BATSIS *et al.*, 2021; BRITO *et al.*, 2021; SOUSA, DE *et al.*, 2021). Além disso, alguns estudos reportam que é possível observar alterações no imunometabolismo, ou seja, na relação entre o metabolismo celular e o sistema imunológico (BAY; PEDERSEN, 2020; MATHIS; SHOELSON, 2011). Todavia, nem todas as alterações relacionadas ao exercício são benéficas, podendo até mesmo abrir oportunidade para novas infecções (SCUDIERO *et al.*, 2021; SILVEIRA, DA *et al.*, 2021). Sendo assim, é preciso discutir quais os possíveis mecanismos podem ser alterados com o exercício físico em idosos.

A literatura reporta que ao realizar atividade física é possível observar a alteração da imunidade inata e adaptativa (SCUDIERO *et al.*, 2021; SILVEIRA, DA *et al.*, 2021). A imunidade inata é aquela que o indivíduo já nasce com ela, enquanto a imunidade adaptativa é desenvolvida desde o dia do nascimento até o fim da vida (SILVEIRA, DA *et al.*, 2021). A imunidade inata é composta pelas células conhecidas como defensinas  $\alpha$  (neutrófilos) e  $\beta$  (células epiteliais) (SCUDIERO *et al.*, 2021). Enquanto a imunidade adaptativa é composta por células dendríticas e linfócitos (T e B) (SCUDIERO *et al.*, 2021), o que a torna mais rápida e eficaz. Uma vez que o exercício com intensidade moderada, não prolongado é realizado, é possível perceber um aumento na circulação de células anti-inflamatórias, como linfócitos, células B imaturas e monócitos, na corrente sanguínea (SILVEIRA, DA *et al.*, 2021). Todavia, a realização de exercício intensos ou extenuantes, pode diminuir a contagem de glóbulos brancos, aumentar a resposta de hormônios do estresse e de citocinas pró-inflamatórias, diminuindo a imunovigilância e aumentando o risco de infecção do trato respiratório superior (FERREIRA-JÚNIOR; FREITAS; CHAVES, 2020; SCUDIERO *et al.*, 2021). Esse evento, demarcado pela imunossupressão de células anti-inflamatórias em função do exercício tem sido reconhecido na literatura como janela de oportunidade (FERREIRA-JÚNIOR; FREITAS; CHAVES, 2020; SCUDIERO *et al.*, 2021; SILVEIRA, DA *et al.*, 2021). Sendo assim, parece



que o metabolismo apresenta um limiar imunológico (CASUSO; HUERTAS, 2021).

Para população idosa, o exercício moderado regular apresenta uma intervenção terapêutica não medicamentosa para o combate de inflamações sistêmicas, as quais podem culminar em muitas DCNT com inflamação de baixo grau que são comuns nesta faixa etária (CASUSO; HUERTAS, 2021). Os mecanismos pelos quais a inflamação sistêmica leva as inflamações crônicas de baixo grau não são totalmente elucidados, mas acredita-se que por utilizarem a mesma via metabólica uma patologia desencadeie a outra (CASUSO; HUERTAS, 2021).

A SARS-COV-2 é constituída pelo RNA de sentido positivo de linha única e pertence ao gênero betacoronavírus (SILVEIRA, DA *et al.*, 2021). Além disso, é uma glicoproteína projetada para infectar células usando a Enzima conversora de angiotensina 2 (ECA 2) como receptora de entrada (LU, R. *et al.*, 2020; ZHUANG *et al.*, 2020). Como a ECA 2 está presente em células cardíacas, pulmonares, renais, intestinais, vasculares e apresenta uma forte afinidade pela SARS-COV-2 acredita-se que a principal implicação do vírus seja nas vias aéreas inferiores (SILVEIRA, DA *et al.*, 2021).

Logo que o sistema imune percebe os padrões moleculares de patógenos são ativadas as vias moleculares de inflamação como resposta (SILVEIRA, DA *et al.*, 2021). O reconhecimento viral é feito pelas células da imunidade inata, que logo desencadeia uma cascata de eventos a nível celular pelas células do sistema imune, como citocinas pró-inflamatórias, criando a primeira linha de defesa contra infecções virais (SILVEIRA, DA *et al.*, 2021). Partindo do pressuposto que o processo de senescência já implica em inflamações crônicas de baixo grau, pode ser que idosos sofram danos secundários pela inflamação exacerbada em função da ativação do sistema imune. Entre os danos identificados estão: danos alveolares e capilares, edema pulmonar e diminuição de sua conformidade (FROTA *et al.*, 2021).

Como relatado anteriormente, o processo de envelhecimento está relacionado ao acometimento de DCNT, como obesidade, diabete mellitus tipo II, hipertensão, câncer e demais desordens metabólicas. A obesidade nada mais é que a hipertrofia e hiperplasia do tecido adiposo (MICHAILIDOU; GOMEZ-SALAZAR; ALEXAKI, 2021). Esse processo pode causar um ambiente hipóxico pela compressão da vascularização, aumento do estresse mecânico (devido ao atrito entre os adipócitos e a matriz celular), morte celular e por consequência fibrose e recrutamento de células pró-inflamatórias (FILGUEIRA *et al.*, 2021; MICHAILIDOU; GOMEZ-SALAZAR; ALEXAKI, 2021). Portanto, o perfil imunológico do



tecido adiposo muda o estado inflamatório de baixo grau para um estado inflamatório crônico que com o passar do tempo impulsiona a resistência à insulina e complicações metabólicas (MICHAILIDOU; GOMEZ-SALAZAR; ALEXAKI, 2021).

O tecido adiposo possui macrófagos inflamatórios e alta afinidade pela molécula ECA 2, que por sua vez se relaciona positivamente com a COVID-19. Por fim, a imunidade do indivíduo obeso pode instigar um quadro inflamatório mais forte com o processo de recuperação de peso por meio da imunidade treinada (MICHAILIDOU; GOMEZ-SALAZAR; ALEXAKI, 2021). Esse mecanismo, pode ainda promover uma resposta inflamatória exacerbada sobre a inflamação desencadeada pela infecção de COVID-19 (MICHAILIDOU; GOMEZ-SALAZAR; ALEXAKI, 2021). Portanto, o exercício físico pode ser um dos principais aliados contra a obesidade e atenuar os efeitos da infecção pela SARS-COV-2.

Um estudo recente demonstrou que indivíduos que realizavam 150 min de atividade física moderada ou 75 min de atividade física vigorosa por dia, apresentaram redução de 34,3% na prevalência de internações por COVID-19 em uma coorte de 938 sobreviventes (SOUZA, F. R. De *et al.*, 2020). Além disso, sintomas como ansiedade, depressão e insônia durante a pandemia de COVID-19 foram maiores com o isolamento social e redução da atividade física (VINDEGAARD; BENROS, 2020). O que demonstra a importância de estratégias de treinamento durante a COVID-19. Vale ressaltar, que a resposta imune pode diferir entre os tipos de exercícios, portanto é preciso atentar-se a atividade realizada (SCUDIERO *et al.*, 2021).

O treinamento de força é reconhecido por promover ganhos de força e hipertrofia (CASTRO *et al.*, 2021; GENTIL *et al.*, 2021). O ganho de massa magra por sua vez, pode aumentar o gasto metabólico basal e propiciar a redução do peso corporal (MICHAILIDOU; GOMEZ-SALAZAR; ALEXAKI, 2021). Outros fatores como o aumento da densidade mineral óssea, melhora do equilíbrio, produção de testosterona e alterações positivas na plasticidade muscular também já foram observados (CHOI *et al.*, 2021; GENTIL *et al.*, 2021; POLERO *et al.*, 2021). O que demonstra a necessidade do treinamento de força para o processo de envelhecimento ativo.

Uma das dificuldades para aplicação do treinamento de força durante a pandemia é a inclusão digital para idosos e a necessidade de isolamento social (LIM; PRANATA, 2021; SCHWARTZ *et al.*, 2021). Portanto, a recomendação de atividades diárias e exercícios que se aproximem do cotidiano são as medidas de maior interesse (GRANACHER *et al.*, 2021;





GUIMARÃES-FERREIRA; BOCALINI, 2020; SILVEIRA, DA *et al.*, 2021) Se possível, com acompanhamento de um familiar o trabalho do profissional de saúde poderá ser potencializado e assim, promover os resultados desejados por ambas as partes.

O que não se deve fazer é deixar que o momento dificulte o estilo de vida saudável. Seja caminhando em parques para manter a motivação (FILGUEIRA *et al.*, 2021; VANCINI *et al.*, 2021), mantendo o distanciamento recomendado, ou fazendo exercícios sem carga (FERREIRA-JÚNIOR; FREITAS; CHAVES, 2020) é preciso dar continuidade ao processo do treinamento de força. Um estudo recente demonstrou que a taxa de dias de internação é menor em quem possui maior força de pressão palmar e maior área de secção transversa do vasto lateral (GIL *et al.*, 2021). Além disso, indivíduos fisicamente ativos demonstram, menor risco de infecção (CHASTIN *et al.*, 2021), menor probabilidade de internação (BRAWNER *et al.*, 2021) e maior sucesso na adesão de anticorpos provenientes da vacinação (CHASTIN *et al.*, 2021; DAMIOT *et al.*, 2020; FURTADO *et al.*, 2021; LADDU *et al.*, 2021; SIMPSON; KATSANIS, 2020). Enaltecendo a importância que o exercício possui para prevenção e em última instância recuperação de infecções virais, como é o caso da COVID-19.

## **2. IMPACTO DA COVID-19 SOBRE OS HÁBITOS DE VIDA SAUDÁVEIS**

O comportamento sedentário e a redução dos níveis de atividade física tem sido alvo de grandes discussões entre as diversas áreas da saúde. Contudo, com as medidas preventivas contra a COVID-19, o interesse por essas áreas tornou-se ainda mais evidente. Embora os órgãos mundiais acreditem que os maiores impactos causados pelo isolamento social possam ser observados a longo prazo, a literatura científica já demonstra alguns efeitos deletérios para saúde no período atual. Foi reportado que a redução da atividade física realizada por idosos pode causar aumento da gordura intra-abdominal, perda cardiorrespiratória, atrofia muscular, alterações no metabolismo de glicose, aumento da resistência à insulina, aumento da produção de citocinas inflamatórias, redução da síntese proteica muscular e maiores índices de ansiedade e depressão (DAVIES *et al.*, 2019; MARASHI *et al.*, 2021).

No início da pandemia, em março de 2020, um monitor de frequência de passos utilizado por mais de 30 milhões de pessoas ao redor do mundo já acusava a redução da atividade física, pela queda de 7 a 38% na contagem de passos em relação ao mesmo período no ano anterior (FITBIT, 2020). Estudos recentes, corroboram esses resultados. Botero *et al.* (2021) realizaram uma pesquisa com questionário digital e reportaram aumento no tempo sentado, maiores índices



de inatividade física e aumento do número de idosos inativos com sobrepeso e DCNT. Farah *et al.*, (2021) aplicaram um questionário eletrônico e observaram que das 70,3% (1570 respostas) dos sujeitos que participaram do estudo relataram aumento da inatividade física. Além disso, um estudo realizado com italianos demonstrou que houve redução do gasto calórico semanal com caminhada (-344,4 MET.min<sup>-1</sup>) e ciclismo (-148,5 MET.min<sup>-1</sup>), bem como do tempo gasto em atividades de lazer (-48,2 min) (FÜZÉKI *et al.*, 2021).

As principais barreiras encontradas para realização da atividade física foram: relatos de preguiça e fadiga, redução do tempo, redução da motivação e falta de local ou equipamento adequado, sendo que as duas últimas representam os maiores índices (111% e 49%, respectivamente) (FARAH *et al.*, 2021). Quanto a nacionalidade, brasileiros, podem apresentar os maiores índices de dor muscular, ansiedade, estresse e risco de desenvolver doenças relacionadas ao sistema respiratório e inatividade atividade física em comparação com países europeus (França, Itália, Alemanha, Portugal e Espanha) (SONZA *et al.*, 2021). Entre as populações especiais mais propícias, a literatura reporta que estão as mulheres (DAGA *et al.*, 2021; FÜZÉKI *et al.*, 2021) e idosos (+70 anos) (EEK *et al.*, 2021).

As modalidades de exercício, também demonstraram influenciar o impacto que há sobre a inatividade física. O treinamento de força foi o que sofreu maior impacto (-30% em relação a -11% do treinamento aeróbio) (MARASHI *et al.*, 2021). Esses dados são preocupantes, uma vez que este tipo de treinamento é uma das modalidades de exercício mais prescritas mundialmente como forma de promoção de saúde e para fins estéticos (CASTRO *et al.*, 2021). Além disso, fatores como aumento da ingestão de carboidratos, compulsão alimentar e maior variação da percepção corporal também podem sofrer influência da redução do perfil de vida ativo (CASTRO *et al.*, 2021; SANTOS QUARESMA, DOS *et al.*, 2021).

Em contrapartida ao que foi exposto, há evidência de o momento da pandemia pode ser utilizado como um estímulo para prática de exercícios físicos (SITOHANG; GHANI, 2021). Um estudo realizado na indonésia, reportou que uma em cada cinco pessoas que não realizavam exercícios começaram após a pandemia. Além disso, os que já se exercitavam aumentaram a duração ou incrementaram com um novo tipo de exercício (SITOHANG; GHANI, 2021). Esses dados informam a importância da aderência aos programas de treinamento. Ainda mais, ao partir do pressuposto que, pessoas que já praticam exercícios físico possuem maior aderência a programas de treinamento mesmo durante a pandemia (DAGA *et al.*, 2021; PINELLI *et al.*, 2021), além de atenuarem as reduções em capacidades físicas e funcionais (KEMMLER; HETTCHEN; *et al.*, 2021; KEMMLER; KOHL; *et al.*, 2021; KEMMLER; SCHOENE; *et al.*,



2021). Portanto, não só em tempos de pandemia, mas cada vez mais é preciso que políticas educacionais sobre a importância da atividade física sejam implementadas pelas entidades governamentais.

Vale ressaltar, que sujeitos que praticam treinamento de força sem acompanhamento tendem a negligenciar as variáveis metodológicas de treino e padrões biomecânicos essenciais para segurança (CASTRO *et al.*, 2021). Adicionalmente, uma das variáveis que pode influenciar a aderência a rotina de exercícios são as características dos programas de treinamento (PINELLI *et al.*, 2021). Portanto, a orientação de um profissional qualificado é altamente recomendada para o sucesso e segurança do exercício físico, assunto que será abordado com maior profundidade no tópico seguinte.

### 3. IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA ORIENTADA

Inatividade, alimentação inadequada, sobrepeso, idade e condição médica subjacente podem ser fatores determinantes e comuns entre pessoas infectadas por COVID-19. Na atualidade, esses fatores de risco, principalmente a inatividade física em idosos resulta no desenvolvimento de complicações em função de DCNT (STETIC *et al.*, 2021). Além disso, o fator psicológico também é afetado pela redução ou inexistência da prática regular de exercícios físicos, principalmente durante a pandemia, demonstrando aumento em índices de ansiedade, depressão, estresse e até distúrbios do sono em idosos (MAROUFI, 2021). Sendo assim, há um impacto maior na velhice comparado as demais faixas etárias com os mesmos hábitos alimentares e de atividade física durante o confinamento devido a COVID-19.

Um dos fatores determinantes para a melhora da condição física e conseqüente melhor enfrentamento da COVID-19 é a alimentação balanceada e rica em nutrientes anti-inflamatórios e antioxidantes como, por exemplo, ácidos graxos ômega-3, vitamina A e vitamina C, que podem ser encontrados em alimentos à base de plantas (MAROUFI, 2021). A baixa ingestão de proteínas também pode elevar o risco de infecção (MAROUFI, 2021). Portanto, atentar-se aos micros e macronutrientes pode representar um papel fundamental na redução dos riscos relacionados a COVID-19 (MAROUFI, 2021). Entre os micronutrientes, estão o zinco, selênio e a vitamina D que são altamente recomendados como nutrientes essenciais (MAROUFI, 2021). Especialistas relataram uma correlação significativa entre a deficiência de vitamina D e a incidência de infecções respiratórias agudas, especialmente em pacientes com COVID-19 (MAROUFI, 2021).



A vitamina D entra no corpo através dos raios ultravioleta do sol ou de algumas fontes alimentares, como peixes e grãos, gemas de ovo e cogumelos secos (MAROUFI, 2021). Portanto, devido ao aumento de confinamentos domiciliares e consequente diminuição a exposição a luz solar, o uso de uma dieta rica em vitamina D pode elevar a função do sistema imunológico. Sendo assim, um suprimento adequado de zinco, selênio e vitamina D foi sugerido como a parte essencial para a resistência a outras infecções virais, melhora da função imunológica e redução da inflamação (MAROUFI, 2021). Pesquisas recentes também demonstraram que a prática regular de exercícios pode ser essencial para fortalecer o sistema imunológico de idosos. No entanto, alguns protocolos de exercícios não são possíveis devido a lesões articulares e musculares (MAROUFI, 2021).

Além da intensidade do exercício, o sexo e a composição corporal parecem impactar a regularidade dos exercícios físicos (STETIC *et al.*, 2021). STETIC *et al.* (2021) citam que menos de 20% dos homens mais velhos praticam alguma forma de atividade física, enquanto a população feminina tem, em média, o dobro da probabilidade de não praticar atividades físicas, especialmente quando se trata de mulheres mais velhas. Outro fator, em ambos os sexos, é o sobrepeso, ele é mais afetado pela redução ou ausência de exercícios do que o aumento da ingestão de calorias, resultando hoje em mais de 1,46 bilhões de adultos com sobrepeso (MAROUFI, 2021). Maroufi (2021) informa que pessoas obesas também são mais suscetíveis ao COVID-19 devido à presença da enzima ECA 2 que é um dos receptores para o coronavírus. Portanto, aumentar o déficit calórico por meio do exercício pode levar à redução de peso e manter um bom condicionamento respiratório e cardiovascular, o que aumenta o suprimento de oxigênio e a captação do mesmo pelos músculos e consequentemente reduz o risco de infecção por COVID-19 (STETIC *et al.*, 2021). Ainda assim, por causa das diferenças genéticas e metabólicas entre homens e mulheres, tanto na capacidade quanto na estrutura hormonal, os melhores resultados registrados do efeito da atividade física na redução de peso foram observados em homens com sobrepeso (STETIC *et al.*, 2021).

É importante observar que um dos principais fatores para a prática de atividade física é a motivação, que permite ao indivíduo praticar regularmente um programa de atividade física que terá um impacto múltiplo em sua saúde física e mental (STETIC, Lucija *et al.*, 2021). Para o idoso a atividade física permite alcançar a maior independência possível durante a execução de atividades diárias e a manter as habilidades motoras, principalmente força muscular, flexibilidade e equilíbrio (STETIC *et al.*, 2021).

Nesse sentido, o Chaabene *et al.* (2021) reporta que 10 dias de repouso na cama





resultaram em uma redução significativa na massa muscular (2%), força muscular (12,5%) e desempenho funcional (11%) em adultos mais velhos. Sendo assim, o treinamento domiciliar é um método viável e eficaz para combater o sedentarismo e diminuir o risco de problemas de saúde relacionados à inatividade em adultos mais velhos, além de ser uma estratégia eficaz para neutralizar os momentos de restrição de movimentos forçados, como os causados pelo COVID-19. De acordo com Chaabene *et al.* (2021), o treinamento de força de modo único realizado em casa resultou em efeitos moderados na força e equilíbrio muscular, enquanto o treinamento multimodal não produziu efeitos estatisticamente significativos na força muscular e equilíbrio em idosos saudáveis.

Apesar dos benefícios da atividade física domiciliar é importante o alerta que Al-Khersan *et al.* (2021) traz ao explicitar que com o aumento da prática de exercícios em casa no cenário de quarentena e políticas de distanciamento social durante a pandemia de COVID-19, houve um aumento nas lesões oculares relacionadas a exercícios recreativos com bandagem de resistência. Semelhante às lesões oculares causadas por cordas elásticas, as bandas de resistência podem causar um espectro de lesões oculares envolvendo todas as estruturas oculares (AL-KHERSAN *et al.*, 2021). Portanto, seja no campo nutricional, psicológico ou físico é preciso que seja realizado um acompanhamento profissional interdisciplinar. Pois, muitos conceitos e questões de cada uma dessas áreas podem sofrer impactos diretos e complexos devido às complicações da pandemia de COVID-19.

#### **4. RECOMENDAÇÕES PARA O TREINAMENTO DE FORÇA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19**

Na atualidade, idosos necessitam cada vez mais do auxílio de profissionais de educação física dentro de clubes, academias ou mesmo no contexto residencial para melhorar o acompanhamento e evitar o aumento dos índices de lesão. Contudo, com a falta de atendimento devido a condutas e decisões tomadas pelas autoridades pertinentes em função da COVID-19 (medidas restritivas e de distanciamento), a assistência presencial ficou prejudicada. O acesso ao ambiente estruturado para os programas de treinamentos de força utilizando equipamentos específicos, pesos livres e halteres também ficou restrito, apontando para mais um desafio para os profissionais de educação física no caminho para promoção de saúde.

Segundo Vancini *et al.* (2021) é agravante o comportamento de estilo de vida sedentária e a inatividade física em idosos, pois pode-se desencadear o aumento das DCNT, já que, 95%



das mortes por COVID-19 ocorreram em indivíduos com mais de 60 anos. Em destaque, os autores sugeriram algumas adaptações como utilização de cargas menores, bandas elásticas, peso corporal e estratégias em vários ambientes para promover ou manter os idosos ativos e evitar comportamentos sedentários, assim como, a utilização de ambientes domésticos, ambientes ao ar livre e as redes sociais (VANCINI *et al.*, 2021).

Com base na literatura científica disponível, analisa-se que o ambiente doméstico pode ser uma ótima opção para o treinamento de força em idosos para a manutenção do condicionamento físico e evitar grande parte do dia ficarem assistindo televisão ou utilizarem aparelhos celulares sentados, além de amenizar a ansiedade, o estresse emocional e a disseminação do COVID-19. Recomenda-se 150-300 min/sem de atividade física aeróbia (ex. caminhada no ambiente doméstico e ciclismo estacionário em bicicleta ergométrica) de intensidade moderada e duas sessões de atividades que envolvam treinamento de força muscular (VANCINI *et al.*, 2021).

Com base em estudos relatados, (GUIMARÃES-FERREIRA; BOCALINI, 2020, p. 47) também apresentam recomendações práticas para o treinamento de força no ambiente doméstico:

Recomenda-se a utilização de exercícios que utilizam o peso do próprio corpo, itens domésticos e, quando disponíveis, halteres e bandas elásticas. Ao se utilizar baixas cargas (30-50% de 1 repetição máxima), a realização das séries até a falha concêntrica parece ser necessária para otimizar os ganhos de força e massa muscular. A prática de exercícios físicos deve ser realizada na maioria dos dias da semana (>5 dias/semana), combinada a atividades domésticas e de lazer que envolvam a movimentação de todo o corpo. Para manutenção e/ou desenvolvimento da potência muscular, movimentos balísticos devem ser incluídos, com ou sem cargas externas (GUIMARÃES-FERREIRA; BOCALINI, 2020, p. 47)

As pessoas tiveram que mudar seus estilos de vida com a pandemia. Dentre essas, pessoas com problemas sistêmicos distúrbios neuromusculares ou falhas crônicas em idosos independentemente da idade, acamadas ou não, podem fazer exercícios para fortalecimento, na cama, para evitar agravar a deficiência da mobilidade e atrofia muscular em repouso. Portanto, Carraro *et al.* (2021) sugere “*Full-Body in-Bed Gym*” uma ginástica eficiente para melhorar a mobilidade das articulações e aumentar o fortalecimento muscular do corpo todo em geral e quando realizada regularmente, poderá até manter a independência de pessoas frágeis, assim como, aquelas que sofrem de síndromes psicológicas. Com 10-20 min numa rotina diária de exercícios físicos, fáceis e seguros que podem ativar e recuperar de fraqueza, os 400 principais



músculos esqueléticos usados para atividades de mobilidade do dia a dia<sup>5</sup>.

Em diversas situações impostas aos idosos para manterem-se protegidos durante a pandemia do COVID-19, vários estudos foram realizados para auxiliar aos profissionais da saúde que buscam atenuar os índices de inatividade física, limitações de movimento e as quedas em ambiente domiciliar desta população (BRITO *et al.*, 2021; DESPEGHEL *et al.*, 2021; FILGUEIRA *et al.*, 2021; PATRÃO *et al.*, 2020; SILVEIRA, DA *et al.*, 2021). Em uma pesquisa com idosos entre 60-72 anos, com objetivo de avaliar o equilíbrio corporal realizado de forma unipodal, na base do solo, duas vezes ao dia, durante a escovação de dentes, Granacher *et al.* (2021) sugere a importância do treinamento de força em relação as desordens dos desequilíbrios musculares. Contudo, discute a necessidade de maiores pesquisas e formas de treinamentos apropriadas para a eficácia do método e maiores progressões, destacando a melhora significativa em idosos sedentários.

Se a questão é evitar a disseminação do COVID-19, várias condições sobre exercitar ao ar livre vêm sendo muito questionadas pela população, profissionais da saúde, especialistas, governantes, principalmente no que tange aos idosos e suas comorbidades, devido ao alto risco de letalidade quando contaminados. De acordo com Vancini *et al.* (2021), é possível exercitar-se ao ar livre, porém é necessário tomar medidas de segurança (mínimo de 1m) de distanciamento das outras pessoas, evitar aglomerações, evitar troca de materiais, higienização das mãos constantemente com água e sabão ou higienizador à base de álcool (70%), uso de máscaras cirúrgicas descartáveis, entre outros, de proteção individual.

Segundo Hammami, Jdidi e Frih, (2020) felizmente muitos treinadores de força e condicionamento ou fisiologistas do exercício estão oferecendo aulas online em suas plataformas de mídia social. Os autores propõem ainda, a leitura e acompanhamento das recomendações do *American College of Sports Medicine* (ACSM), que traz recomendações para realização do treinamento de baixa intensidade, com frequência semanal de duas sessões por semana de treinamento de força e cerca de 150-300 minutos de treinamento aeróbico para a manutenção do sistema imunológico (HAMMAMI; JDIDI; FRIH, 2020).

Lim e Pranata, (2021) relatam em suas pesquisas que o acompanhamento através do apoio de internet, mídia e audiovisual com exercícios simples e seguros para fortalecimento muscular em casa, para pessoas com idade avançada e ainda, as consideradas de alto risco,

---

<sup>5</sup> Assista ao vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=N1RuG3371-Y&feature=youtu.be>



podem ser eficazes para a manutenção da saúde dos mesmos, inclusive a psicológica. Já para pessoas que foram contaminadas pela COVID-19 e se encontram em recuperação, os “exergames” são sugeridos para estimularem a motivação e a movimentação física melhorando a sensação de bem-estar (MAUGERI; MUSUMECI, 2021).

Schwartz *et al.* (2021), analisa a grande valia do atendimento para idosos e treinamento de fortalecimento corporal, através do uso da plataforma via videoconferência (zoom) durante os períodos das quarentenas. De acordo com a sua pesquisa, revela que mesmo aos desafios encontrados pela inovação ou falta de conhecimentos e habilidades dos idosos quanto a aplicação dos exercícios online, equivaleu na segurança e compreensão dos protocolos pelos participantes, numa programação de 2x/semana durante 8 semanas com exercícios que também envolviam o fortalecimento muscular (SCHWARTZ *et al.*, 2021).


Esta mini revisão de artigos científicos, encontrou várias possibilidades e condutas para auxiliar professores de educação física e profissionais da saúde em relação ao treinamento de força, reabilitação e manutenção das comorbidades durante o período de isolamento social. No mais, sabe-se que para a manutenção da força o exercício físico deve ser considerado como uma válida opção terapêutica para prevenir e interromper o declínio funcional e cognitivo de idosos (CASTILLO QUEZADA *et al.*, 2021).

## CONCLUSÃO

A pandemia da doença do novo coronavírus representa um grande desafio a população mundial por modificar os hábitos de vida diários e poder influenciar a demanda de pandemias já existentes. Quadros de obesidade, transtornos de imagem, depressão, ansiedade e DCNT podem aumentar em função dos impactos das medidas necessárias para conter o avanço da doença. Algumas organizações mundiais propuseram diretrizes para atenuação dos efeitos deletérios do distanciamento social, reportando em sua grande maioria que a praticamente regular de exercícios por 150 min, cinco vezes por semana, com intensidade moderada e combinando exercícios de força, aeróbicos e de flexibilidade podem ser o suficiente para desenvolver o sistema imunológico e melhorar a plasticidade do tecido muscular. Todavia considerando a complexidade dos mecanismos fisiopatológicos da SARS-COV-2 e sua relação com o processo de senescência, o melhor caminho é o acompanhamento profissional individualizado.

Se faz necessário e fundamental, o envolvimento da sociedade mundial com reforços na





divulgação, orientação e conscientização sobre os riscos que envolvem a redução dos níveis da atividade física e conseqüentemente, o aumento do comportamento sedentário durante o período de isolamento social. Observa-se que mudanças nos comportamentos sedentários de todas as faixas etárias durante a pandemia, estão associados às mudanças na saúde física e mental. Além disso, é evidente que movimentar-se diariamente de forma organizada, estrutura, por meio de exercícios físicos, otimiza as funções do sistema imunológico e contribui na prevenção de infecções, especialmente para as populações mais vulneráveis.

## REFERÊNCIAS

AL-KHERSAN, H. *et al.* Ocular trauma secondary to exercise resistance bands during the COVID-19 pandemic. **The American Journal of Emergency Medicine**, abr. 2021. v. 42, p. 217–220. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0735675720310597>>.

BATSI, J. A. *et al.* Promoting Healthy Aging During COVID-19. **Journal of the American Geriatrics Society**, 2021. v. 69, n. 3, p. 572–580.

BAY, M. L.; PEDERSEN, B. K. Muscle-Organ Crosstalk: Focus on Immunometabolism. **Frontiers in Physiology**, 9 set. 2020. v. 11. Disponível em: <<https://www.frontiersin.org/article/10.3389/fphys.2020.567881/full>>.

BOTERO, João Paulo *et al.* Impact of the COVID-19 pandemic stay at home order and social isolation on physical activity levels and sedentary behavior in Brazilian adults. **Einstein (São Paulo)**, 25 fev. 2021. v. 19. Disponível em: <<https://journal.einstein.br/article/impact-of-the-covid-19-pandemic-stay-at-home-order-and-social-isolation-on-physical-activity-levels-and-sedentary-behavior-in-brazilian-adults/>>.


BRAWNER, C. A. *et al.* Inverse Relationship of Maximal Exercise Capacity to Hospitalization Secondary to Coronavirus Disease 2019. **Mayo Clinic Proceedings**, jan. 2021. v. 96, n. 1, p. 32–39. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0025619620311307>>.

BRITO, L. M. S. *et al.* Physical activity, eating habits and sleep during social isolation: From young adult to elderly. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, 2021. v. 27, n. 1, p. 21–25.

CARRARO, U. *et al.* To contrast and reverse skeletal muscle weakness by Full-Body In-Bed Gym in chronic COVID-19 pandemic syndrome. **European Journal of Translational Myology**, 2 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.pagepressjournals.org/index.php/bam/article/view/9641>>.

CASTILLO QUEZADA, H. *et al.* Effects of Two Physical Training Programs on the Cognitive Status of a Group of Older Adults in Chile. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 15 abr. 2021. v. 18, n. 8, p. 4186. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/1660-4601/18/8/4186>>.

CASTRO, B. M. De *et al.* THE IMPACT OF QUARANTINE ON BODY IMAGE AND



LIFESTYLE HABITS IN RESISTANCE TRAINING PRACTITIONERS. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, jan. 2021. v. 27, n. 1, p. 16–20. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-86922021000100016&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922021000100016&tlng=en)>.

CASUSO, R. A.; HUERTAS, J. R. Mitochondrial Functionality in Inflammatory Pathology-Modulatory Role of Physical Activity. **Life**, 15 jan. 2021. v. 11, n. 1, p. 61. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2075-1729/11/1/61>>.

CHAABENE, H. *et al.* Home-based exercise programmes improve physical fitness of healthy older adults: A PRISMA-compliant systematic review and meta-analysis with relevance for COVID-19. **Ageing Research Reviews**, maio. 2021. v. 67, p. 101265. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S156816372100012X>>.

CHASTIN, S. F. M. *et al.* Effects of Regular Physical Activity on the Immune System, Vaccination and Risk of Community-Acquired Infectious Disease in the General Population: Systematic Review and Meta-Analysis. **Sports Medicine**, 20 abr. 2021. Disponível em: <<https://link.springer.com/10.1007/s40279-021-01466-1>>.

CHOI, M. *et al.* 12-Week Exercise Training of Knee Joint and Squat Movement Improves Gait Ability in Older Women. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 2021. v. 18, n. 4, p. 1–13.

DAGA, F. A. *et al.* COVID-19 nationwide lockdown and physical activity profiles among North-western Italian population using the International Physical Activity Questionnaire (IPAQ). **Sport Sciences for Health**, 4 jun. 2021. v. 17, n. 2, p. 459–464. Disponível em: <<https://link.springer.com/10.1007/s11332-021-00745-8>>.

DAMIOT, A. *et al.* Immunological Implications of Physical Inactivity among Older Adults during the COVID-19 Pandemic. **Gerontology**, 2020. v. 66, n. 5, p. 431–438. Disponível em: <<https://www.karger.com/Article/FullText/509216>>.


DAVIES, K. A. B. *et al.* Reduced physical activity in young and older adults: metabolic and musculoskeletal implications. **Therapeutic Advances in Endocrinology and Metabolism**, 19 jan. 2019. v. 10, p. 204201881988882. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2042018819888824>>.

DESPEGHEL, M. *et al.* Effects of a 6 Week Low-Dose Combined Resistance and Endurance Training on T Cells and Systemic Inflammation in the Elderly. **Cells**, 2021. v. 10, n. 4, p. 843.

EEK, F. *et al.* Self-Perceived Changes in Physical Activity and the Relation to Life Satisfaction and Rated Physical Capacity in Swedish Adults during the COVID-19 Pandemic—A Cross Sectional Study. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 14 jan. 2021. v. 18, n. 2, p. 671. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/1660-4601/18/2/671>>.

FARAH, B. Q. *et al.* Barriers to physical activity during the COVID-19 pandemic in adults: a cross-sectional study. **Sport Sciences for Health**, 27 jun. 2021. v. 17, n. 2, p. 441–447. Disponível em: <<https://link.springer.com/10.1007/s11332-020-00724-5>>.

FERREIRA-JÚNIOR, J. B.; FREITAS, E. D. S.; CHAVES, S. F. N. Exercise: A Protective Measure or an “Open Window” for COVID-19? A Mini Review. **Frontiers in Sports and Active Living**, 2020. v. 2, n. May, p. 1–6.



FILGUEIRA, T. O. *et al.* The Relevance of a Physical Active Lifestyle and Physical Fitness on Immune Defense: Mitigating Disease Burden, With Focus on COVID-19 Consequences. **Frontiers in Immunology**, 5 fev. 2021. v. 12. Disponível em: <<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fimmu.2021.587146/full>>.

FITBIT, S. The Impact Of Coronavirus On Global Activity. **Fitibit News**, 2020. Disponível em: <<https://blog.fitbit.com/covid-19-global-activity/>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

FROTA, A. X. *et al.* Functional capacity and rehabilitation strategies in Covid-19 patients: current knowledge and challenges. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, 2021. v. 54. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0037-86822021000100200&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822021000100200&tlng=en)>.

FURTADO, G. E. *et al.* Sustaining efficient immune functions with regular physical exercise in the COVID-19 era and beyond. **European Journal of Clinical Investigation**, 9 maio. 2021. v. 51, n. 5. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/eci.13485>>.

FÜZÉKI, E. *et al.* Physical Activity during the First COVID-19-Related Lockdown in Italy. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 3 mar. 2021. v. 18, n. 5, p. 2511. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/1660-4601/18/5/2511>>.

GENTIL, P. *et al.* Practical Recommendations Relevant to the Use of Resistance Training for COVID-19 Survivors. **Frontiers in Physiology**, 3 mar. 2021. v. 12, n. March, p. 1–11. Disponível em: <<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fphys.2021.637590/full>>.

GIL, S. *et al.* Muscle Strength and Muscle Mass as Predictors of Hospital Length of Stay in Patients with Moderate to Severe COVID-19: A Prospective Observational Study. **medRxiv**, 2021.

GRANACHER, Urs *et al.* The performance of balance exercises during daily tooth brushing is not sufficient to improve balance and muscle strength in healthy older adults. **BMC Geriatrics**, 17 dez. 2021. v. 21, n. 1, p. 257. Disponível em: <<https://bmcgeriatr.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12877-021-02206-w>>.


GUIMARÃES-FERREIRA, L.; BOCALINI, Danilo Salles. Detraining attenuation during the COVID-19 pandemic: practical considerations for home-based strength and power training. **Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício**, 9 maio. 2020. v. 19, n. 2, p. 47. Disponível em: <<http://www.portalatlanticaeditora.com.br/index.php/revistafisiologia/article/view/4112>>.

HAMMAMI, N.; JDIDI, H.; FRIH, B. COVID-19 Pandemic: Physical Activity as Prevention Mean. **The Open Sports Sciences Journal**, 24 dez. 2020. v. 13, n. 1, p. 120–122. Disponível em: <<https://opensportssciencesjournal.com/VOLUME/13/PAGE/120/>>.

KEMMLER, W.; KOHL, M.; *et al.* Detraining effects after 18 months of high intensity resistance training on osteosarcopenia in older men—Six-month follow-up of the randomized controlled Franconian Osteopenia and Sarcopenia Trial (FrOST). **Bone**, jan. 2021. v. 142, p. 115772. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S8756328220305603>>.

KEMMLER, W.; SCHOENE, D.; *et al.* Changes in Body Composition and Cardiometabolic Health After Detraining in Older Men with Osteosarcopenia: 6-Month Follow-Up of the Randomized Controlled Franconian Osteopenia and Sarcopenia Trial (FrOST) Study. **Clinical Interventions in Aging**, abr. 2021. v. Volume 16, p. 571–582. Disponível em:





<<https://www.dovepress.com/changes-in-body-composition-and-cardiometabolic-health-after-detraining-peer-reviewed-article-CIA>>.

KEMMLER, W.; HETTCHEN, M.; *et al.* Detraining Effects on Musculoskeletal Parameters in Early Postmenopausal Osteopenic Women: 3-Month Follow-Up of the Randomized Controlled ACTLIFE Study. **Calcified Tissue International**, 12 jul. 2021. v. 109, n. 1, p. 1–11. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/s00223-021-00829-0>>.

LADDU, D. R. *et al.* Physical activity for immunity protection: Inoculating populations with healthy living medicine in preparation for the next pandemic. **Progress in Cardiovascular Diseases**, jan. 2021. v. 64, p. 102–104. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0033062020300785>>.

LI, X. *et al.* Molecular immune pathogenesis and diagnosis of COVID-19. **Journal of Pharmaceutical Analysis**, abr. 2020. v. 10, n. 2, p. 102–108. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S2095177920302045>>.

LIM, M. A.; PRANATA, R. Sports activities during any pandemic lockdown. **Irish Journal of Medical Science (1971 -)**, 4 fev. 2021. v. 190, n. 1, p. 447–451. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/s11845-020-02300-9>>.

LU, R. *et al.* Genomic characterisation and epidemiology of 2019 novel coronavirus: implications for virus origins and receptor binding. **The Lancet**, fev. 2020. v. 395, n. 10224, p. 565–574. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0140673620302518>>.

MARASHI, M. Y. *et al.* A mental health paradox: Mental health was both a motivator and barrier to physical activity during the COVID-19 pandemic. **PLOS ONE**, 1 abr. 2021. v. 16, n. 4, p. e0239244. Disponível em: <<https://dx.plos.org/10.1371/journal.pone.0239244>>.

MAROUFI, K. Physical activity can change the physiological and psychological circumstances during COVID-19 pandemic: A narrative review. **Journal of Sports Medicine and Therapy**, 26 jan. 2021. v. 6, n. 1, p. 001–007. Disponível em: <<https://www.heighpubs.org/jsmt/jsmt-aid1051.php>>.

MATHIS, D.; SHOELSON, S. E. Immunometabolism: an emerging frontier. **Nature Reviews Immunology**, 14 fev. 2011. v. 11, n. 2, p. 81–83. Disponível em: <<http://www.nature.com/articles/nri2922>>.


MAUGERI, G.; MUSUMECI, G. Adapted Physical Activity to Ensure the Physical and Psychological Well-Being of COVID-19 Patients. **Journal of Functional Morphology and Kinesiology**, 29 jan. 2021. v. 6, n. 1, p. 13. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2411-5142/6/1/13>>.

MEHTA, Y. Rehabilitation of Patients After COVID-19 Pandemic. **Indian Journal of Clinical Practice**, 2021. v. 31, n. 10, p. 907–913.

MICHAILIDOU, Z.; GOMEZ-SALAZAR, M.; ALEXAKI, V. I. Innate Immune Cells in the Adipose Tissue in Health and Metabolic Disease. **Journal of Innate Immunity**, 13 abr. 2021. p. 1–27. Disponível em: <<https://www.karger.com/Article/FullText/515117>>.

PATRÃO, A. L. *et al.* **Promoção da saúde e estilo de vida em tempos de COVID-19.** [S.l.]: [s.n.], 2020.





PÉREZ, A. M. *et al.* Is losing weight key in times of COVID-19? 2021. n. January.

PINELLI, E. *et al.* Effects of COVID-19 Lockdown on Adherence to Individual Home- or Gym-Based Exercise Training among Women with Postmenopausal Osteoporosis. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 2 mar. 2021. v. 18, n. 5, p. 2441. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/1660-4601/18/5/2441>>.

PIPPI, R.; FANELLI, C. G. Is physical activity a necessary element during Italian coronavirus disease emergency? Yes or no debate. **Journal of Human Sport and Exercise**, 2021. v. 17, n. 4, p. 1–8.

POLERO, P. *et al.* Physical activity recommendations during COVID-19: Narrative review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 2021. v. 18, n. 1, p. 1–24.

SANTOS QUARESMA, M. V. DOS *et al.* Emotional eating, binge eating, physical inactivity, and vespertine chronotype are negative predictors of dietary practices during COVID-19 social isolation: A cross-sectional study. **Nutrition**, out. 2021. v. 90, p. 111223. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S089990072100085X>>.

SCHWARTZ, H. *et al.* Staying physically active during the COVID-19 quarantine: exploring the feasibility of live, online, group training sessions among older adults. **Translational Behavioral Medicine**, 16 mar. 2021. v. 11, n. 2, p. 314–322. Disponível em: <<https://academic.oup.com/tbm/article/11/2/314/6100668>>.

SCUDIERO, O. *et al.* Exercise, Immune System, Nutrition, Respiratory and Cardiovascular Diseases during COVID-19: A Complex Combination. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 21 jan. 2021. v. 18, n. 3, p. 904. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/1660-4601/18/3/904>>.

SILVEIRA, M. P. DA *et al.* Physical exercise as a tool to help the immune system against COVID-19: an integrative review of the current literature. **Clinical and Experimental Medicine**, fev. 2021. v. 21, n. 1, p. 15–28. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/s10238-020-00650-3>>.

SIMPSON, R. J.; KATSANIS, E. The immunological case for staying active during the COVID-19 pandemic. **Brain, Behavior, and Immunity**, jul. 2020. v. 87, p. 6–7. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0889159120305730>>.

SITOHANG, M. Y.; GHANI, M. W. The changing of sport activities in COVID-19 pandemic: do people exercise more? **Proceedings**, 2021.

SONZA, A. *et al.* COVID-19 Lockdown and the Behavior Change on Physical Exercise, Pain and Psychological Well-Being: An International Multicentric Study. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 6 abr. 2021. v. 18, n. 7, p. 3810. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/1660-4601/18/7/3810>>.

SOUSA, R. A. L. DE *et al.* Molecular mechanisms of physical exercise on depression in the elderly: a systematic review. **Molecular Biology Reports**, 17 abr. 2021. v. 48, n. 4, p. 3853–3862. Disponível em: <<https://link.springer.com/10.1007/s11033-021-06330-z>>.

SOUTO BARRETO, P. DE; VELLAS, B.; ROLLAND, Y. Physical activity and exercise in the



context of SARS-Cov-2: A perspective from geroscience field. **Ageing Research Reviews**, mar. 2021. v. 66, n. January, p. 101258. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1568163721000052>>.

SOUZA, F. R. De *et al.* Physical Activity Decreases the Prevalence of COVID-19-associated Hospitalization: Brazil EXTRA Study. **medRxiv**, 2020.

STETIC, L. *et al.* Influence of Physical Activity on the Regulation of Disease of Elderly Persons with Metabolic Syndrome. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 1 jan. 2021. v. 18, n. 1, p. 275. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/1660-4601/18/1/275>>.

VANCINI, R. L. *et al.* Recomendações gerais de cuidado à saúde e de prática de atividade física vs. pandemia da COVID-19. **Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício**, 2021. v. 20, n. 1, p. 3–16.

VINDEGAARD, N.; BENROS, M. E. COVID-19 pandemic and mental health consequences: Systematic review of the current evidence. **Brain, Behavior, and Immunity**, out. 2020. v. 89, p. 531–542. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0889159120309545>>.

ZHUANG, M. *et al.* Increasing host cellular receptor—angiotensin-converting enzyme 2 expression by coronavirus may facilitate 2019-nCoV (or SARS-CoV-2) infection. **Journal of Medical Virology**, 2 nov. 2020. v. 92, n. 11, p. 2693–2701. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/jmv.26139>>.



# CAPÍTULO 12

## AS MUDANÇAS NA GESTÃO DAS IGREJAS EVANGÉLICAS EM FUNÇÃO DO CORONAVÍRUS: UMA REFLEXÃO

**Sérgio Ricardo Siani**, Doutor em Administração pela PUC-SP, Professor Ajunto em Administração, Unifesspa

**Carmino Hayashi**, Doutor em Ciências pela UFSCar, São Carlos-SP, Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, UNIFAL

### RESUMO

O presente ensaio teórico, baseando-se em revisão bibliográfica, teve como objetivo entender as modificações ocorridas na gestão das igrejas evangélicas brasileiras com a disseminação da pandemia do Coronavírus. Já que seus templos foram fechados para evitar aglomeração de pessoas, ainda sem muito planejamento seus cultos começaram a ser transmitidos pela internet, mas as transformações não acabaram aí. Uma nova gestão precisou ser implantada. Essa reflexão é que se faz presente neste ensaio teórico, feito com revisão bibliográfica. Utilizou-se principalmente o livro “Redes de Indignação e Esperança – Movimentos Sociais” de Manuel Castells, e “História da Igreja Cristã”, de Jesse Lyman Hurlbut. E concluiu-se, que estamos diante de uma nova era que são passageiras e outras que são definitivas, além de ficar comprovado que as plataformas digitais estão sendo muito importantes na comunicação das igrejas nesse momento de pandemia e por fim, apesar de todos tipos de organizações terem sido impactadas pela Covid 19, e muitas delas não sobreviverem, a igreja parece não dar sinais que isso vá acontecer com ela.

**PALAVRAS CHAVE:** Igreja, Administração eclesiástica, Quarentena, Coronavirus, Pandemia.

### INTRODUÇÃO

Ainda que muitas pessoas não gostem de admitir, muitas vezes os números falam por si só. É o caso do impacto do coronavírus no tráfego da internet. O aumento médio de conexão em dispositivos fixos (como os smartphones) foi de 40%, mais de 290.000 downloads foram realizados do aplicativo Zoom de videochamadas, mais de 2 milhões de pessoas acessaram o app nacional Vittude, que conecta pacientes a psicólogos, e 10 TBPS (Terrabytes por segundo) de dados trafegaram pela rede digital nos momentos de maior demanda. O impacto foi tão grande que empresas como Youtube e Netflix começaram a reduzir a qualidade de imagem de seus vídeos e a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) recomendou que os provedores de internet ampliem a sua capacidade de trânsito de dados (VEJA, 2020).



O impacto foi grande nas empresas que começaram a adotar o regime de trabalho “Home Office” pedindo que os funcionários trabalhem de suas casas.

Mas e as igrejas evangélicas ? De uma hora para outro tiveram seus templos fechados em função de decretos governamentais, para evitar aglomeração de pessoas. Tudo feito de forma muito rápida, sem que desse tempo para se planejarem.

Wolff (2020) ao se referir a igreja católica explica que essa pandemia remete a todos a pensar de como se deve viver e conviver e a pensar no sentido da vida, e ainda discute-se como estamos organizados e sugere que a humanidade deve passar por uma reinvenção.

É dentro deste contexto que o presente artigo tem como objetivo entender as modificações ocorridas na gestão das igrejas evangélicas brasileiras com a disseminação da pandemia do Coronavírus.

O presente trabalho se classifica como Ensaio Teórico, lembrando o que disse Meneghetti (2011, p. 322) a respeito: “Sua força, apesar de não estar atrelada ao rigor metodológico, como acontece na produção científica, está na capacidade reflexiva para compreender a realidade.” Como técnica adotou-se a revisão bibliográfica.

A necessidade da realização desse trabalho se justifica pela relevância que a igreja evangélica brasileira tem adquirido na sociedade, vale destacar que esse segmento religioso deve superar o católico nos próximos anos, segundo as estimativas do IBGE, e neste momento de crise as igrejas evangélicas, se apresentam como uma alternativa as pessoas que se sentem enfraquecidas e vulneráveis a essa doença, oferecendo não só conforto emocional mas também ajuda assistencial (THE INTERCEPT BRASIL, 2020).

## **A GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES DURANTE A PANDEMIA DO CORONA VÍRUS.**

Quando um ano novo se inicia um otimismo invade os lares e uma perspectiva de novos ares invade as organizações, mas esse “espírito de prosperidade” em 2020 acabou logo. Nos primeiros meses, o cenário mudou, a economia que esperava um crescimento agora tem que trabalhar com a dura realidade de retração. Neste jogo um zero a zero seria um ótimo resultado. Mas essa mudança repentina tem nome: Coronavírus.

Uma recessão mundial é anunciada, segundo a organização Mundial do Comércio, o comércio global deve cair entre 13% e 32% em 2020 (SHARMA et al., 2020). Se o vírus tem poder letal sobre as pessoas, também tem sobre as empresas. O desafio de permanecer vivo é





tanto para as pessoas quanto para as empresas.

Amplamente divulgada a necessidade de distanciamento social e o distanciamento físico para se prevenir do vírus. Isso traz mudanças de comportamentos no consumo e impacta as transações no mercado. Vários estabelecimentos são afetados como restaurantes, supermercados, shopping centers, empresas de transporte, e principalmente as pequenas e médias empresas (INDRIASTUTI e FUAD, 2020; SHARMA et al., 2020).

Se tivermos que criar novos hábitos ligados a saúde e higiene, como lavar as mãos com água e sabão, evitar levar as mãos à boca, ou no rosto, evitar lugares com aglomeração de pessoas, as empresas também tiveram que se reinventar.

Contudo, isso é mais difícil para as pequenas empresas, pois elas têm menos acesso a crédito, e não têm uma matriz no exterior onde podem se socorrer financeiramente. Mas para Davidsson, (2015) as PMEs têm vantagens competitivas e podem explorar novas oportunidades com mais facilidades do que as empresas de grande porte, devido ao seu porte pequeno e sua flexibilidade.

As PMEs que são responsáveis pela maioria dos empregos no Brasil (Sebrae, 2020) e no mundo, razão pela qual os governos foram forçados a emprestar-lhes dinheiro para conseguirem atravessar esta crise sem precedentes (Sharma et al., 2020). Aqui no Brasil o Ministério da Economia tem tomado várias medidas, mas logo de imediato teve que ter duas ações: O adiamento do recolhimento dos impostos do Simples Nacional, por três meses, uma renúncia temporária da ordem de R\$ 22 bilhões e uma liberação de R\$ 5 bilhões para os bancos públicos emprestarem como aporte ao capital de giro das PMEs (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Contudo, a sustentabilidade das PMEs não pode se basear apenas nas medidas governamentais, seus proprietários têm que implementar mudanças na estratégia de seus negócios para fugir do colapso. Para Indriastuti e Fuad (2020) o uso da tecnologia é a melhor solução nesse caso.

Assim, os autores elegeram quatro preocupações que as PMEs devem ter na hora de implementarem a transformação digital em seus negócios: (1) garantir que os negócios continuem competitivos; (2) trazer eficiência nos processos de negócios. (3) Aumentar a satisfação do cliente e (4) tornar mais fácil para os executivos tomarem várias decisões estratégicas.

Como resultado as PMEs ganharam sustentabilidade se: (1) Usar as mídias sociais para



promover produtos ou empresas. Fazendo promoções por meio do marketing digital. O proprietário da PME deve monitorar o desempenho das campanhas. (2) O fluxo de caixa deve ser gerenciado com cuidado, pois pode haver atraso nos pagamentos e recebimentos. (3) Reorçamento, criar uma nova classificação de prioridades entre fornecedores, ajustando para a nova realidade do negócio. (4) Mais cuidado no monitoramento de transações comerciais, conciliar as contas bancárias, com o caixa, (5) Inventário, que antes levava mais tempo para ser feito, agora tem que ser feito em tempo real, monitorando o que deve ficar realmente em estoques, focando os custos médios dos insumos e seus preços de venda (INDRIASTUTI e FUAD, 2020).

Da mesma forma, Papadopoulos, Baltas e Balta (2020) acreditam nas tecnologias digitais para as PMEs saírem da crise, mas dão destaque para o uso de tecnologias móveis e colaborativas e a Internet, com redes de telecomunicações de última geração (por exemplo, 5 G), análise de dados grandes, inteligência artificial e social (IA) e tecnologia blockchain.

Enfim, podemos tentar olhar um lado positivo disto tudo, a pandemia de COVID-19 também é uma grande oportunidade para que as organizações se envolvam ativamente em novas estratégias, desenvolvimento de novos mercados e novos produtos, atingindo novos consumidores. Já que o mercado pós-COVID-19 será irrecuperavelmente diferente. As organizações precisarão reavaliar suas visões, missões e objetivos para explicar as mudanças em seus clientes e concorrentes, entre outras mudanças. Uma característica importante disso é o aumento exponencial na forma de se comunicar com seus clientes, e implantar uma mudança digital (DONTHU e GUSTAFSSON, 2020).

Se, por um lado, a crise do C-19 impôs um ritmo de mudanças bruscas às organizações empresariais, por outro, exigiu que essas mesmas organizações se reinventassem, apresentando inovações criando oportunidade de novos negócios, permitindo assim sobreviver à crise (SEETHARAMAN, 2020).

Quando pensamos no futuro, pensamos em empresas (especialmente as PMEs) que são mais resilientes, mais preparadas para enfrentar as incertezas do mundo dos negócios, que é um campo fértil para eventos inesperados, além de aprenderem a tomar decisões mais ágeis, ser flexível e inovadora (SHARMA et al., 2020).

## **A GESTÃO DAS IGREJAS**

A gestão de uma igreja é estudada pela disciplina Administração Eclesiástica, contudo,



se tem pouco material compilado e sistematizado, o que não permite muitas publicações científicas na área, já que para isso, seus autores são obrigados a trabalhar na fronteira da Administração, Sociologia e Teologia.

Contudo, vale destacar que pelo aspecto legal, as igrejas são organizações, e o governo não pode lhe negar reconhecimento como tal, conforme aponta no art. 44, § 1º, do código civil brasileiro (ROMÃO, 2008).

## **A TRANSFORMAÇÃO NA GESTÃO DAS IGREJAS CRISTÃS EM FUNÇÃO DO CORONAVÍRUS**

### **A NOVA COMUNICAÇÃO NA IGREJA**

Mas a partir de março de 2020, com a pandemia do Coronavírus espalhada pelo Brasil, as igrejas foram orientadas a não ter cultos presenciais, para não haver agrupamento de pessoas. Então estabeleceu-se um problema, visto que as igrejas tinham no seu culto dominical a orientação para todos seus membros, além de dependerem da arrecadação feita nesses cultos para a sua manutenção e sobrevivência.

A solução que foi apresentado de imediato, foi a transmissão dos cultos de forma virtual, transmitidas por “lives”, ou seja fazer transmissões “ao vivo” se utilizando de recursos de informática e postados nas redes sociais. Vale destacar que tudo isso teve que ser aprendido de forma muito rápida e de forma abrupta, sem muito tempo para planejamento mais detalhado.

O Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC faz uma reflexão sobre o momento atual, que as igrejas estão passando:

Cada comunidade foi se reinventado com o desejo de oferecer alento e fortalecimento aos fiéis. Essa é uma nova linguagem que muitos ignoravam e ou não desejavam experimentar. Mas dentro dela as pessoas passaram a realizar “encontros” de oração, aconselhamento, em que o toque ausente fosse pelo menos experimentado virtualmente. Talvez seja por isso que acreditamos não ser uma ação que substituirá o culto presencial. Estamos buscando superar tal contexto, mas ansiosos para o reencontro do abraço, do beijo, do cheiro, do aperto de mão! (CONIC, 2020).

Manuel Castells (2017, p. 171) se referindo aos diversos movimentos sociais que aglutinaram milhares de pessoas em diversos países lutando por seus direitos lembra o poder que as redes sociais tem: “Esse novo sistema de comunicação não é apenas a internet, mas as redes sociais digitais nela baseadas e a comunicação sem fio, que eclodiram na última década”. Ele (2017) destaca ainda que o Friendster, foi o primeiro site de rede social relevante, e foi criado em 2002, já o Facebook em 2004 e o Twitter em 2007, e agora muitos se espalham agora



pelo planeta.

Assim, ao ver as “lives” ou seja as transmissões on line pela internet, muitas pessoas que não tinham voz na igreja, agora aparecem nas tais transmissões. Então, parece que as igrejas estão deixando uma estrutura mais verticalizada para conhecer uma estrutura mais horizontal, isso inclui uma descentralização das decisões. Motta e Bresser-Pereira (1980) lembram que do ponto de vista administrativo a centralização ou descentralização do poder decisório é muito importante na organização, não só do ponto de vista geográfico, mas principalmente pelo seu aspecto funcional.

Agora nessa nova fase vários subordinados se tornaram protagonistas, visto que seus líderes, por serem de uma geração que não domina as ferramentas tecnológicas, terceiriza esse trabalho para a geração mais nova, e fica com a sensação de perda do controle. Contudo, não parece que exista outra alternativa, a não ser gerenciar essa terceirização interna.

Castells (2017) lembra que as pessoas quando ficam entusiasmadas (como no caso da igreja), e conectados em redes, passando pela fase inicial do medo, se transformam num ator coletivo consciente. Razão pela qual acreditamos que as igrejas evangélicas estejam conhecendo novos protagonistas.

O mundo digital chegou e existe ganhos e perdas com isso. Se por um lado o mundo está conectado e existe a possibilidade de acessar uma igreja além da região geográfica das pessoas, por outro lado, as igrejas passam a conversar com os nativos digitais, ou seja a geração que nasceu com o computador no colo, que até então não “frequentavam” as igrejas virtuais.

Ainda, Wolff (2020) discute a igreja virtual, usando ferramentas digitais, como Zoom, Hangout e Teams, e chama a atenção para essa comunicação na igreja católica:

Esses recursos são mais que ferramentas para reuniões e meios de comunicação, eles dão à igreja uma nova configuração, aliás já bem experimentada muito antes da pandemia por quem investe na igreja eletrônica, midiática, virtual. Nesses meios estão principalmente quem exerce ministérios ordenados e, sobretudo, pessoas jovens, cativadas por tudo o que aparece na tela. Agora essa é a principal forma – se não única nos meios urbanos – que as paróquias encontram para manter alguma programação pastoral. Acredita-se que, mesmo na celebração virtual, a comunhão espiritual é real – não, porém, sem considerável confusão entre “participar” e “assistir” a liturgia. De um lado, é verdade que esses meios possibilitam à igreja a transmissão de orientações práticas e do consolo espiritual, com significativa possibilidade de uma recepção que sustente a fé e a esperança das pessoas. A oração, na forma do culto litúrgico, da leitura e meditação da Bíblia, do terço, ou outra, combate a aflição e a angústia existencial causada pela pandemia (WOLFF, 2020, p. 632).

## **OUTRAS TRANSFORMAÇÕES TRAZIDAS PELO PERÍODO PANDÊMICO**

Ainda uma outra grande transformação está na figura do líder da igreja, no caso das





igrejas evangélicas do seu pastor principal, que necessariamente não precisava ser um gestor, mas agora, com essa pandemia, se viram obrigados a se reinventarem, e eles a se tornarem gestores da noite pro dia. Se algumas áreas da igreja foram terceirizadas outras passaram a ser cuidadas mais de perto, pelo instinto de sobrevivência. Esse é o caso das finanças.

Contudo, me parece que essa sobrevivência divide as igrejas evangélicas em dois times:

O primeiro, se uma igreja for pertencente a uma denominação, ou seja, estão debaixo de uma mesma bandeira, pertencente a uma mesma organização religiosa, num sistema estrutural parecido com o que matriz e filiais, essa igreja deve sofrer menos, pois se socorrem mutuamente. Mas se ela for independente, ou seja, não está subordinada a nenhuma outra, provavelmente ela tem menos alternativas de socorro, dependendo apenas e exclusivamente da doação dos seus membros e tenha que passar por maiores dificuldades.

Se uma organização sabe o que é passar por dificuldades em sua história, essa é a igreja cristã. Durante mais de 2.000 anos de história ela passou por vários abalos, mas conseguiu levar sua visão para o mundo todo (HURLBUT, 2002).

Desde o tempo dos apóstolos, dirigida por Pedro, Paulo e outros discípulos de Jesus, ela vem enfrentando problemas. Basta lembrar o maior Império de todos os tempos, o Império Romano, a perseguiu por mais de 200 anos, e não conseguiu destruí-la (HURLBUT, 2002).

Agora já mais organizada, e contando com um quadro de voluntários, ela está mais bem preparada para enfrentar os desafios contemporâneos.

Seus líderes contam com o voluntariado de pessoas capacitadas em administração, mas mesmo assim tiveram que mergulhar num assunto que aparentemente não tinha essa dimensão que passou a ter, a sua gestão.

Vale salientar que essa transformação, que aparentemente é negativa, e causa desconforto, a curto prazo, deve se reverter em um grande benefício a longo prazo, pois dotou a liderança de uma habilidade não percebida ou necessária durante muitos anos.

Michael Oh (2021) recorda a necessidades de uma missão global na era pós-COVID-19. Para ele esses dias de pandemia são bem produtivos e as possibilidades aceleraram, para tanto ele destaca a necessidade de líderes criativos e mais ousados que tenham uma visão estratégica da missão da igreja e possam construir uma comunidade visando o futuro. Para tanto ele entende que será necessário desenvolver habilidades para resolver 3 grandes necessidades da igreja:



A necessidade da colaboração – para desenvolver discípulos, ninguém imagina que isso será feito por alguém de forma isolada, mas em meio as dificuldades impostas pela Covid-19, principalmente pelo fato da quarentena, onde as pessoas são incentivadas a ficar em casa, e nem enviar missionários, há necessidade de um novo aprendizado, pois a necessidade de levar esperança às Nações se tornou proeminente.

A necessidade de liderança – Segundo ele (2021) existe a necessidade de líderes e não só de gerentes, apesar de muitas pessoas preocupada em voltar ao velho normal, a necessidade atual é de despertar uma geração com líderes inovadores, com ousadia e espírito empreendedor, criativos, que encarem o momento não como uma crise onde não se pode fazer nada e sim como uma oportunidade de evangelizar as pessoas.

A necessidade de manter uma perspectiva global – Lembrando que a crise não é nacional ou regional, mas sim global, e não perder de foco essa perspectiva, já que os cristãos tem uma identidade comum a todos no mundo, pertencerem ao corpo de Cristo.

As finanças obviamente sofreram grande impacto. Com uma arrecadação menor. Mas o papel de gestor faz com que elas procurem encontrar um novo equilíbrio, ainda que elas não visam lucro, com uma arrecadação menor será necessário rever suas despesas, nesse novo momento.

Oliveira (2020) lembra que as finanças das igrejas foram atingidas, e tiveram uma arrecadação menor, contudo, isso não impede que se faça várias ações que nesse momento poderiam pensar com criatividade e desenvolver ações solidárias, como apoiar as pessoas que perderam entes queridas e estão chorando, apoiar redes solidárias, desenvolver atividades para vizinhos idosos e pessoas de risco com dificuldade de locomoção, e ainda confeccionar máscaras de proteção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente reflexão não teve a intenção de esgotar o assunto, tão complexo em sua essência. Mas ao que tudo parece, duas certezas podem ser extraídas.

A primeira convicção que essa reflexão nos trás, é sobre mudanças que são passageiras e outras que são definitivas. Mas no caso das igrejas parece que as mudanças vieram pra ficar. Em alguns casos elas já vinham transmitindo seus cultos com a plateia presente, essas sofreram menos impacto. Em outros casos tiveram que começar a fazer o que não sabia do dia pra noite,



ou seja transmitir um culto, sem nunca ter feito isso, essas sofreram mais.

Ainda, ficou claro que as plataformas digitais se transformaram em um importante meio de comunicação para as igrejas, e isso talvez tenha contribuído para uma melhor reflexão das pessoas sobre seu papel na sociedade, já que a euforia dos cultos presenciais não mais estavam acontecendo.

A terceira é que na história nunca houve uma organização que conseguiu sobreviver com tanta convicção do que a igreja. Hoje todas as organizações passam pela dúvida se vão sobreviver após a pandemia do Coronavírus. Inexplicavelmente, aos olhos naturais, a igreja não. Ela tem absoluta convicção que vai sobreviver. E vai mesmo.

## REFERÊNCIAS

APEC. (2002). Profile of SMEs and SME issues in APEC 1990–2000. Singapore: APEC Secretariat, **World Scientific Publishing**, 2002.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 2017.

CONIC. Disponível em: < <https://www.conic.org.br/portal/noticias/3492-o-papel-das-igrejas-na-pandemia-a-fe-crista-nao-e-um-amuleto>>. Acesso em 25 de Abril de 2020.

DAVIDSSON, P. Entrepreneurial opportunities and the entrepreneurship nexus: A re-conceptualization. *Journal of Business Venturing*, 30(5), 674–695, 2015.

DONTHU, Naveen; GUSTAFSSON, Anders. Effects of COVID-19 on business and research. *Journal of Business Research*, v. 117, p. 284, 2020.

HURLBUT, J. L. **História da Igreja Cristã**. São Paulo, Ed. Vida, 2002.


IBGE. **As Micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil : 2001** / IBGE, Coordenação de Serviços e Comércio. – Rio de Janeiro : IBGE, 2003.

INDRIASTUTI, Maya et al. Impact of Covid-19 on Digital Transformation and Sustainability in Small and Medium Enterprises (SMEs): A Conceptual Framework. In: **Conference on Complex, Intelligent, and Software Intensive Systems**. Springer, Cham, p. 471-476, 2020.

MAZZAROL, TIM; REBOUD, S. **Small business management**. 4. Edition. Tilde Publishing, 2020.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico?. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba , v. 15, n. 2, p. 320-332, Apr. 2011 .

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Portal do Ministério da Economia. Disponível em < <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>>. Acessado em 10 de Julho de 2020.



MOTTA, F. P.; BRESSER-PEREIRA L. C. **Introdução à Organização Burocrática**. São Paulo: Editora Thomson - 2a. edição revisada. Primeira edição, 1980.

OH. 3 necessidades da missão global na era pós-COVID-19. Disponível em <<https://lausanne.org/pt-br/sobre-pt-br/blog-pt-br/3-necessidades-da-missao-global-na-era-pos-covid-19>>. Acesso em 10 de Junho de 2021.

OLIVEIRA, Márcio Divino. Cuidado pastoral da Igreja em tempos de pandemia: Covid-19. **Caminhando**, v. 25, n. 1, p. 257-276, 2020.

PAPADOPOULOS, Thanos; BALTAS, Konstantinos N.; BALTA, Maria Elisavet. The use of digital technologies by small and medium enterprises during COVID-19: Implications for theory and practice. **International Journal of Information Management**, p. 102192, 2020.

ROMÃO, Valdo. Manual do Terceiro Setor e Instituições Religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal. 2008.

SHARMA, Piyush et al. Managing uncertainty during a global pandemic: An international business perspective. **Journal of Business Research**, v. 116, p. 188-192, 2020.

SEBRAE. Portal do Sebrae. Disponível em <<https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acessado em 10 de Julho de 2020.

SEBRAE b. Portal do Desenvolvimento do Sebrae. Disponível em: <<https://portaldodesenvolvimento.sebrae.com.br/sebrae-aponta-que-pequenas-empresas-geram-mais-empregos-no-brasil/>>. Acessado em 08 de Julho de 2020.

SEETHARAMAN, Priya. Business models shifts: Impact of Covid-19. **International Journal of Information Management**, v. 54, p. 102173, 2020.

SHARMA, Piyush et al. Managing uncertainty during a global pandemic: An international business perspective. **Journal of Business Research**, v. 116, p. 188-192, 2020.

STOREY, D. (1994). *Understanding the small business sector*. London/New York: Routledge.

THE INTERCEPT BRASIL. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/04/14/coronavirus-igrejas-evangelicas>>, Acesso em 01 de Março de 2020.

TONGE, J. (2001). *A review of small business literature part 1: Defining the small business*. Manchester Centre for Corporate and Public Affairs, Manchester Metropolitan University Business School.

VEJA. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/tecnologia/as-mudancas-nas-relacoes-humanas-por-cao-da-pandemia-de-coronavirus/>>. Acesso em 02 de Março de 2020.

WOLFF, Elias. Igreja católica e fé cristã em tempos de coronavírus/covid-19. **Estudos Teológicos**, v. 60, n. 2, p. 627-648, 2020.





# CAPÍTULO 13

## FAZER PESQUISA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CONSTRUÇÕES E (DES) CONSTRUÇÕES

**Tuany Inoue Pontalti Ramos**, Ma. em Educação, UCDB  
**Juliana Campos Francelino**, Ma. em Educação, UCDB  
**Henrique Resende Untem**, Me. em Educação, UCDB

### RESUMO

O presente artigo é resultado das pesquisas realizadas durante o Mestrado em Educação concluído no ano de 2021, e teve por objetivo discutir o período de pandemia e isolamento social e as implicações sofridas na continuidade dos estudos através das narrativas. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico, com narrativas autobiográficas sobre o desenvolvimento da pesquisa de campo, bem como dos estudos realizados durante a pandemia, apontando as dificuldades e as possibilidades encontradas ao longo do caminho. Discutimos sobre três trabalhos, intitulados: “O cotidiano das crianças em tempos de pandemia: (des) construções; Metodologias ativas na formação do professor: uma discussão a partir das pesquisas realizadas no Brasil e Currículo: possibilidades interculturais”. Consideramos que apesar da pandemia, foi possível finalizar os nossos estudos dentro dos prazos estabelecidos, mesmo diante as adversidades encontramos estratégias para seguir com a pesquisa. Acreditamos que o curso do Mestrado é apenas um grande passo no nosso processo formativo e que precisamos continuar em busca de aprimoramentos, sempre trocando e adquirindo conhecimentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pandemia. Pesquisa. Narrativas autobiográficas.

### INTRODUÇÃO

Cada sujeito trilha seus caminhos e constrói suas histórias através das experiências que vivemos. Para Connelly e Clandinin (2001) ao viver e contar nossas histórias vamos nos (re)afirmando e nos modificando. O presente trabalho o período de pandemia, bem como o isolamento social e as implicações para dar continuidade nos estudos durante o curso de mestrado. Para isso utilizamos narrativas autobiográficas (Utilizamos a primeira pessoa do plural neste texto por fazermos menção de nossa própria história e trajetória), sendo assim possível a (re)construção da identidade pessoal ou coletiva.

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico, com narrativas autobiográficas sobre o desenvolvimento da pesquisa de campo, bem como dos estudos realizados durante a pandemia, apontando as dificuldades e as possibilidades encontradas ao



longo do caminho dos três autores.

Acreditamos que as narrativas autobiográficas como campo teórico e de estudo, podem promover reflexões significativas acerca da docência, abordando as experiências vividas pelos autores no campo da pesquisa científica.

Esses tempos de dificuldades a qual fizemos parte, nos mostra como somos frágeis e vulneráveis diante de um vírus que sequer podemos ver, sentir ou tocar. Essa pandemia permitiu nossa transformação como seres, fez com que nos preocupássemos com o próximo, sem ao mesmo estar próximo.

Esse cenário serviu e ainda serve para compreender como todos os pesquisadores são indispensáveis para a nossa sobrevivência, como o professor sobretudo faz-se necessário em todos os cenários que estejamos enfrentando. Mesmo que Freire (2016) não esteja se referindo ao momento pandêmico, sua reflexão se mostra atual e pertinente, “sua presença na sala é de tal maneira exemplar que nenhum professor ou professora escapa ao juízo que dele ou dela fazem os alunos. E o pior talvez dos juízos é o que se expressa na ‘falta’ de juízo. O pior juízo é o que considera o professor uma *ausência* na sala”. (FREIRE, 2016; grifo do autor).

## TEMPOS INCERTOS

No ano de 2019 o mundo se deparou com um novo vírus, a COVID-19, que exigiu dos cientistas estudos para entendê-lo e medidas de controle que visavam a redução dos números de vítimas, aliado a essas medidas a busca emergente por uma vacina capaz de amenizar as consequências do vírus. Diante desse cenário a Organização Mundial da Saúde recomendou o isolamento social, o uso de máscaras, e reforçou quanto aos hábitos de higiene que deveriam ser realizados sempre que possível, além de evitar a aglomeração nos diferentes espaços sociais. (PIMENTEL, JÚNIOR e CARDOSO, 2020).

Assim como em outros locais, no início do ano letivo de 2020, a cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, foi marcada pelo isolamento social devido a COVID-19, com a intenção de controlar a propagação do vírus. De acordo com decreto elaborado pela Secretaria Estadual de Educação, Resolução/SED n. 3.745, de 19 de março de 2020 as aulas foram suspensas na Rede Estadual de Ensino e o Decreto nº 14.195 de 15 de março de 2020, publicado no Diário Oficial de Campo Grande – MS, n. 5.85/2020 suspendeu as aulas da Rede Municipal de Ensino - REME.



Com as exigências sanitárias, numa tentativa de diminuição a contaminação e a propagação do vírus, todos tiveram que se adaptar.

[...] pela primeira vez desde sua existência, todas as escolas foram obrigadas a fechar de vez. Ficamos todos subitamente sem escolas, no Brasil e no mundo. Em um sentido, então, o vírus decretou uma morte, pelo menos temporariamente, das escolas: as deixou sem vida interna, sem cheiros, sabores, sem ar. Contudo, ao mesmo tempo, até os mais críticos da instituição escolar, pudemos perceber o que não percebíamos, pelo menos, com a clareza que a pandemia nos oferece, pois devemos também aceitar que a pandemia tem a potência de mostrar tudo mais claramente. (KOHAN, 2020, p. 5).

Na busca por estratégias de controle da COVID-19, os governantes determinaram que, de acordo com a Resolução/SEMED n. 203, de 6 de abril de 2020 as aulas da REME passaram a serem desenvolvidas em casa com as famílias auxiliando os filhos no ensino remoto, as aulas *on-line*. Dussel (2020, p. 9; tradução nossa) aponta que: “O que se pôde observar é que nas primeiras semanas de emergência houve uma tendência a distribuir tarefas, com o intuito de ocupar o dia das crianças e, também, de se proteger de possíveis críticas de negligência dos professores.”.

Bigarella, Brito e Maciel (2020) reforçam ainda quanto ao acréscimo de tarefas aos profissionais da educação, “Essa situação, transforma os professores em organizadores de tarefas, contrapondo-se com a função emancipatória do trabalho docente. Esta mesma situação ocorre em casa, mães e pais, sem formação docente, estão sendo impelidos para a educação doméstica precarizada.” (BIGARELLA; BRITO; MACIEL, 2020, p. 5).

Essa mudança no processo de escolarização das crianças pode causar danos na aprendizagem, pois consideramos que a maioria famílias não têm a formação adequada para ensinar os filhos, ou mesmo, condições sociais e estruturais para manterem os estudos em casa, pois “[...] assim sendo, deve-se considerar os recursos disponíveis, aos docentes e alunos, tanto em termos de tecnológicos quanto humanos, como a necessidade de um adulto para auxiliar a criança, no que se refere às habilidades necessárias ao manuseio dos dispositivos [...]”. (LUDOVICO, *et al.*, 2020, p. 62).

Neste sentido, faz-se necessário analisar os contextos sociais de todos os envolvidos, para analisar a continuidade dos estudos nesse formato, de forma que não haja nenhuma exclusão e sim, inclusão para que os alunos possam dar seguimento aos seus processos de aprendizagem para não perderem o ano letivo.

Ademais, as formas de ensino presente nos círculos familiares podem ser insuficientes para o cumprimento das demandas presentes na escola, pois como mencionamos, esses pais podem ter ou não ter a formação necessária para auxiliar os filhos nas atividades propostas,



sendo necessário e indispensável que a escola e a equipe pedagógica auxiliem de forma efetiva essas famílias. Ludovico *et al.* (2020) ressaltam que:

Apoio que pode acontecer em forma de dicas e orientações direcionadas com o objetivo de ampará-los para que consigam acompanhar e auxiliar seus filhos na execução das tarefas. Além disso, as famílias podem não ter infraestrutura para manter um ou mais filhos em aulas síncronas on-line ao mesmo tempo, por exemplo. Ademais, para ambos, pais e professores, ainda existe a questão do tempo, pois com o distanciamento físico, em casa, conseqüentemente, acumulam-se novas tarefas. (LUDOVICO *et al.*, 2020, p. 62).

Nesta perspectiva, surgem alguns questionamentos: “Os estudantes estão conseguindo aprender? Os professores estão conseguindo trabalhar os conteúdos de maneira eficaz? O que será feito com o estudante que não possui recursos para estudar? Ou mesmo, o processo de aprendizagem está sendo significativo para os estudantes? E o bem-estar dos professores?” Esses são pontos para pensarmos a educação no cenário pandêmico.

#### “AOS TRANCOS E BARRANCOS”


Passamos pela pesquisa de campo, bem como diz o ditado popular: “aos trancos e barrancos”. Não foi um período fácil, tivemos momentos solitários, que exigiram estudos e dedicação, mas nos mostrou o quanto podemos crescer, se não desistirmos dos nossos sonhos. Logo, o presente trabalho é resultado das pesquisas realizadas durante os estudos no mestrado em Educação iniciado em 2019 e concluído no ano de 2021.

Discutir sobre o nosso processo de formação, abordando as experiências que tivemos ao longo do caminho, pode determinar as futuras escolhas dos leitores, que possivelmente almejam aprimorar os conhecimentos que possuem. Logo, dialogar com os aspectos dessa trajetória, conforme Hagemeyer (2014) tem-se:

Os professores, como participantes e protagonistas das transformações contextuais e culturais contemporâneas, enfrentam processos inusitados de mudança em sua profissão, que têm requisitado mais das ciências coadjuvantes na formação para a educação escolar, e que têm oferecido suporte teórico às propostas curriculares e à função docente. Caracterizar as influências dos processos culturais nas práticas dos professores implica assim, considerar o lugar de onde falam, no embate entre valores morais tradicionais da modernidade, nos quais foram formados, e diante de novas necessidades da transição histórico cultural que atravessam [...]. (HAGEMEYER, 2014, p. 440).

Neste sentido, dialogamos sobre uma parte do percurso no curso de mestrado em Educação, apontando os contextos de onde estamos inseridos, bem como as dificuldades e as possibilidades encontradas nas narrativas que descrevemos. Catani, Bueno e Sousa (2000) compreendem que:





O estímulo à construção de narrativas autobiográficas que favoreçam a explicitação das formas pelas quais se vivencia e se concebe a própria história de formação e suas múltiplas relações com as pessoas e os espaços que a conformaram pode constituir um recurso inestimável às reflexões acerca da natureza dos processos formadores e das intervenções que neles se fazem. (CATANI; BUENO; SOUSA, 2000, p. 169).

Analisando o percurso do desenvolvimento no curso possibilitamos diferentes reflexões acerca da docência, para nós, enquanto autores e para os leitores. Dessa forma, retomamos os processos pelos quais passamos na trajetória profissional. Sousa (2014) aponta que:

No campo educacional brasileiro, as pesquisas (auto)biográficas tem se consolidado como perspectiva de pesquisa e como práticas de formação, tendo em vista a oportunidade que remete tanto para pesquisadores, quanto para sujeitos em processo de formação narrarem suas experiências e explicitarem, através de suas narrativas orais e/ou escritas, diferentes marcas que possibilitam construções de identidades pessoais e coletivas. (SOUSA, 2014, p. 40)

É importante ressaltar que as limitações de trabalho impostas pela pandemia da COVID-19, não foram restritas aos profissionais da educação, mas sim a todos os segmentos e atividades laborais. Fato é que para dar prosseguimento aos estudos e conseqüentemente a nossa formação foi necessário adaptar-se as novas realidades presente no mundo.

## **DIFICULDADES E POSSIBILIDADES**

Quando achávamos que as aulas iriam retornar, foi decretado outro período de suspensão das aulas, portanto as escolas continuariam fechadas e não seria possível desenvolver as pesquisas de campo nas instituições previstas. Diante desse cenário, aguardamos o máximo possível para dar continuidade aos nossos estudos.

Nesse momento ficamos preocupados com nosso desempenho e a qualidade final das pesquisas, afinal o curso de mestrado tem um prazo limitado e por sermos bolsistas era necessário a conclusão das pesquisas dentro do prazo estipulado pelo programa. Desse modo tivemos que encontrar uma estratégia de seguirmos com a pesquisa.

Apresentaremos a seguir o detalhamento e as características de cada pesquisa realizada durante o curso de mestrado em Educação, especificando cada estudo.

Com relação à pesquisa, intitulada: “O cotidiano das crianças em tempos de pandemia: (des) construções”. Diante do cenário das escolas fechadas, houve a necessidade de mudança do público alvo da pesquisa.

Para a conclusão, foi necessário observar as crianças que faziam o acompanhamento escolar com a pesquisadora, enquanto atuava como professora particular nas casas das crianças da rede privada de ensino. Logo, a proposta original foi alterada, pois não seria possível escutar



as crianças nas instituições educativas.

A pesquisa foi desenvolvida com cinco crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, sendo duas do Ensino Fundamental e três da Educação Infantil. Os instrumentos metodológicos para a coleta de dados foram: entrevista semiestruturada, uso do diário de campo, registros fotográficos e desenhos, foi uma pesquisa de abordagem qualitativa se configurando como estudo de caso, baseando nos aspectos teóricos da Sociologia da Infância.

O objetivo geral dessa dissertação foi: Analisar as culturas infantis produzidas pelas crianças nos tempos de pandemia.

Os objetivos específicos consistiram em:


1. Compreender as concepções de criança e infância na perspectiva da Sociologia da Infância e as suas contribuições para a visibilidade social da criança.
2. Investigar quais e como são produzidas as culturas infantis no contexto da quarentena diante das implicações da Covid-19.
3. Analisar a escuta da criança por meio da entrevista e da expressão gráfica - desenho.

Outra dissertação que fundamenta essa pesquisa, fez um trabalho do tipo Estado do Conhecimento, relacionado ao uso das metodologias ativas nos cursos de licenciaturas. O trabalho em questão teve como título: “Metodologias ativas na formação do professor: uma discussão a partir das pesquisas realizadas no Brasil”. Nesta perspectiva a partir de Morosini e Fernandes (2014), pesquisas do tipo estado do conhecimento consistem em:

[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. [...] Nesta reflexão, faz-se necessário considerar que a construção de uma produção científica está relacionada não só à pessoa/pesquisador que a produz, mas a influências da instituição na qual está inserida, do país em que vive e de suas relações com a perspectiva global. (MOROSINI e FERNANDES, 2014, p. 155-156).

Neste sentido, fazer uma pesquisa do tipo estado do conhecimento não é uma tarefa fácil, pois exige do pesquisador atenção e compromisso no momento desde a coletânea dos trabalhos, organização, mapeamento e conseqüentemente leitura e seleção dos trabalhos que cumpram os critérios necessários para sua posterior análise total. Morosini e Fernandes compreendem que pesquisas desse tipo requer:

Para além da fase exploratória, o estudo, a análise e o cotejamento dos resultados e das análises que emergem dos trabalhos selecionados ajudam a orientar a construção do nosso modelo de análise e nos inspiram também para a organização de possíveis categorias, que representam algumas de nossas hipóteses a priori, elementos que serão



necessários tanto na construção da problemática quanto na coleta e interpretação de dados. (MOROSINI e FERNANDES, 2014, p. 161).

O objetivo geral dessa pesquisa consistiu em: Mapear e analisar os estudos publicados nos últimos 5 (cinco) anos sobre Metodologias Ativas empregadas nos cursos de Licenciaturas.

Enquanto os objetivos específicos da pesquisa ficaram assim delineados:

- 1- Conceituar Metodologias Ativas,
- 2- Identificar e compreender as diferenças entre metodologias tradicionais e ativas,
- 3- Analisar as Metodologias Ativas empregadas nos cursos de licenciatura e,
- 4- Identificar e dar visibilidade às contribuições das Metodologias Ativas na formação do futuro professor a partir dos estudos analisados.

O levantamento e mapeamento dos estudos selecionados foram realizados nas seguintes plataformas: nos bancos de dados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Portal de periódicos CAPES/MEC, Scientific Electronic Library Online (SciELO). A busca foi feita em setembro de 2019 e o descritor utilizado foi “Metodologias Ativas”, sendo selecionados o recorte temporal de 2015 a 2019.

Do total das 307 pesquisas que utilizaram como descritor “Metodologias Ativas”, 204 pesquisas foram excluídas tendo em vista não tratarem o uso das Metodologias Ativas na formação de professores, essas pesquisas estavam direcionadas a diversas áreas, dentre elas: medicina, direito, administração de empresas, contabilidades, enfermagem, fisioterapia, psicologia, nutrição, bioquímica, turismo, odontologia, farmácia, engenharias, dentre outras áreas.

Tabela 1 – Número de trabalhos selecionados para análise em cada base de dados

TERMO UTILIZADO PARA BUSCA: “ <b>Metodologias Ativas</b> ”
DATA DA BUSCA: <b>09/2019</b>
RECORTE TEMPORAL: <b>2015 - 2019</b>
TESES: <b>12</b>
DISSERTAÇÕES: <b>60</b>
ARTIGOS: <b>31</b>
TOTAL DE TRABALHOS SELECIONADOS: <b>103</b>

Fonte: Autores, 2021.

Para a conclusão dessa pesquisa foram mapeadas as publicações que apresentaram características pertinentes ao tema em questão. Trata-se de estudos, como dissertações e teses,



resultados de pesquisas analisadas por bancas e trabalhos publicados em periódicos. Os trabalhos selecionados, que tinham como foco o uso de Metodologias Ativas nos cursos de licenciaturas totalizaram 103, sendo 12 Teses, 60 Dissertações e 31 Artigos.

Mesmo que uma pesquisa do tipo estado do conhecimento não exija especificamente que o pesquisador vá a campo para a construção dos dados, ou seja, que a pesquisa pudesse ser desenvolvida com ou sem pandemia, houve uma dificuldade muito grande em construir esta dissertação, desde o acesso a livros do acervo físico da biblioteca ou da própria orientadora, até mesmo nas orientações remotas, que não perderam a qualidade, mas de alguma forma a tela do computador dificulta a comunicação.

Com relação à terceira e última pesquisa, intitulada: “Currículo: possibilidades interculturais”, foi desenvolvida em uma escola estadual de baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, localizada em um município de Mato Grosso do Sul. Para a construção dos dados foi utilizado entrevistas semiestruturadas, os sujeitos participantes da pesquisa foram os professores dos 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, sendo um de cada área do conhecimento e que pertencessem a uma escola de baixo IDEB.

Conforme citamos anteriormente Dussel (2020), no primeiro momento a sobrecarga de trabalho dos professores foi muito maior do que estavam acostumados e sobretudo tiveram de enfrentar a dificuldade de lidar com as ferramentas tecnológicas. Nem todos os professores convidados para participarem desta pesquisa puderam conceder uma fala devido a alta jornada de trabalho e o mínimo tempo que sobrava era para seu descanso. Logo foram entrevistados 6 professores, por meio do *Google meet*, foram agendadas conforma a disponibilidade dos professores, mesmo que fosse nos finais de semana.

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa, sendo usada a perspectiva teórico-metodológica da interculturalidade crítica do currículo, que necessariamente aponta para um projeto decolonial.

A fala dos professores entrevistados demonstram o quanto “a crise da pandemia apresentou um cenário sem precedentes.” (DUSSEL, 2020, p. 09; tradução nossa), como por exemplo na fala da professora Ametista “[...] não são todos que têm o mesmo acesso, não são todos que têm um bom computador, não são todos que têm um bom celular, não são todos que têm internet em casa, porque ainda existe!”





## BUSCANDO CONCLUSÕES

Uma das dificuldades encontradas para dar seguimento em nossas pesquisas, foi também quanto ao referencial teórico, pois se tratava de um fenômeno específico, um cenário novo, logo foram poucos os textos encontrados para explicarmos os tempos difíceis, provocados pela COVID-19. Construimos os capítulos baseados no que tínhamos em mãos, eram materiais de extrema importância e relevância, pois nos permitiram enxergar os diferentes lados de enfrentamento a uma pandemia.

As conversas com os sujeitos das pesquisas, no caso as crianças e os professores (ambas de instituições/ cenários diferentes), nos mostraram que havia uma saída, mantendo a esperança e os sonhos ativos, levando essas experiências como lições para o futuro. E mostrando mais uma vez, que mesmo com as maiores adversidades os professores e professoras encontram possibilidades de fazerem o seu melhor.


Convém destacar que as amigadas que fizemos no curso foram essenciais para conseguirmos escalar essa “montanha”, que é fazer mestrado. As conversas, as trocas de experiências, reuniões, estudos e risadas, nos mostraram o quão importante e necessário é, nos cercamos de pessoas boas que querem ver a nossa vitória.

Foram tempos difíceis, permeados por incertezas e inseguranças, mas com a ajuda dos nossos orientadores e mantendo o equilíbrio, conseguimos finalizar o tão sonhado mestrado em Educação e defendemos em fevereiro de 2021. Inicialmente percebemos e reconhecemos as limitações do presente trabalho, pois abordamos apenas alguns dos aspectos pelos quais trilhamos ao longo do curso de mestrado em Educação.

O cenário devastador imposto pela pandemia, onde fez-se necessário nos trancarmos em casa, nos afastarmos dos nossos trabalhos e dos entes queridos, além de nos mantermos isolados, em constante cuidado e atenção quanto aos procedimentos de higiene que foram reforçados nesse momento, fez percebermos que o momento era de dificuldade e que seria necessário adotarmos nova postura que nos permitiu concluir nosso mestrado.

Retomando o objetivo do trabalho que foi discutir o período de pandemia e isolamento social e as implicações para dar continuidade nos estudos durante o curso de Mestrado, acreditamos ter alcançado, pois discutimos inicialmente o período de isolamento social, bem como isso afetou as instituições de ensino e finalizamos escrevendo sobre o percurso do Mestrado, apontando as dificuldades e as possibilidades encontradas ao longo do caminho.

Consideramos que apesar de sermos surpreendidos por uma pandemia, conseguimos



finalizar os nossos estudos dentro dos prazos estabelecidos, mesmo diante as adversidades buscamos estratégias para seguir com a pesquisa.

Acreditamos que o curso do Mestrado é apenas um passo no nosso processo formativo e que precisamos continuar em busca de aprimoramentos, sempre trocando e adquirindo conhecimentos.

## REFERÊNCIAS

BIGARELLA, Nádia; BRITO, Vilma Miranda de; MACIEL, Carina Elisabeth. Educação e pandemia: ações no estado de Mato Grosso do Sul. **Revista Educação Básica em Foco**, v.1, n1, abril a junho de 2020.

CAMPO GRANDE (Município). Secretária Municipal de Educação Resolução/SEMED n. 203, de 6 de abril de 2020, Diário Eletrônico - Normal do **Diário Oficial do Município de Campo Grande** (DOM-CAMPOG), de 7 de abril de 2020j.

CATANI, Denice Barbara; BUENO, Belmira A. O.; SOUZA, Cynthia P. de. “O amor dos começos”: por uma história das relações com a escola. **Cadernos de Pesquisa**, nº111, p. 151-171, FEUSP. 2000.

CONNELLY, Fullan Michael; CLANDININ, D. Jean. In: LARROSA, Jorge. (Org.). **Déjame que te cuente: ensayos sobre narrativa y educación**. Barcelona: Laertes, 1995. p.11-51.

DUSSEL, Inés. La escuela en la pandemia: reflexiones sobre lo escolar en tiempos dislocados. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-16, 2020. Disponível em: . Acesso em: 05 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 54<sup>a</sup>. Edição, 2016.

HAGEMEYER, Regina Cely de Campos. Formação docente, valores éticos e cultura das mídias digitais: referenciais das práticas de professores para a escola contemporânea. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 42, p. 435-455, mai./ago. 2014.

KOHAN, Walter Omar. Tempos da escola em tempo de pandemia e necropolítica. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-19, 2020. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16212>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

LUDOVICO, Francieli Motter; *et al.* Covid-19: desafios dos docentes na linha de frente da educação. **Interfaces Científicas**. v.10, n.1, 2020, p. 58-74.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria Estadual de Educação Resolução/SED N. 3.745, de 19 de março de 2020. **Diário Oficial Eletrônico** Ano XLII n. 10.120 Campo Grande, quinta-feira, 19 de março de 2020b. Disponível em: [https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10120\\_19\\_03\\_2020](https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10120_19_03_2020). Acesso em 03/07/2020.



MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.

PIMENTEL, Fernando Silvio Cavalcante; JÚNIOR, Luiz Cláudio Ferreira da Silva; CARDOSO, Otávio Augusto de Oliveira. AÇÕES E ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS EM TEMPO DE PANDEMIA. **Interfaces Científicas**. Aracaju, v.10. n.1. p. 93 – 109. Número Temático, 2020.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensivainterpretativa e política de sentido. **Educação (UFSM)**, Santa Maria, p. 39-50, jan. 2014.



# CAPÍTULO 14

DOI: 10.47402/ed.ep.c202173624585

## MEDIDAS DE CONTENÇÃO E POSSÍVEIS CENÁRIOS PÓS PANDEMIA DE COVID 19

**Alex Macedo de Araujo**, Mestre em Geografia Humana, USP e Professor de Ensino Superior II, FATEC Zona Sul, Dom Paulo Evaristo Arns

**Carlos Vital Giordano**, Doutor em Ciências Sociais, PUC e Professor de Ensino Superior III, FATEC Zona Sul, Dom Paulo Evaristo Arns

**Daniely Nascimento Marreira Dantas**, Mestre em Ciências Sociais, UNESP

**Leonardo Fernandes Rangel Júnior**, Graduando em Direito, USP

### RESUMO

A atual crise sanitária mundial pela qual passamos desde dezembro de 2019 encontra precedentes históricos igualmente abrangentes e mortíferos. Poucos anos atrás, a distância da memória de pessoas mais jovens, enfrentamos a Gripe Suína (H1N1), que assolou todos os continentes, matando até 17 mil pessoas em 2008 e 2009 até ser contida, muito embora permaneça em circulação e ainda leve a cabo a existência de milhares de pessoas anualmente. Este quadro histórico indica que doenças continuarão a surgir e matar pessoas, cabe a tarefa de agirmos por antecipação para identificar as pandemias e as enfrentar, criar planos de contingência e assim diminuir a proliferação entre as pessoas de modo a desagrar as consequências dos altos índices de mortalidade. Neste momento se torna emergente a caracterização da crise pela qual estamos passando desde dezembro de 2019 com a difusão em larga escala da gripe Covid-19 (vulgo Corona Vírus) em todo o mundo. Inicialmente, estudando a progressão da pandemia, sua gravidade em lugares específicos, organizando as agências de saúde para o trabalho de cuidado aos doentes e pesquisa de possíveis curas e elementos atrelados a crise de saúde e econômica que um evento desta magnitude pode gerar. Esses elementos reunidos dão possibilidade para criação de cenários a partir das ações e consequências das ações de políticas públicas adotadas durante a crise. A metodologia aplicada é do tipo exploratória descritiva, sob a forma de pesquisa bibliográfica com enfoque qualitativo. A pesquisa do tipo exploratória atende ao objetivo de descrição do objeto de análise, a saber, o estudo das medidas de contenção e possíveis cenários pós pandemia de Covid-19. Em síntese, foi possível fazer um quadro geral do surgimento e dispersão da Covid-19 pelo mundo a partir de dezembro de 2019; tratamos das medidas de contenção da pandemia via isolamento vertical, horizontal e intermitente como formas de proteção às pessoas e tentativa de manter a economia ao menos minimamente em funcionamento; explicamos o modo como as pessoas costumam reunir argumentos a respeito dos fatos e como isso influencia a ação dos governos, sociedades e pessoas individuais diante da crise e, finalmente; apresentamos os cenários econômicos possíveis pós crise a partir de dados oficiais e percepções individuais de todo o processo de difusão da crise de Covid-19. Percebe-se que a pandemia ainda vai demorar alguns meses para passar, com possibilidade de uma segunda onda tão mortal quanto a primeira, caso não seja desenvolvida cura efetiva para o corona vírus e que, sem dúvida alguma, passaremos por uma crise econômica mundial após todas as dificuldades que enfrentaremos com a Covid-19.

**PALAVRAS-CHAVE:** Contenção – Cenário – Pandemia – Covid-19.





## INTRODUÇÃO

A atual crise sanitária mundial pela qual passamos desde janeiro de 2020 encontra precedentes históricos igualmente abrangentes e mortíferos. Durante a Idade Média a peste bubônica matou até 200 milhões de pessoas e se estendeu ao longo do século 14 na Eurásia. A varíola atormentou a humanidade por 3 mil anos até ser erradicada em 1980, não sem antes matar milhões. Mais recentemente, nos dois últimos séculos, a cólera também ceifou infindáveis vidas, sobretudo em regiões onde as condições fito sanitárias eram precárias. Além de encerrar a vida de milhões de pessoas, a Primeira Guerra Mundial ajudou a difundir o vírus da Gripe Espanhola, criando condições de contágio que se alastraram aos quatro cantos do mundo, uma doença devastadora que levou embora aproximadamente 50 milhões de vidas humanas entre 1918 e 1920, incluindo a vida de Rodrigues Alves, o presidente do Brasil na época. Poucos anos atrás, a distância da memória de pessoas mais jovens, enfrentamos a Gripe Suína (H1N1), que assolou todos os continentes, matando até 17 mil pessoas em 2008 e 2009 até ser contida, muito embora permaneça em circulação e ainda leve a cabo a existência de milhares de pessoas anualmente.

Este quadro histórico indica que doenças continuarão a surgir e matar pessoas, cabe a tarefa de agirmos por antecipação para identificar as pandemias e as enfrentar, criar planos de contingência e assim diminuir a proliferação entre as pessoas de modo a desagrar as consequências dos altos índices de mortalidade. Neste momento se torna emergente a caracterização da crise pela qual estamos passando desde 2020 com a difusão em larga escala da gripe Covid-19 (vulgo Corona Vírus) em todo o mundo. Inicialmente, estudando a progressão da pandemia, sua gravidade em lugares específicos, organizando as agências de saúde para o trabalho de cuidado aos doentes e pesquisa de possíveis curas e elementos atrelados a crise de saúde e econômica que um evento desta magnitude pode gerar. Esses elementos reunidos dão possibilidade para criação de cenários a partir das ações e consequências das ações de políticas públicas adotadas durante a crise.

## DESENVOLVIMENTO

### QUADRO GERAL

Entre as dificuldades encontradas para enfrentamento da atual pandemia de Covid-19 está a ausência de memória coletiva, já que evento de proporções semelhantes, a Gripe Espanhola, está a 100 anos de distância do atual e poucas pessoas vivas têm lembrança do



ocorrido. Para dar prosseguimento é importante o esclarecimento de algumas terminologias empregadas em situações como a que estamos passando. Assim como é explicado no website do Hospital São Lucas (2014):

**Surto:** acontece quando há o aumento repentino do número de casos de uma doença em uma região específica. Para ser considerado surto, o aumento de casos deve ser maior do que o esperado pelas autoridades.

**Epidemia:** a epidemia se caracteriza quando um surto acontece em diversas regiões. Uma epidemia a nível municipal acontece quando diversos bairros apresentam uma doença, a epidemia a nível estadual acontece quando diversas cidades têm casos e a epidemia nacional acontece quando há casos em diversas regiões do país.

**Pandemia:** em uma escala de gravidade, a pandemia é o pior dos cenários. Ela acontece quando uma epidemia se espalha por diversas regiões do planeta. Em 2009, a gripe A (ou gripe suína) passou de epidemia para pandemia quando a OMS começou a registrar casos nos seis continentes do mundo. A aids, apesar de estar diminuindo no mundo, também é considerada uma pandemia.

**Endemia:** a endemia não está relacionada a uma questão quantitativa. Uma doença é classificada como endêmica (típica) de uma região quando acontece com muita frequência no local. As doenças endêmicas podem ser sazonais. A febre amarela, por exemplo, é considerada uma doença endêmica da região Norte do Brasil.

A crise de Covid-19 se encaixa perfeitamente no conceito de pandemia, uma vez que já se espalhou por mais de 200 países e aparentemente está fora de controle mesmo em países desenvolvidos, onde as condições econômicas, de infraestrutura hospitalar e atendimento social são ideais. Isso ocorre porque, diferente das outras cepas de H1N1 que já circularam anteriormente, a atual tem um alto índice de contágio sendo transmitida durante o período em que o paciente permanece assintomático, com alta letalidade entre pessoas acima dos 60 anos e em todas as outras idades quando há comorbidades concorrentes como obesidade, pressão alta, diabetes, insuficiência renal ou outra patologia debilitante.

As agências mundiais voltadas à saúde que acompanham a transmissão do vírus informam que a dispersão da doença ocorreu a partir da China em direção a todos os continentes em meados de final de dezembro. A situação foi sendo agravada à medida que a infecção atingia os grandes centros urbanos da Europa Ocidental, Ásia, Oriente Médio e Estados Unidos.

Dada as proporções da disseminação e a necessidade de 20% em média dos pacientes precisarem de internação hospitalar com respirador mecânico chegando a entubamento, um a um, os países com grande número de infectados passam por colapso de seus respectivos sistemas de saúde, sobretudo aqueles que aderiram nas últimas décadas ao desmonte do Estado de Bem Estar Social para adoção de políticas neoliberais com atuação mínima do Estado.

O cenário nada promissor do avanço da doença colocou cientistas de todo o mundo ao trabalho para desenvolver vacinas, criar métodos de diagnóstico rápidos e confiáveis e elaborar cenários a partir de modelagens matemáticas complexas que contemplem pessoas atingidas pela



doença e possíveis número de mortes. Um exemplo de modelo matemático é do Imperial College London, no Reino Unido, que foi responsável por mudar a atitude de governos como dos Estados Unidos e Britânicos com respeito a crise do novo corona vírus, uma vez que foi possível demonstrar cenários apocalípticos a respeito da progressão da pandemia e, mesmo adotando medidas de quarentena, ambos os governos já possuem milhares de mortos até o momento sem vislumbre real de solução para a crise que se instalou e perdura ceifando vidas de todas as classes sociais.

A modelagem epidemiológica torna possível comparar estratégias diferentes para controle de doenças como o isolamento vertical e horizontal, testar a população em larga escala, paralisação das atividades econômicas ou impactos nos setores relacionados a saúde. Em entrevista ao Jornal da USP, o professor e epidemiologista especializado em modelagem matemática, Marcus Amaku, avaliou os estudos numéricos realizados pelo Imperial College London:

Eles tentaram quantificar o efeito dessas estratégias que eles chamaram de mitigação e supressão. Conseguiram simular uma série de curvas, mas os resultados quantitativos são dependentes dos pressupostos e dos números que eles utilizaram para alimentar o modelo. Então, eu diria que a contribuição deles é ainda qualitativa, testando qual a melhor combinação dessas estratégias. (Grifo nosso).

A referência às estratégias de mitigação e supressão podem ser resumidas aos isolamentos sociais do tipo vertical e horizontal recomendados pela OMS – Organização Mundial da Saúde e adotados pelos países que estão passando pela crise de contágio do Covid-19. Ambos podem ser praticados durante uma situação de pandemia como a que estamos passando no momento. No do tipo vertical somente uma parte das pessoas fica distanciada das demais, aqueles que fazem parte do grupo de risco do contágio, enquanto no isolamento horizontal é recomendado que todas as pessoas, de modo indistinto, fiquem em casa como forma de conter o avanço do contágio.

Antes de se adotar um ou outro é necessário estudo científico com modelagem matemática para se definir o que é melhor em cada uma das situações apresentadas de propagação da doença. O isolamento ainda pode ser do tipo domiciliar sem o contato com outras pessoas ou, em caso de diagnóstico positivo para Covid-19, dentro do hospital com acompanhamento médico ambulatorial ou em UTI – Unidade de Tratamento Intensivo. Em todos os casos, o objetivo é diminuir o número de doentes para evitar colapso nos sistemas de saúde, que não conseguiriam atender um número alto de pessoas ao mesmo tempo nos leitos hospitalares, aumentando muito o número de mortes ao longo de todo o processo. Assim, é recomendada a interrupção de todos os serviços não essenciais para forçar a diminuição da



circulação de pessoas para níveis abaixo de 30% daquilo que é considerado rotina em tempos de normalidade, sendo proibidos quaisquer eventos que gerem aglomerações à revelia das possíveis perdas econômicas e curto e médio prazos.

As tabelas 1, 2 e 3 descrevem com mais detalhes o que se prevê, o objetivo, prós, contras e onde foi utilizado cada um dos tipos de isolamento tratados até aqui e acrescentando o tipo intermitente que prevê certa medida de afrouxamento do isolamento para retomada da economia e atividades normais, não tendo sido considerada em detalhes porque ainda não houve oportunidade de testar esse sistema.

**Tabela 1:** Descrição do Isolamento Horizontal

<b>HORIZONTAL</b>
<p><b>O que prevê</b> A população em geral deve evitar sair de casa. Escolas, negócios e serviços não essenciais são fechados. Eventos públicos são proibidos.</p> <p><b>Objetivo</b> Reduzir o contágio pelo vírus. Isso diminui o número de pessoas que ficam doentes ao mesmo tempo, o que tende a desafogar os serviços de saúde, e o risco de infecção da população mais vulnerável (idosos ou pessoas com outras doenças).</p> <p><b>Prós</b> É a medida mais garantida para enfrentar um vírus ainda pouco conhecido e desafogar os sistemas de saúde. Ainda há dúvidas sobre o grau de contágio de portadores do vírus assintomáticos ou a possibilidade de alguém ser contaminado mais de uma vez. Evita que a parcela da população menos sujeita a complicações, como crianças, adolescentes ou jovens adultos saudáveis, se transforme em vetor de contágio. Uma análise do Imperial College de Londres aponta que medidas mais duras tomadas quando o número de óbitos ainda é baixo evitam até 38,7 milhões de mortes de um total de 40 milhões que poderiam ocorrer no mundo sem nenhuma medida de contenção. O impacto é maior quanto mais cedo for adotado o confinamento (antes de 0,2 morte semanal por 100 mil habitantes). Quando são implementadas mais tarde (1,6 morte por 100 mil habitantes), o número de vidas poupadas cai para 30,7 milhões.</p> <p><b>Contras</b> O impacto sobre a economia é significativo, já que a estratégia mantém empresas fechadas e reduz o consumo. Se a atividade econômica for reduzida pela metade por um mês e em 25% por outros dois meses, o Fórum Econômico Mundial estima queda de até 10% no PIB de cada país. Na gripe espanhola (1918-1919), foi de 6%. Como a maior parte da população não seria exposta ao vírus, e não desenvolveria imunidade a ele, seria mais provável uma segunda onda de contaminação quando as medidas de restrição forem relaxadas.</p> <p><b>Onde foi utilizado</b> É a principal estratégia aplicada hoje para enfrentar o coronavírus. Sob recomendação da Organização Mundial da Saúde, países como Alemanha, Argentina, Bélgica, França, Espanha e Índia decidiram fechar escolas, comércios e manter as pessoas em casa de maneira generalizada. A China aplicou essa estratégia com sucesso. Inicialmente, a região de Wuhan, onde o coronavírus surgiu, foi isolada. Posteriormente, as restrições se estenderam a cerca de 20 regiões ou províncias. Em 18 de março, a China não registrou casos de transmissão local pela primeira vez desde o início da pandemia, no final de 2019.</p>

**Fonte:** Elaborado a partir de GONZATTO (2020).



**Tabela 2:** Descrição do Isolamento Vertical

<b>VERTICAL</b>
<p><b>O que prevê</b> Apenas pessoas consideradas mais vulneráveis são isoladas. No caso da covid-19, idosos, pessoas com outras doenças ou com baixa imunidade. Situações de grande aglomeração podem ser restringidas, mas escolas, comércios e serviços podem funcionar.</p> <p><b>Objetivo</b> Focar a proteção nos grupos mais suscetíveis a complicações do coronavírus, permitindo que o resto da população retome as atividades. A intenção é deixar o vírus circular mais entre a população sob menos risco, o que aumenta a imunidade coletiva.</p> <p><b>Prós</b> Do ponto de vista epidemiológico, ao contaminar pessoas menos suscetíveis a complicações, aumentaria a chamada "imunidade de rebanho" _ pessoas que passariam a não contrair ou transmitir o vírus. Com um percentual maior de pessoas imunizadas, haveria menos risco de uma segunda onda da covid-19. Em termos econômicos, o impacto é menor do que no isolamento horizontal. O Fórum Econômico Mundial calcula que três meses de redução na atividade econômica pode derrubar o PIB em 10%, mas o recuo ficaria em 6,5% se as atividades fossem retomadas após o segundo mês, por exemplo.</p> <p><b>Contras</b> Para se criar a "imunidade de rebanho" seria necessário que pelo menos 60% da população fosse infectada, o que poderia levar a um número elevado de internações e possivelmente à contaminação de pessoas vulneráveis. Um terço dos brasileiros, por exemplo, têm doenças crônicas, conforme o IBGE. A Inglaterra cogitou seguir esse modelo, mas desistiu após estimativas de que o número de contaminações, internações e mortes poderia ser muito elevado. O Imperial College calculou que 510 mil britânicos poderiam morrer. Estimativa do Imperial College de Londres indica que apenas reduzir os contatos sociais de idosos em 60% e do restante da população em 40% poderia resultar em até 20 milhões de mortes no mundo inteiro. No Brasil, seria muito difícil isolar os idosos (16% da população) porque cerca de dois terços vivem com outras pessoas (não cônjuge).</p> <p><b>Onde foi utilizado</b> A Itália, quando registrava 17 mortos, optou por não restringir a circulação para não prejudicar a economia. Abriu mão dessa estratégia depois que o número de casos e mortes passou a aumentar de forma exponencial. Na sexta-feira (27), já superava 9 mil mortos. A Coreia conseguiu bons resultados e passou a registrar queda no número de novos casos de covid-19 mesmo sem restrições generalizadas de circulação. Depois de ter quase mil novos casos por dia, o índice caiu para menos de cem _ boa parte deles importados. Mas isso foi alcançado por meio de uma estratégia complementar intensiva: testagens em massa na população para identificar portadores do coronavírus mesmo assintomáticos para mantê-los isolados e utilização de tecnologia para rastrear a movimentação dessas pessoas por câmeras, GPS do celular e registros de cartão de crédito.</p>

**Fonte:** Elaborado a partir de GONZATTO (2020).

**Tabela 3:** Descrição do Isolamento Intermitente

<b>INTERMITENTE</b>
<p><b>O que prevê</b> As medidas generalizadas de restrição vão sendo afrouxadas paulatinamente, observando qual a resposta em termos de contaminações e internações. O confinamento é retomado nos períodos em que alguns gatilhos, como um determinado número internações por semana, são acionados.</p>
<p><b>Objetivo</b> Oferecer uma resposta a cada etapa da epidemia, combinando momentos de maior restrição com outros de menos isolamento social. A meta é evitar uma explosão inicial no número de casos, mas também ao longo do tempo, já que é difícil manter países em lockdown (bloqueio) por período muito prolongado.</p>
<p><b>Prós</b> É vista por alguns especialistas, como uma forma de ir aumentando a chamada "imunidade de rebanho" (quando boa parte da população se torna imune após contrair a doença) enquanto uma vacina não é desenvolvida. Tem menos impacto na economia e no cotidiano das pessoas do que restrições mais severas, além de ser uma saída de mais longo prazo.</p>
<p><b>Contras</b> Uma simulação feita pelo Imperial College de Londres estima que as medidas de confinamento ainda estariam em vigor por um bom tempo, cerca de dois terços do período de vigência desse sistema (a avaliação foi feita com base no cenário da Inglaterra). Seria fundamental combinar essa estratégia com muitas testagens para monitorar a circulação do vírus entre a população, o que é difícil em países grandes, populosos e com PIB per capita inferior ao de países desenvolvidos como o Brasil.</p>
<p><b>Onde foi utilizado</b> Como a pandemia ainda é recente, não houve oportunidade para testar esse tipo de sistema, também chamado de "liga e desliga".</p>

**Fonte:** Elaborado a partir de GONZATTO (2020).

Os três sistemas apresentam prós e contras, sendo que o isolamento horizontal tem sido o mais adotado para contenção da pandemia. Ocorre que nem sempre a decisão de qual método adotar passa exclusivamente pelo crivo dos profissionais da saúde, pesquisadores acadêmicos e epidemiologistas. Há interesses de outras naturezas que tomam parte no processo decisório, como os econômicos, políticos, sociais e pessoais, afinal, as visões de mundo e o modo como são construídas influenciam bastante a gestão das crises.

Há grupos que se pautam em estudos científicos e projeções obtidas a partir de modelagens matemáticas que, embora com base científica, nem sempre conseguem dimensionar o tamanho e consequências advindas dos tipos de tomada de decisão, além de propor estudos diametralmente opostos a respeito das mesmas coisas, apenas utilizando os números para fins diferentes, como é o caso daqueles que evocam o grande número de mortos em curto espaço de tempo como argumento para defesa do isolamento horizontal, ou outros que usam os números da desaceleração econômica como elemento para defender o isolamento vertical, visto que a médio prazo, o número de pessoas que morreriam por falta de recursos financeiros seria muito maior que aqueles que iriam a óbito com a doença.

Outros se aferram a uma construção argumentativa a partir de teorias da conspiração como se o mundo fosse dominado por este ou aquele grupo, sendo que aquilo que está



acontecendo fosse culpa de um grupo exclusivo, representam este grupo aqueles que acreditam que o Covid-19 foi criado em laboratório pelos chineses como plano maior para dominar a economia mundial e, deste modo acabam defendendo o isolamento vertical como forma de não dar o espaço que a China está esperando para avançar em seu plano maléfico de morte e domínio.

São comuns as polarizações do bem contra o mal que causam divisões sociais em um momento que todos deveriam se unir em torno da causa de contenção da doença. Uma visão maniqueísta das coisas que desconsidera os tons de cinza e nuances próprias de um quadro mais geral e complexo. Assim é criado um cisalhamento na sociedade norte-americana e brasileira, onde as pessoas elegem políticos ou grupos de pessoas com pensamento diversos como vilões a serem combatidos, sem pensar as alternativas reais para tratamento dos problemas reais que precisam ser enfrentados, a contenção da transmissão do vírus e a recuperação da economia o quanto antes. Finalmente temos aqueles que tratam as coisas de modo metafísico, transcendental, misterioso e religioso. Do ponto de vista prático trazem consolo aos sem esperança, mas podem levar à ruína os esforços conscientes do governo e sociedade, quando adotam um posicionamento cético/negacionista em relação aos problemas de saúde pública, aumentando exponencialmente a possibilidade de intensificação do problema.

## CENÁRIOS

O FMI produziu um estudo preliminar a respeito dos reflexos que a paralisação provocada pela onda de Covid-19, claro que se trata apenas de previsões e projeções que talvez não se consolidem do modo exato como o estudo tenta demonstrar.

O FMI diz no relatório que “a magnitude e a velocidade do colapso da atividade econômica” causada pela COVID-19 “é diferente de tudo o que já aconteceu na nossa época.” Em comparação, a economia global recuou 0,1% durante a crise financeira de 2009. A instituição afirma que “esta é uma crise como nenhuma outra” e, por isso, “existe uma incerteza substancial sobre seu impacto na vida e nos meios de subsistência das pessoas.” (FMI: 2020)

As projeções indicam retração do PIB mundial em larga escala durante o ano de 2020, nas economias avançadas o percentual seria de 6,4% no geral, com retomada de 2,2% em 2021, enquanto que individualmente é esperada uma diminuição de 7,8% no PIB dos Estados Unidos; 8,2% na Alemanha; 8,5% na França; 9,6% na Itália, onde o flagelo da pandemia tem sido amplo; 9,8% na Espanha; 5,7% na economia japonesa; 7,9% no Reino Unido; 8,0% no Canadá e 6,6% no conjunto de todas as outras economias de primeiro mundo. Em todos estes casos há previsão de uma retomada do PIB entre 2% e 4% em 2021, produto da recuperação econômica



proveniente da demanda reprimida durante os períodos de quarentena e desaceleração econômica. (FMI: 2020). Neste cenário a economia mundial prevê milhões de desempregados, desaceleração nas bolsas de valores do mundo inteiro, desindustrialização, fuga de capitais, concentração de renda nos países mais ricos e nas mãos de suas elites, empobrecimento das classes médias, estagnação econômica entre os países emergentes e aumento exponencial da miséria no mundo, sobretudo nos países mais pobres e dependentes dos países centrais do sistema capitalista.

Entre os países emergentes a situação de estagnação e recessão não é diferente, todos com previsão de queda em seus respectivos Produtos Internos Brutos, no conjunto uma média de 5,6% de diminuição e retomada de 1,8% no ano que vem, a China com previsão de contração de 4,6%; 4,6% na Índia; na Rússia uma perspectiva de 7,4% de redução; no Brasil 7,3%; no México 7,9%, na Arábia Saudita 4,5%; Nigéria 5,9% e Na África do Sul 6,9%. Neste conjunto de países os impactos sociais tendem a ser muito maiores por causa da imensa desigualdade social que possuem, assim como a recuperação econômica será mais lenta e paulatina que nos países da Europa Ocidental, Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e Austrália. (FMI: 2020).

Em termos de economia global os números indicam uma crise sem precedentes, muito pior que a crise de 1929 com a quebra da Bolsa de Nova York ou então a crise do Subprime nas bolsas em 2009, da qual ainda sofremos os efeitos até hoje. Sendo que as medidas econômicas que têm sido adotadas de modo geral têm sido aos moldes keynesianos, com forte intervenção do Estado, endividamento público e restabelecimento de elementos do Estado de Bem Estar Social para manter as pessoas em suas casas, respeitando o isolamento social necessário para enfrentar a primeira onda de contágio do corona vírus.

Ações governamentais de amparo e assistência para pessoas em perigo social nem sempre são bem vistas porque o endividamento do Estado cria problemas econômicos e orçamentários a médio e longo prazo, por outro lado, os críticos afirmam que são necessárias apenas porque durante as últimas décadas houve um movimento muito amplo de desmonte dos serviços públicos sob a égide dos princípios do neoliberalismo em detrimento do Welfare State instituído logo após a Segunda Guerra Mundial. Inclusive os países do norte da Europa que mantiveram as políticas sociais forte ao longo de décadas têm sofrido menos durante a pandemia e se recuperado mais rapidamente.

No Brasil o confinamento na forma de isolamento horizontal certamente provocará retração no Produto Interno Bruto, cancelamento de eventos e viagens e paralisação geral da





economia. Já vemos reflexos disso nos investimentos aplicados na Bolsa de Valores e ritmo crescente de demissões nas empresas por falta de demanda de produtos e serviços. Em contrapartida há a implementação de políticas de amparo social como suspensão por até três meses nos contratos de empréstimos feitos em bancos estatais, injeção de 1,2 trilhões de reais no sistema financeiro para evitar a quebra de bancos e ajuda a milhões de trabalhadores autônomos, informais e desempregados para conseguirem o mínimo de recursos durante a crise. Para todos os efeitos, não há horizonte para estabilização a curto prazo diante do avanço da pandemia no Brasil. As economias provenientes das reformas trabalhista, da previdência e medidas para contenção de gastos via PEC 241 (PEC do Teto dos Gastos), que limita os gastos governamentais para equilibrar o orçamento da União, serão todas diluídas nas medidas necessárias para enfrentar a pandemia atual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior parte das conclusões deste ensaio já foi anunciada ao longo das páginas anteriores. Fizemos um quadro geral do surgimento e dispersão do Covid-19 pelo mundo a partir de dezembro de 2019; tratamos das medidas de contenção da pandemia via isolamento vertical, horizontal e intermitente como formas de proteção às pessoas e tentativa de manter a economia ao menos minimamente em funcionamento; explicamos o modo como as pessoas costumam reunir argumentos a respeito dos fatos e como isso influencia a ação dos governos, sociedades e pessoas individuais diante da crise e, finalmente; apresentamos os cenários econômicos possíveis pós crise a partir de dados oficiais e percepções individuais de todo o processo de difusão da crise de Covid-19.

Percebe-se que a pandemia ainda vai demorar alguns meses para passar, com possibilidade de uma segunda onda tão mortal quanto a primeira, caso não seja desenvolvida cura efetiva para o corona vírus e que, sem dúvida alguma, passaremos por uma crise econômica mundial após todas as dificuldades que enfrentaremos com a Covid-19.

## REFERÊNCIAS

FMI. Fundo Monetário Internacional, 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/fmi/>. Acesso em 01 de julho de 2020.

GONZATTO, Marcelo. Isolamento horizontal x vertical: conheça os prós e contras das estratégias para conter o coronavírus. Grupo RBS, Rio Grande do Sul, 27 de março de 2020.



Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/03/isolamento-horizontal-x-vertical-conheca-os-pros-e-contras-das-estrategias-para-conter-o-coronavirus-ck8apm2f708n801pqb1lyvndp.html>. Acesso em 01 de julho de 2020.

HARARI, Yuval Noah. 21 Lições para o Século 21. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Hospital São Lucas. Surto, epidemia, pandemia e endemia: entenda qual é a diferença entre eles. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.saolucascopacabana.com.br/noticias/surto-epidemia-pandemia-e-endemia-entenda-qual-e-a-diferenca-entre-eles/>. Acesso em 01 de julho de 2020.

MS. Ministério da Saúde do Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/component/tags/tag/oms>. Acesso em 01 de julho de 2020.

OMS. Organização Mundial de Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>. Acesso em 01 de julho de 2020.

SALLES, Silvana. Matemática prevê cenários para covid-19 e muda rumo de governos. Jornal da USP, São Paulo, 27 de março de 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-exatas-e-da-terra/matematica-preve-cenarios-para-covid-19-e-muda-rumo-de-governos/>. Acesso em 01 de julho de 2020.

UJVARI, Stefan Cunha. A história da humanidade contada pelos vírus, bactérias e parasitas. São Paulo: Editora Contexto, 2018.



# CAPÍTULO 15

DOI: 10.47402/ed.ep.c202173714561

## UM SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUBFINANCIADO FRENTE À EMERGÊNCIA SANITÁRIA DA COVID-19: UMA REVISÃO NARRATIVA <sup>16</sup>

**Francisco Railson Bispo de Barros**, Doutorando, UEA  
**Maria Emilia Barrios Rodrigues**, Doutoranda, UFRJ  
**Jaqueline Tavares Viana de Souza**, Doutoranda, UFRJ  
**Vitória Mariana de Paula Magalhães**, Discente de Enfermagem, UNINORTE

### RESUMO

Estima-se que todos os países sofrem e ainda sofrerão consequências por conta da pandemia, sejam elas leves e/ou graves, de curto e/ou longo prazo, refletindo no desequilíbrio dos diferentes setores da sociedade, mas principalmente nos pilares do seu desenvolvimento, como saúde, economia e educação. À vista disso, este estudo teve por objetivo analisar o panorama geral e singularidades da atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) subfinanciado frente à emergência sanitária da COVID-19 no âmbito nacional e o impacto da Emenda Constitucional nº 95 de 2015 em tempos de pandemia. Trata-se de uma revisão narrativa, fundamentada na concepção discursiva sobre a atuação SUS em crise frente à pandemia da COVID-19. Foram estruturadas as seguintes subdivisões: as pandemias Gripe Espanhola, H1N1 e COVID-19; o SUS no enfrentamento da COVID-19; efeitos da Emenda Constitucional nº 95/2016 sobre um SUS em crise. Evidenciam-se grandes desafios na evolução da COVID-19 quanto a gestão da União, Estados e Municípios, de subfinanciamento crônico do SUS, de consolidação da vigilância em saúde, da formulação e regulação de respostas científicas de enfrentamento, da subcapacidade estabelecida e administração de pessoas que remetem à importância de estabelecer e implementar estratégias de assistência a população brasileira e fortalecimento do SUS. A crise sanitária desencadeada pela COVID-19 tornou mais evidente a magnitude da competência do SUS para coordenar, organizar e regular as melhores respostas científicas no enfrentamento da pandemia, todavia, se faz necessário uma revisão sistemática e enérgica do modelo atualmente implementado, assim como das políticas orçamentárias que o calejam ainda mais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pandemia. COVID-19. Gestão em Saúde. Sistema Único de Saúde.

### INTRODUÇÃO

Até o início do mês de dezembro de 2019, seis cepas diferentes de coronavírus eram conhecidas por infectar seres humanos (PEIRIS et al., 2003). No final do mês de dezembro de 2019, foram relatados nove casos de pacientes internados em três diferentes hospitais da cidade de Wuhan, na província de Hubei, China, com diagnóstico de pneumonia viral de causa não

---

6 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



identificada (ZHU et al., 2020). A partir da análise dos sequenciamentos de genoma de amostras de fluido de lavagem broncoalveolar e isolados de cultura dos nove pacientes, foi possível descrever e estruturar um sétimo coronavírus que infecta seres humanos denominado Síndrome Respiratória Aguda Grave-Coronavírus 2 (SARS-CoV-2), agente etiológico da doença do coronavírus 2019 (COVID-19) (LU et al., 2020).

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) afirmou que um novo coronavírus se encontrava em circulação, declarando o surto do SARS-CoV-2 como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Em 11 de março do mesmo ano, a COVID-19 foi classificada como uma pandemia. Até o dia 10 de maio de 2021, a OMS havia confirmado 157.897.763 casos e 3.287.082 óbitos da doença no mundo. O país com maior número de casos (32.334.764) e óbitos (575.980) acumulados são os Estados Unidos da América (WHO, 2021).

No Brasil, a resposta do Ministério da Saúde (MS) frente a doença emergente foi o acionamento do Centro de Operações de Emergência (COE), tutelado pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS), para articular, planejar e ordenar as implementações com os setores envolvidos e acompanhar o contexto epidemiológico. Assim, no dia 26 de fevereiro de 2020, o MS recebeu a primeira notificação de um caso confirmado da COVID-19 na cidade de São Paulo, em 17 de março o primeiro óbito, também de São Paulo, e no dia 20 de março fora reconhecida a transmissão comunitária em todo o território nacional (OLIVEIRA et al., 2020).

A evolução da doença no Brasil, com 15.145.879 casos e 421.316 óbitos acumulados até o dia 10 de maio de 2021 (WHO, 2021), expôs a indispensabilidade da ligeira revisão dos sistemas e serviços de saúde ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), *feedback* conveniente as respostas das políticas integradas e universais de saúde e assistência social implementadas até agora. À vista disso, o SUS, apesar do subfinanciamento crônico, limitações e fragilidades, tem se apresentado como um individualizador primordial frente a mitigação da COVID-19 por causa da capacidade de alcance de suas políticas em uma abordagem de universalidade, integralidade e equidade (LIMA et al., 2020).

Estima-se que todos os países sofrem e sofrerão consequências por conta da pandemia, sejam elas leves e/ou graves, de curto e/ou longo prazo, refletindo no desequilíbrio dos diferentes setores da sociedade, mas principalmente nos pilares do seu desenvolvimento, como saúde, economia e educação.<sup>8</sup> Atualmente, o grave contexto pandêmico em que o Brasil se encontra imerso tem ameaçado os valores e funções fundamentais dos brasileiros, demandando





ações concretas e enérgicas em circunstâncias incertas, muitas das quais foram originadas por aqueles que deveriam ter guiado a administração pública frente a complexidade da situação desafiadora da COVID-19 (LIMA et al., 2020).

A produção desta revisão justifica-se pela dimensão do impacto da pandemia da COVID-19 no Brasil, pelas responsabilidades e atribuições da gestão pública para sistemas e serviços de saúde e pela oportunidade de utilizar o contexto da pandemia para enfrentar problemas recorrentes e emergentes no SUS. Assim, este artigo tem como objetivo analisar o panorama geral e singularidades da atuação do SUS subfinanciado frente à emergência sanitária da COVID-19 no âmbito nacional e o impacto da Emenda Constitucional nº 95 de 2015 em tempos de pandemia, na perspectiva de desafios e possibilidades para superar lacunas de coordenação no seu enfrentamento.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão narrativa, fundamentada na formulação discursiva acerca do panorama geral e singularidades das respostas dos sistemas e serviços do SUS subfinanciado frente à emergência sanitária da COVID-19, considerando as perspectivas das referências atuais.

As reflexões levantadas são suportes condutores advindos da literatura científica e percepções dos autores, os quais, analisando a progressão e atualidade da temática, consideraram pertinentes ao contexto da pandemia da COVID-19, sendo capaz de se tornarem obsoletas quando o mesmo terminar ou até mesmo em um futuro não longínquo. No entanto, o arcabouço literário científico que fundamenta a coordenação e implementação das respostas dos sistemas e serviços de saúde no Brasil, ainda que tenha a volatilidade representativa do desenvolvimento histórico-social, pode ser visto como consolidado e, assim sendo, evoluções estabelecidas para o enfrentamento da doença têm potencial reverberante de suplantar alguns obstáculos recorrentes no SUS, assim como o aparecimento de novos.

A discussão é apresentada nas seguintes seções: as pandemias da Gripe Espanhola, H1N1 e COVID-19; o SUS no enfrentamento da COVID-19; efeitos da Emenda Constitucional nº 95/2016 sobre um SUS em crise. Com base no cenário da pandemia atual, com reflexões sobre as repostas e desafios estruturais dos sistemas e serviços do SUS, abordaram-se perspectivas para a coordenação do enfrentamento da pandemia.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### AS PANDEMIAS GRIPE ESPANHOLA, H1N1 E COVID-19

Em 2020, o mundo deu início a uma nova pandemia, a do SARS-CoV-2, o novo coronavírus que causa a doença da COVID-19, a qual tem impactado de forma expressiva os contextos político, econômico, cultural e social da humanidade. Para tentar compreender o comportamento epidemiológico da pandemia atual, faz-se necessário realizar uma retrospectiva das últimas grandes crises sanitárias ocorridas em escala mundial, ou seja, a gripe espanhola no século XX e a influenza A (H1N1) no século XXI, e por conseguinte, realizar uma análise comparativa entre elas.

A pandemia de influenza que eclodiu em 1918 causada pelo vírus H1N1 que se originou em aves, a chamada gripe espanhola, foi o estopim de uma enorme crise sanitária na primeira metade do século XX. Na primeira onda, entre março e junho, a doença evoluiu de forma branda, com pouquíssimos casos que se agravaram e controle sanitário efetivo, visto que parecia que nada de mais sério iria ocorrer. No entanto, a segunda onda da doença, que começou em agosto e durou até novembro, foi muito mais séria, nebulosa e letal, em razão de um elevado grau de contaminação, acometendo principalmente os indivíduos mais novos e os de meia idade de forma agressiva, se espalhando rapidamente pelo globo (BERTUCCI-MARTINS, 2005).

A evolução da doença ocorreu no final da 1ª Guerra Mundial, e os países que se encontravam em guerra suprimiam os relatórios sobre como a doença afetava suas populações, o que, conseqüentemente, contribuía para a negação, tanto por parte das autoridades públicas, que demoram a admitir a emergência, quanto pela população em geral, que, conforme a epidemia avançava, tendia a resistir a medidas de mitigação do contágio (BERTUCCI-MARTINS, 2005). Apesar das divergências dos estudos quanto ao quantitativo de casos e óbitos, calcula-se que a gripe espanhola infectou cerca de 50% da população mundial, tendo dizimado de 15 a 50 milhões de pessoas. De um modo geral, a taxa de mortalidade da gripe espanhola é calculada em cerca de 2% (JOHNSON; MUELLER, 2002).

Em 2009, início do século XXI, o mundo se encontrava em uma crise econômica e teve que passar por uma nova pandemia que surgia neste contexto, causada pela mutação genética extremamente radial do H1N1 que viabilizou a transmissão dos suínos para os seres humanos, anunciado pela mídia como uma nova gripe espanhola, visto que havia um pavor de a doença se tornar tão letal como sua antecessora (NEUMANN et al., 2009).

A gripe suína, como ficou conhecida, teve sua origem no México e, em pouco tempo,



se proliferou pelo mundo por intermédio do sistema aéreo, chegando a pelo menos 120 países de todos os continentes nos primeiros meses. Esta pandemia foi a primeira do século XXI, numa época em que as doenças correm muito mais rápido que nos séculos passados. O H1N1 do século XXI, atacou de forma diferente ao do H1N1 do século XX, afetando os jovens, os muito obesos e os adultos aparentemente saudáveis, agredindo fortemente os pulmões (GIRARD et al., 2010; KLAJMAN, 2016).

Entre 2009 e 2010, houve de 1,6 milhão de casos da gripe confirmados, mas estimativas apontam que o número de infectados pode ter sido de 700 milhões a 1,4 bilhão, e que a taxa de letalidade foi de 0.4%. Apesar disso, a mortalidade da gripe suína foi mais baixa que da gripe espanhola. Cerca de 500 mil pessoas morreram durante a pandemia, e, por fim, a Organização Mundial da Saúde apurou em um de seus relatórios que 214 países tiveram casos da gripe suína (GIRARD et al., 2010; KLAJMAN 2016).

A partir desta retrospectiva, se observou que existem alguns aspectos que podem viabilizar uma pandemia: ambiente propício à gênese da transmissão zoonótica; as condições socioambientais que favorecem o contágio; e a conjuntura socioeconômica, os quais podem influenciar não só no desenvolvimento de um cenário pandêmico, mas também nas medidas de mitigação e propagação do agente infeccioso, como o isolamento social, o qual foi empregado nas pandemias passadas e está sendo implementado na COVID-19 (SOUZA, 2020; BEZERRA et al., 2020).

Houve significativo avanço da medicina, da saúde pública e da tecnologia no percurso das crises sanitárias. No entanto, também houve manipulações de diferentes partes para fins políticos, ajudando a definir rumos políticos e econômicos. O México, país de origem da gripe suína, ficou prejudicado por meses nas relações comerciais, sendo um dos principais exportadores de carne suína (HANASHIRO C, 2009). A China, país de origem da COVID-19, mesmo sem qualquer evidência cabal de responsabilidade até o presente momento, foi hostilizada por manifestações racistas e xenofóbicas (TORRES, 2021).

Como ocorrera nas Gripes Espanhola e Suína, os países mostraram muitas falhas na resposta à emergência da COVID-19, como planos de contingência desatualizados, déficits na qualidade dos sistemas de saúde, ocultação de dados epidemiológicos, decadência do multilateralismo e ideologias políticas conflituosas (KIND; CORDEIRO, 2020; SOUZA, 2020). Este arcabouço de falhas fez com que a América do Sul se torna-se o novo epicentro da doença, sendo o Brasil um dos países mais afetados em todos os contextos da sociedade,



principalmente para a parte da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica (WHO, 2021).

## O SUS NO ENFRENTAMENTO DA COVI-19

Ao explorar o itinerário e a evolução da COVID-19, observa-se que as regiões do mundo foram afetadas de forma distinta, e as Américas concentram o maior número de casos e óbitos atualmente, tornando-as o epicentro da doença (WHO, 2021). Tal distinção pode ser analisada sob a ótica dos modelos de saúde existentes em cada país, a adesão e o impacto das evidências científicas e as recomendações dos órgãos de saúde internacionais, com destaque para a OMS, assim como as medidas sanitárias adotadas na mitigação da doença (LAL et al., 2021).

Comparando-se as formas variadas de lidar com a mitigação do COVID-19 entre o grupo de países mais afetados, com elevada renda e sistemas de saúde organizados, e o grupo de países menos afetados, de baixa e média renda e sistemas de saúde nem sempre organizados, emergem questionamentos quanto a capacidade de aprendizado, planejamento e implementação de políticas públicas sociais e de saúde para futuras pandemias, tanto por parte da população, no que tange seu dever de fiscalizar e cobrar, quanto dos detentores do poder político, intérpretes dos anseios do povo, visto que os erros cometidos nos contextos pandêmicos de outrora seguem no cenário presente (LAL et al., 2021).

Sob uma ótica comparativa, o Brasil poderia ter tido sua iniciação na pandemia em uma conjuntura um pouco melhor quanto as capacidades estatais já existentes, especificamente quanto ao SUS. Mesmo com vários problemas, desafios e subfinanciamento, o SUS fomentou avanços notórios em uma série de políticas públicas de saúde e experienciou outros cenários epidêmicos, como a H1N1 e o Zica vírus, o que proporcionou o desenvolvimento de capacidade de gestão e aprendizagem no controle de epidemias. Todavia, os registros epidemiológicos de casos e óbitos frustraram esta expectativa, fato que hoje é atribuído a existência de interesses e agendas políticas conflitantes entre as esferas governamentais da federação (MASSUDA; TASCA, 2021).

Há mais de três décadas, a gestão da saúde brasileira tem sido ordenada por um modelo de descentralização entre Governo Federal, estados e municípios, fundamentado não só na Constituição Federal de 1988 (CF/88), mas também nas Leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90 do SUS. A constitucionalidade da gestão compartilhada e descentralizada das políticas públicas de saúde está sendo desafiada por uma percepção anômala, enviesada por uma chefia autocrática do ente





federal para com os entes subnacionais de governo (ABRUCIO et al., 2020).

Desde o início das discussões entre os gestores dos órgãos de saúde, a população brasileira vivenciou trocas subsequentes no comando do Ministério da Saúde (MS), planos de contingência controversos e medidas de prevenção desacreditadas por entidades de saúde internacionais. Mesmo diante destes desafios, as propostas outrora implementadas em outros contextos epidemiológicos puderam ser modeladas para o cenário da COVID-19, como é o caso dos fluxogramas de vigilância territorial para busca de contatos de casos da doença no período pandêmico e pós-pandêmico (SALES et al., 2020).

Dessa forma, se evidencia o papel crucial da Atenção Primária de Saúde (APS) frente ao processo de enfrentamento da doença e acompanhamento dos casos pós-COVID-19, visto que a assistência precisa ser implementada aos pacientes nas diversas fases da doença (SALES et al., 2020). A APS é considerada porta de entrada ao usuário do SUS e ordenadora das Redes de Atenção à Saúde (RAS), tendo papel fundamental no controle, redução de danos causados pela COVID-19 e acompanhamento dos assintomáticos nas próprias comunidades, mas se apresenta como coadjuvante no decorrer da pandemia (DAUMAS et al., 2020).

Ainda não se visualiza um contexto de implementação de fluxograma pós-pandêmico, mas vale salientar que antes de inseri-los na prática, a APS deverá ser reorganizada quanto aos fluxos de atendimento, papéis das RAS e pessoal qualificado e em quantitativo adequado, para, assim, mitigar a incidência da doença no público adscrito na região de saúde, impactando efetivamente na diminuição da morbimortalidade (SALES et al., 2020).

Outros pontos a serem considerados são atuação dos laboratórios públicos, muitos destes sucateados e subfinanciados, e oferta de exames biológicos para testagem em massa, os quais seguiram muito aquém do esperado, assim como de outros insumos de extrema relevância na fase de incremento da doença, fatos que culminaram com a ascensão abrupta do número de casos leves a grave, com necessidade urgente de aquisição de respiradores artificiais, abertura de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e maior número de profissionais de saúde na linha de frente (CHIORO A, 2020).

Os impactos negativos observados nos diversos contextos da sociedade brasileira, principalmente saúde e economia, são frutos de disputas políticas pela tomada de decisão durante a pandemia, agravados pela extrema desigualdade social que flagela o Brasil e a ausência de políticas públicas sociais eficazes (BARROS et al., 2020). O negacionismo e a aversão a ciência por parte de alguns grupos políticos e seus seguidores seguem como dogmas



doutrinários, e todo aquele que se mostra divergente é inimigo do Estado e do crescimento do país (CHIORO 2020).

Dessa forma, é evidente a necessidade do remodelamento imediato das políticas que influenciam a qualidade da vida humana e, a partir desse entendimento, apresentar novas pesquisas e respostas frente aos desafios sociais, políticos, tecnológicos, econômicos e ambientais que o mundo têm enfrentado, os quais foram alavancados pela pandemia da COVID-19. Ainda que não se vislumbre um cenário pós-COVID-19, avanços produzidos pelo SUS têm potencial reverberante de suplantiar alguns obstáculos recorrentes, assim como o aparecimento de novos, visto a volatilidade representativa do desenvolvimento histórico-social da população (GADELHA 2021).

## **EFEITOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016 SOBRE UM SUS EM CRISE**

O SUS se originou a partir de um dos maiores movimentos de reforma sanitária da história brasileira, o qual também ecoou na Constituição Federal de 1988: “Artigo 196 – A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas”. No entanto, desde seu início, o SUS enfrenta problemas na estrutura financeira/orçamentária devido ao seu subfinanciamento, impactando de forma direta na garantia deste direito constitucional à população. Atualmente, o Brasil gasta 8% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em saúde, dos quais 4,4% vêm de gastos privados e 3,8%, de gastos públicos (SALDIVA; VERAS, 2018).

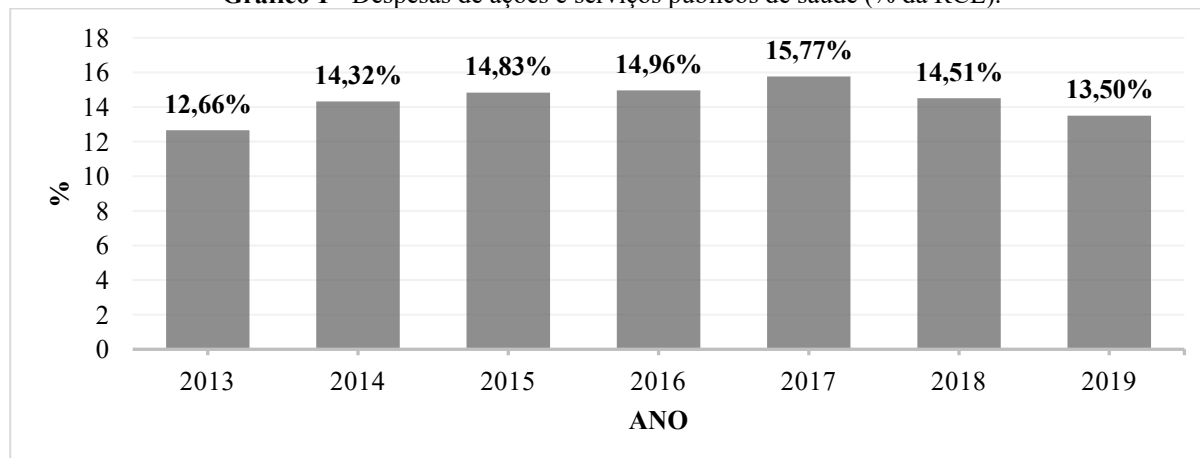
A Emenda Constitucional nº 95 (EC 95) de 2016 intensificou o subfinanciamento crônico do SUS, uma vez que instituiu um teto de gastos públicos por 20 anos. Na prática, a EC 95 congela as despesas primárias, reduzindo-as em relação ao PIB ou em termos per capita por duas décadas, independentemente da arrecadação e do ciclo econômico, congelando também os valores mínimos de aplicação no SUS. Durante a evolução da COVID-19 no Brasil, se observou a redução e qualidade da oferta de serviços de saúde, impactando negativamente nas necessidades e demandas do povo brasileiro (MORETTI, 2020).

Os efeitos da EC 95 sobre o financiamento federal do SUS são ainda mais evidentes quando se observa o projeto de lei orçamentaria para 2021, a qual está ancorada ao teto de gastos a inexistência de meta de resultado primário, visto a dinâmica de crescimento real de alguns gastos e a incerteza sobre a recuperação da economia. Na prática, estima-se que o SUS perdeu R\$ 22,5 bilhões entre 2018 e 2020, excluídos os recursos da pandemia. Apesar de os



valores aplicados em saúde subirem entre 2013 e 2016 (12,66% a 14,96%), a partir de 2017, os valores passam de 15,77% da Receita Corrente Líquida (RCL) para 13,58% da RCL em 2019, efeito do congelamento do piso de saúde (MORETTI, 2020).

**Gráfico 1** - Despesas de ações e serviços públicos de saúde (% da RCL).




**Fonte:** Adaptado de Moretti B, 2020.

Cabe ao Estado garantir saúde à população brasileira, não a eximindo de seus deveres, em contrapartida está o novo regime fiscal que vem impactando negativamente este processo de democratização da saúde com qualidade. O devido e justo orçamento destinado ao SUS é a garantia do direito a saúde universal, igualitária e equânime, o que também pode melhorar os indicadores de saúde e a economia brasileira. Cabe ao Congresso Nacional rever o modelo de regime fiscal vigente e seus impactos em todos os setores sociais, mas principalmente no contexto da saúde, visto que o mesmo limita a ação do Estado para coadjuvante neste enredo nebuloso (MORETTI, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise sanitária desencadeada pela COVID-19 se consolidou como um desafio sem precedentes para todos os modelos de saúde do mundo. A análise da atuação do SUS frente a COVID-19 no Brasil revela as fragilidades e desafios que o aflige a mais de 30 anos, que se intensificaram pelo aumento explosivo de demandas provocadas pela pandemia em todas as regiões do país. Ao considerar as singularidades dos entes federativos, se faz relevante destacar os avanços, retrocessos e limitações da atuação dos sistemas e serviços públicos de saúde, visto que uma parcela muito significativa da população brasileira é atendida pelo SUS, principalmente o público em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o qual não conseguiria custear o tratamento em desfavor do vírus em hospitais particulares.



Portanto, é evidente a magnitude da competência do SUS para coordenar, organizar e regular as melhores respostas científicas no enfrentamento da pandemia, sendo necessária uma revisão sistemática e enérgica do modelo fragmentado e orçamento fiscal atualmente implementados, visando os desafios para o pós-covid e o aperfeiçoamento das políticas sociais, econômicas e de saúde orientadas por evidências na redução das desigualdades no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F.L., et al. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Rev. Adm. Pública**, v. 54, n. 4, p. 663-677, 2020.

BARROS, R.P., et al. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Rev. Sem Aspas**, v. 9, n. 1, p. 41-60, 2020.

BERTUCCI-MARTINS, L.M. Entre doutores e para os leigos: fragmentos do discurso médico na influenza de 1918. **História Ciências Saúde–Manguinhos**, v. 2, n. 1, p. 143-157.

BEZERRA, A.C.V., et al. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, supl. 1, p. 2411-2421, 2020.

CHIORO, A. Brasil y Covid-19: un estudio de caso sobre necropolítica. **Palabra Publica**, 2020. Disponível em: <http://palabrapublica.uchile.cl/2020/07/23/brasil-y-covid-19-necropolitica/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

DAUMAS, R.P., et al. The role of primary care in the Brazilian healthcare system: limits and possibilities for fighting COVID-19. **Cad. Saúde Pública**, v. 36, n. 6, e00104120, 2020.

DINIZ, M.C., et al. Crise global coronavírus: monitoramento e impactos. **Cadernos de Prospecção**, v. 13, n. 2, p. 359-377, 2020.


GADELHA, C.G. O Complexo Econômico-Industrial da Saúde 4.0: por uma visão integrada do desenvolvimento econômico, social e ambiental. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 16, n. 28, p. 25-49, 2021.

GIRARD, M.P., et al. The 2009 A (H1N1) influenza virus pandemic: a review. **Vaccine**, v. 28, n. 31, p. 4895-4902, 2010.

HANASHIRO, C. **Gripe suína: comércio na cidade do México perde R\$ 240 mi por dia**. BBC News Brasil: São Paulo; 2009. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/05/090505\\_mexicoimpactoeco\\_ch\\_fp#:~:text=Apesar%20de%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial,importa%C3%A7%C3%B5es%20de%20carne%20su%C3%ADna%20mexicana](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/05/090505_mexicoimpactoeco_ch_fp#:~:text=Apesar%20de%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial,importa%C3%A7%C3%B5es%20de%20carne%20su%C3%ADna%20mexicana.). Acesso em: 10 mai. 2021.

JOHNSON, N.P.A.S.; MUELLER, J. Updating the Accounts: Global Mortality of the 1918-1920 “Spanish” Influenza Pandemic. **Bulletin of the History of Medicine**, v. 76, n. 1, p. 105-115, 2002.





KIND, L.; CORDEIRO, R. Narrativas sobre a morte: a Gripe Espanhola e a COVID-19 no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, e020004, 2020.

KLAJMAN, C. A Gripe sob a ótica da História Ecológica: um estudo comparativo entre as pandemias de 1918 e 2009. **História Revista**, v. 20, n. 3, p. 118-137, 2016.

LAL, A, et al. Fragmented health systems in COVID-19: rectifying the misalignment between global health security and universal health coverage. **Lancet**, v. 397, p. 61-67, 2021.

LIMA, N.T., et al. A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. **Cad. Saúde Pública**, v. 36, n. 7, e00177020, 2020.

LU, R., et al. Genomic characterisation and epidemiology of 2019 novel coronavirus: implications for virus origins and receptor binding. **Lancet**, v. 395, n. 10224, p. 565-574, 2020.

MASSUDA, A.; TASCA, R. **A resposta dos sistemas de saúde à COVID-19: breve análise sobre o SUS**. In: SANTOS, A.O.; LOPES, L.T. Coleção COVID-19: principais elementos. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2021. p. 78-95.

MORETTI, B. Os impactos da Emenda Constitucional 95 sobre o SUS em 2021. **RBPO**, v. 10, n. 2, p. 27-40, 2020.

NEUMANN, G., et al. Emergence and pandemic potential of swine-origin H1N1 influenza vírus. **Nature**, v. 459, n. 7249, p. 931-939, 2009.

OLIVEIRA, W.K., et al. Como o Brasil pode deter a COVID-19. **Epidemiol e Serv Saúde**, v. 29, n. 2, e2020044, 2020.

PEIRIS JSM, et al. Coronavirus as a possible cause of severe acute respiratory syndrome. **Lancet**, v. 361, n. 9366, p. 1319-1325, 2003.

SALDIVA, P.H.N.; VERAS, M. Gastos públicos com saúde: breve histórico, situação atual e perspectivas futuras. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 92, p. 47-61, 2018.

SALES, C.M.M., et al. Vigilância em saúde da COVID-19 no Brasil: investigação de contatos pela atenção primária em saúde como estratégia de proteção comunitária. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 4, 2020373, 2020.

SOUZA, D.O. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, supl. 1, p. 2469-2477, 2020.

TORRES, R. **Pandemia revela outras faces da xenofobia**. São Paulo: Com Ciência; 2021. Disponível em: <https://www.comciencia.br/pandemia-revela-outras-faces-da-xenofobia/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). **Folha informativa da COVID-19 – Escritório da OPAS e da OMS no Brasil** [Internet]. Brasil: OPAS; 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 10 mai. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **WHO Coronavirus disease (COVID-19) dashboard**. WHO; 2020. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 10 mai. 2021.



ZHU, N., et al. A novel coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019. **N. Engl. J. Med.**, v. 382, n. 8, p. 727-733, 2020.



# CAPÍTULO 16

DOI: 10.47402/ed.ep.c202173815561

## A SAGA DO ANALFABETISMO E A PANDEMIA COVID-19: HISTÓRIA TRISTE EM MOMENTO ATUAL TRISTE

**Hercules Guimarães Honorato**, Mestre em Educação. Pesquisador do Núcleo de Implantação do Instituto Naval de Pós-Graduação, RJ

**Marcela Duarte-Herrera**, Mestre em Educação da Universidade Del Valle, Cali, Colômbia

### RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar a relação professor-aluno, na perspectiva do professor de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil durante a pandemia de Covid-19. Este artigo é um trecho de um estudo maior sobre analfabetismo, um diálogo entre Brasil e Colômbia. A abordagem metodológica foi qualitativa, tendo como técnicas exploratórias iniciais a pesquisa documental e bibliográfica, partindo da seguinte questão: Como se desenvolve a relação professor-aluno neste período pandêmico? O analfabetismo no Brasil é histórico e foi construído pela classe dominante, desde a colônia até os dias atuais, o que pode ser evidenciado pelo excessivo número de analfabetos ainda neste século. O período de isolamento social com o fechamento das escolas foi um marco negativo na educação em qualquer nível escolar, não poderia ter sido diferente para os jovens e adultos que, em sua larga maioria, trabalha de dia e estuda a noite, em situações de informalidade ou de subemprego, em especial devido a sua condição de pessoa analfabeta. A transição das atividades escolares formais e presenciais para a virtualidade, principalmente na EJA, trará diversos efeitos, como o aumento das desigualdades educacionais, com tendências de desmotivação e abandono do processo formativo do aluno. Nesse sentido, o trabalho docente de jovens e adultos deve ser amparado por elementos do direito à cidadania e à formação humana, por meio da construção de uma relação que busque uma educação de qualidade, com aprendizagem significativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Analfabetismo, Pandemia COVID-19, Relação professor-aluno.

### INTRODUÇÃO

“Não sou nada.  
Nunca serei nada.  
Não posso querer ser nada.  
À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo [...]  
Falhei em tudo.  
Como não fiz propósito nenhum, talvez tudo fosse nada.  
A aprendizagem que me deram,  
Desci dela pela janela das traseiras da casa”.

(Álvaro de Campos<sup>7</sup>)

---

<sup>7</sup> Álvaro de Campos, um dos heterônimos de Fernando Pessoa. Tabacaria, de 1928, publicado em 1933 na Revista Presença. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Tabacaria\\_\(poema\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tabacaria_(poema)). Acesso em: 06 ago. 2020.



O mundo globalizado atual, onde as fronteiras físicas são apenas meras referências simbólicas, está integrado e conectado em comunidades e organizações, em que novas conexões de tempo e espaço são construídas, tornando-o, em realidade e em experiência, mais interconectado (HALL, 2005). Bauman (1999, p.67) nos deixa claro que o “[...] significado mais profundo transmitido pela ideia da globalização é o caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; ausência de um centro [...] é a nova desordem social”. Dentro dessa desordem de um centro vem ao encontro do que o mundo vive atualmente, a partir da declaração, em março de 2020, da pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2), pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), agência da ONU criada para coordenar o desenvolvimento regional, a pandemia chegou à América Latina em um momento de baixo crescimento econômico e tenderá a levar 28,7 milhões de pessoas à pobreza, um aumento de 4,4% com relação a 2019. A crise terá maiores impactos sobre os mais vulneráveis, idosos, jovens desempregados, subempregados, mulheres, trabalhadores desprotegidos e trabalhadores migrantes, com consequente aumento da desigualdade (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA, 2020). Os impactos sociais mostram um aumento das taxas de pobreza e extrema pobreza e a persistência das desigualdades. “Nesse contexto, a crise terá repercussões negativas na saúde e na educação, bem como no emprego e na pobreza” (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA, 2020, p.9).

O professor Moacir Gadotti (2008, p.59) ressalta que “o primeiro direito do alfabetizando é o direito de se expressar, diante de um mundo que sempre o silenciou”, deixando claro que, ratificado pelo art. XXVI, da Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948), há o direito universal à instrução, esta que deverá ser gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais; e obrigatória. Caminhando *pari passu*, em um contexto atual, temos a Agenda 2030 da própria organização (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015), que em seu objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS) nº 4 (quatro), onde deveremos procurar assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos estabelece a determinação para acabar com a pobreza e a fome, garantindo que todas as pessoas possam realizar o seu potencial com dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.

A pobreza que tenderá a aumentar, o desemprego que caminhará para um aumento





considerável pela paralização das economias, e, nesse mesmo rumo, soma-se a circulação de pessoas que ficou compulsoriamente dificultada com um distanciamento social. As instituições de ensino pararam por um período incerto, fecharam suas portas, pois ainda não é sabido o que vai acontecer nos próximos dias, meses ou mesmo anos. Ensinar é desenvolver uma ação estratégica especializada, fundada no conhecimento próprio, ou seja, o do professor, em qualquer época e lugar. Esse, por sua vez, busca fazer com que todos os seus estudantes, independente do nível escolar – crianças, jovens ou adultos - aprendam algum conteúdo, que se considera socialmente necessário na formação do cidadão.

O ensino e aprendizagem foram se adaptando e se moldando, via educação a distância ou como ficou conhecido no Brasil como “ensino remoto”, quando os ambientes familiares foram adaptados a serem salas de aula improvisadas, ocasionando um conjunto de medos e incertezas quando ao futuro do estudante. Esta pesquisa, portanto, é um recorte de um amplo estudo de caso que foi realizado pelos autores, por intermédio de um diálogo Brasil e Colômbia, de um tema ainda pouco discutido mesmo nos dias atuais – o analfabetismo - um símbolo claro da exclusão social e que também padece, em grande medida, com o fechamento das escolas no combate ao COVID-19, da sua erradicação.

O objetivo deste artigo é apresentar a relação professor e aluno, sendo este um indivíduo analfabeto, na visão de docentes em atividades na educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil. Este estudo se torna relevante, em especial por apresentar um tema importante e muito pouco discutido na atual conjuntura de nossas sociedades tecnológicas e globais, além do que há poucas investigações que procuram apresentar o analfabetismo e o seu legado de invisibilidade da pessoa (WINCK, 2019). Não será tratado o analfabetismo digital, mas o analfabetismo absoluto e funcional. Importante ratificar que este tema tem seu caminho no atual estado de pandemia com o fechamento das escolas.

Este artigo está dividido em três seções principais, além da introdução e considerações finais. A primeira seção apresenta a metodologia empregada, ou seja, o caminho escolhido para o atingimento do objetivo central colimado. A segunda trata do estado da arte levantado no Brasil sobre o analfabetismo na conjuntura atual, seus principais conceitos, sem esquecermos do arcabouço estruturante da história que nos levou a termos um contingente considerável de analfabetos ainda neste século. Na última seção são apresentados as análises e discussões inerentes ao objeto deste estudo em função da coleta de dados de professores em atividades na EJA na cidade do Rio de Janeiro.



Assim contextualizado, a seguinte questão de pesquisa norteou este trabalho: Como está se desenvolvendo a relação professor e aluno - jovem e adulto em alfabetização - nesse período de fechamento das escolas devido a pandemia COVID-19?

## **METODOLOGIA**

A abordagem metodológica de investigação adotada nesta pesquisa foi qualitativa, que segundo Alves-Mazzoti e Gewandsnajder (1999, p.163) é “caracteristicamente multimetodológica, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados”. O caminhar deste estudo contou ainda com pesquisas documental e bibliográfica como técnicas exploratórias iniciais, onde se buscou estabelecer relações sobre o analfabetismo, a relação professor-aluno e a pandemia COVID-19, com um levantamento de artigos em sítios acadêmicos na internet, sobre a continuidade do ensino e aprendizagem dos jovens e adultos com as escolas fechadas.

Como já informado, este estudo é um recorte de um estudo de caso sobre o tema do analfabetismo, um diálogo que foi realizado entre Brasil e Colômbia. Para o estudo citado, foi construído, como instrumento de coleta de dados, um pequeno questionário, com duas perguntas fechadas e quatro abertas e disponibilizado via *google forms* na internet, com distribuição para professores da EJA de ambos os países. Foram 12 os professores brasileiros que retornaram o questionário preenchido. Como o estudo tem como foco a relação professor e o aluno jovem e adulto em alfabetização e a pandemia COVID-19, das perguntas abertas, apenas a última foi analisada, pois está diretamente ligada ao objeto de estudo.

De posse do resultado do questionário, estruturado no quadro teórico, efetuou-se uma análise do material gerado, com base nos eixos considerados – pandemia COVID-19, relação professor e aluno, estudante analfabeto, ensino e aprendizagem.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Ao iniciarmos um estudo que tem como base a educação, que em grande medida representa um fato social, visto que ela se impõe, segundo Freitag (1984, p.16), coercitivamente a pessoa que, “[...] para o seu próprio bem, sofrerá a ação educativa, integrando-se e solidarizando-se com o sistema social em que vive. Os conteúdos da educação são independentes das vontades individuais [...]”. Essa autora ainda afirma ainda que ela sempre



expressa uma doutrina pedagógica com base na concepção de homem e sociedade, cujo processo educacional caminha por instituições específicas, como a família, a escola, a comunidade e a igreja.

Partindo-se desse olhar, entramos em um conceito que se adere ao sentido da educação em um contexto concreto, o da formação da identidade do cidadão integrante de uma sociedade, que Stuart Hall (2005) nos deixa claro que ela é formada na interação entre o eu e a própria sociedade. Esse autor afirma que ela “[...] surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro dos indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*”. (HALL, 2005, p.39, grifo do autor). Se juntarmos os grifos desse autor teremos uma relação importante entre o indivíduo e a sociedade: o seu caráter de pertencimento e o do ser reconhecido.

Em estudo sobre os “desconceitos” que são expostos em relação ao indivíduo analfabeto, o professor Alceu Ravello Ferraro (2004, p.112), um dos estudiosos do tema no Brasil, transfere para o leitor que existem formulações enviesadas conceituais, “que representam antes munição para o uso na luta ideológico-política, do que instrumentos de análise científica da realidade social”. E assim, encontramos em nossas leituras o analfabeto: ser invisível, cegos sociais, baixa autoestima, excluído, apartação social, homem perdido, natural inferioridade, subcidadão, cidadão incompleto, ralé brasileira, ignorante, cegueira, preguiçoso, doente, erva daninha, incapaz, perigoso socialmente, estúpido, inconsciente, populacho ignaro, bronco, marginal entre outros adjetivos depreciativos (LEÃO, 2012; SOUZA, 2006; FERRARO, 2002, 2004; ANDRADE; MOREIRA, 2019; FREIRE, 1981; VILAS BOAS; HOLANDA; CASTRO, 2019; BARBOSA; DELAGUETTI, 2015).

O analfabetismo não pode e nem deve ser considerado como uma doença, um “desconceito” preconceituoso, que deve ser curado, mas um problema social a ser resolvido por todos para que o indivíduo analfabeto possa viver com dignidade (BARBOSA; DELAGUETTI, 2015). O analfabetismo é consequência da negação de um direito e não será eliminado sem a mobilização da sociedade (GADOTTI, 2008, p. 19). Paulo Freire (1982, p.11), em seu livro “Educação e Mudança”, deixa-nos claro que:

Deformados pela acriticidade, não são capazes de ver o homem na sua totalidade, no seu que fazer-ação-reflexão, que sempre se dá no mundo e sobre ele. Pelo contrário, será mais fácil, para conseguir seus objetivos, ver o homem como uma “lata” vazia que vão enchendo com seus “depósitos” técnicos.

A partir desse ponto, alguns conceitos principais devem ser expostos, como: analfabeto



absoluto, analfabeto funcional e letramento. Analfabeto absoluto, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) seria a pessoa que se declara não saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece, além de incluir aqueles que relatam que aprenderam a ler, mas já o esqueceram (PAINI *et al.*, 2005). O analfabeto funcional, em síntese e segundo Winck (2019), seria as pessoas com menos de quatro anos de estudos. O letramento seria o indivíduo que sabe ler e escrever, porém não necessariamente as utiliza em sua vida cotidiana (PAINI *et al.*, 2005). Gadotti (2008, p.14) esclarece que se a pessoa alfabetizada “não usa o que conhece, acaba esquecendo o que aprendeu. A falta de continuidade é mortal para o recém-alfabetizado”.

O analfabetismo no Brasil é histórico. Tem sua origem na chegada dos europeus em terras de além mar, que viria a ser o Brasil, onde “encontraram uma população ameríndia bastante homogênea em termos culturais e linguísticos, distribuída ao longo da costa e na bacia dos rios Paraná-Paraguai” (FAUSTO, 2006, p.37). A chegada dos portugueses representou uma verdadeira catástrofe para os índios, pois os “[...] índios que se submeteram ou foram submetidos sofreram a violência cultural, as epidemias e mortes (FAUSTO, 2006, p.40).

Os colonizadores lusitanos não se preocupavam com a sua colônia e nem com os seus habitantes. A produção econômica no período colonial era agrícola, com uma sociedade agrária, latifundiária e escravista. Com este tipo de sociedade, segundo Ferraro (2012, p. 47), se tivéssemos uma instrução primária efetiva, a elite colonizadora “teria cavado a própria sepultura se houvesse o alargamento da escolarização e alfabetização do povo”. Em 1872, quando foi realizado primeiro censo brasileiro, uma taxa elevadíssima de analfabetos foi verificada: nada menos que 78% para toda a população de dez anos ou mais, contanto pessoas livres e escravas. O analfabeto não tinha direito a voto, o que só foi corrigido mais de 100 anos depois, na atual Constituição Cidadã, de 1988 (BRASIL, 1988).

Atualmente, sendo o Brasil uma país continente e com uma população de mais de 200 milhões de habitantes, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019 (IBGE, 2019), a taxa de analfabetismo absoluto das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos). O que se poderia inferir é que o quantitativo exposto seria, em grande medida, de pessoas adultas, o que não retrata a realidade atual. O que se verifica é um crescimento dos jovens brasileiros que estão com acesso restrito a escola, uma permanência precária e uma qualidade do ensino e aprendizagem comprometida (PAINI *et al.*, 2005).





A Constituição brasileira (BRASIL, 1988), em seu inciso I do art. 208, estabelece como dever do Estado com a educação deve ser efetivado mediante a garantia assegurada do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. O que podemos asseverar é que existe uma preocupação em erradicar o analfabetismo, tanto na Carta Magna quanto no Plano Nacional de Educação (PNE) em vigor (BRASIL, 2014). Segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional (AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018), com dados levantados em 2018, temos 30% da população brasileira adulta com o alfabetismo rudimentar, que, em síntese, seriam os analfabetos absolutos e funcionais.

No combate ao analfabetismo, foi criada pelo governo federal a modalidade de ensino denominada Educação de Jovens e Adultos (EJA), destinada aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação na escola convencional na idade apropriada. Permitindo que o aluno retome os estudos e os conclua em menos tempo e, dessa forma, possibilitando sua qualificação para conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2020). Normalmente as aulas são ministradas a noite, quando as salas de aula estão vazias das turmas regulares do fundamental ou médio.

Costa e Bresolin (2019, p.101) argumentam que “as escolas ainda carecem de uma infraestrutura de qualidade, os profissionais que atuam na EJA ainda não tem uma formação específica para este público”. Paulo Freire (1981), em seu método de alfabetização de adultos, afirma que o ato de ensinar não deve ser mecânico, como um depositar de palavras, sílabas e letras, devendo-se dar um valor especial à experiência existencial dos alfabetizandos. Por esse trilhar, existe o “Ato de Conhecimento”, que para que exista, “o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo” (FREIRE, 1981, p.40). Gadotti (2008, p.51) realça também a importância na formação do professor alfabetizador de jovens e adultos, “a partir de uma metodologia dialógica e conscientizadora”.

Segundo Libâneo (1994, p.29) "O processo de ensino é uma atividade conjunta de professores e alunos". É uma via de mão dupla, cujo fluxo é determinado pelo impacto da ação docente na vida dos alunos. É um processo que se encontra em patamares mais elevados do que a mera transmissão de conhecimentos e de oportunidades para a aquisição de habilidade e desenvolvimento de competências. Assim, temos a responsabilidade de melhor nos prepararmos para a nossa profissão, pois acreditamos que, por intermédio da prática escolar e do nível de influência que empreendemos sobre os alunos, ainda mais se adultos, podemos proporcionar-lhes possibilidades de exercer o seu direito à educação.



A sala de aula é o *locus* onde a relação professor e aluno se desenvolve em maior intensidade, em princípio, em todo o processo de ensino-aprendizagem. A gestão da sala de aula supõe um gesto que se apoie, ao mesmo tempo, nos saberes a construir, nos procedimentos de implementação das atividades e na lógica das interações dos alunos com o mestre. Freire (2008, p.86) ressalta que “o fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve”.

Um ponto prejudicado com o fechamento das escolas é a relação direta professor e aluno. Importante aspecto dessa relação é que a conduta do professor exerce influência direta sobre a motivação e a dedicação dos seus alunos ao aprendizado. Temos que estar convencidos de que todos os alunos são importantes, que é nossa vontade fazer com que todos participem e vejam que a relação tem que ser igual aos elos de uma corrente, fortes e unidos em um determinado objetivo. Um bom relacionamento com nossos alunos, portanto, é condição *sine qua non* para a eficácia da tarefa docente na construção de estruturas fortes para o caminhar autônomo dos mesmos.

Assim, portanto, precisamos procurar uma nova forma de ensinar e aprender, pautada no contexto do mundo atual e considerando o que se tem em casa, o envolvimento da família e a vida de distanciamento social. É preciso explorar novas maneiras de aprendizagem e interações que estimulem a curiosidade e a criatividade nos alunos, independente se adultos, para além do currículo acadêmico. O papel docente está em “incitar o aluno a fim de que ele, com os materiais que ofereço, produza a compreensão do objeto em lugar de recebê-la, na íntegra, de mim” (FREIRE, 2008, p.118). Conteúdo sem contexto, na prática docente não gera significado.

No momento em que o ensino remoto foi o caminho escolhido por boa parte das redes de ensino, podemos afirmar que no caso em estudo, da educação de jovens e adultos, tal situação, em grande medida, não teve um ajustamento correto, em especial devido a: (i) falta de acesso a internet de qualidade e gratuita; (ii) de ambientes propícios e tempo disponível para o estudo em casa, depois de uma jornada de trabalho; (iii) a não existência de computadores ou o uso restrito do celular; (iv) não preparação docente e discente para o uso das mídias eletrônicas; (v) o analfabetismo também digital do alunado; (vi) desmotivação do alunos pela falta de contato direto e imediato com seu professor, importante no trato do adultos em alfabetização, o que não acontece na sala de aula presencial.



O analfabeto, que antes era diagnosticado como fruto da pobreza e da marginalização, passou a ser, atualmente, como efeito de uma pobreza gerada por uma estrutura social injusta e não igualitária (SOARES, 1996 *apud* COSTA; BRESOLIN, 2019, p.97). O ser humano não nasce pronto para trilhar o seu caminho de vida. Necessita dos seus pares para o seu desenvolvimento e formação. A gênese da construção sócio-política do homem acontece por intermédio da educação, uma mediação que vai ser desenvolvida para a sua autonomia e para a sua integração social. Barbosa e Delagueti (2015) se somam ao nosso pensamento quando apresentam que o indivíduo, qualquer que seja, não deseja ser analfabeto, um cidadão incompleto, com baixa estima, exclusão social e não pertencimento.

Foi lançado em outubro de 2020, o documento 10 princípios em defesa da educação pública nas eleições 2020 é uma ação da Rede Comunica Educação, composta 14 sociedades científicas e entidades acadêmicas e de classe da área da educação. O princípio dez trata da garantia da qualidade social, resume para os futuros prefeitos e vereadores brasileiros que temos 11 milhões de analfabetos com idade a partir de 15 anos e que esse número se conecta com “a pobreza, o subemprego e a discriminação, deixando determinados grupos em destacada vulnerabilidade social em relação ao restante da população” (REDE COMUNICA EDUCAÇÃO, 2020, p.26). Tais conexões também foram apresentadas no quadro teórico levantado, o que afirma que a mitigação do analfabetismo deve ser uma ação de todos os integrantes da sociedade, incluindo, com certeza, os poderes executivo e legislativo.

## ANÁLISES E DICUSSÕES

Como participado na introdução e também na metodologia, este artigo é um recorte de um estudo maior, que abriu um diálogo Brasil Colômbia sobre o tema do analfabetismo nestes países. O instrumento de coleta original contou com duas perguntas fechadas, que trataram respectivamente da experiência e modalidade de contrato dos professores em atividades em turmas de EJA, do primeiro ciclo, ou seja, na alfabetização de jovens e adultos. Os sujeitos deste estudo são professores do município da cidade do Rio de Janeiro.

Os respondentes totalizaram 12 professores assim distribuídos em relação a sua experiência profissional na educação de jovens e adultos: (i) sete com mais de dez anos; (ii) um com sua experiência entre seis e dez anos; e (iii) quatro com até cinco anos de experiência. Podemos verificar que a maioria respondente tem mais de dez anos de docência nesse tipo de ensino, o que se mostra importante, visto que a EJA é uma política de Estado, que tem que



caminhar com uma educação de qualidade ao adulto em alfabetização, que tenderá a formação para uma boa cidadania com uma inclusão social efetiva, no seu emponderamento e pela solidariedade criada entre docentes e discentes.

Em relação ao regime de trabalho dos professores respondentes, verificamos a não existência de voluntários, enquanto a maioria representativa de nove foram nomeados exclusivamente para professores alfabetizadores e três foram contratados para uma ação direta na EJA. O que isso afiança é que existe uma preocupação de termos professores com vínculo empregatício no município do Rio de Janeiro, em especial os nomeados em concurso público. Gadotti (2008) estipula três condições básicas para um movimento exitoso na alfabetização de jovens e adultos: (i) empenho e organização dos movimentos sociais; (ii) vontade política da administração, nesse ponto está o poder público; e (iii) apoio da sociedade.

A pergunta que foi foco este estudo foi a seguinte: Como está se desenvolvendo a sua relação professor e aluno nesse período de fechamento das escolas devido a pandemia COVID-19? A fim de complementar o nosso questionamento, solicitamos aos professores que expusessem os relatos “marcantes” de experiências positivas e negativas. A análise foi desenvolvida na leitura das respostas ancoradas no referencial teórico levantado, e caso seja necessário expor algumas das respostas literalmente, a mesma foi transcrita, citando apenas o bigrama P1 até P12, como fator importante na manutenção do anonimato da fonte.

O respondente P2 apresentou pontos importantes que foram também destacados no referencial teórico, que deixaram claro a importância de uma relação positiva e concreta do professor alfabetizador com seus alunos.

[...] primeiramente é importante criar o vínculo do afeto. compreender que educação de adultos vai para além da leitura da palavra. são pessoas recheadas de histórias e de vida que jamais podem ser desprezadas. neste momento, mais do que nunca, as atividades são balizadas em ações de humanização! fazer contato com alguém que não fala a muito tempo. assistir um vídeo de uma música e cantar o trecho que mais chamou atenção.

O período de isolamento social com o fechamento das escolas foi um marco negativo na educação em qualquer nível escolar, não poderia ter sido diferente para os jovens e adultos que, em sua larga maioria, trabalha de dia e estuda a noite, em situações de informalidade ou de subemprego, em especial devido a sua condição de pessoa analfabeta. Os professores alegaram que foi um grande desafio que estão vivendo nesse período. P1 comenta que tem contato com cerca de 50% dos seus alunos, com pouco retorno das atividades que propõe, em especial pelo analfabetismo também familiar e digital, além de “falta de internet; apenas um aparelho celular para o uso de várias pessoas”.





O reconhecimento que estamos vivendo uma período de disruptura social e emocional está claro nas palavras de P4, que procurou tanto o aspecto positivo quanto negativo, mas conclui e reconhece que o momento requer esse afastamento,

O ponto positivo é que professores e alunos perceberam que a tecnologia é uma ferramenta de extrema importância para o nosso século e sem ela estamos estabilizados, sem fazer avanços necessários. O ponto negativo é a distância, a falta de contato físico, o olho no olho que para a educação esses contatos são de extrema importância.

Este ponto negativo levantado é de extrema importância na relação professor-aluno, quando a perda do olho no olho, do contato direto, de tirar as dúvidas no momento que surgem e que não se acumulam, deixam claro que a sala de aula presencial alavanca uma relação positiva no caminhar do alfabetizante em sua busca de reintegração social via educação.

Uma situação que no pós-pandemia deve ser muito discutida, ou seja, o aumento que poderemos ter nas desigualdades educacionais, e porque não dizer para o caso em estudo, também sociais e econômicas. O professor respondente P5 transparece sua preocupação ao apresentar que “A maioria dos alunos são empregados domésticos, da construção civil e trabalho informal. Muito difícil desenvolver objetivo pedagógico com quem esta saindo diariamente das suas casas, com medo da doença é também do desemprego”.

O que verificamos é que o professor está se reinventando, e com a sua forma de ensinar sendo moldada ao tempo, ao espaço e ao seu dia a dia, não deixando ninguém para trás, pois soluções devem ser buscadas, estratégias da arte de ensinar devem ser tentadas. P5 ainda ressalta que “o ponto positivo é que mesmo sendo um grupo de pessoas que ainda não adquiriram a habilidade da leitura e da escrita. Não estamos permitindo romper o vínculo. Usamos o *WhatsApp* . Para ouvir histórias, poesias, relatos , trocar receitas, entre outros.

O espaço da sala de aula é o local de ação do professor, onde atua como uma pessoa que busca construir conhecimento por intermédio da sua relação com seus alunos. P10, reafirma tal situação de fechamento compulsório das escolas, ao retratar que “A ausência do espaço escolar e a interação social são fatores muito prejudicados neste processo”, o que não nos deixam dúvidas. Uma outra visão do comportamento humano com solidariedade, reflexão e aprendizagem foi o que apresentou P12 em sua resposta, porém, refletido nos demais respondentes não citados, um sentimento de impotência por não alcançar os objetivos, estresse, dificuldade de lidar com as tecnologias.

Podemos verificar que os professores alfabetizadores têm a preocupação constante com seus alunos, em especial nas condições atuais que estamos vivendo no mundo. O enfoque da



alfabetização deixa de ser pedagógico, passando para um olhar predominantemente sociológico. Como síntese desta seção podemos citar uma frase de Paulo Freire (2008, p. 23), retirada do seu livro “Pedagogia da Autonomia”, onde esse autor deixa claro que “Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro”.

O responsabilidade pelo fracasso das pessoas analfabetas e a sua exclusão da sociedade não pode ser totalmente colocada em suas costas. Um conjunto de fatores contribuem para isso nos dias atuais, como: (i) precariedade do sistema de ensino; (ii) infraestrutura de qualidade nas escolas; (iii) um processo lento de alfabetização; (iv) formação específica dos professores para esses alunos; (v) condições materiais de sua existência, a pobreza e estrutura social não igualitária; (vi) dicotomia entre estudo e trabalho; (vii) a escola excludente; (viii) prioridade nos investimentos necessários na Educação de Jovens e Adultos; (ix) falta do envolvimento efetivo da sociedade; e (x) direitos constitucionais negados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha da epígrafe introdutória deste artigo teve uma motivação principal. Quando um poema de 1928 foi o escolhido, que procurou retratar a angústia vivida por uma pessoa entre a sua realidade e o seu sonho, entre o seu pessimismo e até a sua morte. O fracasso que é sentido e demonstrado pelo indivíduo jovem ou adulto analfabeto nas primeiras três linhas do poema, “Não sou nada. Nunca serei nada. Não posso querer ser nada. [...]”. Os “desconceitos” que foram listados anteriormente se somam ao não ser nada, pois nunca serão nada e não podem querer mais nada, pois já são adultos e o tempo não volta mais.

O analfabetismo no Brasil é histórico e foi construídos pela classe dominante, desde a colônia até os dias atuais, o que pode ser comprovado pelo número excessivo de pessoas analfabetas ainda neste século. O tema é relevante, mas pouco discutido ou pesquisado. Fala-se e escreve-se sobre grau de alfabetização, mas a raiz do problema que restringe o desenvolvimento da pessoa, lembrando que somos seres sociais e moldados historicamente, incompletos, em constante busca por um lugar ao sol, em um mundo que, no momento, passa por uma das piores fases de sua existência, com o advento de uma emergência sanitária.

A passagem das atividades formais e presenciais para a virtual, em especial na educação de jovens e adultos, infere-se que trará diversas consequências, com um aumento nas desigualdades educacionais, com tendências da desmotivação desse aluno que trabalha o dia



todo, em subemprego e na economia informal, tendo que estudar a noite, em condições não desejadas. Devemos refletir acerca de tudo que está acontecendo e, no final, procurarmos não repetir os mesmos erros e transmitir adequadamente os possíveis acertos, pois sabemos que o contato constante e motivacional com os estudantes deve partir dos professores, atraindo o seu aluno nas mais diversas formas comunicativas, nem que seja por intermédio de trocas de receita de bolo.

A relação professor e o aluno, no caso de jovens e adultos em processo de alfabetização com certeza está prejudicada. A pessoa que procura o caminho da volta aos bancos escolares creem que a educação, como prevista em nossa constituição, é um direito de todos e um dever do Estado e da família, com o apoio da sociedade, e que assim deixarão de ser invisíveis como cidadãos, se qualificando melhor para o trabalho e melhoria social. Uma frase síntese, transcrita do livro “Educação e Mudança” de Paulo Freire (1982), que se encaixa muito bem onde uma pessoa analfabeta deseja chegar: “quero aprender a ler e a escrever para deixar de ser sobra dos outros”.

Devemos ter, enquanto sociedade, condições de reforçar a busca constante por uma educação de qualidade, com aprendizagem verdadeira e significativa. O trabalho docente deve ser respaldado com elementos do direito à cidadania e a formação humana, apresentando sempre que por intermédio da educação, mesmo que na atualidade, é o processo que acarreta com certeza uma mudança social tão desejada por qualquer cidadão.

## REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA. INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf):** resultados preliminares. São Paulo: Ação Educativa; IPM, 2018. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br>. Acesso em 13 nov. 2020.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneiras, 1999.

ANDRADE, A. C.; MOREIRA, M. S. Reconhecimento e cidadania dos analfabetos no Brasil: uma questão histórica e política. **Revista FIDES**, Natal, vol. 10, n. 2, p. 128-139. jul./nov. 2019.

BARBOSA, E. A.; DELAGUETTI, S. Eu sou analfabeto, e você? Considerações sobre a leitura e compreensão de uma invisibilidade brasileira. *In: Novas fronteiras da Psicologia Social: o que nos aprisiona e o que nos liberta.* 2016.

BAUMAN, Z. **Globalização:** as consequências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário**



**Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 1, 5 out. 1988. Publicação original.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, edição extra, Brasília, DF, p.1, 26 jun. 2014. Publicação original.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA [CEPAL]. América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19: Efectos económicos y sociales”. **Informe Especial COVID-19**, n.1, 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org>. Acesso em: 20 abr. 2020.

COSTA, C. K. V.; BRESOLIN, F. Educação de jovens e adultos no período ditatorial e pós-ditatorial no Brasil: uma breve análise dos programas de alfabetização e letramento. **Caderno Intersaberes**, v. 8 n. 14, p.91-105, 2019.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12 ed. 1. reimpr. São Paulo: EdUSP, 2006. (Didática, 1).

FERRARO, A. R. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, SP, v. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 21 maio 2020.

FERRARO, A. R. Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, vol. 22, n. 01, p. 111-126, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://ced.ufsc.br>. Acesso em: 21 maio 2020.

FERRARO, A. R. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira).

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 21. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1982. (Coleção Polêmicas do nosso Tempo).

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educative. São Paulo: Paz e Terra, 2008. (Coleção Leitura).

FREITAG, B. **Escola, Estado & Sociedade**. 4. ed. rev. São Paulo: Moraes, 1984.

GADOTTI, M. **MOVA, por um Brasil alfabetizado**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008 – (Série Educação de Adultos; 1). ISBN: 978-85-60867-05-9.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Conheça o Brasil – População:** Educação. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 ago. 2020.

LEÃO, M. de. Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema. **Revista Aedos**, v. 4, n.11, p. 602-615, set. 2012.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.





PAINI, L. D. *et al.* Retratos do analfabetismo: algumas considerações sobre a educação no Brasil. *Revista Acta Sci. Human Soc. Sci.* Maringá, PR, v. 27, n. 2, p. 223-230, 2005.

REDE COMUNICA EDUCAÇÃO. **10 princípios em defesa da educação pública nas eleições 2020.** 2020. Disponível em: <https://www.anfope.org.br>. Acesso em: 11 nov. 2020.

SOUZA, J. (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira.** Belo Horizonte: EdUFMG, 2006.

OLIVEIRA, A. **Tudo sobre EJA: o que é e como funciona?** 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org>. Acesso em: 10 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org>. Acesso em: 11 nov. 2020.

VILAS BOAS, G. B.; HOLANDA, M. J. B. de; CASTRO, A. C. Tendências e perspectivas para erradicação do analfabetismo na EJA. *Revista Projeção e Docência*, v.10, n.1, p.142-153, 2019.

WINCK, F. **Analfabetismo funcional entre vestibulandos dos cursos de graduação em Letras, História e Jornalismo.** Dissertação (Mestrado em Letras) - Santa Cruz do Sul, RS, UNISC: 2019.



# CAPÍTULO 17

DOI: 10.47402/ed.ep.c202173916561

## DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE, VULNERABILIDADE SOCIAL E ACESSO ÀS TECNOLOGIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA (COVID-19)<sup>1</sup>

**Luciano Aparecido Pereira Junior**, Doutorando em Promoção de Saúde, Universidade de Franca

**João Pedro Pereira Martins**, Assistente Social, Universidade de Franca

**Talisson Roberto Bergamim**, Graduando em Psicologia, Universidade de Franca

**Regina Célia de Souza Beretta**, Docente e Pesquisadora, Universidade de Franca

### RESUMO

As vulnerabilidades sociais e os riscos enfrentados pela população brasileira durante a pandemia de *COVID-19*, foram claramente influenciados pela ineficiência de gestores e governos, na aplicação efetiva das políticas públicas, em especial desde a Constituição Federal de 1988, como um dos maiores marcos em mudanças no campo da saúde, assistência social e educação no país. Quando o Estado não garante o mínimo necessário para a sobrevivência das pessoas, diversos aspectos interferem na qualidade de vida da população e no bem-estar, em especial, dos grupos que sofrem com a exclusão social, o preconceito, a miserabilidade e a extrema pobreza – fome. Antes mesmo que os reflexos da pandemia se instalassem, os determinantes sociais da saúde já se encontravam afetados, em especial pelo desemprego e o não acesso aos serviços públicos, por meio da desmobilização e desarticulação dos dispositivos públicos, além do sucateamento das políticas públicas, o corte nos repasses realizados pela União e a sobrecarga dos profissionais que atuam diretamente na atenção à população. Durante o cenário pandêmico foi observado o colapso sofrido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), uma luta pela vida, pela saúde, pelo trabalho e pelo alimento – direitos básicos. Este capítulo buscou trazer por meio da experiência de uma personagem – Verônica – a realidade de diversos brasileiros dentro do processo sócio-histórico de antes da pandemia e durante a sua ocorrência (que ainda fazia vítimas, enquanto este texto era escrito), pensando também nas perspectivas do pós-pandemia. Neste tempo, houve um aumento nos casos de violência, pobreza e desemprego, além da ampla violação de direitos e da negação da ciência por parte de alguns “representantes” do “povo”. O cenário fez com que o uso da tecnologia – outro fator de extrema desigualdade no país – se tornasse muito utilizada, em especial nos trabalhos realizados em *home office* e para o ensino regular de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos pelo país, expandindo uma nova era do uso da internet, da comunicação e da informação, que de forma ainda mais evidente, escancarou a desigualdade social presente na sociedade brasileira, frente ao sistema econômico neoliberal vigente. Incide aí então, uma reflexão sobre a realidade atual e o futuro que se busca obter, em que, na atualidade, a pandemia foi um dos obstáculos, mas não o pior deles, sendo que a violência, a ausência de educação de qualidade, de saúde, de assistência social e de uma rede de proteção social vitimou centenas de milhares de pessoas desde o início do século XXI.

**PALAVRAS-CHAVE:** Determinantes sociais da saúde. Vulnerabilidade social. Fatores socioeconômicos. Tecnologia da informação. Promoção da saúde.



## INTRODUÇÃO

A pandemia gerada pela *COVID-19* escancarou as mazelas já existentes antes de sua chegada. Ninguém estava preparado! E embora as dúvidas de seu início perdurem até hoje, o que se viu foi um retardo nas ações de enfrentamento a pandemia por parte dos líderes mundiais, e a negação da ciência, em especial no Brasil, colocando todos em um campo minado, em que o risco não remetia a uma bomba propriamente dita, mas ao contágio, adoecimento e a perda de milhares de vidas.

No Brasil, o cenário pandêmico superou grandes tragédias da humanidade, como as bombas de Nagasaki e Hiroshima, durante a Segunda Guerra Mundial, que vitimaram mais de duzentas mil pessoas no Japão. No entanto, um outro aspecto a ser observado é o fato de o brasileiro conviver diariamente com a violência – visto que o Brasil é um dos países mais violentos do mundo (uma guerra civil velada e não problematizada).

Verônica (nome fictício), uma mulher negra, de 34 anos, moradora da cidade do Rio de Janeiro, sentiu durante a pandemia o quanto a iniquidade e o abandono que já sentia, se ampliou frente as ações do Estado. Moradora de uma das comunidades, mãe de dois filhos (um de 4 anos e outro de 7 anos), perdeu sua mãe, pai e irmã pelo contágio da *Covid-19*. Perdeu as pessoas que amava e que a auxiliavam no cuidado com as crianças enquanto trabalhava, para sustentar sua casa. Dois meses depois do início da pandemia, foi demitida e ficou desesperada sem saber como seria sua vida dali para frente. Ganhava um salário-mínimo, recebia uma certa quantia do Bolsa Família, programa de transferência de renda vinculado a Assistência Social, e convivia em meio às mazelas da ausência de habitação digna, saneamento básico e em território permeado pela violência e pelo tráfico de drogas.

A história de Verônica, personagem deste relato, se repetiu em diversas outras histórias contadas pelos meios de comunicação na cobertura deste infeliz marco do “Século XXI”. E mesmo diante de casos como este, o Estado ainda se pauta em garantir o mínimo para as pessoas, isso quando o faz de fato, e se nega em garantir direitos e enfrentar de forma efetiva e eficaz as situações de violência e violação de direitos com os quais diversas famílias convivem cotidianamente.

As vulnerabilidades sociais e as condições de vida desiguais fortaleceram para que o abismo social já enfrentado antes da pandemia, se ampliasse com um cenário de despreparo, retrocesso e atraso nas tomadas de decisões frente aos processos de saúde e economia no Brasil. Além das mortes e colapso do Sistema Único de Saúde (SUS), centenas de milhares de pessoas



se viram desempregadas e à espera de um suporte do Estado, que só veio depois de uma luta, mas com um valor irrisório frente às dificuldades enfrentadas pela população, em especial, as pessoas em situação de exclusão social e vítimas do neoliberalismo escancarado.

A situação vivenciada pela personagem aqui relatada poderia ser diferente, em diversos aspectos, do que foi relatado agora por ela. Ela poderia não ter perdido seus entes queridos, nem seu trabalho, poderia ter uma condição socioeconômica e uma melhor qualidade de vida, e inclusive poderia ainda estar casada com o seu ex-marido. No entanto, o que acontece é que ela está inserida em uma sociedade em que diversos aspectos sócio-históricos e culturais interferem em sua vida e nas suas relações, além da ação do Estado frente às suas demandas enquanto pessoa pertencente a uma nação, enquanto cidadã.

Abordar os determinantes sociais da saúde, no que tange a qualidade de vida das pessoas, também perpassa pelas vulnerabilidades sociais e pelo acesso ou não das pessoas aos serviços públicos, e atualmente, à tecnologia, seja para o trabalho, seja para a educação e a interação nas redes sociais e jogos. O bem-estar está atrelado diretamente aos aspectos socioeconômicos e culturais e a relação com as pessoas, além, da compreensão biopsicossociocultural dos indivíduos que se interagem neste emaranhado de realidades e vivências coletivas.

Verônica além de não ter acesso a saneamento básico, como já fora dito, terá de conviver agora com a possível chance de não acesso à energia elétrica, pois não tem dinheiro para pagar suas contas, além de não ter acesso à alimentação básica e à internet, tão necessária para que seu filho mais velho continue estudando e realizando as atividades solicitadas pela escola. A responsabilidade de toda esta situação é de fato da pandemia ou de um problema que atinge milhares de brasileiros a muito tempo? É preciso considerar que a pobreza, a exclusão social e as mazelas sociais ultrapassam a atualidade, e se inserem em um contexto sócio-histórico, desde o surgimento da humanidade.

Os Determinantes Sociais da Saúde (DSS), podem ser descritos como “os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população” (BUSS; PELEGRINI FILHO, 2007, p. 78).

É no campo social, mediante os fatores sociais, econômicos e culturais que se inserem as vulnerabilidades sociais, como um aspecto multideterminado (com diversas causas e origens), que além do acesso à renda, se aplica também às relações familiares e afetivas





(internas ou externas ao ambiente familiar) e o acesso ou não a bens e serviços (como as políticas públicas e dispositivos de saúde, assistência social e educação, por exemplo), de modo que, tais aspectos interferem diretamente na qualidade de vida das pessoas e sua saúde (BRASIL, 2004; CARMO; GUIZARDI, 2018).

No que tange a saúde e a qualidade de vida, o acesso à tecnologia se faz essencial para a realização de diversas tarefas diárias como o trabalho e o acesso à educação, em especial em tempos de pandemia, mas também em outros tempos em que a internet se faz como um dos meios de acesso à informação e a um maior conteúdo e conhecimento.

Quando se abordam as vulnerabilidades sociais existentes atualmente, também se instala neste espaço o não acesso às tecnologias de forma igualitária e conseqüentemente um menor acesso à educação, ao trabalho e à informação – o mínimo prometido pelo Estado, é oferecido de forma ainda mais mínima do que deveria ser aplicado em políticas públicas acessíveis e equitativas. O poder empregado pelo Estado, dentro do neoliberalismo, se fortalece dentro de uma sociedade “mal-educada” – sem acesso a uma educação digna e de qualidade.

Nesta proposta de abordar os determinantes sociais da saúde, as vulnerabilidades sociais e o uso da tecnologia em tempos de pandemia, é preciso compreender como as relações sociais foram construídas ao longo do tempo e a compreensão sócio-histórica e cultural da realidade humana, frente à qualidade de vida e o aspecto socioeconômico no qual as pessoas estão inseridas e precisam suprir diversos desafios pela sobrevivência.

## **OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (DSS) E O CENÁRIO PANDÊMICO**

A saúde não deve ser compreendida como o oposto da doença ou do adoecimento, podendo ser embasada pelos aspectos socioeconômicos e culturais que impactam a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas. Deste modo, estar saudável não está atrelado apenas ao aspecto biológico, mas à compreensão integral dos sujeitos, enquanto pessoas biopsicossociais, espirituais e culturais.

A vida das pessoas é afetada por diversos determinantes sociais que impactam na saúde delas, e conseqüentemente interferem na concepção de uma melhor ou não qualidade de vida. Ao ser observar o modelo criado por Dahlgren e Whitehead (1991), os DSS são dispostos em colunas distintas e categorias em que os microssistemas se apresentam. A representação estabelecida pelos autores pode ser descrita abaixo:



Imagem 1: Modelo criado por Dahlgren e Whitehead (1991) sobre os Determinantes Sociais da Saúde (DSS)



Fonte: DAHLGREN, G.; WHITEHEAD, M. **Polices and Strategies to promote social equity in health.** Stockholm: Institute for Future Studies, 1991.

Os autores Buss e Pellegrini Filho (2007) ao analisarem tal esquema, abordaram um aspecto importante, visto que se estabelecem na figura os microgrupos e macrogrupos, e suas divisões, além dos aspectos que interferem diretamente na saúde das pessoas – produção agrícola e de alimentos, educação, trabalho, desemprego, água e esgoto (saneamento básico), serviços sociais de saúde e habitação (moradia) – no entanto, não apontam como se dão as interações entre estes grupos e os possíveis resultados frente aos aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais.

As interações entre os sistemas só podem ser observadas com maior eficácia do ponto de vista territorial, compreendendo nos espaços como um aspecto interfere sobre o outro na realidade das pessoas. E é neste cenário que se aplicam as políticas públicas em saúde, a fim de que, se compreendam as demandas e os fatores internos e externos que as influenciam. A quantidade de políticas públicas direcionadas para a saúde é grande e ampla ao abordar diversos grupos como crianças, adolescentes, idosos, mulheres, população LGBTQIA+, saúde mental, adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE), população em situação de rua, dependência química (álcool e outras drogas), a fim de que se atentem as demandas territoriais e as vivências de cada grupo populacional.

As políticas se aplicam desde a Atenção Básica (AB), porta de entrada no atendimento em saúde no Brasil, até os atendimentos ambulatoriais (especializados) e hospitalares (terciários) – como por exemplo, os transplantes de órgãos. Toda esta estrutura e divisão descentralizadora das ações dos municípios, estados e da União, é possível por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto sistema regulador, controlador e atuante na atenção integral e universal às pessoas e suas necessidades (BRASIL, 1990).



A Estratégia de Saúde da Família (ESF), enquanto política pública de saúde, vinculada à AB, e disposta nos territórios por meio das Unidades Básicas de Saúde (UBS), que ao abordar a família como centralidade das ações, se torna a principal referência de suporte no enfrentamento à pandemia e em outras ações colaborativas, preventivas e de promoção de saúde nos territórios (BERETTA; PEREIRA JUNIOR, 2019).

No momento em que a pandemia surge e vai avançando, os determinantes sociais da saúde vão sendo claramente afetados, visto que já vinham sofrendo impactos de um desmonte de políticas públicas presente nos últimos cinco anos. Neste cenário, a qualidade de vida das pessoas que já era afetada, por negligência e ações desarticuladas do Estado, se modificou ainda mais, com o adoecimento, a chance de contágio, as perdas de vidas e o desemprego, além, da inflação e o aumento constante nos preços de produtos básicos presentes nas cestas básicas, e que deveriam estar presentes nas mesas de todos os brasileiros.

No campo das políticas públicas em saúde no Brasil, deve ser ressaltada a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), criada em 2006, atualizada em 2014, e mais recente em 2018, conforme cartilha divulgada pelo Ministério da Saúde (MS). Tal política preza pela qualidade de vida das pessoas, pelo bem-estar e por conceitos básicos como a intersetorialidade – trabalho conjunto entre setores e políticas públicas distintas –, a interdisciplinaridade – trabalho conjunto entre profissionais de diversas áreas do conhecimento –, a intrasetorialidade – no que tange o trabalho realizado dentro de um mesmo setor –, e a integralidade dentro da compreensão biopsicossocial, espiritual e cultural das pessoas (BRASIL, 2018).

A PNPS, possui como objetivo central “promover a equidade e a melhoria das condições e dos modos de viver, ampliando a potencialidade da saúde individual e coletiva e reduzindo vulnerabilidades e riscos à saúde decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais” (BRASIL, 2018, p. 11). A política, embora ainda precise avançar muito no campo da atenção às pessoas e da compreensão dos territórios, foi um dos grandes avanços no campo da saúde desde 2006, ampliando o debate sobre as diversas realidades brasileiras, e se inserindo em cada espaço conforme a realidade ali vivenciada pela população.

A Promoção da Saúde, conforme a Carta de Ottawa (1986, p.1) – carta precursora do conceito no âmbito internacional – pode ser conceituada como:

Nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver.



A conceituação de promover saúde, então, dá ênfase direta a participação comunitária no processo de tomada de decisão, dentro do espaço democrático e na construção de uma sociedade saudável e sustentável. Neste sentido, a saúde é vista então como condição essencial para a vida e para um excelente nível de qualidade de vida, mas não como meta a ser alcançada durante a vida. Promover é propiciar espaços de trocas e de discussão, fortalecendo práticas discursivas e o empoderamento dos sujeitos – dentro do espaço dialógico e construtivo.

No debate entre os determinantes sociais da saúde e a perspectiva da Promoção da Saúde, esforços globais continuaram a ser realizados por meio de conferências e agendas que envolvessem toda a comunidade internacional e para que os trabalhos locais fossem sendo somados e ampliados aos cenários nacionais e mundiais. A partir da Declaração de Xangai (2016) sobre a promoção da saúde e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, foram estabelecidos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para serem alcançados até o ano de 2030 por todas as nações de forma conjunta. Os ODS são compreendidos por dezessete objetivos que juntos abordam diversas temáticas como a fome, a saúde, a qualidade de vida, a transferência de renda (a pobreza), a justiça social, a paz, a saúde das mulheres, o empoderamento e diversos outros aspectos que favorecem este desenvolvimento (OPAS/OMS, 2015; OMS, 2016).

Com as políticas públicas existentes seria sim viável, do ponto de vista técnico e prático alcançar tais metas propostas, no caso do cenário brasileiro, no entanto, antes mesmo da pandemia as políticas já sofriam um desmonte e uma ausência de investimento financeiro para a sua execução, além da necessidade de um maior número de profissionais e de uma melhor qualidade funcional, tanto na saúde, quanto na assistência social e educação, com baixos salários e baixa qualidade de vida nos ambientes laborais.

A partir da pandemia, agravou-se a realidade dos profissionais e o aumento dos atendimentos, com sobrecarga dos sistemas da saúde e de assistência social, frente ao alto número de contágio e ao alto número de desemprego. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam um aumento de 9 milhões de desempregados, em maio de 2020, para 14,4 milhões de desempregados em fevereiro de 2021 (IBGE, 2021). O que pode ser observado é que a pandemia agravou uma situação que já era evidente, visto que uma grande parcela da população já estava desempregada – a realidade de várias “Verônicas” distribuídas por todo o Brasil –, sem contar aqui as pessoas em situação de trabalho irregular e sem suporte algum das entidades públicas, que não fazem parte desta discussão.





Findando a discussão desta temática, é preciso compreender que mudanças precisam acontecer no campo da saúde e nos campos sociais e de educação, a fim de que se crie e se fortaleça uma rede de atenção em saúde e proteção social viável e evidente, dando às pessoas todo suporte necessário frente às suas realidades e fortalecendo o papel dos profissionais frente a sua atuação, além, da participação comunitária ativa e constante. Como salienta Isa Guará (2010, p. 20) “trabalhar em redes de proteção social na comunidade requer a apreensão de um novo paradigma, tanto no que tange ao exercício de novas formas de relação quanto a um novo modelo de gestão de uma causa coletiva”.

As mudanças em prol de uma melhor qualidade de vida para toda a população, só são possíveis com ações descentralizadas, horizontais e articuladas entre pessoas, profissionais, serviços (políticas públicas) e gestores, ultrapassando o tempo pandêmico e se firmando também no pós-pandemia.

### **AS VULNERABILIDADES SOCIAIS: ANTES, DURANTE E APÓS A COVID-19**

A atual pandemia de *COVID-19* tem evidenciado cada vez mais o grande número de brasileiros que sofrem diariamente com diversos tipos de vulnerabilidades. Todo esse cenário é especialmente causado e agravado devido a décadas de baixos subsídios e investimentos para a criação e a manutenção de políticas públicas sociais que lidem com a fome, educação e proteção contra a vulnerabilidade econômica e social.

A vulnerabilidade social identifica a condição dos indivíduos em uma sociedade, e pode ser entendida segundo Miotto (2000, p. 217) como um termo “utilizado para designar grupos ou indivíduos fragilizados jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos e de cidadania”.

É preciso entender que o cenário caótico da crescente pobreza e extrema pobreza não é fruto apenas de quase dois anos vivendo sob consequências de uma epidemia global, fazer essa análise seria muito simplista e a essência do problema estaria muito longe de ser encontrada, ainda que a *COVID-19* tenha contribuído em muito para a intensificação desses processos. É preciso olhar para a macroestrutura do Estado brasileiro, especialmente seu crescente plano capitalista neoliberal de enxugamento de gastos que envolvem o bem-estar social e torna o país despreparado para enfrentar crises como a atual.

Tudo o que tem sido ensinado e difundido dia a dia é a propagação da ideia de que os responsáveis pelas mazelas socialmente produzidas são nada mais, nada menos, do que o



próprio povo; de fato é muito conveniente o discurso de que só permanece na pobreza quem quer e que tudo é uma questão de meritocracia. Chega a ser espantoso pensar que um dos povos que mais pagam impostos no globo ainda tenham que ouvir e ser ensinados de tal modo.

Conforme a pandemia foi se propagando no Brasil, os efeitos nas áreas de saúde e economia foram rapidamente percebidos, diversas empresas precisaram fechar as portas por longos períodos, como meio de diminuir a propagação do vírus e com isso milhares de brasileiros ficaram sem seus empregos fazendo com que a situação de vulnerabilidade aumentasse ainda mais, pois os que perderam seus empregos migraram para o trabalho informal ou se viram na situação desesperadora de não possuir nenhuma fonte de renda resultando em más condições de moradia e dificuldades de acesso aos serviços públicos sociais (ESTRELA *et al.*, 2020).

O trabalho ocupa um lugar essencial quando analisado seu papel na garantia e manutenção de renda das famílias e na retomada da economia. É indispensável não o atrelar a viabilização ou não ao acesso a alimentos, meios de transporte, meios e equipamentos de prevenção da doença, dentre outros, além disso é muito importante relacionar a vulnerabilidade como resultado da precarização do trabalho, o que faz com que os salários e condições dos ambientes laborais sejam cada vez piores (SANTOS *et al.*, 2020)

Diversas áreas e aspectos socioeconômicos foram afetados. Uma das áreas de maior destaque é a da saúde, justamente por ser um dos serviços mais requisitados e que está diretamente ligado ao tratamento da *COVID-19*. A população pauperizada sofre intensamente com essa questão, desde a dificuldade de acesso, devido à localização dos dispositivos, que inclui postos de saúde e hospitais distantes das áreas de maiores índices de pobreza, até mesmo, nas formas de prevenção e compra de medicamentos eventualmente receitados.

Sem dúvidas os profissionais de saúde caminharam bravamente no auxílio para amenizar e resolver a atual crise sanitária, o grande problema e que revela diversas vulnerabilidades sociais nessa área está muitas vezes nos quadros insuficientes de profissionais, estruturas hospitalares inadequadas e até mesmo na ausência de equipamentos de proteção individual (EPIs). Além da exposição desses profissionais, esses rebatimentos refletem diretamente e especialmente sobre a população em situação de pobreza, em que as pessoas ficam à mercê de hospitais mal equipados, sem vagas em Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) e enfermarias, resultando no agravamento do quadro da doença e até mesmo a morte.

O fato mais temível quando os rebatimentos de alguma crise são pensados ou discutidos



é que as suas consequências afetam não apenas uma área ou outra, mas diversas áreas sociais de diversas faixas etárias e localizações que interferem no curso regular de uma sociedade. Por essa questão é que é requisitado tão urgentemente uma interferência eficaz por parte da esfera pública, o que não tem sido cumprido com integralidade devido ao modelo neoliberal que vem sendo gradativamente implantado.

Esse modelo se mostrou extremamente falho, ineficiente e sem reservas na atual conjuntura. A pandemia revelou algumas contradições dele no fato de que esse exige circulação de pessoas, mesmo quando isso possa gerar contágio da doença, adoecimento e até mesmo a morte. No capitalismo neoliberal as pessoas precisam ir de um lado para o outro, consumir aqui e ali fazendo assim com que a economia “gire”. O que fica exposto então é não só uma crise de saúde como também uma deficiência e fragilidade do modelo econômico neoliberal (NUNES, 2020).

A população é a que mais sente os efeitos dessa crise sistêmica, pois se antes da pandemia os serviços e políticas sociais públicas já eram insuficientes, agora se tornaram praticamente irrisórios. Não é exagero considerar que a parcela de contribuição do governo para superar a *COVID-19* e seus agravamentos nas vulnerabilidades sociais está muito aquém do que seria ideal, pois viver todo esse contexto degradante tem se tornado uma questão de vida ou morte para as camadas menos favorecidas no país.

Além dessas consequências econômicas tem-se também graves desdobramentos na educação, em que os alunos foram instruídos a ficarem em suas casas e com isso o ensino que antes era presencial passou a ser a distância. Esse novo cenário teve uma série de exigências para que as aulas pudessem continuar, requerendo então celulares, computadores e conexão à internet nas casas. Todos esses novos parâmetros destoam enormemente da realidade de muitas famílias e escancaram ainda mais o quadro de exclusão digital vivido no Brasil.

Para as pessoas que são privilegiadas financeiramente e estão abastadas de recursos econômicos e sociais sobram alternativas sobre o que fazer com a educação escolar durante o período de isolamento, esse fato, porém não é uma realidade nas famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, pois essas possuem enormes dificuldades para garantir recursos e se adequar as exigências de isolamento, inclusive na questão da educação escolar (COUTO; COUTO; CRUZ, 2020).

Essa involuntária evasão escolar digital faz com que os que já sofriam violações em seus direitos sociais caminhem na perspectiva de sofrerem ainda mais. A educação é um pilar



libertador que guia jovens desfavorecidos a um caminho de liberdade e altivez para enfrentar a batalha de requerer os seus direitos e faz com que as pessoas se informem, além de terem propriedade para discutir e reivindicar o que a Constituição Federal prevê. A ausência de educação escolar pode fazer com que haja maior silêncio por parte das pessoas e maior conformidade nas medidas insuficientes do poder público.

Nesse sentido é necessário que a proteção social das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade seja executada integralmente, mas para isso o Estado brasileiro precisa assumir sua posição como guardião da Constituição Federal e fazer com que os direitos de toda a população sejam efetivamente observados e cumpridos.

Fazer com que haja uma ampla compreensão da gravidade das consequências que a vulnerabilidade social pode gerar, seus impactos na saúde, educação, lazer e renda, pode traçar um novo caminho de lutas e vitórias para a população que necessita se apropriar urgentemente de seus direitos sociais. Assegurar que haja recursos para os serviços sociais e seus equipamentos de efetivação não pode ser uma mera opção, mas sim algo a ser rapidamente cumprido.

## **O (DES)ACESSO ÀS TECNOLOGIAS: UM PROBLEMA SOCIAL PARA ALÉM DA PANDEMIA**

Desde que o mundo iniciou o enfrentamento à *COVID-19* e rapidamente fez-se necessário o isolamento para tratar tal pandemia, medida essa para conter disseminação do vírus. O Brasil tomou medidas de ensino que viessem de encontro ao momento, e que se fizesse eficaz para que o processo educacional não entrasse em ponto de parada e que isso pudesse afetar o desenvolvimento estudantil da população brasileira.

O impacto do *COVID-19* na área estudantil tanto no ensino básico quanto superior fizeram com que a população se adaptasse ao ensino remoto de forma síncrona e a educação a distância (EAD), sendo necessário a mudança na utilização de algumas ferramentas online, transformando o professor em um treinador e mentor do processo educacional.

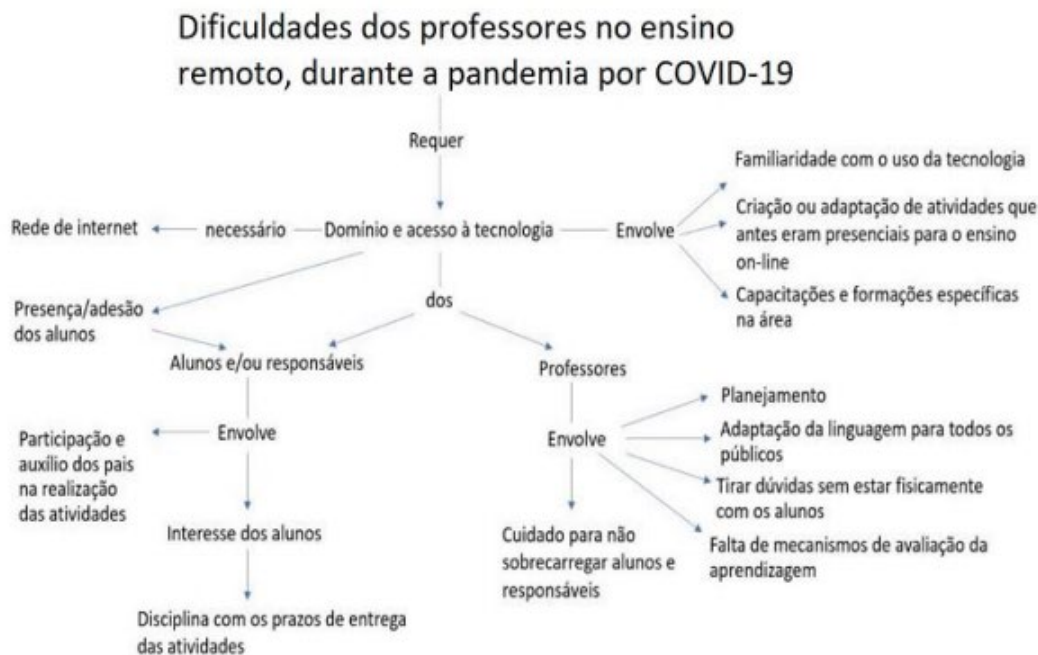
A Geração Z, aquela que cresceu imersa em um mundo tecnológico com profundo contato virtual e uso de redes sociais e comunicações instantâneas, por meio do *WhatsApp*, *Facebook*, *Messenger*, *Snapchat* e *Telegram*, além de vários outros meios de comunicação que se baseiam na Tecnologia da Comunicação e Informação (TIC's), em que tiveram que utilizar essas redes de acesso para vínculos estudantis de aprendizagem, sendo necessário uma



resiliência e adaptabilidade da mesma (XAVIER, 2020).

Contudo os professores precisaram se adaptar as dificuldades que viessem a ter com as ferramentas tecnológicas utilizadas para o ensino remoto, dificuldades essas descritas por Xavier (2020, p. 29), conforme imagem abaixo:

Imagem 2: Análise sobre o uso de tecnologia por docentes do ensino básico de São Paulo em tempos de pandemia por COVID-19 (XAVIER, 2020, p.29)



**Fonte:** XAVIER, Ana Carolina Adinolfi. Análise sobre o uso de tecnologia por docentes do ensino básico de São Paulo em tempos de pandemia por COVID-19. **Universidade Tecnológica Federal do Paraná**, Curitiba, p. 1-45, 2020.

O processo de ensino a distância/online ocorreu tão rapidamente que faltou uma estruturação das ferramentas que os alunos e professores viriam a utilizar, tais ferramentas essas que não estavam dispostas para todos os alunos e professores. Por fatores sociais e culturais que não abrangiam a sociedade como um todo. A falta de recursos foi apresentada como um dos fatores mais ocasionais dos traumas que foram causados durante a pandemia, gerou ansiedades e decepções em muitos professores e alunos que não tinham o recurso necessário para as atividades (XAVIER, 2020).

O aumento do uso das redes sociais como fonte de trabalho ou lazer no processo de isolamento cresceu de forma considerável, em que os alunos e professores usavam o *Facebook*, *WhatsApp* e *Youtube* como ferramentas de educação, onde eles vinham a esclarecer dúvidas e promover o conhecimento. Uma troca de ideias que contribui para a formação moderna dos alunos. Além de transformar professores, aqueles que tinham pouco conhecimento tecnológico, tiveram que se adaptar à nova realidade – à modernidade (XAVIER, 2020).



Seguindo o processo de adaptação que envolvia o mundo digital, aquele que foi disseminado em urgência, fez-se ocorrer nas redes particulares e públicas de ensino o uso de ambientes virtuais de aprendizagem, gerando no momento de isolamento social um grande desafio no nosso país, como descrito por Cordeiro (2020, p. 2), em que o desafio da educação no nosso país foi “reaprender a ensinar e reaprender a aprender”.

É importante ressaltar que os desafios imensos foram aparecendo durante o processo de adaptação da população educacional, em que faltaram parâmetros de qualidade das ferramentas remotas e dificuldades/desigualdades de acesso às tecnologias. Porém, foi o melhor caminho para minimizar o possível atraso que ocorreria no retorno presencial do ensino (CORDEIRO, 2020).

Dificuldades essas de acesso às plataformas de qualidade que auxiliassem os professores na apresentação dos conteúdos propostos aos seus alunos, juntamente com a desigualdade de recursos como: falta de acesso à internet, espaço próprio para estudo que viesse a proporcionar um silêncio adequado para manter a concentração, falta de equipamentos de qualidade que suportasse o envio e recebimento de conteúdo (*smartphone*, computador), além de recursos de saneamento básico que podem faltar a algumas famílias brasileiras.

A desigualdade foi um dos grandes desafios de todo o processo, porque famílias mais carentes sequer tinham recursos para atender as necessidades de estudo em casa, fator esse que fizeram com que muitas famílias retirassem seus filhos da escola atrasando sua aprendizagem. Estes eventos não ocorreram por vontade própria, mas sim, por não terem um local digno de estudo e não conseguirem atender as necessidades básicas dos filhos.

Em vários casos a família fez o processo de intermediação dos professores com seus filhos/alunos, parceria essa que se fez de grande valia, de modo que escola e família buscaram minimizar o desconforto que seus filhos/alunos viriam a encontrar durante o isolamento social e com isso não atrasar o processo estudantil (CORDEIRO, 2020).

É interessante como muitas famílias que acompanham seus filhos nesse processo, desde que a pandemia se iniciou, conseguem visualizar a importância do seu papel na educação de seus filhos, porque eles precisam colaborar ativamente com a aprendizagem dos mesmos e assim demonstrar mais valor aos docentes.

Vale ressaltar que o desdobramento das novas estratégias para ensinar e aprender mostraram, que o ensino a distância funciona, que nunca mais a forma de ensino educacional será a mesma. A utilização de metodologias ativas favoreceu o processo de aprendizagem, o



aluno pode descobrir de forma autônoma mais sobre os assuntos que mais lhe agradava, tornando eficaz seu conhecimento e aprendendo com a realidade na qual vivenciamos (NOBRE; MOURAZ, 2020).

Várias metodologias utilizadas em sala de aula foram modificadas/adaptadas para a utilização por meio tecnológico, deixando as mesmas de forma ativa, utilizando da comunicação a distância e dos recursos das TIC's como o meio de crescimento (GONCALVES; GAMBARATO, 2020).

Sendo possível visualizar o crescimento tecnológico e de ensino ocasionado, onde a aquisição de informação nunca será a mesma, dependendo cada vez menos dos professores. Deixando claro que o professor é de suma importância para o papel de aprendizado, porém os alunos vão estar mais preparados para a pesquisa e coleta de informações, essas que estão dispostas online. E neste processo, as plataformas de busca se demonstraram eficazes.

O enfrentamento à COVID-19 deixou claro a importância da tecnologia para o cotidiano estudantil, porque essas informações disponíveis “online” fizeram com que a metodologia ativa não atrasasse a aprendizagem dos brasileiros, porém vale lembrar que é necessário a criação de medidas públicas de investimento a tecnologia para a população mais carente. Tornando um possível novo enfrentamento, mais bem planejado. Com acesso para todos, tanto ao conteúdo tecnológico, quanto estrutural, sendo algo que pode ser corrigido com medidas públicas de auxílio às famílias e às escolas que necessitam de uma estrutura de qualidade para o trabalho do docente. Mediante isso, faz-se necessário o investimento do governo no acesso à tecnologia e a ciência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os determinantes sociais da saúde podem ser influenciados por dois aspectos importantes, que são a aplicação e efetividade das políticas públicas voltadas para a saúde e outras áreas – como assistência social, educação, cultura, esporte, lazer, trânsito, segurança pública, dentre outras –, bem como para a compreensão de como se dá o acesso das pessoas aos serviços e dispositivos, além do reconhecimento da qualidade do trabalho empregado, favorecendo o controle por parte da comunidade, frente às ações, e proporcionando qualidade de vida e bem-estar.

A pandemia de *COVID-19* deixou explícita a importância do uso da tecnologia para a educação, contudo dificuldades foram enfrentadas perante as desigualdades sociais, tanto por



parte dos docentes, quanto discentes, de instituições públicas e privadas. A “geração Z”, imersa na tecnologia desde a infância, demonstrou o quanto a informação e a comunicação estão presentes na sociedade, mas nem sempre acessíveis para todos, mediante o uso para a educação, em especial.

Se faz necessária a implementação de políticas públicas que venham a erradicar a desigualdade presente, investindo em educação, ciência, tecnologia, saúde, assistência social, habitação e saneamento básico, sendo que estas medidas são necessárias para um possível enfrentamento de uma pandemia futura – com grandes chances de acontecer.

Por fim, é preciso ter sempre em mente o fato de que, por exemplo, se há uma habitação/moradia, pode não haver condições de habitabilidade dentro daquele espaço, podendo faltar saneamento básico, acesso à energia elétrica, acesso à internet e até mesmo móveis, utensílios domésticos e eletrodomésticos – a compreensão do território e da realidade vivenciada nele, são essenciais para decisões sejam tomadas de forma adequada, e ações empregadas efetivamente.

## REFERÊNCIAS

BERETTA, Regina Célia de Souza; PEREIRA JUNIOR, Luciano Aparecido. A estratégia de saúde da família e o enfrentamento à violência e fatores de risco. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 5, n. 2, p. 82-95, 2019.

BRASIL. **Sistema Único de Saúde (SUS)** – LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 1990.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.


BRASIL. **Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO Filho, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 3, e00101417, 2018.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino. **Faculdades IDAAM**, p. 1-15, 2020.





COUTO, Edvaldo Souza; COUTO, Edilece Souza.; CRUZ, Ingrid de Magalhães Porto. #Fiqueemcasa: educação na pandemia da *COVID-19*. **EDUCAÇÃO**, v. 8, n. 3, p. 2020.17,

DAHLGREN, G.; WHITEHEAD, M. **Policies and Strategies to promote social equity in health**. Stockholm: Institute for Future Studies, 1991.

ESTATÍSTICA, Instituto Brasileiro de Geografia e. **Desemprego**. IBGE: 2021.

ESTRELA, Fernanda Matheus *et al.* Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3431-3436, 2020.

GONÇALVES, Larissa Machado; GAMBARATO, Vivian Toledo Santos. A importância da tecnologia da informação e comunicação digital e suas ferramentas nas aulas remotas do superior durante a pandemia. **Fatec**, Botucatu, 9ª Jornada Científica, p. 1-8, 2020.

GUARÁ, Isa Maria Ferreira da Rosa. **Redes de proteção social**. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4. O trabalho do assistente social e das políticas sociais. Brasília: UnB, Centro de à Distância, p. 217-224, 2000.ª

NOBRE, Ana; MOURAZ, Ana. Reflexões sobre os efeitos da pandemia na aprendizagem digital. **Dialogia**, n. 36, p. 367-381, 2020.

NUNES, João. A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 5, e00063120, 2020.

OTTAWA, Carta. **Carta de Ottawa** – Primeira conferência internacional sobre promoção da saúde. Ottawa, Canadá, 1986.

SANTOS, Kionna Oliveira Bernardes *et al.* Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 12, e00178320, 2020.

SAÚDE, Organização Pan-Americana de (OPAS); Organização Mundial de Saúde (OMS). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. OPAS/OMS: 2015.

SAÚDE, Organização Mundial de (OMS). **Declaração de Shanghai sobre a Promoção da Saúde na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. OMS: 2016.

XAVIER, Ana Carolina Adinolfi. Análise sobre o uso de tecnologia por docentes do ensino básico de São Paulo em tempos de pandemia por COVID-19. **Universidade Tecnológica Federal do Paraná**, Curitiba, p. 1-45, 2020.



# CAPÍTULO 18

DOI: 10.47402/ed.ep.c202174017561

## A (RE)INVENÇÃO DA DOCÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA<sup>8</sup>: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO INTERSECCIONAL DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA EDUCAÇÃO

**Ana Maria Anunciação da Silva**, Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação e Diversidade, UNEB e Professora da Educação Básica do Município de Ichu/BA  
**Sandra Santos de Araújo**, Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação e Diversidade, UNEB, Professora da Educação Básica  
**Zuleide Paiva da Silva**, Pós-Doutoranda em Educação, FACED-UFBA, Professora do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade, UNEB

### RESUMO

Situado no campo dos estudos feministas, este trabalho nasce das experiências desenvolvidas no caminho de uma universidade pública da Bahia, entre três professoras negra e pardas, pesquisadoras da Educação Básica, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade. O objetivo geral é contribuir com o debate interseccional de gênero, raça e classe na educação, assim como refletir práticas pedagógicas exitosas em tempo de pandemia. No campo metodológico, enveredamos pela pesquisa qualitativa, que segundo Gil (2002), favorece a compreensão da realidade estudada, corroborando para novos saberes; e optamos também pela abordagem (auto)biográfica, assumindo o Caderno da Realidade como (re)invenção pedagógica no ensino remoto em tempo de pandemia. Para dialogar e problematizar o estudo, apoiamo-nos em pesquisadores que ao longo dos anos vêm discutindo a temática, a saber, Quijano (2005), para pensar a colonialidade do poder; Gonzalez (2020), para evidenciar o feminismo negro, Munanga (2008), para refletir sobre o negro no contexto do Brasil; Davis (2013), para dialogar sobre mulher, raça e classe; Evaristo (2017), para interrelacionar escrevivências negras; Collins e Bilge (2020), para discutir as interseccionalidades; Saffioti (1976; 2001), para tratar a dominação masculina em detrimento da submissão feminina; Freire (1992), para pensar a pedagogia do oprimido e da esperança, Santos (2020), para refletir sobre a pedagogia do vírus e as lições que a pandemia vem nos ensinar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Docência. Pandemia. Interseccionalidades.

---

<sup>8</sup> O dicionário online de português, [dicio.com.br](http://dicio.com.br), define a palavra pandemia tem sua origem no grego pandemias, as. Significa “todo o povo”. Também representada pela junção dos elementos gregos: “pan” (todo, tudo) e “demos (povo). Pandemia É uma epidemia que se espalhou geograficamente, saindo do seu lugar de origem, especialmente falando de doença contagiosa que assola praticamente o mundo inteiro: pandemia de covid 19.



## INTRODUÇÃO

Nosso ponto de partida é um breve resgate histórico acerca do processo de escravidão no Brasil e sua influência nos aspectos políticos, sociais e econômicos na vida das mulheres negras e pardas. Na sequência, destacamos a necessidade de um diálogo interseccional sobre a educação na pandemia e vulnerabilidade dessas mulheres, logo após, discorreremos sobre as dificuldades da imprevisibilidade das mudanças, as dores e os temores causados pela pandemia que nos exigiu a (re)invenção da docência, seguido das considerações inconclusivas.

Isso posto, refletimos a respeito das nossas histórias, e de tantas outras mulheres, apoiando-nos em Davis (1982), seu livro “*Mulheres, Raça e Classe*” que discorre sobre as experiências de trabalho das mulheres, desde o período da escravatura, enfatizando que:

Proporcionalmente mais mulheres negras sempre trabalharam fora de casa do que as suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupou na vida das mulheres negras, segue hoje um modelo estabelecido desde o início da escravatura. Como escravas, o trabalho compulsoriamente ofuscou qualquer aspecto da existência feminina. Parece assim, que o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras sob a escravatura começa com a apreciação do papel de trabalhadoras. (DAVIS, 1982, p. 10)<sup>9</sup>

Por isso, refletimos que as mulheres, sobretudo as mulheres negras, sempre foram vítimas de maus tratos, explorações, castigos, repressões, discriminações, abusos e explorações de seu trabalho. Reconhecemos que, a pandemia da Covid-19 e o isolamento têm impactado mais severamente suas/nossas vidas, tanto através da sobrecarga de trabalho, como através do incremento dos índices da violência doméstica e diminuição do acesso aos serviços de atendimento. Corroboramos Davis (2013) ressaltando que as mulheres escravizadas nunca foram poupadas nas suas condições físicas, dado que realizavam trabalhos braçais em atividades agrícolas, como se homens fossem; eram tidas como posse dos homens, sobretudo sexual. Estes exerciam o domínio sobre os corpos das mulheres negras e pardas, sobretudo quando estas não os obedeciam. Assim, as mulheres negras escravizadas eram castigadas e muitas vezes mutiladas.

Conforme Heleith Saffioti (2001), diversos são os indicadores de opressão feminina, dentre eles a falta de conhecimento. Sem posses, condições financeiras e poderes, as mulheres acabam no servilismo, tornando-se empregadas domésticas, tendo seus corpos sujeitos a violências sexuais, engendradas pela dominação masculina na sociedade patriarcal. A autora

---

<sup>9</sup> Em consonância com as políticas de visibilidade da autoria feminina produzidas pelos movimentos feministas, indicamos o nome, seguido do sobrenome a primeira vez que uma autora for citada.



considera o modelo patriarcal como um fator hegemônico que opera na produção da violência de gênero, convalidando as desigualdades e dominação masculina. O machismo é um dos fatores responsáveis pelos altos índices de violência contra as mulheres, principalmente as negras e pardas, que se veem atravessadas pelo racismo e inter cruzadas pelos eixos da opressão na relação de poder na sociedade. Essa opressão, se mostra através da interseccionalidade de classe, raça, etnia, gênero, religião e sexualidade, tornando-se uma violência globalizada pela estruturação da ordem patriarcal. “A tradição de submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não podem, contudo, ser vistas isoladamente” (SAFFIOTI, 1976, p. 8).

Diante dessas discussões, questionamos qual estratégia didática pedagógica pode contribuir para o ensino, atravessada pela discussão interseccional de gênero, raça e classe na educação? Nosso objetivo é contribuir com o debate interseccional de gênero, raça e classe na educação em tempo de pandemia, assim como refletir sobre as escrituras docentes, contribuindo para a formação de Professores (as) na Educação Básica.

No campo metodológico, enveredamos pela pesquisa qualitativa, que segundo Gil (2002), favorece a compreensão da realidade estudada, corroborando para novos saberes. Optamos ainda pela metodologia (auto)biográfica, denominada por Denice Catani *et al.* (1997, p. 33), de “potencialização metodológica”, sendo considerada como uma proposta que permite a compreensão da relação entre prática e teoria; e que “[...] trata-se de compreender como [...] professoras [...] têm incorporado e traduzido em sua prática pedagógica elementos [...] que procedem da experiência individual e coletiva [...]”. Importante reconhecer a pesquisa bibliográfica como destaque nesse trabalho, a qual permitiu refletir e fundamentar os relatos de nossas experiências formativas docentes e assim também adotamos como dispositivo de produção de dados a entrevista narrativa de dimensão interpretativa e compreensiva da vida “[...] vidas plurais ou vidas profissionais [...] através da tomada da palavra como estatuto da singularidade, da subjetividade e dos contextos [...]”. (SOUZA, 2006, p. 27). A narrativa da Presidenta do Sindoméstico Bahia, foi consentida e realizada no dia quinze de maio do ano em curso, via Plataforma Google Meet. Essa narrativa contribuiu para dar visibilidade aos contextos de desigualdades historicamente vivenciados pelas domésticas na Bahia e no Brasil.

Imersas em um contexto pandêmico, vivendo os desafios impostos pela Covid-19, fizemos a escrita deste estudo reunindo as forças discentes e docentes que nos corporificam. Somos mulheres negras, pardas, professoras, pesquisadoras, militantes na defesa dos direitos das mulheres e da educação. A ordem das identidades descritas é por nós vivenciada em teia,





pois não vemos outra forma de dar sentido ao vivido sem os entrelaces que nos constituem. Sendo assim, movidas pela matripotência das nossas raízes ancestrais e pela grandeza das palavras, como ressalta Conceição Evaristo (2017, p. 99) quando afirma: “[...] a palavra não é somente o som, pode ser também a intenção.”. Ressaltamos, assim, que esse movimento de escrever tem a intenção de tecer os fios de um debate que se coloca para nós enquanto um passado, presente e futuro refletido. Há nas escrevivências uma sensibilidade analítica, o relato individual, visto que a escrita não pertence apenas aquele(a) que a faz, conforme discorreu Maria Fonseca (2020, p. 30).

A escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonhos injustos”.

Somos vítimas da desigualdade interseccional, atravessadas pela violência da opressão, num constante devir ao (re)existir e (re)inventar-se, num território singular, convivendo, desde a infância, com a escassez de água e de direitos, devido à falta de efetividade das Políticas Públicas.

Desse modo, tendo como base de análise as narrativas de si no período da pandemia, para dialogar e problematizar os estudos que constituem a fundamentação deste trabalho, apoiamo-nos em pesquisadores que ao longo dos anos vêm discutindo essa temática, a saber, Quijano (2005), para pensar a colonialidade do poder, Lélia Gonzalez (2020), para evidenciar o feminismo negro, Munanga (2008), para refletir sobre o negro no contexto do Brasil, Davis (2013), para dialogar sobre mulher, raça e classe, Evaristo (2017), para interrelacionar escrevivências negras, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), para discutir as interseccionalidades, Saffioti (1976; 2001), para tratar a dominação masculina em detrimento da submissão feminina, Freire (1992), para pensar a pedagogia do oprimido e da esperança, Santos (2020), para refletir acerca da pedagogia do vírus e as lições que a pandemia vem nos ensinar.

Por fim, esperamos que essas reflexões possam servir para aguçar o debate e as proposições de novos estudos concernentes à temática, assim como colaborar para que a escola entenda o fazer da educação, entrelaçando os estudos pelas questões sociais que se reverberam



no cotidiano e, portanto, não deve ficar fora do debate dela.

## PANDEMIA E VULNERABILIDADE DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS E PARDAS

As trabalhadoras domésticas negras e pardas, não podendo “ficar em casa”, são as passageiras dos transportes coletivos lotados, são as cozinheiras das mansões, muitas delas até têm que levar seus filhos para o trabalho, por não terem a escola como apoio para deixá-los. Para ressaltar o exposto, trazemos abaixo a narrativa da Secretária Geral do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, Senhora Milka Martins Evangelista,<sup>10</sup> consentida e realizada no dia quinze de maio do ano de dois mil e vinte um, via Plataforma Google Meet, conforme segue:

Foi em março [...] a gente tava enfrentando aquele processo da Reforma Trabalhista e Previdenciária. Então as trabalhadoras domésticas, já vinham lutando há mais de 80 anos, pela garantia de direitos e reconhecimento da nossa categoria. Nossa categoria ainda está na invisibilidade, para a sociedade, burguesa, branca, a trabalhadora doméstica não existe!”. (Depoimento, 2021)

A narrativa da trabalhadora apresenta o processo de luta das empregadas domésticas em meio a invisibilidade em que se encontram, “[...]trabalho duro, na casa da patroa e as suas obrigações familiares. [...]. Nos dias atuais, a situação não é muito diferente. Mas vejamos os dados objetivos que podem nos fornecer elementos para um conhecimento da sua situação como força de trabalho nos últimos anos” (GONZALEZ, 2020, p. 40).

Assim, a invisibilidade das trabalhadoras domésticas demarca o processo de exploração no cenário pandêmico, que mesmo diante dos seus direitos previstos na PEC das domésticas de 2012, ainda se vêem com suas garantias negadas, conforme sinaliza Milka:

Somos invisibilizadas, nós não existimos, né? E veio a Covid, enfrentar esse novo, garantir o que a gente já tinha, com a PEC das domésticas de 2012, a gente veio ter os direitos que faltava, o adicional noturno, a carga horária definida, salário família, as horas extras, [...] aí novamente a história se repete, [...] a primeira vítima no Brasil, foi uma trabalhadora doméstica, no Rio de Janeiro-RJ, com mais de 60 anos, [...] contaminada pela patroa, que veio do exterior [...] foi a óbito, [...]. A segunda trabalhadora doméstica em Feira de Santana-BA, também contaminada pela patroa, covid, veio a óbito, [...] a Federação Nacional junto com o Sindicato, [...] fez a Campanha: “**Cuida de quem cuida de ti**”, para [...] conscientizar os empregadores que existia um decreto, onde [...] trabalhadora doméstica, mensalistas ou diaristas, [...] fosse liberada. Porém na mesma semana[...] vem a morte do menino Miguel, filho da nossa companheira Mirtes. (Depoimento 2021)

---

<sup>10</sup> Milka Martins Evangelista, mulher negra, trabalhadora doméstica, mãe, Secretária do Sindoméstico da Bahia, militante do movimento social em defesa dos direitos da mulher trabalhadora doméstica.



O testemunho forte e contundente de Milka, revela o descaso do Estado com as mulheres trabalhadoras, pobres, negras e pardas. Um ano se passou e Mirtes, mãe de Miguel<sup>11</sup>, não foi informada da audiência que tratou da morte de seu filho, uma perversidade! “[...] a intenção de escamotear a situação de miséria e desamparo, [...], o processo de seleção racial também atua nesse setor, ou seja, a [...], branca [...] sempre tem melhores possibilidades que a negra), [...] motivos para a reafirmação da discriminação, [...]” (GONZALEZ, 2020, p. 41).

Dito isto, é necessário considerar a realidade das empregadas domésticas. González nos ajuda a entender, que mesmo com os avanços e melhorias, as trabalhadoras negras e pardas, não conseguem galgar alguns espaços na sociedade, são anuladas. “Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca.” (GONZALEZ, 2020, p. 42).

Nesse enfoque, Milka continua denunciando a situação de exploração das trabalhadoras domésticas, se referindo à morte de Miguel, fato que causou indignação e espanto, ou seja, um rompimento do silenciamento em torno do racismo. Segundo Milka:


Aquilo ali foi uma repercussão que chocou o mundo, [...]. Quando é mulher preta, pobre e trabalhadora doméstica, a sociedade e os três poderes, não nos dá ouvidos e chama a gente de louca. [...] A mídia vem para cima. Porque se tinha um decreto, as campanhas, o Sindicato, a Federação, já prevenindo a vida dessa mulher, [...]. E aí? Se tinha um decreto, essa trabalhadora, não era para ter ido trabalhar, [...] E foi obrigada a ficar no local de trabalho, [...] existe a lei. E porque não é aplicada para esse povo perverso? (Depoimento, 2021)

As narrativas de Milka (2021), denunciam uma realidade histórica e perversa dos contextos sociais contemporâneos, nos quais as empregadas domésticas que em sua maioria são negras e pardas estão submetidas, imersas nessa realidade desigual.

Mirtes, eu e vocês, nós mulheres negras estaríamos na cadeia, sem direito a advogado. [...] Algumas janelinhas dão a fuga. [...] aqueles casos, que a empregada doméstica é mandada embora é a patroa não quer pagar aquele mês. [...] Tá muito difícil! [...] Porque a fome não tem jeito, e se essa mulher perde o emprego, como vai sustentar sua família? [...] e ela mesmo? Se só tem aquele salariozinho? Quando reabrimos tivemos a denúncia de 28 empregadas domésticas que foram obrigadas a ficar no trabalho. E quem cuida de nós? Precisamos de liberdade. E aí? Como fica a trabalhadora? A gente vem conscientizando que se o serviço doméstico é essencial [...] A cada minuto recebemos a notícia [...] fulana se contaminou ou fulana morreu [...]. Ou seja [...] foi mais uma forma perversa que eles arrumaram, ou seja, gente, é uma realidade muito desigual, [...] além disso, há violência sexual, verbal e

---

<sup>11</sup> Mirtes, 35 anos, mulher negra, empregada doméstica, pobre, mãe de Miguel de 05 anos, não foi liberada dos serviços durante a pandemia. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/ela-deixou-meu-filho-em-perigo-diz-mae-de-menino-que-estava-aos-cuidados-da-patroa-e-morreu.ghtml>



psicológica. A gente está atendendo companheira aqui, que tá a ponto de surtar, a pressão é muito grande. (Depoimento, 2021)

Essa narrativa, de fato denuncia para todas nós de que forma as intersecções de gênero, raça e classe devem ser consideradas no debate das desigualdades sociais apresentadas pela pandemia. Nesse viés, as intersecções passeiam por nossas existências e núcleos familiares. Em nossas famílias, as mulheres não iam e tampouco permaneciam na escola, já que os seus corpos eram projetados pelo sexismo para a dominação masculina, para o trabalho servil, doméstico, resultado do patriarcado, do racismo e do capitalismo, que produzem desigualdades. Como reflete Gonzalez (2020, p. 85)

Acontece que a mucama permitida a empregada doméstica, só faz cutucar a culpabilidade branca porque ela continua sendo mucama com todas as letras. Por isso ela é violentada e concretamente reprimida. Os exemplos não faltam nesse sentido; se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho fica até simples. Porque será que ela só desempenha atividades que não implicam ‘lidar com o público’? Ou seja, atividades onde não pode ser vista? Por que será que, os anúncios de emprego falam tanto em ‘boa aparência’? Por que será que na casa das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira, e raramente copeira? Porque é ‘natural’ que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais etc. e tal?

Lélia Gonzalez (2020) nos chama atenção para a situação da mulher negra no Brasil, e isto tem relação com a diferença entre negros e brancos aos níveis de educação e de renda. O grupo negro sofre a discriminação ocupacional e baixa aceitação em diversas atividades profissionais, reproduzindo as desigualdades. Dessa forma, nesses tempos de pandemia, as etnias negras no contexto brasileiro são demarcadas pelos processos históricos de discriminações, reproduções excludentes e racistas de raízes sócio-históricas, culturais e políticas, vividas pelo povo negro, que marcam as relações estabelecidas desde o escravismo até a contemporaneidade.

Na conjuntura atual, o racismo se apresenta estruturado e velado de tal forma que, culmina para o apagamento da presença do negro, interferindo na forma como são retratados e vistos na sociedade, como sugere o depoimento da enfermeira negra, publicado em matéria da revista ISTOÉ no dia 15 de maio do corrente ano. A enfermeira, conta que se disponibilizou voluntariamente para ajudar na vacinação contra a Covid-19, e durante a atividade, sofreu atitude racista, devido a cor de sua pele. A sua narrativa enfatiza: “O senhor, [...] que estava acompanhado da filha [...], pediu para que a gente fosse vaciná-lo no carro. [...] ‘O senhor quer que eu te vacine logo? [...]’. Ele falou que não. [...]’. Aí eu abaixei na direção dele e perguntei o motivo. Aí ele virou para mim e disse: ‘Porque você é negra.’” Portanto, são muitos episódios do racismo encrustado nas relações sociais estabelecidas entre brancos e negros, ricos e pobres, homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, culturas religiosas e de territorialidade em





que as relações de poder são coroadas a partir do capitalismo, colonialismo e o patriarcado.

Nessa lógica, não é possível medir o tamanho das desigualdades em cada uma de nós. Santos (2020), em *A Cruel Pedagogia do Vírus*, trata no capítulo 3, sobre o sul da quarentena, reiterando sobre as condições das mulheres:

A quarentena será particularmente difícil para as mulheres e, nalguns casos, pode ser perigosa. As mulheres são consideradas “as cuidadoras do mundo”, dominam na prestação de cuidados dentro e fora das famílias. Dominam em profissões como enfermagem ou assistência social, que estarão na linha de frente da prestação de cuidados a doentes idosos dentro e fora das instituições. Não se podem defender com uma quarentena para poderem garantir a quarentena de outros. São elas também que continuam a ter o seu cargo, exclusiva ou maioritariamente, o cuidado das famílias. [...] Com as crianças e outros familiares em casa durante 24 horas, o stress [...] certamente recairá sobre as mulheres. [...] Por outro lado, é sabido que a violência contra as mulheres tende a aumentar [...] Uma boa parte dessa violência ocorre no espaço doméstico. [...] O confinamento das famílias em espaços exíguos e sem saída pode oferecer mais oportunidade para o exercício da violência contra as mulheres. (SANTOS, 2020, p. 16)

O tempo se revela ingrato, desde os últimos dias do ano de fevereiro de 2020, as incertezas assolaram o mundo, e as mulheres negras e pardas como estão? Na vulnerabilidade imposta pelo racismo, colonialismo, patriarcado e capitalismo neoliberal. Os dados publicados no site Coronavírus Brasil, revelam que no dia de hoje, 12 de julho de 2021, o total de mortes é de 533.488 mil óbitos da Covid no Brasil, dentre os quais, homens e mulheres negros(as) são os(as) mais afetados(as). Elas estão na linha de frente, como babás, empregadas domésticas, ou em casa na dupla jornada, já que passaram também a ensinar as atividades escolares de seus filhos(as).

Nessa seara, Santos (2020) vem nos dizer sobre os três unicórnios que, desde o século XVII, operam como modo de dominação principal na sociedade: capitalismo, colonialismo e patriarcado. Segundo o autor, apesar de serem onipresentes e invisíveis na vida dos humanos na sociedade, são articulados para a produção de violências, revelando a sua face mais cruel, ou seja, é uma metáfora do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, discriminação de gênero, racial e sexual, conforme as lições mencionadas por Santos (2020):

Lição 1. O tempo político e midiático condiciona o modo como a sociedade contemporânea se apercebe dos riscos que correm [...]; lição 2. As pandemias não matam tão indiscriminadamente, quanto se julga [...]; lição 3. Enquanto modelo social, o capitalismo não tem futuro [...]; lição 4. Extrema-direita e a direita hiper-neoliberal ficam definitivamente (espera-se) desacreditadas [...]; lição 5. O colonialismo e o patriarcado estão vivos e reforçam-se nos momentos de crise aguda [...]; lição 6. O regresso do Estado e da comunidade. (SANTOS, 2020, p. 22-27)

As lições mencionadas revelam como os marcadores de gênero são articulados na sociedade que dão origem às desigualdades sociais e educacionais, revelando a falta de efetividade das Políticas Públicas e o não acesso aos direitos básicos, dentre eles o da educação.



A pandemia gera crises e gravidades.

De acordo com Santos (2020), as mulheres são as mais afetadas pela crise sanitária, considerando-as como cuidadoras do mundo, que assumem um papel múltiplo na sociedade, desenvolvendo diversas atividades, dentro e fora do contexto familiar; são elas que mais sofrem devido ao isolamento social, com estresse de filhos e maridos, além de serem contaminadas; é nelas onde se concentra o maior índice de letalidade.

Essas mulheres estão expostas nos trabalhos informais, sendo obrigadas a trabalhar e a manter o sustento da família; estão nas ruas como mendigas, na vulnerabilidade, em situações precárias e de sofrimento, muitas delas sem abrigo no isolamento; outras tantas nas periferias, na escassez de recursos, para prover o mínimo de bem-estar social; outras ainda imigrantes, sem acesso à saúde, à educação, mendigando direitos; sem perder de vista as deficientes e sem locomoção; citem-se ainda as idosas, relegadas aos abismos sociais e econômicos.

Portanto, as lições acima definidas explicam a produção das violências contra as mulheres, especialmente as negras e pardas, como vítimas da crise planetária, da crise social, do capitalismo mundial, da crise política, do Brasil da Colônia patriarcal ainda presentes na sociedade atual, assim como da relação capitalismo neoliberal e Estado.

Por fim, abrimos esse debate público e contemporâneo, para refletirmos sobre a necessidade da escola trabalhar com epistemologias interseccionais, visando a que esses marcadores sejam compreendidos historicamente para que não reproduzam desigualdades dentro e fora da escola. Que a educação represente para nós uma abertura de possibilidades para o respeito às diferenças.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE INTERSECCIONALIDADE**

Para início de conversa, procuramos contextualizar as nossas trajetórias de vida e das pesquisadas, percebemos a necessidade em trazer o conceito de interseccionalidade, dialogando com Bilge e Collins (2020), que concebem a interseccionalidade como uma ferramenta de análise, necessária à compreensão da situação de vulnerabilidade das mulheres negras e pardas nesse momento de pandemia.

Vivemos em um mundo emergente, marcado por desigualdades, violências, discriminações e preconceitos. Essa é uma realidade universal e planetária, onde o desemprego, a pobreza, corrupção, recrudescimento dos recursos e descredibilidade política dos governantes



afetam as relações sociais e as estruturas organizacionais da educação. O reflexo disso é a subalternização de uma parcela da população e nesse contexto, em números elevados, a mulher negra e parda se insere, haja vista suas lutas cotidianas em diferentes movimentos e, principalmente, pela educação. Ressalta Collins e Bilge (2020, p. 16), que “análises interseccionais mostram como a estrutura da disparidade de desigualdade é, simultaneamente, racializada e orientada por gênero para as mulheres de cor”.

Nesse sentido, aduzem:

[...] a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (2020, p. 16).

O entendimento das autoras discorre sobre a participação das mulheres no movimento negro antirracista, buscando compreender os desafios enfrentados no tocante as especificidades de gênero.

[...] como categoria de análise, as mulheres negras enfrentavam [...] preocupações específicas à bandeira da solidariedade de classe. [...] contemplando feminismo, antirracismo e movimentos da classe trabalhadora, [...]. No entanto, como nenhum movimento social conseguiu resolver [...] as questões específicas das mulheres afro-brasileiras, elas criaram um movimento próprio. Dar um passo atrás para ver as ideias e as ações das mulheres negras brasileiras mostra como uma política identitária coletiva emergiu de um entendimento politizado de uma identidade coletiva de mulheres negras com base em experiências comuns de dominação, exploração e marginalização. Por exemplo, quando as trabalhadoras domésticas negras se organizaram, ficou nítido que as mulheres de ascendência africana eram desproporcionalmente representadas nessa categoria ocupacional. Nem todas as trabalhadoras domésticas eram “negras”, mas essa categoria de emprego estava intimamente ligada às mulheres negras (COLLINS; BILGE, 2020, p. 46).

As mulheres afro-brasileiras, suscetíveis às violências, principalmente as que residem nas favelas e são trabalhadoras domésticas, viam o ativismo como fundante para a politicidade do ser mãe e mãe de criação, pois, conheciam a pertença a um coletivo de experiências culturais e comuns de marginalização, exploração e dominação.

Entendemos que a perspectiva interseccional é um instrumento para a busca inarredável, no sentido de promover políticas públicas com efetividade, dada a desigualdade das mulheres negras e pardas na sociedade. Articular, por exemplo, uma política identitária coletiva visando a reivindicar seus direitos como classe trabalhadora pode ser uma saída para as domésticas negras.

Nessa seara, Carla Akotirene (2019) problematiza diversas categorias que estão



interligadas como marcadores de gênero considerando que as mulheres, principalmente as negras e pardas, estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero e que fatores como classe, raça, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual pesam na forma como vários grupos de mulheres vivem a discriminação.

A autora defende que os entrecruzamentos nas avenidas das opressões marcam desigualdades que estão relacionadas ao gênero, à raça, à classe e à sexualidade. À vista disso, a interseccionalidade passa a ser norteadora das desigualdades sociais de gênero, uma vez que a relação de poder e de dominação do homem sobre a mulher estabelece hierarquia, subordinação e opressão. Como se não bastasse “[...] além da violência atravessar as raças, classes e gerações, as queixas das mulheres negras e pardas sofrem estigmatizações pelos aparelhos do Estado [...]” (AKOTIRENE, 2019, p. 69).


Nesse ínterim, Nilma Gomes (2005) assevera que a prática discriminatória é resultante do racismo, que se baseia em crenças de raças humanas superiores e inferiores, manifestando-se de duas formas: atos discriminatórios, de indivíduos para indivíduos, e institucional, fomentadas pelo Estado, isolando o negro em bairros, escolas e empregos. Essas manifestações têm se apresentado ainda em livros didáticos, com imagens deturpadas e estereotipadas, preconizando uma história negativa do negro no Brasil. Vê-se ainda tal prática racista escancarada na mídia, retratando grupos étnicos raciais em história de exclusão de maneira equivocada.

Nesse sentido, devido a essas opressões, a escola não era lugar para as mulheres, principalmente, de cor. Assim, Marlene Ribeiro (2010, p. 293-294) enfatiza que os(as) filhos(as) dos(as) trabalhadores(as) rurais [...] experimentam uma maior necessidade de aproximação entre o trabalho e o estudo, visto que a maior parte deles ingressa cedo nas lidas da roça para ajudar a família. Importa dizer que um dos maiores desafios para escola é a superação do racismo, quer dizer, (re)inventar “[...] técnicas e linguagens capazes de superar os limites da pura razão e de tocar no imaginário e nas representações como aponta Munanga (2008, p. 15).

O exposto ilustra o reverberamento das violências sofridas por mulheres, os agravantes causados pela colonialidade do poder, conforme assevera Quijano (2005):

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em sua intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências históricas, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia





ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento. (QUIJANO, 2005, p. 227-278)

Tal discussão se faz necessária para apresentar a influência hegemônica e capitalista na vida das mulheres, especialmente as negras e pardas, vitimadas pelo sistema mundial que opera violências históricas e de forma indiscriminada. Os impactos da crise sanitária transformaram-se em desafios também para as professoras. Com o fechamento das escolas para conter a propagação do vírus, ficaram sem saber como conduzir as suas aulas, visto que não receberam capacitação tecnológica ofertada pelo Estado, quando muitas não dispunham de aparelhos tecnológicos. Assim, não conseguem que as atividades cheguem ao alcance dos discentes, principalmente daquelas(es) negras(os), pobres e sem acesso a outros direitos sociais. Logo, refletimos acerca do que já apresentamos nas linhas iniciais: que o direito à educação não é usufruído por todos, resquícios de uma herança perversa desde o Brasil Colônia.

O contexto de pandemia global nos impôs desafios e rupturas, estas nos colocaram no ápice deste estudo, nos exigindo criar, escrever, desenvolver e adaptar novas formas de investigação: como responder às demandas do ato de pesquisar? Como ir a campo, vivenciar a pesquisa? Tais questionamentos exigiram-nos reinvenções, organizar a “chegada” no campo, uma experiência desafiadora. Vimos o caos, o descrédito nas ciências, mas nós não desacreditamos. Como educadoras feministas antirracistas, acreditamos e investimos na educação como prática de intervenção no mundo (FREIRE, 1992) e na interseccionalidade como princípio político do processo de produção e difusão do conhecimento, no âmbito da ciência e fora dela (SILVA, 2020). Nessa perspectiva, conforme Silva (2020, p. 296), a interseccionalidade reconhece interseções e interconexões entre diferentes marcadores sociais e diferentes posicionalidades, que, de forma articulada e individual, nos convertem particularmente vulneráveis a diversas formas de violência.

## **A IMPREVISIBILIDADE DAS MUDANÇAS: DORES, TEMORES E A (RE)INVENÇÃO DA DOCÊNCIA**

Alinhado ao pensamento freireano, Arroyo (2019, p. 59) discorre sobre as lutas por políticas públicas afirmativas das diferenças reconhecendo que “[...] as mulheres mães que levam seus filhos às escolas públicas ou que choram os filhos em vidas ameaçadas ou mortos tem cor. São as Maria, Marias [...] é a cor [...]. A cor de tantas Marias chorando vidas.”. Esses dramas são resultantes das vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres negras e pardas, e como



tal são barreiras históricas e também contemporâneas no contexto da pandemia. São essas mulheres, domésticas, escravizadas, contaminadas e ainda culpabilizadas.

Para o referido autor, “[...] o racismo estrutural, tão incrustado nos nossos padrões de poder, de classe, gênero, de trabalho... acrescenta radicalidades antiéticas aos processos sociais, políticos, econômicos, culturais e até pedagógicos de ameaçar vidas” (ARROYO, 2019, p. 59). Essas vidas ameaçadas têm cor, têm classe. Por conseguinte, como professoras e pesquisadoras que somos, entendemos que entre os muros do território escolar há muito o que se experimentar, vivenciar, aprender, ensinar e falar. Meninos e meninas de diversidades e identidades múltiplas, diferenças de cores, raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, religião; filhos(as) de mulheres negras e pardas precisam entender o racismo pela ótica interseccional para minimizar as opressões que atravessam corpos negros nessa conjuntura.

Para tanto, enquanto profissionais da educação, experienciamos os silêncios, vimos a tristeza nos olhos dos discentes ao receber a notícia da suspensão das aulas, em decorrência da pandemia causada pela Covid-19. Ficamos sem saber como passar a notícia da interrupção das aulas, ouvimos muitas falas que, nos causaram emoções: “Professora, eu vou ficar com saudades”. “Professora, quando a gente volta?”. Ficamos com os olhos marejados, a imprevisibilidade das mudanças repentinas nos trouxe dores e temores. Naquele momento inicial, fomos afetadas por muitas coisas, sabíamos que não teríamos nem notícias de muitos estudantes, crianças de origem pobre, sem acesso aos direitos básicos de alimentação, saúde, moradia e saneamento; filhos e filhas, assim como nós, de mulheres que vivenciam as interseccionalidades de gênero, raça e classe.

Diante dessas reflexões, emergiram sentimentos, temores e dores de incertezas. Também não sabíamos como lhes garantir o direito à educação preconizado no artigo 205 da Constituição Federal, pois, daí refletimos: Como garantir a continuidade dos estudos? Que respostas dar para eles(as)? Quem fará o nosso papel de professora, visto que seus familiares não tiveram acesso ou não puderam permanecer na escola? A escolaridade destes não era suficiente para fazer o acompanhamento das tarefas escolares de seus filhos(as). Sobre esse aspecto, explicita Souza *et al.* (2020, p. 4),

As mudanças ocasionadas pela pandemia do novo coronavírus chegaram de modo abrupto, causando isolamento compulsório e, por isso, faz se necessário o aprofundamento do debate sobre o ensino e a aprendizagem, pois, o fato da escola estar de “porta fechada” não significa que ela tenha deixado de existir. Ela existe, em tese, como “escola doméstica”, cravada na rotina familiar[...].



Esse distanciamento social, exigiu de nós, professoras de escolas que recebem estudantes do campo/roça, uma (re)invenção da docência, um exercício que temos feito diuturnamente. Nos vimos (des) estabilizadas, como construir práticas pedagógicas diante de um contexto histórico de injustiça educacional em que os estudantes e seus familiares vivem inseridos?

Para ilustrar o contexto, recorremos a Gonzalez (2020, p. 83) perguntando “Como é que a gente chegou a este estado de coisas, com abolição e tudo em cima?”. Séculos se passaram e o contexto educacional pandêmico mostra a sua dura face. Tal resgate nos ajuda a compreender que nossos(as) alunos(as) negros(as) são os que, além de não possuírem recursos tecnológicos, também são “rotulados” na escola e fora dela. O que fazer? Como reinventar a docência na roça? Meses se passaram e, entre lives, cursos, leituras e (des)construções, tivemos apenas a possibilidade da impressão de atividades em papel, como sendo o único recurso acessível e possível, para chegarmos aos lares dos(as) estudantes. Foi aí que os “enganos e as parencas” nos surpreenderam, conforme sinaliza Evaristo (2017, p. 32): “Uns defendiam a versão de que os gemidos chorosos [...], vindos das entranhas [...] não eram lamentos de dores [...]. Essas e outras histórias [...] o vazio [...] enquanto a vida seguia com os seus mistérios.”.

Em face da necessidade de pensar a (re)invenção do nosso trabalho docente, na modalidade remota, nesse tempo pandêmico, tivemos a sensibilidade para estudar uma proposta metodológica que respeitasse as dimensões familiares, já que a família é a primeira escola de qualquer pessoa. Por isso, nossas produções permitiram transcriber e transgredir as práticas pedagógicas contextualizadas, a partir de possibilidades propositivas, que se aproximaram, tessituraram a realidade dos estudantes em tempo de pandemia.

Para Bell Hooks (2017), é necessário encontrar estratégias para não perder a esperança. Assim sendo, ensinar na pandemia, exigiu de nós um devir, um “[...] compromisso com a busca de conhecimento[...] força para continuar às aulas. [...] Em meio a esse distanciamento, encontrar [...] sobrevivência, [...], caminho para compreender as limitações do tipo de educação, [...] descobrir estratégias alternativas de aprender e ensinar, conforme Hooks (2017, p. 23).

Em meio às tensões, às dores e aos temores impostos pela pandemia, buscamos um conhecimento que dialogasse com as diferenças. Para tanto, fez-se necessário, respeitar o contexto dos estudantes, assim, eles foram convocados a partilharem as suas vivências, “transformar o currículo de tal modo que ele não reforce os sistemas de dominação, [...] parcialidade [...], prática de ensino um foco de resistência” (HOOKS, 2017, p. 36).



Pensar as condições das mulheres negras e pardas, nesse tempo de pandemia, requer de nós pautar a temática das interseccionalidades de gênero, raça e classe na educação, para entender melhor a formação oferecida pela escola, pois o currículo deve ser uma arte problematizadora da vida. Discutimos e optamos por práticas pedagógicas criativas que permitissem alcançar todos os estudantes, garantindo o direito de aprendizagem para aqueles que não possuem acesso às tecnologias. Estudamos e decidimos “[...] elaborar atividades que não se restrinjam a uma única disciplina [...] nem um único tipo de linguagem. [...]. Assumir um caráter interdisciplinar [...] a articulação entre diferentes conteúdos” (SOUSA et. al, 2006, p. 146).

Em resultado, produzimos o *Caderno da Realidade*<sup>12</sup>, com o objetivo de conhecer melhor o contexto vivenciado pelos estudantes e seus familiares, melhor dizendo, entendê-los para além dos muros da escola. Assim, o instrumento foi adaptado para as (os)estudantes do Colégio Santo Antônio, situado no Povoado de Barra em Ichu-Bahia, no contexto de um tempo pandêmico, no qual elas(es) possuíam pouco ou nenhum meio tecnológico para acesso a metodologias voltadas ao uso das ferramentas digitais. Este permitiu a valorização das culturas estudantis, reflexões sobre as suas experiências cotidianas e ainda refletir sobre o contexto vivenciado, na dinâmica das relações tecidas entre a escola, a família e o lugar. No contexto da pandemia, este se tornou para nós um instrumento potente, permitindo-nos entender melhor as vivências dos estudantes.

Esse material de apoio se mostrou como um grande subsídio para alcançar os lares e se consolidou como uma potencialidade para o despertar criativo e a construção de aprendizagem. A proposta dos cadernos permitiu a utilização de materiais que fazem parte dos espaços de vida dos estudantes, tais como: sementes, retalhos de tecido, cola produzida pela goma de fécula de mandioca, a palha, o crochê, o algodão, as folhas do quintal, entre outros. A palavra chega! Não escrita, mais afetada pelo pertencimento, pelas emoções, pelos sentimentos; chega feita por fotografias, desenhos e colagens, construída por mãos que se mobilizaram para retratar uma compreensão mais aprofundada do seu espaço de vida.

---

<sup>12</sup> O *Caderno da Realidade* é uma ferramenta didático-pedagógica utilizada pelas Escolas Agrícolas, na proposição da Pedagogia da Alternância, que tem por objetivo proporcionar registros diversificados sobre a realidade dos(as) estudantes, possibilitando a articulação entre as diversas áreas de conhecimento, potencializando as perspectivas da interdisciplinaridade.





Esse instrumento permitiu que a família despertasse para acompanhar a vida escolar dos filhos, reconhecendo a escola e os professores como essenciais para o ensino e a aprendizagem, algo possibilitado pela pandemia. O envolvimento dos pais com as relações escolares viabilizou aos educandos registrarem os desafios sociais, ambientais e políticos de suas comunidades a partir da análise local, um “testemunho da vivência”.

Nesse sentido, o Caderno foi fundante e se consolidou como um instrumento formativo que aguçou a criticidade por intermédio de pesquisas aprofundadas sobre a realidade cotidiana, hábitos da comunidade, mergulho no tempo passado, através de interrogações a seus pais por meio do estabelecimento de questionamentos e reflexões “[...] implicando uma intensidade maior [...] daquela presença, no sentido de abrir canais de participação democrática [...] na própria política educacional vivida nas escolas” (FREIRE, 1992, p. 20).

Ao tecer conhecimentos junto a seus familiares e no local de vivência, os estudantes foram conhecendo a história e, por conseguinte, produzindo novos conhecimentos, permitindo observar, compreender e interpretar a realidade a partir da articulação entre teoria e prática. Nós compreendemos que os estudantes adentram o espaço da escola, cheios de letramentos de (re) existências, letramentos críticos e letramentos sociais, aprendizagens cotidianas que devem ser tessituradas a outras ciências.

A palavra surge ressonante, de forma concreta e contextualizada, chegando para nós, também, os sentidos, as histórias, as experiências de vida dos(as) estudantes, nos permitindo, além disto, rememorar as nossas trajetórias enquanto crianças pobres, sem acesso a muitas políticas educacionais e sociais. Chegamos à conclusão de que a palavra chega de outras formas, chegaram escrevivências. E aqui queremos dizer que chegaram também audiovivências, sim, pois o uso do aplicativo WhatsApp possibilitou ouvir as vozes, trocar palavras audíveis.

A realidade ora vivenciada nos ajuda a entender a necessidade dos processos formativos a partir do entorno, trabalhar com os sentidos. E nós, professoras feministas, pesquisadoras da Educação Básica, além de leituras científicas, respeitamos o letramento racial feminista negro, por reconhecer que ele é útil e essencial. Visto que não desenvolvemos produtos interventivos apenas para a academia, estruturamos nossas escritas numa âncora teórica para questionar os fenômenos, mas, sobretudo, não nos deslocamos da aproximação das mulheres negras e pardas na sociedade. Nossos objetos de pesquisa no contexto do Mestrado, versam sobre a vida das mulheres, da roça e das violências sofridas. Aqui escrita e vida se coadunam para um entendimento decolonial e análises urgentes são problematizadas pela ótica interseccional, por



percebermo-nos imersas na decolonialidade do poder, convivendo com o patriarcado e, atravessadas pelas opressões por sermos mulheres, negras, pardas e pobres.

Desde crianças, convivemos com as desigualdades sociais, com a falta de expectativa na continuidade dos estudos, agora vemos que, mesmo em um tempo passado, e nem tão passado assim, apresentam-se para nós mulheres pesquisadoras uma dissociabilidade entre sociedade e escola, dado que o currículo escolar, não contempla a vida prática e cotidiana das identidades (currículo nulo).

Na trama dessa esteira, que ora tecemos neste estudo, desejamos que esta escrita chegue a outros cantos, suscitando aquilombamentos outros. Este texto conta um pouco do nosso campo de investigação, docência, gênero, raça e classe na educação. Nesse momento, marca um debate uma escuta compartilhada que pode ser compreendida como uma possibilidade para a busca de soluções, aproximar universidade, escola e comunidade. Foi necessária uma pandemia para entendermos que a vida e a escola não podem andar de forma dissociada, em vista disto, destacamos o nosso papel como professoras feministas, pesquisadoras, negras, pardas e docentes que se formam nos meandros das idas e vindas para a universidade pública, reflexões essas que se tornaram formativas.

Nessa perspectiva, reforçamos a necessidade dessa parceria, do tramar dessa esteira, de construirmos laços, pois “o nó aperta”, o laço permite um entrelaçar benfazejo. Nesse sentido, nossas pesquisas não se restringem a constatar algo, mas podem ser vistas como potencializadoras da nossa prática pedagógica. E, com efeito, colaborar para o cotidiano escolar sob o viés do respeito às diferenças. A pesquisa na Educação Básica é profícua, os discursos ganham destaque, a pesquisa na/da/com/dentro da escola, constrói reposicionamentos de novo sentido. Essa relação produz diálogos colaborativos, os quais permitem que as nossas pesquisas se ancorem numa produção interventiva.

Por isso, é uma trama bem tecida; vivências contextualizadas é a própria vida dando forma ao currículo, resultando em benefícios visíveis, consistência entre os saberes, reconhecimento das aprendizagens formativas. Ao desenvolvermos essas investigações, ao colhermos, tecermos esses fios, materializamos a tríade ensino, pesquisa e extensão.

Nós crescemos na observância dos lugares projetados para as mulheres negras e pardas, sobretudo as mais próximas a nós, no servilismo, no silêncio, no trabalho e no cumprimento das ordens patriarcais. É por isso que nesse desvelamento, por meio de nossas pesquisas, suscitaram a indignação. A educação precisa ser vista como um movimento emancipador e, em



função disto, nossos debates são fundamentais para colaborar com a melhoria da frequência escolar.

Acreditamos que discutir o acesso de mulheres às Políticas Públicas e às garantias sociais é um ato revolucionário, emancipatório. Nós, enquanto acadêmicas, estamos vivenciando a pesquisa na escola, na sociedade, na universidade e, assumindo a interseccionalidade como princípio, reconhecendo que a produção do conhecimento deve desenvolver-se com base na realidade social, admitindo a diversidade presente numa sociedade multicultural, objetivos do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED). Assim, vamos materializando, no dia a dia, práticas investigativas e interventivas, alicerçadas nas epistemologias das vivências das mulheres negras e pardas. Somos, a cada dia, conclamadas a ler, estudar, entender melhor o feminismo negro - as mulheres na sociedade e na escola.

## CONSIDERAÇÕES (IN)CONCLUSIVAS

Contribuir para o debate interseccional de gênero, raça e classe na educação é importante para potencializarmos a escola, como um espaço democrático. Assim como relatar práticas pedagógicas exitosas em tempo de pandemia. Enquanto mulheres negras e pardas, estivermos sempre na subalternidade do mercado de trabalho compulsório, desde o início da escravatura. A oportunidade de sermos professoras nesse contexto pandêmico, levou-nos a desenvolver práticas pedagógicas importantes para o empoderamento próprio, assim como para a produção de conhecimentos necessários a uma escola democrática que transgrida saberes novos.

Entrelaçamos as nossas vivências enquanto docentes, com os estudos das questões sociais que se manifestam na escola. Assim, este estudo acerca da vulnerabilidade das mulheres negras e pardas nesse tempo de pandemia nos permitiu entender melhor o histórico das opressões sofridas por elas. Apresentamos a narrativa de uma empregada doméstica que nos ajudou a entender a dinâmica social vivenciada por essas mulheres nesse contexto de pandemia ocasionada pela Covid-19. Refletimos que deixar de falar do debate interseccional no espaço da educação pode produzir o silenciamento e contribuir para o racismo, a misoginia, as opressões, o sexismo e as violências contra as mulheres negras e pardas.

A pandemia demandou de nós uma (re)invenção da docência, dos processos de ensino e das práticas pedagógicas, exigindo-nos um olhar atencioso e de maior compromisso com aqueles(as) que historicamente estiveram à margem do processo educativo. Requereu-nos uma análise aprofundada da situação presente, mediante as incertezas, as angústias e o isolamento.



Receosas pela descontinuidade do ensino, produzimos o *caderno da realidade* com a finalidade de possibilitar acessibilidade a aprendizagem de modo que as questões socioeconômicas, não viessem a ser um entrave para garantir o direito à educação.

O *caderno da realidade* foi um caminho de ensino, aprendizagem, reflexão histórica e ação, permitiu, pois, conhecer melhor o contexto vivenciado pelos estudantes e seus familiares, os desafios sociais enfrentados por essas famílias, um “testemunho da vivência”. Nesse sentido, esse dispositivo consolidou-se como uma prática pedagógica, instrumento formativo e investigativo que possibilitou fazer o debate dos impactos causados pela pandemia, tomando por base as vivências das mulheres, negras, pardas e pobres que, são mães e responsáveis por esses estudantes e que sofrem os resquícios da colonização, opressões. São mães solas, diaristas, lavadeiras, empregadas domésticas e ainda sem escolaridade que lhes permitam acompanhar e orientar as atividades de seus filhos.

Portanto, a partir do *caderno da realidade* refletimos que a escola precisa inserir o debate da denúncia em todos os níveis de ensino, ou seja, estudar e refletir as desigualdades de gênero, raça e classe que engendram as discrepâncias sociais presentes no ambiente da escola e fora dela, pautar as dimensões de vida, (re)escrever novas possibilidades de ensinar e de aprender, considerando as relações interseccionais e de poder que marcam a diferença e o cotidiano dos(as) estudantes e de seus familiares, nas experiências individuais, na vida e na sociedade é imperioso e urgente.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Vidas ameaçadas**: exigências-respostas éticas da educação e da docência. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidades**. Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

CATANI, Denice *et al.* **Docência, memória e gênero**: estudos sobre a formação. São Paulo: Escritura, 1997.

COLLINS; BILGE. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Plataforma Gueto, 2013. Mulheres, raça e classe, 1982.

DICIO - **Dicionário Online de Português**. Acesso em: 10 jun. 2021.





EVARISTO, Conceição. **História de leves enganos e parecenças**. Rio de Janeiro. Malê, 2017.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Escrivivência: sentidos em construção. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrivivência: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 59-73.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **SECAD- Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 133-166.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org. Flávia Rios, Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

PAINEL CORONAVÍRUS. **Coronavírus Brasil**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 12 jul. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En: LANDER, Edgardo (Org). **Libro: a colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americano. Coleccion sur sur, CLACSO, Ciudad autonoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. p. 227-278.

RIBEIRO, Marlene. Movimento Camponês trabalho e educação. **Liberdade, autonomia e emancipação: princípios/afins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Caderno Pagu**, v. 16, p. 115-135, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Almedina, Coimbra, 2020.

SILVA, Zuleide Paiva da. Interseccionalidade como princípio do campo feminista. In: SILVA, Ana Lúcia Gomes da; SILVA, Jerônimo Jorge Cavalcante; SILVA, Vitor Amar (Orgs). **Interseccionalidade em pauta: gênero, raça, sexualidade e classe social**. Salvador: EDUFBA, 2020, p. 273-200.

SOUSA, C. P. de *et al.* **Adversidade e o trabalho escolar: histórias de vida, autobiografias e projetos de formação**. São Paulo: FAFE- Fundação de Apoio à Faculdade de Educação, 2006 (Cadernos Temáticos, n° 4).

SOUZA, Antonio José de et al. (2020). A covid-19 e os desafios da educação do campo no



município de Riachão de Santana/BA. **Revista Macambira**, 4(2), e042010. DOI: <https://doi.org/10.35642/rm.v4i2.506>.

SOUZA, Elizeu Clementino. **O conhecimento de si: estágio e narrativas de formação de professores**. Rio de Janeiro: DP & A; Salvador: UNEB, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília, DF: MEC/ Secretaria de Educação Fundamental, 2008.



# CAPÍTULO 19

## A PANDEMIA DA *COVID-19* SOB A PERSPECTIVA DA FILOSOFIA AFRICANA E A FENOMENOLOGIA COMO POSSIBILIDADES DE NOVOS ENFRENTAMENTOS

**Peterson Gonçalves Teixeira**, Mestrando em Cognição e Linguagem pela UENF/RJ –  
Médico - SMSGC

**Amaro Sebastião de Souza Quintino**, Mestrando em Cognição e Linguagem pela - Tutor do  
CEDERJ

**Jackeline Barcelos Corrêa**, Doutoranda em Cognição e Linguagem pela UENF/R,  
professora da SEDUCT

**Crisóstomo Lima do Nascimento**, Professor Titular da Universidade Federal Fluminense e  
professor adjunto da UENF-/RJ

**Shirley Campos de Souza**, Médica- Clínica Geral da SMSGC

### RESUMO

A pandemia de *COVID-19* trouxe para o mundo novas formas de viver entre elas o isolamento social que afetou muitos indivíduos, isso acarretou de maneira urgente a utilização dos meios digitais e das novas tecnologias da informação. Com isso, novos sentimentos de angústia e solidão se apresentam com intensidade aumentada frente ao novo, e criam perspectivas de dúvidas e busca de sentido da vida para o futuro. O objetivo desta pesquisa é analisar a pandemia do *COVID-19* na perspectiva da filosofia africana e da fenomenologia, que abrem portas para um outro pensar quando discute a relação do homem com a vida e com o mundo, usando ideias ligadas diretamente ao respeito ao próximo e respeito à natureza em que se vive. A metodologia se dá por meio da análise qualitativa, trata-se de uma pesquisa bibliográfica com base nos estudos do Gil (2012). Como aporte teóricos foram utilizados: Frankl (2008); Heidegger (2009) e Castiano (2010), entre outros que abordam a temática. Considera-se que neste momento delicado da pandemia, o homem busca frente ao contexto de vida e morte buscando um sentido na vida. Por fim, faz-se necessário analisar o momento atual, viabilizando as possibilidades de enfrentar a angústia da pandemia de *COVID-19* e seus impactos na humanidade, que vive por meio de um diálogo profundo de apropriação de si mesmo, e busca frente aos novos pensamentos, a partir de atitudes de esperança para encontrar no futuro possibilidades de seguir em frente.

**Palavras-chave:** Pandemia, Ansiedade, Fenomenologia, Filosofia Africana.

### INTRODUÇÃO

A Pandemia de COVID-19, causada pelo vírus SARS-COV 2 é um fenômeno mundial de características ímpares, no sentido de sua extensão e velocidade de crescimento, causando grandes impactos em toda a população mundial. Devido ao *Coronavírus* a sociedade teve que mudar os hábitos, criar novas rotinas, buscar formas para desenvolver as diversas tarefas e ainda se preocupar com a saúde mental, de maneira que a sociedade ficou impossibilitada de continuar



seguindo a vida normal como antes.

Seguindo as medidas de segurança foi necessário se reinventar, mantendo o distanciamento social, para sobreviver essa grande pandemia como afirma a Organização Mundial das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO, 2020), de maneira que as pessoas deveriam se privar de prazerosas atividades, que eram as “válvulas de escape”. Além do medo de contrair a doença, a *COVID-19* tem provocado sensação de insegurança e despertando muitos sentimentos incontrolláveis, da perspectiva coletiva à individual, do funcionamento diário da sociedade às modificações nas relações interpessoais.

Destaca-se a ansiedade, como uma perturbação psicológica que afeta a capacidade de enfrentamento de toda a sociedade, em variados níveis de intensidade e propagação. Quanto à saúde mental, é importante dizer que as sequelas da pandemia são tão importantes quanto o número de mortes, isso faz com que as pessoas fiquem mais sensíveis. Os sistemas de saúde dos países entram em colapso, os profissionais de saúde ficam exaustos com as longas horas de trabalho e, além disso, o método de controle mais efetivo da doença, que é o distanciamento social, que impacta consideravelmente a saúde mental da população.

Nesta perspectiva o olhar fenomenológico na concepção de Heidegger proporciona uma compreensão que procura valorizar o ser na sua singularidade. A valorização do ser passa a possuir rigor científico e se fundamenta nas características do existir. A fenomenologia se ocupa em explicar as estruturas em que a experiência se verifica, descrevendo-as em suas estruturas universais, na intencionalidade de ressignificar conceitos, o que implica valorizar o que somos, e reconhecer nossas capacidades, a partir de contribuições e perspectivas trazidas pela filosofia africana.

A filosofia africana é construída no plano horizontal da solidariedade, esse plano tem a função de fazer todos se envolver, pois desse modo todos estão incluídos e interagindo uns com os outros, sabendo que o indivíduo e a natureza são cúmplices, pois é o corpo da natureza que dará corpo à vida, ressaltando os princípios da diversidade, da integração e da tradição agindo e dimensionando tal filosofia.

Sendo assim, a filosofia africana e a fenomenologia foram elencadas como pano de fundo para novas possibilidades de pensamentos e atitudes durante a pandemia, pensando em contribuir na melhoria da saúde mental das pessoas neste momento caótico.





## REFERENCIAL TEÓRICO

### A pandemia e ansiedade no homem contemporâneo

A pandemia pelo novo Coronavírus (*COVID-19*), surgida em dezembro de 2019 e disseminada pelo mundo em 2020, que se exigem diversas medidas preventivas como o uso de máscaras, álcool além de manter um distanciamento social, buscando evitar a contaminação e disseminação desse vírus.

A *COVID-19* é uma síndrome ocasionada pelo novo *Coronavírus*, que atingiu as pessoas em diferentes níveis de complexidade, sendo os casos mais graves acometidos de uma insuficiência respiratória aguda que requer cuidados hospitalares intensivos e com isso trouxe um conjunto de fatores para a população não existentes em períodos de normalidade. Alguns desses fatores resultam da própria pandemia, enquanto outros, de suas políticas de enfrentamento.

Halle *et al.* (2020) elucidada que:

Entre as medidas de enfrentamento, várias regras de distanciamento social foram implementadas. Embora este processo ocorra em grande medida de maneira descentralizada – variando conforme a Unidade da Federação (UF) ou o município, decisões foram tomadas no sentido de suspender a realização de eventos; interromper parcial ou totalmente o funcionamento de estabelecimentos não essenciais; paralisar atividades escolares; impor controles sobre o trânsito de pessoas; e limitar o ingresso de cidadãos estrangeiros no país. Medidas semelhantes foram adotadas por quase todos os países com número elevado de pessoas infectadas, assim como por aqueles países com números relativamente baixos (HALLE, *et al.*, 2020).

Com a facilidade de propagação do vírus e a falta de conhecimento sobre o mesmo aumenta exponencialmente o número de contágios, isso fez com que a Organização Mundial de Saúde (OMS) elevasse a doença ao *status* de Pandemia em março de 2020 (WHEATON, 2020). Algumas medidas de distanciamento social têm sido adotadas na maior parte dos países do mundo a fim de reduzir a transmissão do vírus, para que desta forma se diminuam os conflitos sociais.

Douglas (2009) aponta que:

O ambiente criado pela pandemia de *COVID-19* seria favorável à ocorrência de conflitos sociais violentos? Considerando a epidemia de ebola na África Ocidental como ponto de referência, há, por um lado, dois fatores que reduzem a probabilidade de conflitos: i) a taxa de mortalidade é bastante inferior à da doença causada pelo ebola, ocasionando menos estresse na população; e ii) até o momento, a Covid-19 se espalhou em locais com níveis menores de pobreza. Por outro lado, a atual epidemia possui duas características que aumentam a probabilidade de conflitos sociais violentos: i) a queda abrupta da renda de um número muito elevado de pessoas; e ii) o confinamento de grande parte da população, muitas vezes em espaços reduzidos (DOUGLAS, 2009, p. 20).



A preocupação com a saúde mental da população se intensifica durante uma grave crise social, pois a pandemia da *COVID-19* pode ser descrita como uma dessas crises, a qual tem se caracterizado como um dos maiores problemas de saúde pública nacional e internacional das últimas décadas, tendo atingido praticamente todo o planeta (UNESCO, 2020).

Zheng *et al.*, (2005) aponta que:

Uma pandemia é por si só um fator de estresse devido à possibilidade da própria pessoa ou alguém próximo ser infectado. Os fatores são observados em pessoas infectadas, assim como nas não infectadas, ocorrendo durante e após o fim de uma pandemia. Pesquisas relatam os efeitos da *COVID-19*, juntamente com o vírus identificaram sentimentos de raiva, medo, solidão e tédio entre as pessoas infectadas e destacam o medo, preocupação e depressão, ainda que nenhum destes houvesse sido infectado (ZHENG *et al.*, 2005, p. 30).

Faz-se necessário pensar positivo e tomar os cuidados acerca da proteção do *COVID-19* e da saúde mental, ressaltando os aspectos preventivistas associados à situação calamitosa emergencial de saúde pública por conta do novo *Coronavírus*.

Entretanto, é imprescindível a adequação às normas de sobrevivência, pois o vírus ainda está proliferando em diferentes estágios e mutações no mundo inteiro, com isso observa-se que o excesso de informações, medo do contágio, distanciamento social e incertezas quanto ao futuro, se fazem presentes e afetam o ser humano ocasionando diferentes níveis de ansiedade mediante a realidade da pandemia.


### **A fenomenologia de Heidegger com foco na pandemia**

O termo fenomenologia na teoria de Heidegger significa “deixar e fazer ver por si mesmo aquilo que se mostra”, é um método de conhecimento para compreender, interpretar e descrever os fenômenos da forma como se mostra em si mesmo, corroborando com a teoria de Streck (2010, p. 17) “a fenomenologia é utilizada para descrever também o fenômeno da compreensão do ser. Então, a fenomenologia não se liga somente à compreensão, mas à questão do ser”.

Heidegger foi aluno de Husserl, conhecido como fundador da fenomenologia, e apesar de ter contribuído com os estudos e experiências de seu mestre, procurou superar o pensamento Husserliano para atingir os ideais como foco no ser do ente, com base na fenomenologia hermenêutica no horizonte ontológico.

Heidegger (2009) elucida que:

(...) o que para a fenomenologia dos atos conscientes se realiza como o automostrar-



se dos fenômenos é pensado mais originariamente por Aristóteles e por todo o pensamento e existência dos gregos como Alétheia, como o desvelamento do que se apresenta, seu desocultamento e seu mostrar-se (HEIDEGGER, 2009, p. 5).

A corrente fenomenológica transcendental aderida por Heidegger traz a concepção de: “Às coisas em si mesmas.” Esta frase na filosofia avança em muitos pensamentos, com análise de cada ente em si mesmo, através de sua auto-revelação aos olhos de cada investigador. Desta maneira a “busca da verdade do ser, do sentido do ser, começa pela analítica existencial. Nas estruturas da finitude e da temporalidade do ser-aí, procura desvelar o horizonte em que se manifeste o sentido do ser” como afirma HEIDEGGER (2008).

A probabilidade do cenário pandêmico pode ser reduzido por meio da atenuação de fatores de estresse. A pandemia causada pelo vírus da *COVID-19* deixou todos aprisionados em seus lares, fazendo com que as pessoas se prendam em suas casas e estabelecem regras advindas das orientações da Organização Mundial de Saúde como, deixar os calçados fora de suas residências, comprar desinfetantes, álcool e outros produtos (UNESCO, 2020).

Capalbo (1999), em suas discussões já abordava a contribuição da fenomenologia, em suas teorias com foco na renovação dos métodos e no encaminhamento dos problemas nas ciências humanas, de forma notável nas ciências sociais como a psicologia, a psiquiatria, a biologia e na reorientação dos estudos de teologia, antropologia filosófica, filosofia da história, filosofia da linguagem, lógica e estética, sendo confirmado pelos estudos de Heidegger (2009), fato que possibilita, entender a existência do “ser” no modo do crescimento pessoal e profissional e, sobretudo à compreensão de como lidar com o outro, considerando sua vivência, a seu modo de ver e agir.

Heidegger (2008) explica que:

(...) o fenômeno não se mostra diretamente e, sim, se mantém velado frente ao que se mostra; ao mesmo tempo, mostra-se diretamente de modo a constituir o seu sentido. O que acontece é a possibilidade de algo que pode tornar-se fenômeno encobrir-se, a ponto do ser chegar ao esquecimento. Justo é o que se tornou objeto da fenomenologia, aproximando em seu conteúdo o que exige tornar-se fenômeno (HEIDEGGER, 2008, p. 3).

O autor supracitado questiona e inspira em seu livro “*Ser e Tempo*” o sentido do ser; o que é o ser? Qual é a multiplicidade da manifestação do ser? Qual é o tempo que o ser precisa para se reconhecer? Além dessas interrogações ainda esclarece que:

O homem não é, portanto, jamais infinito e absoluto na criação do próprio ente, mas, ele é infinito no sentido da compreensão do ser. A fenomenologia hermenêutica possibilitou a compreensão da unidade entre o ser humano e a compreensão do ser, unidade esta que nos permite descobrir a diferença ontológica (HEIDEGGER, 2008, p. 39).

As discussões a respeito da fenomenologia de Heidegger, a partir da literatura, percebe-



se que giram em torno da investigação fenomenológica, visto que e sua concepção o “mundo” é um problema de natureza ontológica, supostamente, o “transcendental” que não se localizaria na constituição de ser de um ente, e na pandemia isso fica evidenciado nesse olhar introspectivo.

### **Victor Frankl e a busca do sentido**

Durante toda a vida sempre há interrogações, dentre elas a pergunta clássica: Qual o sentido da vida? É difícil encontrar uma pessoa que ainda não fez essa pergunta. Ela revela algo importante sobre a vida e perspectivas de qualquer indivíduo. Primeiro, é preciso ter a consciência de estar vivos e a certeza de que vamos morrer algum dia. O autor ainda ressalta que:

A autotranscendência assinala o fato antropológico fundamental de que a existência do homem sempre se refere a alguma coisa que não ela mesma – a algo ou a alguém, isto é, a um objetivo a ser alcançado ou à existência de outra pessoa que ele encontre. Na verdade, o homem só se torna homem e só é completamente ele mesmo quando fica absorvido pela dedicação a uma tarefa, quando se esquece de si mesmo no serviço a uma causa, ou no amor a uma outra pessoa. É como o olho, que só pode cumprir sua função de ver o mundo enquanto não vê a si próprio (FRANKL, 1991, p. 18).

Segundo Frankl (2008) existem três formas de preencher esse vazio, sendo a primeira, o que ele chamava de "valores de criação", que seriam, ao criar um trabalho, ao realizar um ato, dos seus estudos, dos seus *hobbies*, suas atividades, ele pode encontrar o sentido da vida.

A segunda forma que ele propõe é que “o ser humano é capaz de encontrar um sentido através de um sentido de experiência” (Frankl, 2008, p. 10), ou seja, experimentando algo ou alguém, como a bondade a verdade a natureza a cultura ou amando uma outra pessoa. Assim, o indivíduo preenche também seu vazio existencial, sendo fonte de sentido.

A terceira forma de encontrar sentido na vida é a fala sobre valores de atitude, ou seja, por meio da atitude que o homem toma frente ao sofrimento inevitável. Ou seja, as fatalidades, as situações na qual nada pode ser mudado, ainda sim o indivíduo é capaz de encontrar sentido. Mesmo que uma situação seja desagradável, nós devemos mudá-la, mesmo na situação em que ela mesmo sendo grave e não pode ser mudada, as coisas impossíveis, podemos e devemos mudar a nós mesmos.

Frank (2011) afirma sobre a vida:

Viva como já estivesse vivendo pela segunda vez, e como se na primeira você tivesse agido tão errado como está prestes a agir agora. Então, há um sentido para a vida, isto é, um sentido pelo qual o homem sempre esteve a buscar [vontade de sentido] - e que o homem tem a liberdade de engajar-se, ou não, na realização desse sentido (FRANKL, 2011, p. 89).





Corroborando com o pensamento de Frankl (2011), o filósofo Carvalho (1997) já abordava suas concepções sobre o sentido da vida:

Mas o sentido não teria o menor poder curativo se fosse apenas uma esperança inventada. A mente não poderia encontrar dentro de si a solução de seus males, pela simples razão de que o seu mal consiste em estar fechada dentro de si, sem abertura para o que lhe é superior. Em vez de criar um sentido, a mente tem de submeter-se a ele, uma vez encontrado. O sentido não tem de ser moldado pela mente, mas a mente pelo sentido. O sentido da vida, enfatiza Frankl, é uma realidade ontológica, não uma criação cultural. Frankl não dá nenhuma prova filosófica desta afirmativa, mas o caminho mesmo da cura logoterapêutica fornece a cada paciente uma evidência inequívoca da objetividade do sentido da vida. O sentido da vida simplesmente existe: trata-se de encontrá-lo (Carvalho, 1997, p. 25).

Para os cristãos a descoberta do sentido da vida tem a colaboração do encontro com Jesus de Nazaré. É por Ele que nos é possível o “despertar” do sentido que já está em nós, como dinamismo do espírito que nos habita pelo ato criacional de Deus. De acordo com Eidokimov (2007):

A ideia aqui é justamente tentar encontrar o nexo entre a prática espiritual de Jesus em sua proposta libertadora como plenificação de nossa existência e, portanto, portadora de significado, cuja máxima será um dinamismo de amor a si e ao próximo. Por isso é necessário superar a concepção dicotômica grega entre corpo e espírito e ver o ser humano como unidade em sua estrutura existencial. É justamente sua dupla estrutura espírito-corpo que faz do homem um ser completo e o põe no ápice das criaturas (EVDOKIMOV, 2007, p. 111).

Muitos cristãos se apegam a passagem bíblica do “sermão da montanha” entre outras passagens na qual a espiritualidade cristã pode colaborar para uma identidade antropológica mais fiel à essência humana. O cristianismo pode ser visto como “fonte” inspiradora para que as pessoas descubram o sentido da vida e assim, pode colaborar para uma maior integração psíquica (cura das patologias), além de colaborar para gestar um mundo mais justo e fraterno. Depois de fazer um longo discurso sobre a verdadeira conduta cristã, sobre os princípios que se deve, Jesus fez uma séria advertência. A bíblia Sagrada cita que:

Aquele, pois, que ouve estas minhas palavras e as põe em prática é semelhante a um homem prudente, que edificou sua casa sobre a rocha. Caiu a chuva, vieram as enchentes, sopraram os ventos e investiram contra aquela casa; ela, porém, não caiu, porque estava edificada na rocha. Mas aquele que ouve as minhas palavras e não as põe em prática é semelhante a um homem insensato, que construiu sua casa na areia. Caiu a chuva, vieram as enchentes, sopraram os ventos e investiram contra aquela casa; ela caiu e grande foi a sua ruína (Mateus 7, 24-27).

Destacam-se algumas palavras bíblicas que intencionam despertar para o sentido da vida numa existência concreta e até mesmo cheia de paradoxos dos quais Jesus se utiliza para mostrar a validade e a vitalidade do sentido que plenifica a vida, para a crença em sentidos: Os homens bem-aventurados, os cidadãos do reino dos céus, são os “pobres pelo espírito”, são os “puros de coração”, são os mansos, os que “sofrem perseguição por causa da justiça”, são os “pacificadores”, são os “misericordiosos” e “os que choram”, são os que “amam aos que os



odeiam” e “fazem bem aos que lhes fazem mal”.

Sendo assim, a busca do indivíduo por um sentido de acordo com Frankl (2003) é a motivação primária em sua vida, e não uma "racionalização secundária" de impulsos instintivos. Faz-se uma relação entre o espiritual e o científico, buscando sentidos específicos, pois se trata de encontrar respostas prontas e acabadas, mas trata-se de refletir sobre o fundamento da espiritualidade cristã e tentar encontrar nela aquilo que Viktor Frankl, conseguiu definir em sua proposta psicanalítica como a cura pelo sentido, fazendo correlações da dimensão espiritual como realidade especificamente humana, sem o qual não é possível o encontro do sentido da vida.

### **A filosofia africana e a ansiedade em tempos de pandemia**


A filosofia e cultura africanas recebem menos atenção do que merecem, mas têm grande influência no pensamento ocidental. Ao longo da história, pensadores de diferentes regiões da África contribuíram de maneira decisiva para a filosofia grega, principalmente por meio do egípcio Plotino, um dos maiores responsáveis por perpetuar a tradição acadêmica de Platão. Na filosofia cristã, o algeriano Augustine de Hippo estabeleceu a noção do pecado original.

A filosofia africana segundo Castiano (2010, p.15) é “aquela que se preocupa com a forma como o povo africano do passado e do presente compreende o seu próprio destino e o do mundo no qual vive”. Segundo o autor, o mais importante é que estes mobilizam a tradição ou a modernidade somente à medida que uma ou outra oferecem um leque de possibilidades de progresso e sobrevivência. O saber e o seu uso, para eles, só têm sentido se lhes coloca no ideal do progresso. O autor supracitado ressalta que:

O que esteve sempre em causa é, no fundo, a busca da liberdade e o reconhecimento do sujeito africano como actor social e da sua própria história; ou seja, esteve sempre em jogo a legitimidade do filósofo africano em ser quem elabora o discurso sobre a significação simbólica que dê conta do reconhecimento dos africanos como actores da sua história e da sua identidade como africanos (CASTIANO, 2010, p. 38).

Refletindo sobre a citação acima, pode-se evidenciar a abordagem filosófica africana como um conjunto de crenças, valores e pressupostos implícitos na linguagem, práticas e crenças, com a intencionalidade de buscar a ressignificação a serviço da ética e do indivíduo. Esse ressignificar implica valorizar o que somos e reconhecer/desejar o outro e ir ao alcance da alteridade. Não é possível uma filosofia sem cultura, sem oralidade, sem ancestralidade.

Cunha Júnior (2010) considera o pensamento filosófico africano como:



(...) formas filosóficas de refletir e ensinar e aprender sobre as relações dos seres da natureza, do cosmo e da existência humana, são filosofias pragmáticas da solução dos problemas da vida na terra, profundamente ligados ao existir e compor o equilíbrio de forças da continuidade saudável destas existências, sempre na dinâmica dos conflitos e das possibilidades de serem postas em equilíbrio. A contradição e a negociação. Os problemas da existência física e espiritual fundamentam-se nos da existência de uma totalidade que governa as gerações e que permite a continuidade dinâmica da vida pela interferência humana. São formas de pensar, tomadas dos mitos, dos provérbios, dos compromissos sociais que formam uma ética social, refletem, inscrevem (...), registrado na oralidade os condicionantes da existência humana, da formação social, das relações de poder e justiça, da continuidade da vida. A natureza como respeito profundo à vida (CUNHA JÚNIOR, 2010, p. 82).

Essa nova geração representa também um novo esforço de subjetivação. Pois “a natureza dará corpo à vida (...). Ela existe como condição da existência” segundo (OLIVEIRA, 2007, p. 220-221). São os princípios da ancestralidade, da diversidade, da integração e da tradição agindo e dimensionando tal filosofia.

Com o *Coronavírus* o indivíduo fica vulnerável a ansiedade, que indiretamente acarreta outras disfunções emocionais, pois a ansiedade deve ser controlada para que seja possível manter o equilíbrio e o bem-estar do indivíduo, possibilitando a este uma vida normal, sem neuras, onde é fundamental buscar formas de relaxar a mente e minimizar a incidência dos sinais e sintomas de ansiedade.

O distanciamento social pode acarretar perturbações funcionais como: a preocupação intensa, nervosismo, palpitações, sensação de formigamento, falta de ar, dor de cabeça, impulsividade, distúrbios do sono, tensão, medo exagerado, falta de controle sobre os pensamentos, tremores, sudorese intensa, sensação de boca seca, dentre outros. Pensamentos negativos desencadeiam sintomas fisiológicos e emocionais que podem prejudicar a vida social e a rotina, além de aumentar o risco de doenças (ANDRADE, 2019).

Como mencionado acima, a literatura consultada evidencia a importância da utilização dos referenciais da filosofia Africana, para dar base científica ao presente estudo, corroborando com as contribuições significativas, para refletir sobre a vulnerabilidade do “eu” a conviver nesse período pandêmico.

### **Um olhar de esperança para o futuro na concepção de Viktor Frankl**

Na perspectiva do autor, a busca de sentido é uma motivação primária na vida de qualquer indivíduo, e não uma "racionalização secundária" de impulsos instintivos. Esse sentido é exclusivo e específico, uma vez que precisa e pode ser a meta a ser vivida por qualquer pessoa. Sendo assim, assume a importância que satisfará sua própria vontade de sentido



(FRANKL, 2008).

Na concepção de Frankl (1989), o homem é um ser que necessita de autossuperação, isto é, um ser fundamentalmente aberto ao mundo que procura, além de si mesmo, valores e papéis conforme um sentido específico para a própria pessoa. O autor ainda afirma:

Não é verdade que o homem, propriamente e originalmente, aspira a ser feliz? Não foi o próprio Kant quem reconheceu tal fato, apenas acrescentando que o homem deve desejar ser *digno* da felicidade? Diria eu que o homem realmente quer, em derradeira instância, não é a felicidade em si mesma, mas, antes, um *motivo* para ser feliz (FRANKL, 1990, p. 11).

Analisando a citação, percebe-se que alguém se desespera quando se tem esperança em alguma coisa, e coloca esse desejo acima de tudo e se coloca onipotente na vida. Muitos indivíduos vivem como se o mundo apenas o servisse, ao contrário, o ser humano tem liberdade de fazer o que quer, porém, ele precisa entender que ele é um ser limitado. Não somos nós que determinamos como será a vida, mas ela nos convida todos os dias a responder a ela, com suas condições próprias (FRANKL, 2011).

Nos estudos anteriores de Frankl (1988) ele afirmava que:

Os indivíduos negam-se a aceitar as noções de “autorealização”, de “felicidade”, de “prazer” ou de “poder” como objetos da busca última do ser humano. O entendimento das vontades de “prazer” e de “poder” como motivações primárias resulta de um terreno de observação das motivações autocêntricas tipicamente neuróticas nas quais se tem como a Análise Existencial (FRANKL, 1988, p. 36).

Segundo Viktor Frankl (1998), o sentido da vida que move o ser humano, estimulando-o na sua caminhada, que o ajuda a superar suas dificuldades, levando em conta a liberdade da vontade. Cada vez mais o homem está distante dele mesmo, a crise humana inicia quando o homem acredita ser o máximo, ou seja, quando o homem por si só se basta, quando ele acha que ele mesmo é o único critério de valor, essas questões tornam-se extremamente complexas. Cabe salientar que:

Em geral, o que o homem quer não é o prazer; quer o que quer, sem mais. Os objetos do querer humano são diversos, ao passo que o prazer sempre será o mesmo, tanto no caso de um comportamento valoroso como no caso de um comportamento contrário aos valores. Daí que o reconhecimento do princípio do prazer conduz inevitavelmente ao nivelamento de todas as possíveis finalidades humanas. Com efeito, sob esse aspecto, seria completamente indiferente que o homem fizesse uma coisa ou outra... Se realmente vissemos no prazer todo o sentido da vida, em última análise, a vida pareceria sem sentido. Se o prazer fosse o sentido da vida, a vida propriamente não teria sentido algum (FRANKL, 2003, p. 68).

Então, em todas essas conexões, a filosofia da sagacidade, oferecerá novas opções para as questões filosóficas e sociológicas. Assim, fica subentendido que a filosofia da sagacidade tem de se adaptar para sobreviver conforme afirma Kalumba (2004). Mas enquanto a pesquisa da sagacidade puder se concentrar sobre o pensamento dos sábios, agregando aos pensamentos





atuais, a tradicionalidade dos seus sábios é apenas uma característica da filosofia da sagacidade africana.

Frankl (1998) acrescenta que:

A auto-realização não constitui a busca última do ser humano. Não é sequer sua intenção primária. A auto-realização, se transformada num fim em si mesmo, contradiz o caráter autotranscendente da existência humana. Assim como a felicidade, a auto-realização aparece como efeito, isto é, o efeito da realização de um sentido. Apenas na medida em que o homem preenche um sentido lá fora, no mundo, é que ele se realizará a si mesmo. Se ele decide realizar a si mesmo, ao invés de preencher um sentido, a auto-realização perde imediatamente sua razão de ser (Frankl, 1988, p. 38).

Segundo o autor, existe ainda a tríade trágica, que ninguém pode escapar dela, não podendo fugir. A chamada *dor, culpa e morte*. A vida precisa ter sentido mesmo no sofrimento. Todos nós em algum momento da vida vamos sentir culpa por algo de errado que fizemos, todos nós um dia iremos morrer e todos sentimos dor (seja física ou emocional) por esses sofrimentos que ainda se encara. Partindo por esses pressupostos, fica notório que a vida precisa ter um sentido, pois a vida sempre terá sofrimento, pois o sofrimento é inevitável (FRANKL, 2003).

Sendo assim, destacam-se em seus estudos que entre prazer ou felicidade e ação humana, há uma ideia de dignidade ou merecimento que só é inteligível quando a realização do sentido aparece como fim em si mesma: só a reboque da satisfação encontrada desse modo é que a felicidade e o prazer se fundamentam como dignos de ser.

## METODOLOGIA

Metodologicamente, foi utilizado na pesquisa uma análise bibliográfica, por meio da análise qualitativa, iluminado pelos estudos do Gil (2012). Vale destacar que a fenomenologia avança para uma análise reflexiva, posto isso, não pode ser considerada como aquela que situa novamente as estruturas de sentido no entendimento, nos permitindo identificar o fenômeno com um todo.

Como aporte teórico foram utilizados: Frankl (2008); Heidegger (2009) e Castiano (2010), entre outros que abordam a temática, reconhecendo intersubjetivamente o ser no mundo e os atos da consciência, envolvidos na aplicação na relação dos sujeitos, já que esta interfere diretamente na sociedade.

## DISCUSSÃO E RESULTADOS

O *COVID-19* leva a reflexão, exortando-nos a um chamado pela dor, de forma que o



medo intensifica os níveis de estresse e ansiedade em pessoas saudáveis e aumenta os sintomas daquelas com transtornos mentais pré-existentes (RAMÍREZ *et al.*, 2020). Visto que a doença ainda não possui o risco clínico totalmente definido, como também não se conhece com exatidão o padrão de transmissibilidade, infectividade, letalidade e mortalidade (LIMA, *et al.*, 2020).

Ornell *et al.* (2020), aponta que:

Todas essas dificuldades advindas da experiência de vivenciar uma pandemia refletem na saúde mental e bem-estar psicológico da população. Ao longo do tempo, constatou-se que, na vigência de eventos como esse, os sistemas de saúde priorizam o tratamento físico e de combate ao agente patogênico, negligenciando as implicações que esses causam à saúde psíquica (ORNELL *et al.*, 2020, p. 7).

Em contrapartida, atualmente verifica-se que é importante correlacionar a ciência filosófica com as informações a respeito da saúde mental frente a crises em saúde pública, como surtos e pandemias, trazendo para o centro da análise a pandemia do *COVID-19*, que é recomendado, portanto, reduzir a ambiguidade das informações, especialmente as que podem gerar sintomas relacionados à ansiedade e estresse, desencadeando o otimismo irrealista e emoções negativas, como consequência da influência midiática em torno da pandemia (BROOKS, *et al.*, 2020).

Na busca de sentido da vida, Frankl (2008) faz uma correlação com os seguintes passos: a transitoriedade da vida, o fato de buscar encontrar o sentido da vida, para que se possa assumir as rédeas da vida e construir sua autonomia em relação a ela. Ele ressalta também que o oposto de uma vida com sentido é o vazio existencial, que é quando você não consegue encontrar um sentido em viver.

Fazendo uma comparação entre a pandemia e as concepções de Heidegger (1997), o autor afirma que o indivíduo deveria se libertar de convicções, que lhe foram colocadas e ter uma experiência de relação consigo mesmo, mais originária e profunda. Isto possibilita entender a existência do “ser” no modo do crescimento pessoal e profissional e, sobretudo, a compreensão de como lidar com o outro, considerando sua vivência, seu modo de ver e agir.

Maciel *et al.*, (2020) considera que:

(...) a pandemia do *COVID-19* demandou que houvesse uma transformação no processo de trabalho de forma a garantir a atenção à saúde da população em maior amplitude, eficácia e prontidão, em atenção às urgências de saúde neste momento, surgindo os atendimentos remotos mediados por tecnologias digitais de comunicação na abordagem em telessaúde como estratégias promissoras para ampliação da atenção à saúde na pandemia (MACIEL, *et al.*, 2020, p. 8).

Uma pandemia ocasiona perturbações psicológicas e sociais que afetam a capacidade



de enfrentamento de toda a sociedade, em variados níveis de intensidade e propagação. O homem contemporâneo já sofre intensamente de ansiedade em seu cotidiano, com a pandemia este quadro ainda se agrava, já que a ansiedade deve ser controlada para que seja possível a volta do bem-estar do indivíduo, possibilitando a este uma vida normal dentro das possibilidades.

A solução para essas questões é a busca pelo sentido, que se dá por meio da autotranscendência, que vem de dentro para fora, não para apenas se conectar consigo mesmo, mas se conectar com os outros e com o que existe de transcendental na espiritualidade. Conforme o indivíduo vai procurando esse sentido da vida, ele vai preenchendo esse vazio existencial. O paciente que encontra o sentido por si mesmo, não pelo seu terapeuta. O sentido não pode ser dado à força, ele tem que ser encontrado. Oliveira *et al.* (2020), aponta que:

é necessário o envolvimento de toda a sociedade ao se adotar medidas de prevenção do Covid-19, pois é necessário que haja uma mudança de comportamento, tanto individual como coletivo, de forma rigorosa, a fim de se conter eficazmente o avanço da pandemia, e evitar a sobrecarga no sistema de saúde, sabidamente precário e inadequado para urgências pandêmicas no Brasil (OLIVEIRA, *et al.*, 2020, p. 5).

Kalumba (2004) apresenta em suas reflexões que existe um futuro para a filosofia da sagacidade, com base na filosofia africana que tem sido muito utilizada como base para algumas teorias. Se a pesquisa futura continuar com a tendência atual de ser impulsionada pelo desejo de demonstrar pensamentos positivos com um olhar de esperança na aquisição de conhecimentos, dessa maneira a filosofia da sagacidade tem um futuro promissor.

Brooks *et al.*, (2020) em suas teorias afirma que:

O uso do método fenomenológico e da filosofia africana podem contribuir para a sistematização do conhecimento a partir da vivência do indivíduo e de como ele a significa, tanto na pandemia do Covid-19 como em muitas outras situações, o que possibilita um alicerce para novas pesquisas nesta direção. Também é de grande relevância acadêmica, na área da Psicologia, pois oferece um aparato fenomenológico que busca uma compreensão mais próxima de como os indivíduos vivenciam essas situações extremamente complexas e mentalmente desgastantes (BROOKS *et al.*, 2020 p. 9).

Os resultados da pesquisa evidenciam as consequências sobre a saúde mental da população podem ser diversas, como o medo exagerado, crises de pânico, aumento nos níveis de ansiedade, bem como outras comorbidades psíquicas nos indivíduos, principalmente no homem contemporâneo, advindas por parte do estresse associado à pandemia.

Nessa perspectiva, as experiências pessoais mostram uma clara relação com a atual realidade pandêmica, na medida em que a busca pelo sentido da vida, e a fenomenologia estão sobrepostas, uma está ligada a outra para minimizar os efeitos da pandemia.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pandemia do *COVID-19* permitiu olhar mais reflexivo sobre as diferentes formas de pensar e viver, em síntese, a pandemia trouxe medidas emergenciais para o seu enfrentamento. Defende-se que o *Coronavírus* está sendo de algum modo, um momento privilegiado de reconhecimento das fragilidades e das potencialidades enquanto comunidade reflexiva. Percebe-se que o sentido da vida, revela de algum modo, de como reagir, tanto em sua versão mais luminosa, como na mais sombria.

Um fator relevante para a análise existencial do indivíduo em tempos pandêmicos é a filosofia de vida, adotada por cada pessoa, buscando um sentido em sua totalidade, permeado pela fenomenologia. Considera-se que mediante a tantos transtornos a saúde mental fica abalada, em alguns casos deixando até sequelas irreparáveis, comprometendo a vida saudável que as pessoas tinham antes da pandemia e trazendo diferentes patologias.

O objetivo desta pesquisa foi alcançado, pois analisou-se a pandemia do *COVID-19* na perspectiva da filosofia africana e da fenomenologia, discutiu-se a relação do homem com a vida e com o mundo que o cerca, evidenciando o respeito ao próximo e à natureza evidenciando a vida e a morte.

Evidenciou-se um grande colapso emerge sobre a esperança neste momento, criando muitas perturbações sociais e psicológicas. Com isso, há questionamentos devido a essas incertezas que causa angústia, desespero, estresse, mas outrora surge também como um momento em que diferentes perspectivas surgem em que o futuro parece um tempo de clareza e elevação em meio a um grande infinito.

Acredita-se que nos tempos de maior desolação, onde a morte parecia ter a última palavra, e onde o mal parecia prevalecer, se apresenta a revelação de Deus em sua promessa absoluta de nunca abandonar seus filhos e filhas. Na literatura consultada é expressa a irremediável força de um Deus da vida que oferecerá um novo dia, e para isso Ele chama a uma profunda conversão e à confiança absoluta, que pode agir de acordo com o projeto do Reino.

Diante desse quadro pandêmico considera-se que há uma necessidade de aumentar a esperança, percebe-se que com a vacinação de rebanho há uma luz do fim do túnel, que para tanto só depende de você. Se cuidando ou não, se preservando ou não...

Portanto, a filosofia de vida deve ser a mensagem mais profunda dos últimos tempos, superando o medo e angústia que assombram a vida dos homens, e sendo aquela que decreta a perspectiva de vitória sobre a morte.





## REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. V.; PEREIRA, L. P.; VIEIRA, P. A.; SILVA, J. V. S.; SILVA, A. M.; BONISSON, M. B. *et al.* Ansiedade, um dos problemas do século XXI. In: *Rev. Saud Reages*. 2019;2 (4):34-39. Disponível em: <https://www.faculdadeages.com.br/uniages/wpcontent/uploads/2019/07/p.-34-39.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2021.

BÍBLIA SAGRADA. *Conclusão do discurso*. Evangelho de São Mateus. (Mateus, 7: 24-27).

BROOKS, S. K., WEBSTER, R. K., SMITH, L. E., WOODLAND, L., WESSELY, S., GREENBERG, N. (2020). The psychological impact of quarantine and how to reduce it: Rapid review of the evidence. *The Lancet*, 395(10227), 912-20. [http://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30460-8](http://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30460-8) Acesso em: 07 ago. 2021.

CAPALBO, C. *Fenomenologia e Ciências Humanas*. Londrina: UEL; 1999.

CARVALHO, O. A mensagem de Viktor Frankl. In: *Revista Bravo*, 1997. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/a-mensagem-de-viktor-frankl> Acesso em: 07 ago. 2021.

CASTIANO, J. P. *Referenciais da filosofia africana: em busca da intersubjetivação*. Maputo - Moçambique: Sociedade Editorial Ndjira, Ltda, 2010.

CUNHA JUNIOR, H. N. In: *Revista Espaço Acadêmico*, n.108, maio, 2010. Disponível em: [old.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14999/0](http://old.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14999/0) Acesso em: 04 ago. 2021.

DOUGLAS, P. *et al.* Preparing for pandemic influenza and its aftermath: mental health issues considered. *International Journal of Emergency Mental Health*, v. 11, n. 3, 2009.

EVDOKIMOV, P. *O Silêncio Amoroso de Deus*. Aparecida: Santuário, 2007.

FRANKL, V. E. *The will to meaning*. New York: Meridian Books. (1988). (Trechos neste trabalho traduzidos por Ivo Studart Pereira).

FRANKL, V. E. *Um sentido para a vida: psicoterapia e humanismo*. Aparecida: 1989, Ideias e Letras.

FRANKL, V. E. *Psicoterapia para todos: uma psicoterapia coletiva para contrapor-se à neurose coletiva*. Petrópolis, 1990. Editora: Vozes.


FRANKL, V. *A psicoterapia na prática*. Campinas: Papyrus, 1991.

FRANKL, V. E. *Psicoterapia e sentido da vida*. São Paulo: Editora Vozes, 2003.

FRANKL, V. E. *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração*. Petrópolis: Editora. Vozes. 2008.

FRANKL, V. E. *A vontade de sentido: fundamentos e aplicações da Logoterapia*. São Paulo: Editora Paulus. 2011.

HALE, T. *et al.* *Variation in government responses to Covid-19*, version 2.0. Blavatnik School



of Government, University of Oxford, 2020. Disponível em:<https://www.bsg.ox.ac.uk/research/publications/variation-government-responses-covid-19> Acesso em: 01 ago. 2021.

GIL, A. C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2012.

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HEIDEGGER, M. *Marcas do caminho*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.

HEIDEGGER, M. *Meu caminho para a fenomenologia*. Tradução: FALCATO, A. Covilhã, 2009. Disponível em:[http://www.lusosofia.net/textos/heidegger\\_martin\\_o\\_meu\\_caminho\\_na\\_fenomenologia.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/heidegger_martin_o_meu_caminho_na_fenomenologia.pdf) Acesso em 05 ago. 2021.

KALUMBA, K. M. *Filosofia da Sagacidade: sua metodologia, resultados e significância e futuro*. Tradução para uso didático de: KALUMBA, K. M. Sage Philosophy: Its Methodology, Results, Significance and Future (2004).

LIMA, D. S.; ALBERTO, J.; LEITE, D., VINICIUS, M.; ARAÚJO, S.; AGUIAR, A. F. FARIAS, E.; XAVIER, F.; MAIA, F. (2020). *Recommendations for emergency surgery during the COVID-19 pandemic*. CJMB, 8(1), 1–3. doi: <https://doi.org/10.12662/2317-3076jhbs.v8i1.3176.p1-3.2> Acesso em: 05 ago. 2021.

OLIVEIRA, D. E. *Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira*. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

OLIVEIRA, C. O.; LUCAS, T. C.; IQUIAPAZA, R. A. (2020) *O que a pandemia da COVID-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução?* Texto & Contexto - Enfermagem, 29, e20200106. doi:10.1590/1980-265x-tce-2020-0106

ORNELL, F.; SCHUCH, J. B.; SORDI, A. O.; KESSLER, F. H. P. (2020). “Pandemic fear” and COVID-19: mental health burden and strategies. *In: Brazilian Journal of Psychiatry*, 42(3), 232-235. doi: <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2020-0008> Acesso em: 29 mar. 2021.

MACIEL, F. B. M., SANTOS, H. L. C., CARNEIRO, R. A. S., SOUZA, E. A., PRADO, N. M. B. L.; TEIXEIRA, C. F. S. (2020). Agente comunitário de saúde: reflexões sobre o processo de trabalho em saúde em tempos de pandemia de covid-19. *Ciênc. Saúde Coletiva*, 25 (suppl 2) doi:10.1590/1413-812320202510.2.28102020

RAMÍREZ. O. J.; CASTRO, Q. D.; LERMA, C. C. (2020). *Consecuencias de la pandemia COVID-19 en la Salud Mental asociadas al aislamiento social*. Scielo Preprints, 1, 1–21. doi: <https://doi.org/10.1590/SCIELOPREPRINTS.303>. Acesso em: 01 ago. 2021.

STRECK, L. L. *O que é isto? Decido conforme minha consciência?* Porto Alegre. Ed. Livraria do Advogado, 2010.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. (2020) *Suspensão das aulas e resposta à COVID-19*. Disponível em:<https://pt.unesco.org/news/educacao-escolar-em-tempos-pandemia-na-visao-professores-da-educacao-basica-uma-pesquisa>. Acesso em: 02 ago. 2021.



WHEATON, S. Coronavírus: *no end in sight*. *Politico*, Mar. 25, 2020. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/coronavirus-endgame>. Acesso em: 29 mar. 2021.

ZHENG, G.; JIMBA, M.; WAKAI, S. Exploratory study on psychosocial impact of the Severe Acute Respiratory Syndrome (SARS) outbreak on Chinese students living in Japan. *Asia Pacific Journal of Public Health*, v. 17, n. 2, p. 124-129, 2005.



# CAPÍTULO 20

## A BANALIZAÇÃO DA MORTE FACE À PANDEMIA DO COVID-19 NO BRASIL: QUANDO A (IN) TOLERÂNCIA RELIGIOSA E O NEGACIONISMO CIENTÍFICO SE ENCONTRAM <sup>13</sup>

**Celso Gabatz**, Professor Colaborador e Pós-Doutorando, Faculdades EST, São Leopoldo/RS

### RESUMO

O propósito desta abordagem é esboçar algumas questões acerca da Pandemia do COVID-19 no Brasil em sua interlocução com aspectos engendrados pela (in) tolerância religiosa e o negacionismo na perspectiva de uma banalização da morte no cenário atual. Busca-se ampliar o horizonte crítico e compreensivo sobre as possíveis alternativas que possam (de) limitar uma entendimento de bem comum. Interessa-nos, sobretudo, entabular um aprofundamento de como esta conjuntura pandêmica vem repercutido no panorama brasileiro a partir de determinados valores instrumentalizados no âmbito das sociabilidades e que, por vezes, consolidam convicções ou preconceitos quem acentuam a própria incapacidade cognitiva em lidar com a realidade.

**Palavras-Chave:** Pandemia do COVID-19; Negacionismo; (In) Tolerância.

### INTRODUÇÃO

Tolerância é o preço que devemos pagar por nossa aventura na liberdade (DWORKIN, 1996, p. 112).

Vivemos um momento muito crítico na conjuntura brasileira contemporânea. Intolerância, autoritarismo e negacionismos confluem para a banalização de centenas de milhares de mortes nestes tempos obscuros da pandemia do COVID-19. Trata-se de uma ação que ameaça os esforços para a consolidação de nossa frágil e incipiente democracia. Com base em estratégias sistemáticas usadas como método de ação, o que se vislumbra é um jogo combinado da verborragia autoritária originada nas casernas, a defesa de pautas ligadas aos usos e costumes e o desprezo pela vida humana.

O “partido militar” com a conivência cínica de milhões de civis vem disputando a subjetividade de uma grande parcela da população, operando nas sombras, apostando na

---

<sup>13</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.





confusão, na desorganização para se apropriar de maneira privilegiada dos recursos públicos em um macabro ataque à vida e à dignidade do povo brasileiro. Como disse certa vez o dramaturgo alemão, Bertolt Brecht:

Diante dos acontecimentos de cada dia. Numa época em que reina a confusão. Em que corre o sangue. Em que se ordena a desordem. Em que o arbítrio tem força de lei. Em que a humanidade se desumaniza [...]. Não digam nunca: isso é natural a fim de que nada passe por imutável (BRECHT, 1977, p. 132).

Não era para ser assim. Não deveria, de forma alguma, ser assim. Somos envolvidos por uma loucura cotidiana na qual o discurso do ódio, desprezo aos direitos elementares, racismo, indiferença pela dor do outro, apologia ao egoísmo, apreço pela violência como "regeneradora" da sociedade alardeada por "cidadãos de bem" que, numa hora, desfilam orações e passagens bíblicas, sobretudo, em suas redes sociais, e na outra, advogam uma mentalidade de desprezo e aniquilação aos semelhantes.

Talvez a grade tragédia humana seja o fato de que a banalização da morte contribuiu para que os indivíduos não tenham em seu horizonte a preocupação com uma subjetividade reflexiva, crítica, pautada pelas diretrizes humanas e que priorize a formação nos termos de uma pluralidade de ideias para que não se perca a capacidade de indignação diante de situações nas quais a vida é desprezada. O mal, se descuidado, pode passar de exceção à regra. Os malfeitores podem não ter dilemas éticos ou morais para perceber a gravidade da maldade que estão perpetrando (MBEMBE, 2018).

Convém sempre destacar que os indivíduos não nascem "maus". Ele evoluem (ou retrocedem) para esta condição pela maneira como são criados, educados, convivem, amam, sofrem. A inteligência, a religiosidade ou a educação não garantem o caminho do bem. A renúncia à consciência de pensar acerca daquilo que faz parte do bem comum, hodiernamente, tem muito a ver com esta incapacidade para ver ou conhecer os fatos, mas, sobretudo, na atitude de se recusar a acreditar neles. Talvez a razão para tal postura seja de que isto possa interferir em situações nas quais se deseja acreditar, entrando em conflito com a própria identidade (SANTAELLA, 2019).

Importa explicitar que, se de uma lado existe um negacionismo obscurantista que vai sendo diariamente alimentado pela ignorância e a desinformação, expondo, por exemplo, o modo como o sistema educacional vigente tem falhado em promover uma formação humanística e científica, por outro, não há como ignorar que muitos dos ataques à ciência, acontecem justamente a partir de setores bastante instruídos da população. São grupos que atacam a ciência de modo deliberado e estratégico, não por serem pessoas sem algum



conhecimento formal, mas, por que esta atitude satisfaz interesses e instrumentaliza uma determinada agenda política.

Negacionistas alegam adotar padrões científicos rigorosos, quando, na verdade, refutam qualquer tipo de evidência que contradiga suas ideologias. Primeiro, eles escolhem no que acreditarão e, depois, esperam que uma evidência que fundamente as suas crenças e achismos surja magicamente [...]. Os negacionistas usam uma versão contaminada e distorcida de ceticismo para refutar a realidade ou qualquer fato que possa ser inconveniente para suas crenças ou finalidades ideológicas (FANCELLI, 2021, p. 44).

O que é possível vislumbrar de forma mais generalizada nos dias atuais é um viés entabulado a partir da confirmação. Aceita-se uma alegação desde que esta vá ao encontro daquilo que acreditamos, pensamos ou sentimos. As pessoas são seres sociais e, por isso mesmo, exercitam uma tendência em se alinhar com quem partilhe de certas crenças ou valores. Em se tratando de uma pandemia, por exemplo, haverá sempre quem não esteja disposto a compreender que as alegações científicas podem mudar à medida que mais evidências forem sendo reunidas. Em última análise, é também uma forma de sabotar a ciência para defender os mais diversos interesses.

É imperativo, portanto, contribuir para que as pessoas adotem uma postura, nos termos daquilo que é descrito pelo filósofo da ciência, Lee McIntyre (2019). Para ele é primordial uma atitude científica com a abertura para novas evidências e uma disposição para mudar de ideia diante dos fatos. Não acreditar em qualquer coisa, ter um pensamento crítico e estar disposto a rever os próprios argumentos a partir do surgimento de uma nova evidência. Negacionismos não subsistem apenas no ato de refutar certas premissas científicas, mas, se consolidam por meio de crenças religiosas, políticas e ideológicas. Supõe um encontro entre o ceticismo e a não aceitação de evidências contrárias ao que parece lógico. Por conta disso, não raro, se passa a acreditar em múltiplas teorias da conspiração.

Assim, esta abordagem se propõe a descortinar questões acerca da atual conjuntura brasileira face à pandemia do COVID-19. Nosso problema de pesquisa se concentra, entretanto, em possíveis aproximações entre a (in) tolerância religiosa e os percursos entabulados pelas expressões negacionistas. Trata-se de uma contribuição que postula “descrever”, “compreender” e “explicar” certos fenômenos a partir da investigação de grupos sociais no âmbito da sociedade brasileira contemporânea. Nosso interesse acerca do tema se justifica pelo propósito de melhor compreender como as sociabilidades são impactadas por ação governamentais (ou não) pautadas por condutas que não engendram o bem comum.



## A (IN) TOLERÂNCIA RELIGIOSA COMO DESAFIO À CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

Do ponto de vista das origens, da doutrina e da tradição não existem religiões modernas ou primitivas, flexíveis ou inflexíveis, democráticas e autoritárias [...]. Todas são dogmáticas e auto suficientes, convencidas de possuir a verdade absoluta e a autoridade moral necessária para impô-la aos demais, mesmo que seja por meio de banhos de sangue (LLOSA, 2002, p. 51).

O tema da (in) tolerância religiosa é objeto de controvérsia na realidade atual. Trata-se de algo que acontece por meio da perseguição às minorias, pela restrição de cultos e liturgias ou pela atitude de vandalismo a símbolos religiosos. Uma possibilidade para sair dessa aporia seria a conscientização para a defesa da liberdade religiosa e o respeito às doutrinas religiosas, bem como, a realização de ações sociais em conjunto com outras denominações religiosas e instituições sociais para a defesa do interesse coletivo e das questões que atinjam a todos, sem considerar o credo.

Em sua obra seminal - *Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos* (2009), o pensador germânico, Jürgen Habermas, analisa o conceito “tolerância religiosa” enquanto fundamento para a positivação dos direitos culturais em sociedades complexas. A tolerância religiosa, na sua visão, é compreendida como precursora do multiculturalismo e da coexistência de diferentes formas de vida em ambientes democráticos. As guerras religiosas, sobretudo aquelas preconizadas durante o século XVI teriam deixado como legado uma ideia de tolerância ainda que de maneira incipiente. De acordo com a análise do sociólogo e filósofo alemão, a origem etimológica da “tolerância” teria a suas bases no latim e também na língua francesa. Em seu contexto histórico, ela remonta o significado de “transigência religiosa” por causa de um Grande Cisma. É nos séculos XVI e XVII que os ideais de tolerância religiosa adquirem um sentido que vai sendo reconfigurado também a partir de conceitos jurídicos empregados nos atos de promulgação dos reis.

Os atos jurídicos delineiam a preocupação com a tolerância religiosa ou de transigência das minorias pelas autoridades constituídas: “O jurídico ato das autoridades que toleram pessoas e práticas de outras crenças estabelece a exigência de um comportamento tolerante com os membros de uma comunidade religiosa até então perseguida ou oprimida” (HABERMAS, 2009, p. 279). A tolerância, desta maneira, acabou por se tornar tema recorrente nas questões políticas e, não por acaso, conduzindo para a aceitação e consolidação de práticas onde os indivíduos pudessem expressar possíveis discordâncias em relação a uma pretensa ordem vigente, por vezes impositiva ou arbitrária, sempre na expectativa de garantir seus direitos individuais (WILLIAMS, 2009, p. 48).



Cumprir destacar ainda que de acordo com a moderna filosofia, pensadores como Locke e Spinoza se destacaram por fornecer uma fundamentação teórica para as questões correlatas à tolerância religiosa. Esta adquire a consistência de liberdade religiosa promulgada pelas principais Cartas Magnas no âmbito da modernidade. Fundamentava-se a tolerância religiosa. Em geral, como sendo uma forma de proteção às preferências individuais.

A positivação da tolerância religiosa sob o amplo espectro de liberdade religiosa instaurou nos modernos Estados de direito aquilo que passou a ser referido como o paradoxo da tolerância. Nesta situação o ato de tolerância deveria ser mensurado de acordo possíveis reações das comunidades políticas às diferenças e também com relação as minorias sociais. O pano de fundo era, pois, saber os limites de abrangência da tolerância no âmbito dos Estados constitucionais. O paradoxo da tolerância se expressava pela necessidade de inclusão das minorias sociais em um ambiente político e social. De uma certa maneira, buscava-se sublinhar questões ligadas às expressões minoritárias antidemocráticas e de ódio.

As teorias preconizadas por Jürgen Habermas descortinam uma possível estrutura capaz de garantir o respeito mútuo e a expressão das inúmeras expressões sociais. O alicerce das premissas evidenciadas neste percurso epistemológico tem a ver com um possível reconhecimento intersubjetivo das normas sociais, bem como, de uma expectativa pela construção de uma sociedade política referenciada pelos ditames democráticos.

Porquanto os cidadãos só poderão especificar consensualmente a fronteira de uma tolerância exigida reciprocamente, se tomarem suas decisões à luz de um modo de deliberação que leva as partes, ao mesmo tempo atingidas e participantes, à assunção recíproca de perspectivas e à equitativa ponderação dos interesses. Os procedimentos democráticos do Estado constitucional estão precisamente a serviço de tal formação da vontade deliberativa (HABERMAS, 2009, p. 282).

Importante sublinhar que este paradoxo da tolerância pode ser solucionado pela garantia do exercício de uma liberdade religiosa, capaz de ser protegida da interferência do outro. Explicando melhor, trata-se de um ato político através do qual a tolerância se torna uma obrigação jurídica. Assim, por exemplo, ao repercutir questões acerca da tolerância com os intolerantes e a possibilidade de ascensão de regimes antidemocráticos, por meio destas teorias sugeridas por Habermas, é possível resgatar o conceito político de “desobediência civil” como forma de resolução do paradoxo da tolerância em um Estado democrático e de direito. O ato político concernente à desobediência civil acontece como reflexão da própria sociedade sobre a justiça das leis e de atos administrativos. Se fundamenta na defesa do pluralismo de convicções, cosmovisões, ideais e uma exigência de tolerância recíproca.





Como descrito anteriormente, normas de tolerância se originaram em grande medida em contextos políticos permeados por muitos conflitos religiosos. A aceitação mútua tem a ver com critérios de conformidade em relação a argumentos racionais, com as estruturas da esfera jurídica, aspectos de regulamentação, imparcialidade, formação discursiva de uma vontade política e as bases normativas para uma generalização de direitos religiosos e também culturais. Uma sociabilidade marcada pela intolerância se coaduna com questões sobre os possíveis limites da tolerância em Estados democráticos de direito.

Devemos continuar respeitando no outro o concidadão, mesmo quando avaliamos a sua fé ou seu pensamento como falsos ou rejeitamos a correspondente conduta da vida como ruim. A tolerância preserva uma comunidade política pluralista de se dilacerar em meio a conflitos oriundos de visões de mundo diferentes (HABERMAS, 2009, p. 286).

A garantia do direito à liberdade religiosa se fundamenta pela busca por ser tolerante com as diferenças e, simultaneamente, pela disposição em eliminar os preconceitos sociais. Nesse sentido, a recusa de uma atitude marcada pela intolerância haverá de se sustentar apenas se houver motivos razoáveis para a sua exclusão. Só poderemos falar em tolerância quando os indivíduos puderem apoiar a sua recusa em uma não concordância que encontra motivos razoáveis para continuar existindo. Nem toda recusa é construída apenas no plano da racionalidade. Não se atinge o racista, por exemplo, apenas clamando por tolerância, mas, exigindo que aconteça a superação dos preconceitos (HABERMAS, 2009, p. 287).

A defesa de iguais direitos se torna o fardo cognitivo para o exercício do entendimento das normas sociais. Diferentes formas de expressão religiosa podem colaborar para o processo de construção da sociedade mais solidária mediante a abertura de espaço para o debate na esfera pública. O indivíduo é desafiado exercitar a sua visão no espaço da razão pública e decodificar os argumentos religiosos, transformando-os em argumentos racionais compreensíveis a aqueles que fazem parte de diferentes tradições religiosas ou não. Em sociedades plurais, uma religião tem de renunciar a uma pretensão individual em favor de uma configuração abrangente da vida, que inclui a própria comunidade (HABERMAS, 2009, p. 290).

Os atos de intolerância religiosa são, pois, tipos de injustiça social que compromete a vida dos indivíduos, porém não afeta diretamente aqueles que apenas observam os atos de intolerância. Importante destacar que toda e qualquer injustiça, seja em relação a liberdade ou a religião, com maioria ou minoria de adeptos, deve nos fazer agir para a correção desse ato de transgressão social e jurídica. O princípio de tolerância religiosa transcende o aspecto negativo de não intervenção dos indivíduos e do Estado com relação aos projetos de vida dos indivíduos ou grupos minoritários (FONSECA, 2011). A sociedade democrática contemporânea pode se



comprometer com as causas de injustiça social ainda que elas não afetem diretamente um realidade social em particular. Nunca é tarde para se engajar nas causas de justiça e de luta pela tolerância, seja religiosa ou política.

Só pode ser tolerante, no sentido estrito, aquele que se comporta enquanto organismo e sistema. Se estiver disposto interiormente a acolher o estranho, o novo que o solicita, sem perder a essência de sua unidade e de sua identidade, ele será efetivamente tolerante (GIANNINI, 1993. p. 17-18).

Enquanto substrato para gestos ou atitudes de intolerância, o conservadorismo, autoritarismo e negacionismo brasileiro nos dias atuais, encontra a sua síntese no ideal normativo que se compõe de valores alinhados com o cristianismo, de uma postura contrária e de refutação às ideologias de esquerda, do patriotismo nacionalista exacerbado, do armamentismo, do machismo, da família tradicional heterossexual, da meritocracia, do empreendedorismo econômico. Responsabiliza-se o indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso social, bem como, os ideais relativos à plena liberdade de mercado, da recusa aos serviços e servidores públicos, em geral, vistos de maneira negativa e a liberdade das majorias para discriminar minorias, sobretudo, aquelas organizadas em movimentos sindicais.

A agenda do atual mandatário da República, especialmente no contexto da Pandemia do COVID-19, busca fortalecer uma oposição binária entre um “nós” contra “eles”, sob o amplo espectro de uma compreensão caracterizada por um pretenso “amigo” a ser salvaguardado diante de um “inimigo” por meio da qual se pretende minimizar e, se possível, neutralizar toda forma de oposição e dissidência política. Reforça-se assim um projeto paradoxal de democracia. Ampliando, desta maneira, o caráter autoritário capaz de restringir direitos e as liberdades que não espelham o seu modelo ideal normativo conhecido e difundido pela alcunha de cidadão “de bem”.

## **O NEGACIONISMO CIENTIFICO E A BANALIZAÇÃO DA MORTE**

Necessitamos nos ocupar do negacionismo porque as forças da razão são vulneráveis e porque a sociedade é suscetível às ideias aberrantes. As pessoas que habitam reinos imaginários e irracionais, a exemplo de pessoas que negam a existência de Auschwitz, criaram correntes de opinião poderosas, em termos históricos (DIETFRIED-KRAUSE, 2000, p. 103).

A crise pandêmica brasileira mostra que o sacrifício da democracia é um exercício complexo para as pessoas por muitos motivos. Seja pelo conservadorismo nos usos e costumes, pelos meandros da intolerância religiosa, seja pela simpatia em relação ao militarismo ou por algum ressentimento capaz de ser direcionado para um projeto desumano e perverso. A crise atual desmascara a face oculta do mal por meio de uma latente omissão de políticas públicas no enfrentamento da pandemia, bem como, na indiferença com centenas de milhares de mortos.




Deixar viver ou morrer reforça uma linha abissal, vil e covarde (CAMPOS, 2020, p.1-5).

Os ataques à ciência como se esta fosse destruidora de alguma moral e de certas instituições sociais, pretendidas como únicas e insubstituíveis, talvez nunca tenha encontrado outra ofensiva tão exacerbada no decorrer da história brasileira. Ela acontece de maneira estratégica em muitos setores do governo federal, mas, especialmente, também por meio da figura do atual presidente da República, ao sistematicamente se contrapor aos cientistas, intelectuais e artistas, qualificando-os como sendo “aqueles que se contrapõem aos valores primordiais de nossa sociedade”. Esta pretensa ideia de que uma sociedade como a do Brasil seria conservadora como algo inerente a sua própria “natureza”, é falsa e sem qualquer amparo na realidade social (ROSÁRIO, 2020, p. 28-49).

Trata-se de um discurso que reforça a estigmatização de adversários, facilita a retórica da polarização e representa uma boa oportunidade para ampliar a negação de qualquer gesto de empatia ou humanidade. É uma prerrogativa subsidiada pelo não respaldo a um estado democrático de direito, pela deformação da esfera pública, pela legitimação das disputas truculentas, pelos conflitos, domínios e hegemonias (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Passa a ser potencializada por uma realidade na qual se faz abuso de uma recorrente amplificação de narrativas enviesadas, versões aleatórias, inverdades acerca do conhecimento, do bom senso, empatia e bem comum.

De um lado, as promessas messiânicas, não institucionais por excelência, tendem a prosperar em ambientes de reduzida confiança nas instituições. Aparentam a capacidade de satisfazer desejos de segurança política, nacionalidade, comunidade, identidade, reconhecimento, combate à corrupção, desesperança e descrédito nas instituições democráticas. De outro lado, movimentos formais e informais são concretizados por meio de instrumentos de coerção, imposição, opressão, alienação da comunidade e do Estado. O governante se esconde atrás de uma fachada democrática para (...) suprimir órgãos, esmorecer instituições, aparelhar o governo (...) (GOUVÉA; CASTELO BRANCO, 2021, p. 184).

Para além das questões ligadas ao saber jurídico, as pesquisas sociológicas e as evidências médicas, as milhões de vítimas contaminadas e as centenas de milhares de mortos, impõe, por certo, ao imaginário da sociedade brasileira uma dimensão simbólica muito clara acerca do presidente da república. O seu comportamento, a liderança, conduta pública, suas palavras e a responsabilidade institucional, mostram uma postura muito distante daquilo que seria próprio de um chefe de Estado (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2020, p. 6-16). Constitui-se, desta maneira, como um modelo negativo para toda uma nação. Não raro, vale-se da ironia quando deveria demonstrar empatia, solidariedade e respeito por conta de uma situação dramática que atinge, de maneira direta e indireta, todo o conjunto da população brasileira.



Cresce o negacionismo, cai a ciência; cai a ciência, ganha a ideologia. E esta como o imaginário da representação da realidade que nunca chega ao que ela é, oferecendo em seu lugar sua imagem invertida, que produz o desconhecimento do caráter construído da realidade – construção humana, histórica e social –, tornando-a um “dado” que existiria sem o concurso da ação humana, presumidamente uma “realidade” autônoma relativamente à sociedade e seus agentes. Como a ideologia ganha? Negando ou recusando-se aceitar o que o conhecimento científico diz sobre a realidade social ou sobre o universo físico, a ideologia assume a explicação dos fenômenos e torna-se o discurso da verdade que acusa a ciência de pretender impor a todos. Mas é a ideologia que se pretende uma verdade absoluta. E, por isso, diferentemente da ciência, é esse discurso de verdade da ideologia que se torna um discurso de poder. É ele um discurso de poder porque totalmente investido da noção de invariabilidade e irrevogabilidade, noção estranha à ciência que, por suas próprias qualidades, põe-se sempre à prova, questiona a si mesmo indefinidamente (SOUSA FILHO, 2020, p. 28).

Enfraquecem-se os sentimentos de pertencimento às identidades coletivas, das responsabilidades compartilhadas, de segurança pessoal, de direito à saúde, de dignidade, em detrimento de um oportunismo demagógico. Um obscurantismo realçado por um mandatário com traços toscos. Alguém que, sempre que pode, não hesita em alardear grosserias (CASARA, 2020, p. 93-102). A forma como vem conduzindo suas ações, continua impactando de forma direta sobre quantos indivíduos haverão de viver ou morrer. Pior, tem a ver, igualmente, com aquelas pessoas que já pagaram com a própria vida até agora.

Diante da submissão a uma exigência de autopreservação que retira da paranoia seu teatro, seus inimigos, suas perseguições e seus delírios de grandeza a escolha foi (...) pelo flerte contínuo com a morte generalizada. Se ainda precisássemos de uma prova de que estamos a lidar com uma lógica fascista de governo, esta seria a prova definitiva. Não se trata de um Estado autoritário clássico que usa da violência para destruir inimigos. Trata-se de um Estado suicidário de tipo fascista que só encontra sua força quando testa sua vontade diante do fim (SAFATLE, 2020, p. 228).

A crise pandêmica no Brasil, por suas próprias características, ampliou as possibilidades para que possíveis antagonistas da governança atual sofressem com o uso desmedido de ações persecutórias e do moralismo sempre apresentado como performance de valores supremos e, por extensão, incontestáveis. Bolsonaro, reiteradamente, direcionou os seus esforços para os supostos inimigos em defesa das liberdades individuais, da priorização da economia e de seu próprio lugar como principal agente de decisões.

Negacionistas agem como se fossem donos da verdade, independentemente de qualquer evidência que possa contradizê-los [...]. Empregam esta estratégia para manipular a opinião pública, manter, ou aumentar o apoio do seu eleitorado [...]. É fundamental ter em mente que, no negacionismo, a importância dos fatos não é ignorada, as filtrada. Só é levado em consideração tudo aquilo que respalda as visões de mundo ou fundamenta as ideologias e objetivos políticos do indivíduo (FANCELLI, 2021, p. 45-46).

Bolsonaro sempre apostou em um discurso desqualificador da gravidade da situação pandêmica por meio de atitudes negacionistas e uma postura de desprezo pela vida humana. É preciso, pois, trazer ao diálogo determinados indicadores importantes que não estejam apenas





balizadas pelos meandros da economia, mas, que ensejam aspectos correlatos à equidade, o bem-estar e a sociabilidade que conflua para uma maior harmonia social, cultural e religiosa. Trata-se de um empenho como pessoas, movimentos, partidos e instituições em favor dos parâmetros elementares de um regime democrático (SEIXAS, 2020, p. 1-11).

Convém salientar que da mesma maneira que o sentido primordial de um Estado tem a ver com a garantia de uma vida digna para o povo, um governo alinhado com os princípios constitucionais deveria, em tese, prover as condições para que a sociedade alcance o seu bem-estar. Governar, é, pois, dar atenção a quem mais precisa (BROWN, 2019, p. 16-47). Neste diapasão, observando aquilo que o governo brasileiro vem fazendo diante da pandemia, não é difícil perceber o tanto que se encontra distante das vicissitudes quotidianas vivenciadas pelo conjunto da população e, sobretudo, das camadas mais empobrecidas. Importa valorizar a esperança que nos convoca como sociedade a promover transformações de modo a construir e estabelecer a dignidade, a justiça, o bem comum com vistas à democracia.

Somente quem assumiu uma posição contrária à ciência e tenha se decidido pela militância obscurantista haverá de conservar a ideia que o conhecimento científico se apresenta como uma “verdade irrefutável”, mas falsa. E, por isso mesmo, necessita ser “desmascarado”. No imaginário destas pessoas a “verdade” esconderia valores ou princípios que grande parte da sociedade estaria privada de saber (TEITELBAUM, 2020). Por isso, o negacionismo e o obscurantismo reforçam uma estrutura ideológica capaz de engendrar as mais grotescas teorias da conspiração. São elas que levam as pessoas a supor que a ciência seria parte de algum plano secreto (e diabólico) de certos grupos políticos e econômicos dispostos a implantar um projeto de dominação capaz de controlar e escravizar as pessoas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das funções das religiões, desde os tempos mais antigos, foi chamar a nossa atenção para o fechamento à animalidade individual, à coletividade, à família à qual pertencemos. Por isso, ir ao encontro dos caídos nas estradas da vida, faz parte de todas as religiões e sabedorias. E, nessa perspectiva, a luta contra o acúmulo de bens, contra a avareza, contra os excessos que nos tornam escravos de certas paixões materiais, deveria ser constante. Assim, do momento em que somos capazes de romper com essa individualidade exacerbada, estamos também nos distanciando da espontaneidade ególatra para nos tornarmos capazes de nos aproximarmos dos nossos semelhantes.




Conquistas que estejam sublinhadas pela perspectiva da justiça e da equidade, continuam sendo um resultado de milhares de anos de socialização mesmo que ainda não tenhamos atingido o lugar que intuimos querer chegar. Um lugar no qual possamos ser capazes de amar nosso próximo como a nós mesmos. Para provarmos algo desse objetivo fraterno, há que ser exercitada uma luta contínua contra as tendências individualistas e egoístas que nos habitam. É preciso ceder um lugar aos desprezados à mesa. Será necessário saber dividir o pão e os peixes que escondemos em nossas bolsas e o vinho que deixamos envelhecer nos odres. Será preciso, não por último, devolver ao povo o que lhe foi negado de modo a facilitar o bem comum.

Não basta apenas que tenhamos em nosso horizonte os ideais preconizados por Jesus de Nazaré, Maomé ou Buda. É preciso que as pessoas absorvam a lógica destas lideranças para, a partir de nosso tempo e contexto, acentuar práticas e comportamentos éticos que permitam entabular um mundo com mais solidariedade. Afinal, de que serve a religião se ela repercute afastamento, se ela isola, julga e até enseja a morte? De que serve a religião quando esta deixa de ser um sentido em meio às vicissitudes do cotidiano? De que vale uma expressão quando esta não é amparada pelos sentidos de uma conexão profunda com a poesia e a própria vida?

A intolerância e os negacionismos exacerbados nestes tempos complexos e sombrios de Pandemia no Brasil, infelizmente, ao que parece, não tem permitido sentir e saber que o mesmo vírus nos habita de muitas formas. Que a mesma mortalidade nos espreita. A mesma falta de ar nos desfalece. É preciso abrir as mãos para que os corações se abram e permitam que a enfermidade seja ressignificada. Talvez, desta maneira, a despeito de tanta dor, tenhamos a oportunidade de sermos lembrados daquilo que havíamos, invariavelmente, esquecido: de que somos caminhantes irmanados pela mesma vida e pela mesma morte.

Embora a história da humanidade possa ser compreendida a partir de diferentes nuances, as pessoas são desafiadas a, em tese, exercitar as suas crenças não por que estas lhe agradam, mas por que os dados e os fatos as comprovam. Selecionar evidências que avalizam certas convicções ou preconceitos apenas acentua a própria incapacidade cognitiva em lidar com a realidade. Convém, pois, lembrar que cabe a cada indivíduo o exercício crítico acerca de suas próprias vivências, adotando uma atitude científica que nunca esteja fechada para novas evidências e, igualmente, permita vislumbrar um horizonte moral a partir do qual a pessoa não se imagine detentora de uma pretensa verdade com caráter absoluto.



Para além de possíveis premissas epistemológicas ou conceituais, trata-se de um tempo no qual somos instigados a refletir acerca desta condição que nos identifica, que nos torna o que de fato somos: seres humanos frágeis que hoje respiram, se movem e sonham, mas que amanhã, invariavelmente, serão apenas marcas daquilo que faz parte da condição intrínseca à própria jornada. Afinal, nunca deveríamos esquecer que o mundo não nos pertence e a vida, em algum momento, entregará à terra o seu último e derradeiro suspiro para que a existência se renove e siga adiante em seu percurso.

## REFERÊNCIAS

- BRECHT, Bertold. **A Exceção e a Regra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo. Editora Politéia, 2019.
- CAMPOS, Gastão W. S. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, Vol. 18, n. 3, 2020, p.1-5.
- CASARA, Rubens, R. R. **Bolsonaro. O Mito e o Sintoma**. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- DWORKIN, Ronald. **Freedom's Law: The Moral Reading of the American Constitution**. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- FANCELLI, Uriã. **Populismo e Negacionismo**. O Uso do Negacionismo como Ferramenta para a Manutenção do Poder Populista. Curitiba: Appris, 2021.
- FONSECA, Alexandre B. **Relações e privilégios: Estado, secularização e diversidade religiosa no Brasil**. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. Pandemia e Pandemônio: O Bolsovírus. In: CABELO, Mariangela; GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. (Org.) **Pandemia e Pandemônio: Ensaio sobre biopolítica no Brasil**. São Paulo: CEFA Editorial, 2020, p. 6-16.
- GIANNINI, Humberto. **A Tolerância por um Humanismo Herético**. Porto Alegre: L&PM, 1993.
- GOUVÊA, Carina Barbosa; CASTELO BRANCO, Pedro H. Villas Bôas. **Populismos**. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2020.
- HABERMAS, Jürgen. **Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2009.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LLOSA, Mário Vargas. **A Linguagem da Paixão**. São Paulo: Arx, 2002.



DIETFRIE-KRAUSE, Vilmar. A negação dos assassinatos em massa do nacional socialismo: desafios para a ciência e para educação política In: MILLMAN, L.; VIZENTINI, P. F. (Org.). **Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Biopoder, estado de exceção, política da morte, Rio de Janeiro: n-1 edições, 2018.

MCINTYRE, Lee. **The Scientific Attitude**. MIT Press, 2019.

ROSÁRIO, Luana. A Necropolítica Genocida de Bolsonaro em tempos de Pandemia e o Projeto Ultra Neoliberal. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS)**. São Luís, Vol. 6, n. 2, jul./dez. 2020, p. 28-49.

SCANLON, Thomas. M. A dificuldade da tolerância. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 84, jul. 2009, p. 31-45.

SAFATLE, Vladimir. Bem-vindo ao estado suicidário. TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Org.). **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. Bauru: Canal 6 Editora, 2020.

SANTAELLA, Lúcia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

SEIXAS, Rogério Luís da Rocha. Da biopolítica a necropolítica e a racionalidade neoliberal no contexto do COVID-19. **VOLUNTAS – Revista Internacional de Filosofia**, v. 11, ed. 50, 2020, p. 1-11.

SOUSA FILHO, Alípio de. “A Terra é Plana”: O Obscurantismo Cínico dos Negacionistas. **INTER-LEGERE**. Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Vol. 3, n. 29, 2020, p. 1-30.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra pela Eternidade**. O retorno do Tradicionalismo e a Ascensão da Direita Populista. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

WILLIAMS, Bernard. Tolerância: uma questão política ou moral? **Novos Estudos CEBRAP**, n. 84, jul. 2009, p. 47-58.





# CAPÍTULO 21

## A PANDEMIA DE COVID-19 E O AUXÍLIO EMERGENCIAL A PARTIR DAS DIMENSÕES POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL: UMA ANÁLISE CONJUNTURAL DO AUXÍLIO DA TRAMITAÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO

**Diego de Paula**, Mestrando em Ciências Sociais Aplicadas, UEPG  
**Elton José Scremin**, Mestrando em Ciências Sociais Aplicadas, UEPG  
**Jordana Lemke Gonzalez**, Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas, UEPG  
**Lucas Voigt Noernberg**, Mestrando em Ciências Sociais Aplicadas, UEPG  
**Mariana Todorovski**, Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas, UEPG  
**Rafael de Freitas Ribas**, Mestrando em Ciências Sociais Aplicadas, UEPG

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo o desenvolvimento de uma análise conjuntural sobre as principais medidas de política econômica emergencial adotadas pelo governo federal do Brasil no âmbito da estratégia de redução dos impactos da crise decorrente da pandemia do Covid-19. O Auxílio Emergencial, aqui considerado como acontecimento para a análise de conjuntura, se consubstanciou como a principal medida desta política, implementada ainda durante o ano de 2020. Levando-se em consideração que as implicações provenientes do contexto pandêmico vão para além das questões de ordem biomédica e epidemiológica, provocando efeitos, também, nos campos social, econômico e político, importa analisar cada uma destas dimensões em suas especificidades que, conjuntamente, levaram à aprovação e implementação do Auxílio Emergencial. Assim, através do método de análise de conjuntura e suas categorias, revelam-se os principais atores, correlações de forças e relações entre a conjuntura e a estrutura, que atuaram durante a tramitação do projeto de lei que aprovou o Auxílio, bem como durante a implementação do mesmo. A partir da análise realizada, tem-se que o Auxílio Emergencial, enquanto Política de cunho social, possibilita a reafirmação da necessidade de implementação de Políticas Sociais voltadas à garantia de uma renda básica de cidadania, visto que, do modo como foi implementado, pode ser tido como um exemplo concreto dos resultados gerados não só para a garantia da vida dos beneficiários, mas também como meio de desenvolvimento econômico e social.

**Palavras-Chave:** Análise de Conjuntura. Covid-19. Auxílio Emergencial. Renda Cidadã.

### INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 2020, a mídia noticiava, com grande destaque, a progressão da disseminação de um novo coronavírus, em diversos países, sobretudo na Ásia e na Europa, vírus este que havia sido identificado no final de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, que se tornou o primeiro epicentro da nova crise de saúde pública internacional (GARCIA e GARCIA, 2020).



A pandemia da doença causada pelo coronavírus em 2019, COVID-19 (sigla em inglês para *coronavirus disease 2019*) foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020.

Segundo Malta *et al* (2020), uma importante questão epidemiológica, com relação à esta pandemia, diz respeito à elevada infectividade do SARS-CoV-2, agente ativo e infectante da COVID-19, cuja velocidade de propagação pode variar de 1,6 a 4,1. Por isso, para os autores, devido à elevada infectividade do SARS-CoV-2 e a ausência de uma vacina contra esse vírus, fizeram com que o aumento do número de casos fosse exponencial já nos primeiros meses pandêmicos.

Em 2020, devido ao fato da inexistência de medidas preventivas ou terapêuticas específicas para a COVID-19, bem como pela sua alta taxa de transmissão e rápida contaminação, a OMS recomendou aos governos a adoção de intervenções não farmacológicas, as quais incluem medidas de alcance individual tais como a lavagem das mãos, o uso de máscaras e a restrição social; medidas de caráter ambiental, como a limpeza rotineira de ambientes e superfícies; e ainda algumas medidas de alcance comunitário, tais como a restrição ou a proibição ao funcionamento de escolas e universidades, locais de convívio comunitário, transporte público, além de outros espaços onde possa haver aglomeração de pessoas (MALTA *et al*, 2020).

No Brasil, tais formatos de medidas foram adotados pelos estados e municípios, aqui ressaltando-se o fechamento temporário de empresas, indústrias e comércios.

Dentro deste panorama é que surge a necessidade de um Auxílio Emergencial (AE), fundando-se na crise econômica que surge juntamente das medidas de diminuição de contágio que afetaram negativamente alguns setores que abasteciam a economia, como comércio e indústria, dentre outros.

Assim, o AE, seguramente, foi a medida assistencial de maior impacto e abrangência em resposta à COVID-19, que nos moldes do primeira concessão, em 2020, foi criado pelo art. 2º da Lei 13.982/2020 (BRASIL, 2020a), o qual, define a concessão de um auxílio monetário durante um período de três meses, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), aos indivíduos maiores de 18 anos de idade, sem vínculo formal de emprego, que não recebam qualquer benefício previdenciário ou assistencial (com exceção do bolsa família), cuja renda familiar mensal *per capita* seja de até meio salário-mínimo ou renda familiar mensal total de até três salários mínimos. No mais, o indivíduo não pode ter recebido, no ano de 2018, rendimentos



tributáveis superiores a R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos).

Ainda, o AE foi limitado a dois beneficiários por família, sendo pago em dobro para os arranjos monoparentais femininos, que fizeram jus, ao valor de R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais). O valor máximo por família pode chegar a R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensais, nos casos dos domicílios chefiados por mulheres com a presença de outro parente maior de 18 anos, que se enquadre nos requisitos de recebimento do benefício (BRASIL, 2020a).

O AE abrange, também, o microempreendedor individual (MEI), o contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social, na forma do art. 2º, inciso VI, alínea b, da referida lei, e o trabalhador informal, podendo ele ser empregado, autônomo ou desempregado, de qualquer natureza, inclusive o intermitente inativo (BRASIL, 2020). Percebe-se, assim, que o AE, na sua primeira concessão, abrangeu uma ampla camada da população brasileira.

Para discorrer sobre a os fatores conjunturais que resultaram na formulação e implementação do Programa de Auxílio Emergencial utilizaremos o passo a passo metodológico de análise de conjuntura de Souza (2014), que apresenta as seguintes categorias como ferramentas para análises: acontecimentos, cenários, atores, relação de forças e articulação entre conjuntura e estrutura.

Assim, e de acordo com as categorias de Souza (2014) acima indicadas, tem-se aqui o Auxílio Emergencial (AE) como o acontecimento.

Para o desenvolvimento desta análise, o presente artigo se subdivide em três tópicos onde se analisam respectivamente as dimensões política, econômica e social deste acontecimento.

Compreendendo-se que os elementos e categorias conjunturais, já indicadas, se entrelaçam no acontecer da realidade concreta, estas são apresentadas de forma correlacionadas dentro de cada uma das dimensões que propomos tratar a seguir.

## 1. A DIMENSÃO POLÍTICA

Dentre uma das dimensões que se pode abordar a concessão do auxílio emergencial no Brasil, o ambiente político guarda grande parte da discussão e da coalisão de forças que moveram este acontecimento, sendo parte necessária para a apreciação nesta análise



conjuntural. A seara política se apresentou com grande influência no resultado do acontecimento que foi planejado, articulado e implantado por agentes políticos tanto do Poder Executivo como do Poder Legislativo e da Sociedade Civil Organizada.

Souza (2014) afirma que atores são os representantes de uma formação de relações, obtendo papel específico e delimitado na criação e desenvolvimento dos acontecimentos, cenários e afins, apresentando-se como uma categoria fundamental para a análise de conjuntura, desta maneira, inexistente limitação à sua forma, podendo ser um indivíduo, bem como grupos sociais ou instituições, como no caso de sindicatos, partidos políticos, entre outros.

Para Malta (2016, p.107), os “atores são indivíduos, o grupo, a classe ou entidade que, diante da realidade representam, idealizam, prometem ou reivindicam. Eu diria que são os protagonistas que saem em defesa da causa.”

Neste artigo, e sob esta dimensão ótica da análise realizada, o governo federal brasileiro, representado nas figuras do presidente Jair Messias Bolsonaro e seu ministro da pasta econômica Paulo Guedes, representam o principal ator sob esta dimensão. Entretanto, vários outros atores desempenharam papel fundamental no momento de crise, tendo em vista a visibilidade política que a concessão de um programa de transferência direta de renda poderia representar em futuros sufrágios.

Como a discussão sobre o auxílio emergencial, embora tratada nos diversos campos científicos e sociais, teve seu trâmite e efetivação dentro do Congresso Nacional, tendo sido implementado pela Lei Nº 13.982, de 2 de abril de 2020, pode-se situar mais dois atores: a base apoiadora do governo federal e a base de oposição.

Juntamente a estes atores, também surge a mídia como peça fundamental deste processo, visto seu papel desempenhado tanto na disseminação de informação sobre o período pandêmico mundial, bem como no papel de fiscalização das atividades governamentais neste período.

Ainda no momento de definição e estabelecimento dos critérios de concessão do auxílio, o Supremo Tribunal Federal participou como ator importante, dentro deste processo, visto que realizou concessões que serão abordadas em seguida.

E também, tão como peça de gestão e controle do processo de aprovação do AE e sua aplicação, situa-se como ator o Ministério da Cidadania.

O chefe do Poder Executivo do Governo Federal, presidente Jair Messias Bolsonaro, foi eleito sob uma plataforma política de direita e com clara orientação neoliberal na área





econômica, materializada pela indicação do economista Paulo Guedes para comandar o Ministério da Economia (ME). Desde os primeiros dias de governo ficou claro que o país se direcionava para uma tentativa de equilíbrio dos gastos públicos, buscando realizar as reformas tributária e da previdência, planejando privatizações e realizando cortes em investimentos fundantes no país tais como nas áreas de educação, ciência e tecnologia, bem como nos programas sociais. Assim, no contexto da Pandemia de COVID-19 e da urgente necessidade da mitigação de suas consequências para a população, o governo de orientação neoliberal se viu forçado a implementar o AE, um programa de transferência direta de renda.

Em um contraponto de organização política, além de todas as características supracitadas, o governo federal se alinhou também aos formatos de condução da pandemia realizado pelo governo norte-americano de Donald Trump. O país com uma das políticas mais (neo)liberais existentes, adotou medidas, também pressionado pelo seu congresso, de concessão de benefícios ao povo estadunidense, o que culminou em comparações tanto do lado de posição quanto de oposição no parlamento brasileiro.

Contudo, sob regra geral, no Brasil o AE foi criado em virtude de uma emergência sanitária que culminou com uma crise financeira provocada pela estagnação da economia devido à necessidade do isolamento social como medida preventiva, ou seja, não houve tempo hábil para a análise criteriosa de indicadores, tampouco havia indicadores suficientes para a concessão do AE. Portanto, ressalta-se a relevância dos atores políticos num cenário em que urgia a implementação do AE.

O embate no âmbito do Congresso Nacional teve como figuras principais o Presidente da Câmara dos Deputados, o parlamentar Rodrigo Maia; o presidente do Senado Federal, o senador Davi Alcolumbre, além das lideranças governistas e da oposição. Dos debates ocorridos nas *Casas Legislativas* que foi definido o valor final do AE e a quantidade de parcelas, bem como a diferenciação dos valores a que cada beneficiário teria direito – a exemplo das mulheres chefes de família que receberam valores maiores do que homens chefes de família.

Dentro deste processo legislativo, o STF atuou de maneira determinante, autorizando que o Governo Federal descumprisse preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), visando agilizar a disponibilização do Auxílio Emergencial sem a necessidade de demonstrar a adequação ao orçamento da União, o qual havia sido aprovado antes da instalação da crise sanitária advinda da Pandemia decorrente da disseminação mundial da COVID-19.



Segundo Cardoso (2020) o Auxílio Emergencial criado pela Lei Nº 13.982/2020 é um misto entre a Renda Básica de Cidadania (Lei nº 10.835/2004) e o Programa do Seguro-Desemprego (Lei nº 7.998/1990), entretanto, o primeiro normativo nunca foi regulamentado pelo Poder Executivo Federal e o segundo é exclusividade do trabalhador formalmente desempregado, sendo necessário ainda o preenchimento de outros requisitos para sua concessão. Assim, o AE supre uma lacuna de proteção social onde se encontram os trabalhadores informais, desde que atendidas as condições estipuladas na lei.

Segundo RAEDER (2014) a formulação de uma política pública, tal qual o programa de transferência direta de renda, segue etapas de um Ciclo de Políticas Públicas que o autor assim os define: (1) Percepção de definição de problemas, (2) Formação da agenda decisória, (3) Formação de programas, (4) Implementação das políticas públicas e (5) Monitoramento e avaliação das ações.

A etapa da percepção e definição de problemas geralmente demanda de uma criteriosa elaboração de indicadores baseados em critérios técnicos e da percepção de outras políticas públicas correlatas, bem como análise dos recursos públicos disponíveis para a ação planejada.

Contudo, mediante a atuação do STF, tais indicadores e processo de formalização foram dispensados, culminando em dois efeitos: uma tomada de lado pró elaboração do auxílio por parte do STF, e o cessar de discursos reguladores e inibidores de AE pelo legislativo da posição.

Além destas forças, surge a mídia nacional com pressão sobre as medidas governamentais mitigantes do período pandêmico, apontando assiduamente, os efeitos econômicos sobre o pequeno empresário, e o trabalhador autônomo, com reportagens recorrentes sobre esta temática.

Desta maneira, o caminho para elaboração do AE restou praticamente livre, e frente à uma pressão midiática, resultou em uma votação unânime dentro do Congresso Nacional para sua aprovação.

Mediante isso, entra em ação um importante ator na operacionalização do AE, sendo tal, o Ministério da Cidadania (MC), pois o Art. 4º do Decreto nº. 10.316/2020 estabelecia sua competência para gerir o referido auxílio, atuando em conjunto com o Ministério da Economia na definição dos critérios para a identificação dos beneficiários (CARDOSO, 2020).

A partir deste acúmulo de forças em favor do acolhimento do AE, o executivo federal, reticente no início, vislumbrou não só a necessidade de salvaguardar seus cidadãos e movimentar a economia, mas interessou-se também pela visibilidade política que a concessão



do AE traria para o presidente da república, traduzindo-se em elevação de seus níveis de popularidade e consequente alavancagem de sua plataforma política visando a reeleição.

A estrutura política reinante na Câmara Alta e na Câmara Baixa da República brasileira está intimamente ligada aos interesses dos grupos dominantes que formam agrupamentos políticos partidários em defesa de questões relevantes ou urgentes, as chamadas Bancadas – ou Frentes Parlamentares - que se destinam a defender os assuntos comuns de seus integrantes ou de financiadores de suas campanhas. Como exemplo pode-se citar a bancada da bala que defende ações voltadas ao abrandamento da restrição de venda e porte de armas de fogo e munições; a bancada ruralista ou frente parlamentar da agropecuária, preocupada com as questões voltadas ao agronegócio; a bancada evangélica que defende interesses dos templos, nem sempre da religião; dentre outras.

Essas bancadas geralmente lutam por interesses específicos e acabam dificultando a aprovação das propostas que não coadunam com os seus interesses. As maiores bancadas são voltadas para assuntos que, em geral, privilegiam empresários ou grandes produtores rurais. As frentes parlamentares voltadas para a defesa de interesses dos cidadãos tais como a bancada da saúde ou a bancada de direitos humanos são quase inexpressivas. Assim, vive-se um momento histórico de perda de direitos do cidadão e do consequente fortalecimento daqueles que detém meios de produção, pois normativos legais que afetam o trabalhador, tem sido sistematicamente alterados em desfavor deste.

Entretanto, embora a supremacia do capital esteja em pleno vigor na sociedade brasileira, com a irrupção da emergência sanitária houve uma inquietação no ambiente político que movimentou executivo, legislativo e judiciário que, embora dissonantes entre eles e dentro de sua própria estrutura, culminou na aprovação unânime da concessão do Auxílio Emergencial àquela parcela populacional geralmente acostumada a ver a dilapidação de seus direitos e as perdas econômicas sequenciais decorrentes de alterações legislativas de cunho capitalista.

Dentro da política brasileira, a aprovação do AE se mostrou como um acontecimento dispar, formalizando um anseio extremamente popular, alinhado com interesses políticos, principalmente no tocante à gestão desse período pandêmico, tão como sob a imagem perante o mesmo.

Isso se resume pela manutenção do auxílio, que teve sua prorrogação até o fim de dezembro a partir de setembro de 2020, porém com valor reduzido. Juntamente com este fato, em pesquisa do Datafolha realizada em dezembro de 2020, o presidente brasileiro manteve a



avaliação “ótima” (39%) obtida em agosto do mesmo ano, tão como não obtendo alterações negativas nas demais avaliações.

Portanto resta evidente que, embora sendo um caso divergente, e se respaldando no interesse social e no clamor popular e midiático, a aprovação do AE foi objeto para fins políticos, transformando o que primeiramente foi um projeto indesejado, em um trunfo político para todos os atores presentes esta análise.

## 2. A DIMENSÃO ECONÔMICA

Para analisar a dimensão econômica no contexto da Pandemia do Covid19, primeiro temos que deslindar o que compõe o cenário dessa catástrofe de consequências nas mais variadas perspectivas da vida humana e organização social.

A Pandemia do Covid19 não implica somente em perda de vidas humanas ou sequelas individuais inerentes à patologia, mas também tem impactos diretos para além da esfera biológica, afetando a atividade econômica devido às restrições impostas para tentar controlar a disseminação do vírus.

Dentre as restrições estão a quarentena, que é a permanência das pessoas em casa, e o lockdown, que é a suspensão de atividades não essenciais, o que repercute diretamente na impossibilidade do exercício de trabalho para inúmeras categorias.

Em março de 2020 (período contemporâneo a elaboração do AE), o Conselho Nacional de Saúde – CNS, emitiu Recomendação na qual recomenda a implementação de medidas de distanciamento social mais restritivo (lockdown), nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingindo níveis críticos (BRASIL, 2020).

Obviamente isso significa que milhares de trabalhadores formais e informais foram impossibilitados de exercer a sua atividade, o que gera automática perda de renda para as famílias brasileiras, e, portanto, risco social.

As medidas restritivas e o próprio cenário de pessimismo econômico tiveram papel fundamental na formatação do cenário econômico de implementação do Programa de Auxílio Emergencial, pois foi a “mão de obra desocupada e sem renda” que foram o fiel da balança para que o poder público optasse pela adoção do PAE.

A implementação do Auxílio Emergencial (AE) foi uma medida de extrema relevância





social e econômica, impulsionando o mercado de consumo e evitando que milhares de pessoas passassem fome, mitigando os danos decorrentes da pandemia.

Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19 revelam o impacto da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e a contribuição do Auxílio Emergencial (AE) na composição da renda de milhões de famílias. Os rendimentos recebidos do AE foram a única fonte de renda para 5,2% dos domicílios (cerca de 3,5 milhões) em maio e 4,32% dos domicílios (cerca de 2,95 milhões) em novembro.

A análise dos microdados de maio de 2020 revelou que os rendimentos efetivamente recebidos foram somente 82% dos rendimentos habituais, enquanto que em outubro ele alcançou 92,8%. Os dados levantados referente ao mês de novembro, mostram que a recuperação na renda média efetivamente recebida continuou, e a diferença percebida em relação à renda do trabalho habitual reduziu atingindo 93,7%. Tendo em vista que, o volume de renda recebido pelo AE, no mês de novembro, foi inferior em comparação com os meses anteriores, contudo, o total recebido pelo AE ainda continuou superior à perda da renda salarial entre os que permaneceram ocupados (CARVALHO, 2021).

**Imagem 1: Proporção da renda domiciliar média efetiva em relação à renda habitual e aumento da renda domiciliar causado pelo AE (maio/2020).**

	Proporção da renda efetiva do trabalho sobre a habitual (%)	Proporção da renda efetiva com outras fontes (sem AE) sobre a habitual (%)	Proporção da renda efetiva (com AE) sobre a renda habitual com outras fontes (%)	Aumento da renda domiciliar efetiva causada pelo EA (R\$)	Aumento da renda domiciliar efetivamente causado pelo AE (%)
Brasil	0,82	0,87	0,95	327,33	10,2
Renda muito baixa	0,49	0,65	0,99	395,63	53,7
Renda baixa	0,73	0,83	1,03	414,33	25,1
Renda média-baixa	0,82	0,87	0,98	352,46	12,5
Renda média	0,87	0,90	0,94	220,72	4,1
Renda-alta	0,90	0,92	0,93	74,36	0,7
Renda alta	0,92	0,94	0,94	24,23	0,1

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE. Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Os dados apresentados na imagem 1 apontam que o AE foi importante para a manutenção da renda média domiciliar, principalmente nos domicílios de baixa renda. Na terceira coluna da tabela da imagem verifica-se em que medida o AE conseguiu manter a renda domiciliar média, nesse sentido, após o recebimento do AE a renda domiciliar alcançou 95% do seu rendimento habitual, esse efeito foi sentido com maior intensidade entre os domicílios de baixa renda, em que após o AE seus rendimentos atingiram 103% do que seria seu rendimento habitual. Nas duas últimas colunas, pode-se verificar o impacto em reais e em



porcentagem, respectivamente, ocorrido com o recebimento do AE. A renda domiciliar média dos domicílios de baixa renda tiveram uma elevação de R\$ 414,00 em sua renda, em termos absolutos. Em termos relativos, foi expressivo o impacto nos domicílios de renda muito baixa, visto que elevou a renda média em 54% (CARVALHO, 2020).

Dessa forma, estima-se que o impacto do AE na economia do país será de 2,5% do PIB brasileiro de 2019, são cerca de R\$ 250 bilhões a serem investidos pelo governo federal no pagamento das cinco parcelas do programa, o que propiciou que a economia siga em atividade. Por se tratar de uma transferência direta de recursos, ela gera efeitos em todos os segmentos da economia, tendo fundamental relevância neste momento em que parcela das atividades estão paralisadas em função da pandemia (BRASIL, 2020b). Os dados de novembro, divulgados pelo IBGE (2021) apontam que 41% dos domicílios recebem auxílio emergencial, sendo que a média do rendimento proveniente do AE é de R\$558,00 (quinhentos e cinquenta e oito reais).

A pandemia deixa um legado de destruição e sofrimento, mas em meio a todo este sofrimento, ela também deixa o legado do surgimento de um debate, pela primeira vez, sério, em relação à renda básica universal. A situação de calamidade social que se instalou no país, fez com que se pensasse nas condições de miséria que a população vive e o impacto dessa situação na realidade econômica do país, bem como os benefícios que uma renda básica universal poderia trazer para a economia do país.

Na data de 27 de abril de 2021, tivemos um marco desta realidade com o julgamento do Mandado de Injunção, com redação do acórdão feita pelo Min. Gilmar Mendes, que determinou que a Lei 10.835/2004, tenha eficácia e passe a constar no próximo exercício fiscal (2022), cuja lei estabelece uma renda básica de cidadania. O Min. Gilmar Mendes em seu voto aduz que:

Programas sociais de transferência de renda servem, fundamentalmente, para reduzir o fosso de desigualdade que subtrai a dignidade de milhões de famílias brasileiras, inibindo a capacidade de engajamento político e o desfrute dos mais relevantes direitos e liberdades constitucionais (BRASIL, 2021).

Destarte, os dados apresentados revelam que o AE teve papel determinante em impedir que a parcela mais miserável da população sucumbisse, bem como representou um suporte significativo para aproximadamente metade da população brasileira, o que foi essencial para impedir uma queda ainda maior da economia e a instauração de verdadeiro caos social. O AE deixou muito claro a importância e o sucesso que os programas de transferência de renda têm para a redução da pobreza e da desigualdade econômica.

Seguindo o passo a passo metodológico que encontramos em SOUZA (2005), passamos a elencar os atores que compuseram a dimensão econômica.



O primeiro ator a ser elencado na dimensão econômica é o Ministro da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes.

Notoriamente conhecido por seus posicionamentos “liberais”, o Ministro da Economia foi o principal patrocinador político das reformas estruturais de “austeridade” que o Estado Brasileiro vem sofrendo durante o Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018 e empossado em 01 de janeiro de 2019.

No início dos debates sobre a necessidade da implementação de um programa de assistência financeira para responder à vulnerabilidade econômica da população na pandemia, Paulo Guedes aparece como um dos principais atores, pois é da pasta do Ministério da Econômica que vai nascer o projeto do que seria o Programa.

No entanto, desde a gestação da ideia de um auxílio emergencial, o conflito entre o posicionamento de contenção de gastos do Ministro da Economia, que procrastinava em tomar medidas mais ativas, face a urgência de alguma medida de socorro demandada pela população vulnerabilizada economicamente, era refletido em rugas públicas do Ministro, principalmente as vocalizadas perante a imprensa, a exemplo dessa fala registrada em 31/03/2020, quando o periódico virtual UOL registrou a seguinte fala de Paulo Guedes:


Está havendo uma falta de percepção quanto ao esforço que é criar um programa novo. Ele não existia. Depois que ele aparece está cheio de protagonista, um monte de gente reclamando. Foi um choque inesperado. Em três semanas e meia a gente cria um programa novo, que é o auxílio emergencial aos informais (GUEDES in TEMÓTEO, 2020).

A frase supra destacada não tem por objetivo em si resumir o papel do Ministro Paulo Guedes, mas busca retratar de maneira fática o ambiente de disputa e contradição em que foi gestada a ideia de um benefício de auxílio-emergencial e qual premissa era o fiel da balança para o setor econômico do Governo Federal: austeridade. O Ministério da Economia pretendia se limitar a fornecer um benefício aos informais, visando delimitar os gastos e se manter “austero” em meio ao caos da pandemia.

No entanto o projeto de auxílio-emergência encabeçado pelo Ministro da Economia seria totalmente reconfigurado no Congresso Nacional, o qual teve tamanha importância, se escalando nessa análise como um segundo ator da dimensão econômica.

O Congresso Nacional teve papel fundamental na formatação do Programa e no dimensionamento do valor, como registrado em matéria jornalística contemporânea a aprovação do Projeto da Lei 13.982/2020:

Inicialmente, na primeira versão do relatório, o valor era de R\$ 500,00 (contra os R\$



200,00 propostos pelo governo). Após negociações com o líder do governo, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), o Executivo aceitou aumentar para R\$ 600,00 (PIOVESAN e MORAES, 2020).

Fica notório pela análise dos registros jornalístico contemporâneos a aprovação legislativa do AE que na relação entre os atores o Congresso Nacional foi determinante para “dobrar” o intento do Governo Federal, que através do Ministério da Economia propunha um benefício no valor ínfimo de R\$ 200,00 (duzentos reais), privilegiando a austeridade em detrimento da demanda social, o que foi derogado no trâmite legislativo do Congresso Nacional, que elasteceu o valor do benefício para R\$ 600,00 (seiscentos reais).

### 3. A DIMENSÃO SOCIAL

Uma epidemia, entendida como fenômeno social, segundo Rosenberg (1995), mobiliza comunidades a revelar comportamentos que incorporam e reafirmam valores sociais e modos de compreensão do evento. Seu caráter público e sua intensidade dramática fazem com que as epidemias, antigas e modernas, constituam se em um espaço de entendimento das relações entre ideologia, estrutura social e construção de respostas ao fenômeno. Podemos dizer que é cedo para tecer considerações definitivas sobre a pandemia do novo coronavírus.

Entretanto, é possível observar tendências a partir de análises politicamente comprometidas. A chegada da COVID 19 ocorre sob um cenário de reconfiguração do capitalismo e de aprofundamento do neoliberalismo, que traz consigo alguns eixos principais para sua manutenção, tais como: a transformação das relações de trabalho, o acirramento da mercantilização a partir da expropriação primária e secundária, o aprofundamento da divisão racial, sexual e internacional do trabalho, o aumento da jornada, intensidade e produtividade do trabalho, o reforço do papel protagônico do capital fictício, a espoliação dos recursos naturais, o acirramento da disputa hegemônica e da corrida armamentista e a ascensão do neofascismo e do ultraconservadorismo (PASSOS, 2020, p. 25).

Para Davis (2020), o sistema econômico capitalista torna este cenário muito pior, pois não houve um apresto para atender pessoas e suas necessidades, especialmente em um momento em que o mercado mostra sua verdadeira face.

O Brasil de 2019 era um país em que se evidenciavam: 1) as limitações da recuperação econômica em curso; e 2) o aparato de políticas sociais associadas à renda, apesar de ser um colchão de amortecimento que contribuiu para amenizar a piora da condição social, na situação de crise experimentada em 2020, mostrar-se-ia insuficiente para sustentar a renda, exigindo





ações do Estado, de forma emergencial. A pandemia de COVID-19 e a crise socioeconômica a ela associada expuseram a cara mais nítida da desigualdade no país e trouxeram desafios expressivos para as políticas públicas, especialmente para aquelas associadas à proteção social e à preservação do emprego e da renda.

Com o cenário de caos social, incertezas e falta de informação que vivenciamos com a presença do coronavírus (SARS-CoV-2) considerando a própria limitação de caracterização da ciência com as mutações, intervenções farmacológicas e prevenção à espera de uma vacina a única insuspeição que temos é que o vírus e a doença não foi um gerador, mas explicitou e agudizou os elementos que constituem o tecido social em cada território afetado, esgarçando suas condições materiais e objetivas em responder com medidas de prevenção, assistência médica e hospitalar e assistência social. No Brasil, a histórica desigualdade e alta concentração de renda que gera vulnerabilidades sociais e privilégios, salta em tela.

A Seguridade Social (composta pelas Políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social), jovem e inconclusa, não oferta a proteção social necessária às demandas da formação social e histórica brasileira de capitalismo tardio e dependente, tampouco com a presença de uma pandemia. O capital subordina o trabalho e a cultura da crise impõe uma subordinação permanente à lógica da sociabilidade burguesa, banalizando a opressão; desconsiderando as determinações sociais do processo saúde-doença.

Assim, a pandemia gerada pelo Coronavírus agudizou e deixou ainda mais evidente as desigualdades sociais, econômicas, urbanas e regionais já existentes no Brasil, através das mais diversas expressões da Questão Social, incutidas das problemáticas e carências habitacionais, de infraestrutura urbana, de saneamento básico, de acesso à emprego e renda, de equipamentos de educação e saúde, e de modo geral de acesso à direitos sociais.

Entretanto, pertinente à dimensão social do acontecimento aqui analisado, e revelando a relação entre a conjuntura e a estrutura, está a questão da desigualdade social-digital ainda existente no Brasil. Tal questão estrutural expressa relevância na conjuntura na medida em que o AE, após aprovado, foi implementado integralmente por meio digital, fazendo necessário que os beneficiários, aqui também identificados enquanto atores dessa conjuntura, utilizassem aparelhos celulares ou notebooks e tivessem acesso à sinal/rede de internet, para que assim pudessem ter acesso ao aplicativo gerenciado pela Caixa Econômica Federal, também identificada enquanto ator e recebesse o AE por uma conta bancária também digital.

O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação –



CETIC (2020) que monitora as tecnologias de informação no Brasil, em sua última pesquisa com dados de 2019 aponta que 28% dos domicílios não possuem acesso à internet, o que corresponde a 58 milhões de pessoas.

Neste sentido, a opção pela implementação, acesso e recebimento do AE exclusivamente como um serviço on-line, ou seja, integralmente através da internet, trouxe e traz preocupações em detrimento de que um número significativo, senão a maioria, dos indivíduos beneficiários compõe as classes de mais baixa renda, que justamente por este motivo, a falta de recursos, costumam apresentar maiores dificuldades quanto ao acesso à tecnologias como conexão à internet e aparelhos e dispositivos eletrônicos, fazendo parte da desigualdade social-digital.

A 2ª Edição da pesquisa TIC COVID-19, voltada à coleta de informações sobre o uso da internet para acesso à serviços públicos on-line durante a pandemia causada pelo Covid-19, indicou que 72% dos usuários de internet procuraram informações ou realizaram serviços públicos on-line relacionados a direitos do trabalhador ou previdência social, como o auxílio emergencial.

Neste sentido, a pesquisa também reafirma os altos índices de percentual de domicílios das regiões Norte e Nordeste que receberam o Auxílio Emergencial. Entretanto também indica que 68% dos usuários de internet da Região Norte tentaram receber o Auxílio Emergencial, tendo êxito no recebimento apenas 39%. Já na Região Nordeste, 59% dos usuários de internet tentaram receber o Auxílio, tendo êxito ao final, o percentual de 43% (Painel TIC COVID-19, 2020).

De uma perspectiva total da pesquisa, em relação aos usuários de internet abarcados pelo recorte em todo o Brasil, os motivos de não recebimento do Auxílio relacionados às barreiras tecnológicas foram: não conseguir usar o aplicativo da Caixa (12%), não ter espaço suficiente para baixar o aplicativo no celular (10%), não saber baixar aplicativos no celular (9%) e limitação da Internet (9%) (Painel TIC COVID-19, 2020).

Já a partir de uma análise por Região, observam-se os maiores índices relacionados às barreiras tecnológicas na Região Norte, onde 44% não possui aparelho celular, 53% relata dificuldades referentes à limitação de acesso à internet, e 44% indicam que não sabem baixar nem usar o aplicativo necessário para acesso ao Auxílio Emergencial (Painel TIC COVID-19, 2020).

Em detrimento desta debilidade tecnológica observada principalmente na Região Norte,



que também se classifica como umas das Regiões que apresentou os maiores índices de média de domicílios que receberam o Auxílio Emergencial, juntamente com a Região Nordeste, bem como que a partir da análise por estados de cada uma das Regiões, também se apresenta como a Região que abrange os dois estados, Amapá e Pará, com maior percentual de domicílios que receberam o Auxílio, depreende-se que não fossem as barreiras tecnológicas apresentadas, o número de beneficiários poderia ser muito maior, abrangendo mais domicílios e assim, garantindo renda e subsistência para um maior número de indivíduos em situação de vulnerabilidade decorrente dos desdobramentos econômicos e sociais da Pandemia.

Quando indicados os motivos de não recebimento do Auxílio Emergencial, a partir de uma perspectiva de classe, observamos que as classes mais baixas, D e E, que configuram-se como as que mais necessitam do Auxílio Emergencial neste momento, são também as que apresentam as maiores debilidades tecnológicas como motivos de não acesso e recebimento do Auxílio. Os motivos com maiores índices presentes nas classes D e E são respectivamente: não conseguir usar o aplicativo da Caixa; não ter espaço suficiente no aparelho celular para baixar o aplicativo da Caixa; e Limitação de acesso à internet (Painel TIC COVID-19, 2020).

Importante observar também a discrepância dos índices entre as classes A, B e C e as classes D e E, quando se trata de motivos ligados diretamente às barreiras tecnológicas para o recebimento do Auxílio Emergencial. Enquanto as classes D e E, que abrangem os indivíduos em situação de maior vulnerabilidade e que necessitam do Auxílio apresentam barreiras de acesso a este benefício emergencial, por conta das debilidade e carências tecnológicas próprias da indisponibilidade de recursos, as classes A, B e C, menos atingidas pela pandemia em questão de subsistência, possuem maior acesso tanto aos dispositivos como a própria internet.

Com isso, se depreende mais uma vez que, se houvessem Políticas Públicas voltadas ao desenvolvimento urbano-tecnológico e assim se garantisse o acesso à tecnologias de informação e comunicação às classes mais baixas, o acesso ao Auxílio Emergencial poderia ter sido maior nestas classes, garantindo-se assim a subsistência de um maior e expressivo número de indivíduos e famílias pertencentes a estas classes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pandemia da COVID-19 tornou-se uma crise sanitária, econômica, política e social em vários países. Neste contexto, revelou-se a centralidade dos Estados-nacionais e das políticas públicas para o enfrentamento à crise em termos de medidas de contenção e isolamento



social, medidas econômicas e sociais. A crise sanitária de amplitude global, que no caso do Brasil, expõe de forma contundente as desigualdades crônicas, estruturantes, sistêmicas e enraizadas em nossa sociedade como um todo, ao mesmo tempo, representadas pelos estados brasileiros com suas culturas, suas histórias, suas topografias, suas representações do espaço urbano, suas particularidades e seus maneiras de se fazer política.

Já o Auxílio Emergencial, dentro deste cenário, pode ser compreendido como uma importante medida de mitigação dos impactos que o isolamento social, tão necessário para o enfrentamento da disseminação do coronavírus, gerou principalmente sobre as questões de emprego e renda, levando-se em consideração o crescente do número de desemprego e a impossibilidade de realização do trabalho informal neste período.

Nesta análise, a partir da identificação dos atores, correlação de forças e articulação entre a conjuntura e a estrutura, bem como da interrelação entre as dimensões política, econômica e social da conjuntura atual, levando em consideração os dados da realidade concreta referente principalmente aos impactos econômicos e de garantia da subsistência das populações mais vulneráveis, o Auxílio Emergencial, enquanto Política de cunho social, possibilita a reafirmação de um necessário Estado Social e da necessidade de implementação de Políticas Sociais voltadas à garantia de uma renda de cidadania, visto que o AE, do modo como foi implementado, ainda que passível de críticas e de correções na forma de implementação, pode ser tido como um exemplo concreto dos resultados gerados não só para a garantia da vida dos beneficiários, mas também como meio de desenvolvimento econômico e social.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Recomendações**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020>, acesso em 10 de abr. de 2021.

BRASIL. Lei 13.982, de 2 de abril de 2020a. D.O.U de 02/04/2020, pág. n° 1.

BRASIL. Governo do Brasil. Cidadania e Assistência Social. **Auxílio Emergencial terá impacto de 2,5% no PIB brasileiro: segundo estudo da Universidade Federal de Pernambuco, as regiões Norte e Nordeste são as mais impactadas pelos recursos**. Publicado: 12 de agosto de 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/08/auxilio-emergencial-tera-impacto-de-2-5-no-pib>. Acesso em: 27 de abr. de 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Mandado de Injunção nº. 0089397-83.2020.1.00.0000**. Origem: DF- Distrito Federal. Relator: Min. Marco Aurélio. Redator do acórdão: Min. Gilmar Mendes. Brasília, 27 de abril de 2021. Disponível em:





<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5886456> Acesso em 29 de abr. de 2021.

CARVALHO, S. S. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: o que dizem os microdados da PNAD covid-19. **Carta de Conjuntura**, IPEA, Brasília, nº 48, p. 01-18, 3º trimestre de 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200702\\_cc\\_48\\_mercado\\_de\\_trabalho.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200702_cc_48_mercado_de_trabalho.pdf) Acesso em: 25 de abr. de 2021.

CARVALHO, S. S. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: o que dizem os microdados da PNAD covid-19 de novembro. **Carta de Conjuntura**, IPEA, Brasília, nº 50, p. 01-19, 1º trimestre de 2021. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10472/5/CC\\_50\\_mt\\_efeitos\\_da\\_pandemia.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10472/5/CC_50_mt_efeitos_da_pandemia.pdf) Acesso em: 25 de abr. de 2021.

CARDOSO, B. B. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1052-1063, 2020.

CETIC - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **Pesquisa por domicílios 2019**. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/>. Acesso em 26 de abr. de 2021.

DAVIS, M. **A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo**. In: DAVIS, M. et al. (Org.) *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2ypGd8A>> Acesso: 20 mar. 2021.

GARCIA, J.; GARCIA, N. F. **IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA GRADUAÇÃO**. Revista ECCOS, n.55. São Paulo-SP, 2020. IBGE. PNAD COVID 19. Brasília: IBGE, 2021. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>. Acesso em: 29 de abr. de 2021.

IBGE. **PNAD COVID 19**. Brasília: IBGE, 2021. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>. Acesso em: 29 de abr. de 2021.

MALTA, D. C.; *et al.* **A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020**. Revista Epidemia, Serviço e Saúde, n.29(4). Brasília-DF, 2020

MALTA, F. M. M. C. **Resenha do Livro: Como se faz análise de Conjuntura, de Herbert José de Souza**. Olhares Plurais – Revista Eletrônica Multidisciplinar, Vol. 2, Nº 15, Ano 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel Coronavírus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>, acesso em 30 de abr. de 2021.

PASSOS, R. G. **“A carne mais barata do mercado é a carne negra”**: saúde da população negra em tempos de COVID-19. In: MOREIRA, E. et al. (Org.) *Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais* – Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 155 p., 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2LN6yQY>> Acesso: 14 mar. 2021.

RAEDER, S. T. O. Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em políticas públicas**, v. 7, n. 13, p. 121-146, 2014.



ROSENBERG, C. **Explicando epidemias e outros estudos na história da medicina.** Nova York: Cambridge University Press, 1995.

SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura.** 34. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TEMÓTEO, A. **Governo não sabe de onde sairá dinheiro para pagar R\$ 600, diz Guedes.** **Economia** - UOL. 31/03/2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/31/governo-nao-sabe-de-onde-saira-dinheiro-para-pagar-r-600-diz-guedes.htm>, acessado em 29 de abr. de 2021.

PIOVESAN, E.; MORAES, G. **Câmara aprova auxílio de R\$ 600 para pessoas de baixa renda durante epidemia.** **TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA.** 26/03/2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/648863-camara-aprova-auxilio-de-r-600-para-pessoas-de-baixa-renda-durante-epidemia/>, acesso em 30 de abr. de 2020.



# CAPÍTULO 22

## COVID-19 E A FACE DO GENOCÍDIO DAS COMUNIDADES NEGRAS

**Elinton Fabio Romão**, Graduando em Geografia, Universidade Federal Fluminenses

### RESUMO

A atual pandemia de COVID-19 mostra o nível de precariedade social das populações negras urbanas, rurais e quilombolas levados pelo constante genocídio provocado pelo Estado brasileiro negar-lhes o direito de titulação das terras ocupadas e o pleno acesso à saúde, ambas as pautas garantidas pela constituição federal, conquistas essas por via de muita luta dos movimentos negros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Genocídio; Comunidades Negras; Racismo

### GENOCÍDIO NEGRO

O quadro atual da Pandemia global de COVID-19 em que o Brasil se aproxima de 140.000 mortes e 4.500.000 pessoas contaminadas, se apresenta mais uma vez as fronteiras raciais do genocídio (FLAUZINA, 2014), o estado brasileiro negando, mais uma vez, o direito de um grupos humanos de existir e que estes devem ser fisicamente e culturalmente preservados, o quadro de óbitos da pandemia e a não ação do poder público como a continuidade da política de genocídio da população negra via o não acesso a saúde.

A definição de genocídio continua a mesma da convenção das Nações Unidas de 1948, quando foram afastadas as discussões sobre genocídio cultural e entrou no artigo II da Convenção apenas a sua dimensão física que se se constitui o assassinato de membros do grupo: danos graves à integridade física ou mental de membros do grupo; submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial; medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; transferência forçada de menores do grupo para outro grupo.

Flauzina (2014) nos traz que o termo genocídio foi elaborado pelo advogado Rafael Lemkin ao analisar as formas de dominação da Alemanha nazista, e que a sua chave de análise está ligada a tradição filosófica que se dedicou aos estudos sobre a moralidade da colonização europeia desde o século XV. Essa colonização, que entendemos no nosso trabalho como invasão, onde se fundou a lógica de desenvolvimento dos estados europeus que tinha suas bases



fundadas na colonização/exploração das Américas com a eliminação das populações nativas e no seqüestro de mais de 24 milhões de pessoas escravizadas no continente africano dos quais 3.600.000 desembarcaram em portos brasileiros durante os 350 anos em que o sistema perdurou (GOMES, 2019).

Mesmo pós abolição da escravatura em 1888 continuam relegadas a sistemas de subcidadanias e classificações sociais, se ora era eles eram o sem alma, passaram pelo inumano, e pós abolição seriam os inaptos ao trabalho livre, sempre submetidos ao controle jurídico de seus corpos pelo estado por meio da adoção de leis que proibiam a capoeira, o samba, o curandeirismo, tudo que remetesse ao ser negro, tudo que remetesse a África sendo posto na ilegalidade

Um processo de continuação das definições do Conselho Ultramarino português ao se referir sobre os quilombos ao Rei de Portugal, em 1740, como sendo "toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele", essa visão da lei é extremamente vaga, assim como as da "capoeiragem", que não definia exatamente o que era um capoeira, ou a do samba, o que era um sambista, a do curandeirismo, a da vadiagem. Ou mesmo as leis mais atuais, lei de tráfico de drogas e de terrorismo que ao serem vagas deixam os corpos negros sempre a mercê da interpretação de um agente da lei, na maioria das vezes um policial em um beco escuro, os atuais capitães do mato, que tem poder de vida e de morte, de prisão ou de soltura sobre esses corpos negros. Se antes os corpos a serem controlados eram dos escravos do eito, da mina, de ganho, hoje são os camelôs, flanelinhas, empregadas domésticas e porteiros, como diz a música de Marcelo Yuka "todo camburão tem um pouco de navio negreiro".

## **COMUNIDADES NEGRAS RURAIS E QUILOMBOLAS**

O estado que nos elimina é o estado que estabelece os marcos da legalidade e apenas na constituição de 1988 se teve de fato reconhecida a cidadania para toda a população brasileira e na constituição também se estipulava que as terras ocupadas pelos remanescentes de quilombolas deveriam obter seus títulos emitidos pelo Estado, passados 32 anos, apenas 124 comunidades receberam títulos definitivos (INCRA, 2020) em um universo de 3.212 comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares FCP, 2020) e de 1.715 processos abertos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esses dois órgãos estatais são os responsáveis pelo processo administrativo segundo o decreto presidencial





estabelecido 15 anos após a constituição federal, em 2003, esse lapso temporal sem qualquer tipo de regulamentação é um demonstrativo por si só do empenho do governo para o não cumprimento do artigo 68 da Constituição Federal e do reconhecimento estatal das comunidades quilombolas.

A Fundação Cultural Palmares – FCP é uma organização governamental vinculada ao Ministério da Cultura criada no ano de 1988, fruto das pressões dos movimentos negros, que tem como objetivo promover e preservar os valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. É, também, desde o ano de 2003 e através do Decreto nº 4.887, a entidade responsável pela certificação de comunidades quilombolas, reconhecendo seus direitos e dando acesso aos programas sociais do Governo Federal.

Uma vez na posse da certificação de reconhecimento a comunidade, para seguir o processo de titulação, deve dar entrada em um processo no INCRA. A primeira parte do processo é a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que visa, especialmente, reconhecer os limites da terra quilombola. O RTID é um documento público, extremamente burocrático que pode levar décadas para ser finalizado, que assim que finalizado deve ser publicizado, e que pode ser questionado pelas partes envolvidas; geralmente questionado por fazendeiros e/ou grileiros. Caso as partes não cheguem a um acordo sobre o processo a questão pode ser judicializada e o processo retornar a etapa inicial para ser refeito.

Neste processo de negociação muitas comunidades que estão pressionadas, em situação de conflito com risco sofrer a expulsão seu território ou mesmo perder a vida, as comunidades acabam aceitando acordos, onde em geral, perdem parte das terras para os grileiros e/ou fazendeiros. A pressão exercida pelos órgãos governamentais e os interesses de grupos políticos e empresários têm grande peso na tomada de decisões por parte do INCRA.

Após a publicação do RTID, há a publicação de portaria de reconhecimento no Diário Oficial da União, reconhecendo os limites do quilombo e finalizando a fase de identificação. Por fim, é expedido o decreto de desapropriação, em se tratando de terras que possuem imóveis privados. Este passo, em específico, habitualmente traz grandes problemas aos quilombolas, sendo, então, um processo de desintrusão, retirada de pessoas que invadiram o território, é um processo lento e de muita divergência, causando inúmeros conflitos que refletem na morte de tantos quilombolas. Desapropriada a terra, é, enfim, titulada.



Além das questões referentes à própria função desses órgãos, tendo em vista que cabe a Fundação Cultural Palmares certificar essas comunidades, processo que tem sua centralidade na produção de um laudo antropológico prática que desrespeita o princípio da auto-atribuição estabelecido pela constituição de 1988 e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1989. Com os sucessivos cortes orçamentários que tais órgãos vêm sofrendo nos últimos anos, em 2010 eram previstos R\$64,2 milhões (MPF, 2018) para a titulação de terras quilombolas e em 2020 eram R\$3,2 milhões (INESC, 2020).

O atual presidente que em campanha disse que em seu governo não haveria um palmo de terra para comunidades quilombolas. O levantamento realizado pela Organização Não Governamental Terra de Direitos no ano de 2019, chegou a conclusão de que com o orçamento destinado a demarcação de terra quilombolas no ano anterior (2018), que foi de apenas R\$956 mil, e caso se mantenha o atual ritmo de titulação se levaria mais de mil anos para se reconhecer todas as comunidades.

O não reconhecimento das comunidades quilombolas as coloca em uma situação de fragilidade frente a conflitos fundiários e no pleito de acesso a políticas públicas. Concordamos que na formação sócio-espacial brasileira e nas relações estabelecidas pelo Estado com as comunidades tradicionais que “distribuir terra é distribuir poder tanto econômico quanto político” (GASSEN, 1994. p.21), e o reconhecimento jurídico-social-político dado aos proprietários é quase que inadmissível para os membros tradicionais da classe política, reconhecer a autonomia desses povos. Para esta classe dominante, esses povos devem estar sempre na condição de mão-de-obra superexplorada.

O programa Brasil Quilombola foi à única agenda pensada para prover tratamento digno às comunidades atuando dentro do Plano de Base Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), tendo quatro objetivos principais: 1) Acesso a Terra; 2) Infraestrutura e Qualidade de Vida; 3) Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; e 4) Direitos e Cidadania. Esse programa deveria atuar junto aos ministérios para facilitar o acesso das comunidades a programas de governo como o Luz Para Todos, Bolsa Família, construção de cisternas d’água, Médico de Família (MDH, 2018). O programa embora se apresentasse como política de Estado se mostrou apenas política de governo não apresentando continuidade nos governos subsequentes, como já demonstramos, nos sucessivos cortes de recursos financeiros para titular terras.



O não cumprimento pelo Programa Brasil Quilombola do segundo objetivo Infraestrutura e Qualidade de Vida e do quarto objetivo Direitos e Cidadania se mostra na fragilidade do acesso ao sistema de saúde pela população diante da atual pandemia e a manutenção do descumprimento da Constituição Federal de 1988, que em seu Artigo 196 coloca que: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

## **TRABALHO E CONDIÇÃO DE VIDA**

Se no início da pandemia, o vírus importado ao Brasil por turistas que retornavam de suas férias na Europa e na Ásia, o primeiro caso um turista que retornava da Itália no final de fevereiro e até cinco de março 54,8% dos casos eram de turistas que voltavam da Itália; 9,3% voltavam da China e 8,3% da França. A pandemia e se mostrava uma prioridade global como uma doença que atingiria por igual toda a população (BIERNATH, 2020).

Embora desde o início os dados de óbito da doença mostrassem o claro recorte de classe nas relações sociais do Brasil, que sendo as primeiras vítimas fatais um porteiro (16/03) uma empregada doméstica (17/03) (MELO, 2020). O caso da empregada doméstica é um caso emblemático para nossa análise. A mais velha em uma família de nove irmãos, trabalhou desde cedo para o sustento da família e acabou contaminada pela patroa que havia retornado da Itália e aguardava o resultado do exame de COVID-19, que recebeu com resultado positivo justo no dia do enterro da empregada doméstica. Aos dez anos a empregada trabalhava no local e quando apresentou os sintomas a patroa entrou em contato com a família para que fossem buscá-la e a enviou para casa em um taxi. A empregada tinha 63 anos, tinha diversos problemas de saúde e pegava três conduções, percorria 120 km para ir da sua casa em Miguel Pereira, região Sul Fluminense, e chegar ao apartamento da patroa no Alto Leblon, uma das áreas mais nobres da zona sul carioca com o metro quadrado mais caro do país (MELO, 2020).

Desde o início da pandemia o governo já havia estabelecido o marco de quais políticas para quais sujeitos ao priorizar, no mês de março, a liberação de 10 bilhões de reais para os planos de saúde em detrimento de reforçar a estrutura do sistema de saúde universal e gratuito (o Sistema Único de Saúde - SUS) que atende a maior parcela da população, em torno de 162 milhões ou aproximadamente 77% do total, e destes 68% são de negros (GUIMARÃES, 2020). A população branca tem duas vezes mais acesso aos planos de saúde (31,3%) que a população



negra (15,2%), lembrando que 56% da população brasileira é composta de pessoas negras e pardas, os planos de saúde detêm 56% dos leitos de Unidade de Tratamento Intensivo para atender 23% da população que têm plano de saúde podem e devem, se assim desejarem, ser atendidas pelo sistema público, e historicamente o procuram em processos de maior complexidade que não são cobertos pelo plano e/ou para fugir dos altos custos financeiros (GUIMARÃES, 2020).

Então fica claro que ao favorecer os planos de saúde o governo está determinando quais vidas lhe são prioritárias, assim como no fim do século XIX quando a recém fundada República concentrou esforços em combater a febre amarela que vitimava pessoas brancas, principalmente migrantes europeus, enquanto a doença que realmente assolava a população, e vítima até hoje as pessoas negras é a tuberculose (CHALHOUB, 2017) que não teve, e não tem, o mesmo empenho no combate, o Estado demarca mais uma vez a constituição política e econômica da zona do não ser (OLIVEIRA, 2019).

Quando pensamos na situação das populações superexploradas, o campesinato ou aqueles que já foram expulsos da terra e vivem nas favelas urbanas, a não testagem em massa da população como orientado pela Organização Mundial da Saúde, nunca soubemos o número real de pessoas contaminadas e já que como demonstrado pelo COVID-19 Brasil, grupo de pesquisadores de mais de dez universidades brasileiras, só são testados os pacientes de casos graves da doença que chegam a ser tratados em hospitais, segundo o grupo de pesquisa baseando-se no número de óbitos, que para a COVID-19 fica em torno de 5,8% dos contaminados, o número real de contaminados no Brasil tem pode ser de 14 vezes os números oficiais, levando em consideração às mortes oficiais atribuídas a pandemia, uma vez que o próprio grupo de pesquisas chama atenção para a subnotificação das mortes e como isso o impacto no direcionamento de políticas públicas de saúde (ALVES, et al, 2020)

A única tratativa adotada pelo governo brasileiro foi o isolamento social que é completamente impossível para esses corpos negros que foram classificados como inaptos para o trabalho livre e sofreram todas as conseqüências da pauperização decorrente da exclusão do mercado de trabalho (FERNANDES, 2008) e vivem do trabalho informal e do subemprego, com rendas diárias ou semanais. Esse ponto nos remete ao trabalho de Fanon (1968), quando pensamos nesses condenados da terra, que no caso brasileiro a população expulsa do campo que se aglomera nas favelas urbanas e/ou aqueles que permanecem no meio rural em situação de extrema pobreza.





Fanon também nos ajuda a pensar quando nos traz a dicotomia entre a cidade do colono e a cidade do colonizado. A cidade do colono é a cidade da satisfação e que a cidade do colonizado é a cidade da falta, da carência, que ali se morre não se sabe como, não se sabe por que, sendo uma chave de análise interessante para pensar as favelas cariocas principalmente diante da COVID-19 e dos casos de subnotificação das mortes corroborado pelos dados trazidos pelos médicos e enfermeiros da Clínica da Família Zilda Arns, localizada no Complexo de Favelas do Alemão, que de maneira autônoma computam os dados de atendimento desde o início da pandemia e chegam ao mês de setembro (dia 28) com 2.436 casos suspeitos, já que não se dispõem de testes para as pessoas, 74 casos e 24 óbitos foram de fato atribuídos a COVID-19 e registraram 6 óbitos suspeitos. Mesmo se avaliando que a COVID-19 evolui em apenas em 14% dos casos para casos graves, e 5% para casos críticos (UNIMED, 2020) esse número diante do total de casos suspeitos deveria ser de aproximadamente 124. Ou seja, a não computação dos casos de maneira estruturada pelo Estado coloca vidas negras em risco.

Recorremos às análises de Butler quando trata da conquista dos corpos que importam, que no nosso caso, corpos brancos, classe média, que se viram prontamente atendidos pelo Estado, em oposição as vidas enlutadas que mais uma vez terão que reinventar suas sociabilidades nas margens do sistema:

[...] Esses sistemas reguladores não são estruturas atemporais, mas critérios de inteligibilidade historicamente revisáveis que produzem e conquistam os corpos que importam. (BUTLER, 2019. p 37).

Buttler continua:

Que desafio o domínio dos excluídos e dos abjetos produz a uma hegemonia simbólica que força rearticular radicalmente aquilo que determina quais corpos importam [matter], quais modos de vida contam como vida, quais vidas vale a pena proteger e salvar, que vidas merecem ser enlutadas? (BUTLER, 2019. p 41).

Essas margens do sistema, espaços de exclusão estatal são reinventados e se transformam em espaços de luta e resistência pelos subalternizados, toda uma gama de movimentos individuais ou coletivos que se articulam diante das dificuldades, no momento atual, acentuadas pela pandemia.

Ressurgem antigos movimentos, para dar conta de pautas que voltam à cena, algumas que pareciam há muito tempo superadas, é só lembrar que em 2003 quando chegou à presidência um governo dito de esquerda. O programa prioritário desse governo era o Fome Zero, que deveria erradicar a fome, pois como dizia o sociólogo Betinho, um ícone na luta contra a fome fundador do Ação da Cidadania na década de 90, “quando um indivíduo chega ao ponto de passar fome é porque tudo mais já lhe foi negado”.




Nos últimos anos já vinha se detectando no país o aumento da parcela da população em situação de insegurança alimentar, entendemos no nosso trabalho que tal fato é relacionado além da queda do preço das commodities que ocorre desde 2011, com a guinada para a direita da política nacional desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Essa guinada provocou o aumento das ofensivas neoliberais principalmente sobre os trabalhadores com a justificativa de modernizar a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com a conseqüente diminuição dos custos dos empresários, empregadores, com mão-de-obra e que o dinheiro economizado seria reinvestido na economia gerando mais postos de trabalho e crescimento econômico. Foram aprovadas medidas como a lei 13.429 de 2017 conhecida como Lei da Terceirização, que regulamentava/permitia a terceirização da atividade fim; A Lei 13.467 que permitiu a livre negociação entre patrões e empregados e a flexibilização das leis trabalhistas. É do ano de 2016 a Emenda Constitucional 95/2016 que congela os gastos públicos pelos próximos vinte anos, política que tem um forte impacto nos investimentos em educação e saúde.

O resultado foi o aumento da precarização das relações de trabalho que para nossa análise vai além dos dados de desemprego, que embora tais políticas prometessem que com a desoneração dos patrões esse dinheiro economizado por eles seria reinvestido gerando mais postos de trabalho, fato que não ocorreu o desemprego em 2016 era de 11,6% e em 2018 ficou em 12,6% (IBGE, 2020).

Essa instabilidade em relação ao vínculo trabalhista tem se mostra no quadro de insegurança alimentar que afeta mais a população negra que tem média de rendimento médio domiciliar de R\$934 enquanto as famílias brancas apresentam o dobro de rendimento R\$1.846 (IBGE, 2019). Entre 2014-2016 eram 37,5 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar, e entre 2017-2019 eram 43,1 milhões passou de 18,3% para 20,6% da população brasileira (FAO, 2020). Sendo o não acesso ao alimento o melhor exemplo da completa catástrofe social. Esses movimentos sociais surgidos em meio à pandemia, as “vaquinhas” para a arrecadação de fundos para compra de material de higiene e saúde, e/ou a doação de alimentos nas favelas e bairros periféricos, distribuição de panfletos, faixas e placas informativos. Toda uma nova rede de solidariedade que formam um novo quadro de tensionamento político, que nós entendemos como o movimento dos corpos que não aceitam o espaço subalternizado que foi determinado para eles pelas classes dominantes (PORTO-GONÇALVES,2001).

Todo movimento social se configura a partir daqueles que rompem a inércia e se movem, ou seja, mudam de lugar, recusam o lugar ao qual historicamente estavam



inscritos dentro de uma determinada organização social, e procuram ampliar os espaços de expressão que, como já nos alertou Michel Foucault, tem fortes implicações de ordem política.” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 81)

## COMBINAMOS DE NÃO MORRER

Nas descobertas do combinar não morrer, ou seja, os subalternizados, os corpos negros continuaram vivos, recorreremos em nosso trabalho às descobertas de Darcy Ribeiro ao desmitificar as obviedades que guiam a sociedade brasileira, pois se é obvio geralmente não solicita que reflitamos sobre o fato, onde o autor nos traz:

Descobrimos também, com susto, à luz dessa nova obviedade, que realmente não há país construído mais racionalmente por uma classe dominante do que o nosso. Nem há sociedade que corresponda tão precisado o interesse de sua classe dominante como o Brasil.” (RIBEIRO, 1986. p.3).

O autor continua suas descobertas e nos mostra que:

Assim é que, desde então, lamentavelmente, já não há como negar dois fatos que ficaram ululantemente óbvios. Primeiro, que não é nas qualidades ou defeitos do povo que está a razão do nosso atraso, mas nas características de nossas classes dominantes, no seu setor dirigente e, inclusive, no seu segmento intelectual. Segundo, que nossa velha classe tem sido altamente capaz na formulação e na execução de projeto de sociedade que melhor corresponde a seus interesses. Só que este projeto para ser implantado e mantido precisa de um povo faminto, chucro e feio. (RIBEIRO, 1986, p.3)

Por isso não causa nenhuma comoção nessas terras de um povo que precisa ser faminto, chucro e feio o atual presidente dizer: “Alguns vão morrer? Vão morrer. Lamento, lamento. Essa é a vida, essa é a realidade. Não podemos parar a fábrica de automóveis porque tem 60 mil trânsitos no ano.” (O GLOBO, 2020) Lembramos apenas que todo ato público de um presidente se constitui em ato público de uma instituição e representa com isso uma demarcação, uma legitimação, que visa projetar uma imagem Estada, de país, de governo. (BOURDIEU, 2004)

Para o entendimento geográfico das comunidades negras e quilombolas o conceito de sociabilidade nos parece o mais adequado “sociabilidade é um conceito da sociedade humana vista como um contexto relacional global que integra a esfera inorgânica, a esfera orgânica e a esfera social num todo societário articulado pelo trabalho.” (MOREIRA, 2005, p. 96). Para a articulação dessas outras formas de sociabilidades é emblemático o Primeiro Encontro de Comunidades Negras Rurais Quilombolas em 1995, quando se tinha a noção da existência de aproximadamente quatrocentas e doze comunidades, nesse evento foi criada uma Comissão Nacional que tinha por objetivo de mobilizar as comunidades, aproveitando que alguns grupos de comunidades e estados já estavam organizados em associações regionais com um histórico de lutas pelo território.



No ano de 1996 foi realizado um evento de avaliação da Comissão Nacional, nesse encontro é fundada a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas (CONAQ) levando o movimento quilombola a uma escala nacional como movimento político organizado, com maior poder de pressão e negociação junto aos poderes públicos principalmente no tocante ao reconhecimento do território, manutenção e desenvolvimento das formas culturais e o acesso a políticas públicas. Diante da atual pandemia e do descaso do governo a CONAQ acabou por ter que assumir a produção de dados sobre a disseminação da COVID-19 e os casos de óbitos, e registra até 24 de setembro 4.590 casos confirmados e 166 óbitos atribuídos a pandemia.

A não produção de dados sobre raça das vítimas da COVID-19 corroborada pelo ministério da saúde, que frente as solicitações de pesquisadores e meios de comunicação sobre os dados de raça/cor frente a grande aumento de pessoas negras vítimas da pandemia colocou que: “não há estudos técnicos ou científicos que apontem raça como fator de risco para a doença”. Mas o próprio Ministério da Saúde tem dados e estudos técnicos, produzidos pelo Plano Nacional de Saúde (PNS) que mostram que a população negra apresenta maiores índices de hipertensão (44,2%) e diabetes (12,7%) que população branca (22,1% e 6,2 respectivamente) (BRASIL, 2017) doenças que vulnerabilizam ainda mais as pessoas negras na atual pandemia.

Os dados com raça/cor só foram inserido no Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde divulgado em 26 de abril. Em levantamento sobre os dados presentes no boletim realizado pela agência de notícias Pública se verificou que em apenas duas semanas, de 11 a 23 e abril, o número de negros mortos quintuplicou passou de 180 para 930 e o número de negros hospitalizados subiu 5,5 vezes enquanto o de brancos foi de três vezes. Sendo que um em cada três negros hospitalizados vem a óbito enquanto entre os brancos é de um em cada 4,4 internações e que nos bairros de menor Índice de Desenvolvimento Humano as taxas de mortalidade são maiores (PÚBLICA, 2020).

A histórica falta de produção de dados sobre a maior parcela da população brasileira sendo a população negra homogeneizada nos Censos na categoria pretos e as populações indígenas que só passaram a ter uma categoria a partir do Censo de 1991, as comunidades quilombolas teriam um Censo realizado em 2020, que foi cancelado. Mas como diria certa máxima das ciências sociais: a falta de dado já é um dado. Os grupos sociais que não estão nos dados estão invisibilizados e logo não conseguem mobilizar políticas públicas, suas áreas de moradia permanecem como vazias, áreas de ausência e precarização.





Os dados do último Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, produzido no período de 20 à 26/09, sobre os óbitos provocados pela pandemia, demonstra que a cor parda (51.042; 36,8%) a mais freqüente, seguida da branca (45.233; 32,6%), preta (7.617; 5,5%), amarela (1.597; 1,1%) e indígena (563; 0,4%) (BRASIL, 2020). Quando somados todas as categorias de cor ficam faltando 23,6% que estão nas categorias ignorados e sem informação.

## CONCLUSÃO

Para nós da geografia interessa como as relações de poder historicamente construídas vão desenhando espacialidades no tecido urbano e no rural, de como são produzidos intencionalmente idéias de vazios demográficos e o mito dos imigrantes. Essa população de ignorados e sem informação, condenados da terra, moradores da cidade do colonizado, habitantes da zona do não ser, vidas constantemente marcadas e remarcadas como enlutadas. Em nossa análise identificamos que a não continuidade do Programa Brasil Quilombola e do Plano Nacional de Saúde Integral da População Negra e que mesmo diante de uma pandemia global a não discrição de verbas para programas que atendam as comunidades quilombolas no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 (INESC, 2020), com as comunidades tendo que recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir políticas de saúde e de acesso a alimentação (STF, 2020).

No contexto urbano acrescentamos a necessita de dos movimentos sociais de favelas de recorrer ao STF, que deu decisão favorável aos movimentos na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 que limita as operações policiais em favelas a situações absolutamente excepcionais, para que estas não atrapalhassem o acesso a serviços médicos e ajuda humanitária (MPRJ, 2020).

A necessidade de recorrer ao STF, à última instância jurídica e de negociação em um Estado democrático, mostra a total falta de diálogo e de interesse dos governos nas pautas que atingem a população negra sendo para nós a concretude da perpetuação do ato/processo de genocídio da população negra.

Quando o presente trabalho começou a ser redigido, no final do mês de setembro, o Brasil se aproximava de 139.000 mortes pela Covid-19 (VALENTE e CRUZ, 2020) no meio de uma política reabertura das atividades econômicas, discutindo o que seria “o novo normal”. Chegamos ao final do texto no em 12 de outubro de 2020, para apresentá-lo na Semana de Geografia, três semanas depois do início do texto, passamos para mais de 150.000 mortes



(JUCA e OLIVEIRA, 2020), sendo dois terços delas registradas nos últimos dois meses, e a economia em contínuo processo de reabertura, sem que uma política nacional fosse instaurada para o controle da pandemia.

Voltar ao mesmo texto nos dias finais do mês de julho de 2021, para enviá-lo para a publicação do presente livro, quando no cenário nacional passamos de 20 milhões de casos de COVID-19 e mais de 553.000 mortes (COVIDSAÚDE, 2020) em meio às incertezas das campanhas de vacinação, e as pesquisas começam a se debruçar sobre o a precariedade do dado raça/cor, com estados com Rio de Janeiro e Ceará preenchendo apenas 67% dos casos, no Distrito Federal apenas 57%, a média nacional é de 80%, quando o ideal seria o preenchimento de 90%<sup>15</sup>. A não produção de dados impacta diretamente na manutenção do direcionamento das políticas públicas, que podem legitimar e perpetuar sistemas de opressão e invisibilização.

Se no início da pandemia achávamos que haveria um aprendizado e que como sociedade, teríamos condições de sair mais fortes, com uma revisão renovada das relações sociais e ambientais que nos levaram a tal estado de caos e a construção de agendas com a possibilidade de construção de novas relações. Chegamos a esse fim de julho de 2021, em meio ao início das articulações políticas para as eleições do ano que vem, com a volta das operações policiais em favelas, acirramento dos discursos de ódio e de criminalização dos mais pobres; logo, parece que nada aprendemos, e vamos ficar a espera da próxima vez que a natureza nos fizer parar novamente.


## REFERÊNCIAS

ALVES, Domingues et al. Estimativas de caso de COVID. **FMRP/USP**, São Paulo: Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19-subnotificacao/> . acesso em: 08/10/2020

ARAÚJO, Edna Maria de. A invisibilidade do racismo nos casos da COVID-19. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 20 de julho de 2021. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/colunas/desigualdades/2021/07/a-invisibilidade-do-racismo-nos-dados-da-covid-19.shtml?pwgt=181kffiqe8g4s0z99x3tud4dbt45ubqjveqrfxz15ugjqbya&utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwagift](https://www1.folha.uol.com.br/colunas/desigualdades/2021/07/a-invisibilidade-do-racismo-nos-dados-da-covid-19.shtml?pwgt=181kffiqe8g4s0z99x3tud4dbt45ubqjveqrfxz15ugjqbya&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift). Acesso em 29/07/2021

ARÁUJO, D. Inscrição espacial do racismo e do antirracismo: A 'Pequena África' como forma espacial de descolonização da área central portuária do Rio de Janeiro. **XII ENANPEGE**, 2019

BIERNATH, André. Estudo Revela as portas de entrada do coronavírus no Brasil. **VEJA**. São Paulo, 15 de abril de 2020. Saúde. Disponível em : <https://saude.abril.com.br/medicina/estudo-revela-as-portas-de-entrada-do-coronavirus-no-brasil/>. acesso em: 29/07/2021



BOURDIEU, P. A Delegação e o Fetichismo Político. In. Coisas ditas. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2004, p. 188-206.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao)>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico Especial 33. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Indicadores de vigilância em saúde descritos segundo a variável raça/cor, Brasil. Boletim Epidemiológico, Brasília, v. 48, n. 4, p. 1-35, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde Integral da População Negra. 3º Ed. Brasília, 2017.

Brasil. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 6. Reconhecimento de direitos territoriais de comunidades quilombolas / 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais; coordenação Maria Luiza Grabner. – Brasília: MPF, 2018.

BUTLER, J. **Corpos que importam**. Crocodilo e N1 edições. São Paulo, 2019.

CLÍNICA DA FAMÍLIA ZILDA ARNS (Rio de Janeiro). Painel de monitoramento Covid-19. Disponível em: <<https://datastudio.google.com/u/0/reporting/dd7abf2f-420c-4d9b-89c2-f4eda31c58ef/page/NcvMB>>. Acesso em: 12 out de 2020.

CHALHOUB, S. **Cidade Febril**. 2º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Coronavirus Brasil. Dados de casos e mortes da Covid 19. **COVID SAÚDE**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> acesso em : 29/07/2020

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira

FERNANDES, F.A **integração do negro na sociedade de classes**. 5º Ed. São Paulo, SP: Editora Globo, 2008.

FAO. World Food and Agriculture – Statistical pocketbook 2019. Rome. 2019.

FLAUZINA, A. L. P. As fronteiras raciais do genocídio. Direito.UnB - **Revista de Direito da Universidade de Brasília**, v. 1, n. 1, p. 119-146, 1 jan. 2014.

GOMES, L. **Escravidão**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2019

GONÇALVES, C.W. P. **Amazônia, Amazônias**. 1º Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

GUIMARÃES, C. Especialistas analisam a disponibilidade de leitos no país e discutem possibilidades. **EPSJV/FIOCRUZ**, 08/05/2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/especialistas-analisam-disponibilidade-de-leitos-no-pais-e-discutem-possibilidades> . Acessado em: 15, setembro de 2020

INESC. Nota Técnica Orçamento Público voltado para as comunidades quilombolas no contexto da pandemia Covid-19. Disponível em:<https://www.inesc.org.br/wp>



[content/uploads/2020/09/NT\\_Orçamento-Quilombolas\\_SET2020.pdf](#) . Acesso em: 11 de out 2020

**IBGE.** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>>. Acesso em: 12 de out 2020. [ Links ]

JUCA, Beatriz; OLIVEIRA, JOANA. .Brasil não detém COVID-19 e chega a 150.000 mortes um terço delas registrada em dois meses. **El País**. São Paulo: 10 de outubro de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-10/brasil-nao-detem-covid-19-e-chega-a-150000-mortes-um-terco-delas-registradas-em-dois-meses.html>. acesso em 29/07/2021

MAIA, Gustavo; GULLINO, Daniel. Sem provas Bolsonaro questiona número de mortes. **O Globo**, Brasília: 27 de maio de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/sem-provas-bolsonaro-questiona-numero-de-mortos-por-covid-19-fala-em-fraude-para-uso-politico-24333952> . Acesso em: 08/10/2020

MELO, Maria Luiza de. Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa. **UOL**, Rio de Janeiro, 19 de março de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>. Acesso em: 29/07/2021

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO.** ADPF 635. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.mprj.mp.br/adpf-635>. Acesso em: 29/07/2021.

MOREIRA, R. Sociabilidade e Espaço. **AGRÁRIA**, São Paulo, Nº 2, pp. 93-108, 2005

MUNIZ, Bianca; FONSECA, Bruno; PINA Rute. Em duas semanas, número de negros mortos por coronavírus é cinco vezes maior no Brasil. **Agência Pública**, 06 de maio de 2020. Disponível em: : <https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil> . Acesso em : 08/10/2020

RIBEIRO, D. **Sobre o óbvio**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1986

**STF. Jus.** Quilombolas e partidos pedem providências para combate à COVID-19 nas comunidades. **STF.jus.** Disponível em:<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=451577>. Acesso em 09/10/2020

**UNIMED.** Coronavírus perguntas e respostas. Rio de Janeiro, 11 de março de 2020. Disponível em: <https://www.unimed.coop.br/viver-bem/saude-em-pauta/coronavirus-e-covid-19-perguntas-e-respostas> . Acesso em 09/10/2020

VALENTE, Jonas; CRUZ, Elaine Patrícia. Brasil tem 139 mil mortes e 4,65 milhões de casos acumulados. **Agencia Brasil**. Brasília: 24 de setembro de 2020, Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-09/covid-19-brasil-tem-139-mil-mortes-e-465-milhoes-de-casos-acumulados>. Acesso em: 29/07/2021

ZIGONI, C. Nota Técnica orçamento público voltado para comunidades quilombolas no contexto da pandemia de COVID-19, **INESC 2020**





# CAPÍTULO 23

DOI: 10.47402/ed.ep.c202174118561

## PSICODERMATOSES EM ESTUDANTES DE MEDICINA DO ESTADO DO PARÁ DURANTE O PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL DA COVID-19

**Isabela Rodrigues Pires Ferreira**, Graduanda em Medicina, UFPA  
**Giovanna Vieira Costa**, Graduanda em Medicina, UFPA  
**Larissa Dacier Lobato Comesanha**, Graduanda em Medicina, UFPA  
**Larissa Patricia Lima da Conceição**, Graduanda em Medicina, UFPA  
**Nicole Moraes Dillon**, Graduanda em Medicina, UFPA  
**Wadilla Fiuza da Silva**, Graduanda em Medicina, UFPA  
**Wanda Maria de França Pires**, Graduanda em Medicina, UFPA  
**Carla Andréa Avelar Pires**, Doutora em Medicina, UFPA e Professora adjunto IV, UFPA

### RESUMO

**Introdução:** A pele é um órgão cujas funções ultrapassam a ideia exclusiva de barreira mecânica, agindo também como órgão de comunicação e percepção de sensações e emoções. Desse modo, a pele e mente estão intimamente relacionadas, por meio das enfermidades com complicações psicodermatológicas. Nesse sentido, a pandemia do SARS-CoV-2, causador da COVID-19, introduz a prática do distanciamento social como uma das principais estratégias de combate ao vírus. Todavia, esse processo demonstra ter agravado ou causado alguns problemas relacionados à qualidade de vida da população, os quais podem exacerbar e/ou contribuir com o surgimento de patologias cutâneas. Tais fatores demonstram que a abordagem desse paciente deve considerar fatores emocionais e atuação médica interdisciplinar. **Objetivos:** Traçar o perfil sócio epidemiológico dos estudantes do curso de medicina no Estado do Pará, acometidos por psicodermatoses no período do isolamento social causado pela pandemia de COVID-19. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal analítico observacional, com estudantes de medicina de universidades públicas e privadas do Estado do Pará, no qual foi aplicado um questionário de 10 questões sobre hábitos de vida, associando fatores que possam ter contribuído para o agravamento ou surgimento de psicodermatoses no período de quarentena da COVID-19. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética. **Resultados:** Considerando apenas os estudantes que apresentaram sintomatologia referente às psicodermatoses, foi observada maior frequência no momento anterior à pandemia (32,08%). Considerando os dois momentos, não houve diferenciação do número de ocorrências quanto ao sexo, faixa etária e semestre cursado. Houve diagnóstico clínico da psicodermatose predominante apenas no momento anterior à pandemia (77,65%), com diminuição do diagnóstico clínico durante o período de isolamento social (46,94%). Não houve diferença entre a frequência de diagnósticos clínicos nos dois momentos. Dentre as características que pudessem apresentar maior risco de desenvolvimento de psicodermatoses, grande parcela dos alunos apresentaram hábitos de vida adequados à melhor qualidade de vida, como frequência de auto-cuidados com a pele, ausências de etilismo e tabagismo e prática de exercícios físicos em pelo menos das vezes na semana ( $p > 0.05$  em todos os casos). Contudo, a dieta equilibrada não se mostrou como fator predominante dentre os alunos. Também não houve diferenciação nas frequências observadas dentre os dois momentos. Em ambos os momentos houve piora do quadro em presença de sintomas de alteração de humor, com destaque para casos de ansiedade, insônia e fúria.



**Conclusão:** O acometimento de psicodermatoses em estudantes de Medicina durante o período de isolamento social possui relação com as situações psicossociais que envolveram esse estudante durante a pandemia. Desse modo, a adaptação da rotina, e a instituição de hábitos mais saudáveis e de autocuidado da pele são medidas que fomentam melhorias no prognóstico do paciente quando associados com a avaliação psíquica e dermatológica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicodermatoses. Covid-19. Estudantes de Medicina.

## INTRODUÇÃO

A pele é um órgão cujas funções ultrapassam a ideia de um órgão unicamente de barreira mecânica. Ela também age como um órgão de comunicação e percepção de sensações e emoções (MÜLLER, 2001).

Nesse contexto, deve-se considerar que pele e mente estão intimamente relacionadas. Então, as enfermidades psicodermatológicas são condições em que se observam tal interação (HOFFMANN et al., 2005). Sendo assim, doenças da mente podem influenciar na pele e vice-versa, uma vez que hábitos relacionados a problemas psicológicos, por vezes, resultam em manifestações na pele. Há algumas explicações para isso, por exemplo, a pele e o sistema nervoso central derivam do mesmo folheto germinativo na vida embrionária, o ectoderma (JAFFERANY et al., 2012).

Considerando esta análise, observa-se que psiquiatras muitas das vezes focam apenas no aspecto do psiquismo do paciente, enquanto os dermatologistas por vezes concentram sua atenção apenas no “externo” do paciente (JAFFERANY, 2007). Nesse sentido, a psicodermatologia surge no intuito de fortalecer o ponto em comum dessas ciências médicas.

Tendo isso em vista e analisando a atual situação global de enfrentamento à pandemia do SARS-CoV-2, causador da COVID-19, uma significativa parcela da população mundial, incluindo a brasileira, encontra-se sob a prática do distanciamento social como medida preventiva e de controle da doença (WU et al., 2020). No entanto, esse processo de distanciamento tem causado ou agravado alguns problemas relacionados à qualidade de vida da população, dentre eles o estresse, o qual pode acarretar exacerbação e/ou surgimento de patologias cutâneas (PIRES, 2020; ORNELL et al., 2020).

Desse modo, para que haja tratamento efetivo das psicodermatoses, baseado em maior adesão e satisfação do paciente, é necessário envolver considerações acerca dos fatores emocionais associados. Em outras palavras, é imprescindível que haja um tratamento mais abrangente e interdisciplinar para esses pacientes, tornando o tema de extrema importância para



a pauta de observação e discussão.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo transversal analítico observacional, realizado no estado do Pará, com estudantes de medicina de universidades públicas e privadas da região, cujo fator em estudo foi o aparecimento e/ou agravamento das psicodermatoses no período de quarentena da COVID-19, associado ao estilo de vida, como tabagismo, etilismo e a realização de atividade física. A coleta dos dados ocorreu no período de setembro/2020 a março/2021 por um grupo de estudantes da Universidade Federal do Pará selecionados e treinados, a partir do uso de formulário na plataforma digital Google Forms.

A amostra não probabilística foi composta por 306 estudantes de medicina, matriculados entre o primeiro e o décimo segundo semestre das 6 faculdades de medicina do estado do Pará, do ano de 2020, maiores de 18 anos de idade, sendo excluídos aqueles que não se enquadram no proposto. A formalização da pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pará, campus de medicina, ocorreu por meio da solicitação e concordância dos responsáveis, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, como previsto pelas diretrizes éticas para a pesquisa com seres humanos.

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um formulário disponibilizado na plataforma Google forms, no qual foram obtidas a identificação pessoal do participante, contendo nome, idade, instituição, curso, semestre e procedência, onde foi possível delimitar se os participantes se enquadravam nos requisitos da pesquisa. Na segunda etapa, foram feitas 10 perguntas objetivas (**Figura 1**) sobre os hábitos de estilo de vida do participante. Todas as perguntas tinham duas opções a serem marcadas, sim ou não, exceto as duas últimas que permitiam o “se sim, qual?”. Nessa etapa também foi considerado o conceito de psicodermatoses, tal qual uma doença de pele causada por um componente psicológico.

A realização da análise estatística foi feita a partir do uso do teste do qui quadrado, onde foi permitido verificar se há relação entre as variáveis de surgimento/agravamento de psicodermatoses no período de isolamento social do covid e o tabagismo, o etilismo e a prática de exercícios físicos e, para todos esses testes, considerou-se o nível de significância de 5%.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará sob o CAAE: 50109221.0.0000.0018



**Figura 1** : Formulário aplicado aos participantes da pesquisa.

1. Tabagista?
2. Etilista?
3. Prática alguma atividade física?
4. Tem alguma rotina de cuidado com a pele?
5. Tem conseguido manter uma dieta equilibrada?
6. Tem se sentido com frequentes alterações de humor?
7. Tem se sentido ansioso?
8. Tem se sentido depressivo?
9. Notou o aparecimento ou agravamento de alguma patologia da pele?
10. Faz uso de algum medicamento de uso regular

Obs1: todas serão de sim ou não, com exceção das duas últimas que permitirá o "se sim, qual?"

Fonte: Protocolo de pesquisa, 2021.

## RESULTADOS

A amostra foi composta predominantemente por estudantes do sexo feminino, de 19 a 25 anos e cursando os seis semestres iniciais ( $p < 0.0001$  em todos os casos). Considerando apenas os estudantes que apresentaram sintomatologia referente às psicodermatoses, foi observada maior frequência no momento anterior à pandemia (32,08% de ocorrências). Considerando os dois momentos, não houve diferenciação do número de ocorrências quanto ao sexo, faixa etária e semestre cursado (Tabela 1).

**Tabela 1. Características gerais de pacientes com psicodermatoses dentre os alunos dos cursos de medicina, Belém – PA, 2021.**

Características gerais	Total (100%)		Antes da pandemia (32,08%)		Após pandemia (18,49%)		p-valor
	n	%	n	%	n	%	
<b>Sexo</b>							
Masculino	91	34,34	25	29,41	16	32,65	* $<0.0001$
Feminino	174	65,66	60	70,59	33	67,35	**0.8463
<b>Total</b>	<b>265</b>	<b>100,00</b>	<b>85</b>	<b>100,00</b>	<b>49</b>	<b>100,00</b>	





Faixa Etária							
≤ 18 anos	7	2,64	3	3,53	1	2,04	*<0.0001
19 a 25 anos	232	87,55	73	85,88	46	93,88	**0.6671
26 a 30 anos	19	7,17	7	8,24	2	4,08	
31 a 35 anos	3	1,13	1	1,18	-	-	
36 a 40 anos	3	1,13	1	1,18	-	-	
≥41 anos	1	0,38	-	-	-	-	
Média ± Desvio padrão	22,52 ± 3.14		22,64 ± 3.06		21.86 ± 2.13		
<b>Total</b>	<b>265</b>	<b>100,00</b>	<b>85</b>	<b>100,00</b>	<b>49</b>	<b>100,00</b>	
Semestre							
1° ou 2°	51	19,25	12	14,12	7	14,29	*<0.0001
3° ou 4°	64	24,15	15	17,65	7	14,29	*0.8703
5° ou 6°	57	21,51	18	21,18	15	30,61	
7° ou 8°	41	15,47	18	21,18	10	20,41	
9° ou 10°	42	15,85	17	20,00	7	14,29	
11° ou 12°	10	3,77	5	5,88	3	6,12	
<b>Total</b>	<b>265</b>	<b>100,00</b>	<b>85</b>	<b>100,00</b>	<b>49</b>	<b>100,00</b>	

\*Teste do Qui-quadrado de aderência aplicado na amostra total de alunos.

\*\*Teste G aplicado entre os grupos Antes da pandemia e Depois da pandemia.

Fonte: Protocolo de Pesquisa, 2021

Dentre as características que pudessem apresentar maior risco de desenvolvimento de psicodermatoses, grande parcela dos alunos apresentaram hábitos de vida adequados à melhor qualidade de vida, como frequência de auto-cuidados com a pele, ausências de etilismo e



tabagismo e prática de exercícios físicos em pelo menos duas vezes na semana ( $p>0.05$  em todos os casos). Contudo, a dieta equilibrada não se mostrou como fator predominante dentre os alunos. Também não houve diferenciação nas frequências observadas dentre os dois momentos (Tabela 2).

**Tabela 2. Hábitos de vida em pacientes de psicodermatoses dentre alunos cursos de medicina, Belém – PA, 2021.**

Hábitos de vida	Total (100%)		Antes da pandemia (32,08%)		Após pandemia (18,49%)		p-valor
	n	%	n	%	n	%	
<b>Auto-cuidado com a pele</b>							
Sim	119	44,91	49	57,65	23	46,94	*0.0001
Às vezes	83	31,32	23	27,06	14	28,57	**0.3636
Não	63	23,77	13	15,29	12	24,49	
<b>Total</b>	<b>265</b>	<b>100,00</b>	<b>85</b>	<b>100,00</b>	<b>49</b>	<b>100,00</b>	
<b>Etilismo</b>							
Sim	24	9,05	6	7,06	5	10,20	*<0.0001
Às vezes	115	43,40	41	48,24	21	42,86	**0.7497
Não	126	47,55	38	44,70	23	46,94	
<b>Total</b>	<b>265</b>	<b>100,00</b>	<b>85</b>	<b>100,00</b>	<b>49</b>	<b>100,00</b>	
<b>Tabagismo</b>							
Sim	10	3,77	2	2,35	2	4,08	*<0.0001
Não	255	96,23	83	97,65	47	95,92	**0.9687
<b>Total</b>	<b>265</b>	<b>100,00</b>	<b>85</b>	<b>100,00</b>	<b>49</b>	<b>100,00</b>	



#### Atividade Física pelo menos duas vezes na semana

Sim	163	61,51	53	62,35	28	57,14	*0.0002
Não	102	38,49	32	37,65	21	42,86	**0.6817
<b>Total</b>	<b>265</b>	<b>100,00</b>	<b>85</b>	<b>100,00</b>	<b>49</b>	<b>100,00</b>	

#### Dieta equilibrada

Sim	82	30,94	29	34,12	11	22,45	*0.6628
Não	94	35,47	29	34,12	18	36,73	*0.3304
Às vezes	89	33,59	27	31,76	20	40,82	
<b>Total</b>	<b>265</b>	<b>100,00</b>	<b>85</b>	<b>100,00</b>	<b>49</b>	<b>100,00</b>	

\*Teste do Qui-quadrado de aderência aplicado na amostra total de alunos.

\*\*Teste G aplicado entre os grupos Antes da pandemia e Depois da pandemia.

Fonte: Protocolo de Pesquisa, 2021

Houve diagnóstico médico das psicodermatoses predominante no momento anterior à pandemia (77,65%), com diminuição desse tipo de diagnóstico durante o período de isolamento social (46,94%). Não houve diferença entre a frequência de diagnósticos clínicos nos dois momentos. Em ambos os momentos houve piora do quadro na presença de sintomas de alteração de humor, com destaque para casos de ansiedade, insônia e fúria (**Tabela 3**).

**Tabela 3. Características clínicas de pacientes de psicodermatoses dentre alunos do curso de medicina, Belém – PA, 2021.**

Características clínicas	Antes da pandemia		Após a pandemia		p-valor
	n	%	n	%	
<b>Diagnóstico médico de psicodermatose</b>					
Sim	66	77,65	23	46,94	Qui-quadrado
Não	19	22,35	26	53,06	0.0006
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>100,00</b>	<b>49</b>	<b>100,00</b>	



#### Piora com mudança de humor

Sim	66	77,65	32	65,31	Qui-quadrado
Não	19	22,35	17	34,69	0.1808
Total	85	100,00	49	100,00	

#### Tipo de alteração de humor\*

Ansiedade	65	76,47	40	81,63	Qui-quadrado
Depressão	2	2,35	1	2,04	0.3792
Desânimo	2	2,35	1	2,04	
Fúria	13	15,29	16	32,65	
Insônia	27	31,76	23	46,94	
Pânico	8	9,41	11	22,45	
Tristeza	2	2,35	-	-	

\*O mesmo paciente pode ter apresentado mais de um tipo de alteração de humor.

Fonte: Protocolo de Pesquisa, 2021

## DISCUSSÃO

O enfrentamento à pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 propiciou alterações significativas no estilo de vida global, como a prática do distanciamento social, o qual foi adotado pelo Brasil, bem como por diversos outros países. É possível fazer uma correlação entre o isolamento social, distúrbios psíquicos e o surgimento ou exacerbação de doenças dermatológicas (PIRES, 2020; ORNELL et al., 2020).

Nesse sentido, as psicodermatoses são bem abrangentes e desafiantes na dermatologia. Não é raro a prática clínica em dermatologia exigir conhecimentos e capacidade de cooperação com a psiquiatria. Uma grande variedade de doenças cutâneas dependem e podem se exacerbar por condições psicológicas e, o impacto de doenças dermatológicas na saúde mental dos doentes





pode resultar em perturbações psiquiátricas secundárias. O tratamento das lesões cutâneas é importante, mas insuficiente; então, há necessidade da correta sistematização destas doenças de acordo com os transtornos psiquiátricos primários associados. Nesse sentido, uma boa relação médico-doente facilita a confiança e aceitação da necessidade de observação por psiquiatria, que é fundamental na terapêutica destas patologias (MACHADO, 2021).

Conforme a análise das respostas ao questionário aplicado para a pesquisa, evidenciou-se a prevalência de psicodermatoses no sexo feminino, tanto no período de isolamento social quanto anteriormente. Esse fato pode acarretar maiores problemas psicológicos a esses indivíduos, visto que o sexo feminino tem maior tendência a apresentar sofrimento psíquico oriundo das dermatoses, o que pode se justificar devido a uma maior preocupação estética por parte das mulheres do que dos homens (TABORDA, WEBER, FREITAS, 2005).

Na pesquisa, foram contemplados alunos de 18 a 40 anos. Não houve grande diferença entre os semestres dos 5 primeiros anos de curso, acusando mudança de perfil significativamente menor na ocorrência de psicodermatoses em estudantes do último ano (11º e 12º semestre). Ademais, avaliando a correlação entre o aparecimento de psicodermatoses e o autocuidado com a pele, é possível inferir que maioria dos alunos que responderam “sim” e “às vezes” à pergunta relacionada ao autocuidado antes do isolamento social, passaram a ter menos cuidados após o isolamento. E além disso, o número de alunos que responderam não ter rotina de autocuidado com a pele diminuiu mais ainda após o isolamento social. A redução do autocuidado com a pele durante o isolamento social pode ser um reflexo de alterações de cunho psicossocial que podem ter ocorrido e conduzido estes alunos a um estado de desmotivação ou também podem ter sofrido alguma influência financeira negativa o que dificulta a aquisição de alguns produtos importantes nesta rotina, como medicamentos e hidratantes.

O etilismo foi visto como fator preditivo negativo para o aparecimento de doenças dermatológicas, de modo que dentre os 141 estudantes que relataram consumir bebida alcoólica, 88 deles já apresentavam sintomas dermatológicos, enquanto que 49 estudantes dentre os 141 os teriam durante o período de pandemia. Notou-se também que de 88 pessoas que referiram ter alguma doença de pele com início antes da Pandemia da Covid-19, 43 apresentaram piora com o isolamento social, o que contribuiu para a conclusão de que o isolamento social, atrelado à mudança comportamental e de rotina, intensificou sinais e sintomas das doenças de pele. Por outro lado, 43 pessoas referiram doença de pele com início durante a pandemia da COVID-19 e por já estar em isolamento social, o parâmetro utilizado para identificar a piora foi “estresse e alteração de humor”, encontrando assim 32 resultados



positivos para piora desses sinais e sintomas quando o aluno está estressado ou com alguma alteração de humor.

Em relação ao diagnóstico médico de psicodermatoses ter sido menor após o início do período de isolamento social, tal fato pode ser explicado pelas medidas restritivas empregadas nesse período como forma de coibir a disseminação da Covid-19.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de psicodermatoses entre estudantes de medicina do Pará, preferencialmente do sexo feminino, estão associadas a fatores multifatoriais e psicológicos, como estresse e alterações de humor, os quais estão intimamente associados ao período de isolamento social causado pela Covid-19. Somado a isso, o questionário evidencia que o distanciamento social contribuiu negativamente para a manutenção da rotina de cuidados da pele entre os participantes. Mediante esse contexto, a instituição de medidas de autocuidado da pele e modificações de hábitos de vida, não somente no período da pandemia da Covid-19, são imprescindíveis para a prevenção e melhor prognóstico no que se refere à terapêutica multiprofissional abordada entre dermatologistas e psiquiatras no combate às psicodermatoses.

## REFERÊNCIAS

MÜLLER, M. C. **Um estudo psicossomático de pacientes com vitiligo numa abordagem analítica**. 2001. 246 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

JAFFERANY, M. et al. **Psychocutaneous Disorders: A Survey Study of Psychiatrists' Awareness and Treatment Patterns**. Southern Medical Journal, v. 103, n. 12, p. 1199–1203, 2012.

JAFFERANY, M. **Psychodermatology: a guide to understanding common psychocutaneous disorders**. Primary care companion to the Journal of clinical psychiatry, v. 9, n. 3, p. 203-213, 2007.

HOFFMANN, F. S. et al. **A integração mente e corpo em psicodermatologia**. Psicologia: Teoria e Prática, v. 7, n. 1, p. 51-60, 2005.

WU, F. et al. **A new coronavirus associated with human respiratory disease in China**. Nature, v. 579, n. 7798, p. 265-269, 2020.

PIRES. **Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da covid-19: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública**. Brasília, 2020. (Nota Técnica IPEA).



ORNELL, F. et al. Pandemia de Medo e Covid-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégias. **Revista debates in psychiatry**, 2020.

MACHADO, A. A. T. **Psicodermatoses**. 2021.18f. Tese (Mestrado Integrado em Medicina) - Universidade do Porto, 2021.

MÜLLER, M. C.; RAMOS, D. G. **Psicodermatologia: uma interface entre psicologia e dermatologia**. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 24, n. 3, p. 76-81, 2004.

TABORDA, M. L. V. V.; WEBER, M. B; FREITAS, E. S. **Avaliação da prevalência de sofrimento psíquico em pacientes com dermatoses do espectro dos transtornos psicocutâneos**. *Anais Brasileiros de Dermatologia*, v. 80, n. 4, p. 351-354, 2005.



# CAPÍTULO 24

## O VÍNCULO FAMILIAR E SEUS DESDOBRAMENTOS PSICOLÓGICOS NA HOSPITALIZAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19

**João Pedro da Silva Rodriguez Navarro** Acadêmico do curso de Psicologia, UNAMA  
**Edson Luiz de Sales Maia** Acadêmico do curso de Psicologia, UNAMA  
**Antônio Ferreira Maués**, Acadêmico do curso de Psicologia, UNAMA

### RESUMO

Desde quando a pandemia do COVID-19 surgiu em 8 de dezembro de 2019 ela vem causando inúmeros sofrimentos físicos e mentais, e por ser uma doença viral respiratória necessitou de um cuidado especializado direcionado a hospitais e clínicas. Nesse processo de internação inúmeros fatores estão interligados quando o assunto é adoecimento, sobretudo quando se fala de crianças por estarem em uma importante fase do desenvolvimento. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo entender o processo de adoecimento da criança no hospital e como o vínculo familiar escasso afeta esse processo, perante os novos protocolos de segurança referentes à COVID-19. Para isso, utilizou-se da revisão bibliográfica através de pesquisas de dados eletrônicos, como SCIELO, BVS, entre outros. Através dos estudos, pode-se perceber que o hospital é um lugar potencialmente adoecedor e que as novas regras de segurança aplicadas influenciam diretamente no vínculo familiar com as crianças e, conseqüentemente, na formação de suas personalidades e na recuperação de suas doenças. Além disso, uma necessidade de mais estudos sobre o tema foi percebida, pois apesar de ser um tópico recente, já necessita extremo cuidado e estudos mais aprofundados.

**Palavras-chave:** COVID-19, Família, Hospitalização infantil.

### 1 INTRODUÇÃO

A hospitalização é um processo padronizado que envolve o hospital, a equipe multiprofissional, paciente e sua família, Ribeiro e Angelo (2005) reiteram que nesse contexto estão envolvidas questões que perpassam pelo adoecimento, angústia, medo, dúvidas e esperança, aos quais são sentimentos comuns de quem está em contato com essa realidade. O hospital acaba por representar de forma simbólica a criança, o local de sofrimento, tristeza, impossibilidade de brincar ou de se expressar da forma que está habituado, estando muitas das vezes impossibilitado de ver seus amigos, colegas ou familiares, sendo assim, fonte de melancolia e saudade das pessoas que compõem sua rede de apoio e afetividade (LUSTOSA, 2009).

Segundo Chiatton e Angerami (2003) citados por Schneider e Medeiros (2011) ao adentrar no hospital, o indivíduo é despido e banhado para ser vestido com roupas hospitalares,





tendo que seguir ordens dos profissionais e instituição nesse ambiente, assim refletindo um processo de perda. Dependendo de sua gravidade, é ligado em aparelhos de monitoramento ou suporte de vida. Dessa maneira, fica evidente que esse cenário ocasiona uma realidade que destitui a criança de seu lugar quanto indivíduo que está em constante desenvolvimento (MASSETI, 1998 apud SOUZA; CAMARGO; BULGACOV, 2003).

A partir dos aparelhos computadorizados, as luzes e sons diversos, corredores longos e vazios, cores neutras, inúmeros fios, soros, transfusões de sangue que limitam suas possibilidades tanto de movimento quanto de manter sua rotina, os tubos e as máscaras de oxigênio, onde quem executa as funções de cuidado está sempre distante, todo de branco, frio ou indiferente, tornando um ambiente desagradável e incômodo não apenas para ele, mas para seus acompanhantes sendo fonte de diversos anseios, aos quais que nesse contexto podem gerar fenômenos psicológicos que ocasionam em despersonalização e outros problemas psicológicos.

A criança hospitalizada se apresenta para além disso, pois significa a quebra do que se é previsto, do costumeiro, trazendo em si questões sobre a vida que pode ser perdida no decorrer do processo, em que se instala uma crise, a qual desregula toda estrutura psicológica, assim como a da família desses indivíduos também, o que determina um momento de muita dificuldade a todos envolvidos (LUSTOSA, 2009).

No cenário atual, a pandemia do COVID-19 alterou as relações sociais como um todo, onde exigências sanitárias moldaram as novas formas de se comportar nos mais diversos ambientes em que o vírus se encontra mais presente, principalmente no hospital. E quando a criança passa por esse processo junto dela temos a família, onde deve ser amparada, tendo seus direitos respeitados, pois junto dela permanecerá uma figura a qual ela é conectada e que geralmente é a mãe. (LIMA, 1999; ROCHA e SCOCHI)

Apesar da existência da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 artigo 12 afirma que a instituição de saúde deve criar condições que garantem a permanência integral de um dos cuidadores ou responsáveis da criança ou do adolescente sua efetividade pode estar sendo comprometida devido ao momento que o país está passando, em que a falta de equipamentos e de EPI (equipamento de proteção individuais) levantam questões sobre o cumprimento da lei, e seus possíveis desdobramentos nesse processo de acolhimento da criança em seu momento de fragilidade com medo da morte e do morrer.

A falta de uma figura reconhecida pela criança reverbera em uma gama de sentimentos negativos e receios, Lima, Rocha e Scochi (1999) indicam que esse processo reflete na família



que pode apresentar sentimento de culpa e ansiedade. Dessa forma, como afirma Costa Junior (2004 apud DOCA; COSTA JUNIOR, 2007), o fato de a criança ser vista como um indivíduo mais delicado e indefeso, entretanto com maiores possibilidades durante a vida, evidencia como que os estresses e perdas observadas nesse âmbito atingem diretamente os pais e demais familiares, assim consequentemente também gerando neles emoções negativas a respeito da hospitalização infantil.

Friedmann (1998) afirma que, além de sentir que estão fora do controle, ocasionando em um sofrimento por serem impotentes diante da doença, que incide em um comportamento agressivo e frustrado diante da equipe de saúde, buscando lutar pela sua autonomia frente aos profissionais na tentativa de tornar esse processo menos invasivo. Portanto participar desse momento se torna imprescindível, pois nesse contexto as famílias acabam se desenvolvendo para além do saber técnico, entendendo melhor a rotina hospitalar e suas dinâmicas. Logo, apenas assim se tornam mais participativas e conscientes, podendo reivindicar de forma mais clara seus direitos, e auxiliando em momentos importantes como os de tomada de decisões (LIMA et.al 2010).

Quando se fala do cenário atual pandêmico leva-se em conta que existe um número expressivo de internações provenientes de COVID-19, porém pouco se estuda sobre as reverberações desse contexto em pessoas que estão nessa instituição devido a outras questões de saúde, e suas possíveis vivências relacionadas com esses diferentes tipos de adoecer no meio de uma crise sanitária, onde visitas são extremamente limitadas ou até mesmo proibidas. Dessa forma, o receio de contrair o vírus é latente, evidenciando que a morte fica cada vez mais presente no dia a dia hospitalar, com números de óbitos variando diariamente ao decorrer do ano, originando uma dinâmica potencialmente adoecedora para todos, sobretudo para os hospitalizados.

Diante desse contexto, foram pesquisados 26 artigos, nas seguintes plataformas de pesquisa de dados: SCIELO, PEPSIC, BVS, Portal Periódicos UNOESC, entre outros. O presente artigo tem como objetivo geral: entender como é o processo de adoecer para criança. E como objetivo específico: verificar de que modo os atuais protocolos referentes a COVID-19 de internação alteraram a hospitalização infantil e as consequências psicológicas de um vínculo familiar deficitário durante a internação de uma criança em meio a pandemia.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A CRIANÇA HOSPITALIZADA

Eiser (1992) ressalta que a criança quando se está adoecida e com possível possibilidade de internação vê nesse momento uma impossibilidade de se fazer criança, onde ao decorrer da hospitalização acaba sendo impedida de brincar, correr, falar com amigos e colegas, comer o que se tem vontade ou ter liberdade de ir à escola, assim, junto do medo da doença vem o medo do processo de adoecer e suas limitações impostas por ser em uma instituição.

A criança doente está suscetível a sentir dor, e segundo Doca et. al (2017) a dor se manifesta de forma muito particular e única na criança, por isso, o profissional que abordar esse indivíduo deve compreender os estágios e desenvolvimento dessa dor nesse adoecer, além disso deve-se entender que suas causas múltiplas precisam ser levadas em conta além da doença padrão, pois o adoecer se mostra em todas esferas do ser humano, entendendo assim que a dor da criança é um processo individual e subjetivo, portanto quem avalia precisa se munir de compreender como ocorre essa vivência da dor para a criança que está sendo atendida naquele momento (HAMPTON; HADJISTAVROPOULOS; GAGNON, 2018).

Outro agravante nesse processo de hospitalização pode ser a despersonalização que segundo Angerami-Camon et al. (2009) consiste na perda da identidade pessoal diante do adoecer, onde a criança passa a ser sua doença ou o número do leito que ocupa. Ao abordar essa característica entende-se que todos seus valores e costumes pessoais são diluídos na instituição, interferindo como ela é tratada e manejada dentro do hospital, rompendo seus espaços pessoais. Essa comunicação deficitária entre médico e paciente é outra característica da despersonalização, e esse processo pode ser explicado devido ao grande número de leitos por profissional, o que acaba por sobrecarregar o seu fazer, tirando dele a oportunidade de conhecer quem é o seu paciente (LI, SLOAN, MEHTA, WILLIS, WEAVER, BEGER., 2017; RENNÓ E CAMPOS, 2014).

É frequentemente observado no ambiente hospitalar, a conduta inadequada de alguns profissionais, aos quais não têm a compreensão da dimensão e do impacto que uma notícia a respeito do paciente possui para o próprio internado e os familiares. Arrais e Jesuino et al. (2015) acrescentam que pode ocorrer nesse contexto o relato da nova informação em relação ao paciente apenas para a pessoa próxima que estiver acompanhando, pois são novidades julgadas como negativas pelos médicos. Dessa forma, o doente acaba sendo privado sobre a própria condição. Assim, indicando uma situação de perda de autonomia do mesmo a partir



dessa comunicação indireta.

Como exemplificam Arrais, Jesuíno e Li (2017) no atendimento com pessoas diagnosticadas com câncer, esse tipo de comunicação feita de maneira correta e participativa tem grande importância para que possam encarar os processos decorrentes da doença, de maneira ativa, logo, podendo proporcionar maiores chances de ressignificação da trajetória de vida. Portanto é essencial que os profissionais tenham conhecimento e manejo no momento de relatar notícias difíceis, sobretudo, para o internado, ao qual necessariamente precisa estar ciente do seu estado de saúde, para poder participar ativamente dos procedimentos hospitalares da internação.

## 2.2 MODELO SANITÁRIO EM CONTEXTO DA COVID-19


Com a chegada da pandemia do novo coronavírus se fez necessário mudar a forma como atividades diárias são realizadas, de modo a adaptar relações e funções para essa nova realidade, vários profissionais foram afetados com essa mudança, tendo assim que redirecionar o seu fazer teórico e prático, dentre eles cabe destacar, neste artigo, o psicólogo, que em sumo teve de redirecionar suas atividades a fim de atender uma nova demanda operacional (SÁ-SERAFIM; DO BÚ; LIMA-NUNES, 2020).

Nesse novo contexto pode-se destacar a presença de uma nova tríade de prioridades, dessas quais se destacam por exigir do profissional da psicologia um novo manejo e novos alvos do cuidar:

1. Trabalhadores e trabalhadoras da saúde que estejam em sofrimento ocasionado pelo contexto pandêmico ou relacionado com os processos de adoecimento, hospitalização e/ou tratamento.
2. Familiares, em sofrimento, de pessoas hospitalizadas que foram a óbito ou de crianças hospitalizadas para tratamento do COVID-19.
3. Pessoas hospitalizadas não diagnosticadas com COVID-19 e que estejam, em sofrimento, por seu adoecimento, hospitalização e/ou tratamento. Pacientes suspeitos de COVID-19, ou com este diagnóstico, seja em estado moderado ou grave, NÃO TÊM INDICAÇÃO PARA RECEBER ATENÇÃO PSICOLÓGICA presencial, devido à fragilidade em sua capacidade respiratória. (SÁ-SERAFIM; DO BÚ; LIMA-NUNES, 2020, p. 12).

Por isso no contexto da internação infantil durante a pandemia o que deveria ser uma forma de manejo da situação, acaba por não serem garantidas, visto que existe essa nova forma de elencar as prioridades dentro do fazer do profissional de psicologia, tal falta de prioridades acaba sendo um fator estressor para o paciente, dificultando ainda mais a sua internação. Sá-Serafim, Do Bú e Lima-Nunes (2020) ressaltam que esses procedimentos são previstos e determinados por organizações de saúde, se tornando um procedimento padrão, esses quais:





Em contexto de pandemia pelo COVID-19, recomenda-se a suspensão temporária de todos os atendimentos psicológicos presenciais de rotina, em grupo e/ou individual. Todos os pacientes de ambulatório que demandarem acompanhamento psicológico em tempos de COVID-19 deverão ser encaminhados para atendimentos psicológicos em ambientes virtuais, como medida de segurança para a díade paciente-psicoterapeuta. Por este motivo, visitas psicológicas de rotina, leito-a-leito, devem ser suspensas temporariamente. Como medida preventiva para mitigar o risco à saúde das pessoas hospitalizadas e dos transeuntes, no ambiente hospitalar o serviço de Atenção Psicológica Hospitalar deve responder apenas aos pedidos de consulta. Para realização deste serviço, no sistema de saúde pública e suplementar, deve-se exigir o uso de Equipamentos de Proteção Individual (máscara cirúrgica ou N95) e manter distância física de 1 a 2 metros, aproximadamente. (SÁ-SERAFIM; DO BÚ; LIMA-NUNES, 2020, p. 11).

Na internação da criança pode-se destacar o direito de ter um acompanhante, com ele precisando ser afirmado surge a obrigação de garantir a esse outro segurança dentro da instituição de saúde. No que se refere a eles, Brasil (2021) deixa claro seus direitos e deveres com base nas regras sanitárias que incluem distanciamento obrigatório, e permanência máxima de 12h por acompanhante e diretrizes governamentais, incluindo o decreto municipal, que estabelece o uso de máscara obrigatoriamente:

- É autorizada a permanência de 01 (um) acompanhante apenas para pacientes:
1. Com 60 anos de idade ou mais (conforme o Estatuto do Idoso- Lei 10741/03 art. 16); devido ao contexto da pandemia, desde que apresente dependência.
  2. Portadores de necessidades especiais;
  3. No pré-parto (indução e trabalho de parto), parto, pós-parto imediato, podendo acompanhar a puérpera até o Alojamento Conjunto, quando deverá sair do hospital. O acompanhante deve residir no mesmo domicílio da paciente (Ofício Circular – SEI no. 17/2020/SUPRIN/HU-UFSC-EBSERH).
  4. Menores de 18 anos (o acompanhante deverá ser pai, mãe ou o responsável) (, p. 1-2).

As normas publicadas pelo Ministério da Saúde (2020) abrangem de forma técnica estruturada as recomendações de comportamento e medidas a serem tomadas diante da pandemia do COVID-19, dentre elas uso de máscara por todos transeuntes, EPIs em locais apropriados e cuidados gerais a serem tomados, neste caso, no hospital, isso incluindo a permanência de acompanhantes e cuidadores nas dependências hospitalares do país, somado a isso, cada estado emitiu o seu decreto próprio onde delimita o que deveria ser feito e seguido nessas situações, onde o presente artigo destaca o de Florianópolis sendo ele presente aqui pelo documento do Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago o qual tivemos acesso.

## 2.3 VÍNCULO FAMILIAR NA HOSPITALIZAÇÃO DA CRIANÇA

Quando se fala sobre a internação de uma criança é necessário pensar sobre a presença em um cuidador ou acompanhante que irá ficar com ela durante esse processo, participando da



rotina diária do hospital como em exames e procedimentos que podem ser invasivos, por isso os profissionais que estão em contato com essa criança reconhecem que a presença da família é um ponto muito importante na recuperação desse indivíduo além de minimizar possíveis fatores associados à hospitalização, que em muitos casos induzem um adoecimento, tudo isso somado a um objetivo de se ter um atendimento humanizado, com foco no bem estar daquele indivíduo que está internado (DIAS; MOTTA, 2004).

Durante o período de internação um familiar fica responsável por acompanhar a criança, e em sua maioria costuma ser a mãe da criança que assume esse papel de cuidadora na instituição. Esse fato se concretiza quando se analisa os dados sobre o predomínio materno em eventos como este, que está relacionado com a propensão feminina em cuidar da criança, dedicando seu tempo e energia para isso, assim suprimindo demandas de higiene, alimentação e conforto, e ainda com a presença física que permite a manifestação do sentimento de unidade entre mãe e filho (MENEZES; MORÉ; BARROS, 2015 apud CREPALDI, 2000; MACHADO, 2006).

Diante da doença de uma criança Lorenzi e Ribeiro (2006) destacam que a busca do apoio de familiares, como os avós, confere tranquilidade para a mãe que permanece com a criança no hospital sabendo que os outros filhos estão sob os cuidados de um familiar próximo. Este apoio subsidia o acompanhante em suas necessidades cotidianas possibilitando que o mesmo possa dedicar-se exclusivamente aos cuidados da criança hospitalizada por sentir-se mais seguro e confiante.

Uma rede de apoio firme e concreta onde a mãe pode confiar seus afazeres fora do hospital, sendo eles domésticos ou profissionais, para assim não ter que dividir sua atenção. Pessoas da família como avós passam tranquilidade para essa mãe que permanece no hospital, pois cuidam de sua casa e seus filhos, e colegas do trabalho suprem sua falta durante esse período (LORENZI; RIBEIRO, 2006).

Milanesi et al. (2006 apud SCHNEIDER; MEDEIROS, 2011) reforça que o processo da hospitalização pode parecer mais difícil para a criança caso a família apresente dificuldades em encarar e aceitar a situação, assim possibilitando o agravamento das angústias e temores da criança internada. Dessa forma, a família acaba gerando uma percepção de culpa pelo quadro da criança, a partir da expressão de sentimentos ambíguos, descontrole, ansios e fantasias a respeito da causa da doença (CÂMARA, 2009; MORAES e COSTA, 2009 apud SCHNEIDER; MEDEIROS, 2011).



Conforme Câmara et al. (2009 apud SCHNEIDER; MEDEIROS, 2011) ao adentrar na unidade de saúde a criança acaba por ter de conviver com novas dinâmicas em suas relações, isso inclui a que envolve sua família. Segundo Milanesi et al. (2006) o estado de saúde gera nos pais um clima de tensão e apreensão, pois junto da doença vem uma necessidade maior que envolve o cuidado, ao qual geralmente é direcionado a mãe, e essa muitas vezes não tem informação para tal; desta maneira, um número expressivo de preocupações surgem e a situação que já é angustiante fica pior por não ter com quem dividir esses medos, e pelo fato de estar longe da família, cabe apenas a ela estar à disposição neste adoecer. Mediante todas essas dificuldades e necessidades surgem o medo da morte e a sensação de impotência ao não saber o que fazer para amenizar a sua dor e a da criança internada. Chiattonne (apud ANGERAMI, 2003) acrescenta, sobre as famílias que:

As reações mais comuns da família diante da doença e hospitalização da criança são: tranquilidade/força interior, respeito/esperança, insegurança/pressão, confusão/intromissão, apatia intranquilidade/desespero, desestruturação/superproteção, redução de afetividade, separações conjugais, abandono do lar, abandono da criança, angústia, impaciência/desconfiança, pouca tolerância às solicitações da criança, pouca tolerância ao sofrimento da criança, culpa, pânico ao ambiente hospitalar, conspiração do silêncio, negação/ tratamentos alternativos, raiva, barganha, depressão, aceitação. (CHIATTONE apud ANGERAMI, 2003, p. 143).

Segundo Costa Júnior et al (2004 apud SCHNEIDER; MEDEIROS, 2011) os pais representam um papel fundamental no processo de como lidar com a hospitalização. Entretanto, são muitas as reações negativas dos acompanhantes quando eles não estão participando ativamente do processo de enfrentamento da doença da criança. Diante disso, para poder minimizar tais reações, Amaral, Albuquerque e Silves (2000 apud SCHNEIDER; MEDEIROS, 2011) apontam que a promoção da saúde na criança, dependendo do conhecimento que a família tem frente a doença (gravidade, evolução) pode contribuir e mudar o jeito que eles se comportam com o processo de internação.

Ademais, Mensorio e Kohlsdorf (2009, apud SCHNEIDER; MEDEIROS, 2011) acrescentam a importância de auxiliar as pessoas que acompanham as crianças, na exploração de métodos para lidar com a doença, é uma forma eficaz para fazer com que a família participe do tratamento. Essa participação ajuda no desenvolvimento de ambas as partes (família e criança) no decorrer da hospitalização.

### 3.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar as pesquisas feitas, é possível verificar um padrão ideal a ser feito no



hospital, a fim de garantir saúde ao paciente, seja ela na esfera física, espiritual, social ou psicológica. Pode-se mensurar o que causa um adoecimento e o que pode dar esse suporte, advindo da equipe multiprofissional, que tem por objetivo abarcar o indivíduo em sofrimento. Dessa forma, garantindo total atenção na instituição, assim proporcionando uma participação ativa neste ambiente.

Nessas pesquisas foi possível perceber que mesmo sendo novas elas corroboram com pontos de vista convergentes com estudos mais antigos, onde Ribeiro e Angelo (2005) Lustosa (2009) Chiattonne e Angerami (2003) Masseti, (1998) afirmam que ao adentrar no hospital o indivíduo é despido de sua subjetividade e está submetido a procedimentos invasivos e incômodos, como também não podem se fazerem crianças e viver suas vidas como costumavam, o que torna tudo mais adoecedor.

Quando se fala de internação infantil foi possível perceber que nesse novo modelo sanitário ao impossibilitar uma presença grande dos pais, como também uma expressão genuína da criança, vem causando adoecimento e um prejuízo no desenvolvimento de seu vínculo durante a internação. E não ter a quem direcionar esse sofrimento de forma mais presente, no caso ao psicólogo, acarretará em diversos adoecimentos físicos e mentais, além de poder afetar na constituição da personalidade da criança, dado que existe a possibilidade de se ter consequências na vida adulta por conta desses danos. Sendo assim, não ter esse suporte significa estar a esmo nesse momento (NASCIMENTO e COSTA, 2007 apud SILVA, ANDRADE, BARBOSA, 2019).

Com a Pandemia do Novo CORONAVÍRUS Sars-Cov-2 a rotina de todo o mundo mudou, nessa nova realidade não foi mais possível abarcar o paciente em todos seus âmbitos seja por questões operacionais e logísticas, visto que as mudanças ocorreram de maneira repentina e tiveram que ser adequadas ao novo cotidiano do ambiente hospitalar, tendo assim que alterar todos os fazeres da equipe de profissionais, pois a partir desse ponto não puderam garantir o aporte necessário a quem precisa.

No ambiente hospitalar é essencial ressaltar a importância do vínculo familiar para o paciente, pois esse está relacionado com o desenvolvimento da criança internada, assim podendo influenciar causando tanto impactos negativos como positivos. Freud e Bowlby (1905, 1993 apud SILVA, ANDRADE, BARBOSA, 2019), ao desenvolver suas teorias do desenvolvimento, destacam também a necessidade da figura materna e paterna para o crescimento da criança, que, se referindo ao contexto hospitalar, passa por uma delicada





situação de angústia e sofrimento.

Com isso, não ter de forma integral as duas figuras parentais em um momento de fragilidade, incertezas e medos diversos afetará o desenvolvimento da criança nesse período de internação, não ter os profissionais preparados adequadamente para o suporte dessa dor presente de tal maneira somará a toda essa problemática que afeta de forma direta o paciente que ali está internado. Portanto, é importante que os profissionais estejam cientes das consequências dessa falta de presença familiar, para que assim seja garantida a devida atenção à pessoa internada.

Uma das realidades que mais alteraram foi a possibilidade de visitas e acompanhamento dentro da instituição, afetando diretamente na possibilidade de um bom suporte familiar ou até mesmo uma rede de apoio mais presente, aumentando o desgaste físico e mental do paciente e de quem fica diariamente junto dele. Além disso, Sá-Serafim, Do Bú e Lima-Nunes (2020) afirmam que o novo modelo de apoio psicológico presente nas novas diretrizes de recomendações não contempla em primeiro caso o paciente e muito menos seu acompanhante, sendo eles pessoas sem prioridade para o atendimento nesse cenário pandêmico.

Somado a isso Sá-Serafim, Do Bú e Lima-Nunes (2020) destacam que em primeiro momento se deve dar apoio a equipe por estarem na linha de frente do combate, pois dessa maneira, os profissionais podem proporcionar o devido cuidado a quem precisa, a partir da atenção prioritária que receberem. Com isso, o apoio às demais pessoas fica refém dessa variável, caso agrave a pandemia e o cenário, acaba consequentemente só piorando esse suporte, e o internado ficará extremamente debilitado.

Dito isso, é possível ver que devido a pandemia as novas dinâmicas hospitalares foram os acontecimentos de maior impacto no vínculo familiar, rede de apoio e a criança internada, já que o maior afastamento por parte dos pais, impossibilidade de mudança frequente nas visitas, menor prioridade de suporte multiprofissional, e além disso ambiente completamente diferente do habitual, regado, potencialmente invasivo e adoecedor, implica em uma internação problemática, que em sumo afeta a criança em seu desenvolvimento pleno junto desse vínculo que se torna pobre.

#### 4.0 CONCLUSÃO

Portanto, a partir das pesquisas e resultados, foi observado que, por a temática ser recente, não foram encontrados dados de forma massiva e direta na literatura nacional e internacional, apenas estudos e referências específicas e escassas, relacionadas com o assunto,



aos quais foram utilizados como base no desenvolvimento do presente artigo.

Na maioria dos materiais de pesquisa, o hospital foi caracterizado como um ambiente potencialmente adoecedor para a criança internada e seus acompanhantes. Também foi percebido e ressaltado pelos autores que nesse local as crianças se encontram impossibilitadas de se portarem de maneira cotidiana como costumavam fazer em seus lares e em demais ambientes sociais como escolas.

Como consequência da pandemia do COVID-19 foi percebido que as novas regras aplicadas nos hospitais, dificultaram a presença de familiares da criança dentro do hospital. Uma vez que a escassez desse vínculo com a família se torna presente, o desenvolvimento da criança fica comprometido, seja para formação da sua personalidade quanto para uma possível recuperação da sua doença.

Por conseguinte, com base nos dados discutidos, conclui-se que mais estudos a respeito da internação infantil durante a pandemia deveriam ser realizados, visto que é uma área rica em material de estudos e muito importante para entender o desenvolvimento infantil atrelada a questões pandêmicas. Além de que possui pouca discussão acerca de suas consequências, principalmente no vínculo familiar da criança com sua rede social de apoio.


Por fim, vale ressaltar a importância que os profissionais da saúde possuem nas questões de comunicação e inclusão com o paciente, a família e a equipe com quem está trabalhando. A partir disso, os desdobramentos e as consequências negativas que a hospitalização traz serão minimizados.

## REFERÊNCIAS

ANA MARIA MARTINS CARLOS (Santa Catarina). Hospitais Universitários Federais. **Procedimento Operacional Padrão de Orientações aos Acompanhantes na internação hospitalar durante a pandemia de COVID-19**. Florianópolis, 2021. 5 p. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sul/hu-ufsc/saude/covid-19/protocolos-e-planos-de-contingencia/protocolos-gerais-covid-19/pop-acompanhantes-covid-atualizado.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2021.

BEZERRA, Júlia Carmo; OLIVEIRA, Luciana Carla Barbosa de; MAIA, Eulália Maria Chaves. STRESS AND QUALITY OF LIFE IN CHILDREN WITH CHRONIC KIDNEY DISEASE HOSPITALIZED. **Psicologia, Saúde & Doença**, [S.L.], v. 17, n. 3, p. 382-388, 10 nov. 2016. Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde.

DIAS, S. M. Z.; MOTTA, M. DA G. C. Práticas e saberes do cuidado de enfermagem à criança hospitalizada. *Ciência, Cuidado e Saúde*, v. 3, n. 1, p. 041-054, 22 out. 2008.



FACCIOLI, Stela Cruz; TACLA, Mauren Teresa Grubisich Mendes; ROSSETTO, Edilaine Giovanini; COLLET, Neusa. The management of pediatric pain and the perception of the nursing team in light of the Social Communication Model of Pain. **Brazilian Journal Of Pain**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 37-41, 27, jan. 2020. GN1 Genesis Network.

FRIEDMANN, Adriana et al. “O DIREITO DE BRINCAR: A BRINQUEDOTECA. 4. ed. São Paulo: Scritta, 1992.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (CEPEDES) da FIOCRUZ. **Recomendações Gerais**. Rio de Janeiro, 2019. 8 p.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (CEPEDES) da FIOCRUZ. **Recomendações Para o Cuidado de Crianças em Situação de Isolamento Hospitalar**. Rio de Janeiro, 2019, 7 p.

GOMES, Giovana Calcagno; OLIVEIRA, Pâmela Kath de. Vivências da família no hospital durante a internação da criança. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, [S.L.], v. 33, n. 4, p. 165-171, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO).

HAMPTON, Amy J. D. et al. Contextual influences in decoding pain expressions: effects of patient age, informational priming, and observer characteristics. **Pain**, [S.L.], v. 159, n. 11, p. 2363-2374, 12 jul. 2018. Ovid Technologies (Wolters Kluwer Health). <http://dx.doi.org/10.1097/j.pain.0000000000001345>

JARDIM, Thiago Veiga et al. Alterações no Perfil dos Pacientes atendidos no Pronto Socorro durante o Surto de COVID-19 em um Hospital Geral Especializado em Tratamento Cardiovascular no Brasil. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, [S.L.], v. 116, n. 1, p. 140-143, jan. 2021. Sociedade Brasileira de Cardiologia.

LIMA, Aline Soares de; SILVA, Vivian Karla Bezerra Alves da; COLLET, Neusa; REICHERT, Altamira Pereira da Silva; OLIVEIRA, Beatriz Rosana Gonçalves de. Relações estabelecidas pelas enfermeiras com a família durante a hospitalização infantil. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [S.L.], v. 19, n. 4, p. 700-708, dez. 2010. FapUNIFESP (SciELO).

LIMA, Regina Aparecida Garcia de; ROCHA, Semiramis Melani Melo; SCOCHI, Carmen Gracinda Silvan. Assistência à criança hospitalizada: reflexões acerca da participação dos pais. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 33-39, abr. 1999. FapUNIFESP (SciELO).

LORENZI, Paula del Corona; RIBEIRO, Nair Regina Ritter. REDE DE APOIO FAMILIAR NA HOSPITALIZAÇÃO INFANTIL. **Família, Saúde e Desenvolvimento**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 138-145, 31 ago. 2006. Universidade Federal do Parana.

LUSTOSA, Maria Alice. A família do paciente internado. **Sbph**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 3-8, jun. 2007.

MENEZES, Marina; MOREÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; BARROS, Luísa. Social Networking Family of Caregivers during Hospitalization of Children. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, [S.L.], v. 50, n. , p. 107-113, jun. 2016. FapUNIFESP (SciELO).

MOTTA, Alessandra Brunoro et al. Comportamentos de coping no contexto da hospitalização infantil. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, [S.L.], v. 32, n. 2, p. 331-341, jun. 2015.



FapUNIFESP (SciELO).

MOTTA, Alessandra Brunoro; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Brincar no hospital: estratégia de enfrentamento da hospitalização infantil. **Psicologia em Estudo**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 19-28, abr. 2004. FapUNIFESP (SciELO).

NIEWEGLOWSKI, Viviane Hultmann; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Comunicação equipe-família em unidade de terapia intensiva pediátrica: impacto no processo de hospitalização. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 111-122, mar. 2008. FapUNIFESP (SciELO).

OLIVEIRA, Araiê Prado Berger et al. Quality of life in hemodialysis patients and the relationship with mortality, hospitalizations and poor treatment adherence. **Jornal Brasileiro de Nefrologia**, [S.L.], v. 38, n. 4, p. 411-420, dec. 2016. FapUNIFESP (SciELO).

RABHA, Anna Clara et al. CLINICAL MANIFESTATIONS OF CHILDREN AND ADOLESCENTS WITH COVID-19: report of the first 115 cases from sabará hospital infantil. **Revista Paulista de Pediatria**, [S.L.], v. 39, p. 1-6, 27 nov. 2020. FapUNIFESP (SciELO).

RIBEIRO, Circéa Amália; ANGELO, Margareth. O significado da hospitalização para a criança pré-escolar: um modelo teórico. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, [S.L.], v. 39, n. 4, p. 391-400, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO).

SÁ-SERAFIM RCN; DO BÚ E; LIMA-NUNES AV. Manual de Diretrizes para Atenção Psicológica nos Hospitais em Tempos de Combate ao Covid-19. *Revista Saúde e Ciência online*, v. 9, n. 1, Suplemento (Janeiro a Abril de 2020). 24 p.

SCHNEIDER, C. M.; GALERY MEDEIROS, L. Criança hospitalizada e o impacto emocional gerado nos pais. **Unoesc & Ciência - ACHS**, [S. L.], v. 2, n. 2, p. 140–155, 2012. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/achs/article/view/741>. Acesso em: 14 maio. 2021.

SILVA, Filipa Martins *et al.* Compreensão Emocional da Morte Pelas Crianças em Idade Pré-escolar: uma dimensão esquecida. **Acta Médica Portuguesa**, [S.L.], v. 33, n. 10, p. 649-656, 1 out. 2020. Ordem dos Medicos.

SILVA, Francieli Gomes da; ANDRADE, Ketlin Elaine Almeida de; BARBOSA, Andréa Frizo de Carvalho. A CRIANÇA DOENTE E OS CUIDADOS DA PSICOLOGIA. **Psicologia.Pt**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-16, 30 set. 2019. Disponível em: [https://www.psicologia.pt/artigos/ver\\_artigo.php?a-crianca-doente-e-os-cuidados-da-psicologia&codigo=A1345](https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?a-crianca-doente-e-os-cuidados-da-psicologia&codigo=A1345). Acesso em: 17 jul. 2021.

SILVA, Tamires; FOGER, Debora; SANTOS, Paulo. DEPERSONALIZATION OF HOSPITALIZED PATIENTS: an integrative review. **Psicologia, Saúde & Doença**, [S.L.], v. 20, n. 3, p. 651-658, nov. 2019. Sociedad Portuguesa de Psicologia da Saude.

SIQUEIRA, Hilze Benigno de Oliveira Moura *et al.* Expressão da dor na criança com câncer: uma compreensão fenomenológica. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, [S.L.], v. 32, n. 4, p. 663-674, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO).

XAVIER, Daiani Modernel *et al.* A família revelando-se como um ser de direitos durante a internação hospitalar da criança. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 66, n. 6, p.





866-872, dez. 2013. FapUNIFESP (SciELO).



# CAPÍTULO 25

## ANÁLISE DAS ORIENTAÇÕES GOVERNAMENTAIS VISANDO À PREVENÇÃO, CONTROLE E MITIGAÇÃO DOS RISCOS DE TRANSMISSÃO DA COVID-19 NOS AMBIENTES DE TRABALHO

**José Everton Soares de Souza**, Engenheiro Sanitarista e Ambiental, Mestrando em Ciência e Tecnologia Ambiental, UEPB

**Kênia Kelly Freitas Sarmiento**, Graduada em Ciências Biológicas, Mestranda em Ciência e Tecnologia Ambiental, UEPB

**Karyna Steffane da Silva**, Graduada em Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Estadual da Paraíba

**Vanessa Rosales Bezerra**, Graduada em Engenharia Sanitária e Ambiental, Doutoranda em Ciência e Tecnologia Ambiental, Universidade Estadual da Paraíba

**Carlos Antônio Pereira de Lima**, Professor Associado, Doutor em Engenharia Mecânica, Universidade Estadual da Paraíba

**Keila Machado de Medeiros**, Professor Adjunto, Doutora em Ciências e Engenharia de Materiais, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

### RESUMO

A covid-19, provocou inúmeros morte em todo o planeta, desestabilizou a economia global, perturbou a vida de bilhões de pessoas em todo o mundo e fez com que a força de trabalho sofresse. Neste cenário, todos os países tiveram que adotar medidas para amenizar os impactos negativos que a covid-19 vem causando e no Brasil não foi diferente, onde foi apresentado portarias, ofícios e medias provisórias para atenuar a situação pandêmica. Esse trabalho tem como objetivo apresentar as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da covid-19 nos ambientes de trabalho de forma a preservar a segurança e a saúde dos trabalhadores, os empregos e a atividade econômica.

**PALAVRAS- CHAVES:** Pandemia; Brasil; Ações Governamentais; Trabalho.

### INTRODUÇÃO

A covid-19 desestabilizou a economia global, perturbou a vida de bilhões de pessoas em todo o mundo e fez com que a força de trabalho sofresse. Além disso, a disseminação desta doença fez com que a maioria das nações impusesse regulamentações de bloqueio estritas e fechasse a maioria das indústrias (HUSSAIN et al. 2021).

A sociedade moderna passa por um período único em sua história. Grandes desafios se apresentam, demandando a tomada de decisões céleres para preservação da vida, do emprego e da renda dos cidadãos, de modo que se possa efetivamente enfrentar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (covid-19) (BRASIL, 2020a).



Nesse contexto, o governo federal tem apresentado um conjunto de medidas urgentes necessárias à prevenção, controle e mitigação dos riscos. Como evento ímpar que é, demandará esforço conjunto de todos para minimização dos impactos sociais e econômicos, até que o estado de calamidade se encerre. Especificamente em relação às exigências de Segurança e Saúde no Trabalho, destaca-se que as medidas adotadas não significam qualquer supressão ou autorização para o descumprimento das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho, sendo imperativo que trabalhadores e empregadores mantenham foco na prevenção evitando a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais (BRASIL, 2020b).

Todavia, o foco deste artigo não é abordar a doença em si ou quantificar o impacto social ou até mesmo econômico, mas sim, apresentar as principais medidas adotadas pelo governo federal brasileiro, no que se refere ao combate à covid-19, envolvendo as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da covid-19 nos ambientes de trabalho de forma a preservar a segurança e a saúde dos trabalhadores, os empregos e a atividade econômica.

## **2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **2.1 Informações básicas sobre a covid-19.**

Neste item são apresentadas algumas informações básicas sobre a covid-19 que poderão ser úteis no processo de prevenção desta doença nos locais de trabalho.

#### **2.1.1 SARS-CoV2: O novo Coronavírus**

A Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus foi relatado em 31/12/19 com casos registrados na China, sendo o SARS-CoV2 o sétimo coronavírus desta família. Na atualidade, observa-se a disseminação dessa pandemia, chamada de covid-19 por todos os continentes. Assim, o objetivo é descrever tópicos-chave da covid-19: O novo Coronavírus (SARS-CoV2) e os avanços desse vírus na população mundial (PIMENTEL et al, 2020.).

#### **2.1.2 Como a epidemia se dissemina?**

Segundo o ministério da saúde (BRASIL) e acordo com as evidências mais atuais, o SARS-CoV-2, da mesma forma que outros vírus respiratórios, é transmitido principalmente por três modos: contato, gotículas ou por aerossol.



- A transmissão por contato é a transmissão da infecção por meio do contato direto com uma pessoa infectada (por exemplo, durante um aperto de mão seguido do toque nos olhos, nariz ou boca), ou com objetos e superfícies contaminados (fômites).
- A transmissão por gotículas é a transmissão da infecção por meio da exposição a gotículas respiratórias expelidas, contendo vírus, por uma pessoa infectada quando ela tosse ou espirra, principalmente quando ela se encontra a menos de 1 metro de distância da outra.
- A transmissão por aerossol é a transmissão da infecção por meio de gotículas respiratórias menores (aerossóis) contendo vírus e que podem permanecer suspensas no ar, serem levadas por distâncias maiores que 1 metro e por períodos mais longos (geralmente horas).

A epidemiologia do SARS-CoV-2 indica que a maioria das infecções se espalha por contato próximo (menos de 1 metro), principalmente por meio de gotículas respiratórias. Não há evidência de transmissão eficiente para pessoas em distâncias maiores ou que entram em um espaço horas depois que uma pessoa infectada esteve lá.

A transmissão por gotículas menores contendo o SARS-CoV-2 suspensas no ar na comunidade são incomuns, entretanto pode ocorrer em circunstâncias especiais quando uma pessoa infectada produz gotículas respiratórias por um período prolongado (maior que 30 minutos a várias horas) em um espaço fechado. Nessas situações, uma quantidade suficiente de vírus pode permanecer presente no espaço de forma a causar infecções em pessoas que estiverem a mais de 1 metro de distância ou que passaram por aquele espaço logo após a saída da pessoa infectada. Estas circunstâncias incluem:

- Espaços fechados dentro dos quais várias pessoas podem ter sido expostas a uma pessoa infectada ao mesmo tempo, ou logo após a saída da pessoa infectada deste espaço.
- Exposição prolongada a partículas respiratórias, muitas vezes geradas por esforço respiratório (gritar, cantar, fazer exercícios) que aumentam a concentração de gotículas respiratórias em suspensão.

### 2.1.3 Sintomas

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL) a infecção pelo SARS-CoV-2 pode variar de casos assintomáticos e manifestações clínicas leves, até quadros moderados, graves e críticos, sendo necessária atenção especial aos sinais e sintomas que indicam piora do quadro clínico





que exijam a hospitalização do paciente. De forma geral, os casos podem ser classificados em:

- Caso assintomático: Caracterizado por teste laboratorial positivo para covid-19 e ausência de sintomas.
- Caso leve: Caracterizado a partir da presença de sintomas não específicos, como tosse, dor de garganta ou coriza, seguido ou não de anosmia, ageusia, diarreia, dor abdominal, febre, calafrios, mialgia, fadiga e/ou cefaleia.
- Caso moderado: Os sintomas mais frequentes podem incluir desde sinais leves da doença, como tosse persistente e febre persistente diária, até sinais de piora progressiva de outro sintoma relacionado à covid-19 (adinamia, prostração, hiporexia, diarreia), além da presença de pneumonia sem sinais ou sintomas de gravidade
- Caso grave: Considera-se a Síndrome Respiratória Aguda Grave (Síndrome Gripal que apresente dispneia/desconforto respiratório ou pressão persistente no tórax ou saturação de oxigênio menor que 95% em ar ambiente ou coloração azulada de lábios ou rosto). Para crianças, os principais sintomas incluem taquipneia (maior ou igual a 70 rpm para menores de 1 ano e maior ou igual a 50 rpm para crianças maiores que 1 ano), hipoxemia, desconforto respiratório, alteração da consciência, desidratação, dificuldade para se alimentar, lesão miocárdica, elevação de enzimas hepáticas, disfunção da coagulação, rabdomiólise, cianose central ou SpO<sub>2</sub> <90-92% em repouso e ar ambiente, letargia, convulsões, dificuldade de alimentação/recusa alimentar.
- Caso crítico: Os principais sintomas são sepse, síndrome do desconforto respiratório agudo, síndrome do desconforto respiratório agudo, insuficiência respiratória grave, disfunção de múltiplos órgãos, pneumonia grave, necessidade de suporte respiratório e internações em unidades de terapia intensiva.

## 2.2. Início da covid-19 no Brasil

Em 28 de janeiro de 2020, foi publicado o primeiro Plano Nacional de Contingência (PCN) para o covid-19, baseado em evidências científicas e orientações da Organização Mundial da Saúde. Todos os 26 estados brasileiros foram estimulados a adaptar o PCN de acordo com a infraestrutura local e as características regionais, bem como a prever ações de combate à doença em seus territórios. O Brasil declarou a covid-19 como emergência de saúde pública em 3 de fevereiro de 2020, e a Lei de Quarentena (Lei nº 13.979) foi aprovada em 6 de fevereiro, que visava proteger a população por meio de medidas de isolamento, quarentena,



notificação compulsória, investigação epidemiológica e restrições temporárias à entrada e saída do país. O primeiro caso de coronavírus no Brasil foi registrado em 26 de fevereiro de 2020 em São Paulo. Negócios, indústrias e serviços não essenciais foram fechados em todo o país de março de 2020 a junho de 2020, e a maioria das instituições de ensino foram fechadas desde março de 2020. Bloqueios foram impostos na tentativa de conter o vírus, mas foram limitados a um poucas cidades (MARINHO et al, 2020; CRODA et al., 2020).

### **2.3. Legislação trabalhista na pandemia**

Segundo Delgado e Amorim (2020), no campo do Direito do Trabalho, a legislação de emergência adotada pelo governo brasileiro para enfrentamento da pandemia foi inaugurada com a Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020, que tratou apenas do trabalhador empregado, impondo-lhe exclusivamente os ônus do isolamento social e oferecendo uma série de concessões ao empregador, à custa de intensa flexibilização de direitos trabalhistas. Esse primeiro diploma normativo ofereceu duas ordens de medidas para permitir o isolamento social do trabalhador:

1) facilitou a continuidade das atividades de trabalho no período da pandemia, por meio do teletrabalho em domicílio sem controle de jornada e, portanto, sem limite de tempo de disponibilidade do trabalhador, salvo acordo individual (art. 4º, § 5º); e

2) viabilizou a suspensão das atividades de trabalho, para o que autorizou: a) a antecipação de pausas legais que constituem direitos dos trabalhadores, como a concessão de férias coletivas, a antecipação de férias e feriados (arts. 6º a 13); b) a constituição de um banco de horas, por acordo individual, a ser compensado após a pandemia (art. 14); e c) a suspensão do contrato de trabalho sem remuneração e sem garantia de renda mínima para o trabalhador (art. 18). Esta última hipótese, referente à possibilidade de suspensão do contrato de trabalho sem garantia de remuneração e de renda mínima para o obreiro, foi revogada.

A segunda legislação pandêmica tipicamente trabalhista adveio com a Medida Provisória n. 936, de 1º de abril de 2020. Editada dez dias após a MP n. 927, essa legislação veio em resposta à intensa demanda social por uma política estatal de proteção ao emprego e à renda, para permitir o distanciamento social no período da pandemia. Voltada a atender a típica relação de emprego, a MP n. 936/2020 instituiu o “programa emergencial de manutenção de emprego e renda”, que consiste basicamente no pagamento de um seguro social ao empregado, denominado de “benefício emergencial”, no período de suspensão do contrato de trabalho, autorizada por até 60 dias (art. 8º), ou de redução proporcional de jornada e salário (em 25%,



50% ou 70%), por até 90 dias (art. 7º).

### **3. METODOLOGIA**

Para elaboração deste trabalho utilizou-se pesquisa bibliográfica em revista, artigos científicos específicos nacionais e internacionais, legislações nacionais dentro da temática publicada nos últimos anos. Além do embasamento teórico, foi levado em consideração o conhecimento da relação entre as normas regulamentadoras e as orientações governamentais a partir da portaria conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020, visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da covid-19 nos ambientes de trabalho, fazendo uma análise sobre os principais pontos.

### **4. RESULTADO E DISCUSSÕES**

#### **4.1. Portaria conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020**

A Portaria conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020 estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da covid-19 nos ambientes de trabalho de forma a preservar a segurança e a saúde dos trabalhadores, os empregos e a atividade econômica.

As medidas previstas nesta portaria não se aplicam aos serviços de saúde, para os quais devem ser observadas as orientações e regulamentações específicas e não determina ou autoriza a abertura de estabelecimentos, apenas apresenta conjunto de disposições a serem observadas por aqueles que se encontrarem em funcionamento.

O disposto nesta portaria não autoriza o descumprimento, pelas organizações:

- I - Das normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho;
- II - Das demais regulamentações sanitárias aplicáveis;
- III - de outras disposições que, no âmbito de suas competências, sejam incluídas em regulamentos sanitários dos Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- IV - De medidas de saúde, higiene e segurança do trabalho oriundas de convenções e acordos coletivos de trabalho.



## 4.2. Anexo 1

### 4.2.1 Medidas gerais

A organização deve estabelecer e divulgar orientações ou protocolos com a indicação das medidas necessárias para prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da covid-19 nos ambientes de trabalho. Tais orientações devem estar disponíveis para os trabalhadores e suas representações quando solicitados e devem conter medidas de prevenção nos ambientes de trabalho, ações para identificação precoce e afastamento dos trabalhadores com sinais e sintomas compatíveis com a covid-19, procedimentos para que os trabalhadores possam reportar à organização, inclusive de forma remota, sinais ou sintomas compatíveis com a covid-19 ou contato com caso confirmado da covid-19, instruções sobre higiene das mãos e etiqueta respiratória.

Nota-se que as medidas administrativas, de boa higiene e conduta fazem parte das orientações gerais, atribuindo sobre as organizações essas responsabilidades.

### 4.2.2. Conduta em relação aos casos suspeitos e confirmados da covid-19 e seus contatantes

Neste item do anexo I da referida portaria, percebe-se que foram apresentadas algumas definições como: casos confirmados da covid-19, casos suspeitos e contatantes de casos confirmados da covid-19. Quando uma das três situações acima citadas são confirmadas as organizações devem afastar imediatamente os trabalhadores das atividades laborais presenciais, por quatorze dias.

Além das questões de afastamento a organização deve estabelecer procedimentos para identificação de casos suspeitos, incluindo:

a) canais para comunicação com os trabalhadores referente ao aparecimento de sinais ou sintomas compatíveis com a covid-19, bem como sobre contato com caso confirmado ou suspeito da covid-19, podendo ser realizadas enquetes, por meio físico ou eletrônico, contato telefônico ou canais de atendimento eletrônico; e

b) triagem na entrada do estabelecimento em todos os turnos de trabalho, podendo utilizar medição de temperatura corporal por infravermelho ou equivalente, antes que os trabalhadores iniciem suas atividades, inclusive terceirizados.

Outro item que destaca-se é a definição das condições clínicas de risco para desenvolvimento de complicações da covid-19, ou seja, definição das comorbidades que se





enquadram em grupo de risco sendo elas: cardiopatias graves ou descompensadas (insuficiência cardíaca, infartados, revascularizados, portadores de arritmias, hipertensão arterial sistêmica descompensada); pneumopatias graves ou descompensadas (dependentes de oxigênio, portadores de asma moderada/grave, Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica - DPOC); imunodeprimidos; doentes renais crônicos em estágio avançado (graus 3, 4 e 5); diabéticos, conforme juízo clínico, e gestantes de alto risco.

#### **4.2.3 Higiene das mãos e etiqueta respiratória**

Deve haver orientação sobre o não compartilhamento de toalhas, produtos de uso pessoal, sobre evitar tocar boca, nariz, olhos e rosto com as mãos e sobre praticar etiqueta respiratória, incluindo utilizar lenço descartável para higiene nasal, cobrir nariz e boca ao espirrar ou tossir e higienizar as mãos após espirrar ou tossir.

Todos trabalhadores devem ser orientados sobre a higienização correta e frequente das mãos com utilização de água e sabonete ou, caso não seja possível a lavagem das mãos, com sanitizante adequado para as mãos, como álcool a 70% e além das orientações devem ser disponibilizados recursos para a higienização e aplicar procedimentos para que, na medida do possível, os trabalhadores evitem tocar superfícies com alta frequência de contato, como botões de elevador, maçanetas, corrimão etc.

#### **4.2.4. Distanciamento social**

A organização deve adotar medidas para aumentar o distanciamento e diminuir o contato pessoal entre trabalhadores e entre esses e o público externo, orientando para que se evitem abraços, beijos, apertos de mão e conversações desnecessárias, onde deve ser mantida distância mínima de um metro entre os trabalhadores e entre os trabalhadores e o público. Quando o distanciamento físico de ao menos um metro não puder ser implementado para reduzir o risco de transmissão entre trabalhadores, clientes, usuários, contratados e visitantes deve-se adotar: medidas para limitação de ocupação, priorizar agendamentos de horários de atendimento, priorizar medidas para distribuir a força de trabalho ao longo do dia, promover teletrabalho ou trabalho remoto e evitar reuniões presenciais.

Diante do exposto referente a distanciamento social, boas condutas podem ser assumidas nos locais de trabalho para se obter o mínimo de contato possível. Uma orientação que merece destaque é a orientação da promoção do teletrabalho ou *homeoffice*, que tem se apresentado como fator importante para a manutenção do emprego e renda, bem como para manter a economia ativa e não estagnada (DIAS e FARIA, 2020.).



#### **4.2.5. Higiene, ventilação, limpeza e desinfecção dos ambientes**

As organizações devem promover a limpeza e desinfecção dos locais de trabalho e áreas comuns no intervalo entre turnos e também aumentar a frequência dos procedimentos de limpeza e desinfecção de instalações sanitárias e vestiários, além de pontos de grande contato como teclados, corrimãos, maçanetas, terminais de pagamento, botoeiras de elevadores, mesas, cadeiras etc.

Deve-se priorizar a ventilação natural nos locais de trabalho ou adotar medidas para aumentar ao máximo o número de trocas de ar dos recintos, trazendo ar limpo do exterior e caso o ambiente seja climatizado a organização deve evitar a recirculação de ar e verificar a adequação das manutenções preventivas e corretivas. Já no caso de bebedouros devem ser adaptados de modo que somente seja possível o consumo de água com o uso de copo descartável.

As recomendações deste item reforçam o dever das organizações a higienizarem seus postos de trabalho como medidas preventiva à covid-19 e ressaltando sobre a ventilação nos ambientes que se deve priorizar a ventilação natural para troca de ar nos recintos.

#### **4.2.6. Trabalhadores do grupo de risco**

As orientações para esse item se resumem praticamente na adoção do teletrabalho ou trabalhar em sua residência para os que se enquadram no grupo de risco e quando não é possível o *homeoffice*, deve ser priorizado trabalho em local arejado e higienizado ao fim de cada turno de trabalho.

#### **4.2.7. Equipamentos de Proteção Individual - EPI e outros equipamentos de proteção**

Em relação aos Equipamentos de Proteção Individual – EPI e outros equipamentos de proteção utilizados na organização, devem ser criados ou revisados os procedimentos de uso, higienização, acondicionamento e descarte tendo em vista os riscos gerados pela covid-19. A organização deve orientar os trabalhadores sobre o uso, higienização, descarte e substituição das máscaras, higienização das mãos antes e após o seu uso, e, inclusive, limitações de sua proteção contra a covid-19. Outro fato importante é a confirmação de que máscara cirúrgica e de tecido não são consideradas EPI nos termos definidos na NR 6, porém devem ser fornecidas para todos os trabalhadores e seu uso exigido em ambientes compartilhados ou naqueles em que haja contato com outros trabalhadores ou público e devem ser substituídas, no mínimo, a cada três horas de uso ou quando estiverem sujas ou úmidas.



#### **4.2.8. Refeitórios**

Nos refeitórios devem adotar medidas de distanciamento em filas, conforme apontado no item 4.2.4 e adotar medidas de limpeza e desinfecção frequentes das superfícies das mesas, bancadas e cadeiras. Entregar jogo de utensílios higienizados (talheres e guardanapo de papel, embalados individualmente) e retirar os recipientes de uso compartilhado (azeite, vinagre, molhos etc.), são medidas preventivas de contaminação a serem implementadas nas organizações.

Quando observado que o distanciamento frontal ou transversal não for observado, deve ser utilizada barreira física sobre as mesas que possuam altura de, no mínimo, um metro e cinquenta centímetros em relação ao solo.

#### **4.2.9. Vestiários**

Nos vestiários as medidas a serem seguidas são a de distanciamento social de pelo menos um metro entre os trabalhadores monitorando o fluxo de ingresso ao vestiário, orientar os trabalhadores sobre a ordem de desparamentação de vestimentas e equipamentos, de modo que o último equipamento de proteção a ser retirado seja a máscara e por fim, deve-se disponibilizar um lavatório com sabão ou álcool 70% na entrada e saída dos vestiários.

#### **4.2.10. Transporte de trabalhadores fornecido pela organização**

Higienização dos assentos e demais superfícies do veículo, utilização da ventilação natural dentro dos veículos, distanciamento social dentro do veículo e obrigatoriedade de uso de máscara de proteção ao embarcar, são as principais medidas quando se tratar transporte de trabalhadores fornecido pela organização. Ressalvando a implantação de procedimentos para comunicação, identificação e afastamento de trabalhadores com sintomas da covid-19 antes do embarque no transporte para o trabalho, quando fornecido pelo empregador, de maneira a impedir o embarque de pessoas sintomáticas, incluindo eventuais terceirizados da organização de fretamento.

#### **4.2.11. Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.**

O SESMT e CIPA, quando existentes, devem participar das ações de prevenção implementadas pela organização, além disso os trabalhadores de atendimento de saúde do SESMT, como enfermeiros, auxiliares e médicos, devem receber Equipamentos de Proteção Individual - EPI de acordo com os riscos a que estejam expostos, em conformidade com as



orientações e regulamentações dos Ministérios da Economia e da Saúde.

Nota-se que o SESMT e a CIPA tornam-me grandes aliados na participação de ações de prevenções frente ao covid-19.

#### **4.2.12. Medidas para retomada das atividades**

Quando houver a paralisação das atividades de determinado setor ou do próprio estabelecimento, decorrente da covid-19 devem ser adotados os seguintes procedimentos antes do retorno das atividades:

- a) assegurar a adoção das medidas de prevenção previstas neste Anexo;
- b) higienizar e desinfetar o local de trabalho, as áreas comuns e os veículos utilizados;
- c) reforçar a comunicação aos trabalhadores; e
- d) implementar triagem dos trabalhadores, garantindo o afastamento dos casos confirmados, casos suspeitos e contatantes de casos confirmados da COVID-19.

#### **4.3 Orientações para setores específicos**

Outros ofícios e portarias adotaram as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da covid-19 para atividade específicas como: atividades desenvolvidas na indústria de abate e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano e laticínios; empregadores e trabalhadores do setor rural; orientações em relação ao trabalho doméstico; trabalhadores e empregadores do setor de teleserviços; empregadores e trabalhadores do setor de supermercados; empregadores e trabalhadores nos serviços de saúde; empregadores e trabalhadores do setor rural; empregadores e trabalhadores do setor de farmácias e drogarias; trabalhadores e empregadores do setor de construção civil (ENIT; FUNDACENTRO).

Diante de todas essas atividades expostas acima, as medidas adotadas são praticamente as mesmas que a da Portaria conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020, logo percebe-se que as tais medidas podem ser aplicadas e adotadas para inúmeras atividades.

### **5. CONCLUSÕES**

A covid-19 é uma doença que trouxe impactos para a saúde, porém não foi apenas a área da saúde que foi afetada pela covid-19, a economia também sofreu bastante com as medidas de isolamento social e *lockdown*, fazendo com que o governo implementasse políticas





e medidas para a continuação das atividades econômicas e empregos do país, visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da covid-19 nos ambientes de trabalho de forma a preservar a segurança e a saúde dos trabalhadores. De forma geral medidas de distanciamento social, higienização de ambientes, etiqueta respiratória, limpeza, treinamento para uso de máscaras de tecido e higienização das mãos, são as principais ações a serem implementadas nas mais variadas atividade econômica. Outra medida que merece destaque foi implementação do teletrabalho (*homeoffice*), que se apresentou como uma ferramenta de proteção e manutenção do emprego, uma vez que o trabalhador está em casa e consegue efetuar o seu trabalho de maneira remota. Por fim, nota-se que a implementação de tais medidas, corrobora para o funcionamento da economia, aliado com a preservação da saúde do trabalhador.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Economia. **OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 1088/2020/ME**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 27 de mar. 2020a.

BRASIL. Ministério da Economia. **OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 1088/2020/ME**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 27 de mar. 2020b.

BRASIL. Ministério da Economia/Ministério da Saúde. **Portaria conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2.345, de 2 de setembro de 2020**. Brasília, 2020.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. O que é coronavírus? (COVID-19). Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em: 13 de abr. de 2021.

DELGADO, G. N.; AMORIM, H. S. A legislação pandêmica e o perigoso regime de exceção aos direitos fundamentais trabalhistas. **Revista Jurídica: Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 3, 2020.

DIAS, F. R.; FARIA, C. M. P. A JORNADA DE TRABALHO EM EPOCA DE COVID-19. **Revista Internacional CONSINTER de Direito**, n. 11, 2020.

ENIT. Escola Nacional da Inspeção do Trabalho. Disponível em: <https://enit.trabalho.gov.br/portal/>. Acesso em: 13 de abr. de 2021.

FUNDACENTRO. Disponível em: <http://antigo.fundacentro.gov.br/>. Acesso em: 13 de abr. de 2021.



HUSSAIN, S.; XUETONG, W.; HUSSAIN, T.; KHOJA, A. H.; ZIA, M. Z. Assessing the impact of COVID-19 and safety parameters on energy project performance with an analytical hierarchy process. **Utilities Policy**, v. 70, 2021.

MARINHO, P. R. D.; CORDEIRO, G. M.; COELHO, H. F. C.; BRANDÃO, S. C. S. Covid-19 in Brazil: A sad scenario. **Cytokine and Growth Factor Reviews**, v. 58, 2020.

PIMENTEL, M. M.; DABOIN, B.E.G.; OLIVEIRA, A. G.; JUNIOR, H. M. A disseminação da covid-19: um papel expectante e preventivo na saúde global. **Journal of Human Growth and Development**, v. 30, 2020.



# CAPÍTULO 26

## A SAÚDE MENTAL DO IDOSO NA PANDEMIA

**Ana Catarina Guimarães Gomes**, Graduanda em Farmácia, UEPB  
**Dayverson Luan de Araújo Guimarães**, Graduando em Farmácia, UEPB  
**Maria do Socorro Ramos de Queiroz**, Docente do Departamento de Farmácia, UEPB

### RESUMO

A pandemia da COVID-19, gerada pelo vírus SAR-COV-2, representa um grande desafio para a sociedade, e fez com que todas os indivíduos mudassem seu estilo de vida repentinamente, com uma quebra abrupta em suas vidas. Os idosos, por sua vez também puderam sentir o impacto da pandemia apresentando alterações psicológicas, por eles se encaixarem na população de risco, ou seja, por serem portadores de comorbidades, enfrentaram a insegurança se fossem acometidos e também o medo da morte presente, por isso tiveram que ter mais zelo por suas vidas, enfrentando o isolamento social. É importante saber que angústias e solidão são fatores negativos e presentes na vida de vários idosos que resultam em alguns casos na depressão que é uma doença frequente, pois nessa etapa da vida eles se deparam com situações diferentes do que estavam acostumados como vulnerabilidade e atualmente o afastamento e proibição de realizar tarefas habituais devido as medidas determinada pelos órgãos sanitários para a prevenção e o controle da COVID-19. O objetivo foi comentar a respeito da saúde mental do idoso diante da pandemia causada pelo SAR-COV-2. Foi realizado um levantamento bibliográfico e em vários estudos foi evidenciado que para amenizar esses efeitos psicológicos nocivos nos idosos se faz necessário o apoio da família, que os mesmos tivessem ajuda psicológica não só durante a pandemia e que pudessem utilizar tecnologias remotas para participar de grupos para trocas experiências. Com isso, no cenário atual, todas as práticas visando a diminuição dos efeitos maléficos à saúde mental do idoso, será de grande valia, pois uma ação que parece pequena pode ser decisiva

**Palavras-chave:** Terceira Idade. Isolamento Social. COVID-19.

### INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19, gerada pelo vírus SAR-COV-2, representa um grande desafio para a sociedade (LIANG, 2020). Trata-se de um evento potencialmente estressante, considerando as medidas de prevenção e contenção da doença, impactos econômicos, políticos e sociais (CORREIA; LUCK; VERNER, 2020; VAN BAVEL et al., 2020). Não menos relevante é o impacto na saúde mental, tendo em vista as alterações emocionais, cognitivas e comportamentais características desse período (BARROS-DELBEN et al., 2020; BROOKS et al., 2020; QIU et al., 2020; SHONKOFF, 2020;



VAN BAVEL et al., 2020).

As pandemias são descritas como epidemias que se propagam de forma rápida por vários países até atingir quantidade relativamente grande de pessoas no mundo, podendo gerar consequências de pequeno ou de grande impacto, onde a população possui o compromisso com mudanças nos hábitos sociais (DUARTE et al., 2020). Não é diferente na atual pandemia da COVID-19 onde as pessoas se depararam com uma mudança brusca nos seu cotidiano.

Logo no início do novo contexto mundial houve uma quebra abrupta na sua rotina agitada e precisaram ficar em casa as 24 horas do dia não podendo receber visitas. Com essa mudança as pessoas não tiveram tempo para avaliar a situação e se adaptar a ela; ficar em casa por muito mais tempo que o habitual, além do medo da presença de um vírus pouco conhecido e letal que afetou de forma significativa a saúde mental da população (SADIR; BIGNOTTO; LIPP, 2010; SILVA; SANTOS; OLIVEIRA, 2020).

O psicológico de todos foi afetado, em especial o dos idosos, pois além de se depararem com uma rotina de mais cuidado e zelo por suas vidas, receberam a notícia que os mesmos eram um dos grupos de risco, ou seja, caso fosse acometidos com a doença poderiam vir à óbito mais facilmente do que um jovem e/ou adulto, então toda essa tensão afetou desde aspectos biológicos até os psíquicos e emocionais, pois além do confinamento, o medo da morte ficou cada dia mais evidente (NABUCO; OLIVEIRA; AFONSO, 2020).

Além do fator da idade, o outro fator que explica o motivo deles serem mais afetados, é que muitos idosos possuem comorbidades que os deixam mais vulneráveis às formas mais graves da doença, sendo elas: Diabetes *mellitus*, Hipertensão Arterial Sistêmica, Insuficiência Cardíaca Congestiva, arritmia cardíaca, entre outras. Com isso eles tiveram que se isolar mais fortemente em casa, não podendo receber visitas de parentes e/ou amigos, e sobretudo, muitos deles não possuíam acesso à internet, dificultando ainda mais sua interação com o mundo exterior, havendo então entre eles uma realidade de maior ansiedade, estresse e deixando em evidencia a fragilidade social onde estão inseridos (CASTRO-DE-ARAÚJO et al., 2020; LUCCHINI et al., 2020).

### **As principais causas no isolamento que afetam a saúde mental do idoso**

As pandemias que assolaram anteriormente o mundo sempre deixaram marcas nas pessoas que as vivenciaram, na pandemia da COVID-19 é possível perceber que as pesquisas estão focando nos aspectos biológicos e nos sinais e sintomas físicos da doença, sendo esses





fatores importantíssimos para salvar a vida de muitas pessoas. Porém não é possível deixar de avaliar que os danos psicológicos e sociais vão deixar marcas na pós-pandemia, pois não só a saúde física está sendo afetada pelo vírus, como também a saúde mental, e essa poderá se manter frágil durante um período muito longo no pós-pandemia (NABUCO; OLIVEIRA; AFONSO, 2020; SHUJA et al., 2020).

Na China, que foi o primeiro país a adotar o isolamento social, uma pesquisa realizada por Ahmed et al., (2020) apontou que uma maior quantidade de casos envolvendo ansiedade, depressão, como também uso abusivo de álcool e menor índice de saúde mental foram observadas na população, comparado aos valores usuais dessa população. Xiang et al., (2020) comentaram que indivíduos que estão em quarentena podem desenvolver sentimentos como raiva, solidão e também por falta de atividades diárias atrativas em sua rotina desenvolver tédio com o passar dos dias.

Conforme o guia publicado pela Inter-Agency Standing Committee, quando se trata da população idosa a mesma possui fragilidades advindas do próprio avançar da idade, como também de possíveis doenças que apresentem, sendo importantíssimo o cuidado, carinho e atenção mais efetiva. Por isso a pandemia tem maior impacto nos mais velhos, sendo preciso avaliar que além da preocupação consigo, existe a preocupação com os familiares que não podem ficar em casa, e tantos outros pensamentos que perpassam as mentes dos idosos, os fazendo com que fiquem cada vez mais ansiosos e fragilizados (IASC, 2020).

Casos de depressão e ansiedade em idosos é mais comum do que se espera, pois com o avançar dos anos vem as limitações causadas como perdas das funcionalidades dos membros, que inclui dificuldade de se locomover, realizar funções de trabalho, entre outras; fazendo com que exista uma baixa autoestima, pois na juventude eles não dependiam de terceiros para realizar funções diversas. No contexto geral, as mulheres são as mais vulneráveis, quando se fala no contexto da pandemia, muitas idosas se depararam com a saída das ajudantes domésticas de suas casas, para que a saúde das mesmas, não fosse exposta, porém as que possuíam limitações viram suas casas sem o devido cuidado (LUCCHINI et al., 2020). Todo o cenário traz em evidência, sentimento de impotência que são somados com os de angústia pré-existente, podendo desencadear acentuação nos transtornos mentais, conforme descreveu Cavalcante e Minayo (2015), quando destacam que muitas mulheres cometem suicídio para se livrar das consequências causadas pelas comorbidades.

Um estudo realizado por Gutierrez, Sousa e Grubits (2015), apontou que para os idosos



havia uma relação difícil para a superação do luto e que muitos tentavam até o suicídio para não conviver com a dor da perda. Na pandemia da COVID-19 a morte está sendo presente na vida de todos, principalmente para o brasileiro, onde observamos que a maior incidência de morte por essa causa foi resultante da aquisição tardia das vacinas.

Outro fator que preocupa a saúde mental de todos, inclusive dos idosos são as perdas econômicas, reflexo da pandemia. A qualidade de vida é essencial para uma boa saúde mental, porém na pandemia idosos que possuem filhos ou familiares que dependem do comércio, presenciaram eles ficar sem sustento e muitos se deparando com o desemprego e a falta de dinheiro para suas necessidades, essa realidade trouxe para o idoso estresse psicológico, pois existe a preocupação de que as pessoas que eles amam estão sem ter uma boa qualidade de vida, esse quadro acarreta um risco psicossocial para quem o está vivenciando (GUTIERREZ; SOUSA, GRUBITS, 2015).

Todos esses fatores, acumulados com outros que muitas vezes não é externado pelo idoso aos familiares, desencadeia transtornos psíquicos, podendo causar danos irreparáveis evitando que o idoso viva os seus dias de maneira leve e saudável.

### **Medidas que fazem a diferença na vida do idoso isolado**

Diante de todas as experiências vividas na pandemia e de todas as medidas de extrema importância para a não disseminação do vírus, como: trabalhar de casa, ter mais cuidado com a higiene e o uso da máscara; a questão mais difícil a se lidar para todos foi o isolamento social. Se tratando do idoso essa questão de ficar isolado da família e amigos, somado a outras questões tem tornado seus dias uma mistura de incertezas e desânimos, pois não sabem como será o futuro (ISHIKAWA, 2020).

É importante que exista uma boa relação dos idosos com os familiares para que haja a minimização dos efeitos maléficos na saúde mental deles, causados pela pandemia. É preciso adaptar a rotina dos idosos os ajudando a superar a solidão, como também controlando os horários para que os mesmos tenham uma boa alimentação, sono tranquilo e atividades didáticas para que o tempo seja melhor aproveitado. Essas medidas regradas de cuidados contra o Coronavírus, ajudará na melhoria da saúde mental dos idosos e também a passar a pandemia sem mais problemas dos que os já existentes (BROOKS et al., 2020).

De forma remota um acompanhamento psicológico para os idosos, é de extrema importância, para que haja uma assistência para essa situação de crise que se instalou. Esse



acompanhamento psicológico ajudará ao idoso a aliviar as preocupações diárias, oferece um conforto para a atual situação. Essas conversas com o profissional devem ser de forma dinâmica, em que o profissional foque na conversa mais íntima com o paciente, buscando avaliar os fatores como as dificuldades de adaptação que os mesmos estão vivendo, quais atividades podem ser realizadas para a melhor adaptação, quais as situações de ansiedade e estresse que somados ao confinamento tendem a um maior impacto (ZHANG et al., 2020).

A conversa com o profissional de saúde especializado vem como suporte para que o paciente idoso consiga tratar sobre suas emoções e quais estão lhe afligindo como: sentimentos de solidão, raiva, vulnerabilidade, tristeza, medo, entre outros. Pois quando se fala abertamente dos sentimentos fica mais fácil lidar com eles e mudá-los, caso necessite. Porém sabe-se que muitos brasileiros não possuem acesso à internet e quando se refere a idosos, os mesmos muitas vezes não sabem utilizar o meio, dificultando a oferta desses serviços (ORNELL et al., 2020; WEIDE et al., 2020).

Existem as redes de apoio, em que o idoso possa frequentar, mesmo que remotamente. É uma opção para relacionamento com outras pessoas que possuam uma realidade parecida podendo assim trocarem experiências e realidades próximas, mostrando que ele não está só e pode ajudar e ser ajudado por outras pessoas. É importante que eles usem esses tipos de tecnologias, não só para essas ações, portanto se faz necessário que os familiares apresentem os meios de comunicação “novos” e como utilizá-los. A internet sendo exemplo é um meio de comunicação excelente, principalmente para aproximar os familiares dos idosos, a ele, porém quando estes possuem acesso à internet a falta de domínio em usar computadores e/ou smartphones os bloqueia e não permite que usufruam da internet (ORNELL, et al., 2020; SHOJAEI; MASOUMI, 2020).

Por isso é importante ensinar os idosos a utilizar novas ferramentas tecnológicas, principalmente se os mesmos possuem domínio de suas faculdades mentais e conseguem ler e escrever pois mesmo as redes sociais sendo perigosas se não souber usar, elas fazem pessoas que estão distantes terem uma relação mais próxima, ajudando a passar o tempo (LI et al., 2020).

As implicações advindas da COVID-19, trouxe para o mundo novos padrões e essa doença vem sendo considerada como a maior emergência de saúde pública, pois além da doença física e letal que o vírus desencadeia, existe um agravamento psicológico com todo o arsenal que existe ao entorno, por isso é tão importante medidas para ajudar idosos a passar por esse período com o mínimo possível de agravamentos não só na saúde física, como também, e em



especial, na saúde mental (SCHMIDT et al., 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O isolamento social ocasionado na pandemia por COVID-19 e as suas variantes, fez com que a pessoa idosa experimentasse comportamentos nunca antes vistos, levando os mesmos a vivenciar situações que são de grande importância para a prevenção da saúde e o não contágio da doença, como: utilização de equipamentos de proteção individual, constante higienização das mãos e ambiente, além do distanciamento social que é o fator mais difícil para a pessoa idosa, acarretando em impactos negativos sobre saúde mental e fatores emocionais a curto e longo prazo.

Visando diminuir esses impactos psicológicos, pode-se citar alguns fatores que favorecem o cuidado e a prevenção da saúde mental dos idosos, como uma interação saudável com os familiares, adaptação da rotina e atividades diárias de trabalho e lazer, alimentação e descanso noturno adequados, além de adequar-se a ferramentas tecnológicas dentro das limitações e da individualidade de cada um deles, que caracteriza-se como fatores de grande impacto positivo para o idoso que vivencia o isolamento social. Tais medidas objetivam minimizar os danos negativos trazidos pela pandemia e objetivam uma melhor experiência para esse momento delicado e complexo.

No cenário atual, todas as práticas visando a diminuição dos efeitos maléficos à saúde mental do idoso, será de grande valia, pois uma ação que parece pequena pode ser decisiva para melhorar a ansiedade, a depressão ou até mesmo da vontade de desistir, que possa vir a existir por parte do idoso, de cometer algo contra sua própria vida.


## REFERÊNCIAS

AHMED, M. Z.; AHMED, O.; AIBAO, Z.; HANBIN, S.; SIYU, L.; AHMAD, A. Epidemic of COVID-19 in China and Associated Psychological Problems. *Asian J Psychiatr*, v. 51, p. 51, jun. 2020.

BARROS-DELBEN, P.; CRUZ, R. M.; TREVISAN, K. R. R.; GAI, M. J. P.; CARVALHO, R. V. C.; CARL, P. A. C.; MALLOY-DINIZ, L. F. Saúde mental em situação de emergência: COVID-19. *Revista Debates in Psychiatry*, v.10, n. 4, 2020. Disponível em: [https://d494f813-3c95-463a-](https://d494f813-3c95-463a-898cea1519530871.filesusr.com/ugd/c37608_e2757d5503104506b30e50caa6fa6aa7.pdf)

[898cea1519530871.filesusr.com/ugd/c37608\\_e2757d5503104506b30e50caa6fa6aa7.pdf](https://d494f813-3c95-463a-898cea1519530871.filesusr.com/ugd/c37608_e2757d5503104506b30e50caa6fa6aa7.pdf). Acesso em: 06 ago. 2021.





BROOKS, S.K.; WEBSTER, R.K.; SMITH, L.E.; WOODLAND, L.; WESSELY, S.; GREENBERG, N.; RUBIN, G. J. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **Lancet**, v. 395, p. 912-920, Mar, 2020. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2820%2930460-8>. Acesso em: 14 jun. 2021.

CASTRO-DE-ARAÚJO, L. F. S.; STRINA, A.; GRASSI, M. F. R. G.; TEIXEIRA, M. G. Aspectos clínicos e terapêuticos da infecção da COVID-19. Salvador: FioCruz/CIDACS, p.1-14, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/40662/2/Aspectos-cl%C3%ADnicos-e-terap%C3%A9uticos-da-infec%C3%A7%C3%A3o-da-COVID-19-1.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.

CAVALCANTE, F. G.; MINAYO, M. C. Estudo qualitativo sobre tentativas e ideias suicidas com 60 pessoas idosas brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n.6, p. 1655-1666, 2015.

CORREIA, S.; LUCK, S.; VERNER, E. Pandemics depress the economy, public health interventions do not: Evidence from the 1918 Flu. **Social Science Research Network**. n. 4, 2020. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3561560>. Acesso em: 06 ago. 2021.

DUARTE, M. de Q.; SANTO, M. A. da S.; LIMA, C. P.; GIORDANI, J. P.; TRENTINI, C. M. COVID-19 e os impactos na saúde mental: uma amostra do Rio Grande do Sul, Brasil. **Rev Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3401-3411, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ghSHWNYkP6gqJm4LQVhkB7g/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2021.

GUTIERREZ, D. M. SOUSA, A. B. L. GRUBITS, S. Vivências subjetivas de idosos com ideiação e tentativa de suicídio. **Rev Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 6, p. 1731-1740, 2015.


ISHIKAWA, R. Z. I may never see the ocean again: Loss and grief among older adults during the COVID-19 pandemic. **Psychological trauma: theory, research, practice and policy**, v. 12, n. 1, p. 85-86, 2020.

IASC. Inter-Agency Standing Committee. Como lidar com os aspectos psicossociais e de saúde mental referentes ao surto de COVID-19. Geneva: IASC, versão 1.5., 2020. Disponível em: <https://interagencystandingcommittee.org/system/files/2020-03/IASC%20Interim%20Briefing%20Note%20on%20COVID-19%20Outbreak%20Readiness%20and%20Response%20Operations%20-%20MHPSS%20-%28Portuguese%29.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

LI, W.; YANG, Y.; LIU, Z. H.; ZHAO, Y. J.; ZHANG, Q.; ZHANG, L.; CHEUNG, T.; XIANG, Y. T. Progression of mental health services during the COVID-19 outbreak in China. **International Journal of Biological Sciences**, v. 16, n.10, p. 1732-1738, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7098037/>. Acesso em: 04 ago. 2021.

LIANG, T. *Zhejiang University School of Medicine. Handbook of COVID-19: Prevention and treatment*. Paris: International Association of Universities, UNESCO. n. 30, 2020. Disponível em: <http://www.zju.edu.cn/english/2020/0323/c19573a1987520/page.htm>. Acesso em: 04 ago. 2021.

LUCCHINI, M. L. K.; VECCHIA, M. F. D.; HEINEN, M.; FERRETO, L. E. D.; WENDT, G. Fatores de risco para o suicídio em idosos antes e durante o período de confinamento por COVID-19. **Res Soc Dev**, v. 9, n. 12, p. 1-26, 2020.



NABUCO, G.; OLIVEIRA, M. H. P. P.; AFONSO, M. P. D. O impacto da pandemia pela COVID-19 na saúde mental: qual é o papel da Atenção Primária à Saúde? **Rev Bras Med Fam Comum**, v. 15, n. 42, p. 1-11, 2020.

ORNELL, F.; SCHUCH, J. B.; SORDI, A. O.; KESSLER, F. H. P. “Pandemic fear” and COVID-19: mental health burden and strategies. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 42, n. 3, p. 232-235, 2020.

QIU, J.; SHEN, B.; ZHAO, M.; WANG, Z.; XIE, B.; XU, Y. A nationwide survey of psychological distress among Chinese people in the COVID-19 epidemic: implications and policy recommendations. **General Psychiatry**, v. 33, e100213, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1136/gpsych-2020-100213>. Acesso em: 04 ago. 2020.

SADIR, M. A.; BIGNOTTO, M. M.; LIPP, M. E. N. Stress e qualidade de vida: influência de algumas variáveis pessoais. **Paideia**, v. 20, n. 45, p. 73-81, 2010.

SHONKOFF, J. *Stress, resilience, and the role of science: Responding to the coronavirus pandemic*. Cambridge, EUA: Center on Developing Child. 2020. Disponível em: <https://developingchild.harvard.edu/stress-resilience-and-the-role-of-science-responding-to-the-coronavirus-pandemic/>. Acesso em: 04 ago. 2020.

SCHMIDT, B.; CREPALDI, M. A.; BOLZE, S. D. A.; NEIVA-SILVA, L.; DEMENECH, L. M. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estud psicol**, v. 37, p. 1-13, 2020.

SHOJAEI, S. F.; MASOUMI, R. The importance of mental health training for psychologists in COVID-19 outbreak. **Middle East Journal of Rehabilitation and Health Studies**, v. 7, n. 2, 2020. Disponível em: <https://sites.kowsarpub.com/mejrh/articles/102846.html>. Acesso em: 04 ago. 2020.

SHUJA, K. H.; AQEEL, M.; JAFFAR, A.; AHMED, A. COVID-19 pandemic and impending global mental health implications. **Psychiatr Danub**, v. 32, n. 1, p. 32-35, 2020.

SILVA, H. G. N.; SANTOS, L. E. S. dos; OLIVEIRA, A. K. S. de. Efeitos da pandemia do novo Coronavírus na saúde mental de indivíduos e coletividades. **J Nurs Health**, v. 10, n. e20104007, p. 1-10, 2020. Disponível em: [https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/06/1097482/4-efeitos-da-pandemia-do-novo-coronavirus-na-saude-mental-de-i\\_fNxf8zd.pdf](https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/06/1097482/4-efeitos-da-pandemia-do-novo-coronavirus-na-saude-mental-de-i_fNxf8zd.pdf). Acesso em: 04 ago. 2020.

VAN BAVEL, J. J.; BOGGIO, P. S.; CAPRARO, V.; CICHOCKA, A.; CIKARA, M.; CROCKETT, M. J.; WILLER, R. Using social and behavioural science to support COVID-19 pandemic response. 2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.31234/osf.io/y38m9>. Acesso em: 06 ago. 2021.

XIANG, Y.T.; YANG, Y.; LI, W.; ZHANG, L.; ZHANG, Q.; CHEUNG, T.; NG, C. H. Timely mental health care for the 2019 novel coronavirus outbreak is urgently needed. **Lancet Psych**, v. 7, n. 3, p. 228-229, mar. 2020. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S2215-0366%2820%2930046-8>. Acesso em: 03 ago. 2021

WEIDE, J. N.; VICENTINI, E. C. C.; ARAUJO, M. F.; MACHADO, W. L.; ENUMO, S. R. F. **Cartilha para enfrentamento do estresse em tempos de pandemia**. Porto Alegre:



PUCRS/PUC-Campinas., 2020. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2020/04/cartilha-enfrentamento-do-estresse.pdf.pdf>. Acesso em agosto de 2021.

ZHANG, J.; WU, W.; ZHAO, X.; ZHANG, W. Recommended psychological crisis intervention response to the 2019 novel coronavirus pneumonia outbreak in China: a model of West China Hospital. **Precision Clinical Medicine**, v. 00, n. 00, p. 1-6, 2020. Disponível em: [ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7107095/pdf/pbaa006.pdf](https://ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7107095/pdf/pbaa006.pdf). Acesso em agosto de 2021.



# CAPÍTULO 27

## A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO REMOTO NO ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DA PANDEMIA

**Sandra Regina dos Reis**, Doutora em Educação, UENP  
**Keila da Silva Chuengue**, Pedagoga, UENP  
**Bruna Espinosa Ramires**, Pedagoga, UENP

### RESUMO

A pandemia de covid 19 implantou um novo normal na educação brasileira no ano de 2020. Medidas de segurança como isolamento social e fechamento das escolas, fez com que os estados e municípios buscassem alternativas para condução da educação escolar. O estado do Paraná desencadeou ações como a produção de legislação específica e, ainda no mês de abril de 2020, apresentou um modelo próprio para rede estadual. Ancorada nessas ações, emergiu a necessidade de estudos na área. Nesse contexto, insere-se este estudo que busca responder à questão: como ocorreu o processo de implantação do ensino remoto na rede estadual do Paraná no período de 2020 a início de 2021, com relação ao amparo legal? Com o objetivo de analisar o aparato legal que subsidiou a implantação das atividades remotas na rede estadual do Paraná no período de pandemia, foi realizada uma pesquisa com análise documental do aparato legal publicado pela instância estadual. A coleta ocorreu desde o mês de março de 2020 ao início do ano de 2021, nos sites oficiais do governo do Estado do Paraná e jornais. A pesquisa revelou que o Estado do Paraná criou e adotou um modelo de ensino remoto de forma emergencial para atender a continuidade de ano letivo e do calendário escolar. Porém, esbarrou em fatores como a falta de preparo das escolas, necessidade de formação dos professores e condições de acesso das famílias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Remoto. Pandemia. Ensino no Paraná. Educação na Pandemia.

### INTRODUÇÃO

O Estado do Paraná em atendimento ao isolamento social e às orientações do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Ministério da Educação (MEC) fechou em março de 2020 as instituições de todos os níveis de ensino, tanto na instância pública como privada.

Ações foram estabelecidas para dar continuidade e assegurar o encaminhamento do ano letivo na rede estadual. Ainda no início do mês de abril, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) com apoio do Conselho Estadual de Educação (CEE) comunicou a preparação de um sistema de Educação a Distância (EaD) para atender aos alunos. O modelo proposto visava a interação entre estudantes e docentes e a possibilidade de envio de materiais de estudo,





links e atividades extras para complementar o estudo do conteúdo (PARANÁ/PIÁ, 2020a).

O processo de instituição do ensino remoto fez surgir dúvidas e questionamentos. Abriu campo de pesquisa no qual este estudo se integra e tem como fim responder à questão: como ocorreu o processo de implantação do ensino remoto na rede estadual do Paraná no período de 2020 a início de 2021, com relação ao amparo legal?

Com o objetivo de analisar o aparato legal que subsidiou a implantação das atividades remotas na rede estadual de ensino do Paraná no período de pandemia, foi realizada uma pesquisa com levantamento e análise dos documentos publicados no âmbito estadual, relativa à educação no período de 2020 ao início de 2021. A coleta ocorreu desde o fechamento das escolas ao início do ano de 2021. Foram realizadas buscas nos sites da SEED e do Conselho Estadual do Estado do Paraná – CEE, seguida da análise dos documentos publicados por esses órgãos, bem como em jornais.

Em meio ao desconforto causado pela pandemia de covid 19, o estudo buscou contribuir com o contexto educacional, ao traçar um panorama da educação escolar no ano de 2020 a 2021 no estado do Paraná, ofertando subsídios para compreensão dos caminhos percorridos e do cenário que se encontra atualmente a educação escolar.

## **AÇÕES DA EDUCAÇÃO DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA NO PARANÁ**

Sistema Estadual de Ensino do Paraná compreende nove Instituições de Ensino Superior (IES) e mais de 8.000 instituições de Educação Básica, que envolve da Educação Infantil ao Ensino Médio (PARANÁ/CEE, 2020a), além de variadas formas de organização, cursos e modalidades de ensino.

Com a pandemia de covid 19 no início do ano de 2020, ações de enfrentamento foram implantadas no âmbito da educação escolar, sendo instituído o primeiro Decreto Estadual de nº 4.230 de 16 de março de 2020, que sofreu pequenas alterações com o Decreto de nº 4258 de 18 de março de 2020.

Os decretos tiveram como finalidade a proposição de medidas de segurança nas escolas para enfrentamento da covid 19. De imediato, as atividades escolares presenciais foram suspensas e a rotina escolar foi afetada. O primeiro período de fechamento das escolas pode ser considerado como antecipação do recesso escolar que ocorre no mês de julho das escolas.

No tocante às aulas presenciais, o primeiro Decreto, de nº 4.230 de 16 de março de 2020



dispôs:

Art. 8º As aulas presenciais em escolas estaduais públicas e privadas, inclusive nas entidades conveniadas com o Estado do Paraná, e em universidades públicas ficam suspensas a partir de 20 de março de 2020. Parágrafo único. O período de suspensão poderá ser compreendido como antecipação do recesso escolar de julho de 2020, a critério da autoridade superior dos Órgãos e Entidades relacionados no caput deste artigo (PARANÁ/CEE, 2020a).

Muitas incertezas se faziam presentes no mês de março de 2020 e não havia como prever os desdobramentos da pandemia. Com o intuito de subsidiar as decisões do governo estadual e orientar o sistema educacional, o CEE elaborou orientações para legitimar as ações desencadeadas no estado. Em 31 de março de 2020 publicou a Deliberação CEE/CP nº 01/2020, que amparou o regime especial para o desenvolvimento das atividades escolares no Ensino do Estado do Paraná e autorizou as instituições de ensino a ofertar atividades não presenciais na Educação Básica e Educação Superior (PARANÁ/CEE, 2020a).

A Deliberação CEE/CP nº 01/2020 seguiu a mesma linha de ação do CNE, com orientações e ordenamento para o desenvolvimento das atividades escolares. A decisão de suspensão do calendário acadêmico ou manutenção de forma não presencial recaiu sobre as direções das instituições e redes de ensino, desde que acordadas com suas mantenedoras. O decreto trouxe ainda a compreensão do entendimento de atividades escolares não presenciais.

Art. 4º As atividades escolares não presenciais são aquelas utilizadas pelo professor da turma ou do componente curricular para a interação com o estudante por meio de orientações impressas, estudos dirigidos, *quizzes*, plataformas virtuais, correio eletrônico, redes sociais, chats, fóruns, diário eletrônico, videoaulas, audiochamadas, videochamadas e outras assemelhadas (PARANÁ/CEE, 2020a).

Coube à rede estadual, municipais e às instituições privadas a decisão quanto à forma mais adequada de desenvolvimento das atividades escolares durante o período de regime especial. Também a organização das atividades escolares condizentes com sua realidade e comunidade, o levantamento dos meios e recursos que dispunham, a identificação de suas possibilidades com aporte da legislação educacional e a decisão sobre as providências e caminhos a serem tomados durante o período de suspensão de aulas (PARANÁ/CEE, 2020a). Assim, com suporte de seu mantenedor, cada rede ou instituição adotou um modelo de ensino com atividades remotas, online ou outros, porém sempre apoiadas nas Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC). Coube ainda, a cada rede a responsabilidade pela elaboração da proposta de readequação do seu calendário escolar, desde que atendidas as orientações nacionais e estaduais.

A Deliberação CEE/CP nº 01/2020 orientou que as instituições identificassem os conteúdos a serem ofertados a partir da grade curricular e fizesse a transposição para o ensino



não presencial. Nesse processo, destacou a necessidade de assegurar a garantia das condições necessárias de acesso aos estudantes e professores, uma vez que isso implica na qualidade do ensino ofertado. Salientou ainda a necessidade de as instituições cercarem-se de cuidados para que as atividades não presenciais não fossem simplesmente um repasse de conteúdos e exercícios. Deliberou que as instituições buscassem formas de transpor a barreira da presencialidade e conduzissem o aluno à aprendizagem, ainda que a mesma não se efetivasse da mesma maneira que ocorre com a presença do professor.

Segundo a Deliberação, não deveria haver a equiparação das atividades com os dias letivos, pois não é a substituição de um pelo outro, mas uma nova organização da forma de ensinar e aprender. Esse foi um dos grandes desafios que se impôs aos professores: reorganizar o processo de ensino e de aprendizagem já consolidado na sala de aula presencial de forma remota. É preciso considerar ainda que, “no Paraná, praticamente um terço da população não tem acesso à internet, conforme os dados mais recentes do IBGE, divulgados em 2018” (KOWALSKI, 2018). Essa realidade ainda é presente nas escolas hoje.

Mediante à autorização de oferta não presencial, a SEED implantou, de forma acelerada na rede estadual um modelo de ensino com transmissão de aulas remotas e disponibilização de conteúdo didático, por meio de um sistema multiplataforma - Aula Paraná (PARANÁ/PIÁ, 2020b). O sistema foi estruturado em tempo recorde e envolveu cinco formas: três canais digitais de televisão aberta; plataforma na internet, com teleaulas publicadas no *youtube*; salas de aula virtuais no *Google Classroom*; aplicativo desenvolvido para uso do celular e material impresso disponibilizado e entregue à família do aluno pela escola a qual o aluno encontrava-se matriculado (PEREIRA, 2020).

A criação do aplicativo da Aula Paraná buscava aproximar o aluno com o professor e com a turma. Também possibilitar o acompanhamento por meio de uma sala de aula virtual com chat online, com interação onde o professor podia conversar e sanar dúvidas. No *Google Classroom* foram armazenados vídeos e o material transmitido nos canais de TV e no aplicativo da Aula Paraná.

Ferramentas das TDIC foram disponibilizadas ao professor que passou a atuar como mediador, cabendo-lhe ainda a tarefa de postar materiais de apoio e de definir prazos de entrega das atividades. Porém, não houve preparar do professor para atuar com o sistema, com as ferramentas ou como esse “novo modelo”.

As ações iniciais de implantação do ensino remoto ocorreram de forma aligeirada e



causou reação de professores e sindicatos que se pronunciaram contrários. A exemplo do que ocorreu nas redes municipais e privadas, na instância estadual as mudanças não foram relegadas apenas ao âmbito dos sistemas e ao interior das instituições. Estenderam à vida e à rotina dos professores que tiveram seus afazeres modificados e precisaram se readaptar para conseguir atender aos alunos com uma “modalidade de ensino totalmente diferente daquela que eles estavam acostumados e também haviam aprendido a trabalhar ao longo de suas formações profissionais” (KOWALSKI, 2020). O professor não deixou de ministrar aula ou de ensinar, mas teve que buscar novas formas e se reinventar. Para isso, contou com a troca de experiência e apoio de um grupo de professores que já tinha familiarização com a EaD.

A SEED (PARANÁ/PIÁ, 2020a) produziu e veiculou as aulas nos canais da Aula Paraná, sendo que as mesmas foram realizadas por professores da rede estadual convidados, a quem coube também a elaboração de material específico.

O aplicativo Aula Paraná e o *classroom* ofereceram suporte às escolas e aos professores. Porém, não se mostraram suficientes no processo de orientação dos alunos e famílias. Tendo em vista o alcance de um maior número de alunos, a melhoria da comunicação e o auxílio no entendimento das atividades e conteúdos, foram criados grupos em redes sociais que os alunos já possuíam familiaridade, como o WhatsApp por exemplo (CORDEIRO, 2020a).

Outro aspecto salientado na Deliberação CEE/CP nº 01/2020 que merece ser destacado, pois interfere diretamente na qualidade de ensino é a necessidade de se tecer um olhar sobre realidade na qual a escola está inserida. Precisa ser considerada pelas instituições, as condições socioeconômicas dos estudantes, famílias e professores; equipamentos que a escola e os alunos dispõem, tais como computadores, celulares e internet, formas de acesso às atividades remotas, a localização das residências dos alunos, bem como as condições de contato com a escola.

Contrariando o pensamento inicial do momento da pandemia, o ensino remoto não se efetivou em um curto período de tempo, mas se estendeu por todo o ano letivo de 2020, adentrou 2021. A impossibilidade de retorno das aulas presenciais fez com que os governos federais, distrital, estaduais e municipais avaliassem periodicamente as medidas educacionais e apresentassem novas ações para subsidiar e amparar a continuidade do ensino remoto, possibilitando correções e alterações nos procedimentos já instituídos.

Após os meados do mês de julho de 2020 e com crença na contenção da pandemia, o governo estadual e o CEE sinalizaram a possibilidade de volta às atividades presenciais, desde que seguidos protocolos de segurança criados especificamente para o sistema educacional de





forma a atender às recomendações sanitárias e respeitar as diferenças de cada localidade e regionalidade.

Em 4 de setembro de 2020, o CEE publicou a Deliberação CEE/CP nº 05/20 com as normas para a retomada. Deliberou que retorno deveria ocorrer de forma gradual, sendo necessário adotar estratégias para a retomada, como a tomada das faixas etárias dos alunos como referência para escalonamento do retorno em momentos diferenciados. Coube à instituição a responsabilidade de avaliar a possibilidade de retorno, considerando-se suas condições de ensino, dos alunos, professores e demais trabalhadores.

A Deliberação estabeleceu a necessidade de adoção de “um sistema híbrido com a oferta simultânea e/ou complementar, por meio de atividades presenciais e não presenciais” (PARANÁ/CEE, 2020b). Neste sistema poderiam participar das atividades presenciais apenas um percentual de alunos. Os demais deveriam estudar de forma remota, com aulas via internet em tempo real ou outra forma, conforme o já adotado pela instituição ou rede de ensino. O rodízio entre grupos foi apontado como alternativa para atendimento de todos os alunos de uma mesma sala. Para frequência às aulas presenciais, a rede estadual passou a exigir autorização escrita dos pais, redigida em modelo específico e encaminhada à escola.

A reorganização pedagógica do ano letivo coube à responsabilidade das instituições e seus mantenedores, ressaltou a Deliberação CEE/CP nº 05/20, sendo necessária a elaboração de um plano de retorno das atividades presenciais e realização de avaliação diagnóstica. Destacou ainda, atenção especial com a observância que a retomada das atividades presenciais não que resultassem em sobrecarga aos estudantes. Coube ainda às instituições, a busca por alternativas de recuperação e retomada de conteúdos que não puderam ser trabalhados durante o recesso da pandemia. Considerando as adequações necessárias, a Deliberação oportunizou a extensão do ano letivo de 2020 para o ano civil de 2021.

Já no final do ano 2020, o CEE publicou a Deliberação CEE/CP nº 09/20 de 30 de novembro de 2020 que possibilitou às instituições públicas ou privadas do Sistema Estadual de Ensino do Paraná, a conclusão do ano letivo de 2020, desde que atendidas as condições de ensino, conforme prevista na Lei Federal n.º 14.040/2020, seus respectivos Planos de Curso e Projetos Político Pedagógicos. Para isso, destacou algumas orientações como a entrega de relatório final de fechamento do ano letivo validado pelo Conselho Escolar, relato das atividades não presenciais realizadas com descrição da metodologia utilizada, demonstração dos recursos tecnológicos utilizados, apresentação da metodologia remota de aproveitamento



da oferta e data de início e término das atividades presenciais e não presenciais com as específicas cargas horárias (PARANÁ/CEE, 2020c).

O início do ano de 2021 e o anúncio de vacina contra o coronavírus, acenou um controle maior sobre a pandemia e reacendeu a crença no retorno das atividades presenciais. Porém, o momento pandêmico seguiu em crescimento acentuado e conduziu à manutenção e até à adoção de medidas ainda mais restritivas. Em meio a esse agravamento, o governo do Estado do Paraná publicou o Decreto nº 6637 de 20/01/2021 que autorizou, sem muita novidade, a retomada das aulas presenciais em escolas estaduais públicas e privadas, mediante o cumprimento de ações orientadas pelo Ministério e Secretaria de Estado da Saúde de combate à pandemia.

O CEE também se mostrou favorável e publicou a Deliberação CEE/CP nº 01/2021 de 05 de fevereiro de 2021 com orientações ao Sistema Estadual de Ensino para o retorno presencial das aulas e normas para a organização do ensino híbrido. Em atendimento à Deliberação CEE/CP nº 05/20, destacou como uma das providências para preservar a saúde dos alunos, professores e outros profissionais, a retomada de forma híbrida e gradual. Nesta deliberação, a proposta de ensino híbrido ganhou ainda mais força, mas permaneceu condicionado à adoção dos mesmos recursos pedagógicos e tecnológicos indicados na Deliberação CEE/CP nº 01/2020 de 31/03/2020.

A possibilidade de retomada contou com o aval da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA, por meio da Resolução SESA nº 98/2021 de 03/02/2021 que a autorizou, desse que atendidos os protocolos de biossegurança já destacados nas deliberações do CEE. Reforçou a necessidade de medidas como uso de álcool gel, máscara e atendimento a um limite de 30% (trinta por cento) da quantidade total de alunos e com distanciamento de 1,5 metros na sala de aula.

No entanto, a decisão e organização do retorno às atividades presenciais nas redes municipais e privadas permaneceu sob a responsabilidade de prefeituras e mantenedores. Na rede estadual a expectativa era meados do mês de fevereiro, mas o agravamento da pandemia fez com que o retorno fosse adiado diversas vezes. Em meio a esse cenário, a rede estadual ensaia um retorno lento e gradual que se estende em todas as escolas do estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já no início da pandemia, houve resposta rápida no tocante à produção legal para amparar as decisões e ações de continuidade do aluno letivo e do calendário escolar. Na rede



estadual do Estado do Paraná houve a implantação do ensino remoto em tempo recorde e de forma aligeirada.

Apesar do momento emergencial, a proposta apresentada desestabilizou o setor educacional, conduzindo à desconfiança a existência de um modelo já pronto. Também, gerou críticas e até rejeição por parte dos professores e famílias dos alunos. Estas inicialmente foram mais acirradas sob o argumento de desmonte do ensino presencial, ausência de consulta pública e de formação imediata dos professores. No tocante às famílias, a reação também foi de descontentamento, em função da adoção de recursos tecnológicos que muitos não dispunham, tais como computadores, celulares e acesso à internet compatível com a necessidade.


Atréadas a essas dificuldades estruturais, também se evidenciou as pedagógicas. Os pais não se sentiram em condições de ensinar os filhos e muitos não tinham domínio de conteúdo e didático para assumir a educação do filho em casa. Por outro lado, os professores não se sentiram preparados para conduzir com segurança o processo de ensino e aprendizagem de forma remota. A maioria da rede estadual nunca havia trabalhado com EaD e outro tanto pertence ao grupo de opositores aos modelos de educação assentados na EaD.

O prolongamento da pandemia amenizou o descontentamento e as críticas. No presente momento, prevalece o consenso que o ensino remoto constitui uma alternativa real e viável, senão a única, para dar continuidade às atividades escolares e amenizar os efeitos que a ausência à escola causa sobre a aprendizagem e das crianças e jovens. Também evidenciou ainda mais a necessidade de colaboração de toda a comunidade escolar no processo educacional e ratificou a importância da parceria escola e família.

É certo que, mais de um ano de afastamento da escola causou prejuízos pedagógicos e emocionais aos alunos. Recuperar o atraso escolar constitui só mais um dos desafios que se impõe aos professores e à escola que, mais uma vez precisará novamente se reinventar no retorno. O processo continua. A volta ao ensino presencial, forjada durante todo ano de 2020, assume agora maior robustez e requer políticas públicas urgentes e amparo legal que sustente as ações a serem desencadeadas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020.** Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.040-de-18-de-agosto-de->



2020-272981525 Acesso em: 10 Ago 2020.

CORDEIRO, Luciane. Para educadores, ensino remoto oferecido no Paraná precisa ser adaptado: Não se pode tratar todas as escolas igualmente. **Jornal O Globo - G1-PR**, 21/05/2020a. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2020/05/21/para-educadores-ensino-remoto-oferecido-no-parana-precisa-ser-adaptado-nao-se-pode-tratar-todas-as-escolas-igualmente.ghtml> Acesso em: 15 Ago 2020.

KOWALSKI, Rodolfo Luis. Professores do Paraná se reinventam para cativar alunos nas aulas remotas. **Bem Paraná**, 14/10/20. Disponível em:

<https://www.bemparana.com.br/noticia/professores-da-rede-estadual-se-reinventam-para-cativar-alunos-com-aulas-remotas#.YFD4c51Kg2w> Acesso em: 20 Nov 2020.

PARANÁ. **Decreto nº 4.230 de 16 de março de 2020a**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19. Disponível em:

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390948> Acesso em: 19 Mai 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4258 de 18 de março de 2020b**. Altera dispositivos do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19. Disponível em:

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391068#:~:text=8%C2%BA%20As%20aulas%20em%20escolas,20%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020>. Acesso em: 19 Mai 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6637 de 20 de janeiro de 2021**. Altera o art. 8º do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus-COVID-19. Disponível em:

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=408347> Acesso em: 12 Fev 2021.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE/CP nº 01/20 de 31 de março de 2020a**. Instituição de regime especial para o desenvolvimento das atividades escolares no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná em decorrência da legislação específica sobre a pandemia causada pelo novo coronavírus - COVID-19. Disponível em:

[http://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-03/deliberacao\\_01\\_20\\_alt\\_02\\_e\\_03-20\\_0.pdf](http://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/deliberacao_01_20_alt_02_e_03-20_0.pdf) Acesso em: 19 Mai 2020.

\_\_\_\_\_. **Deliberação CEE/CP nº 05/20 de 4 de setembro de 2020b**. Normas para o retorno das aulas presenciais no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, no ano letivo de 2020. Disponível em:

[http://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos\\_restritos/files/migrados/File/pdf/Deliberacoes/2020/deliberacao\\_05\\_20.pdf](http://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Deliberacoes/2020/deliberacao_05_20.pdf) Acesso em: 17 Out 2020.

\_\_\_\_\_. **Deliberação CEE/CP nº 09/20 de 30 de novembro de 2020c**. Alteração da Deliberação CEE/PR nº 01/2020-CEE/PR, para fins especificamente de conclusão do ano letivo de 2020. Disponível em:

[http://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos\\_restritos/files/migrados/File/pdf/Deliberacoes/2020/deliberacao\\_09\\_20.pdf](http://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Deliberacoes/2020/deliberacao_09_20.pdf) Acesso em: 10 Dez 2020.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE/CP nº 01/2021 de 05 de**





**fevereiro de 2021.** Normas para a organização do ensino híbrido e outras providências, em vista do caráter excepcional, no ano letivo de 2021, no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Disponível em: [http://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-02/deliberacao\\_01\\_21.pdf](http://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-02/deliberacao_01_21.pdf). Acesso em: 10 Fev 2021.

PARANÁ/PIÁ. Educação desenvolve EaD com foco no protagonismo do professor. 02/04/2020a. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Educacao-desenvolve-EaD-com-foco-no-protagonismo-do-professor> Acesso em: 19 Mai 2020.

PARANÁ/PIÁ. **Baseado em cinco pilares, EaD Aula Paraná se consolida e alcança 1 milhão de alunos no estado.** 16/05/2020b. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Baseado-em-cinco-pilares-EaD-Aula-Parana-se-consolida-e-alcanca-1-milhao-de-alunos-no> Acesso em: 25 de maio de 2020. Acesso em: 19 Mai 2020.

PARANÁ/SESA. **Resolução SESA nº 98 de 03 de fevereiro de 2021.** Regulamenta o decreto Estadual nº 6.637, de 20 de janeiro de 2021 e dispõe sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle da COVID-19 nas instituições de ensino públicas e privadas do Estado do Paraná para o retorno das atividades curriculares e extracurriculares. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=408975#:~:text=Resolve%3A,n%C3%A3o%20presenciais%20j%C3%A1%20em%20curso>. Acesso em: 02 Fev 2021.



# CAPÍTULO 28

DOI: 10.47402/ed.ep.c202174223561

## A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS DOMÉSTICAS E DIARISTAS NA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS

**Adriana Lessa Cardoso**, Doutoranda em Educação, PPGE/UFPeL  
**Leticia Mossate Jobim**, Doutoranda em Educação, PPGE/UFPeL  
**Jamile Wayne**, Doutoranda em Educação, PPGE/UFPeL  
**Márcia Alves da Silva**, Doutora em Educação e Professora PPGE/UFPEL

### RESUMO

Esse artigo apresenta e discute dados de uma investigação realizada com empregadas domésticas e diaristas brasileiras no período da pandemia do novo coronavírus. O objetivo é dar visibilidade ao contexto de precariedade e vulnerabilidade do trabalho profissional das domésticas e diaristas nesse momento. A metodologia qualitativa possibilitou partir do relato de experiência de Tatiana, configurando limites e criando instrumentos de levantamento de dados. Dessa forma, foi possível pensarmos um meio de acessar outras informações e construir um questionário *online* que disponibilizamos na plataforma Google. Assim, procuramos conhecer e problematizar, sob o ponto de vista empírico das trabalhadoras, como a crise pandêmica vem agravando a crescente precarização das condições de vida e trabalho dessa parcela de mulheres trabalhadoras, pertencentes às classes populares.

**Palavras-chave:** trabalho doméstico; mulheres; coronavírus; precarização.

### INTRODUÇÃO

Sabemos que a pandemia do novo coronavírus tem alterado profundamente a vida de muitas pessoas. Isso se torna mais visível no que se refere às mulheres. Para estas, o vírus tem afetado sobremaneira e visibilizado sua faceta mais brutal, de desigualdade e exclusão. Importante pensarmos nas consequências econômicas do vírus, que extrapola e amplia o seu próprio caráter de destruição. Para além da doença em si, a sociedade brasileira e o mundo em geral é provocado a pensar e repensar o contexto pandêmico em diversas áreas do conhecimento.

Dessa forma, podemos dizer que a pandemia de coronavírus não se trata apenas de um assunto restrito às áreas da saúde, o qual não negamos sua importância - especialmente colocada neste momento específico, onde a ciência médica se debruça na busca desenfreada pela criação de uma vacina que possa, de alguma forma, apontar para uma superação desse quadro mundial de mortes que assusta e amedronta – mas esse novo contexto traz em seu bojo problemas sociais



que talvez não sejam tão novos, mas que tem sido enormemente aprofundados nesse período. Conforme Mascaro (2020), não se pode limitar a pandemia às explicações da natureza, pois trata-se de uma crise social e histórica. Para ele,

No fundamental, a dinâmica da crise evidenciada pela pandemia é do modelo de relação social, baseado na apreensão dos meios de produção pelas mãos de alguns e pela exclusão automática da maioria dos seres humanos das condições de sustentar materialmente sua existência, sustento que as classes desprovidas de capital são coagidas a obter mediante estratégias de venda de sua força de trabalho. O modo de produção capitalista é a crise. (MASCARO, 2020, p.06).

Podemos afirmar isso quando pensamos especificamente no que se refere às mulheres, especialmente as mulheres brasileiras. Dados do divulgados por Peret (2019), apontam a precariedade das mulheres no mundo do trabalho. No entanto, o contexto pandêmico tem trazido à tona novos desafios, que se somam aos desafios já existentes, o que agrava muito as condições de vida e de trabalho das mulheres dos países latino-americanos.

O objetivo dessa escrita é dar visibilidade a situação de precariedade e vulnerabilidade do trabalho profissional das domésticas e diaristas, especialmente no período em que vivemos a pandemia do Coronavírus no Brasil. Procuramos conhecer e problematizar, sob o ponto de vista empírico das trabalhadoras, como a crise pandêmica agravou a crescente precarização do trabalho das empregadas domésticas e diaristas.

Atualmente vivemos um contexto de apreensão com a chegada do novo Coronavírus no país, ainda mais porque, no cotidiano, as medidas sanitárias extremas e necessárias causam uma sensação inimaginável de medo. Acrescente-se a isso, a grande dificuldade diária de mulheres, na sua maioria racializadas, que trabalham no limite da exploração, invisibilidade e desvalorização. Desse modo, ao buscarmos o ponto de vista concreto vivido, fomos motivadas pelo relato de uma diarista, que vamos chamar de Tatiana, e suas relações de trabalho durante a pandemia. Para Tatiana, as medidas sanitárias não iriam atingir somente os aspectos psicológicos que o isolamento social ocasiona, mas provocar uma avalanche, um grande impacto nos seus meios de sobrevivência. Ela não poderia parar de trabalhar, se parasse não teria como manter sua família. Nesta situação, a família de Tatiana é uma fiel representação da situação vivida por muitas mulheres brasileiras. Partindo da experiência vivida por esta mulher negra, realizamos uma pesquisa *online*, para conhecer a situação de outras diaristas e/ou empregadas domésticas neste período da pandemia do Coronavírus. Para isso, importante considerar que as trabalhadoras domésticas representam, hoje, cerca de 6 milhões de mulheres no Brasil, o que corresponde a quase 15% das trabalhadoras ocupadas, 10% das brancas e 18,6% das negras (PINHEIRO, 2020). Além disso, 57,6% das trabalhadoras domésticas são negras



(SILVA, 2013, p.121).

## **TRABALHO DOMÉSTICO: INVISIBILIDADE E PRECARIZAÇÃO**

No Brasil, de acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2015) a renda domiciliar per capita média em reais, mostra as desigualdades de sexo e raça. A diferença calculada em porcentagem de homens brancos em relação às mulheres brancas é de 7%, ao usar o recorte gênero e de raça passa para 103% (IPEA, 2015). As desigualdades referente a renda domiciliar per capita somam-se ao alto percentual de lares chefiados por mulheres, isto é, as mulheres assumem a responsabilidade de serem as únicas provedoras e cuidadoras de seus lares, não dividindo responsabilidades com os pais ou outros companheiros, causando um empobrecimento das mulheres, por ter que assumir responsabilidades de únicas provedoras de seus filhos/as. No Brasil, as mulheres negras são 41% na posição de chefe de família<sup>14</sup> enquanto as mulheres brancas são 39%, já as mulheres indígenas não aparecem nas estatísticas. Vejamos que o trabalho feminino tem as especificidades de acordo com a classe, raça, idade entre outros marcadores.

Podemos constatar a partir desses dados, que as mulheres chefe de família são, em sua maioria, pobres e negras e enfrentam as desigualdades e as negligências de um Estado que não cumpre com seu papel social. Lélia Gonzales (1982), também nos alerta sobre a condição/situação da população negra como exército de reserva e uma massa marginal do setor do trabalho hegemônico; bem como, os estereótipos da mãe preta, aquela que aceitou a submissão, integração e harmonia racial para mascarar o racismo; e mais, a ideia de negar o racismo para ocultar a exploração da mulher negra pela mulher branca.

Para Bruschini (2007), o trabalho das mulheres implica necessariamente a combinação entre duas esferas, o público e o privado. Sorj (2008) tem pesquisado há décadas sobre as articulações entre trabalho remunerado e cuidados com a família, relação sempre tensa entre espaço público e privado. Em sua obra, mostra mudanças que vêm ocorrendo nas estruturas familiares. Destaca o aumento significativo das famílias monoparentais femininas, pois enquanto o tipo de família formada por casais e filhos declina, as famílias chefiadas só por mulheres cresceram expressivamente. Nestas, sabemos que as mulheres são geralmente as

---

<sup>14</sup> Categoria utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística - IBGE para denominar as mulheres responsáveis economicamente pelos domicílios.





únicas provedoras e cuidadoras da casa, assumindo sozinhas todo o trabalho doméstico. A esse aspecto se soma o declínio da presença de parentes nos domicílios, o que pode representar o pouco apoio que uma mulher pode contar para os afazeres domésticos (SORJ, 2008, p.78).

Conforme Kergoat (2009), o trabalho têm dois princípios organizadores, o da separação (existem trabalhos de homens e existe trabalhos de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho masculino vale mais que o trabalho feminino). Mesmo que existam nuances, este arranjo explicativo de Kergoat (2009) e Bruschini (2007) nos ajuda a compreender as diferenças impostas pela sociedade capitalista, patriarcal e colonizadora.

O trabalho doméstico não remunerado está atrelado à ideia patriarcal de uma natureza feminina, pois as tarefas de cuidado e do cotidiano foram naturalizadas como deveres das mulheres, embora fossem indispensáveis para a proposta capitalista/patriarcal ser bem-sucedida, não eram visibilizadas e nem valorizadas conforme esses sistemas. Segundo Federici a “[...] ‘domesticação’ das mulheres se deu a partir de políticas que a classe capitalista introduziu com o fim de disciplinar, reproduzir e expandir o proletariado” (2017, p. 129). A autora ainda destaca, “que mesmo ausente nas análises de Marx, essa degradação das mulheres foi fundamental para a acumulação de capital” (2017, p. 146).

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. (FEDERICI, 2019, p.43).

Foram muitas as formas das mulheres se organizarem para resistir a esse sistema opressor, e todas essas atravessadas por questões como classe, raça e sexualidade, entre outros marcadores, tais como idade e nacionalidade. O trabalho doméstico, por exemplo, não foi reivindicado pelo movimento feminista como trabalho, mas foi atacado pela primeira onda que, mirando o mercado de trabalho, impuseram essa lógica a outras mulheres, imersas em outras questões de opressão. Para Abramo e Valenzuela, “a contratação de uma trabalhadora doméstica passou a ser uma forma de resolver as tensões de um contrato de gênero em crise sem alterar esse contrato” (2016, p.121).

O trabalho doméstico remunerado, na história das mulheres, se situa na linha fronteira entre a possibilidade de autonomia em relação à instituição familiar e a continuidade de uma lógica que aloca as mulheres em atividades ligadas ao contexto conjugal-familiar (FALQUET,



2016). Contudo, a realidade desse deslocamento no Brasil, como posto anteriormente, está ligada ao seu passado escravista e uma lógica escravocrata ainda presente, onde nessa divisão sexual do trabalho há também uma grande problemática envolvendo as relações de trabalho, especialmente no que diz respeito aos direitos dessas trabalhadoras domésticas.

Nesse mesmo sentido, Ávila também considera que “a trajetória do trabalho do emprego doméstico foi tecida pelos fios da dominação e da exploração patriarcal e racista que estão incontornavelmente atados à formação do sistema capitalista do país” (2016, p.138). Embora seu significado venha sofrendo constantes reconfigurações, ainda possui um caráter servil e discriminatório, fortemente vinculado à escravidão da população negra, em que a burguesia e a pequena burguesia, anseiam por dispor de servas como parte de seus domínios. Nesta relação de trabalho, de acordo com a autora:

Ainda estão presentes elementos servis que se chocam e contradizem os direitos formalmente conquistados pelas trabalhadoras domésticas, estabelecendo e preservando uma situação de forte tensionamento, cotidiano e histórico, entre servidão e cidadania (ÁVILA, 2016, p.139).

Dessa forma, o contexto da pandemia revelou a lógica perversa com a qual as trabalhadoras domésticas precisam lidar dentro dos ambientes de trabalho, pois mesmo que esse modo de pensar o trabalho doméstico não circule em todas suas experiências, é a partir dela que esse setor se movimenta e mobiliza no contexto brasileiro, haja vista a precarização e a falta de direitos da categoria. De acordo com Sueli Carneiro:

Em diferentes momentos de nossa reflexão teórica e ação política antirracista, vimos afirmando que o trabalho doméstico, tal como é considerado na sociedade brasileira, é também, emblematicamente, o elo de continuidade entre a sociedade colonial e a atual, revelando a imutabilidade de um *ethos* social, que perpetua, no presente, uma cidadania de segunda categoria no mundo do trabalho determinada por dupla injunção, a desvalorização da função social do trabalho doméstico e daquelas que o realizam (CARNEIRO, 2015, p. 8).

Podemos tomar como exemplo as famílias burguesas brasileiras que, em sua maioria, possuem uma empregada doméstica e que, de acordo com Sueli Carneiro, “são o símbolo ao qual se organizam as múltiplas relações de subordinação, como raça, classe e gênero” (2015, p.8). A autora ainda fala das formas de subjetivação provindas do processo histórico do Brasil, onde da parte subordinada espera-se lealdade, passividade e gratidão permanente aos patrões (CARNEIRO, 2015).

Nesse sentido, entendemos que o trabalho feminino tem em sua organização histórica a subalternização, a estratificação, a precarização e é altamente controlado por supervisoras/es. Por mais que alguns avanços tenham ocorrido, o que se observa na atualidade é a continuidade dessas relações de subalternização, como foi observado já desde o início da pandemia do



Coronavírus. Nesse contexto, muitas mulheres da classe média alta e “artistas elitistas”, que não vivem a preocupação da sobrevivência imediata, passaram a “brincar de casinha” e publicar em suas redes sociais, o “drama” que estavam vivendo ao terem que realizar as tarefas domésticas, bem como o cuidado com as crianças e idosos. Situação que para as classes populares é uma constante em suas vidas, pois as trabalhadoras domésticas e diaristas, além do trabalho de cuidado fora de seus lares, executam os mesmos trabalhos dentro de suas casas. Um drama agravado pela ausência ou deficiência de seguridade social.

Tatiana, inferida como sujeito do estudo, é uma mulher negra, mãe de três filhas/os e chefe de família, trabalha como diarista desde os 16 anos de idade. Ela nos relatou no início da pandemia: “Quase todas me dispensaram, e eu não sei o que fazer para sustentar minha família. Estou apavorada!”. Fomos sensibilizadas, a partir de sua narrativa, a pensar sobre a necessidade do trabalho de diaristas e empregadas domésticas nas suas relações de trabalho, considerando a frágil relação afetiva e de compromisso expressada pelos seus contratantes. Exemplo disso são as trabalhadoras domésticas que são contratadas com a falsa ideia de pertencimento familiar, criando laços afetivos desiguais que ultrapassam a relação profissional, ocasionando uma sobrecarga de trabalho não remunerado. O que expressa ser uma atividade vantajosa para o patrão/patroa e que envolve relações próximas e afetivas para a contratada, que apesar dos pequenos presentes ou sobras, basta uma crise que prevalecerá o bem-estar do contratante<sup>15</sup>.

É certo que o trabalho doméstico remunerado, exige força, disciplina e paciência por envolver uma rotina mecanizada, ironicamente visível somente quando ineficiente e que segue os rastros da vida e do prazer de privilegiados. Um trabalho frequentemente abusivo, mas de pouco reconhecimento profissional, que quase sempre tem hora para entrar, mas não tem hora para sair, que exige uma dedicação de cuidado pessoal extrema, exaustivo e sem falhas, o que implica muitas vezes não cuidar de si e de sua própria família. Um exemplo recente é o caso da morte do filho de uma empregada doméstica negra, moradora da cidade do Recife que, ao precisar continuar trabalhando em plena pandemia e sem ter escola aberta ou quem cuidasse do seu filho pequeno, precisou levá-lo consigo para o trabalho em um prédio de luxo, deixando ele

---

<sup>15</sup> Não pretendemos generalizar, pois diversas contratantes seguem a legislação, realmente criam vínculos, mas também valorizam o trabalho desempenhado. No entanto, a partir da pesquisa que conduzimos, é possível destacar contextos em que pessoas contratantes não cumprem com seus deveres patronais, o que se torna mais alarmante em plena pandemia.



por um período curto de tempo aos cuidados de sua patroa, pois teve que sair com o cãozinho da família branca que, impacientemente e futilmente, abandonou Miguel no elevador, pois estava ocupada fazendo as unhas. Tal ato causou a morte de Miguel que, deixado sozinho nos corredores do edifício alto, caiu do nono andar do prédio de luxo<sup>16</sup>. Este é um exemplo trágico, no entanto não poder cuidar dos filhos/as é uma prática muito comum para as mulheres. No Brasil, muitos gestores colocaram o trabalho doméstico como serviço essencial, mas será que realmente é essencial e sem riscos? É essencial para quem?

Este estudo nos faz perceber a função social do trabalho doméstico, que apesar da sua importância, possui muitas obrigações e quase nenhum direito, estando sempre ameaçado pelo sistema capitalista de exército de reserva, para usar uma categoria marxista. Além disso, as mulheres sofrem mais com o medo do desemprego, devido aos argumentos conservadores, sobre gravidez, licença maternidade, faltas ao trabalho para cuidar das/os filhas/os. No nosso país existe uma grande quantidade de mulheres desempregadas e sem renda, de acordo com Lola Ferreira:

[...]13,4% do total de mulheres em idade de trabalhar estavam desempregadas, enquanto 10,5% dos homens estavam na mesma situação, constatou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O desemprego no último trimestre do no passado afetava 14,5% das pessoas pretas, 13,6% das pessoas pardas e 9,5% das pessoas brancas. A taxa geral de desocupação no país era de 11,8%, o que coloca mulheres e pessoas negras acima da média nacional (FERREIRA, 2017, p.1).

O desemprego e a falta de oportunidades levam muitas mulheres a aceitar trabalhos precarizados, por terem que sustentar a si mesmas e suas famílias com um mínimo de recursos. Por isso, é tão difícil qualquer negociação entre patrões e empregadas, prevalecendo a máxima “se não quer, tem quem queira”, o que reforça o pensamento de Marx no que diz respeito ao excedente de trabalho.

Paulo Freire escreveu sobre os mitos e a manutenção do *status quo* da ordem opressora, referindo-se à falácia “(...) de que todos são livres para trabalhar onde queiram. Se não lhe agrada o patrão, pode deixá-lo e procurar outro emprego” (FREIRE, 1983, p. 163). Realmente é um mito, pois nos submetemos a muitas humilhações e condições de precariedade no trabalho, afinal, é o que temos, e no final do dia precisamos levar comida, pagar o aluguel, água e luz e, comparativamente a outros trabalhos, podemos dizer que as trabalhadoras assalariadas e /ou

---

<sup>16</sup> Para saber mais sobre caso Miguel acesse a página de notícias UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/07/01/ex-patroa-e-indiciada-por-abandono-de-incapaz-com-resultado-morte.htm>. Acesso em: 10 jul. 2020.





com trabalho flexível levam o mínimo para dentro de seus lares.

Assim, de uma maneira simbólica, seriam profissionais que vivem no limite da sobrevivência, compondo a hierarquia dentro da própria classe trabalhadora, que advém da organização social patriarcal, colonialista e capitalista. Conforme Mirla Cisne.

Entender esse processo exige compreender não apenas a dinâmica econômica restrita da exploração capitalista sobre a classe trabalhadora, mas compreender as particularidades e diferenças dos sujeitos que compõem essa classe e como o capital se apropria das mesmas para gerar lucro (CISNE, 2018, p. 33).

No Brasil, a utilização de trabalhadoras domésticas e diaristas é muito usual, contudo, normalmente têm seus direitos trabalhistas negligenciados. Podemos dizer que são quase inexistentes as empresas que contratam cumprindo as normas trabalhistas, sendo mais comum a terceirização do trabalho como manobra de melhorar a imagem da empresa, sem vinculação, oneração e, portanto, responsabilização.

Normalmente, neste setor, quando isso acontece, há uma negociação direta entre quem necessita do serviço e quem executa. Uma negociação ambígua, opaca sob o manto do doméstico, entre o trabalho feito por amor e a exploração desse fazer. A Lei 06/2012, (conhecida como lei das empregadas domésticas) pode ser considerada um avanço, mas ainda enfrentando incipientemente em nossa cultura do trabalho a lógica escravocrata, portanto, sem direitos. E, como estamos falando de um grupo de mulheres em sua grande maioria, mesmo com a virtual ou presencial força da Lei, na prática muito pouco se concretiza.

As discriminações de gênero possuem efeitos diversos, conforme sua relação com outros marcadores sociais, como raça e classe. As mulheres negras sofrem duplamente essas discriminações, pois além das opressões de seu gênero, sua participação no mercado de trabalho se dá de forma mais precária do que as mulheres brancas. Para Silva (2013),

Se para as mulheres brancas das classes médias um ponto importante para autonomia é sua inserção no trabalho remunerado, demandando políticas de ativação; para as mulheres negras das classes mais pobres, a participação no mundo do trabalho é, em geral, precoce, precarizada e se inscreve, de partida, em patamares desvantajosos. (SILVA, 2013, p.110).

Como pode ser verificado em estudos realizados por Standing (2019), não é só no Brasil que a maioria de ocupantes de empregos precários são as mulheres:

No Japão, a mudança para o emprego não regular coincidiu com uma parcela crescente de mulheres na força de trabalho. Em 2008, mais da metade das mulheres japonesas ocupavam empregos precários, em comparação de um a cada cinco homens. Na Coreia do Sul, 57% ocupavam tais empregos, em comparação com 35% dos homens.[...] No Reino Unido, mais de 40% das mulheres empregadas estão em empregos de tempo parcial, que pagam muito menos por hora do que o emprego em tempo integral. [...] Na Alemanha, como na França, as mulheres constituem 80% de todos os empregados em tempo parcial, e elas recebem um quarto a menos do que os



homens (STANDING, 2019, p.100-101).

Dentre os motivos atribuídos pelo autor, para que essa precarização tenha afetado especialmente às mulheres, foi também a morte do “salário-família”, quando o trabalhador do sexo masculino, recebia um salário suficiente para sustentar toda a família. Com a crescente industrialização, surge o salário “individualizado” que favorece o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, porém, não proporciona nenhum tipo de igualdade salarial entre homens e mulheres, tampouco estrutural. Além disso, acarretou uma sobrecarga de trabalho destinado às mulheres: o cuidado das crianças e idosos, da casa e também a necessidade de prover financeiramente à família.

Considerando que essas forças de opressões e discriminações atuam de forma integrada, não se pode fazer uma leitura a-histórica descontextualizada, pois as opressões de gênero são marcadas por um emaranhado de fatores: “as sociedades capitalistas também são, por definição, a origem da opressão de gênero. Longe de ser acidental, o sexismo está entranhado em sua própria estrutura” (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER; 2019, p.51). Em tempos de crise humanitária, o capitalismo tende a se fortalecer e as condições dos grupos subalternizados tende a piorar, como é o caso da pandemia do coronavírus, que atinge radicalmente as mulheres em geral, mas sobretudo mulheres pobres, transexuais, negras, indígenas entre outras identidades historicamente oprimidas e discriminadas. Assim sendo, o trabalho no “sistema moderno colonial de gênero”<sup>17</sup> dificilmente será libertador, e não deve ser compreendido apenas pelo viés da economia e nem tampouco somente pela perspectiva da cultura.

## **SOBRE A INVESTIGAÇÃO REALIZADA**

Inicialmente, para esse trabalho consideramos duas categorias de trabalhadoras: as empregadas domésticas, enquanto aquelas que possuem trabalho fixo em uma residência e são remuneradas mensalmente. E a segunda categoria de trabalhadoras são as diaristas, na qual consideramos aquela atividade em que normalmente é uma mulher que limpa a casa de outra pessoa, sem constituir vínculo empregatício. Recebem por dia trabalhado, portanto, se não trabalham, também não recebem. Se ficarem doentes, engravidarem ou qualquer problema que

---

<sup>17</sup> Para Lugones (2008), o “sistema moderno, colonial de gênero” consiste em uma mitologia eurocêntrica, para colonizar, extorquir e catequizar. Assim, imprimindo hierarquias e binarismos a partir da raça, da classe, do gênero, entre outras.



tiverem, vão ficar à mercê de toda a sorte. E é exatamente esse o ponto, apesar de ser um trabalho essencial para a manutenção da sociedade, é precarizado, desvalorizado socialmente e economicamente.

Já as empregadas domésticas se diferenciam das diaristas, pois gozam dos mesmos direitos dos demais trabalhadores, no caso do Brasil, os mesmos direitos de trabalhadores celetistas, regidos pela CLT. Direitos conquistados muito recentemente no governo da Presidenta Dilma Rousseff. A PEC das Domésticas (PEC 66/2012) garante todos os direitos assegurados por lei como salário-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, idade e tempo de contribuição, auxílio-acidente de trabalho, pensão por morte, entre outros. Com a aprovação da Lei Complementar 150/2015, regulamentou-se a Emenda Constitucional 72, quando a/o trabalhador/a doméstico/a passou a ter direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), direito ao seguro-desemprego, salário-família, adicional noturno, adicional de viagens, entre outros (LEI - 150/2015). Apesar de sua intencionalidade, uma lei nem sempre corresponde à realidade pretendida, neste caso, muitas empregadas domésticas continuam sem acessar a seguridade social. Assim, entre a legislação, como expressão política, e seus efeitos práticos na realidade concreta, agora complexificada pela crise pandêmica, buscamos neste movimento direcionar nossa escuta aos sujeitos da experiência.

Para uma aproximação, buscando realizar uma pesquisa com mulheres, buscando compreender o contexto das trabalhadoras domésticas e diaristas, num período de distanciamento e isolamento social, requer uma metodologia um tanto diferenciada. De acordo com Nascimento e colabs. (2020), a internet tornou-se parte da vida das pessoas<sup>18</sup> e, em tempos de pandemia, se coloca como instrumento indispensável. Considerando que uma metodologia qualitativa existe desde o começo de uma pesquisa, iniciamos o estudo instigadas pelo relato da Tatiana, um modelo representativo que nos ajudou a configurar limites e criar instrumentos de levantamento de dados. Por isto, logo após esta percepção, foi necessário pensarmos um meio de acessar outras informações, mais técnicas, e assim construímos um questionário *online*

---

<sup>18</sup> Não podemos desconsiderar a dificuldade de acesso às redes digitais enfrentado pelas classes populares, que, independente da pandemia, possuem acesso limitado à internet. Sobre acesso à internet em tempos de pandemia ver Nota técnica 88, disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/200902\\_nt\\_disoc\\_n\\_88.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200902_nt_disoc_n_88.pdf). Acesso em: 30 out. 2020.



que disponibilizamos na plataforma Google.

De acordo com Uwe Flick (2009), existem duas formas de organizar as entrevistas *online*, a primeira de forma síncrona que a/o pesquisador/a entre em contato com seu participante e ambos de forma *online* podem trocar diretamente perguntas e respostas. E a segunda forma que ocorre de maneira assíncrona, no qual que enviamos as perguntas e os participantes enviam suas respostas após algum tempo. Nesta pesquisa optamos pela forma assíncrona, com menos interatividade e um maior percentual de respostas para atender os objetivos propostos.

A princípio pensamos em uma pesquisa local, especificamente na cidade de Pelotas/RS. No entanto, com a consequente divulgação e a utilização da internet, a investigação tomou outras dimensões, e passamos a obter respostas de diferentes cidades do país. Além disso, no que diz respeito a divulgação, entramos em contato com alguns sindicatos de trabalhadoras domésticas para ampliar a divulgação, porém, devido à pandemia, tivemos pouco retorno.

Em síntese, o questionário *online* ficou disponível por um período de 20 dias, obtendo um total de 111 mulheres respondentes, provenientes de 23 municípios de diferentes estados do país.

## **A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO**

A pesquisa obteve respostas de diferentes cidades no Rio Grande do Sul, incluindo Alvorada, Capão do Leão, Caxias do Sul, Eldorado do Sul, Morro Redondo, Santa Maria, São Leopoldo, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande. Do estado do Paraná participaram trabalhadoras das cidades de Araucária, Curitiba, Londrina e Ponta Grossa. Já no Estado de Minas Gerais participaram mulheres de Belo Horizonte, Contagem, Restinga Seca, Ribeirão das Neves e Sabinópolis. Ainda obtivemos respostas da cidade de Itaboraí no estado do Rio de Janeiro e da capital do estado de São Paulo.

Referente a raça e etnia, utilizamos a metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE e das 111, apenas 28 responderam e se autodeclararam, sendo 13 negras, 3 indígenas e 11 brancas. Esses dados reafirmam as estatísticas do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2015), que aponta as mulheres negras como as principais trabalhadoras do setor de serviços doméstico.

Das 111 colaboradoras, 51% vivem com companheiros e 60% têm filhas/os menor de





idade. Sendo que, 85 delas têm entre 1 e 3 filhas/os, 11 entre 4 e 7 filhas/os e 15 não tem filhas/os. A maioria começou a trabalhar jovem, com idades entre 16 e 25 anos.

Atualmente, as mulheres representam mais da metade da força de trabalho no Brasil, conforme dados informados por Oliveira:

Se, em 1980, a taxa de atividade feminina no Brasil era de 26,6%, em 2007, esse percentual sobe para 52,4%, enquanto que, apesar de crescer e decrescer no período correspondente, a respectiva taxa masculina é de 72,4% para ambos os anos (OLIVEIRA, 2013, p.137).

Porém, também sabemos que o crescente aumento do número de mulheres não significa avanços qualitativos pois, na maioria das vezes, o trabalho das mulheres é caracterizado por múltiplas formas de precarização e intensificação do trabalho, não resultando em mudanças que garantam as transformações necessárias para a equidade de gênero. Isso pode ser observado nas ocupações de cargos de prestígio que, mesmo que as mulheres possuam a qualificação necessária para ocupá-los, elas ainda são minoria. Muitas vezes os argumentos utilizados para explicar a ausência ou a sua não contratação, para determinados cargos ou profissões, baseiam-se em características biológicas ou em qualidades e defeitos que lhes são atribuídas social e culturalmente: cuidado, auxílio, erotização, sedução, incapacidade física, avessa à racionalidade e à objetividade, não predisposta à competição, etc.

Entretanto, essa regra não tem validade, quando o trabalho é de pouco prestígio e desvalorizado socialmente, como no caso das empregadas domésticas e diaristas, que conforme podemos observar nos resultados da pesquisa, onde 11% têm entre 16 e 25 anos; 18% entre 26 e 35; 41% entre 36 e 45 e 30% mais de 45 anos. O que se percebe é que, desde muito cedo, ingressam nesta profissão.

Um dos diversos motivos que favorece o ingresso de mulheres tão precocemente neste tipo de atividade é devido, também, ao mercado de trabalho ainda possuir uma estrutura ocupacional fundamentada na divisão sexual. Pois, apesar das diversas transformações e avanços sociais ocorridos nas relações de gênero, decorrentes das crescentes reivindicações das mulheres para ocuparem espaços, que por muito tempo foram ocupados majoritariamente por homens, como por exemplo na ciência, na política, na filosofia, etc., apenas uma pequena parcela, conseguiu de fato, adentrar nestes campos - as mulheres brancas e de classes mais abastadas. Embora tenham diversificado o cenário, não alteraram as estruturas patriarcais e hierárquicas. Às demais, restaram o trabalho precário e a exploração de sua mão de obra.

Conforme Claudia Nogueira (2004), a falta de reconhecimento e valorização do trabalho doméstico é uma problemática de longa data, pois muitas das atividades, mesmo sendo



remuneradas, tais como costurar, cozinhar, etc, se realizadas no espaço doméstico, não eram reconhecidas pelos recenseadores como trabalho produtor de valor econômico, e por isso, não eram objetos de atenção ou melhoramento. Possivelmente, o pouco valor dado a estes serviços, ainda seja resquício deste fato, mas também, por ser de interesse do capitalismo, extrair trabalho excedente das mulheres que também é obtido, através do ‘cuidado’ que exercem sobre os trabalhadores, sem receberem por isso, nenhum tipo de remuneração. Ao mesmo tempo, seguem produzindo para o mercado, sem despesas extras com vínculos empregatícios.

Ao tratar sobre o trabalho doméstico no sistema capitalista, Federici (2019) diz que, por não ser produtor de mercadorias, este trabalho nunca foi considerado como produtor de valor, tampouco sua importância foi reconhecida. Por isso, quando se paga por ele, o valor é baixíssimo, conforme observado nos dados da pesquisa, onde o número de faxinas oscila bastante, entre 1 até 10 faxinas por semana, da mesma forma o valor recebido, que varia de 50,00 reais a 150,00 reais. Um outro mecanismo utilizado pelo capitalismo para ampliar a exploração da força de trabalho e não perder a economia resultante do trabalho excedente das mulheres, é o chamado “trabalho flexível”, explicado por Standing (2019) como sendo aquele tipo de trabalho que possui um contrato a curto prazo, temporário, ou sem contrato algum, e que não gera ônus aos empregadores, caso elas engravidem ou precisem ausentar-se para cuidar dos filhos. Os empregadores ficam livres de pagar quaisquer benefícios ou direitos sociais e elas permanecem conciliando as atividades do espaço reprodutivo e produtivo. Por estarem as mulheres muito mais propensas a este tipo de emprego, evidencia-se então, que a realidade que tem se apresentado a elas no mundo do trabalho, é de uma profunda precarização, disfarçada pelo anúncio de “flexibilização”. Conforme o autor, os economistas neoclássicos justificavam todo e qualquer revés econômico, à falta de flexibilidade e à falta de “reforma estrutural” dos mercados de trabalho.

Isso foi fazendo com que as relações trabalhistas fossem se tornando cada vez mais enfraquecidas e com direitos burlados, os empregos mais instáveis, informais e precários. Com essa nova *morfologia* do trabalho, Standing faz referência a um novo grupo socioeconômico que vem sendo formado: o precariado - uma combinação do adjetivo “precário” e o substantivo relacionado “proletariado”. Embora haja variações de significado do termo em diferentes países, para o autor, o aspecto central do precariado compreende a mão de obra temporária. Outras características deste grupo elencadas por ele, são: a falta de uma identidade segura baseada no trabalho; empregos desprovidos de carreira; não sentem que pertencem a uma comunidade ocupacional imersa em práticas estáveis, nem a uma comunidade trabalhista



solidária, o que intensifica a alienação e a instrumentalidade; não há ‘sombra de futuro’ pairando sobre suas ações; para alguns há uma liberdade em não ter nenhum comprometimento moral ou comportamental que definem uma identidade ocupacional; nem todos/as devem ser considerados/as vítimas, mas a maioria vai se sentir desconfortável com sua insegurança sem perspectiva razoável de fuga.

Nem todas as mulheres trabalhadoras têm consciência das opressões, e podemos dizer que nem é possível ter se levamos em consideração a força que a ideologia dominante possui para mascarar o real “culpado”. Desnaturalizar as relações de opressão em relação ao trabalho, gênero, classe e raça se apresenta como um desafio, e se perceber sujeitas de direitos implica um processo complexo de desaprender e aprender. Às vezes esse processo é doloroso, fazemos parte e sem perceber contribuimos para a manutenção do *status quo*. Mirla Cisne considera que “não basta pertencermos a uma classe no sentido de origem e mesma situação, temos que levar em consideração a ação e a consciência que possibilitam a identidade com uma determinada classe” (CISNE, 2018, p. 32).

A partir destas considerações, Standing (2019) resume o precariado, como o grupo de pessoas que são desprovidas de sete formas de garantias relacionadas ao trabalho que são: garantia de mercado de trabalho, garantia de vínculo empregatício, segurança no emprego, segurança do trabalho, garantia de reprodução de habilidade, segurança de renda e garantia de representação.

Uma das características do precariado elencada pelo autor é a ausência de vínculo empregatício e, se observarmos os dados apresentados na pesquisa, podemos verificar que as mulheres diaristas/faxineiras representam uma grande parcela desse grupo, pois, 85% estão trabalhando como diaristas, 4% mensalistas sem carteira assinada e apenas 11% com carteira assinada, ou seja, a maioria trabalha sem os direitos garantidos.

Sobre a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs, Ricardo Antunes (2020) considera que merece uma avaliação crítica, cautelosa e rigorosa, mesmo que a maioria ainda não faça uso de empresas de aplicativos, constatamos que 24% utilizam e 8 % utilizam ocasionalmente. Segundo o autor

Os assim chamados apps e plataformas digitais impõem os/as trabalhadores/as, quase sempre, o rótulo de autônomo/as, sendo o trabalhador/a remunerado por tarefa ou lapsos temporais mínimos (como horas), sem qualquer garantia de jornada e de remuneração, o que acarreta implicações importantes na dinâmica da gestão e controle da força de trabalho (dada a ausência de compromisso explícito de continuidade). (ANTUNES, 2020, p. 32).

Ao perguntar sobre a utilização das empresas de aplicativos, nenhuma das respostas fala



sobre direitos trabalhistas. Será que estamos num grupo de mulheres “desalentadas”, que não acreditam em seus direitos? Contudo, sabem de alguma forma, que existe algo que não as favorecem, por exemplo, algumas explicitaram que: *“Por um lado se tem a segurança do emprego, por outro tem a questão dos valores. Pensando que a empresa tira o seu lucro em cima desse trabalho”*. Outra respondente afirmou que *“Repassam muito pouco do valor total acertado. Por isso, optei por trabalhar por conta própria”*. E uma outra disse, *“Não acho bom, quem ganha sempre são os aplicativos”*. Também temos respostas de algumas diaristas que consideram o sistema de trabalho por aplicativos uma boa forma de trabalho, uma delas diz que, *“É bom, facilita a comunicação”*; outra, considera, *“Ótima, sempre tem diárias, me ajuda muito”*.

Ao perguntarmos se o trabalho delas é valorizado socialmente, 59% responderam que não é valorizado. Segundo Abramo e Valenzuela, "o nível de remuneração das trabalhadoras domésticas evidencia a baixa valoração social e econômica dessa ocupação, pois seus rendimentos estão entre os mais baixos das escalas salariais" (2016, p.121).

Para Sueli Carneiro:

[...]nem as patroas, nem os governos, nem o Estado ou a iniciativa privada os requerem e os provêm, pois continua mais fácil, barato, econômico, eficaz e eficiente a exploração do emprego doméstico, ou melhor, a manutenção das domésticas em regime de trabalho pré-capitalista ou neoescravista. (CARNEIRO, 2015, p.9).

Para Bernardino-Costa (2015), o reconhecimento das trabalhadoras domésticas como integrantes da classe trabalhadora é o que dá a elas o reconhecimento profissional que buscam. O autor, a partir de um apanhado sobre os sindicatos das trabalhadoras no Brasil, levanta questões que demonstram como as trabalhadoras domésticas se articulam no país na busca pelo pleno reconhecimento profissional, porém, esse reconhecimento atravessa questões mais profundas na sociedade brasileira. Segundo Bernardino-Costa:

[...] a equação não se restringe simplesmente ao reconhecimento da igualdade e diferença das trabalhadoras domésticas em relação aos demais trabalhadores, mas envolve um projeto de reinvenção da sociedade nacional, baseada em novos valores e princípios. Portanto, as demandas das trabalhadoras domésticas - pelo menos na sua dimensão ética e política - envolvem um questionamento da sociedade nacional. (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 59).

O que o contexto da pandemia fez, foi deixar visível o que de mais perverso se carrega dentro dessa lógica, e como ela atua na vida das trabalhadoras domésticas no Brasil. Compondo a ideia de um trabalho pouco valorizado socialmente, 61% das entrevistadas responderam que gostariam de mudar de profissão. Entre as profissões que escolheram se destacam as que têm relações com o cuidado, marcando principalmente as relações da divisão sexual do trabalho.





Como por exemplo, enfermagem, trabalhadora no comércio, cuidadora de idosos, confeitadeira, professora, nutricionista e empresária da limpeza.

Numa sociedade moderna, colonial e meritocrática, dificilmente fazemos escolhas profissionais, convivemos com a evasão escolar, a ideia de ter que iniciar a trabalhar para a sobrevivência ainda muito jovem é uma das maiores causas de abandono escolar. Trabalhar e estudar nos impõe uma carga horária extensa, no caso das mulheres ainda mais, pois agregamos o trabalho doméstico reprodutivo.


A precariedade do trabalho doméstico e de diaristas é visível independente da pandemia, mas o fato é que a situação piorou muito. Entre as entrevistadas, 92,7% não continua trabalhando normalmente no contexto de pandemia. De acordo com Figueiredo,

No mundo do trabalho autônomo urbano precário, a ação pessoal direta na rua ou local mutável, a circulação contínua imposta pela busca de meios de subsistência, a renda dependente de um fluxo de demanda a ser localizada, a ausência de um ‘colchão protetor’ de recursos ou, então, de um suporte adequado de seguridade social, são fatores que incrementam riscos e suscitam comportamentos de risco no contexto de uma pandemia. (FIGUEIREDO, 2020, p. 4).

Além dos riscos que se agravam frente a um trabalho precário e sem garantias, um dos maiores medos suscitados no contexto da pandemia, que aflige as trabalhadoras domésticas e diaristas, de acordo com a pesquisa, é não ter trabalho. Ao responderem qual seu maior medo diante da pandemia, 60,95% das trabalhadoras respondeu que é o medo de não ter trabalho, inferior ao medo de contágio pelo novo Coronavírus, que representa 26,66% das respostas, seguidos do medo não ter o que comer e não poder pagar o aluguel, com 9,52% e 2,85% das respostas, respectivamente

Como podemos perceber, o contexto pandêmico, juntamente com a falta de seguridade social e políticas públicas, deixam a categoria de trabalhadoras domésticas e diaristas mais vulneráveis. Para Figueiredo (2020), o vírus não é um processo puramente biomédico, pois ele se espalha por meio do contato social. Este é considerado um trabalho de alto contato social, dependente de transporte público (um dos espaços que mais oferece riscos ao contágio do coronavírus), além da instabilidade e procura por novos meios de trabalho. Para Harvey (2020),

Há um mito conveniente de que as doenças infecciosas não reconhecem classe ou outras barreiras e limites sociais. Como muitos desses ditados, há uma certa verdade nisto. Na epidemia de cólera do século XIX, a transcendência das barreiras de classe foi suficientemente dramática para gerar o nascimento de um movimento público de saneamento e saúde (que se profissionalizou) que perdura até hoje. Se esse movimento foi concebido para proteger a todos ou apenas as classes altas nem sempre era claro. Mas hoje as diferenças de classe e os efeitos e impactos sociais contam uma história diferente. Os impactos econômicos e sociais são filtrados através de discriminações “costumeiras” que estão evidentes em todos os lugares. Para começar, a força de trabalho que se espera que cuide dos números crescentes de doentes é tipicamente



altamente sexista, racializada e etnizada na maioria das partes do mundo (HARVEY, 2020, p. 21).

De acordo com a pesquisa, podemos inferir que muitas coisas mudaram para essas mulheres, a instabilidade no trabalho é um dos aspectos mais perceptíveis, pois, 59,4% relataram que foram dispensadas e não mantiveram seus pagamentos. Do total de participantes, apenas 24% continuam recebendo e podendo ficar em casa e 16% vivenciam as duas situações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Boaventura Santos, na obra *A cruel pedagogia do vírus* (2020), dedica um capítulo para abordar o contexto de especial vulnerabilidade do Sul global, face a pandemia de coronavírus. Neste espaço encontram-se grupos humanos marcados pela exploração capitalista e pela discriminação racial e sexual agravadas durante a pandemia. Em sua análise, o autor destaca alguns grupos sociais mais vulneráveis, entre eles estão as mulheres, pois considera que as profissões que estão na linha de frente no combate ao vírus são profissões vinculadas ao cuidado, como a enfermagem; os trabalhadores precários, informais (podemos incluir aqui as diaristas); e os moradores das periferias pobres das cidades, que não possuem condições mínimas de cumprir orientações de prevenção ao vírus. Aqui também podemos considerar que se encontram muitas mulheres, especialmente as mulheres pobres e negras, que se tornam o grupo que vive em situações de precarização e vulnerabilidade maior em relação ao contexto atual.

Silva (2013) afirma a forte relação entre mulheres negras e pobreza, o que a autora denomina de feminização e negritude da pobreza no Brasil, pois enquanto a taxa de desocupação das mulheres brancas é mais de 70% superior à dos homens brancos, a desocupação das mulheres negras excede em mais de 130% este valor. Portanto, é preciso considerar o marcador social de raça quando se pensa em mercado de trabalho.

No que se refere a pesquisa que realizamos, a maioria das mulheres diaristas e domésticas não conseguiram se manter nos postos de trabalho na pandemia, o que significa que estão vivendo com enormes dificuldades, sem dinheiro para poder viver e sem creche e/ou escola para os/as filhos/as. Além do medo constante de se contaminar e contaminar suas famílias, soma-se o medo e a insegurança causados pelo desemprego e pela pobreza. No entanto, para que se possa vislumbrar alguma possibilidade de superação dessa situação extrema, a primeira coisa que precisamos fazer é, conforme já dissemos antes, evitar a redução da pandemia a uma visão biologicista, pois trata-se de algo muito maior e mais urgente. A



pandemia tem aprofundado e visibilizado a faceta cruel do capitalismo e é preciso que estejamos atentos/as a isso. Conforme Mascaro

O flagelo do desemprego, as habitações precárias para suportar quarentenas, as contaminações em transportes públicos lotados e a fragilidade do sistema de saúde são, exata e necessariamente, condições históricas de um modo de produção específico, o capitalismo. (2020, p.6).

Dessa forma, é possível que apenas lutar por políticas públicas (embora importante) neste momento não seja suficiente, perante uma pandemia dessa proporção, considerando-se também o tamanho do desmonte da máquina estatal que já tem sido feito no país há certo tempo, incluindo aí o SUS. Isso talvez explique porque 59% das mulheres trabalhadoras domésticas que pesquisamos não sentem seus trabalhos valorizados (situação que, possivelmente, já existia antes da pandemia), ao mesmo tempo que também 59% foram dispensadas de seus trabalhos no momento atual.


No momento em que escrevemos este texto, o Brasil é o segundo país do mundo em número de casos e de mortes por coronavírus, perdendo a cruel liderança apenas para os Estados Unidos. O país norte-americano, enquanto representante máximo do pseudo sucesso do neoliberalismo mundial, é emblemático em nos mostrar seu fracasso quanto ao enfrentamento da pandemia. O Brasil, enquanto país capitalista subalterno e periférico, no que se refere às grandes economias mundiais, quais condições possui para enfrentar a situação? Não percebemos formas alternativas que não seja superar o próprio capitalismo, colonialismo e imperialismo, causadores das desigualdades sociais, de gênero, raça e classe, alicerçadas pelo patriarcado e pelo racismo. Neste cenário, as mulheres, especialmente as negras e pobres, tem sido e tudo indica que continuarão sendo, as maiores vítimas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís; VALENZUELA, María Elena. **Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual**. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (orgs.). *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. **Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo**. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

ÁVILA, Maria Betânia. **O tempo do trabalho doméstico remunerado**. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. (Orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo: 2016. p.137-146.



ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA Tithi e FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

BRASIL, PEC - 66/2012. **Emenda à Constituição nº 66, de 2012**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/109761>. Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL, LC - 150/2015. **Lei Complementar n.150**, de 1 de junho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm). Acesso em: 12 set. 2020.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos 10 anos**. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n. 132, p. 537-572. set/dez, 2007.

CARNEIRO, Sueli. Apresentação. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

FALQUET, Jules. **Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação?** In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (orgs.). *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, revolução e luta feminista**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Lola. Mulheres e pessoas negras têm menor renda e são maioria entre desempregados no Brasil. *Revista Gênero e Número*. Ano 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/mulheres-e-pessoas-negras-tem-menor-renda-e-sao-maioria-entre-desempregados-no-brasil/>. Acesso em: 12 dez. 2020.


FIGUEIREDO SANTOS, José A. **Covid-19, causas fundamentais, classe social e território. Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/SHD6bj9xgZQvbHGgycCTyJN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GONZALES, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômico. In: LUZ, Mondel (org). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Coleção Tendências. Ed. Graal, 1982, p. 89-104.

HARVEY, David; ŽIŽEK, Slavoj; BADIOU, Alain; DAVIS, Mike; BIHR, Alain; RAÚL ZIBECHI, Raúl. **Política anticapitalista em tempos de COVID-19**. In: DAVIS, Mike, et al. *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020. Disponível em:





<https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/03/coronavc3adrus-e-a-luta-de-classes-tsa.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Estatística Aplicada. **Retrato das desigualdades sociais: gênero e raça**. 2015. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_chefia\\_familia.html](https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html). Acesso em: 15 Mar. 2021.

MASCARO, Alysson Leandro. *Crise e pandemia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

NASCIMENTO, Paulo Mayer e (Colabs.). Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a Pandemia. Nota Técnica 88 – IPEA. 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/200902\\_nt\\_disoc\\_n\\_88.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200902_nt_disoc_n_88.pdf). Acesso em: 10 jan. 2021.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas: SP: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Talita Santos. **A inserção das mulheres na construção: um retrato midiático sobre a expressão e reprodução da feminilidade no setor**. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.) *Trabalhadoras – Análise da Feminização das Profissões e Ocupações*. Brasília: Editorial Abaré, 2013. p. 137-156.

PERET, Eduardo. **Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem**. Agência IBGE Notícias. 2019, Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>. Acesso em: 21 Jun. 2021.

PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina; VASCONCELOS, Marcia (orgs.). **Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil**. Brasília: IPEA; ONU Mulheres, 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/200609\\_nt\\_disoc\\_n\\_75.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200609_nt_disoc_n_75.pdf). Acesso em: 25 jun. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SILVA, Tatiana Dias. **Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda**. In: MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana, QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle (orgs.). *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: IPEA, 2013. p.109-131. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dossie\\_mulheres\\_negras.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf). Acesso em: 26 Jun. 2021.

SORJ, Bila. **O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil**. In: SILVEIRA, Maria Lúcia da, TITO, Neusa (orgs.). *Trabalho doméstico e de cuidados: por um outro paradigma de sustentabilidade*. São Paulo: SOF, 2008.

STANDING, Guy. **O precariado. A nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2019.



# CAPÍTULO 29

DOI: 10.47402/ed.ep.c202174328561

## PANDEMIA: OS DESAFIOS DAS MUDANÇAS INSTITUÍDAS E DA MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA

**Angela Carolina Soncin**, Mestra em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP

**Jéssica Galloro Lourenço**, Mestranda em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP

**Juvêncio Borges Silva**, Pós-doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Doutor pela Unesp; mestre pela Unicamp. Professor do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito da Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP

### RESUMO

O presente artigo científico tem por objetivo analisar as mudanças ocasionadas pelo distanciamento social e pelas restrições instituídas e quais os impactos destas mudanças para a sociedade, seja nas atividades diárias, seja no que tange à segurança jurídica. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa do tema a ser examinado, utilizando-se a técnica da pesquisa bibliográfica e documental, com análise de pontos das Medidas Provisórias 927/2020 e 936/2020, da Constituição Federal de 1988, assim como do método de ensino tele presencial. Deste modo, será possível concluir com este breve estudo, que diante da inércia de políticas públicas mais eficazes, direitos dos trabalhadores e estudantes foram flexibilizados no intuito de minimizar os efeitos da pandemia e garantir que cidadãos possam usufruir, neste momento singular, das garantias constitucionais mínimas que lhe são atribuídas por direito. Porém, a ausência destas políticas efetivas e por vezes da ainda existente insegurança jurídica da legislação, escancara a vulnerabilidade, prejudicando e limitando os obreiros e estudantes de baixa renda e com restrito acesso à tecnologia.

**Palavras-Chave:** Direitos Fundamentais. Políticas Públicas. Segurança Jurídica. Estudantes. Vulnerabilidade.

### 1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, cumpre destacar, para que possamos visualizar o momento atípico em que vivemos, como o mundo conheceu o Coronavírus<sup>19</sup> e quais os impactos resultantes da propagação desta doença.

A doença surgiu em uma cidade chamada de Wuhan, província de Hubei, na República

---

<sup>19</sup> O coronavírus é a segunda principal causa de resfriado comum (após rinovírus) e, até as últimas décadas, raramente causavam doenças mais graves em humanos do que o resfriado comum.



Popular da China e espalhou-se rapidamente pelo mundo, sendo em dezembro de 2019 que os comentários acerca da existência de um novo tipo de Coronavírus ganharam os noticiários. O mundo conheceu os efeitos do então denominado COVID-19.

Com o número de vítimas da doença aumentando assustadoramente, já em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, atestando, em 11 de março de 2020, a existência de uma pandemia (OPAS, 2020).

Desde a primeira notícia de contágio até o mês de julho de 2021 já se passaram dezenove meses, e os números de portadores da doença e de mortos continuam a causar preocupação.

Realizando um comparativo entre os dados coletados em 29 de abril de 2020 e em 26 de julho de 2021, o aumento de casos é evidente. Até o dia 29 de abril de 2020 foram oficialmente confirmados, no mundo, considerando 213 países, áreas ou territórios com casos de COVID-19, o total de 3.090.445 (três milhões noventa mil quatrocentos e quarenta e cinco mil) casos, chegando o número de mortos a 217.769 (duzentos e dezessete mil, setecentos e sessenta e nove) (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020).

Já no dia 26 de julho de 2021 os números são ainda mais impactantes. Tendo por base a mesma fonte de consulta (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021), há um total de 194.080.019 (cento e noventa e quatro milhões, oitenta mil e dezenove) casos, chegando o número de mortos a 4.162.304 (quatro milhões cento e sessenta e dois mil trezentos e quatro).

O Brasil não está imune, ganhando destaque no número de mortos. São muitos os infectados e o aumento de casos, a cada dia, torna a situação ainda mais assustadora.

Em 29 de abril de 2020 tínhamos 78.162 (setenta e oito mil cento e sessenta e dois) casos confirmados e 5.466 (cinco mil quatrocentas e sessenta e seis) mortes em decorrência da doença (OPAS, 2020). Já em 26 de julho temos 19.670.534 (dezenove milhões seiscentos e setenta mil quinhentos e trinta e quatro) casos confirmados e 549.448 (quinhentas e quarenta e nove mil quatrocentos e quarenta e oito) mortes (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021).

Diante da situação apresentada e do estado de calamidade pública e de emergência de saúde pública de importância internacional reconhecidos<sup>20</sup> pelo direito positivo por intermédio

---

<sup>20</sup> Foi reconhecido até dezembro/2020.



do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 (BRASIL, 2020), o Estado Brasileiro, por meio do Poder Executivo e também do Poder Legislativo, produziram atos normativos e criaram políticas públicas na tentativa de proteger, ainda que minimamente, os sujeitos da economia e da relação de emprego.

Inicialmente foram propostas medidas restritivas de circulação no intuito de diminuir o crescente número de mortes e contágio pela doença. Aeroportos foram fechados, assim como os estabelecimentos comerciais, escolas, locais de lazer, ficando vedado qualquer tipo de aglomeração. As pessoas foram submetidas ao distanciamento social, ficando apenas os serviços essenciais em funcionamento.

As escolas, Universidades e demais centros de ensino foram fechados e as aulas, antes motivadas pelo convívio social, passaram a ser apresentadas de modo virtual para crianças e adultos. Famílias inteiras tiveram que se reorganizar, seja para realizar o trabalho em casa junto com os filhos - já que os avós, agora preservados dentro de um grupo intitulado com de risco, não podiam mais cuidar das crianças – seja para realizar o trabalho fora de casa sem ter onde deixar os filhos.

Ato contínuo, foram propostas medidas provisórias, decretos e portarias, seja para regulamentar a nova situação ou, por outras vezes, para flexibilizar as normas já existentes, sob o fundamento de se dar maior efetividade a elas e enfrentar com celeridade e eficiência a crise instaurada.

Sendo assim, a preocupação levantada pela sociedade e pelo Poder Público acerca da estabilidade econômica, da garantia do emprego e renda do trabalhador, assim como acerca de um possível aumento da criminalidade e da pobreza causados pelo desemprego fez com que as medidas provisórias editadas fossem, em boa parte, destinadas à seara trabalhista, merecendo destaque para as Medidas Provisórias 927, de 22 de março de 2020<sup>21</sup>, 936, de 1º de abril de

---

21 Esta Medida provisória não foi convertida em Lei, tendo seu prazo de vigência encerrado em 19 de julho de 2020.





2020<sup>22</sup>, 944, de 3 de abril de 2020<sup>23</sup> e 946, de 7 de abril de 2020<sup>24</sup>.

Como se não bastasse toda a preocupação envolvendo a saúde dos cidadãos, a educação de crianças, jovens e adultos, a economia do país, surge também a preocupação acerca da segurança jurídica ante as mudanças existentes, principalmente, no âmbito trabalhista, com a flexibilização de direitos fundamentais dos trabalhadores.

Assim, o presente trabalho se limitará a uma análise - ainda que breve e focada na questão da preocupação da manutenção da segurança jurídica diante de tantas alterações realizadas na legislação - das Medidas Provisórias 927 e 936, as quais trouxeram medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (2020).

Analisaremos, também, os desafios e os impactos das mudanças que o distanciamento e as restrições instituídas geraram no meio social.

O segundo capítulo cuidará de expor os desafios da manutenção de segurança jurídica, pelas modificações legislativas, sendo o capítulo seguinte destinado a demonstrar o impacto de tais mudanças na população vulnerável.

## **2 DO DESAFIO DA MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA.**

Não há como negar que estamos diante de um verdadeiro caos, que afeta diretamente a vida da sociedade, seja pelas regras restritivas, seja pelo grande risco a integridade física dos seres humanos e também pelas diferenças sociais que se tornam mais evidentes neste período. Houve uma rápida necessidade por mudança de hábitos, criação de novas regras, novas restrições, sem qualquer prévio aviso ou tempo para preparação. Sem contar o aumento diário

---

<sup>22</sup> Convertida na Lei 14.020 em 6 de julho de 2020.

<sup>23</sup> Instituiu o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, “destinado à realização de operações de crédito com empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito” (2020), com a finalidade específica de garantir o pagamento de folha salarial de seus empregados, e, em contrapartida, garantir que os contratos com os empregados não sejam rescindidos, sem justa causa, pelo período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela desta linha de crédito.

<sup>24</sup> Extingue o Fundo PIS-Pasep, instituído pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975 e transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.



do número de mortes, o que gera insegurança e medo em toda a sociedade.

Estas mudanças repentinas causadas pela existência e propagação descontrolada do Coronavírus acabam por aumentar as dificuldades, a tensão e os conflitos nas relações existentes na sociedade.

O governo tomou algumas medidas na tentativa de solucionar a crise social e as questões diretamente ligadas a empresas e trabalhadores. Como já mencionado, foram criadas inúmeras Medidas Provisórias, Portarias, Regulamentos, dentre outras medidas na tentativa de minimizar os problemas decorrentes do momento vivido.

Ocorre que, muitas das medidas criadas pelo governo divergiram das regras já constantes na legislação e na Constituição Federal vigentes, gerando muitas discussões e entendimentos conflitantes no meio jurídico, nascendo, portanto, a insegurança.

O Supremo Tribunal Federal foi chamado inúmeras vezes para solucionar acerca da constitucionalidade das Medidas Provisórias criadas pelo Poder Executivo no âmbito das relações trabalhistas.

A exemplo disso, a Medida Provisória 936/2020 foi alvo da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6363 e a Medida Provisória nº 927 foi objeto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 6342 e 6343.

Foi a Rede Sustentabilidade quem propôs a ADI 6363, com pedido de medida cautelar, em face da Medida Provisória 936/2020 requerendo, no mérito, a manifestação do Tribunal, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, para impedir que sejam reduzidos salários e jornadas por acordo individual, em respeito ao art. 7º, VI e XIII CF, mantendo a necessidade de acordo ou convenção coletiva para tal finalidade.

Sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, foi por ele apreciado o pedido liminar, decidindo que o § 4º do art. 11 da Medida Provisória 936/2020 ia de encontro aos artigos 7º, VI, XIII e XVI e 8º, III e VI da Constituição Federal e que a simples comunicação do acordo individual ao sindicato não supriria a inconstitucionalidade apontada.

Afirmou, ainda, em decisão, que a efetividade à comunicação somente se dará se os acordos individuais forem convalidados pelo sindicato, afirmando, assim, que os acordos individuais deveriam ser submetidos aos sindicatos para ratificação/convalidação.

Esta decisão proferida pelo Ministro causou grande discussão e insegurança no meio jurídico, uma vez que inúmeras empresas já estavam fazendo uso das medidas autorizadas pela



Medida Provisória e muitos acordos individuais tinham sido firmados.

Além disso, dado ao momento vivido, as empresas não conseguiam contato com os Sindicatos, pois muitos estavam com suas portas fechadas, o que dificultava o cumprimento da decisão proferida pelo Ministro e, por consequência, aumentava a preocupação de empregados e empregadores.

O desconforto causado pela decisão liminar foi minimizado em 17/04/2020, quando o plenário do STF proferiu seu entendimento revogando a medida cautelar proferida pelo Ministro Lewandowisk, ficando mantida a possibilidade de firmar acordos individuais entre empregados e empregadores para estabelecer a redução de salário e jornada de trabalho, nos termos da Medida Provisória 936/2020.

Já na decisão proferida na Ação Direita de Inconstitucionalidade 6342, de 26 de março de 2020, fixou-se entendimento de que a Medida Provisória nº 927 não ultrapassou os limites constitucionais, indeferindo a cautelar pleiteada. E, em decisão proferida em 29 de abril de 2020, negou-se referendo ao indeferimento da medida cautelar tão somente em relação aos artigos 29 e 31 da Medida Provisória nº 927/2020.

E na Ação Direita de Inconstitucionalidade 6343, com indeferimento do pedido cautelar pelo Ministro Marco Aurélio, foi discutido acerca da alteração trazida ao artigo 3º da Lei 13.979/2020, reforçando as exigências para restrição de transporte intermunicipal de passageiros, além de estabelecer a necessidade de um ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde, da Justiça e Segurança Pública e da Infraestrutura para dispor sobre a medida, a qual caberia apenas aos Estados.

Nota-se, deste modo, que é o Superior Tribunal Federal quem está servindo de vetor para garantir a segurança jurídica, o que, nem sempre, é matéria fácil.

Decidindo pela aplicabilidade das medidas provisórias criadas pelo Poder Executivo ele acaba, por meio de um sopesamento de princípios constitucionais, garantindo, ainda que minimamente, que o princípio da dignidade da pessoa humana seja efetivado, uma vez que o engessamento das medidas criadas pelo Executivo pode, neste momento, piorar o caos instalado.

De todo modo, apesar do entendimento proferido pelo Superior Tribunal Federal, seja na ADI 6363 ou na ADI 6342 não há unanimidade de entendimento dentre os aplicadores do Direito, o que faz permanecer a insegurança sobre o futuro das respostas às Reclamações Trabalhistas propostas.



Como se não bastasse, a Medida Provisória 927/2020 perdeu sua validade, deixando um limbo jurídico a ser solucionado pelos aplicadores do Direito.

Por outro lado, a Medida Provisória 936 foi convertida, em 6 de julho de 2020, na Lei 14.020, minimizando as discussões sobre alguns pontos polêmicos ainda existentes.

Não há, portanto, como se negar, que a insegurança jurídica, seja pela imprevisibilidade da situação, seja pelas necessárias adequações legais realizadas para minimizar o caos, está instalada.

Conforme relata a Coordenadoria de Estatística e pesquisa do TST (2020), foram mais de 1.400 processos distribuídos em 15 regiões do Brasil, envolvendo 16 Estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraná, Amazonas, Roraima, Santa Catarina, Pernambuco, Campinas, Goiás, Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), considerando apenas os meses de janeiro a abril de 2020.

Segundo notícia divulgada, no mês de junho, no site do Tribunal Superior do Trabalho (2020, p. 1), no período de janeiro a maio de 2020, foram mais de 7,7 mil novas ações classificadas com o tema COVID-19

No levantamento relativo ao período de janeiro a abril, divulgado em 26/5, havia 1.444 novas ações nas Varas do Trabalho e 295 casos novos nos TRTs, um total de 1.739 ações. O relatório anterior, no entanto, contemplava números de apenas 15 dos 24 TRTs. No Tribunal Superior do Trabalho, até o momento, 31 ações tratam do assunto.

O novo levantamento, apurado pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST, com dados de 21 TRTs, registrou 6.689 novas ações com a temática no primeiro grau e 1.033 no segundo grau de jurisdição, totalizando 7.722 novas ações.

As medidas adotadas pelo Governo foram, sem dúvida, úteis e necessárias, mas, apesar disso, diante da contínua ocorrência de demissões, fechamento de estabelecimentos e aumento do número de Reclamações Trabalhistas, não parece que foram suficientes para solucionar de forma urgente os problemas vivenciados.

Vale aqui destacar como ensina Alexy (2015, p. 593), que para que se possa garantir a segurança jurídica, quanto “maior for o grau de não-satisfação ou de afetação de um princípio, tanto maior terá que ser a importância da satisfação do outro”.

De todo modo, não podemos esquecer os artigos 5º, 6º e 7º da Constituição Federal, os quais trazem, respectivamente, os direitos fundamentais, os direitos sociais e os direitos dos trabalhadores são vetores imprescindíveis para a sustentação da segurança jurídica.

Apesar disso, para que se possa conservar a eficácia da Constituição Federal no estado atual, “os princípios constitucionais não podem ser submetidos a uma perspectiva estática, que





reduz sua estatura a meros enunciados teóricos, distanciando-os da realidade fática e concreta existente no momento em que são aplicados” (GEMIGNANI, 2020, p. 119), uma vez que, “quando se trata de segurança jurídica, as condicionantes sociais e econômicas atuam como fatores decisivos na aferição do princípio detentor de maior peso e densidade, o que deve ser devidamente considerado quando se enfrenta uma pandemia de dimensões mundiais” (GEMIGNANI, 2020, p. 115).

Atualmente, o que se visualiza, é que empregados e empresas acabam por se sacrificar em razão da não existência de políticas públicas efetivas.

Boucinhas e Costa (2020, p. 48), defendem que


A forma de preservar empresas, empregos e renda, num cenário econômico em que ainda é impossível ver a luz no fim do túnel é, inquestionavelmente, acentuar a intervenção estatal. O necessário protagonismo que o estado deve assumir nesse momento passa por questões assistenciais, como as já adotadas pelo governo, fiscais (perdão ou renegociação de dívidas tributárias, postergação do prazo de pagamento, redução momentânea de impostos, desoneração momentânea das folhas de pagamento...), por questões trabalhistas (assunção de algumas dívidas, reconhecendo a existência de fato do príncipe, concessão de benefícios sociais futuros para quem preservar postos de trabalho, renda mínima garantida), além de um esforço redobrado para que as medidas sanitárias surtam efeito o mais rapidamente possível, possibilitando que a doença seja curada deixando o mínimo de sequelas.

São muitos os dilemas enfrentados durante este período de calamidade pública, os quais vão desde a necessidade de conciliação entre isolamento e manutenção de serviços à manutenção da sanidade física e mental da sociedade, fazendo-se, repisa-se, necessária a adoção de políticas públicas efetivas, não podendo o setor privado e muito menos o trabalhador serem sacrificados em razão de políticas públicas insuficientes.

Somente a título exemplificativo, podemos citar algumas das medidas tomadas por países como Espanha e França.

Na Espanha, tendo em vista o impacto econômico e social causado pela epidemia de COVID-19,

o governo aprovou dois pacotes de medidas econômicas urgentes para proteger famílias, trabalhadores, freelancers e empresas. Os pacotes tiveram por objetivo minimizar o impacto na economia para facilitar a recuperação rápida, uma vez superada a emergência sanitária, e também para reforçar a luta contra a doença. O governo aprovou em Conselho de Ministros em 10 de março, medidas destinadas a garantir a saúde pública. O primeiro plano foi aprovado no Conselho de Ministros em 12 de março de 2020 e envolve a mobilização de mais de 18.000 milhões de euros. As medidas foram articuladas por meio de um decreto-lei que inclui especificamente ações para fortalecer o setor da saúde, proteger o bem-estar das famílias e fornecer apoio líquido às empresas afetadas, particularmente no setor de turismo e PME. Em 17 de março, o Conselho de Ministros aprovou um Decreto-Lei Real que inclui medidas destinadas a apoiar as famílias; ajudar a trabalhadores autônomos cuja renda é reduzida; apoiar as empresas com liquidez e flexibilidade para preservar o emprego



e fortalecer a luta contra as doenças. Essas medidas permitir mobilizar até 200.000 milhões de euros em créditos, com garantias públicas de até 100.000 milhões e uma estimativa de gastos públicos de cerca de € 5 bilhões (tradução nossa).

Já na França, o plano de emergência para apoiar a economia

é de 110 bilhões de euros, incluindo 24 bilhões de euros para trabalhos de curta duração. O Estado poderá intervir no capital de empresas em dificuldade de até 20 bilhões; 8 bilhões de euros serão dedicados a gastos excepcionais em saúde, metade dos quais serão utilizados na compra de máscaras. O governo estimou o montante total de medidas tomadas em resposta à crise da saúde em 136 bilhões de euros (os créditos são liberados pelo Estado para financiar os vários planos de apoio aos setores mais afetados pela crise por um período de um ano). (...) O custo orçamentário estimado da atividade parcial para todo o ano é reavaliado em 31 bilhões de euros (tradução nossa).

Há muito ainda que ser feito no Brasil e no mundo, mas, de qualquer forma, a ação conjunta do governo, da sociedade e dos aplicadores do Direito, em detrimento da defesa de interesses particulares, certamente é a melhor saída.

Há um momento de crise provocado pela pandemia, o que transforma o contexto natural e traz muitas incertezas e instabilidade para as relações de trabalho e humanas, gerando insegurança não somente no âmbito jurídico, mas também nas garantias de sobrevivência.

Todavia, haja vista o momento atípico existente, faz-se necessário que haja proporcionalidade nas decisões tomadas, de modo a garantir a funcionalidade do sistema sem gerar insegurança e sem sacrificar os trabalhadores e a sociedade, como um todo.

### **3 ALGUNS DESAFIOS E MUDANÇAS OCASIONADOS PELO DISTANCIAMENTO SOCIAL E PELAS RESTRIÇÕES INSTITUÍDAS.**

Como mencionado no tópico precedente, são cristalinas as infinitas mudanças ocasionadas pelo distanciamento social, assim como pelas restrições impostas, sejam pela legislação, sejam pelas recomendações instituídas. Deste modo, impossível seria aqui discorrer e apresentar estatísticas acerca de todas elas, o que nos faz escolher algumas das mudanças impostas e ressaltar seus desafios.

Dentre as mais importantes e talvez as de maior impacto social, estão o teletrabalho, e as aulas virtuais. Mudanças estas que afetam as relações de trabalho e, por consequência, a economia; a qualidade do ensino e o crescimento intelectual de crianças e jovens; sem contar, o psicológico dos cidadãos.

Inicialmente, diversos países proibiram a reunião de pessoas, sendo de forma progressiva determinado o número de pessoas que poderiam participar destes encontros. Outras localidades decidiram pelo fechamento de cinemas, bares, shoppings, igrejas, restaurantes,



entre outros.

No Brasil, com o aumento constante no número de infectados e mortes, a Medida provisória 927/2020, amparada já por previsões legislativas oriundas da reforma trabalhista, trouxe como alternativa de reforço ao isolamento social, visto como necessário no combate da pandemia, o teletrabalho.

Previsto nos artigos 75-A até 75-E, da Consolidação das Leis do Trabalho, o teletrabalho é considerado aquele realizado de forma preponderantemente fora das dependências da empresa, com a utilização de tecnologias, sem considerar-se como trabalho externo.

Os artigos celetistas em comento visam disciplinar o formato em que esta modalidade de trabalho deve ser exercida, porém, ante o caos instaurado pela situação pandêmica, algumas flexibilizações ocorreram pela edição da Medida Provisória 927/2020.

Entre elas, a possibilidade de aviso prévio ao empregado, sobre a mudança para o teletrabalho, com apenas 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Este formato de execução de tarefas foi permitido também para estagiários e aprendizes, não sendo necessária a realização de aditamento de contrato.

Restou expresso, ainda, em Medida Provisória, que o tempo de utilização de aplicativos e programas de comunicação fora da jornada de trabalho, não consistiram em tempo à disposição.

Diante deste ponto, bem como da impossibilidade de um controle real de jornada e a própria desnecessidade deste, previsto pela CLT, muitos trabalhadores acabaram por ampliar o número de horas gastas com suas atividades, passando a exercer uma jornada mais exaustiva do que a exercida dentro das dependências da empresa.

Conforme traz Pinto (2003, *np apud* Fonseca e Perez-Nebra, 2012, p. 303-318),

o teletrabalho permite não só a flexibilização da jornada de trabalho, mas, também, a possibilidade de se dedicar mais horas às atividades profissionais, pois, geralmente, não há um controle rígido no que diz respeito à carga horária. Os estudos de Barros (2007), Nohara et al. (2010) e Pinto (2003) indicam que uma das características marcantes do teletrabalho é, justamente, o aumento das horas gastas com as atividades, muito por conta da falta de parâmetros físicos e temporais, algo inerente ao teletrabalho.

Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), em março, 8,7 milhões de trabalhadores utilizaram-se do teletrabalho.

Como toda e qualquer modificação, o teletrabalho possui vantagens e desvantagens,



porém, alguns aspectos sobre a saúde física e mental do trabalhador devem ser observados. Por vezes, os acordos instituídos pelas empresas e aceitos pela parte hipossuficiente da relação, o trabalhador, preveem que o obreiro arque com o mobiliário para realização de suas atividades.

Embora ainda não se saiba como isto será aceito perante a Justiça do Trabalho, já se veem impactos negativos na saúde do trabalhador, o qual, muitas vezes, por falta de condições financeiras acaba por laborar em ambientes não ergonômicos, prejudicando sua saúde física.

Diante deste cenário, a vulnerabilidade dos cidadãos de baixa renda fica ainda mais acentuada, pois, sem qualquer planejamento prévio, pode ter aumentada suas despesas com energia elétrica e outros materiais, em decorrência do trabalho realizado em casa.

Além disso, a intrusão do trabalho no domicílio pode levar a ausência de separação entre o pessoal e o profissional, levando ao desgaste mental do trabalhador.

Neste sentido Rocha e Amador (2018, p. 6) trazem que

essas exigências impõem ao teletrabalhador disponibilidade constante e gestão, no tempo e no espaço, de conciliação de vida privada e trabalho. É outorgada autonomia ao teletrabalhador para gerir seu tempo de trabalho, porém, ditado pelo volume de trabalho, retirando, paradoxalmente, o controle do trabalhador, que se vê compelido a responder às demandas, sem restrições de tempo e disponibilidade.

Assim, vemos mais uma consequência da pandemia ligada ao campo do trabalho afetando diretamente a população. Isto porque, há uma mudança brusca de modelo de labor, para um formato que embora tenha suas vantagens, também traz situações novas que acabam sendo desafiadoras.

O trabalhador com condições mais precárias de instalação ou às vezes sem mesmo ter espaço físico para trabalhar, pode ter sua dignidade afetada, bem como a proteção que lhe é constitucionalmente prevista ferida, por ausência de normativas que lhe garantam condições adequadas de trabalho em home office.

A importância disto está que o trabalho é ponto importante de identificação do ser humano em uma sociedade, sendo que a construção de sua identidade se dá neste seu papel no meio (MALVEZZI, 2004 *apud* TONETTO, 2008).

Outro aspecto que modificou também a vida de crianças, adolescentes e mesmo os pais neste período de isolamento social foi a realização das aulas por meios telemáticos. Tal medida visou também a manutenção da distância, de modo a preservar a saúde e integridade de alunos e professores, mantendo-se dentro das possibilidades, o cronograma escolar vigente.

Tal modificação gera preocupação no processo de aprendizagem dos estudantes.





Publicada em 17 de março de 2020 no Diário Oficial, a Portaria nº 343 prevê a modificação das aulas presenciais, para realização por meios digitais durante a pandemia oriunda do COVID-19.

Segunda o IPEA (2020), seis milhões de estudantes não têm acesso a internet. As desigualdades digitais afloram em períodos em que a única alternativa ao ensino passa a ser por meios tecnológicos, os quais não são a realidade de todos os brasileiros. O UNICEF (2020) estimou que mais de 154 (cento e cinquenta e quatro) milhões de crianças estão sem acesso as aulas. Assim, se por um lado a ausência de aulas poderá prejudicar a atrasar o ensino dos estudantes, por outro, a continuidade das aulas por meios eletrônicos escancara a desigualdade social, prejudicando ainda mais aqueles de menor renda.

No mais, com o fechamento das escolas o acesso a outros serviços que são fornecidos presencialmente ficou restrito, como por exemplo, o fornecimento da merenda escolar, o acesso aos laboratórios e bibliotecas, criando um ambiente distante a uma área propícia ao desenvolvimento dos jovens.

Ademais, vale dizer que alguns estudantes sequer têm acesso a banda larga, ficando com a conexão prejudicada. O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 prevê: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Mediante a realização do ensino a distância busca-se que a educação seja fornecida em tempos de pandemia. Porém, por outro lado, estudantes sem condições de acesso a tecnologia tem o direito fundamental ferido, justamente pela sua vulnerabilidade. Logo, a educação passa a não ser um direito de todos.

Sob esta ótica, o que se vê é que novamente a ausência de políticas públicas que amparem aqueles que mais precisam do auxílio do Estado se veem prejudicados pelas alterações legislativas e mesmo pela falta de segurança jurídica da legislação. A necessidade urgente é que políticas públicas inclusivas sejam instituídas permitindo o gozo de direitos, bem como que a legislação saiba amparar, seja através de normas claras e justas aos hipossuficientes, seja de forma permissiva para que estes, por exemplo, possam cursar posteriormente seus estudos.



## 4 CONCLUSÃO

Conforme exposto, podemos notar que o momento de caos instalado pela pandemia vivida abalou a vida de toda a sociedade. O número crescente de mortes e a necessidade de distanciamento social foram divisores de águas para toda a população.

Foram inúmeras empresas fechadas, aumento do desemprego, ausência de políticas públicas eficazes, discriminação. A insegurança jurídica ficou evidente quando inúmeras normas postas flexibilizaram os direitos dos trabalhadores no intuito de minimizar os efeitos da pandemia, e os entendimentos sobre a possibilidade destas flexibilizações foram divergentes.

A busca por uma resposta do Judiciário para as tantas incertezas cresceu, seja por trabalhadores buscando seus direitos, seja para que fosse dada validade às normas apresentadas pelo governo, na esperança que empregados e empregadores agissem com um mínimo de segurança.

Os desafios foram também vistos pelos estudantes, obrigados a assistir as aulas em casa, mesmo sem qualquer estrutura para tanto.


Neste diapasão, trabalhadores e estudantes viram-se desamparados por políticas públicas eficazes, sendo a flexibilização normativa uma das poucas formas de continuidade de ensino no período pandêmico, bem como manutenção dos postos de trabalho.

Porém, tais mudanças escancaram ainda mais as vulnerabilidades da população de menor renda, que não pode contar com estrutura adequada ou por vezes sequer espaço físico para realizar suas atividades laborais. Além disso, a desigualdade digital faz com que muitos estudantes não consigam acompanhar adequadamente o plano de ensino através das aulas online.

A flexibilidade da Consolidação das Leis do Trabalho ao permitir que o empregado arque com as despesas de trabalho leva a mais uma barreira encontrada pelo trabalhador. Além do que, por vezes a ausência de controle de horário aumenta a carga de labor, dificultando a quebra entre vida pessoal – trabalho.

Neste contexto, o que se nota é que as flexibilizações são necessárias neste momento, porém, também se faz mister o amparo estatal aos mais pobres, para que possam ter condições mínimas de continuarem suas atividades, sem serem os únicos da relação a realizarem esforços para tanto.

As mudanças e flexibilidades legislativas foram necessárias em caráter de urgência,



porém, necessário que se observem e preservem os direitos sociais e a dignidade da pessoa humana ao sopesar tais modificações, em um contexto de vulnerabilidade do cidadão.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antonio Carlos; CALVET, Otavio Amaral. “Negociação” individual para redução de salário e jornada de trabalho. *Revista Consultor Jurídico*. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-08/aguiar-calvet-negociacao-individual-reducao-salario-jornada>. Acesso em: 2 jun 2020.

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo Malheiros Editores Ltda. 2a edição. 4ª tiragem. 2015.

ALMEIDA, Renato Rua. Medida Provisória no 936 de 01 de abril de 2020 institui “Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20/3/2020 e da emergência da saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata a Lei 13.979, de 6-02-2020. Academia Brasileira de Direito do Trabalho. 2020. Disponível em: <http://www.andt.org.br/f/Medida%20Provis%C3%B3ria%20n%C2%BA%20936%20de%2001%20de%20abril%20de%202020-Renato.02.04.2020.pdf>. Acesso em: 26 jun 2020.

BOTELHO, Paulo Régis Machado. *Férias em tempos de Covid-19: análise da MP N. 927/2020. O Direito do Trabalho na crise da COVID-19/ coordenadores Alexandre Angra Belmonte, Luciano Martinez, Ney Maranhão*. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti; COSTA, Paula Esteves da. Medidas Trabalhistas destinadas ao Enfrentamento da Crise provocada pelo COVID – 19. *Revista Direito e Pandemia*. n. esp. Editora Ordem dos Advogados do Brasil, maio, 2020.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, Senado, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 abr 2020.

BRASIL. Coordenadoria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho. Brasília, 26 de maio de 2020. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/documents/10157/63416/Casos+Novos+Covid-19.pdf/a4c2883f-7174-f844-edad-894643a1086d?t=1590499083340>. Acesso em: 15 jun 2020.

BRASIL. Decreto-Lei 5.452, de 01 de maio de 1953. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm). Acesso em: 20 abr 2020.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/DLG6-2020.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm). Acesso em: 29 abr 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 927, de 22 de mar de 2020. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv927.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv927.htm). Acesso em:



29 abr 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv936.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv936.htm). Acesso em: 29 abr 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv944.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv944.htm). Acesso em: 29 abr 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 946, de 7 de abril de 2020. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/mpv/mpv946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv946.htm). Acesso em: 29 abr 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6342. Relator: MARCO AURÉLIO. Brasília, DF, 26 de março de 2020. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI6342liminar.pdf>. Acesso em 20 abr 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Decisão em Medida Cautelar nº 6363. Relator: RICARDO LEWANDOWSKI. Brasília, DF, 6 de abril de 2020. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=752428536&prcID=5886604&ad=s#>. Acesso em: 20 abr 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Decisão em Medida Cautelar nº 6363. Relator: RICARDO LEWANDOWSKI. Brasília, DF, 17 de abril de 2020. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5886604>. Acesso em: 20 abr 2020.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. *TST divulga levantamento oficial com número de ações relacionadas ao coronavírus na Justiça do Trabalho*. Brasília, 18 de junho de 2020. Disponível em: [https://www.tst.jus.br/noticias/-/asset\\_publisher/89Dk/content/id/26495370](https://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/26495370). Acesso em: 28 jun 2020.

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. *Redução Salarial em Tempos de Coronavírus: Atuação Sindical como Medida de Justiça*. O Direito do Trabalho na crise da COVID-19/ coordenadores Alexandre Angra Belmonte, Luciano Martinez, Ney Maranhão. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

CASSAR, Vólia Bomfim. *Comentários à Medida Provisória 936/20*. GEN Jurídico. 2020. Disponível em: <https://genjuridico.jusbrasil.com.br/artigos/839864617/comentarios-a-medida-provisoria-936-20>. Acesso em: 26 jun 2020.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 18. ed. São Paulo: LTr, 2019.

DWORKIN, Ronald. *A raposa e o porco-espinho: justiça e valor*. Tradução de Marelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

ESPAÑA. MINISTERIO DE ASUNTOS ECONÓMICOS Y TRANSFORMACIÓN DIGITAL. *Medidas Económicas Adoptadas por el Gobierno de España Frente a la Pandemia Del Covid-19*. 2020, 17 de março. Disponível em: [https://www.mineco.gob.es/stfls/mineco/prensa/ficheros/noticias/2020/20200319\\_medidas](https://www.mineco.gob.es/stfls/mineco/prensa/ficheros/noticias/2020/20200319_medidas)





**\_economicas\_COVID19.pdf**. Acesso em: 28 jun 2020.

FONSECA, Rodrigo Dias da; SALES, Cleber Martins. *Comentários à medida provisória nº 927, de 22 de março de 2020: análise artigo por artigo* (livro eletrônico). 1ª ed. São Paulo. Tirant lo Blanch, 2020.

FONSECA, Regina Lúcia de Almeida; PEREZ-NEBRA, Amalia Raquel. A epidemiologia do teletrabalhador: impactos do teletrabalho na saúde mental. *Cad. psicol. soc. trab.*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 303-318, dez. 2012. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172012000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172012000200011&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 13 out. 2020

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Redução de salário e respeito à ordem jurídica no Estado de Direito. *Revista Consultor Jurídico*. 2020. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2020-abr-15/barbosa-garcia-reducao-salario-respeito-ordem-juridica>. Acesso em 26 jun. 2020.

GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta. *O Vetor Constitucional da Segurança Jurídica em Tempos de Coronavírus*. O Direito do Trabalho na crise da COVID-19/ coordenadores Alexandre Angra Belmonte, Luciano Martinez, Ney Maranhão. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

GOULART, Adriana da Costa. *Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro*. *Hist. cienc. Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 101-142, Apr. 2005. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702005000100006&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000100006&lng=pt&tlng=pt). Acesso em 26 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000100006>.


IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2020. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/2988-np-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-pnad-covid19/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 12.out.2020.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Acesso Domiciliar à Internet e Ensino Remoto Durante a Pandemia. [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10228/1/NT\\_88\\_Disoc\\_AcesDomInternEnsinRemoPandemia.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10228/1/NT_88_Disoc_AcesDomInternEnsinRemoPandemia.pdf). Acesso em 13 de out 2020.

NETO, Bento Herculano Duarte. *Procedimento Negocial Coletivo em Tempos de Coronavírus*. O Direito do Trabalho na crise da COVID-19/ coordenadores Alexandre Angra Belmonte, Luciano Martinez, Ney Maranhão. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

NETO, Manoel Jorge e Silva. *A Edição de Medidas Provisórias em Tempos de Coronavírus*. O Direito do Trabalho na crise da COVID-19/ coordenadores Alexandre Angra Belmonte, Luciano Martinez, Ney Maranhão. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

OPAS-Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde. *Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)*. 2020. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875). Acesso em 30 abr 2020.



RICCI, Paolo; TOMIO, Fabricio. *O poder da caneta: a Medida Provisória no processo legislativo estadual*. Opin. Publica, Campinas, v. 18, n. 2, p. 255-277, nov. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762012000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000200001&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 27 apr. 2020.

RAMALHO, José Ricardo; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; RODRIGUES, Iram Jácome. *Mudanças na Legislação trabalhista, sindicato e empresas multinacionais*. Cad. CRH, Salvador, v. 32, n. 86, p. 343-359, Aug. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792019000200343&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792019000200343&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 abr. 2020.

ROBORTELLA, Luiz Carlos Amorim; PERES, Antonio Galvão. *Interpretação Jurídica em Tempos de Pandemia*. O Direito do Trabalho na crise da COVID-19/ coordenadores Alexandre Angra Belmonte, Luciano Martinez, Ney Maranhão. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

ROCHA, Cháris Telles Martins da; AMADOR, Fernanda Spanier. O teletrabalho: conceituação e questões para análise. Cad. EBAPE.BR., v. 16, n. 1. Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512018000100152&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512018000100152&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 25 de agosto de 2018.

STIMULATING THE ECONOMY AND EMPLOYMENT. COVID-19 and the world of work. Country policy responses. 2020. *International Labour Organization*. Disponível em <https://www.ilo.org/global/topics/coronavirus/country-responses/lang--en/index.htm#FR>. Acesso em 28 jun 2020.

TONETTO, Aline Maria et al . Psicologia organizacional e do trabalho no Brasil: desenvolvimento científico contemporâneo. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre , v. 20, n. 2, p. 165-173, Aug. 2008 . Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822008000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000200003&lng=en&nrm=iso). access on 13 Oct. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000200003>.

UNICEF. Com base nos dados de matrículas do Instituto de Estatística da Unesco <http://data.uis.unesco.org/>. Acesso em 13 out 2020.

VEIGA, Aloysio Corrêa da; SIVOLELLA, Roberta Ferme. *Dejà-vu Histórico, Normatividade e Sociedade em Mutação: o direito em quarentena nas medidas de prevenção contra o covid-19*. O Direito do Trabalho na crise da COVID-19/ coordenadores Alexandre Angra Belmonte, Luciano Martinez, Ney Maranhão. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Coronavirus disease (COVID-19) Pandemic*. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019> . Acesso em: 26 jun. 2021.



# CAPÍTULO 30

DOI: 10.47402/ed.ep.c202174429561

## EM TEMPOS DE PANDEMIA – COVID 19: DESAFIOS DA INCLUSÃO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NAS AULAS DE ENSINO RELIGIOSO DE ESCOLA PÚBLICA

**Clera de Faria Barbosa Cunha**, Mestre em Educação e Sociedade, Professora de Ensino Religioso

**Cláudia de Faria Barbosa**, Doutora em Família na Sociedade Contemporânea, Professora da UESB e Pesquisadora do GEHFTIM

### RESUMO

São muitos os desafios no ensino religioso, dentre eles, os preconceitos com as religiões de matriz africana. O problema coaduna-se com tensões entre professor e alunos que recebem a interferência dos pais nessa dinâmica. Este ensaio, possui uma abordagem qualitativa de cunho exploratório com base nas práticas didático-pedagógicas de uma das autoras. Professora de ensino religioso. Analisa-se os entraves vividos no ensino religioso no contexto do ensino remoto, provocado pela crise sanitária da covid-19 e em relação ao currículo oculto dos componentes curriculares no que tange aos preconceitos com a diversidade religiosa, sobretudo com as religiões de matriz africana. Nesse interim, verifica-se que os pais dos estudantes se mantêm presos a uma força simbólica, arraigada em conservadorismos que teimam em não aceitar e valorizar a riqueza cultural e religiosa do povo, no que fere às suas manifestações de fé e pertença afro-brasileira. Infere-se que o fenômeno religioso segue acompanhando um currículo escolar vago, enquanto os professores sentem a necessidade de trabalhar na perspectiva decolonial.

**Palavras-Chave:** Ensino Religioso, Pandemia, Currículo.

### INTRODUÇÃO

Este artigo discute as tensões e dificuldades encontradas por professores em lecionar o ensino religioso na escola de forma remota no que tange a trabalhar conteúdos relacionados aos processos de descolonização dos currículos na escola brasileira. Este ensaio possui uma abordagem qualitativa (MINAYO, 2002), de cunho exploratório com base nas práticas didático-pedagógicas de uma das autoras.

Desde que tornou obrigatória a educação étnico-racial nas escolas, por exigência da Lei 11.645 (BRASIL, 2008), alguns professores de ensino religioso no ensino fundamental passaram a incluir nos conteúdos da disciplina questões históricas e culturais da população afro-brasileira, sobretudo no que se refere às religiões de matriz africana, com a intenção de reforçar o diálogo e compreensão de religiões que estão presentes na fé e cultura do povo brasileiro.

Trata-se de fundamental relevância trabalhar a riqueza dessa cultura sobretudo porque,



formada a partir da escravização, é ainda vista por muitos sob o prisma do preconceito e da falta de sentimento de pertença, justamente por desconhecimento e julgamentos que marcaram a colonização. Devido à longa duração de ausência de políticas governamentais em favor de direitos das populações afrodescendentes, o preconceito se manteve presente, fortalecido pelo racismo e contra as religiões de matriz africana, dificultando o alcance da igualdade racial e justiça social.

Trata-se da emergência de uma tentativa de mudança epistemológica no que se refere ao trato da questão étnico-racial na escola e nos currículos. Também devido à obrigatoriedade da introdução do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nos currículos das escolas públicas e particulares do ensino fundamental. Nesse sentido, a inserção dessa temática, também no trato dos conteúdos da disciplina ensino religioso, é imprescindível.

Esse ensino permite a possibilidade de descolonizar a formação religiosa de muitas crianças e adolescentes, no sentido de lhes proporcionar elementos para compreenderem parte da cultura religiosa afro-brasileira, por meio de formação de consciência crítica e da implantação de estratégias de combate à discriminação racial, enquanto se promove o conhecimento e valorização das culturas afro-brasileiras.

Conforme preconiza a Lei 11.645 (BRASIL, 2008), os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história. Todavia, a inclusão de conteúdos sobre as culturas africanas e afro-brasileiras são adequadas para serem incorporadas no ensino religioso e assim, assimiladas pelos estudantes como parte constituinte da formação da religiosidade do povo brasileiro.

## **ENSINO RELIGIOSO EM TEMPOS DE ENSINO REMOTO: IMPASSES**

O ensino religioso têm reconhecido a centralidade das tensas relações étnico-raciais que acompanham a formação social e cultural, isso porque as religiões de matriz africana ainda não são aceitas por muitas famílias que têm seus filhos cursando o ensino fundamental. O ensino religioso evidencia impasses, no sentido da realidade que se entrelaça no jogo de poder simbólico, nos ensinamentos que se sobrepõem sobre outros, em especial aqueles que envolvem a cultura, massacrada pelos preconceitos e despojada de suas raízes, como as religiões de matrizes africanas que são vividas, mas não se inserem nas aulas.

Para Bourdieu e Passeron (1970) a educação tem um papel determinante na imposição





de um sistema simbólico, que tem força nas relações que se reproduz na cultura dominante e contribui para a reprodução das estruturas desse poder. Este sistema simbólico é obviamente o da classe dominante, que impõe a grupos um universo simbólico distinto. Desta forma, perpetua-se a condição de poder na sociedade, muitas vezes, sem que seja percebido e, com isso, mantém-se a ignorância das pessoas com referência aos aspectos colonizadores que seus antepassados viveram e ainda se mantêm sendo reproduzidos, cotidianamente, com as novas gerações.

Nesse sentido, ensinar religião no contexto da escola perpassa pela não aceitação de muitos, sobretudo pais e responsáveis, sobre os dados e conhecimentos das religiões de tradição afro-brasileira. Isso acontece porque perpassa pela exclusão, com consequências simbólicas fortalecidas pela injunção do catolicismo no componente de ensino religioso, situação historicamente arraigada na formação cristã via colonização.

Essa problemática é levantada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao chamar atenção sobre as perspectivas teórico-metodológicas, que, no decorrer da história educacional brasileira, assumiu diferentes perspectivas. Com as variações socioculturais, sobretudo, a partir da década de 1980 houve mudanças na concepção de muitos paradigmas que contribuíram para impactar o que se estava desenvolvendo no currículo de ensino religioso. “Em função dos promulgados ideais de democracia, inclusão social e educação integral, vários setores da sociedade civil passaram a reivindicar a abordagem do conhecimento religioso e o reconhecimento da diversidade religiosa no âmbito dos currículos escolares” (BNCC, 2017, p, 433).

Entretanto, na prática não acontece de forma como deveria ser. As lutas são individualizadas e feitas por professores, muitas vezes sem a colaboração dos sistemas de ensino e o apoio das famílias nesse processo. Nessa luta por reinventar e integrar no currículo o trabalho com a diversidade religiosa busca-se ampliar a capacidade humana de reconhecer nos ensinamentos históricos, a riqueza da cultura e fortalecer a história que é constantemente construída. Isso se dá por meio do entrelaçamento de ideias, de lutas, discussões e pesquisas que despertam o interesse pelas religiões de matriz africana e afro-brasileira.

Persiste uma hegemonia no currículo dos componentes curriculares que deixam à margem o ensino religioso, muitas vezes, sem amparo em materiais didáticos. Nesse caso, o professor encontra dificuldades em criar estratégias para incorporar em sua prática pedagógica, principalmente quando se trata do ensino híbrido, o qual possibilita autonomia do aluno e



influência dos pais no trato das atividades feitas em casa, sem a presença constante do professor.

Quando se analisam de maneira atenta os conteúdos que são desenvolvidos de forma explícita na maioria das instituições escolares e aquilo que é enfatizado nas propostas curriculares, chama fortemente a atenção à arrasadora presença das culturas que podemos chamar de hegemônicas. As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder continuam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação (SANTOMÉ, 1995, p. 163).

Nessa perspectiva, o ensino com uma proposta descolonizadora encontra mais obstáculos do que aconteceria em uma sala de aula presencial. A possibilidade de uma alternância epistemológica em curso, no trabalho presencial na disciplina ensino religioso, é interrompida porque muda-se a metodologia de trabalho presencial para o ensino remoto, com atividades síncronas e assíncronas, conforme se expõe a seguir.

No ano de 2020, com a pandemia, provocada pela crise sanitária da COVID-19, fez-se necessário o isolamento físico e as escolas foram forçadas a fechar suas salas de aulas. Dessa forma, o ensino passou a ser ministrado por meio de aulas remotas, em salas virtuais, nas modalidades síncronas e assíncronas. Nesse sentido, as mudanças metodológicas ocorreram quando o professor de sua casa mantém com alunos vínculos por interfaces digitais, enquanto as crianças e adolescentes permanecem em suas casas sendo monitorados e auxiliados por seus pais nas tarefas e atividades didático–pedagógicas.

Isso porque os estudantes passam a contar com a presença dos pais nas discussões, considerando que os pais e/ou responsáveis acabam interferindo nos assuntos ligados às aulas, muitas vezes dificultando a intervenção do professor nesse processo. Muitos conseguem adotar uma atitude neutra, mas outros não avançam no sentido de um contínuo aprendizado e suas concepções não coadunam com a ideia no sentido de descolonizar a forma de conceber as religiões de matriz afro-brasileiras.

O ensino com foco na aprendizagem com fins de desenvolver competências e autonomia do estudante, quando se trata do ensino religioso, tem se tornado mais desafiador porque exige ainda mais do professor e de seus conhecimentos, pois não se encontra materiais didáticos disponibilizados pelo poder público.

A falta de diretrizes de acessibilidade por meio de materiais didáticos coerentes e concisos para o ensino religioso provoca impasses. Isso porque os alunos, por causa das influências recebidas nas famílias, mantém preconceitos arraigados em suas concepções individuais sobre as religiões de matriz africana.

Esse problema tem se mostrado frequente, em razão de perspectivas deturpadas por



motivos religiosos, repertórios da cultura judaico-cristã que ainda mantém preconceitos, fazendo com que muitos pais prefiram ignorar as discussões sobre religiões afro-brasileiras e não apoiam seus filhos nas atividades referentes à diversidade religiosa. O mito da democracia racial ainda é predominante na consciência coletiva de pais que mantêm seus discursos embasados na religião cristã, mais precisamente as igrejas católica e/ou protestante, além do preconceito institucionalizado e da intolerância religiosa, criando entraves e dificuldades para o conhecimento sobre as religiões de matriz africana e o respeito à diversidade e à alteridade.

Existe a troca de informações quando os sujeitos expressam as opiniões e as emoções e incentivam a evolução, no sentido de pesquisar, conhecer e desfrutar das possibilidades, permitindo-se formar uma teia social de ideias, desde as mais simples às mais complexas. Isso porque “ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes” (ARENDR, 2000, p. 67). Entretanto, nem todos os pais coadunam com essas ideias de que a diferença cultural e também religiosa é uma riqueza marcante do povo brasileiro e não o contrário.

Ao criar estratégias, incorporar as tecnologias e inovar nas aulas no que tange à diversidade religiosa faz do professor um profissional com a capacidade de transformar consciências para descolonizar o conhecimento e até a fé das pessoas, deixando-as livres para pensar e professar a fé da forma que se identificam e vivem. Dessa maneira, o professor pode desenvolver suas práticas do melhor modo possível, usando de seus conhecimentos para transformar o conteúdo acessível a um maior número de estudantes.

E, para melhor compreender apoia-se em pesquisas na área da educação, do currículo, da laicidade e na ânsia de professores e pesquisadores que se apresentam como mediadores de busca, pela liberdade de crenças, apoiados em políticas públicas que representam as demandas do público. O interesse está em descobrir as nuances que cercam o trabalho com a disciplina de ensino religioso aportando-se no tempo e desvendando a sua importância, quando é vista e trabalhada como fenômeno religioso.

Assim, ideias de valores, considerados válidos, para uma sociedade aparentemente cristã se abarcou no currículo das escolas, deixando as discussões sobre a vida, as descobertas, os mitos, a cultura, símbolos e ritos, apenas para o currículo oculto, omitindo a escola de sua função que é a valorização das crenças e da cultura de seu povo e não de reproduzir a lógica colonizadora no curso da reprodução, conforme assegura Bourdieu (1970).



## O CURRÍCULO ESCOLAR ESTÁ LEGITIMADO AO JOGO DE PODER?

O currículo escolar é culturalmente elaborado com base em políticas públicas que visam repassar ao sujeito, por meio dos conteúdos escolares, a cultura dominante daqueles que se legitimam como capazes de reinventarem o saber dos menos privilegiados e que estão à margem da sociedade.

Nogueira (2004) enfatiza que a cultura escolar está intimamente associada à cultura dominante, uma vez que os conteúdos curriculares são selecionados em função dos conhecimentos, valores e interesses dessas classes e, portanto, não podem ser entendidos fora do sistema mais vasto das diferenciações sociais. O prestígio de cada disciplina está associado à afinidade com as habilidades valorizadas pela elite cultural.

O ensino, para Saviani (2003), deve contemplar a expressão, experiência e vivência do aluno, além de utilizar seu capital cultural e interesse para alcançar o conhecimento. É papel da escola, ensinar o aluno a pensar, desenvolver suas capacidades mentais, propiciar-lhe condições para as descobertas e acesso aos conhecimentos. Trabalhar a ciência na sua história lógica e no seu método apresenta-se, nessa visão, como uma das principais tarefas da escola.

Ela é o lócus onde acontecem as transformações sociais, uma vez que trata-se de um espaço de múltiplas diversidades e todos ali, embora com perspectivas diferenciadas, têm em comum o objetivo de romper com a ignorância na ânsia de compreensão. Tratar das perspectivas atuais da educação, conforme Gadotti (2000) é também dialogar, discutir e identificar ideias, valores e práticas educacionais que marcam o passado, caracterizam o presente e abrem possibilidades para o futuro.

As mudanças e as instabilidades curriculares tendem a acontecer quando algo não se encontra dentro dos padrões estabelecidos pela sociedade como apropriado e correspondente aos pensamentos e inquietações de muitos sujeitos, que visam compreender os pormenores e as nuances no cotidiano da escola.

Conforme Padilha (2004), em pleno século XXI existe o surgimento de outros paradigmas de ciência e concepções de conhecimento que procuram superar as defesas radicalizadas diante de um mundo globalizado para superar a visão linear de ciência. Nesse sentido, o currículo escolar necessita considerar não apenas o que se deve saber, mas para quê, por quê aprender e, inclusive, quem deve aprender esses ou aqueles conhecimentos que são divididos em componentes curriculares.

A escola, como espaço de aprendizado e de socialização tem dupla função: trabalhar





com os conhecimentos humanos sistematizados, historicamente produzidos e acumulados e criar novos conhecimentos. Nem todo saber é de interesse de todos, mas uma vez produzido é patrimônio humano e, como tal, deve estar disponível, portanto, cabe a escola socializá-lo (FONAPER, 2009).

Ademais, demanda-se um currículo aberto que respeite as diferenças para que todos possam aprender e desenvolver a sensibilidade para acolher as contendas que se encontram não somente na escola, mas na sociedade como um todo (MARCHESI, 2004).

Assim, é essencial que a pluralidade de visões coadune com um processo de sabedoria que amplia e enriquece as epistemologias do currículo para promover aprendizados que sejam promissores na condução de vida das pessoas. Saviani (2003), ao mencionar as análises historiográficas, relata que a elaboração do currículo e a constituição das disciplinas escolares não se dão de forma linear, nem se estabelecem por consenso. A própria elaboração se dá em meio a contradições e conflitos que redundam em soluções negociadas, as quais entram em jogo novos conflitos entre as diferentes interpretações, gerando acordos implícitos que caracterizam o currículo oculto, ou seja, trata-se de um processo dialético que eleva o nível das aprendizagens dialógicas e coletivas.

## **ENSINO RELIGIOSO E REMOTO: INTEGRAÇÃO FAMILIAR NA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Para Santomé (1995), pensar sobre a relação entre currículo e culturas negadas e silenciadas é refletir que:

Quando se analisam de maneira atenta os conteúdos que são desenvolvidos de forma explícita na maioria das instituições escolares e aquilo que é enfatizado nas propostas curriculares, chama fortemente a atenção à arrasadora presença das culturas que podemos chamar de hegemônicas. As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder continuam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação (p. 163)

Esses grupos minoritários são visíveis quando o trabalho é desenvolvido com o componente curricular de ensino religioso, que está arraigado na tradição cultural do país e, na escola que passou a ter suas funções pedagógicas em espaços virtuais, devido ao isolamento social, sempre com a presença da família por detrás das câmeras de vídeo aulas.

Partindo de tal entendimento as discussões acima, trazem inquietações que partem da vivência de uma das autoras, nesse caso a escola, como um lugar de ampliar os conhecimentos



e não espaço de demonstrar a crença individual de seus frequentadores. A inquietação é porque os processos formativos e o componente curricular de ensino religioso, apesar de ter sua trajetória amparada nas leis, não assume o seu papel de evidenciar a real história das religiões, mas se mantém presa à uma tradição cultural que reproduz dogmas.

Tal afirmativa parte da contextualização feita nas aulas, durante o período presencial e atualmente em período remoto, quando ficam mais perceptíveis, a influência das famílias no que deveria ser visto e estudado como relacionado à própria vida. Assim as experiências práticas, desenvolvidas nas vivências pedagógicas da docência, mostram que os processos formativos dependem de políticas e currículo com diretrizes prontas para serem trabalhadas com os alunos, seja no espaço presencial ou no virtual.

Essa experiência aponta também que as aulas síncronas, quando ministradas com ênfase no conhecimento e não em dogmas de fé, possibilitam amplas discussões e aprendizados com perspectivas de autonomia aos estudantes. Mas, no caso das aulas assíncronas o processo de aprendizagem tende a ser interrompido pelo contato com a crença familiar que, muitas vezes não consegue discernir o conhecimento histórico das religiões com a fé arraigada nas tradições familiares e passadas de geração a geração.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descolonização do currículo implica conflito, confronto, negociações para compreensão de crenças tidas como marginalizadas socialmente. Entretanto, as religiões fazem parte da cultura e da história da humanidade e, no contexto escolar, elas são merecedoras de um espaço como memória cultural de um povo que busca nas crenças repostas para os enigmas que envolvem o mistério da vida e morte, seja ela constituída por fé, dogma, mito e tradição.

As práticas e currículo escolar, em um país com tamanha diversidade cultural não pode se omitir e deixar de ter suas diretrizes nítidas quanto ao trabalho com o componente curricular de ensino religioso. Vale reafirmar que cada vez mais existe, na escola, a ânsia por entender a cultura religiosa, mas na realidade, tem sua história negada e esquecida, quando se trata de descolonizar o pensamento e as consciências.

No decorrer do presente, o contexto histórico traz à tona olhares de professoras que se deparam com um currículo que omite parte do contexto de seus integrantes, em uma dominação judaico-cristã histórica em terras colonizadas como o Brasil. As abordagens são feitas em detrimento de outras que, na realidade, não condizem com o momento vivido pela história de



um povo que é constituído em grande parte, da cultura africana.

Assim coaduna-se que, para além das telas do computador, do celular e dos roteiros usados no ensino remoto como meio de se alcançar o aluno é, antes de tudo, importante desenvolver metodologias que sejam capazes de abarcar o conhecimento da história das religiões utilizando para isso diversidade religiosa como ponto chave para enfatizar o fenômeno religioso, seja através do ensino presencial, remoto ou híbrido.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Petrópolis: Editora Forense Universitária, 10 ed. 2000.

BNCC, Base Nacional Comum Curricular. 2017. Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) . Acesso em 05 jul. 2020.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J.A. **A reprodução. Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino**. Lisboa: Veja, 1970.

FONAPER, Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso**. São Paulo: Mundo Mirim, 2009

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo em perspectiva, n.14, v. 2. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>. Acesso em 11 dez. 2018.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação E Descolonização Dos Currículos. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, p. 98-109, Jan/abr 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf> Acesso em 20 out. 2020.

MARCHESI, A. A prática das escolas inclusivas. In: COLL, César; MARCHESI, A.; PALACIOS, J.; e Cols. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtorno do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PADILHA, Paulo Roberto. **Currículo intertranscultural: novos itinerários para a educação**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 159-189

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. 4 ed. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2003.



# CAPÍTULO 31

DOI: 10.47402/ed.ep.c202174530561

## COMUNICAÇÃO E VULNERABILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE DE ESTRATÉGIAS DE 6 CIDADES DO RIO GRANDE DO SUL<sup>25</sup>

**Gabriela Tombini Ponzi**, Mestranda em Ciências Ambientais, UFPel  
**Diuliana Leandro**, Doutora em Ciências Geodésicas, Professora da UFPel do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais  
**Denise dos Santos Vieira**, Mestranda em Ciências Ambientais, UFPel

### RESUMO

A crise sanitária acarretada pelo SARS-CoV-2 ocasionou transformações na organização social das cidades. Acredita-se que as cidades inteligentes possuem melhores recursos para atuar na detecção, prevenção e mitigação de surtos de doenças devido à infraestrutura integrada e utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Muitas cidades aderiram às TICs para estabelecer um canal de comunicação com a população sobre a pandemia e executar as atividades do cotidiano. Porém, no contexto nacional parte da população acaba sendo excluída por não ter acesso à internet e não ter condições materiais de sobreviver à pandemia. A análise de como as cidades de Caxias do Sul, Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Rio Grande (as três primeiras classificadas no ranking da Smart Cities de 2020) criaram ferramentas e canais de comunicação para o enfrentamento da pandemia demonstra não haver impacto na taxa de incidência e letalidade da COVID-19 apenas por serem consideradas inteligentes. Para além, outros fatores agravam a situação da pandemia nas cidades como o acesso à internet e condições dos domicílios para que a população possa fazer o distanciamento social e seguir as recomendações da OMS de higiene para prevenção da doença. Por isso é importante, além da implementação de cidades inteligentes, sem fomentar a justiça social e políticas públicas para o enfrentamento desta pandemia.

**PALAVRAS-CHAVE:** cidades inteligentes; desigualdade social; exclusão digital, COVID-19.

### INTRODUÇÃO

A pandemia gerada pela disseminação do novo coronavírus tem como pano de fundo os centros urbanos, devido ao número de pessoas, hábitos, infraestrutura e planejamento desses espaços. Como as cidades são locais propícios para o espalhamento, o comportamento e a estrutura urbana são fundamentais quando ocorre algum fenômeno extremo, nesse caso a pandemia disseminada pelo SARS-CoV-2. A disseminação de um evento como o novo coronavírus, por exemplo, possui a probabilidade de ocorrer mais rapidamente e com maior

---

<sup>25</sup> Agência de fomento CAPES





abrangência onde as moradias ficam localizadas em regiões sem saneamento básico e as construções não possuem estrutura adequadas, que nas regiões urbanizadas e com acesso a água de qualidade, esgotamento sanitário e estrutura urbana (CASAZZA, 2020)

Por mais que os impactos atrelados à disseminação do vírus só serão entendidos por completo ao fim da pandemia, as mudanças consequentes desse cenário já são perceptíveis. Entretanto, nesse momento, as estratégias das cidades inteligentes podem se tornar um dos melhores recursos para o manejo dessa e de futuras pandemias (TRENCHER & KARVONEN, 2019).

Com o objetivo de minimizar os impactos dessa e de futuras pandemias, o gerenciamento de informações torna-se essencial. Por mais que estudos demonstrem a importância de um rápido diagnóstico e de boas condições sanitárias para enfrentar pandemias, a era digital também se mostra importante nesse processo a partir da possibilidade de detectar surtos de novas e já conhecidas doenças através da veiculação de informações essenciais para o manejo dessas situações (COSTA & PEIXOTO, 2020).

O foco das cidades inteligentes ainda esteja voltado para o desenvolvimento sustentável e atividade econômica, com pouco relacionado, necessariamente, com a equidade social e experiência humana, negando a uma parcela da população informação segura sobre a pandemia que normalmente já é submetida a outros processos de vulnerabilidade como não acesso à infraestrutura urbana, serviços, trabalho, renda etc. (TRENCHER & KARVONEN, 2019; MUNIZ, LEUGI, PEREIRA, PRZEYBILOVICZ, & ALVES, 2021).

O objetivo dessa pesquisa é analisar dados referentes ao índice de prevalência e à taxa de letalidade de 6 cidades do estado do Rio Grande do Sul (3 classificadas no ranking da Smart Cities (2020) e 3 não classificadas) e as suas estratégias de comunicação, bem como entrelaçar essas informações com indicadores sociais, buscando entender de que forma esses espaços foram afetados e sob que circunstâncias.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Cidades Inteligentes no contexto pandêmico

O termo cidades inteligentes, em mais de suas cem definições, se tornou atrativo e alavancou iniciativas voltadas para ao planejamento dos espaços urbanos. O termo é amplamente usado para descrever cidades que se propõem a resolver alguns problemas dos setores urbanos, como mobilidade urbana, segurança, iluminação, gestão de resíduos,



saneamento básico, internet, tecnologias da informação e comunicação (TICs), com o objetivo de tornar a infraestrutura oferecida e os serviços mais interligados e eficientes. A partir da apropriação de novas tecnologias, diferentes formas de governança vêm sendo implementadas ao se repensar o planejamento dos espaços urbanos, criando oportunidades de participação cidadã para aqueles com acesso à informação (DAVID, CARVALHO e PEDRO, 2019; AQUILINO, 2017; KOMNINOS, PALLOT e SCHAFFERS, 2012)

Aquilino (2017) elaborou um compilado sobre as palavras chaves que definem os principais aspectos em 6 categorias: meio ambiente (resiliência, sustentabilidade, futuras gerações e qualidade de vida); economia (competitividade, prosperidade, crescimento e desenvolvimento); tecnologia (inovação, integração sistêmica, transformação digital, tecnologias integradas, TIC's, automatização, dados e informação e instrumentalização); infraestrutura (ambiente construído, sistemas urbanos, serviços e eficiência); governança (desempenho urbano, controle, gestão urbana e planejamento); e social (liderança, inclusão cidadã, participação; colaboração e equidade).

O termo ganhou diversos significados no mundo e no país, por vezes se preocupava apenas com a infraestrutura urbana e mobilidade e em muitos espaços ficou relacionado à agenda de desenvolvimento urbano, muitas vezes entendido como um grande mercado a ser explorado. As disputas pelo campo e as diversas nomenclaturas criadas para essas cidades: inteligentes, inteligentes e sustentáveis, inteligentes e humanas etc., passaram em sua maioria a significar ambientes altamente conectados, muitas vezes se abstendo da discussão social a respeito da construção histórica acerca da desigualdade social (BRASIL, 2019).

Segundo Aquilino (2017) não há um conceito único para a definir as cidades inteligentes, buscando contribuir com esse campo foi lançada a Carta Brasileira para Cidades inteligentes. Nesse documento foi estipulado o seguinte conceito:

“São cidades comprometidas com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentáveis, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural, que atuam de forma planejada, inovadora, inclusiva e em rede, promovem o letramento digital, a governança e a gestão colaborativas e utilizam tecnologias para solucionar problemas concretos, criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, garantindo o uso seguro e responsável de dados e das tecnologias da informação e comunicação.” (BRASIL, 2019, p. 28)

Um ponto central para a implementação das cidades inteligentes é a utilização da tecnologia e, conseqüentemente do letramento e da inclusão digital da população, respeitando características sociais e culturais, ambientais, políticas e institucionais de cada região (BRASIL, 2019). Ou seja, a implementação das cidades inteligentes passa pelo entendimento das



populações e das suas relações com o espaço urbano.

A priorização da população como algo integrante às cidades possibilita o entendimento do que acontece no espaço urbano, sem contar que a população pode fornecer uma quantidade massiva de dados relevantes, de forma espontânea, que podem auxiliar no entendimento da dinâmica do espaço urbano e na prevenção e mitigação de surtos de novas doenças (NALINI e LEVY, 2017; COSTA e PEIXOTO, 2020).

O manejo da pandemia deveria ser possível para as cidades “inteligentes” em três etapas, sendo elas detecção, alerta e mitigação. Para a otimização do processo é necessário prover informações como quando e onde os casos foram detectados, permitindo uma resposta mais rápida ao surto ainda nos estágios iniciais. A detecção é seguida pelo alerta (pessoa infectada e demais que tiveram contato e as autoridades de saúde) e a mitigação (isolamento social) (ARAÚJO, 2020; COSTA e PEIXOTO, 2020). O processamento dessas informações se dá, majoritariamente, através de aplicativos que captam e armazenam informações sensíveis.

Para estabelecer uma comunicação efetiva com a população foram criados diversos portais oficiais e inúmeros aplicativos no ano de 2020 com a intenção de disseminar informações que auxiliassem no monitoramento da pandemia, prevenção e autocuidado. (LETOUZE, JÚNIOR, EVERTON, & BARBOSA, 2020; NETO, et al., 2020). A criação desses espaços virtuais passa pela necessidade de garantir o acesso seguro à informação, sendo um importante mecanismo de busca e obtenção de informações, educação e proteção à população (OLIVEIRA & ALENCAR, 2017; LETOUZE, JÚNIOR, EVERTON, & BARBOSA, 2020). Porém, ao discutir-se a importância da internet e dos aplicativos para a obtenção dos dados sobre a COVID-19 torna-se necessário discutir sobre exclusão digital em tempos de pandemia: algo que vai na contramão de uma das premissas das cidades inteligentes: acesso à informação, letramento digital e integração da população com a oferta de serviços urbanos.

A pandemia do novo coronavírus não é a produtora da exclusão digital, mas atingiu mais duramente uma parcela da população já privada do acesso às infraestruturas urbanas importantes, privadas ao acesso de direitos humanos fundamentais também pela utilização de tecnologias para saúde e educação (MUNIZ, LEUGI, PEREIRA, PRZEYBILOVICZ, & ALVES, 2021). No Brasil o acesso à internet tem aumentado nos últimos anos, cerca de 77% da população das cidades tem acesso à internet, porém o acesso não é homogêneo, estima-se



que 50% dos domicílios da classe C26 e D não possuem acesso à internet, enquanto essa porcentagem é igual 1% na classe A e 5% na classe B<sup>2</sup> (TIC Domicílios, 2019). O uso da internet também varia de acordo com a classe social, em torno 47% da população procurou informações sobre saúde no ano de 2019, porém 64% eram da classe A e 31% da classe D e E (TIC Domicílios, 2019).

A implementação das TICs, essenciais para o conceito de cidades inteligentes, deve ocorrer de forma a não perpetuar com o histórico de desigualdade social, onde apenas uma parcela da população se beneficia de tais tecnologias. A implementação deve ocorrer de forma a promover a inclusão digital para que a população como um todo possa usufruir das melhorias que elas trazem, inclusive no combate à pandemia (MUNIZ, LEUGI, PEREIRA, PRZEYBILOVICZ, & ALVES, 2021).

### **As Cidades como plano de fundo para à pandemia**

A pandemia do coronavírus teve seu início em Wuhan (China) e se espalhou para outras cidades densamente habitadas. Por mais que as pandemias aconteçam em escala global, elas se disseminam com menor controle nos centros urbanos, forçando órgãos governamentais a determinarem quarentenas, manutenção apenas dos serviços essenciais, distanciamento social etc. Esses mecanismos de minimização da circulação e atividade nos centros urbanos estão atrelados à falta de tratamentos médicos que se mostrem eficientes no combate ao vírus e que esteja disponível para toda a população – vacinação, por exemplo (COSTA; PEIXOTO, 2020; GUPTA; ABDELSALAM; MITTAL, 2020).

Os números crescentes de casos de SARS-COV-2 evidenciam que as cidades, de forma geral, não estão preparadas para lidar com a pandemia. Os desafios não são limitantes ao controle de circulação dentro e entre as cidades, emissão de alertas e limitação do comércio, pois de maneira geral, as cidades são permeadas por desigualdades que acabam afetando de maneiras diferentes as populações urbanas (BUCKERIDGE; PHILIPPI, 2020; GUPTA; ABDELSALAM; MITTAL, 2020).

No cenário brasileiro a forma como a pandemia atinge as diferentes populações está

---

<sup>26</sup> Classe A: acima de 20 salários-mínimos; B: entre 10 e 20 salários-mínimos; C entre 4 e 10 salários-mínimos; entre 2 e 4 salários-mínimos; e E até 2 salários-mínimos





relacionada com dificuldades no acesso de bens e serviços públicos, gratuitos, atendendo a demanda de um país de proporções continentais. Esses aspectos se evidenciam em situações extremas como a ocasionada pelo novo coronavírus, “onde vidas precárias, dentro de uma política de desigualdade, ficam ainda mais passíveis à morte” (FARIAS e JUNIOR, 2020, p. não marcada).

As recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) para a prevenção do contágio por SARS-COV-2 são: higienização regular das mãos com água e sabão e/ou aplicação de álcool, em gel ou líquido, 70° e utilização de máscaras faciais. São recomendações simples quando o acesso a esses insumos é garantido. Porém, no Brasil, segundo o censo de 2010 do IBGE, 25% dos domicílios não possuem ligação com rede distribuidora de água, 30% não possuem formas adequadas de esgotamento (lançamento em vala e recursos hídricos, utilização de fossa rudimentar etc.) e 2,5% não possuem sanitário e/ou banheiro. Em relação aos preços do álcool em gel e das máscaras faciais, o Programa de Proteção ao Consumidor (PROCON) mostrou que houve um aumento de 500% em determinadas regiões do país entre fevereiro e março de 2020. Com o aumento dos preços e às condições sanitárias, boa parte da população está enfrentando maiores dificuldades em se resguardar em relação ao novo coronavírus.

Uma maneira de entender o avanço da pandemia, atrelado às vulnerabilidades já existentes, é pela espacialização dos dados relacionados a essas circunstâncias, permitindo a elaboração de políticas públicas voltadas para a minimização dos possíveis impactos negativos ocasionados por esse cenário. Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento da pandemia no cenário nacional foi a falta de medidas coordenadas por parte dos governos e municípios, (COSTA; PEIXOTO, 2020; BUCKERIDGE; PHILIPPI, 2020).

Atualmente são formuladas tentativas para o controle da pandemia, como a implementação de ambientes virtuais para triagem de pacientes (aplicativo do SUS, consultas on-line), *drive-thru* para testagem rápida e vacinação da população, divulgação de materiais educativos e calendário a respeito da imunização nos municípios. Essas iniciativas são válidas e importantes, mas carecem de atenção para a democratização do acesso à informação e dos serviços disponibilizados.

## **METODOLOGIA**

A determinação das cidades inteligentes analisadas se deu pelo ranking de Smart Cities do ano de 2020 para o estado do Rio Grande do Sul. O ranking avalia as seguintes categorias:

mobilidade, urbanismo, economia, meio ambiente, energia, tecnologia e inovação, saúde, segurança, educação, governança e empreendedorismo. As cidades utilizadas como comparação são do mesmo estado e o IDH e PIB per capita foram utilizados como critérios de comparação (tabela 1).

**Tabela 1:** Cidades analisadas com índices como IDH e PIB per capita

Cidades no Ranking 2020	IDH <sup>27</sup>	PIB Per Capita (R\$) <sup>28</sup>	Cidades fora do ranking	IDH <sup>3</sup>	PIB Per Capita (R\$) <sup>4</sup>
Porto Alegre	0,805	52.149,66	Canoas	0,750	55.594,20
Caxias do Sul	0,782	48.959,40	Pelotas	0,739	25.884,35
Santa Maria	0,784	27.785,51	Rio Grande	0,744	51.681,23

**Fonte:** dados extraídos do IBGE Cidades. Elaboração autoras.

Foram utilizadas a taxa de incidência e o índice de letalidade do vírus nas cidades analisadas para as semanas epidemiológicas 22 a 28. O primeiro indicador (equação 1) avalia o desenvolvimento da pandemia a partir da população em risco – igual ao número de habitantes das cidades, considerando apenas os novos casos registrados, já a taxa de letalidade (equação 2) mede a severidade do avanço do vírus nas cidades considerando a parte da população por ele infectada e os óbitos resultantes da doença para as semanas de referência (PIZZICHINI; PATINO; FERREIRA, 2020; BONITA; BEAGLEHOLE; KJELLSTRÖM, 2008).

$$i = \frac{\text{Nº de novos casos}}{\text{População em risco}} \quad (1)$$

$$l = \frac{\text{nº de óbitos}}{\text{nº de infectados}} \quad (2)$$

As informações referentes ao número de casos e de óbitos foram extraídas dos sistemas de comunicação dos municípios para o coronavírus. Demais informações como: tipo de informação comunicada e ações voltadas para a prevenção do contágio, também foram extraídas dos canais de comunicação dos municípios. As informações extraídas foram comparadas com algumas estratégias das cidades inteligentes e comparadas com indicadores de acesso provenientes do censo do IBGE (2010) e ANATEL (2021)

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise temporal da evolução da pandemia é dada a partir do intervalo das semanas epidemiológicas analisadas. Essa informação serve como um auxílio para o entendimento da

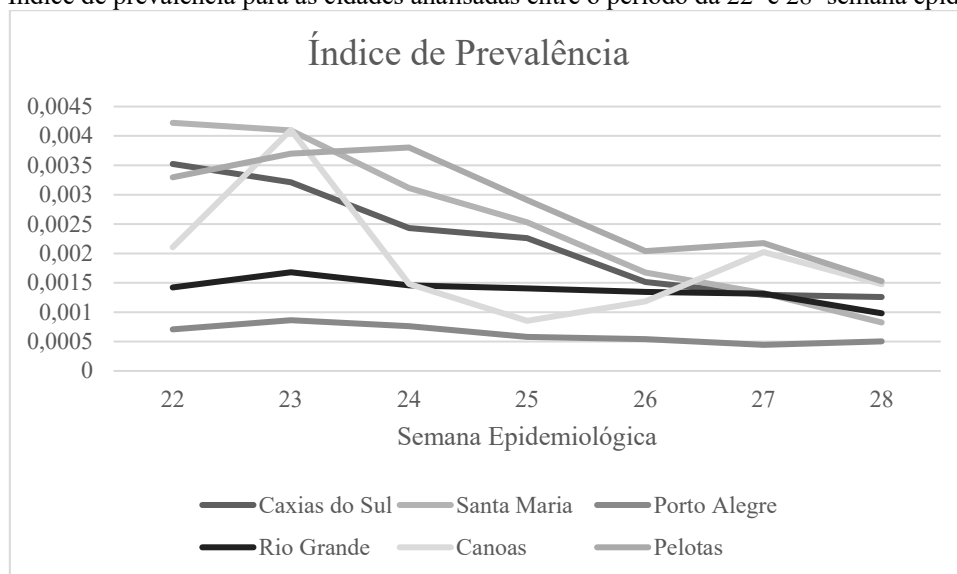
<sup>27</sup> PNUD – Programa das Nações Unidas

<sup>28</sup> IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA



disseminação do vírus nas cidades determinadas, intervalo em que a população esteve exposta ao vírus. A população em risco para o estudo pode ser observada na figura 1.

**Figura 1:** Índice de prevalência para as cidades analisadas entre o período da 22ª e 28ª semana epidemiológica.



**Fonte:** dados sobre números de casos extraídos dos sites das prefeituras. Elaboração própria

O índice de prevalência para essas cidades, no período analisado, demonstra não existir uma relação direta entre o índice de prevalência e o fato da cidade constar ou não no ranking das 100 cidades inteligentes do Smart Cities System. Em comparação da semana epidemiológica 28 com a semana 22, todas as cidades apresentaram um índice de prevalência menor. A maior diferença entre os índices e prevalência foi observada na cidade de Santa Maria, seguida por Caxias do Sul e Pelotas. Ou seja, o risco da população em contrair COVID-19 diminuiu em relação a primeira e a última semana analisada.

Um fator importante para o diagnóstico da doença é a testagem em massa da população, recomendada pela Organização Mundial da Saúde, pois só é possível conhecer a dimensão da pandemia quando é possível detectar e amparar a parte da população por ela acometida (Souza, Paiva, Leal, Silva, & Santos, 2020). A testagem mais abrangente é recomendada também pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS, 2020a), pois pode auxiliar no entendimento da disseminação de SARS-COV-2, evitando a subnotificação dos casos. No Brasil, estima-se que para cada caso confirmado existam outros 6 não notificados. (Souza, Paiva, Leal, Silva, & Santos, 2020; IPEA, 2020; EPICOVID19-BR, 2020).

Dentre as cidades analisadas a que realizou um número maior de testes em relação à população foi Caxias do Sul e a que menor testou foi Santa Maria. Para Pelotas, não foram encontrados dados em relação à testagem (tabela XX). Em nenhuma das cidades a testagem chegou a 50% da população, o que demonstra que não houve a testagem em massa, o que



corroborar possíveis casos de subnotificação.

Tabela 2 Relação de testes realizados para detecção do novo coronavírus e da porcentagem da população vacinada para as cidades analisadas

Cidades RS	Teste	% População	Vacina <sup>29</sup>	% População
Caxias	256.119	49,49	243.794 <sup>30</sup>	47,11
Santa Maria	82,095	28,93	160.596 <sup>31</sup>	56,61
Porto Alegre	596.512	40,08	810.118	54,43
Pelotas	--	--	188712 <sup>32</sup>	54,99
Canoas	170.525	48,97	187.086 <sup>33</sup>	53,72
Rio Grande	61.988	29,24	116.481 <sup>34</sup>	54,95

O total da população testada no estado do Rio Grande do Sul é 4.962.998 (43%) e da população vacinada com a primeira dose ou dose única é de 6.365.884 (55,95%) até o dia 27 de julho de 2021. Comparando as cidades do estado, apenas houve testagem superior da população em Caxias do Sul e Canoas, enquanto em relação a vacinação ela é superior em Caxias do Sul e Santa Maria.

A taxa de letalidade analisa a severidade da doença nas cidades determinadas, pois leva em consideração o número de óbitos em relação aos casos notificados para o novo coronavírus. Necessita-se de um cuidado ao analisar essa taxa, uma vez que se dá pelos casos confirmados, que depende da realização de testes. As políticas implementadas podem influenciar no valor apresentado, principalmente onde a testagem é direcionada para pacientes graves, pois tende a gerar altas taxas de letalidade (SOUZA, PAIVA, *et al.*, 2020).

O Brasil tem hoje (26/07/2021) a segunda maior taxa de mortalidade por COVID-19 na América do Sul, com 2.571 mortes por um milhão de habitantes, atrás do Peru com 5.857 morte por um milhão de habitantes (WORLDMETERS, 2021). A taxa é influenciada pelas desigualdades socioeconômicas que interferem no acesso à informação relacionada ao SARS-COV-2 e, também, pelas desigualdades no acesso aos serviços de saúde (NOIS, 2020a; NOIS,

<sup>29</sup> Vacinação referente à primeira dose e dose única

<sup>30</sup> <https://covid.caxias.rs.gov.br/vacinacao/>

<sup>31</sup> <https://www.santamaria.rs.gov.br/vacinacao/?secao=vacinometro>

<sup>32</sup> <http://painel-covid.pelotas.com.br/>

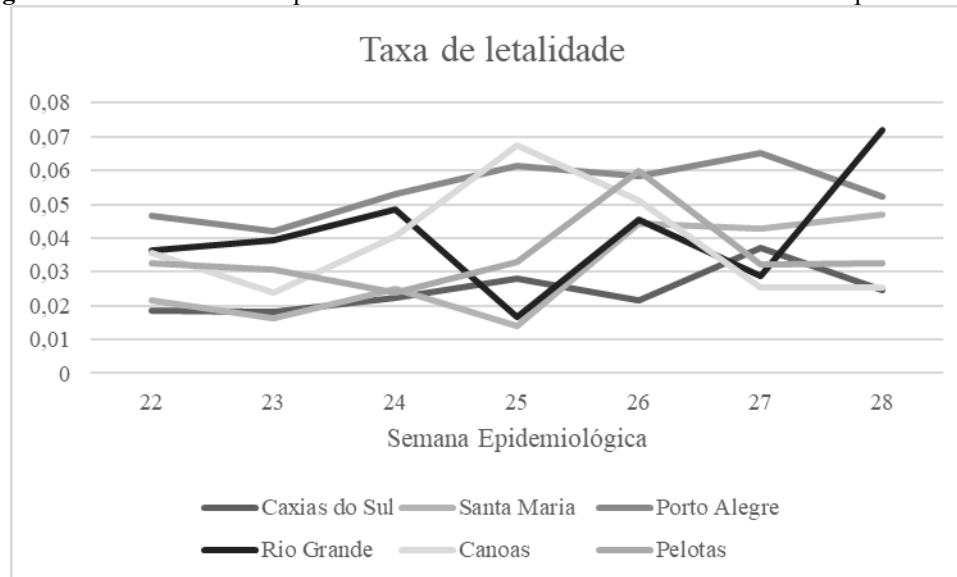
<sup>33</sup> <https://www.canoas.rs.gov.br/vacinaemcanoas/#vacinacao>

<sup>34</sup> <https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/boletim-epidemiologico/>



2020b).

**Figura 2:** Taxa de letalidade para as cidades analisadas entre a 22ª e 28ª semana epidemiológica



**Fonte:** dados sobre números de óbitos extraídos dos sites das prefeituras. Elaboração própria

No período analisado a taxa de letalidade (figura 2) a cidade que teve o maior aumento em relação a primeira e a última semana observada foi a de Rio Grande, seguida por Santa Maria. Já as cidades de Pelotas e Canoas apresentam taxas de letalidade menores na semana 28 do que na semana 22. Em Caxias do Sul houve uma redução de 100% nos óbitos para a faixa etária de 60 a 79 anos, mostrando provável impacto da imunização em determinados grupos da população (Boletim Epidemiológico COVID-19 nº14/2021).

A importância da vacinação é demonstrada pela inexistência de óbitos e pela diminuição da internação para grupos com imunização completa (Boletim Epidemiológico COVID-19 nº14/2021). Não se restringindo a proteção individual, já que ela evita a propagação em massa da COVID-19 e suas consequências, contribuindo para a saúde da população em geral (Pereira, et al., 2021).

A comunicação relacionada à pandemia ocorreu majoritariamente a partir da internet. Parte da estruturação das cidades inteligentes está na utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação, com o objetivo de aumentar a eficiência das ações desenvolvidas em seu território, respeitando as tradições e a cultura local e para toda a população (BRASIL, 2019). Algumas categorias de análise (tabela 3) que permitem melhor comunicação com a população por meio de TICs são:



**Tabela 3:** Estratégias utilizadas por cidades inteligentes

Ferramentas digitais de apoio aos hospitais/à saúde	Teleconsultas Ferramentas para agendamento online de consultas e vacinas / Visitas virtuais de pacientes infectados / Plataformas virtuais de apoio psicológico / Mapeamento de casos confirmados
Reforço de informação à população por via digital	Compartilhamento de informação por meio de ferramentas digitais, tais como: envio de SMS, aplicativos especificamente desenvolvidos para este fim, plataformas de monitoramento e drones
Central telefônica	Central de teleatendimento desenvolvida especificamente para a situação (dúvidas, protocolos, informações), ou adaptação de central telefônica antiga.
Monitoramento de aglomeração	especialização de focos de aglomeração via dados de geolocalização obtidos por meio de dados dos smartphones / Vigilância por meio de câmeras, levantamento das aglomerações.
Serviços municipais	Transposição de serviços e protocolos municipais para plataformas virtuais

**Fonte:** Fariniuk, 2020. Adaptado autoras.

A adoção dessas iniciativas por parte das prefeituras indica a substituição dos serviços presenciais para o meio virtual. Essa ação visa intensificar as medidas de isolamento social, porém não necessariamente indicam a otimização dos processos municipais ou antecipação para prevenção e sim ações remediadoras (FARINIUK, 2020).

As ferramentas de apoio aos hospitais/à saúde, as centrais de atendimento e os serviços municipais na forma online evitam a aglomeração de pessoas, garantindo uma breve melhora na superlotação principalmente das unidades de saúde, minimização dos riscos atrelados ao novo coronavírus e suporte necessário ao paciente (desde triagem, diagnóstico, tratamento e monitoramento) por telemedicina. (MÉLO, et al., 2021; CAETANO, et al., 2020). As demais iniciativas digitais corroboram com a ideia de que as prefeituras estão adotando iniciativas já utilizadas no setor de telemedicina (FARINIUK, 2020)

Todas as iniciativas foram encontradas nas cidades analisadas (tabela 4), com exceção do monitoramento de aglomeração para os municípios de Porto Alegre e Pelotas. O que indica a utilização dos meios digitais como forma de manter uma comunicação ativa com a população e sobre a conscientização da importância da tecnologia no meio urbano (FARINIUK, 2020).

**Tabela 4:** Análise das estratégias utilizadas pelas cidades no grupo em estudo

Estratégia	Caxias do Sul	Porto Alegre	Santa Maria	Canoas	Pelotas	Rio Grande
Ferramentas digitais de apoio aos hospitais/à saúde	X	X	X	X	X	X
Reforço de informação à população por via digital	X	X	X	X	X	X
Central de atendimento	X	X	X	X	X	X
Monitoramento de aglomeração	X		X	X		X
Serviços municipais	X	X	X	X	X	X

**Fonte:** Dados extraídos dos sites oficiais das prefeituras. Elaboração própria.

Um contraponto à digitalização e o exercício às atividades em sua maioria remotas é a exclusão digital. No contexto da pandemia a exclusão digital atinge mais severamente o grupo de pessoas que já enfrenta outras formas de exclusão: emprego, renda, moradia, saneamento básico, serviços de infraestrutura das cidades (PAIVA, CASTRO, & OLIVEIRA, 2020). Outra questão é o fato da utilização de TICs ter se tornado extremamente importante no contexto pandêmico, utilização de aplicativo para saque emergencial, educação remota, acesso à informação etc., o que acaba não sendo acessível para a toda a população (MUNIZ, LEUGI, PEREIRA, PRZEYBILOVICZ, & ALVES, 2021).

No caso das cidades analisadas, de acordo com dados da Agência Reguladora Do Setor Brasileiro De Telecomunicações (2021) o número de contratos para cada 100 domicílios é de: 82,32 para Caxias do Sul, 89,19 para Porto Alegre, 77,37 para Santa Maria, 84,76 para Canoas, 73,92 para Pelotas e 85,17 para Rio Grande. O número de contratos é para serviços de banda larga nos municípios e não foram considerados a internet por telefonia móvel. Ou seja, a internet por acesso a banda larga não é uma realidade em todos os domicílios dessas regiões, servindo como mais um indicativo da seletividade das ações difundidas por parte das prefeituras para a minimização da propagação da COVID-19 (SOUZA & GUIMARÃES, 2020).

A utilização de ferramentas digitais deve vir acompanhada do acesso democrático, garantindo, não apenas a inclusão da população, mas também o letramento quanto ao seu uso. As cidades inteligentes podem trazer interferências positivas para a qualidade de vida das pessoas, pois não deve ser apenas um processo de urbanização mercadológico que beneficia sempre a mesma parcela da população (MUNIZ, LEUGI, PEREIRA, PRZEYBILOVICZ, & ALVES, 2021). A implementação das cidades inteligentes deve gerar inclusão digital e inovação social por processos de governança transparentes e colaborativos, em alguns países como a Tailândia e Japão foram implementadas tecnologias que convergem nesse sentido: a utilização de aplicativos que possibilitam rastreamento de pessoas infectadas pela COVID-19 e alerta



para quem frequentou os mesmos espaços (BRASIL, 2019; CAMARGO & ELIAS, 2020)

Por último, algumas características dos domicílios e de serviços de infraestrutura urbana nas cidades analisadas são apresentadas (tabela 6), visando a reflexão sobre as recomendações da OMS para o isolamento social e higiene como prevenção para COVID-19. Ressaltando que as recomendações são importantes, porém nem sempre existem condições favoráveis para serem colocadas em prática. O não acesso de determinada parcela da população aos direitos garantidos pela Constituição Federal (1988) reforça as situações de desigualdade social e faz com que uma parte população seja mais vulnerabilizada perante a pandemia (QUINZANI, 2020; SPOSATI, 2020).

**Tabela 5:** Porcentagem de domicílios nas cidades analisadas de acordo com existência de banheiro de uso exclusivo do domicílio, abastecimento de água por rede geral, destino do lixo, inexistência de rede elétrica e esgotamento inadequado

Cidades	Existência de banheiro para uso exclusivo do domicílio (%)	Abastecimento por rede geral de água (%)	Destino do Lixo (%)	Inexistência de rede elétrica (%)	Esgotamento inadequado (%)
Caxias do Sul	99,44	94,86	78,29	0,06	7,58
Porto Alegre	98,32	99,35	96,08	0,1	5,75
Santa Maria	98,33	91,44	72,72	0,33	15,75
Canoas	98,57	96,78	96,75	0,14	6,43
Pelotas	98,32	94,86	85,17	0,46	15,71
Rio Grande	98,33	93,59	71,19	0,38	11,3

Fonte: Dados do Censo do IBGE, 2010, extraídos da tabela 1394 e1395 do SIDRA. Elaboração Própria

A parcela da população mais vulnerável para os indicadores analisados é pertencente às seguintes cidades: quanto à existência de banheiro para uso exclusivo do domicílio e à inexistência de rede elétrica situa-se em Pelotas; quanto ao abastecimento por rede geral de água e ao esgotamento inadequado situa-se em Santa Maria; e quanto ao destino do lixo situa-se em Rio Grande. Essa porcentagem da população está exposta a maiores riscos de contração e morte pela doença devido à inexistência de serviços de saneamento básico para higiene pessoal (SPOSATI, 2020; MALLMANN, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia do novo coronavírus estabeleceu um novo normal e as cidades precisaram, de alguma forma, criar estratégias para combatê-la. A análise sobre a disseminação do vírus em cidades classificadas no ranking da Smart Cities de 2021 e três grandes cidades do estado do Rio Grande do Sul demonstra que não há indícios robustos quanto ao risco que a população está submetida em relação ao vírus (índice de prevalência) ou a severidade da doença em cada região





(taxa de letalidade). Essa não relação demonstra que a prevenção está para além das cidades serem ou não consideradas “inteligentes” pois depende, para além do Estado, também da população e de políticas públicas.

Nas análises realizadas, percebe-se que as cidades escolhidas fazem uso de TICs para estabelecer um diálogo com a população quanto ao coronavírus (medidas de prevenção, sintomas, isolamento, números relativos à pandemia, vacinação etc.), teleatendimento e serviços municipais. A utilização dessas ferramentas é de extrema importância para a conscientização da população e disseminação de informações verídicas sobre os acontecimentos da pandemia.

Porém, entende-se que não basta a transposição dessas informações do analógico para o digital e a implementação de cidades inteligentes que não entendem por quem a sua população é composta. As ferramentas de TICs devem ser implementadas com o objetivo de otimização dos processos do meio urbano, entretanto não podem ser realizados a qualquer custo: uma parcela da população permanece excluída dos meios digitais: por não ter acesso à internet, não ter interesse, não saber como utilizá-la. As cidades “inteligentes” e suas tecnologias implementadas devem estar acompanhadas de políticas públicas para a construção de espaços urbanos igualitários e da inclusão e do letramento digital, possibilitando que a população consiga e possa, caso queira, usufruir das informações disponibilizadas.


## REFERÊNCIAS

AQUILINO, A. K. (2017). Um modelo para análise qualitativa de Cidades Inteligentes na América Latina. *Dissertação (Mestrado) –Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro.*

ARAÚJO, J. A. (2020). *CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS E DOENÇAS INFECCIOSAS: COMO A CORÉIA DO SUL CONSEGUIU CONTROLAR A PANDEMIA DA COVID-19.* Universidade Federal da Paraíba, Relações Internacionais, João Pessoa.

BONITA, R., BEAGLEHOLE, R., & KJELLSTRÖM, T. (2008). Capítulo 2: Medindo Saúde e Doença. Em E. Santos (Ed.), *Epidemiologia Básica* (2 ed., p. 269). Washington: World Health Organization. Acesso em 14 de Julho de 2020, disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4841559/mod\\_resource/content/1/BONITA%20et%20al%20-%20cap%202.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4841559/mod_resource/content/1/BONITA%20et%20al%20-%20cap%202.pdf)

BRASIL. (2019). *Carta Brasileira para Cidades Inteligentes.* MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Brasília.



BUCKERIDGE, M. S., & PHILIPPI, J. A. (Agosto de 2020). Ciência e políticas públicas nas cidades: revelações da pandemia da Covid-19. *Estudos Avançados*, 34(99), pp. 141-156. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.009>

CAETANO, R., SILVA, A. B., GUEDES, A. C., PAIVA, C. C., RIBEIRO, G. d., SANTOS, D. L., & SILVA, R. M. (2020). Desafios e oportunidades para telessaúde em tempos da pandemia pela COVID-19: uma reflexão sobre os espaços e iniciativas no contexto brasileiro. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(5), p. e00088920. doi:<https://doi.org/10.1590/0102-311X00088920>

CAMARGO, E. B., & ELIAS, F. T. (2020). Nota rápida de evidência: o papel dos restaurantes e bares na transmissão de COVID 19.

CASAZA, I. F. (11 de maio de 2020). O acesso à água e os excluídos da prevenção à COVID-19. FIOCRUZ - Casa de Oswaldo Cruz. Acesso em 30 de julho de 2021. disponível em <http://coc.fiocruz.br/index/php/pt/todas-as-noticias/1789-o-acesso-a-agua-e-os-excluidos-da-prevencao-a-covid-19.html#YQSGzo5KjIU>

CERVO, A. L., & BERVIAN, P. A. (1983). *Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários* (3 ed.). São Paulo.

COSTA, D. G., & PEIXOTO, J. J. (30 de Junho de 2020). COVID-19 pandemic: a review of smart cities initiatives to face new outbreaks. *ET Smart Cities*, 2(2). doi:<http://dx.doi.org/10.1049/iet-smc.2020.0044>

DAVID, J. D., CARVALHO, U. D., & PEDRO, R. M. (Junho de 2019). Cidades tolas, cidades inteligentes, cidades espertas. *VI Simpósio Internacional LAVITS*, p. 16.

EPICOVID19-BR. (2020). *EPICOVID19-BR divulga novos resultados sobre o coronavírus no Brasil*. UFPEL.


FARINIUK, T. M. (Julho-Agosto de 2020). Smart cities e pandemia: tecnologias digitais na gestão pública de cidades brasileiras. *Revista de Administração Pública*, 54(4), pp. 860-873. doi:<https://doi.org/10.1590/0034-761220200272>

FUNCIA, F. R. (Dezembro de 2019). Subfinanciamento e orçamento federal do SUS: referências preliminares para a alocação adicional de recursos. *Ciênc. saúde coletiva*, 24(12), pp. 4405-4415. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182412.25892019>

IPEA. (Julho de 2020). *ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA COVID-19: O QUE DIZEM OS DADOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO?* Acesso em 25 de setembro de 2020, disponível em [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10155/1/NT\\_72\\_Diset\\_AspecSocioeconCOVID-19RJ.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10155/1/NT_72_Diset_AspecSocioeconCOVID-19RJ.pdf)

KOMNINOS, N., PALLOT, M., & SCHAFFERS, H. (2012). Special Issue on Smart Cities and the Future Internet in Europe. *Journal of the Knowledge Economy*, 4(2), pp. 119–134. doi:[doi:10.1007/s13132-012-0083-x](https://doi.org/10.1007/s13132-012-0083-x)

LETOUZE, P., JÚNIOR, J. I., EVERTON, B. L., & BARBOSA, G. V. (Maio de 2020). COMUNICAÇÃO DE GOVERNO NA INTERNET SOBRE O COVID-19: UM



BANCHMARKING DESCRITIVO. *Revista Observatório*, 6(3 (1)), pp. 1-20. doi:<http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2020v6n3a4pt>

MALLMANN, R. W. (2020). DESIGUALDADES ACENTUADAS PELA PANDEMIA DO COVID-19: AS CAPACIDADES HUMANAS CENTRAIS COMO POSSIBILIDADE DE UMA SOCIEDADE JUSTA. *Salão do Conhecimento*, 6(6).

MÉLO, C. B., FARIAS, a. D., RAMALHO, H. V., SANTOS, J. M., ROCHA, T. T., GONÇALVES, E. J., . . . Piagge, C. S. (2021). Teleconsulta no SUS durante a pandemia da COVID-19 no Brasil. *Research, Society and Development*, 10(8), p. e54010817675. doi: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i8.17675>

MUNIZ, C. R., LEUGI, G. B., PEREIRA, C. d., PRZEYBILOVICZ, É., & ALVES, A. M. (2021). UMA ANÁLISE SOBRE EXCLUSÃO DIGITAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: QUEM TEM DIREITO ÀS CIDADES INTELIGENTES. 13(2), pp. 700-728. doi:10.12957/rdc.2021.54909

NALINI, J. R., & LEVY, W. (Jan-junho de 2017). Cidades Inteligentes e sustentáveis: desafios conceituais e regulatórios. (Univerisdade, Ed.) *Revista de Direito da Administração Pública*, 2(1), pp. 189-207. Acesso em 05 de Setembro de 2020

NETO, N. M., Sá, G. G., BARBOSA, L. U., PEREIRA, J. d., HENRIQUES, A. H., & BARROS, L. M. (2020). COVID-19 E TECNOLOGIA DIGITAL: APLICATIVOS MÓVEIS DISPONÍVEIS PARA DOWNLOAD EM SMARTPHONES. *Texto Contexto Enferm [Internet]*, 29:e20200150. doi:<https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0150>

NOIS, N. d. (2020a). *Nota Técnica 10: Evolução da epidemia de COVID-19 no Brasil até 04 de maio de 2020*. PUC-Rio, Rio de Janeiro. Fonte: <https://drive.google.com/file/d/17a9F6WEmCoihJmXF3KMHEI1jWo51xarz/view>


NOIS, N. d. (2020b). *Nota Técnica 11: Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil*. Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1tSU7mV4OPnLRFMMY47JIXZgzkklvkydO/view>

OLIVEIRA, A. R., & ALENCAR, M. S. (Jan-Abr de 2017). O uso de aplicativos de saúde para dispositivos móveis como fontes de informação e educação em saúde. *Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 234-245. doi:DOI 10.20396/rdbei.v0i0.8648137

OMS, O. (2020). *Américas devem se preparar para responder a casos importados, surtos e transmissão comunitária do COVID-19*.

PAIVA, R., CASTRO, G. G., & OLIVEIRA, A. L. (out-dez de 2020). Cidades na pandemia – São Paulo e Rio de Janeiro: comunicação, sociabilidade, vigilância e cidadania. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 14(4), pp. 832-842. doi:<https://doi.org/10.29397/reciis.v14i4.2139>

PEREIRA, A. M., Costa, D. R., Costa, C. F., Campos, L. B., Magalhães, I. B., Teixeira, P. C., . . . Oliveira, E. d. (Jun-Jul de 2021). Impacto da pandemia por covid-19 no brasil. *Acta Scientiae et Technicae*, 9(1), pp. 19-34. Acesso em 20 de julho de 2021



PIZZICHINI, M. M., PATINO, C. M., & FERREIRA, J. C. (2020). Medidas de frequência: calculando prevalência e incidência na era do COVID-19. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, 46(3), pp. e20200243-e20200243.

QUINZANI, M. A. (2020). O AVANÇO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE SOCIAL COMO EFEITOS DA CRISE DACÓVID-19 E O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL. *Boletim de Conjuntura*, 2(6), pp. 43-47. doi:10.5281/zenodo.3833203

SANTOS, J. (2020). Urbanização e produção de cidades no/do Território de Identidade Portal do Sertão. *Geografia Ensino & Pesquisa*, 24(6). doi:<https://doi.org/10.5902/2236499438339>

SOUZA, C. D., PAIVA, J. S., LEAL, T. C., SILVA, L. F., & SANTOS, L. G. (17 de Junho de 2020). Evolução espaçotemporal da letalidade por COVID-19 no Brasil, 2020. *J. bras. pneumol*, 46(4). doi:<https://doi.org/10.36416/1806-3756/e20200208>.

SOUZA, M. N., & GUIMARÃES, L. M. (2020). VULNERABILIDADE SOCIAL E EXCLUSÃO DIGITAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE DA DESIGUALDADE DE ACESSO À INTERNET NA PERIFERIA DE CURITIBA. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, 6(2), pp. 284-302. doi:DOI: 10.12957/riae.2020.51097

SPOSATI, A. d. (Maio-Outubro de 2020). COVID-19 Revela a Desigualdade de Condições da Vida dos Brasileiros. *Revista NAU Social*, 11(20), 101-103. Acesso em 29 de julho de 2021, disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/36533/21016>

TIC Domicílios. (2019). *Apresentação dos Principais Resultados: TIC Domicílios*. CETIC.BR (Centro de Estudos sobre Tecnologias da Informação e da Comunicação do Comitê Gestor. NIC.BR. Acesso em 21 de julho de 2021, disponível em [https://cetic.br/media/analises/tic\\_domicilios\\_2019\\_coletiva\\_imprensa.pdf](https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf)

TRENCHER, G., & KARVONEN, A. (2019). Stretching “smart”: Advancing health and wellbeing through the smart city agenda. *Local Environment*, 24(7), pp. 610-627.





# CAPÍTULO 32

DOI: 10.47402/ed.ep.c202174631561

## O OLHAR INFANTIL: UMA REFLEXÃO ATRAVÉS DE EXPRESSÕES ARTÍSTICAS SOBRE A PANDEMIA

**Marly Soares da Costa**, Doutoranda em Ciências da Educação, UMINHO - PT, Professora do Instituto Federal do Maranhão no Ensino Médio Técnico e Tecnológico e no Ensino Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas

**Adiltton Marreiros Lima**, Graduando do Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas, IFMA– Campus Barreirinhas

**Gabriella Salazar Bonfim de Sousa**, Graduanda do Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas, IFMA– Campus Barreirinhas

**Leonardo dos Santos**, Graduando do Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas, IFMA– Campus Barreirinhas

**Kaylla Leal Gomes Lima**, Graduanda do Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas, IFMA– Campus Barreirinhas

**Nicolas Oliveira Melo**, Graduando do Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas, IFMA– Campus Barreirinhas

**Thayná dos Anjos Sousa Dutra**, Graduanda do Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas, IFMA– Campus Barreirinhas

### RESUMO

Dentre os diversos acontecimentos do ano de 2020, a pandemia de Covid-19 foi a mais impactante e avassaladora, afetando múltiplos âmbitos sociais. Como forma de contenção e prevenção da doença, foi implementado o isolamento social, situação que em muitos casos deixou sequelas emocionais, abalando indivíduos de todas as idades, mas de modo especial o público infantil. Este trabalho buscou compreender o olhar infantil, trazendo uma reflexão sobre o tema através de expressões artísticas, deste modo, transportando suas emoções e sentimentos para desenhos no papel. Este estudo foi realizado com alunos do fundamental menor de três escolas da sede do Município de Barreirinhas-MA. A pesquisa foi baseada nos métodos qualitativos da análise de conteúdo de Bardin (1977), e contou com a participação de 104 crianças, distribuídas entre as três escolas envolvidas. Os desenhos foram categorizados de acordo com o grau de similaridade entre eles. A partir da análise dos materiais recolhidos, foi possível observar a importância do ato de interpretar ilustrações infantis, a fim de diagnosticar sua visão a respeito de um determinado tema. Neste estudo observa-se de forma clara as mudanças comportamentais e variedade de sentimentos das crianças referente ao período de pandemia, evidenciando seus anseios, preocupações, conscientização, solidariedade e esperança de que tudo voltará à normalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crianças. Desenhos. Expressões artísticas. Pandemia.

### 1. INTRODUÇÃO

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do novo coronavírus. Com isso, a vida de todos, independentemente de classe social, de cor, de etnia, de idade, foi afetada. Além dos



sintomas causados pela doença, vivenciou-se o distanciamento, o isolamento social, com o intuito de buscar o controle para a doença, e evitar o contágio mais rápido. Porém, a quarentena em decorrência da COVID - 19 além das sequelas muitas vezes físicas, deixou também sequelas emocionais.

Essa nova realidade trouxe diversas incertezas e indagações. Para algumas gerações era tudo muito novo, tal como um filme, um relato, uma história que apenas ouviram falar e que agora contemplavam bem debaixo dos seus olhos. Agora vivenciavam o distanciamento dentro de suas casas, o isolamento social lhes impedindo de trabalhar, de sair de casa. Se para os adultos não foi uma situação fácil, surge então o questionamento a respeito das crianças.

As crianças tendem a formar seus pensamentos a respeito do ambiente a qual estão inseridas, mediante às suas vivências. Contudo, nem sempre entendem o que de fato está acontecendo ao seu redor, pois, diferentes dos adultos, elas têm um tempo mais curto de experiências. Diante desse contexto, indaga-se sobre como as crianças se sentiram tendo que se relacionar de formas diferentes, sendo privadas de irem à escola, não podendo sair para brincar, não podendo ter contato com seus amigos e até mesmo com alguns familiares.

Se perguntarem para as crianças como elas se sentiram nessa pandemia, algumas vão conseguir se expressar através de palavras, mas outras não. As crianças por meio de diferentes maneiras se manifestam, com as suas mais variadas linguagens referentes à linguagem gráfica, linguagem oral, linguagem simbólica. Cabe ao responsável pela pesquisa estar concentrado aos pequenos sinais que as crianças utilizam para se expressar, e claro, precisa estar empenhado e disposto a adotar variados recursos a fim de obter resultados (RAMOS, 2021).

Sendo assim, para entender como as crianças se sentiram nesse período de pandemia, fez-se necessário possibilitar ferramentas nas quais o público infantil sentiu-se mais vontade para se expressar sem qualquer receio. Sabendo então que a arte é um dos principais veículos de comunicação, e que os rabiscos feitos por crianças são umas das primeiras formas de expressões significativas (BOMBONATO, 2016), decidiu-se utilizar o desenho como recurso didático para obtenção de resultados dessa pesquisa.

Desde a antiguidade a humanidade utiliza o desenho como forma de representar sentimentos, ações, histórias, pensamentos. Os homens primitivos desenhavam nas cavernas, e isso permitiu a comunicação entre os povos. Diversos autores, como Mèredieu (1999), Hammer (1981), entre outros, reconheceram o desenho infantil como instrumento eficiente e facilitador que pode substituir o diálogo verbal das crianças (SILVA, 2010).



Mediante a situação de pandemia, que ocasionou mudança na vivência e na rotina de todos, este artigo justifica-se pela necessidade e importância de compreender como as crianças sentiram-se e/ou sentem-se em meio à nova realidade, haja vista que os adultos conseguem de melhor forma se expressar e manifestar o que sentem, e as crianças nem sempre conseguem dialogar sobre o que lhes afeta.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O desenho como forma de comunicação**

Mazzamati (2012) apresenta o desenho como uma das mais antigas formas de comunicação presentes na sociedade, através dele o autor afirma que se pode ampliar os conhecimentos sobre os costumes e formas de se pensar de épocas passadas. A utilização de desenhos pelos seres humanos como forma de expressar e retratar seu cotidiano remete os primórdios do paleolítico superior, onde os nômades presentes nesse período utilizavam as pinturas e gravuras rupestres a fim de mostrar seus feitos e agradecimentos aos deuses, além de atuar como forma de comunicação com o mundo, de expressar seus sentimentos e organizar seus conhecimentos (Fiocruz, 2015; PICCOLLOCOMPARINI, WECHSLER, DE LARA MACHADO, 2017).

Atualmente o desenho carrega consigo um valor simbólico, pois eles guardam histórias de diversas civilizações, apresentam os sentimentos dos povos que antecederam a idade moderna, tudo através de uma linguagem rica e não verbal. Contudo, algumas mudanças aconteceram, materiais e métodos foram aprimorados e técnicas foram criadas (Fiocruz, 2015). O desenho é compreendido como um diálogo, onde é possível rever informações e desenvolver, transformando-o numa relação entre o ser humano e o mundo (Mazzamati, 2012).

Quando desenvolvido como uma atividade expressiva, o desenho proporciona a realidade psíquica, dessa forma, ao ser utilizado com a linguagem verbal, desenvolve um meio de aproximação (SOUZA, 2003). BUENO (2016) afirma que durante o desenvolvimento da criança, elas desenhavam frequentemente, dessa forma o desenho assume uma forma de linguagem da própria criança, desenvolvendo características cognitivas, motora e a própria expressividade infantil.



## **2.2. Desenho infantil como forma de expressar emoções**

Em séculos passados os desenhos produzidos pelas crianças não atraíam a atenção dos adultos, esse interesse é recente, pois tornou-se uma forma de entender como a criança se sente no dia a dia (FIGUEIRA, 2020). Gray, BROWN, MACANUFO (2020) ressalta que qualquer indivíduo possui capacidade de apresentar suas ideias sobre determinado assunto através de desenhos, grifos e rabiscos, se apropriando da linguagem não verbal como forma de comunicação, externalizando seus sentimentos, emoções e concepções.

Segundo Barbosa & Valponi (2015), o contato com a arte na educação infantil, pode ser utilizado como forma de desenvolver o pensamento crítico das crianças. Por isso, ao analisar os desenhos ou grifos feitos por elas, nos permite observar traços da realidade, onde através dos desenhos busca se expressar e transmitir suas emoções (MENDES, 2016). O contexto que a criança se encontra submetida, influencia o que será produzido, e este contexto é apresentado em seus desenhos (GRUBITS, 2020). Mendes (2016) apresenta cinco estádios que são utilizados pelas crianças para se expressarem, ele afirma que cada criança usa sua preferência por determinado assunto, beleza e realismo, expressividade, estilo e forma, além da autonomia.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a educação infantil foi reconhecida como uma das etapas de formação educacional, dessa forma promoverá o desenvolvimento das crianças tendo de 0 a 5 anos de idade, complementado a educação familiar. No desenho, a criança expressa seus conceitos obtidos através da própria percepção obtidos através do de viu, ouviu, sentiu e imaginou, desenhando uma realidade conceituada (SOUSA, 2003). No princípio a criança imita o que os adultos fazem, após um período, começa a produzir por conta própria, dando origem a produções de sua autoria (GRUBITS, 2020).

## **2.3. Vivência infantil no período da pandemia e do distanciamento social**

Vivenciamos uma pandemia que obrigou constantemente o distanciamento de familiares e amigos. O distanciamento social foi um grande peso para a sociedade, com esperança, embora também com as dificuldades, o desejo de proporcionar um ensino de grande experiência para as crianças, tem crescido constantemente na educação infantil, o dia a dia nos mostra que é possível nos reinventamos. Ao escutar a criança e fazer ela se expressar com a família em um mundo imaginário, adquirimos experiências e vivenciamos ela.

O ano de 2020 trouxe grandes preocupações quanto ao bem-estar de crianças, principalmente para aquelas que vivem na pobreza, o que contribui para outros fatores de risco,





aumentando o stress em decorrência ao financiamento dos pais, impossibilitando a ajuda nos serviços e sistemas de apoio.

Os efeitos que a pandemia trouxe, implicam nas manifestações clínicas no processo de ensino aprendizagem, a socialização e o desenvolvimento, além do afastamento do convívio familiar ampliado, toda essa situação pode agravar as vulnerabilidades e o estresse tóxico, aumentando sintomas de depressão e ansiedade, além da violência contra a criança, diminuindo a procura pelo atendimento aos serviços de proteção, e aos serviços de apoio, tantos físicos, como mentais (BERBERT, 2021).

A Pandemia causou possíveis consequências psicossociais, a OMS constantemente enfatiza a atenção aos grupos de maior risco, referindo-se também a atenção a adolescente e crianças, embora não consideradas um especial grupo de risco em termos de saúde física relativamente à Covid-19, podem sentir o impacto desta pandemia e consequente confinamento de um modo bastante amplificado. As consequências da pandemia ainda estão longe de ser conhecidas, no entanto, crianças são suscetíveis às preocupações dos pais, considerando especialmente a associação do stress e a depressão parental às dificuldades socioemocionais das crianças.

O método do professor utilizar o desenho como forma didática, busca uma forma de entender melhor a criança, no seu processo imaginário, permitindo conhecer o processo de desenvolvimento emocional, visto que a criança revela à sua maneira de se expressar, ou seja, ela vai mostrando através do desenho, a sua realidade, o seu convívio, dando pistas de como sua mente se sente naquele momento, onde os adultos não dão a devida atenção. Proporcionar ambientes onde as crianças se expressem, utilizando os diferentes tipos de linguagem é indispensável, dessa forma, elas compreendem e assimilam sua realidade (DOS SANTOS OLIVEIRA, 2018).

### **3. METODOLOGIA**

O projeto foi realizado com alunos do Ensino Fundamental menor de três escolas da sede do Município de Barreirinhas-MA. Viabilizou-se mediante os métodos qualitativos prescritos pela análise de conteúdo de Bardin (1977). A análise de conteúdo é uma metodologia usada para investigar e analisar o teor de todo o tipo de documentos e textos. A pesquisa abrangeu escolas da rede pública e particular, com o auxílio dos professores no processo de regência e organização das atividades que foram realizadas pelos discentes. Diante da atual



situação em decorrência da pandemia de COVID-19, os encontros que antes foram desenvolvidos de forma presencial em duas das três escolas, foram averiguados e se basearam no esquema de entrega de material de apoio e atividades curriculares de cada escola, para que se pudesse manter o padrão de segurança e distanciamento já utilizado pela escola.

Por se tratar de um estudo com menores de idade, foi encaminhado aos pais ou guardiões um termo de assentimento (TA), a fim de garantir o total consentimento para a participação efetiva das crianças nesse projeto, mantendo assim, o compromisso ético. Foram enviadas as orientações para o registro das produções que assumiram as formas de desenho, que representassem suas vivências e percepções das situações do cotidiano e de sua compreensão sobre a pandemia. Ao término, foram produzidos banners que foram entregues para a apreciação em cada escola participante.

As crianças foram solicitadas a responder através dos desenhos, duas questões: O que é o coronavírus? Como está sendo o isolamento que você está vivendo? A partir dessas questões, os desenhos passaram por uma etapa de categorização, onde cada desenho foi agrupado a uma categoria. As categorias surgiram após a visualização das imagens, sendo elas:

- Mudança na sensação de liberdade: sentir-se preso;
- Mudança no humor: sentir-se triste, infeliz;
- Mudanças em medidas de prevenção: uso de máscaras, álcool em gel, higiene das mãos e cuidados ao sair de casa;
- Mudança no convívio familiar: Convivência com a família por um período maior;
- Mudança na forma de estudar: aulas online e atividades remotas;
- Uso de tecnologias: celular, computador, televisão e vídeo games;
- Retorno da normalidade: término da pandemia e fim do isolamento social;
- Mudança na alimentação: alimentos industrializados, processados e comidas;
- Tédio: perda na vontade de fazer algo;
- Solidão;
- Empatia;
- Medo da doença.



#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram obtidos 104 desenhos nas 3 escolas participantes, os quais passaram por uma etapa de categorização e foram agrupados em categorias, considerando a similaridade existente entre eles. Procede-se agora a etapa de descrição, nessa etapa foi verificada a presença das categorias nos desenhos sobre o olhar infantil a respeito da pandemia (Tabela 1).

**Tabela 1 - Categorias dos desenhos.**

<b>Categorias</b>	<b>Quantidade de Desenhos</b>
Mudança na sensação de liberdade – Sentir-se preso	24
Mudança no humor	20
Mudanças em medidas de prevenção	18
Mudança no convívio familiar	15
Mudança na forma de estudar	11
Uso de tecnologias	6
Retorno da normalidade	3
Mudança na alimentação	2
Tédio	2
Solidão	1
Empatia	1
Medo da doença	1
<b>Total</b>	<b>104</b>

Fonte: Dados do projeto (2020/2021)

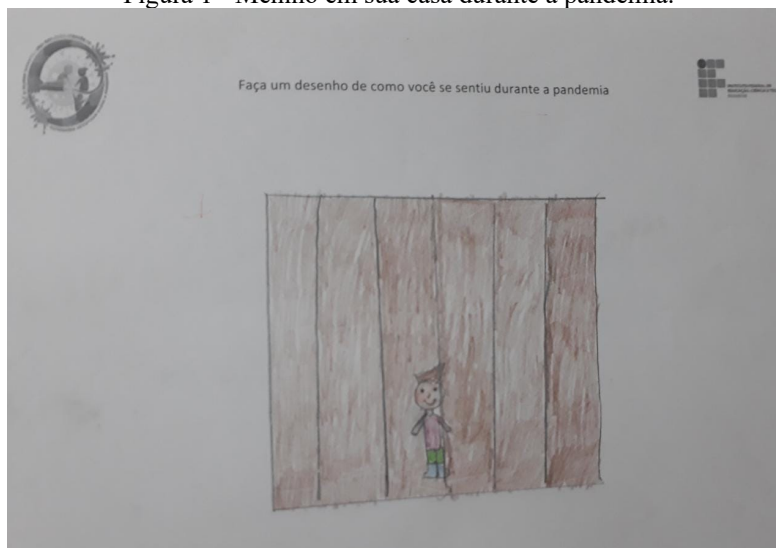
As crianças se sentiram à vontade para se expressar e mostrar seu pensamento a respeito da pandemia, criando desenhos diversos com pensamentos iguais ou diferentes uns dos outros. Essa característica é observada pela quantidade de categorias em que se encaixaram suas obras.

É possível ver uma predominância na categoria mudança na sensação de liberdade, 23,07% dos desenhos (24 desenhos) obtidos possuem uma similaridade em suas características, são desenhos com personagens dentro de casa, cercado por grades e com frases que nos leva a pensar que se encontram presos, desprovidos de liberdade. As crianças passaram por um momento turbulento, mudando hábitos os quais já faziam parte de sua rotina, deixaram de



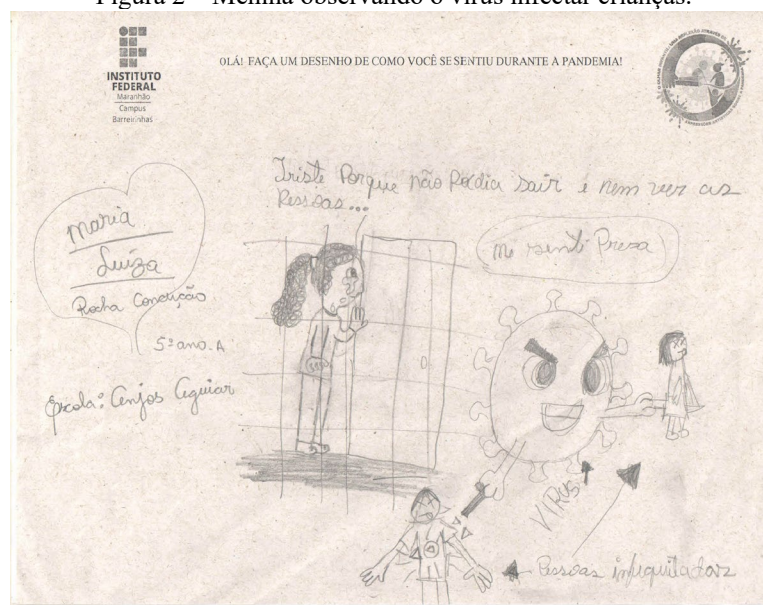
brincar com seus amigos, de ir ao parque, de brincar em frente sua residência, de visitar seus amigos, parentes e passaram a ficar em casa uma quantidade de tempo maior que o normal (figura 1 e 2).

Figura 1 - Menino em sua casa durante a pandemia.



Fonte: Dados do projeto (2020/2021)

Figura 2 – Menina observando o vírus infectar crianças.



Fonte: Dados do projeto (2020/2021)

Dos desenhos obtidos, 19,23% destes foram agrupados na categoria mudança no humor, ficar longe de pessoas que amamos não é fácil, passar muito tempo sem ver, falar ou abraçar familiares, amigos. Além disso, não ter permissão para sair, brincar em um parque, quadra ou praça também altera o humor dessas crianças, dessa forma a mensagem transmitida pelas crianças através de suas obras nessa categoria é que elas estão tristes com tudo o que está acontecendo, por ser algo novo e que aconteceu repentinamente em suas vidas (Figura 3 e 4).

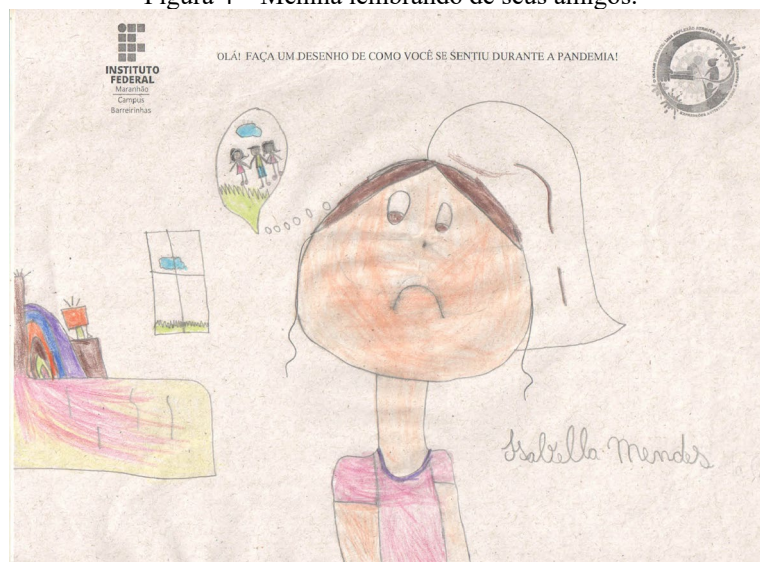


Figura 3 – Menino triste durante a pandemia.



Fonte: Dados do projeto (2020/2021)

Figura 4 – Menina lembrando de seus amigos.

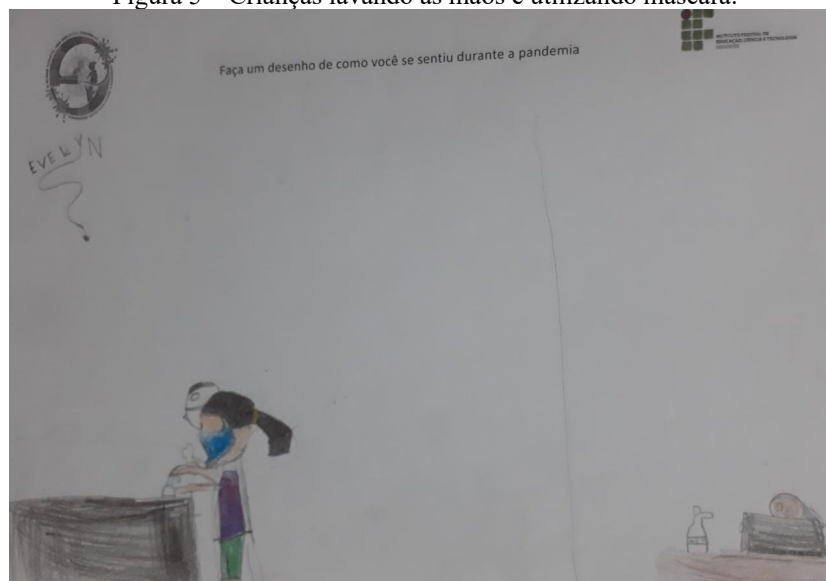


Fonte: Dados do projeto (2020/2021)

Na categoria mudanças em medidas de prevenção, foram agrupados 18 desenhos, equivalente a 17,30% dos desenhos obtidos no projeto. Cada obra desenhada por esses estudantes mostra a preocupação que cada um começou a ter perante a pandemia, como a utilização de álcool em gel, higiene das mãos e a utilização de máscaras ao sair de casa. A mensagem transmitida por essas obras está diretamente ligada ao cuidado que cada um deve ter perante esse momento difícil (Figura 5 e 6).

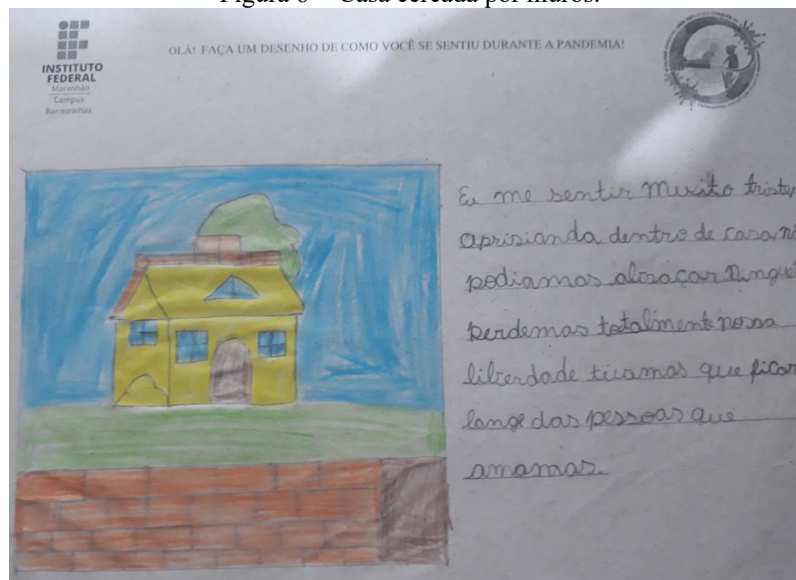


Figura 5 – Crianças lavando as mãos e utilizando máscara.



Fonte: Dados do projeto (2020/2021)

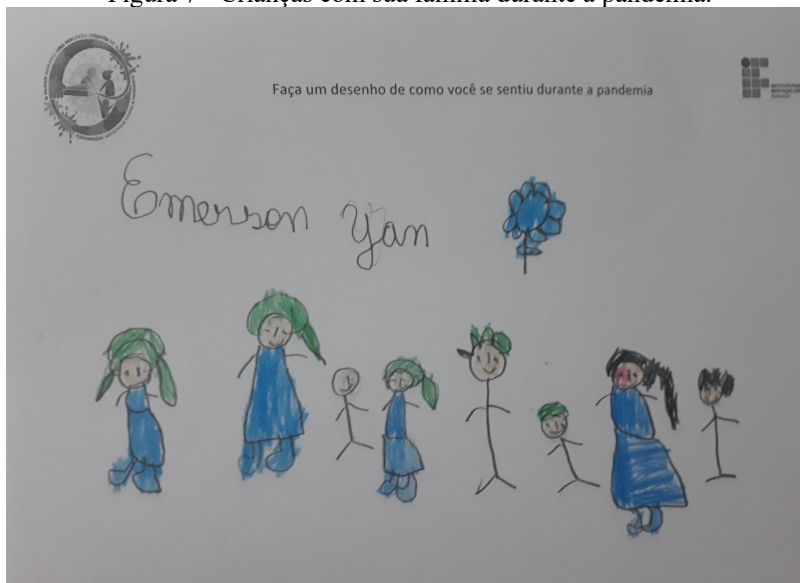
Figura 6 - Casa cercada por muros.



Fonte: Dados do projeto (2020/2021)

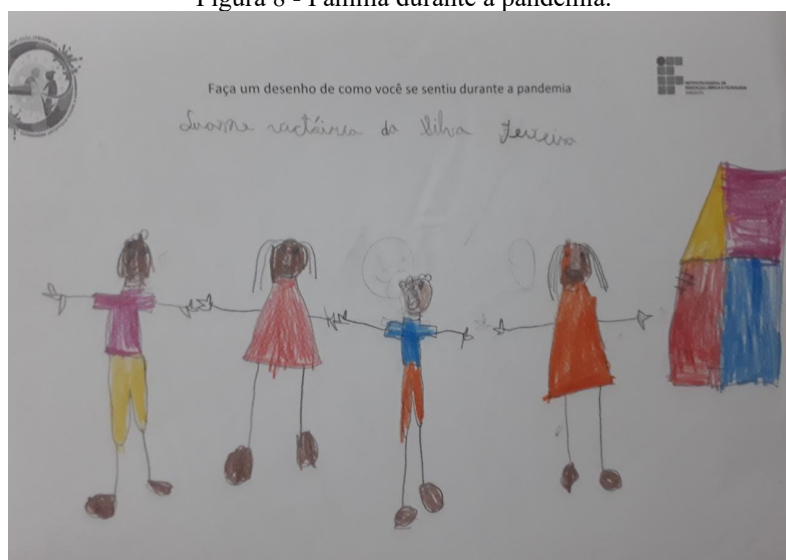
Já na categoria mudança no convívio familiar foram agrupados 15 desenhos, quantidade equivalente a 14,42% do total de desenhos adquiridos. Neste grupo pode-se observar uma mudança significativa na relação das crianças com a própria família, em decorrência da quarentena os familiares e a criança passam maior parte do tempo em casa, situação que modificou rotinas e o tempo de convívio. Auxiliando no aumento da troca de diálogo. (Figura 7 e 8).

Figura 7 - Crianças com sua família durante a pandemia.



Fonte: Dados do projeto (2020/2021)

Figura 8 - Família durante a pandemia.



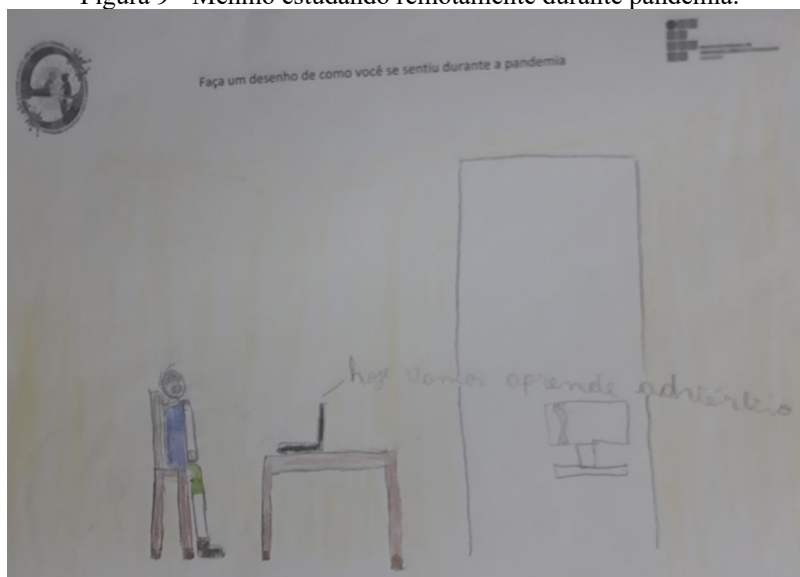
Fonte: Dados do projeto (2020/2021)

Nos desenhos referentes à categoria mudança na forma de estudar, encontram-se 11 exemplares, número que equivale 10,57% do total de desenhos. Nas obras apresentadas são perceptíveis as grandes mudanças de hábito e de meios para o aprendizado. São retratadas as diferentes formas de tecnologia, e a transição do sistema presencial para o sistema remoto de ensino. Essas obras apresentam a capacidade e o processo de adaptação destes estudantes à atual situação em decorrência da pandemia (Figura 9 e 10).



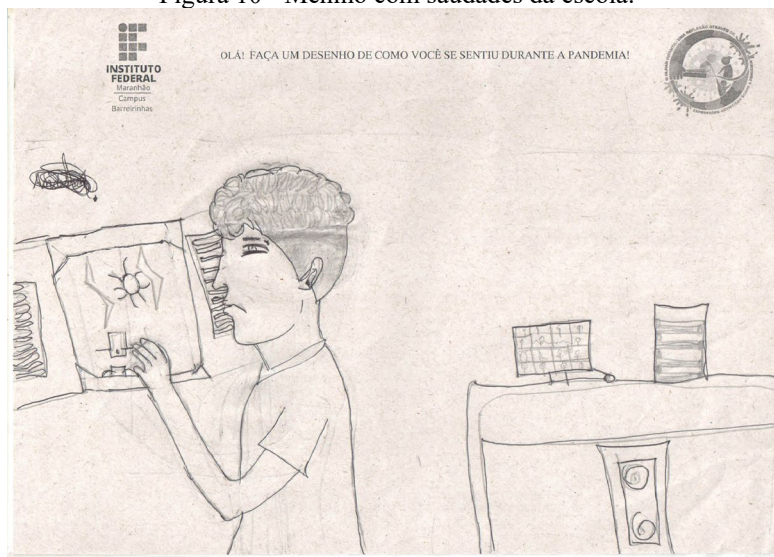


Figura 9 - Menino estudando remotamente durante pandemia.



Fonte: Dados do projeto (2020/2021)

Figura 10 - Menino com saudades da escola.

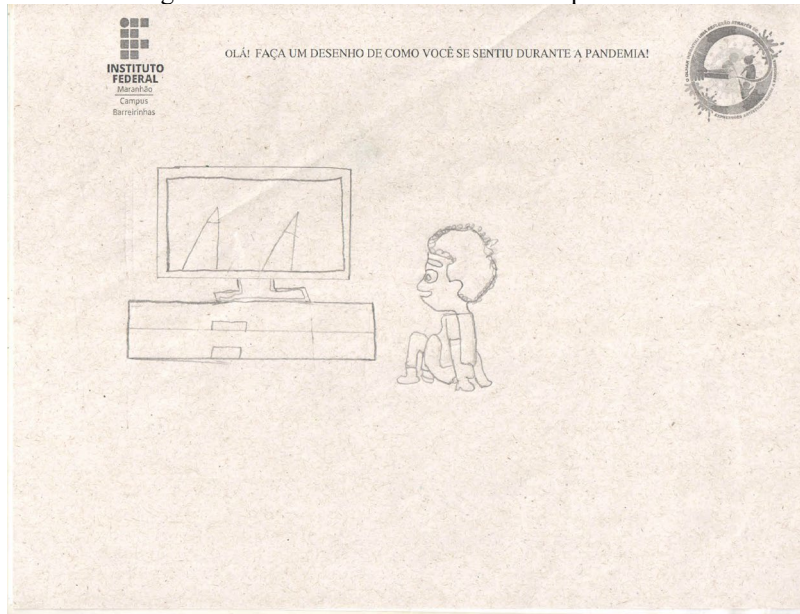


Fonte: Dados do projeto (2020/2021)

A próxima categoria é referente ao uso de tecnologias, com 6 exemplares, este número corresponde ao percentual de 5,76%. Pode ser observado a partir das expressões artísticas, uma intensificação do uso das tecnologias digitais (como celulares, computadores, televisão, filmes, desenhos animados, redes sociais) em diversos âmbitos e situações do dia a dia, como lazer, obtenção de informações e no processo de aprendizagem (Figura 11 e 12).

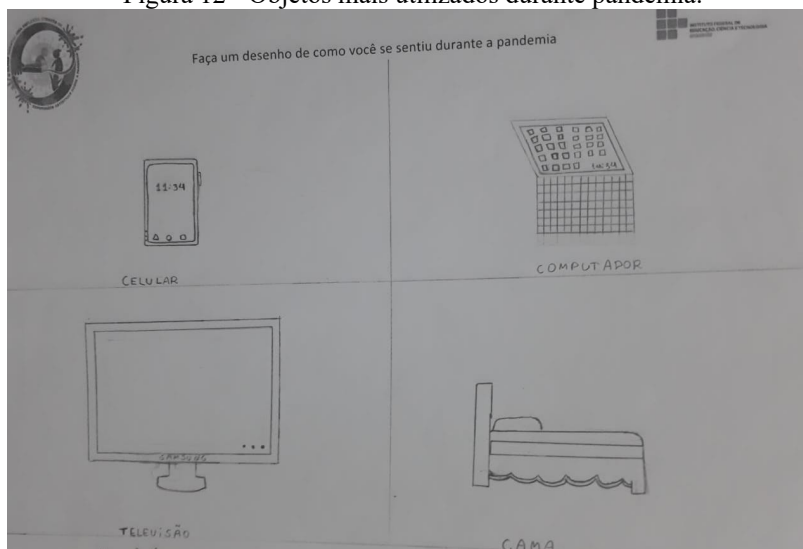


Figura 11 - Assistindo televisão durante pandemia.



Fonte: Dados do projeto (2020/2021)

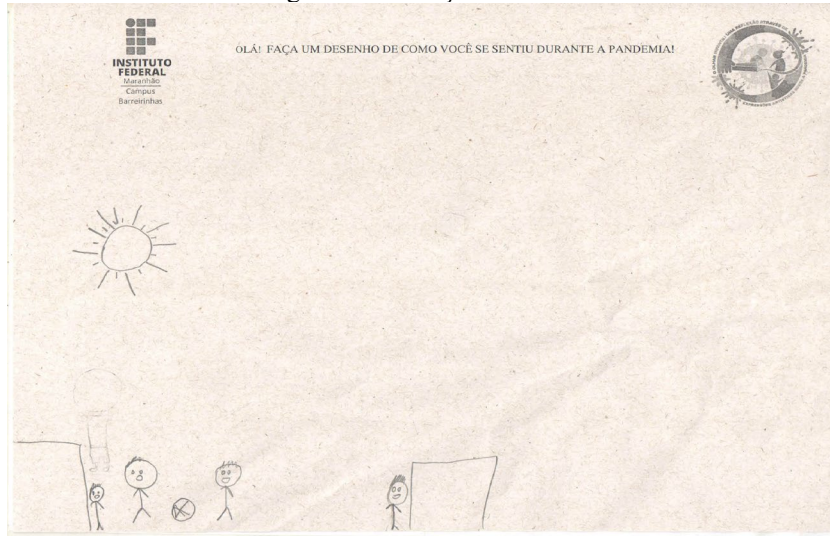
Figura 12 - Objetos mais utilizados durante pandemia.



Fonte: Dados do projeto (2020/2021)

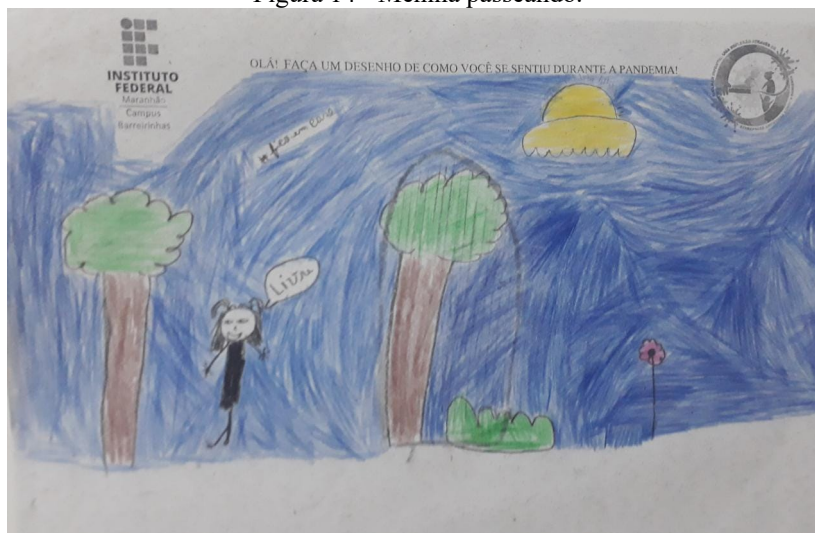
A categoria retorno da normalidade apresenta 3 desenhos, totalizando 2,88% do total de obras obtidas. Neste grupo pode-se observar de forma clara o anseio das crianças pela volta das práticas e atividades que faziam parte do seu cotidiano, anteriormente à pandemia de covid-19. Nos desenhos é representada a saudade de brincar fora de casa, e reencontrar os amigos. (Figura 13 e 14).

Figura 13 - criança brincando.



Fonte: Dados do projeto (2020/2021)

Figura 14 - Menina passeando.



Fonte: Dados do projeto (2020/2021)

Na categoria mudança da alimentação, temos a presença de 2 desenhos, número equivalente a 1,92% dos desenhos obtidos. Nesta categoria é perceptível a presença de alimentos saudáveis, além da preocupação com sua higiene adequada. A busca por uma alimentação mais saudável e segura mostra-se como uma preocupação constante neste período de pandemia. (Figura 15).



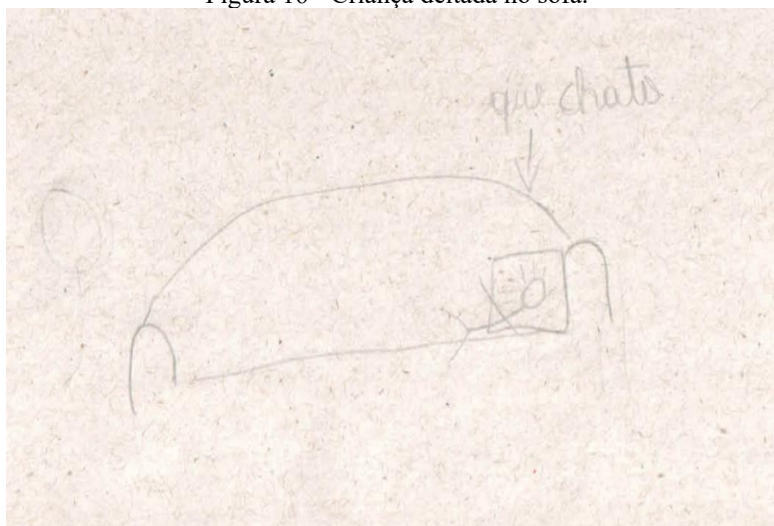
Figura 15 - Menino se alimentando.



Fonte: Dados do projeto (2020/2021)

A categoria tédio é representada por 2 desenhos, apontando 1,92% do total de desenhos recolhidos. Neste grupo pode-se observar as consequências geradas pelo isolamento social na vida das crianças. É perceptível o semblante de tristeza nas figuras apresentadas. Pode-se observar que a falta de contato presencial com os amigos, e a permanência constante dentro de casa, contribuíram para este sentimento nos autores das obras. (Figura 16).

Figura 16 - Criança deitada no sofá.



Fonte: Dados do projeto (2020/2021)

Na categoria solidão há 1 exemplar, correspondendo a 0,96% do total de desenhos. Nesta obra pode-se observar uma consequência direta da falta de contato com os amigos, alguns familiares e professores, em decorrência do isolamento social proveniente da pandemia de covid-19. Com um desenho que apresenta tristeza, além de exemplificar graficamente como é se sentir solitário pelos olhos de uma criança. (Figura 17).

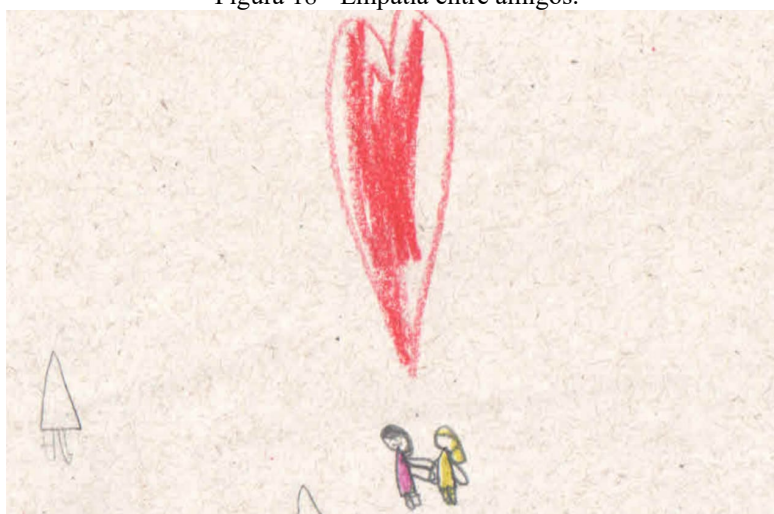
Figura 17 - Criança solitária.



Fonte: Dados do projeto (2020/2021)

A próxima categoria é empatia, representada por 1 desenho, número equivalente a 0,96% do total de desenhos. Nesta obra pode-se observar o sentimento de empatia e solidariedade ao próximo, mostrando que apesar das dificuldades e da distância, ainda existem sentimentos de muita positividade e amor ao próximo (Figura 18).

Figura 18 - Empatia entre amigos.



Fonte: Dados do projeto (2020/2021)

E por fim a categoria medo da doença, representada por 1 desenho, equivalendo a 0,96% do total de desenhos recolhidos. Nesta categoria pode-se observar de forma clara a preocupação e o medo pelo ponto de vista de uma criança, situação decorrente dos perigos à saúde e à vida provocadas pelo vírus da covid-19 (Figura 19).



Figura 19 - Criança próximo da mãe doente.



Fonte: Dados do projeto (2020/2021)

Os resultados foram analisados com a compreensão de que a condução da pesquisa na infância deve trazer a possibilidade de um olhar interdisciplinar que favoreça estudos dos mais variados aspectos: sociológico, antropológico, psicológico, histórico, ambientais, arquitetônicos, biológicos, e suas configurações, para que assim, possamos superar os desafios éticos e metodológicos presentes na pesquisa da infância (NASCIMENTO, 2015).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que a utilização dos desenhos pelas crianças é uma forma importantíssima de comunicação e que através da análise dos desenhos é possível diagnosticar a percepção infantil sobre determinado tema. Ao longo do projeto aprendemos que é essencial entender e interpretar a mensagem passada por um desenho, por um traço, por um simples rabisco, pois este revela emoções, sentimentos e desejos por parte delas. O período em que aplicamos esta pesquisa foi relevante para percebermos o que sentiam e pensavam as crianças no contexto da pandemia, do isolamento e do distanciamento repentino, o que nos permitiu através da observação e da análise dos resultados adquiridos que elas demonstraram diversas mudanças, seja na sensação de liberdade, em seu humor, na higiene e nas medidas de prevenção contra o novo coronavírus, na forma de estudar, além de perceber também o surgimento de empatia com as outras pessoas, a presença e o convívio com os pais por um período maior e a esperança de que tudo retornará a sua normalidade. Em relação ao objetivo deste estudo, consideramos que fora alcançado.



## REFERÊNCIAS

**BERBERT, Lais Dias et al.** A pandemia da COVID-19 na saúde da criança: Uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 7, p. e55510716727- e55510716727, 2021.

Barbosa, L.; Valponi, N. (2015). O faz de conta: simbólico, representativo ou imaginário. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro - SP, Vol. 2: p. 1-12, 2015.*

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo* (LA Reto, & A. Pinheiro, Trad.) Lisboa: Edições 70. **Publicação original**, 1977.

BUENO, Juliana; PADOVANI, Stephania. Representações Gráficas de Síntese (RGSs): o desenho colaborativo para uma aprendizagem significativa. **Blucher Design Proceedings**, v. 2, n. 10, p. 52-61, 2016.

DOS SANTOS OLIVEIRA, Denise Ana Augusta; MESSEDER, Jorge Cardoso. *COMO A CRIANÇA ENTENDE QUESTÕES SOCIAIS: PERCEPÇÕES POR MEIO DO DESENHO INFANTIL*, 2018.

FIGUEIRA, Laura Pepê. *Desenho infantil como forma de expressar emoções*. 2020. Tese de Doutorado.

Fiocruz. (2015). *O QUE É ARTE RUPESTRE. O que é arte rupestre?* EBC. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/infantil/voce-sabia/2015/09/o-que-e-arte-rupestre>>. Acesso em: 30 Oct. 2020.

GRAY, Dave; BROWN, Sunni; MACANUFO, James. *Gamestorming: jogos corporativos para mudar, inovar e quebrar regras*. **Rio de Janeiro, RJ: Alta Books**, 2012.

GRUBITS, Sonia; OLIVEIRA, Evelyn de. Rabiscos e Emoções: Nova Perspectiva sobre o Desenvolvimento do Desenho. **Avaliação Psicológica**, v. 19, n. 2, p. 213-221, 2020.

IAVELBERG, Rosa *et al.* **Desenhos e narrativas de crianças na pandemia**. São Paulo, 2021. p. 1-3.

Mazzamati, S. (2012). *Ensino de desenho nos anos iniciais do Ensino Fundamental: reflexões e propostas metodológicas*. São Paulo: Edições SM.

MENDES, Catarina; GABRIEL, Dina. A importância da abordagem à obra de arte na Educação Pré-Escolar e o desenvolvimento da expressão plástica. **Intervenção Cultural e Educação Artística**, p. 87, 2016.

PICCOLLOCOMPARINI, Ingrid; WECHSLER, Solange Muglia; DE LARA MACHADO, Wagner. Indicadores emocionais no Desenho da Figura Humana: investigando evidências de validade. **Psicologia: teoria e prática**, v. 19, n. 3, p. 256-269, 2017.

SCHWARZ, Maria Luiza *et al.* “Chuva, como te queremos!”: representações sociais da água através dos desenhos de crianças pertencentes a uma região rural semiárida do México. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 22, n. 3, p. 653, 2016. Disponível em:



<<https://www.redalyc.org/pdf/2510/251047415007.pdf>> Acesso em: 16 out. 2020.

SILVA, J. M. M. O desenho na expressão de sentimentos em crianças hospitalizadas. *Fractal: revista de psicologia*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 447-456, 2010. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2510/251047415007.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SOUZA, Simone Vieira de; CAMARGO, Denise de; BULGACOV, Yara Lucia M. Expressão da emoção por meio do desenho de uma criança hospitalizada. *Psicologia em estudo*, v. 8, n. 1, p. 101-109, 2003.

RAMOS, TUANY INOUE PONTALTI. O COTIDIANO DAS CRIANÇAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: (DES) CONSTRUÇÕES. Campo Grande. Fev. 2021. p. 18-19.

TOSO, Cláudia Eliane Ilgenfritz *et al.* A cidade em tempos de pandemia: o que pensam e sentem as crianças? *Didattica della storia*. 2020. p. 27-28.



# CAPÍTULO 33

DOI: 10.47402/ed.ep.c202174732561

## ANÁLISE SOBRE ALTOS ÍNDICES DE DEPRESSÃO COMO CONSEQUÊNCIA DO CONFINAMENTO SOCIAL PELA PANDEMIA DO SARS-COV-2

**Millena da Silva Gonçalves**, Estudante de Medicina, União das Faculdades dos Grandes Lagos - UNILAGO

**Ana Luiza Atoui Faria**, Estudante de Medicina, Universidade Brasil Campus Fernandópolis - SP

**Eloisa Carvalho Duzzi**, Estudante de Medicina, Universidade Brasil Campus Fernandópolis - SP

**Michelle Naves de Deus**, Estudante de Medicina, Universidade Brasil Campus Fernandópolis - SP

**Stephanie Guardabassio de Oliveira**, Estudante de Medicina, Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCCAMP

**Rosylene Machado Pelegrini**

### RESUMO

A doença coronavírus 2019 (COVID-19) é uma doença viral causada pela Síndrome Respiratória Aguda Grave Coronavírus 2 (SARS-CoV-2), que apareceu na China no final de 2019 e foi declarada em 11 de março de 2020 como uma pandemia. Apesar do impacto sócio-psicológico na população em geral, há razões para acreditar que as pessoas diretamente infectadas com SARS-COV-2 são particularmente propensas a complicações mentais durante as fases aguda e de recuperação da doença. O presente estudo tem por objetivo analisar sobre o aumento dos índices de depressão decorrente do confinamento social da pandemia do COVID-19. O estudo realizado foi uma pesquisa bibliográfica sistemática. Foi realizada uma busca, em julho de 2021, utilizando a base de dados PubMed, recorrendo à seguinte sintaxe: covid 19 AND depression AND incidence AND prevalence AND index NOT (Review OR qualitative studies). Foi utilizado o filtro condicional dos estudos terem sido publicados no ano de 2021. A partir da busca realizada foram encontrados 32 artigos, dos quais 26 foram excluídos por consenso dos autores. As razões para este fato foi por conterem outras doenças vinculadas como tema principal (N=19), grupo específico de pessoas ou profissionais (N=5), por se tratarem de artigos eminentemente teóricos e por não apresentarem os dados epidemiológicos referentes às prevalências das variáveis objeto deste estudo (N=2). Após os procedimentos metodológicos anteriormente descritos foram selecionados 6 artigos para revisão sistemática. Os resultados enfatizam que as pessoas com histórico de depressão são as mais vulneráveis no contexto de uma pandemia. Acredita-se que seja necessário disseminar mais medidas e práticas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde para a proteção da saúde mental. Em suma, este estudo enfatiza a necessidade de compreender o impacto psicológico desta pandemia através dos seus resultados, para que as respostas subsequentes possam ser garantidas em tempo oportuno no contexto da saúde mental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Depressão, Infecções por coronavírus, Isolamento Social, Pandemia, Saúde Mental.





## INTRODUÇÃO

A doença coronavírus 2019 (COVID-19) é uma doença viral causada pela Síndrome Respiratória Aguda Grave Coronavírus 2 (SARS-CoV-2), que apareceu na China no final de 2019 e foi declarada em 11 de março de 2020 como uma pandemia. Desde o seu início, COVID-19 infectou mais de 21 milhões de pessoas e causou mais de 1 milhão de mortes. No final de setembro de 2020, continuou a se espalhar ininterruptamente pelo mundo (FAUCI; LANE; REDFIELD, 2020).

Como as doenças infecciosas anteriores, relatórios de pesquisa sobre o COVID-19 afirmam que ele não só causa danos físicos aos infectados, mas também prejudica a saúde mental da população (LI, et al, 2020).

O impacto psicológico da pandemia de COVID-19 no público não se limita à China. A doença se originou na China e se tornou um problema mundial. Um relatório das Nações Unidas em 13 de maio sugeriu que medidas de resposta à saúde mental deveriam ser tomadas durante a pandemia de COVID-19 e recomendou os seguintes três métodos: métodos de integração social que promovem, protegem e gerenciam a saúde mental; melhor acesso a medidas emergenciais de apoio à saúde mental; estabelecer um sistema de atenção para a recuperação de problemas de saúde mental causados pelo COVID-19 (PARKER, et al, 2021).

Para Beach, et al, (2020) apesar do impacto sociopsicológico na população em geral, há razões para acreditar que as pessoas diretamente infectadas com SARS-COV-2 são particularmente propensas a complicações mentais durante as fases aguda e de recuperação da doença. COVID-19 pode induzir sintomas mentais por meio de vários mecanismos psiquiátricos, incluindo (1) o impacto direto do vírus no sistema nervoso central, (2) o impacto neuropsicológico da inflamação do sistema nervoso central e sistêmico e (3) o impacto e a infecção de isolamento de contato O estigma da doença, e (4) a destruição de papéis sociais e danos funcionais associados a doenças graves.

Para prevenir e atrasar a transmissão, os países começaram a implementar estratégias de mitigação, como requisitos no local ou de asilo, restrições a viagens internacionais, fechamento de escolas e locais de trabalho e restrições ao movimento. Apesar das medidas de saúde pública necessárias, os pesquisadores especulam que essas medidas podem aumentar o isolamento social e a solidão; como estudos anteriores mostraram, o isolamento social pode afetar a probabilidade de transtornos mentais e resultados de saúde física (TORALES, et al, 2020).

O presente estudo tem por objetivo analisar sobre o aumento dos índices de depressão



decorrente do confinamento social da pandemia do COVID-19. Esta pesquisa é realizada de forma sistemática e ordenada com base em um referencial teórico, e tem como objetivo fornecer uma síntese de múltiplos estudos publicados para promover a compreensão do tema proposto.

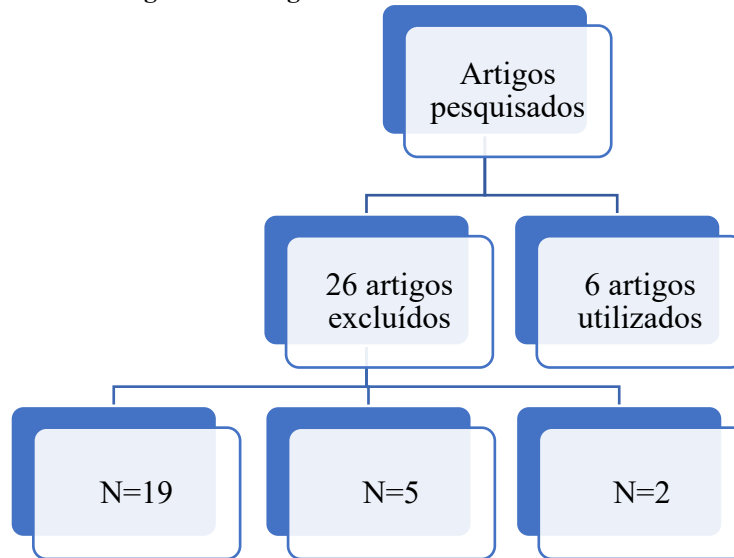
## MÉTODOS

O estudo realizado foi uma pesquisa bibliográfica sistemática. Os recursos utilizados foram literaturas pesquisadas na base de dados PubMed, a partir dos descritores: “Depressão”, “Infecções por coronavírus”, “Isolamento Social”, “Pandemia” e “Saúde Mental.”. Foi realizada uma busca, em julho de 2021, utilizando a base de dados PubMed, recorrendo à seguinte sintaxe: covid 19 AND depression AND incidence AND prevalence AND index NOT (Review OR qualitative studies). Foi utilizado o filtro condicional dos estudos terem sido publicados no ano de 2021.

Os critérios de inclusão foram artigos originais, relatos de caso e pesquisas experimentais com seres humanos. As investigações terem por base estudos sobre a prevalência de depressão em seres humanos. Artigos completos e gratuitos. Terem sido publicados no ano de 2021 e inglês. Os critérios de exclusão foram as publicações que fugiram do tema proposto, que não utilizaram a natureza quantitativa, excluindo-se assim os editoriais, cartas ao editor, artigos teóricos, estudos de caso e estudos qualitativos e também artigos publicados em outra língua que não o inglês.

A partir da busca realizada e de acordo com o fluxograma que se apresenta (Figura 1) foram encontrados 32 artigos, dos quais 26 foram excluídos por consenso dos autores. As razões para este fato foi por conterem outras doenças vinculadas como tema principal (N=19), grupo específico de pessoas ou profissionais (N=5), por se tratarem de artigos eminentemente teóricos e por não apresentarem os dados epidemiológicos referentes às prevalências das variáveis objeto deste estudo (N=2). Após os procedimentos metodológicos anteriormente descritos foram selecionados 6 artigos para revisão sistemática.

Figura 1 - Artigos encontrados e selecionados



Fonte: Elaboração própria

## RESULTADOS

O quadro 1 relaciona os resultados da revisão sistemática dos 6 artigos selecionados, a fim de melhor expor os dados e responder às questões centrais. Os artigos serão apresentados em ordem cronológica.

1. Um estudo conduzido por Wen Li, Na Zhao, Xiaona Yan, Siyun Zou, Huan Wang, Yulong Li, Xiuying Xu, Xiangdong Du, Lan Zhang, Qinge Zhang, Teris Cheung, Gabor S Ungvari, Chee H Ng, Yu-Tao Xiang (jan/2021), realizaram uma pesquisa sobre a prevalência de sintomas depressivos e de ansiedade e suas associações com a qualidade de vida entre pacientes idosos clinicamente estáveis com transtornos psiquiátricos durante a pandemia de COVID-19. Tiveram como objetivo examinar a prevalência de sintomas depressivos e ansiosos e suas associações com a qualidade de vida (QV) em pacientes idosos clinicamente estáveis com transtornos psiquiátricos durante a pandemia de COVID-19. Um total de 1.063 pacientes foram incluídos. A prevalência de sintomas depressivos e ansiosos e sintomas depressivos e ansiosos combinados foi de 62,3% (IC 95% = 59,4-65,2%), 52,4% (IC 95% = 49,3-55,4%) e 45,9% (IC 95% = 42,9 -48,9%), respectivamente. Estudo realizado na China (LI, et al, 2021).

2. Os Pesquisadores Catherine Parker, Daniel Shalev, Ian Hsu, Akhil Shenoy, Stephanie Cheung, Sara Nash, Ilona Wiener, David Fedoronko, Nicole Allen, Peter A Shapiro (mar/abr - 2021) realizaram uma pesquisa sobre depressão, ansiedade e transtorno de estresse agudo entre pacientes hospitalizados com COVID-19: um estudo de coorte prospectivo. Este artigo buscou identificar a prevalência de ansiedade, depressão e transtorno de estresse agudo em pacientes



hospitalizados com doença coronavírus em 2019. Um total de 58 indivíduos foram incluídos; destes, 44 completaram o estudo. Inicialmente, 29% tinham sintomas de depressão elevados. No acompanhamento de 2 semanas, 20% tinham sintomas de depressão elevados. Um estudo realizado nos Estados Unidos (PARKER, et al, 2021).

3. Os autores João M Castaldelli-Maia 1, Megan E Marziali 1, Ziyin Lu 1, Silvia S Martins (abril/2021), escreveram o artigo intitulado de: Investigar o efeito das medidas de distanciamento físico do governo nacional sobre a depressão e a ansiedade durante a pandemia COVID-19 por meio de meta-análise e meta-regressão. Tiveram como objetivo investigar os níveis globais meta-analíticos de depressão e ansiedade durante a pandemia COVID-19 e como a implementação de estratégias de mitigação (ou seja, fechamento de transporte público, pedidos de permanência em casa, etc.) impactou tais transtornos. No total, 226 638 indivíduos foram avaliados nos 60 estudos incluídos. A prevalência global de depressão e ansiedade durante a pandemia de COVID-19 foi de 24,0%. Houve diferenças na prevalência de ansiedade e depressão relatadas entre regiões e países. A Ásia (17,6% e 17,9%) e, principalmente, a China (16,2% e 15,5%), apresentaram as menores prevalências de ambos os transtornos. Estudo realizado nos Estados Unidos (CASTALDELLI-MAIA, et al, 2021).

4. Os pesquisadores Rajesh Das, Md Rakib Hasan, Sohel Daria, Md Rabiul Islam (abr/2021), realizaram um estudo sobre o impacto da pandemia de COVID-19 na saúde mental entre a população geral de Bangladesh: um estudo transversal. O objetivo foi avaliar o impacto da pandemia COVID-19 na saúde mental entre a população de Bangladesh. Conduzimos uma pesquisa transversal online entre 672 pessoas de Bangladesh com idades entre 15 e 65 anos em todo o país de 15 de abril a 10 de maio de 2020. A prevalência de solidão, depressão, ansiedade e distúrbios do sono foi estimada em 71% (leve: 32%, moderada: 29%, grave: 10%), 38% (leve: 24%, moderada: 11%, grave: 3%), 64% (leve: 30%, moderado: 17%, grave: 17%) e 73% (leve: 50%, moderado: 18%, grave: 5%), respectivamente. Estudo conduzido em Bangladesh (DAS, et al, 2021).

5. Em abril de 2021, Li Li, Michael Shengtao Wu, Junxiu Tao, Weijun Wang, Jing He, Ru Liu, Juan Guo, Yun Chen, Kejian Li, Shilong Li, Bo Qi, Buxin Han realizaram uma investigação de acompanhamento de saúde mental entre pacientes com COVID-19 que receberam alta em Wuhan, China. O objetivo foi compreender o estado de saúde mental e seus fatores de risco entre pacientes com COVID-19 que receberam alta durante o primeiro mês de quarentena centralizada e o subsequente isolamento domiciliar. As escalas do Índice de Gravidade da Insônia (ISI), Transtorno de Ansiedade Geral (GAD-7) e Questionário de Saúde





do Paciente (PHQ-9) foram utilizadas para medir os sintomas de insônia, ansiedade e depressão em 782 pacientes com COVID-19 durante o primeiro mês de quarentena centralizada (16 a 26 de março de 2020) e depois durante o isolamento domiciliar (3 a 10 de abril de 2020). Durante a quarentena centralizada, as taxas de prevalência de insônia, ansiedade e sintomas depressivos foram 44,37, 31,59 e 27,62%, respectivamente, e durante o isolamento doméstico diminuíram significativamente em 27,11, 17,26 e 16,11%, respectivamente. Estudo realizado na China (LI, et al, 2021).

6. Relativamente aos estudos de Xin Guo, Robert McCutcheon, Toby Pillinger, Atheeshaan Arumuham, Jianhua Chen, Simeng Ma, Jun Yang, Ying Wang, Shaohua Hu, Gaohua Wang, Zhong-Chun Liu (mai/2021). Realizaram uma pesquisa sobre o impacto psicológico agudo do surto de doença coronavírus em 2019 entre profissionais psiquiátricos na China: um estudo multicêntrico, transversal e baseado na web. O objetivo foi avaliar a magnitude dos resultados de saúde mental e fatores associados entre profissionais psiquiátricos em serviços de saúde mental durante o COVID-19 na China. Um total de 610 profissionais psiquiátricos foram incluídos. 29,8% estavam empregados em Wuhan e 22,5% eram trabalhadores da linha de frente. Uma proporção considerável de participantes relatou sintomas de depressão (461 (75,6%)), ansiedade (282 (46,2%)), insônia (336 (55,1%)) e estresse mental (481 (78,9%)). Estudo realizado na China (GUO, et al, 2021).

**Quadro 1. Resultados dos estudos incluídos**

Nº	Quantidade de pessoas	País	Percentual de Depressão
1	1.063 pacientes	China	Sintomas depressivos - 62,3% (IC 95% = 59,4-65,2%) Sintomas depressivos e ansiosos - 45,9% (IC 95% = 42,9 -48,9%)
2	58 indivíduos	Estados Unidos	Inicialmente - 29% Depois de 2 semanas - 20%
3	226 638 indivíduos	Estados Unidos	Ásia - 17,6% China - 16,2%
4	672 pessoas	Bangladesh	38% (leve: 24%, moderada: 11%, grave: 3%)
5	782 pacientes	China	27,62% - Quarentena 16,11% - Isolamento doméstico
6	610 pessoas	China	(461 (75,6%))

Fonte: Elaboração própria

## DISCUSSÃO

Na última década, o número de pessoas que sofrem de depressão aumentou dramaticamente. Atualmente, cerca de 5% da população mundial (330 milhões de pessoas)



sofrem dessa doença, que afeta o dia a dia. Durante uma pandemia, qualquer pessoa fica mais suscetível a reações psicológicas, pois essa situação representa um choque emocional muito forte, principalmente para quem já está mais vulnerável. Durante esse período, os casos de depressão quase dobraram, enquanto a incidência de ansiedade e estresse aumentou em 80%. Para a depressão, esse número passou de 4,2% para 8,0%, um aumento de 3,8% apenas sob as restrições sociais da pandemia (WHO, 2020).

De acordo com a OMS, (2020) O Comitê de Emergência da OMS declarou que a disseminação de COVID-19 pode ser evitada mantendo o distanciamento social, detecção precoce, isolamento, tratamento oportuno e a implementação de um forte sistema de rastreamento de contatos. Outras medidas incluem a verificação da gravidade clínica, o grau de transmissão e a otimização do gerenciamento do caso.

Segundo Brooks, et al, (2020), medidas emergenciais de saúde, como isolamento e distanciamento social para controlar a propagação da doença COVID-19, podem ter um impacto considerável na saúde mental da população. A separação de entes queridos, a perda de liberdade, a incerteza sobre o estado da doença e o tédio às vezes podem ter um impacto enorme. Vários estudos mostraram que o isolamento e o medo das pessoas de infecção ou de transportar o vírus podem levar à depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, insônia, irritabilidade e exaustão emocional.

Os resultados confirmaram um aumento significativo de transtornos mentais, como a depressão, na população mundial. Esses resultados são consistentes com outros estudos internacionais que analisam os efeitos psicológicos do COVID-19, mostrando que as taxas de depressão aumentaram devido às restrições sociais causadas pela pandemia. Informações divulgadas por diversos meios de comunicação, bem como discussões sobre medidas de isolamento na comunidade, podem ajudar a aumentar a pontuação média (MAIA; DIAS, 2020).

Os indivíduos precisam ter consciência da pandemia por meio das intervenções de saúde mental disponíveis, como incentivo, senso de participação, auto realização pessoal e profissional e coragem para permanecer firme na batalha e confiança de que o isolamento social passará. Em suma, este estudo enfatiza a necessidade de compreender o impacto psicológico desta pandemia através dos seus resultados, para que as respostas subsequentes possam ser garantidas em tempo oportuno no contexto da saúde mental.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo indicam que esta pandemia possui efeitos nocivos para a saúde mental da população mundial, reforçando a importância de continuar a investigar esta temática para que se possam compreender os mecanismos subjacentes a este período atípico e desafiador da vida e desafiante.

Entre os pacientes infectados com COVID-19, a incidência de sintomas depressivos clinicamente significativos é alta. Muitos sintomas não têm relação com a gravidade da doença ou com o tratamento final, mas, em muitos casos, o isolamento social leva à doença.

Os resultados enfatizam que as pessoas com histórico de depressão são as mais vulneráveis no contexto de uma pandemia. Acredita-se que seja necessário disseminar mais medidas e práticas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde para a proteção da saúde mental.

## REFERÊNCIAS

FAUCI, A. S; LANE, H. C; REDFIELD, R. R. Covid-19 - Navigating the Uncharted. *N Engl J Med.* Vol. 382. Núm. 13. Pág. 1268-1269. 2020. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32109011/>>. Acesso em: 18/07/2021.

LI Z, et al. Vicarious traumatization in the general public, members, and non-members of medical teams aiding in COVID-19 control. *Brain Behav Immun.* Vol. 88. Pág. 916-919. 2020. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32169498/>>. Acesso em: 18/07/2021.

PARKER, C, et al. Depression, Anxiety, and Acute Stress Disorder Among Patients Hospitalized With COVID-19: A Prospective Cohort Study. *J Acad Consult Liaison Psychiatry.* Vol. 62. Núm. 2. Pág. 211-219. 2021. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33198962/>>. Acesso em: 17/07/2021.

BEACH, S. R, et al. Delirium in COVID-19: A case series and exploration of potential mechanisms for central nervous system involvement. *Gen Hosp Psychiatry.* Vol. 65. Pág. 47-53. 2020. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32470824/>>. Acesso em: 18/07/2021.

TORALES J, et al. The COVID-19 coronavirus outbreak and its impact on global mental health. *International Journal of Psychiatry social.* Vol. 66. Núm. 4. Pág. 317-320. 2020. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0020764020915212>>. Acesso em: 19/07/2021.

LI, W, et al. The prevalence of depressive and anxiety symptoms and their associations with quality of life among clinically stable older patients with psychiatric disorders during the COVID-19 pandemic. *Transl Psychiatry.* Vol. 11. Núm. 1. Pág. 75. 2021. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33500389/>>. Acesso em: 17/07/2021.



CASTALDELLI-MAIA, J. M, et al. Investigating the effect of national government physical distancing measures on depression and anxiety during the COVID-19 pandemic through meta-analysis and meta-regression. *Psychol Med.* Vol.51. Núm.6. Pág. 881-893. 2021. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33648613/>>. Acesso em: 17/07/2021.

DAS, R, et al. Impact of COVID-19 pandemic on mental health among general Bangladeshi population: a cross-sectional study. *BMJ Open.* Vol.11. Núm. 4. e045727. 2021. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33837107/>>. Acesso em: 17/07/2021.

LI, L, et al. A Follow-Up Investigation of Mental Health Among Discharged COVID-19 Patients in Wuhan, China. *Front Public Health.* Vol. 12. Núm. 9. 640352. 2021. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33912531/>>. Acesso em: 17/07/2021.

GUO, X, et al. Acute psychological impact of coronavirus disease 2019 outbreak among psychiatric professionals in China: a multicentre, cross-sectional, web-based study. *BMJ Open.* Vol.11. Núm. 5. e047828. 2021. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33980532/>>. Acesso em: 17/07/2021.

WHO. Pandemia de doença por coronavírus da OMS (COVID-19). Emergências da OMS. Disponível:<<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports>>. Acesso em: 16/07/2021.

BROOKS, S. K, et al. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *Lancet.* Vol. 395. Núm.10227. Pág. 912-920. 2020. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32112714/>>. Acesso em: 16/07/2021.

MAIA, B. R; DIAS, P. C. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. *Estudos de Psicologia (Campinas).* Vol. 37. e200067. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/k9KTBz398jqfvDLby3QjTHJ/?format=html>>. Acesso em: 19/07/2021.





www.editorapublicar.com.br  
contato@editorapublicar.com.br  
@epublicar  
facebook.com.br/epublicar



**IMPACTOS DA PANDEMIA  
NO BRASIL E NO MUNDO**

**3**

Roger Goulart Mello  
Organizador



2021





www.editorapublicar.com.br  
contato@editorapublicar.com.br  
@epublicar  
facebook.com.br/epublicar



**IMPACTOS DA PANDEMIA  
NO BRASIL E NO MUNDO**

**3**

Roger Goulart Mello  
Organizador



2021

